

X

EPHIS UFMG
2022
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Tempo, memória e reminiscências: o (re)fazer histórico e suas perspectivas

ANAIS
X Encontro de Pesquisa em História

Belo Horizonte
2022

Adriel Marques Nunes, Ana Vila Pacheco, Clara Lima Borges, Gustavo Damião Cardoso, Lígia Kalina Domingueti Faria, Luidy Siqueira Santos, Mariana Oliveira Cruz, Mariana Rufino Rosa, Monalisa Freitas Viana, Renata Lopes, Roberth Daylon dos Santos Freitas, Stéfany Sidô Ventura, Vitória Eugênia Gonçalves da Rosa (Org.)

ANAIS

X EPHIS – UFMG

Tempo, memória e reminiscências: o (re)fazer histórico e suas perspectivas



1ª Edição

ISBN: 978-65-86989-20-5

Belo Horizonte

2022

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Anais Eletrônicos do X Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Tempo, memória e reminiscências: o (re)fazer histórico e suas perspectivas. Evento realizado em Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

Organização:

Adriel Marques Nunes
Ana Vila Pacheco
Clara Lima Borges
Gustavo Damiano Cardoso
Lígia Kalina Domingueti Faria
Luidy Siqueira Santos
Mariana Oliveira Cruz
Mariana Rufino Rosa
Monalisa Freitas Viana
Renata Lopes
Roberth Daylon dos Santos Freitas
Stéfany Sidó Ventura
Vitória Eugênia Gonçalves da Rosa

Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, FAFICH/UFMG, 2022.

651p

Texto em Português

ISBN: 978-65-86989-20-5

Diagramação:

Gustavo Damiano

Designer:

Victor Dias

Capa:

Victor Dias

Observação:

A adequação técnico-linguística dos resumos dos Simpósios Temáticos, Comunicações Livres e Minicursos é de responsabilidade dos autores.

X ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG

Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Alessandro Fernandes Moreira

Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Thais Porlan de Oliveira

Chefe do Departamento de História

Magno Moraes Mello

Coordenador do Colegiado de Graduação

Luiz Duarte Haele Arnaut

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação

André Luis Pereira Miatello

Realização:

Comissão Organizadora X Ephis

Corpo Discente do Curso de História – UFMG

Apoio:

Centro Acadêmico de Ciências Sociais - Gestão
José Francisco Neres

Centro Acadêmico de História - Gestão Lélia
Gonzalez

Comissão Organizadora do IX EPHIS

Comissão Organizadora do VII EPHIS

Departamento de História

Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas Idalísio Aranha

Doity

Escola de Música da UFMG

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
UFMG

Núcleo de História Oral

Oficina de Paleografia

Programa de Pós Graduação em História

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriel Marques Nunes

Ana Vila Pacheco

Clara Lima Borges

Gustavo Damiano Cardoso

Lígia Kalina Domingueti Faria

Luidy Siqueira Santos

Mariana Oliveira Cruz

Mariana Rufino Rosa

Monalisa Freitas Viana

Renata Lopes

Roberth Daylon dos Santos Freitas

Stéfany Sidô Ventura

Vitória Eugênia Gonçalves da Rosa

MONITORAS E MONITORES

Ana Clara de Sousa Duarte

Ana Luiza Ferreira Durães

Anna Gabrielle Silva Souza

Anna Luiza Lobo Urzedo

Antônio Manoel Neves Abreu

Arthur de Lima Barra Melo

Beatriz Lopes Mazim

Bernardo Lucas Lucchesi dos Santos

Ébio Henrique Almeida Camargos

Estela Gontijo da Cruz

Gabriela Caroline de Oliveira Araújo

Gabriela Luciana Lima Inácio

Isabela Gomes Pereira

Isabella Caroline de Souza

Isabella Sardinha Mascarenhas

Izabelle Seoldo Marques

Joseane Justi

Julia Kern Castro

Larissa Renner de Ávila Alves

Laura Braga de Souza

Lidiane Ester Pereira Florêncio

Lucas Fernandes

Luciana Versiani de Oliveira Mota

Maraísa Inês de Assis Martins

Marcela Henriques

Maria Antônia Luz Sartor

Maria Clara da Rosa Aparecido

Maria Clara Gonçalves Martins

Maria Eduarda Chapani

Pedro Henrique Lucarelli Moreira

Rafael Nogueira de Oliveira

Sâmmya Nicolle da Cruz Dias

Stephanie Nunes de Lima

Victor Henrique de Souza Arcanjo

APRESENTAÇÃO: 7

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS 9

ST02 - As drogas na história: instituições, sujeitos, objetos e usos 10

“Duque da Maconha” e as representações da cannabis na imprensa: uma história do estigma social da planta e de seus usos políticos (1950-1955) 12

Gustavo Junqueira Costa Maia

Artur Silva Lins

ST03 - Vida religiosa no Mundo Ibérico: religiosidades, universo cultural, memórias e trajetórias (séculos XVI-XIX). 23

Fluctuatio animi: os rastros do marranismo na modernidade ibérica antissemita 25

Roberta Puccini Gontijo

ST04 - Antiguidade Tardia e Idade Média: Poder, Fé e Representações 33

Opressão, poder e fé: o caso da transição da Igreja Cristã Copta da dominação bizantina para a árabe (632-661) 34

Raphael Rocha Quintão

ST06 - Arte, História e Memória: usos e desusos do passado a partir das imagens .. 44

La petite mort: o gozo feminino e a morte na obra de Henrique Alvim Corrêa 46

Brenda Martins de Oliveira

ST09 – Perspectivas e debates sobre História Moderna (XV-XVIII) 57

Devoção impressa: os impressos devocionais de Thomas Berthelet e as formas de expressão emocional na Inglaterra de Henrique VIII (r.1509-1547) 59

Rebeca Mylena Gouveia de Lima

Representação monstruosa nos folhetos ingleses do século XVII: O que isso revela? 69

Luisa Padua Zanon

ST10 – Poderes, instituições e sujeitos do mundo português medieval e moderno (séculos XIV-XIX) 80

Com a missão de "aprontar toda a gente do Serro": Padre Oliveira Rolim e a Inconfidência Mineira no nordeste da capitania 82

Fabrcio Luiz Pereira

ST 11 – História E Cinema: Diálogos E Disputas Pela Memória 92

A memória nacionalista nas lentes de João Carriço: uma biografia do “amigo do povo” 94

Renata Venise Vargas Pereira

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha

31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Aruanda (1960) de Linduarte Noronha: o subalterno como o “outro”	105
<i>Luiz Araújo Ramos Neto</i>	
Em direção a Ingmar Bergman: a relação do autor, narrador e personagem na autobiografia Lanterna Mágica.....	115
<i>Hellen Silvia Marques Gonçalves</i>	
Puxar os fios da História: Benjamin, Bloch e o Brasil (Paralelo).....	126
<i>Eduardo Rodrigues</i>	
<i>Petrus Albino de Oliveira</i>	
ST12 – História e Linguagens: Biografia, Literatura e Teoria da História	135
Denúncia da violência colonial portuguesa através da literatura moçambicana: um estudo à luz de Luís Bernardo Honwana e Noémia de Sousa.....	137
<i>Luíza de Almeida Carminati</i>	
daemoniorum conventus consedit: Tertuliano e a representação cristã dos espaços dos espetáculos (sécs. II-III)	147
<i>Igor Pereira da Silva</i>	
A experiência literária como força disruptiva na obra teatral um lar sólido	154
<i>Fernanda de França Iglesias Canellas</i>	
Disputa e ressignificação: uma análise da disciplina histórica a partir de José Carlos Reis (1984-2017)	165
<i>Lucas Bispo Fiorezi</i>	
ST13 - História e Historiografia da Educação na América Latina: as Instituições escolares como objeto de pesquisa	171
A miséria da escola: os espaços escolares em Minas Gerais (1871-1889).....	172
<i>Danilo Moreira</i>	
ST14 – História do Crime e da Violência: cotidiano, atores e instituições.....	182
Criminalidade feminina e disciplinarização na literatura de crime (Rio de Janeiro, 1880-1910)	184
<i>Amanda Ribeiro Mafra Lima</i>	
A prostituição feminina, violência e controle no cotidiano das trabalhadoras do sexo durante a ditadura civil-militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1985.....	195
<i>Célia Márcia Afonso Larcher</i>	
ST15 - História, gênero e sexualidade: da temporalidade dos gêneros a uma história generificada	203
Representações das feminilidades e masculinidades no romance mexicano Ayer es nunca jamás (1988), de Vilma Fuentes.....	205

<i>Mariana Lopes Trindade</i>	
Gênero melancolia: uma análise da obra de Romaine Brooks	213
<i>Eponina Castor de Mello Monteiro</i>	
Receitas da Dindinha, entre pontos e contos, sonhos e memórias.	222
<i>Susan vieira Barnes,</i>	
<i>Eliana Aparecida Rodrigues</i>	
ST16: Fontes, Acervos Digitais e Ensino de História: pesquisa, memória e contemporaneidade	230
Digitalização e catalogação do acervo de jornais do centro de memória social (cms).....	231
<i>Mariana Gabriela Borges Matos da Silva</i>	
<i>Débora Cazêlato de Souza</i>	
“Professores-influenciadores”: a construção do ethos e o processo de identificação como atrativo para o ensino de história na internet	241
<i>Bruna Giovanna da Silva</i>	
<i>Vinícius Breneer Silveira</i>	
(RE)PENSA HUMANIDADE: Plataforma educacional para a suspensão desta humanidade.	252
<i>Ana Laura Uba</i>	
<i>Mariana Laurentino</i>	
<i>Mauro César Castro Junior</i>	
ST17 - Insurgências, Insubordinações e Desobediências: protagonismos subalternos como questão na narrativa histórica	262
O antropo do Antropoceno pode mesmo englobar toda a humanidade?	264
<i>Gustavo Franca</i>	
Docência Negra: trajetórias epistemológicas de transformação acadêmica	270
<i>Letícia Reis dos Santos,</i>	
<i>Camila Mendes Moreira,</i>	
Um diálogo entre as narrativas silenciadas da periferia e o ensino de História: como o mapeamento coletivo pode contribuir para a emancipação dos educandos.	280
<i>Francisco Gonçalves de Almeida</i>	
ST18 - Autoritarismo, fascismo, totalitarismo: experiências limítrofes nos séculos XX e XXI.....	287
Neointegralismo e ‘direita grupuscular’: uma análise da extrema direita nacional	289
<i>Lavínea Oliveira da Rosa</i>	
O neointegralismo e o bolsonarismo: a promoção ao autoritarismo no século XXI.....	295
<i>Caroline Helena Lacerda Bretas</i>	

ST19 - História e Natureza: Diálogos possíveis entre sociedade, ambiente e cultura

..... 305

Pensamento ambiental na criação do Parque Estadual Serra do Conduru, sul da Bahia, 1993-2005
..... 307

Melissa L. Alves

ST20 - África itinerante: reescrevendo saberes, redefinindo fronteiras e preenchendo os silêncios..... 318

A mulher, o império e a pena: a resistência a formas do colonialismo britânico nas obras de Olive Schreiner (1890-1897) 320

Rafael de Azevedo Silva

Gênero em África: uma perspectiva sobre a luta de libertação de Moçambique 328

Elisa Cândida Alcântara de Sales

ST21 - Escravidão e liberdade nas Américas 335

Que cativo é esse? A invenção da liberdade por meio da fuga nos jornais de Salvador nos últimos anos de escravidão [1870-1888] 337

Samuel Oliveira Nepomuceno da Silva,

A abolição sob olhar da Imprensa Imperial: embates e apropriações na corte e nas províncias (1822 - 1889)..... 348

Arthur de Lima Barra Melo

As dinâmicas do comércio ilegal no Morro de Vila Rica na década de 1730 357

Antonio Gabriel Ferreira e Barros

Brechas de 'autonomia' escrava em Uberaba e o modo de produção escravista (1835-1872).. 368

João Pedro Passos de Barros Borges

A escravidão brasileira em fins do século XIX, pela visão da alemã Ina Von Binzer 379

Maraísa Assis

ST22 - Memória e história no Cone Sul: ditaduras e violências nos séculos XX e XXI

..... 390

Nas tramas de mnemosine: a constituição de uma memória sobre a ditadura militar brasileira. 392

Rodrigo Musto Flores

As relações entre o movimento sindical e a ditadura civil-militar no Brasil..... 403

Victória Ferreira Cunha,

Movimentos negros brasileiros em documentos do SNI: um discurso de subalternização (1978-1985) 414

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Detidos-desaparecidos: a representação de desaparecimentos forçados na arte..... 425
Mônica Vaz da Costa

As relações entre Feminismo Chileno e Igreja Católica durante a ditadura militar 433
Iasmin do Prado Gomes

Trabalho doméstico não remunerado e resistência à Ditadura Civil-Militar brasileir 442
Layana Sales de Oliveira

As mulheres foram à luta: A participação feminina no movimento estudantil 451
Bruna Ferreira Lopes

ST23 - Museus, patrimônio e ensino de história: diálogos, desafios e perspectivas 461

Narrativas para além da escrita: o colecionismo como forma de fazer história..... 463
Luíza Vasconcellos Pedrosa

O papel dos lugares de memória: Análise das narrativas identitárias dos espaços museológicos da cidade de Brumadinho - MG 470
Letícia Peixoto Silva

Patrimônio e historiografia: disputas em torno do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana..... 481
Ríler Barbosa Scarpati

Biografia é História: os fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte 490
Luiz Henrique Ramos Diniz
José Francisco Guelfi Campos
Ráisa Mendes Fernandes de Souza

Perspectivas de ensino no Museu da Inconfidência em Ouro Preto – MG 501
Guilherme Vidmantas

O Museu Casa Padre Toledo: reconstituição de narrativas e o ensino de história 507
Maria Clara Gonçalves Martins
Yasmin Grigório Silva
Iandry Jessica Ferreira Soares

COMUNICAÇÕES LIVRES..... 518

História, Educação e Práticas Pedagógicas: História da Educação, Ensino de História e Novas Roupagens do Discurso Historiográfico 519

A oposição à política de cotas raciais no ensino superior por historiadores (as) no Brasil (2006 a 2016) 520
Floriza Beatriz de Sena Paula

Ensino de História e História Local: o trabalho com a Fazenda Pedra Negra, em Três Pontas - MG.....	527
<i>Brenda Nataly de Paula Castelari</i>	
O uso dos Role-Playing Games no ensino de história: um relato de experiência.....	538
<i>Leonardo Marques Tôres</i>	
A Reforma Protestante na Escócia: os reflexos no clássico entre Celtic e Rangers	549
<i>Luísa Almeida de Paula,</i>	
“O Brasil não conhece o Brasil’: a história local como potência de ressignificação de identidades e saberes”	559
Espaços coloniais em perspectiva: a guerra contra os Botocudos em 1808 a partir do viés pós-colonial	560
<i>Fabício Luiz Pereira</i>	
História e Saúde no Brasil.....	571
Coleção iconográfica do Centro de Memória da Medicina: diagnóstico inicial.....	572
<i>Beatriz Lopes Mazim</i>	
<i>Ráisa Mendes Fernandes de Souza</i>	
<i>José Francisco Guelfi Campos</i>	
História Intelectual e Historiografia	583
Demétrio de Falero: proposta de Reforma Moral em Atenas e seu exílio no reino ptolomaico, nos séculos IV e III a.C.....	584
<i>Amanda Oliveira Righetti</i>	
O colapso do tempo histórico na obra de Roberto Schwarz	592
<i>Vitor Morais Graziari</i>	
Urbanidade e Modernidade: A construção dos Espaços Urbanos no Brasil	601
Empreendedorismo e mobilidade: o imigrante italiano no cenário urbano mineiro (1870-1907)	602
<i>Victor Frascaroli Calçado</i>	
Os conceitos de tempo e seu (s) uso (s) na identificação da cidade de São João del-Rei: um estudo de caso, jornal A Tribuna de São João del-Rei, 1914.....	609
<i>Mariana Alves de Araújo,</i>	
História e Visualidade: Artes, Colecionismos e Festividades.....	620
Narrativas para além da escrita o colecionismo como forma de fazer história.....	621
<i>Luíza Vasconcellos Pedrosa</i>	
Moda e modernidade no Brasil: um olhar sobre o jornal das senhoras e a estação.....	629
<i>Izabela Aparecida Gontijo</i>	

Flávio Raimundo Giarola

Negro no espelho: a construção da autoimagem do negro no Brasil 640

Isabela Gomes Pereira

AGRADECIMENTOS646

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Pesquisa em História da UFMG (EPHIS) é um evento de periodicidade anual que acontece desde 2012, organizado por membros do corpo discente do Programa de Pós-Graduação e Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. O EPHIS-UFMG tem por objetivo proporcionar um espaço de divulgação e debate de trabalhos acadêmicos em História e áreas correlacionadas. Espaço este atualmente dividido em forma de mesas temáticas, cursos de curta duração, simpósios temáticos, comunicações livres, lançamento de livros, exposições, feiras, atividades culturais, rodas de conversa, oficinas e publicações de anais de cada edição.

O X EPHIS será realizado entre os dias 23 e 27 de maio de 2022, com o tema “Tempo, memória e reminiscências: o (re)fazer histórico e suas perspectivas”. Sabemos que o tempo é um conceito intrigante. Como uma entidade onipresente, ele é invisível, mas está em toda parte; é relativo, sendo difícil defini-lo. Porém, mesmo sofrendo com sua imprecisão, encontramos formas de concebê-lo, estabelecendo o hoje, o ontem e o amanhã. Assim, passamos a celebrar datas e efemérides, como aniversários e/ou marcos históricos. Essas comemorações remetem a uma memória que muitas vezes foi construída coletivamente visando um objetivo: preservar a história, uma identidade ou cultura.

A Comissão Organizadora optou por esta temática visto o cenário político, social, econômico e educacional atuais. Lembrando que nos últimos dois anos passamos por uma pandemia, onde diversas metodologias e trabalhos tiveram seu formato alterado, como podemos refletir essas modificações no campo da História? Acreditamos que através de novas perspectivas historiográficas, experiências e discussões a respeito do tema. Pensando nisso, o EPHIS propõe mesas que refletem sobre assuntos significativos sobre efemérides e esquecimento, educação decoloniais de ensino e novas epistemologias, internet como espaço de escrita histórica e o bicentenário da Independência.

Durante a organização e definição do tema deste ano passamos por diversas discussões sobre o formato do nosso evento, on-line? Presencial? Híbrido? Nós aguardamos as políticas de prevenção municipais e Comitê COVID da UFMG para decidirmos o formato do nosso encontro. A Comissão Organizadora tem prezado pelo cumprimento de todas as normas sanitárias de

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

prevenção ao Coronavírus, principalmente dentro das salas e ambientes que ocorrerão as atividades, mantendo o distanciamento, utilizando máscaras e medidas de higiene recomendadas.

Apesar de ainda estarmos nos acostumando à retomada de atividades presenciais após um longo período de isolamento, acreditamos que o evento será caloroso. Além de ser uma forma de (re)aproximar discentes que iniciaram o seu período de estudos distantes da comunidade universitária, aprimorar os relacionamentos e conhecer pessoas (fisicamente) que só víamos on-line, transformar fotos em rostos reais (ainda que de máscaras).

Por fim, ressaltamos a importância de inserir na universidade, local que tem sido alvo de ataques governamentais e de desmontes das mais diversas ordens, debates antinegacionistas que viabilizem espaço reflexão sobre o fazer histórico e sua importância social na formação das identidades e inter-relações entre o conhecimento científico e a humanidade. O X EPHIS deseja refletir como o ofício do historiador, bem como a noção de tempo foram alterados durante o período pandêmico, compreender as reminiscências históricas e historiográficas das comemorações e efemérides e de que maneira o (re)fazer histórico foi remodelado.

Não custa lembrar: Usem máscara e vacinas salvam vidas!



SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST02 - As drogas na história: instituições, sujeitos, objetos e usos

Saulo Carneiro

saulo.carneiro@yahoo.com.br

Luíza Lima Dias

dias.lu.lima@gmail.com

Marcos Luiz Bretas da Fonseca

mlbretas@gmail.com

Gustavo Junqueira Costa Maia

gustavojcmaia@gmail.com

Nas últimas décadas, tem crescido o número de historiadores que se dedicam ao campo da história das drogas. Trata-se de uma área diversa e interdisciplinar, caracterizada por dialogar diretamente com debates e disputas relevantes que atravessam o cotidiano das sociedades no presente. São alguns exemplos, dentre vários outros, de temas desenvolvidos por esses pesquisadores: O surgimento de sistemas de regulação sobre o uso e comércio dessas substâncias; as práticas de determinadas comunidades indígenas com relação ao uso de psicoativos; os desdobramentos violentos da chamada “guerra às drogas”; a exploração econômica de processos farmoquímicos na produção de certas substâncias; o contexto internacional e suas relações com as políticas públicas sobre drogas; as relações do desenvolvimento da medicina e da farmácia com o uso de psicoativos na terapêutica; as várias formas de resistência popular e organizada às políticas moralizantes e punitivistas sobre as drogas; a própria definição da palavra “droga” e o status das substâncias que se encaixam nesse termo. Assim, a diversidade de perspectivas e temáticas possíveis dentro desse campo permite desenvolver pesquisas que permeiam diferentes áreas dentro da História, além de reforçar sua característica interdisciplinar.

Nesse sentido, como temática recente na historiografia, existem ainda muitas possibilidades de estudo e grandes variedades de pesquisas a serem realizadas. Todavia, há também uma série de obstáculos enfrentados por pesquisadores e pesquisadores que decidem seguir esse caminho, como a escassez de conferências com os pares para discutir trabalhos, a dificuldade de se encontrar determinadas fontes históricas, o preconceito moralizante e marginalização

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

direcionados aos que se dedicam ao tema. Assim, com o intuito de ampliar essas discussões e criar um espaço de diálogo entre diferentes perspectivas no campo, este Simpósio Temático está aberto a receber trabalhos situados na grande área da história das drogas, abarcando as instituições, os usos, os sujeitos e os objetos envolvidos nesse tema, que podem abarcar, por exemplo: intercâmbios culturais e comerciais nos períodos colonial, imperial, republicano e moderno, as revoluções psicoativas, os discursos médico, científico jornalístico e suas transformações, o status moral das drogas, a atuação das ciências e das instituições, as drogas enquanto mercadorias, o proibicionismo e suas relações locais e globais, a guerra às drogas e criminalização, e por fim, a patologização dos usos e usuários de drogas na história. Estamos abertos a diferentes recortes temporais e espaciais, de forma a estimular o crescimento de pesquisas sobre um tema que ainda se caracteriza como incipiente na historiografia, mas com grande potencial.

“Duque da Maconha” e as representações da cannabis na imprensa: uma história do estigma social da planta e de seus usos políticos (1950-1955)

Gustavo Junqueira Costa Maia

Artur Silva Lins

RESUMO: Este artigo pretende problematizar as descontinuidades na percepção social brasileira sobre os usos e os usuários da maconha na primeira metade do século XX, sobretudo seus efeitos na política. Nesse sentido, percebemos o quanto a construção do estigma criminalizador e moralizante do usuário e da planta não foi só montado com fins de controle social, como também proporcionou o surgimento uma nova forma de se fazer política tendo em vista a destruição de reputações. No caso em tela, apresentamos a experiência do portuário, líder sindical e trabalhista no Rio de Janeiro, Horácio Duque de Assis, fichado na polícia por porte de maconha e, portanto, constante vítima da imprensa antigetulista por essa ocorrência. A partir deste estudo de caso, apontamos como a situação de Duque fora inédita nas proporções do proibicionismo como arma política e, por outro lado, as limitações deste discurso na vida política, tomando como exemplo o próprio líder portuário.

Palavras-chave: Proibicionismo, Maconha, Política, Imprensa, Sindicalismo.

Na primeira metade dos anos 1950, Horácio Duque de Assis, sindicalista portuário e quadro dirigente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi constantemente massacrado pelos opositores ao projeto trabalhista por diversas alcunhas negativas como “Duque da Maconha”, “maconheiro”, “traficante de maconha” e etc. Nesse sentido, concomitante ao processo de consolidação de novos imaginários sociais em torno dos usos da maconha – construídos de forma mais intensa por autoridades policiais, científicas e governamentais desde as décadas iniciais do século XX –, percebe-se como o estigma social negativo acerca da planta e de seu usuário se tornou também uma ferramenta de desqualificação moral de adversários na política, sobretudo pelos meios de comunicação das diferentes tendências político-ideológicas. Em relação ao conceito de estigma, recorreremos às análises de Erving Goffman, em que o descreve como uma marca comportamental ou física de um grupo social ou indivíduo que é apropriada por terceiros no sentido de tratá-la como algo inferior e desviante dos padrões aprovados e esperados por uma determinada hegemonia na sociedade.¹ Se tratando do Brasil dos anos 1950 (mas, com resquícios até os dias atuais), usuários de maconha podem ser identificados como parte do grupo social que

¹ GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 2004, pp. 121-122.

exerce os comportamentos considerados desviantes pela hegemonia proibicionista então em formação naquela época.

Portanto, neste artigo pretendemos ressaltar, por um lado, o peso dos meios de comunicação na circulação, consolidação e reprodução do estigma social negativo acerca da maconha e de seus usuários na primeira metade do século XX e, por outro, problematizar quais teriam sido os efeitos e limitações do proibicionismo como arma de luta política, tendo como caso de estudo a situação peculiar da trajetória político-partidária do líder portuário.

O uso da maconha como arma de desqualificação pública de opositores políticos

Publicações negativas e positivas acerca da maconha figuram na imprensa brasileira desde o século XIX. Porém, nas décadas iniciais do século XX as qualificações sobre o uso e a existência da planta na imprensa passam a reproduzir de forma mais constante as ideias centrais da ciência eugenista da época, que, por sinal, também era fortemente proibicionista. Um dos maiores nomes dessa vanguarda de cientistas contrários ao costume canábico foi José Rodrigues Dória, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e que também chegou a ser presidente da província de Sergipe entre 1908-1911. Em seu trabalho *Os fumadores de maconha: males e efeitos do vício*, de 1915, Dória defendeu que a planta era tão nociva quanto o ópio, trazida pelos negros escravizados de África, seres “inferiores e selvagens”, e que, por fim, levaria seu usuário à loucura². Esse pensamento característico das teorias eugenistas, racistas e higienistas, que associava o uso da planta a um hábito cultural africano maléfico contra a saúde e a moral, se perpetuou nos círculos acadêmicos brasileiros nas décadas seguintes³ até se consolidar em política de Estado. Nesse sentido, tendo visto tal mentalidade compartilhada pelas autoridades, cientistas e imprensa, a maconha foi definitivamente proibida no Brasil pelo governo provisório de Getúlio Vargas em 1932. No entanto, foi durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), dirigida pelo mesmo Getúlio, em que se estabeleceu uma política nacional de repressão à produção, ao comércio e ao consumo da planta, através da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE). Como legado dessa política, no período democrático que se iniciou com a queda do Estado Novo após 1945, cresceram as menções negativas à maconha na imprensa de forma vertiginosa, sobretudo em ações policiais de criminalização contra seu cultivo, comércio e consumo.

² DÓRIA, José Rodrigues. *Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício*. In Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária, *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros*, 2. Ed, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do IBGE, 1958 [orig. 1915], p. 1-14.

³ ADIALA, Júlio César. *Drogas, medicina e civilização na Primeira República*. 184 f. Tese (Doutorado em História) – FIOCRUZ, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2011, 187 p.

Diante da consolidação do proibicionismo, esse fenômeno também criou um novo tipo de criminoso para além do usuário costumeiro da planta: o político. De acordo com Maria de Lourdes Silva, no novo regime de moralidades consolidado durante o Estado Novo nos anos 1940, o uso de drogas aparece como mais um agravante para se caracterizar os sujeitos perseguidos por acusações de “subversão” à ordem. Nesse sentido, o discurso proibicionista, ressalta a autora, alargou a repressão para além da população negra e migrante de regiões do Nordeste, que tinham no fumo da maconha um hábito, atingindo também os brancos e os críticos mais abastados ao regime, geralmente orientados à esquerda.⁴ Porém, a partir dos anos 1950, quem passou a ocupar cada vez mais esse espaço político relacionado ao estigma da maconha foi o trabalhismo getulista, corrente política que, pelo menos no Rio de Janeiro, era bastante presente no voto do trabalhador urbano e no movimento sindical. Portanto, a imprensa, em geral opositora voraz do projeto nacional-desenvolvimentista e redistributivo de Vargas, passa a recorrer à estigmatização social da maconha como mais uma arma retórica com o objetivo de arruinar as reputações dos trabalhistas. Carlos Lacerda, político da direita udenista e proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, fez uso corriqueiro do estigma para explicar e manipular, de maneira muito preconceituosa e elitista, o fenômeno de massas que apoiava as diretrizes trabalhistas do governo Vargas:

“O sr. Getúlio Vargas é a miragem. A sombra das esperanças malogradas. Ele está para uma grande parte do povo (...), como o sinal de uma epidemia, o primeiro sintoma de uma enfermidade terrível, que a todos abraça como se fosse a própria imagem da morte (...), ó morte sem gritos nem desdouros, ó morte sólida, compacta, concretamente expressa em palavras que embalam, em palavras que tonteiam, palavras - diamba, palavras de maconha e de agonial!”⁵

No entanto, é importante salientar que o recurso ao estigma negativo do canabismo como forma de luta política não se restringiu ao campo político da direita. Nas esferas localizadas mais à esquerda do cenário político-partidário, a maconha e seus usos também eram utilizados como retórica para a desqualificação pública de seus adversários. Em 29 de julho de 1952, no contexto da discussão do projeto de lei da criação da Petrobrás, em que até setores do próprio governo Vargas estavam contra o modelo estatal da companhia, o jornal *Imprensa Popular*, periódico oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), publicou um artigo crítico ao líder do governo no Congresso, Gustavo Capanema. Nele, os comunistas compararam as costuras de Capanema, que era a favor de uma maior participação da iniciativa privada no estratégico ramo do petróleo, como

⁴ SILVA, Maria de Lourdes. Drogas: da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945. 311 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009, 287 p.

⁵ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12 de ago. 1950, p. 4.

a maconha que o “malogreiro” político coloca no “cachimbo da paz” oferecido aos udenistas, trabalhistas e “dutristas” para conquistar um consenso contra os interesses populares e em detrimento de uma Petrobrás nacionalizada e sem interferência dos trustes internacionais.⁶ Ou seja, mais uma vez a referência à maconha ilustra um sentido de ilusão e envenenamento que, no caso debatido pelos comunistas, levaria os atores políticos a agirem por caminhos que pavimentariam a força de interesses estrangeiros contra a soberania econômica do país. Portanto, consideramos que emerge como novidade histórica o uso em larga escala do estigma proibicionista nas disputas políticas, instrumento potencializado pela prática jornalística de distintas tendências político-ideológicas da época, tanto à direita quanto à esquerda.

O “Duque da Maconha” na imprensa: efeitos e limitações do estigma proibicionista na política

Nesse contexto, diversos jornais cariocas publicaram dezenas de artigos críticos a Horácio Duque de Assis, dirigente da União dos Servidores do Porto e de inúmeras greves dos portuários na primeira metade dos anos 1950. No entanto, Duque de Assis, como era mais conhecido, não era uma liderança sindical qualquer. Ele também era um quadro do diretório do PTB no Rio de Janeiro, sendo, inclusive, uma das grandes promessas eleitorais do partido nas eleições legislativas de outubro de 1954. Porém, Assis tinha uma grande desvantagem contra si: uma ficha criminal na polícia por porte de maconha. Portanto, para os opositores do governo Vargas e do trabalhismo, o líder portuário não seria apenas mais um articulador no Porto do Rio destinado a provocar agitação, desordens e greves para aumentar a base eleitoral do PTB e do getulismo, mas também um “maconheiro” degenerado, sendo constantemente massacrado pelos veículos de comunicação oposicionistas nesse sentido.

No campo da esquerda, leia-se PCB, os ataques ao líder portuário tinham como objetivo primordial disputar a sua base e a entidade sindical da categoria que o PTB controlava. Em 1951, no início do mandato de Getúlio, os comunistas abriam seus flancos de desgaste ao governo atacando uma de suas mais importantes bases no período: o meio marítimo. Nesse contexto, num ambiente de insatisfação de muitos portuários com a administração da Superintendência do Cais do Porto, então uma autarquia, ou seja, um órgão administrado pelo governo de Getúlio, o *Imprensa Popular* denunciou o “desclassificado Horácio Duque de Assis” como traficante de maconha e “cagete da polícia” que atuava para desvirtuar a insatisfação dos trabalhadores do Porto contra o

⁶ *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 29 de jul. 1952, p. 3.

governo trabalhista.⁷ Além disso, desprezar Assis como usuário – e até “traficante” – de maconha era um motivo adicional para os comunistas, ainda oficialmente com uma linha de dura oposição ao PTB, se opor às iniciativas político-eleitorais do trabalhismo nessa conjuntura. Nesse sentido, destaca-se o uso da mesma tática moralista para desqualificar a Frente dos Trabalhadores Brasileiros, iniciativa de dirigentes sindicais do PTB e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) para lançar e fortalecer candidaturas de sindicalistas para as eleições de outubro de 1954. Nessa iniciativa, Duque de Assis era um dos principais nomes a serem lançados no pleito. Além disso, o líder portuário foi um dos principais organizadores e dirigentes da Frente no Rio de Janeiro. Diante desse cenário de disputa pelos proeminentes líderes sindicais da cidade, em novembro de 1953, em publicação intitulada “Arapuca de pelegos e traidores”, o jornal do PCB buscou criar desprezo pela iniciativa dos trabalhistas e socialistas ao tentar desmoralizar um dos principais dirigentes da Frente como o “Duque da Maconha”:

Trata-se de mais um expediente dos falsos líderes trabalhistas que se aproveitam dos Sindicatos para conseguir cargos no governo e que, usurpando o nome dos trabalhadores, e através da bajulação e subserviência sem limites aos exploradores, querem fazer política e enriquecer-se nas caixinhas eleitorais dos partidos da reação. Para testemunhar o que afirmamos, basta atentar para quem presidiu a reunião preparatória, organizou e dirigiu a tal “Frente” que é, nada mais e nada menos, que um conhecido pelego desclassificado, acusado de peculato, ladrão e defraudador dos cofres sindicais, contra o qual na Câmara dos Deputados se ergueu recentemente em denúncia o Sr. Breno da Silveira, protestando contra o fato desse pelego estar sendo indicado para a presidência de um instituto. Trata-se do policial e traficante de maconha Duque de Assis. É esse odiado traidor da classe operária que está organizando e vai dirigir a Frente dos Trabalhadores Brasileiros de Vargas e Jango.⁸

Entretanto, o massacre midiático contra o líder trabalhista era muito mais intenso entre a oposição de direita ao getulismo, especialmente depois que Duque de Assis dirigiu uma importante greve em abril de 1953, que durou mais de 40 dias e causou estresses financeiros para setores do comércio carioca e das próprias empresas importadoras e exportadoras estabelecidas no porto da cidade. Devido a visibilidade interna e externa que o líder angariou ao ter dirigido essa greve, apesar de ter feito o que pôde para não radicalizar a luta dos portuários (como fez em inúmeras greves que dirigiu, lhe dando a alcunha de “pelego” por ter sido muito moderado), Duque de Assis acabou sendo alçado ao quadro de dirigentes do diretório nacional do PTB, se tornou um organizador protagonista do movimento sindical carioca e um importante elo entre os trabalhadores e o trabalhismo, sobretudo da ala de João Goulart. Portanto, temendo o fortalecimento da hegemonia

⁷ Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 20 de abr. 1951, p. 5.

⁸ Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 19 de nov. 1953, p. 3.

do getulismo no movimento sindical e político dos trabalhadores na então capital federal, Duque de Assis passa a ser constantemente massacrado pela imprensa opositora. Pesava também nesse contexto de maior projeção de Assis na esfera pública a crise econômica, social e política pela qual passava o país. Preços exorbitantes das mercadorias de consumo básico, greves de massas deflagradas de forma sucessiva e articulações da direita para derrubar Vargas davam o tom da conjuntura. Nesse cenário, os ataques que se potencializavam contra Duque de Assis se combinavam às variadas táticas da oposição conservadora para desestabilizar o governo, sobretudo quando o presidente Vargas nomeou João Goulart para o comando do Ministério do Trabalho por possuir credenciais mais conciliadoras e reformistas e proximidade com o movimento sindical. Portanto, o massacre midiático da oposição acusando Duque de Assis como um ser inferior por ter uma simples ficha na polícia por porte de maconha tinha como objetivos principais não só criminalizá-lo como também as ações do trabalhismo. Em agosto de 1953, quando Assis foi nomeado para compor a direção nacional do PTB, o *Tribuna da Imprensa* recorreu ao estigma do canabismo para criminalizar o líder portuário quando sua imagem se tornava cada vez mais conhecida nos centros de organização e articulação do movimento sindical carioca:

...agitador Duque de Assis, conhecido traficante de maconha, preso várias vezes pelo comércio de entorpecentes, e presidente da União dos Servidores Portuários, foi eleito para o Diretório Nacional do PTB por indicação de Jango. (...) Uma aliança entre golpistas e comunistas para tramar contra as instituições democráticas.⁹

Pelo trecho da matéria acima, percebe-se como a oposição de direita atribuía à simples presença de Assis nos meios políticos e sindicais uma forma do trabalhismo condenar moralmente todo o regime constitucional. Ressalte-se que, na época, os sindicatos eram na prática instâncias do poder público, não havendo posse de diretorias sindicais – e até mesmo assembleias – sem a autorização e o controle do Ministério do Trabalho, por exemplo. É nesse contexto que a oposição via a suposta condenação moral do regime provocada pelo PTB, ao acusarem o partido de permitir um “maconheiro” na liderança de uma entidade sindical. Numa linha semelhante de argumentação seguia o *Correio da Manhã*, outro jornal ligado ao udenismo e ferrenho opositor ao getulismo. Em setembro de 1953, este periódico mirou o “maconheiro” em longo artigo apontando o que seria a total desmoralização das instituições sob o controle de Jango e Getúlio. Para o *Correio*, o então ministro do Trabalho seria responsável por um clima de insegurança para os “esclarecidos” do país apenas por negociar com o movimento organizado de trabalhadores e tolerar greves. Essa performance de Goulart era manipulada pelo *Correio* como uma tentativa do getulismo em

⁹ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 07 de ago. 1953, p. 3.

viabilizar uma “revolução sindical” no país para desestabilizar a ordem democrática e instaurar mais um regime ditatorial para abafar a oposição. Entretanto, ao se aliar a um “maconheiro delinquente” o quadro supostamente piorava, tendo o jornal tentado grudar na imagem do trabalhismo o signo da corrupção para almejar apenas objetivos pessoais e políticos, nem que fosse através da utilização de suspeitos de traficarem e usarem a planta estigmatizada:

Valendo-se de um grupo de bandoleiros, chefiados por um antigo e desidiioso conferente de cargas, Duque de Assis, o ministro do trabalho não poupa esforços para promover a paralisação do trabalho no porto. Esse Assis, maconheiro e delinquente com ficha sujíssima na polícia, já rompeu (Deus piedoso, a que ponto chegamos neste país!) com o superintendente do Porto e está na União dos Portuários, a mando do ministro, para conseguir a greve a qualquer preço. Esse homem, a quem um honesto chefe de família não titubearia em pôr pra fora de casa, pela gola do casaco, se porventura lá entrasse, é um dos mais poderosos cidadãos da “República sindicalista”, temido, obedecido, prestigiado pelos assistentes sindicais do Ministério do Trabalho e pelo próprio ministro.¹⁰

Aliás, para a oposição de direita, Assis não somente poderia ocupar um cargo sindical e ter relações estreitas com o governo para defender os interesses de sua categoria, como também ele não poderia se inserir na política. No contexto de proximidade do pleito legislativo de outubro de 1954, “denúncias” alarmistas do *Tribuna da Imprensa* mais uma vez atribuindo ao líder portuário a imagem de ser um traficante de maconha, se traduziam, na prática, a uma busca por removê-lo da disputa eleitoral. Tentativa que também se combinava a um esforço de usar esse caso para criminalizar e conter uma provável vitória legislativa do trabalhismo:

No Distrito Federal, o gangsterismo político ameaça assumir proporções inacreditáveis. No cais do Porto, impera Duque de Assis e o seu tráfico de maconha. (...) Aonde vamos parar? (...) Trata-se, no caso, de evitar o pior: a invasão das Assembleias Legislativas pela escória social que o “bas-fond” pode eleger.¹¹

Diante desse cenário, fomos impelidos a questionar qual teria sido o alcance e o poder da argumentação oposicionista contra o líder portuário fundamentada no estigma ao canabismo. Nesse sentido, emergem hipóteses e possibilidades de interpretação que nos indicam limitações na retórica proibicionista visando a deslegitimação e a criminalização política da atuação de Horácio Duque de Assis.

A começar pelas greves. Nelas, como era de praxe, o líder portuário continuou sendo constantemente assediado pela campanha midiática da imprensa, não só por estar dirigindo

¹⁰ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 05 de set. 1953, p. 3.

¹¹ Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 07 de jun. 1954, p. 20.

paralisações num setor estratégico para a economia da cidade, mas por ser suspeito de traficar e simplesmente ser usuário de maconha. Tais acusações tinham o objetivo aberto de criar legitimidade para uma ação repressiva contra os grevistas e, sobretudo, para prender e remover Duque de Assis da direção da União dos Servidores do Porto. Numa greve deflagrada no início de fevereiro de 1954, ao lado de recorrentes alcunhas como “agitador”, “irresponsável”, “agente de Moscou”, e etc., novamente o recurso a suspeita de Duque ter sido traficante de maconha foi utilizada pela imprensa para criminalizá-lo. Dessa maneira procedeu *O Jornal*, periódico de grande circulação na época e propriedade do senador e antigetulista Assis Chateaubriand, para impedir que o superintendente do Cais do Porto negociasse com e reconhecesse a autoridade institucional de Duque enquanto líder legítimo do movimento grevista.¹² Um mês depois, diante dos impasses que continuavam entre a Superintendência do Cais do Porto e os trabalhadores, novamente a categoria entrou em greve para pressionar o governo Vargas a conceder o reajuste salarial reivindicado e melhoria das condições de trabalho. Mais uma vez, Assis dirigiu o movimento e se constituiu como o principal representante dos portuários. Nesse contexto, novamente a imprensa recorreu aos ataques infundados contra o líder portuário visando sua prisão ao qualificá-lo e julgá-lo como “vendedor de maconha”:

Greve do maconheiro Duque forma fila no Porto. Quase 16 toneladas de mercadorias, entre as quais matéria-prima e víveres, encontram-se nos porões de 17 cargueiros da linha internacional. Esses vapores formam fila na Guanabara há mais de uma semana, desde que Duque de Assis, vendedor de maconha, deflagrou greve no porto, que terminou na quinta-feira.¹³

Contudo, Duque de Assis não foi detido em nenhuma dessas greves por acusações fundamentadas em tráfico de entorpecentes. A bem da verdade, seu cargo na União dos Servidores do Porto chegou a ser ameaçado pelo próprio governo Vargas quando, em abril, de acordo com uma portaria pretendendo intervir em diversos sindicatos que haviam feito greve – e depois da demissão conturbada de João Goulart do Ministério do Trabalho por pressão das Forças Armadas em fevereiro de 1954 – Assis foi intimidado junto a outros dirigentes a se afastar da entidade que controlava.¹⁴ No entanto, a motivação central dessa intenção autoritária nos parece ter sido o temor que o governo tinha em relação à emergência de novas mobilizações por reivindicações trabalhistas. Portanto, supõe-se que o estigma ao canabismo teve pouco peso nessa situação.

Aliás, em função da própria trajetória de que temos registro do líder portuário na primeira

¹² *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 de fev. 1954, p. 8.

¹³ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 07 de mar. 1954, p. 7.

¹⁴ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 de mar. 1954, p. 12.

metade dos anos 1950, não nos parece que o estigma em torno dele ser um usuário/vendedor de maconha tenha ocasionado fortes adversidades à sua atuação política e sindical, especialmente entre a sua própria categoria. No período, Duque de Assis se manteve no comando da União dos Servidores do Porto e ainda concorreu nas eleições legislativas de outubro de 1954 a deputado federal pelo PTB, inclusive com expressivo patrocínio do partido. Apesar de não ter conseguido se eleger, o que poderia ter sido um fator proporcionado pela campanha midiática extremamente negativa em torno de sua imagem, isso não invalida as evidências que demonstram a importância de Assis na organização do movimento sindical carioca na época, mesmo com todo o massacre dos jornais lhe atribuindo as pechas de ser supostamente incapaz intelectual e moralmente por ter sido um possível usuário de maconha. Isso nos leva a refletir que, pelo menos para os portuários, importava mais para eles os seus interesses e reivindicações contra a Superintendência do Cais do Porto do que cair nas intrigas criadas pela oposição e sua imprensa. Inclusive, também pesa nessa análise um elemento cultural e do cotidiano dos trabalhadores do mar: as práticas recorrentes de uso e, sobretudo, de comercialização da maconha. Esse fenômeno também era de conhecimento profundo da imprensa, que de forma diária acompanhava as batidas policiais na região portuária da cidade, considerada por essas autoridades um dos principais territórios de distribuição e comercialização da planta no Rio de Janeiro nos anos 1940 e 1950.¹⁵ Com isso não queremos afirmar que a maioria dos portuários fosse usuária ou que comercializasse maconha, ainda mais porque não temos informações precisas para medir uma proporção de usuários frente ao total estimado da categoria na conjuntura abordada. Pelo contrário, chamamos a atenção para a alta incidência de portuários, marítimos, estivadores e demais indivíduos pertencentes a alguma categoria de trabalho no porto carioca e em seus arredores que, para arrumar uma renda extra ou por qualquer outro motivo, resolviam revender pacotes de maconha que eram geralmente comprados em estados do Nordeste por marítimos ou por indivíduos que trabalhavam embarcados e em contato com outros portos do país. Portanto, este cotidiano de uso e comercialização da planta no porto pôde ter sido um fator que pesou na tolerância da maioria dos portuários com o fato de Duque de Assis já ter sido – ou não – um usuário ou até mesmo um

¹⁵ Sobre a distribuição e comercialização da erva na cidade, isto já era, na segunda metade dos anos 1940, motivo para a imprensa destacar em reportagens especiais – e, inclusive, bem detalhadas em fotos – sobre a região portuária da Praça Mauá e dos bairros nos seus arredores se constituir como uma dos principais locais de revenda da maconha, em geral trazida de forma descentralizada por diversas redes de comerciantes provenientes do trabalho marítimo e portuário. A Noite, Rio de Janeiro, 05 de out. 1948, p. 12. Por outro lado, percebe-se na simples matéria registrando a prisão de mais um usuário na Praça Mauá como ainda no início dos anos 1950 esse local era um importante centro de consumo e comercialização da planta no Rio de Janeiro. Nesta reportagem, o jovem auxiliar de fotógrafo detido, Antônio Lamil Santos, confessou ter comprado um pacote com baseados já preparados de um “embarcado” na praça por 50 cruzeiros. A Noite, Rio de Janeiro, 03 de jan. 1950, p. 2.

revendedor de maconha em algum momento de sua vida. Nesse sentido, para além dos interesses da categoria, os laços de sociabilidade com os “maconheiros” que eram seus colegas de trabalho e os próprios costumes dos portuários em relação à planta prevaleceram diante dos ataques de cunho moralista da imprensa.

Por outro lado, o caso do “Duque da Maconha” nos impele a pensar em contradições no interior do próprio movimento proibicionista. Esta era a situação específica da relação entre o jornal de diretriz trabalhista e pró-Vargas, a *Última Hora*, com o líder portuário. Este periódico era bastante proibicionista e também se constituía como mais um dos vários veículos de comunicação que, em articulação com as autoridades policiais, legitimavam as operações de repressão ao cultivo, comércio e uso da maconha. Não temos registros que nos levem a afirmar precisamente que Assis ainda tenha sido um usuário da planta nos anos 1950, pois, é importante ressaltar, os ataques ao dirigente se baseavam em informações prévias ao momento em que começou a liderar greves e em assumir responsabilidades sindicais no porto. Contudo, se mantinha a cultura do fumo ou não, ainda é interessante realçar a falta de interesse de um jornal proibicionista em investigar e acabar com a reputação de um importante aliado, nos indicando possivelmente sinais de hipocrisia... De toda maneira, em função dos laços políticos estabelecidos entre Assis e o trabalhismo, ele obteve espaços num importante jornal, como era o *Última Hora*, para se defender dos constantes ataques de seus adversários políticos e se colocar como um legítimo dirigente da categoria que representava:

Prosseguindo, naquela sua maneira acabocladada e franca de falar, Duque de Assis disse mais ainda: “A verdadeira fonte do ódio de Chateaubriand contra mim, como sempre, é o dinheiro. Mais de uma vez denunciei os seus golpes contra a renda do Cais do Porto. (...) Acabou-se assim a sua “marmita”, pois nas administrações anteriores esse inimigo da nossa classe obteve perdão para dívidas que atingiam a dezenas de milhões de cruzeiros”.¹⁶

Considerações finais

Concluindo, buscamos apresentar como, concomitante ao processo de disputa e consolidação de um imaginário social e político em que passa a associar o consumo e o comércio da maconha enquanto um desvio moral e de saúde extremamente condenável, emergiu uma nova forma de argumentação política para desqualificar publicamente a oposição associada ao estigma negativo em torno da planta. Contudo, no caso específico de Horácio Duque de Assis, sobretudo em relação à sua trajetória no movimento sindical do Rio de Janeiro, defendemos que o massacre

¹⁶ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 04 de fev. 1954, p. 1.

mediático contra sua imagem ao associá-lo a um desviante social por ter suspeitas de manter o hábito – e até de comercializar – a planta não proporcionou, pelo menos na primeira metade dos anos 1950, a destruição significativa de sua reputação política, sobretudo entre sua base de influência. Embora tenha sofrido uma derrota eleitoral, Assis continuou a ter uma posição estratégica para o PTB na direção da entidade associativa dos portuários até 1955, conforme se limitou a nossa pesquisa. No entanto, cabe destacar que não desprezamos, de maneira nenhuma, o peso do imaginário social, cultural e político profundamente estigmatizante da maconha e de seus usuários, muito menos o quanto esse regime de moralidades legitimou – e legitima até hoje – o aprofundamento da repressão e do controle social, especialmente contra a população negra, migrante e periférica. Contudo, no caso específico de seus usos políticos, nos parece que qualificar e compreender a hegemonia do trabalhismo sobre o movimento organizado de trabalhadores como a “miragem” fundamentada em “palavras de maconha e de agonia” que a todos “tonteiam” não foi tão efetivo em lograr o afastamento de amplas bases sociais, sobretudo das camadas populares, da sua esfera de influência.

ST03 - Vida religiosa no Mundo Ibérico: religiosidades, universo cultural, memórias e trajetórias (séculos XVI- XIX)

Marcella de Sá Brandão

marcellasabrandao@gmail.com

Pryscylla Cordeiro Rodrigues Santirocchi

pryscyllacordeiro@hotmail.com

Petros José da Rocha Brandão

petrosjbrandao@gmail.com

Israel Andrade dos Reis Valentim

israel.andrade.reis@hotmail.com

Scheyla Taveira da Silva

scheylat@hotmail.com

Letícia Maia Dias

leticiamaiadias@hotmail.com

No decorrer do processo de colonização empreendido pelas Monarquias Ibéricas, a religião católica se consolidou como um dos seus principais pilares de mundialização. Logo, o que se verificou não somente nas colônias americanas, mas nos demais territórios luso-espanhóis, foi o esforço de uniformizar, controlar e moralizar as populações e suas práticas mediante a égide do catolicismo. Sendo assim, a presença e os contatos estabelecidos entre grupos oriundos de culturas distintas, determinaram a formação de uma sociedade heterogênea e a prática de inúmeras formas de religiosidades. Destarte, a vida religiosa, a espiritualidade e os modelos que dessas experiências – individuais ou coletivas – surgem nos permitem a análise da polivalência da experiência humana no campo religioso. Assim, verifica-se, no curso da história, a escrita de memórias e de trajetórias, a construção ou a formação de tradições que não podem ser furtadas ao olhar crítico do historiador. Devemos questionar os usos, objetivos e construções narrativas – conforme o chamado do X EPHIS – nos afastando de acepções conservadoras que buscam um discurso de

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

verdade, totalidade imóvel ou alheia à história. Desse modo, ao longo da Época Moderna, marcada pelas conquistas, circulação de ideias e culturas, as dinâmicas de mestiçagens propiciaram naqueles espaços a adaptação, a assimilação e as mesclas entre elementos da fé católica e das culturas locais, a partir de lógicas culturais indígenas e africanas, que se influenciavam mutuamente. Por conseguinte, cabe ressaltar que, nesse universo cultural, marcado por trânsitos culturais, as relações travadas entre estes indivíduos com a religião, também se revelou a existência de impermeabilidades, tensões, modos de repressão e resistências. Este Simpósio Temático pretende viabilizar a exposição de trabalhos e debates historiográficos acerca de trajetórias e memórias (individuais e coletivas), religião e religiosidades, tendo em vista metodologias e/ou perspectivas de envergadura sociocultural, de gênero, raça e classe (interseccional e/ou decolonial), nos territórios que compreenderam o Mundo Ibérico (Portugal e América Portuguesa, Espanha e América Espanhola) entre os séculos XVI ao XIX. Dessa forma, deve-se levar em consideração as mudanças e permanências históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais daquela sociedade ao longo destes séculos. Aceitaremos pesquisas que tragam reflexões historiográficas com novos olhares. Dito de outro modo, pesquisas que proponham novas análises, a partir de novas metodologias, problematizações, perspectivas, etc. Inclusive estudos que pretendam fazer uma revisão de temáticas já consolidadas pela historiografia. Portanto, trabalhos que versam sobre as instituições religiosas e seus agentes, as normativas e sua aplicação, bem como, os trânsitos espaciais e culturais, as formas de religiosidade exercidas cotidianamente, as trajetórias de homens, mulheres e agentes históricos múltiplos no que tange toda forma de experiência religiosa.

Fluctuatio animi: os rastros do marranismo na modernidade ibérica antissemítica

Roberta Puccini Gontijo

Resumo: A tessitura do estranhamento ao *ser judeu* inicia-se, no Ocidente, com a culpa que lhe é cabida pela crucificação de Cristo aos olhos da Igreja primitiva. A mácula deicida então se entranha na herança da figura judaica legada ao Medievo e à Idade Moderna ibérica, espaço sobre o qual este trabalho se debruça. Sob essa ótica, busca-se compreender a maneira pela qual a centelha antijudaica moderna engendra a feição marrana, o judeu cindido entre a igreja e a sinagoga – a *fluctuatio animi* judaica. A chaga judaica circunscreve o massacre irrompido na juderia de Sevilha, em 1391, a *Sentencia-Estatuto* de Toledo, a instalação do Santo Ofício na Espanha e em Portugal, o decreto de expulsão dos judeus dos territórios espanhol e lusitano, o batismo forçado português e o Massacre de Lisboa. A conversão, amiúde forçada, constituía uma tentativa de escapar às perseguições ou às expulsões protocoladas pelo Estado. Já convertidos, porém, não raro viam a luz dos vitrais inquisitoriais abrindo-se a eles: diversos cristãos-novos eram acusados de praticar o judaísmo em segredo, mesmo sendo batizados na fé católica. Particularidades do antisemitismo ibérico fazem com que o criptojudaísmo salte ao marranismo; coagidos à *migração interior*, os marranos erguem-se como aqueles estranhos ao elemento já alheio (o judeu); são *o outro do outro*. O marranismo dilacera a identidade: o pertencimento oficial, exterior, duela com aquele pertencimento íntimo, passível de externalizado apenas na clandestinidade. Apartado do direito de ser reconhecido como cristão, tampouco visto como judeu, acaba por apartar-se de si. Baruch Spinoza, em sua *Ética*, concebe *fluctuatio animi* como uma “estrutura do espírito que nasce de dois afetos contrários”, a qual deságua em uma alma cindida. Nesse conceito, entrevê-se a descrição da alma marrana: a cisão da consciência assinala a oscilação entre o desejo do pertencimento ao povo de origem e a ambição de imiscuir-se na comunidade cristã..

Palavras-chave: Antisemitismo, *Fluctuatio animi*, Inquisição, Marranismo, Modernidade ibérica.

*Que sei eu do que serei,
eu que não sei o que sou?*

Tabacaria, Álvaro de Campos

*Todo herege e cismático há de ser lançado ao fogo eterno, na
companhia do Diabo e dos seus anjos, a não ser que, antes da
morte, seja incorporado e reintegrado à Igreja.*

Directorium inquisitorum

Introdução

A Cicatriz de Ulisses, capítulo que inaugura a obra teórico-literária *Mimesis*, de Erich Auerbach, explicita as duas estéticas narrativas à luz das quais se delineia a tessitura literária no Ocidente: a homérica, cuja singularidade revela-se em uma clareza ímpar e na centralidade do

narrado no tempo presente, e a bíblica, marcada por uma obscuridade episódica uma vez que a onipresença e a onipotência divinas justificam recortes dialógicos.

Auerbach não descreve essas características isento de alicerces comprobatórios, ao acaso, mas centraliza os dois viajantes referenciais para a escultura de toda a viagem literária ocidental: evoca uma passagem do Antigo Testamento protagonizada por Abraão e outra da *Odisseia*. Da primeira rememora o sacrifício de Isaac; da segunda, o canto em que, após o regresso a Ítaca, a cicatriz de Ulisses permite que sua antiga ama o reconheça¹⁷. Em que pese o trato simultâneo de ambas as narrativas, valoradas de maneira equiparada pelo autor, o título oculta a figura de Abraão e posiciona não somente Ulisses, mas também sua cicatriz¹⁸, no princípio da arte literária representativa. Assim, não seria Abraão a encarnação mimética da cicatriz ao olhar do autor, ele mesmo judeu e testemunha da Shoah?

À parte de a civilização ocidental ser contemplada como uma civilização cujas raízes encontram-se na cultura judaico-cristã, o elemento judaico lhe é estranho, estrangeiro; arquiteta-se como uma sombra errante não absorvida pelo Ocidente, como uma cicatriz renitente nas entranhas da sociedade ocidental: eis a turva psicologia judaica, eis o espectro do judeu errante. No Medievo, essa aura obscura implicou a tessitura do arquétipo infecto e deícida, a quem a epígrafe deste trabalho referencia: Ahasverus, sapateiro judeu cujos ultrajes direcionados a Cristo, durante a *Via Crucis*, desencadearam sua punição ao vagar eterno e solitário.

O destino errante do andarilho então encontra a figura de Caim, cuja mácula pelo pecado fratricida Deus materializou com um sinal, também o condenando ao perpétuo vagar. Assim, Ahasverus e Caim reúnem-se, conforme delineado pela simbologia cristã arcaica, na imagem judaica; por sua vez, concebida como uma encarnação demoníaca, assinalada com o selo atroz.

A abstração do judeu errante, persona infecta e estranha à Cristandade, desprende-se do mero imaginário e se corporifica na História quando a pureza de sangue é reivindicada na Península Ibérica.

¹⁷ Ao entrar em casa, da qual se mantém distante há vinte anos, Ulisses, por obra de Atena, encontra-se metamorfoseado em indigente. Ainda assim, Euricleia reconhece o herói ao observar uma cicatriz localizada em sua coxa. Nos tempos de juventude, Ulisses certa vez deparou-se com um javali escondido por entre densos arvoredos; desejoso de transpassá-lo com sua lança, aproximou-se do animal, que se precipitou, ferindo-o acima do joelho. Já no regresso à casa paterna, seus pais questionaram-lhe como obtivera a cicatriz. A explicação foi ouvida pela ama, que a reteve em sua memória. HOMERO, *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. 576 p.

¹⁸ AUERBACH, Erich. A Cicatriz de Ulisses. In: AUERBACH, Erich. *Mimesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. Trad. Bernard Sperber. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 60-94.

Sob essa lente, rememorando a história dos judeus na Península Ibérica, este trabalho busca compreender a maneira pela qual o antissemitismo ibérico, que vinha, a todo galope, estimulando conversões de judeus desde 1391 na Península Ibérica, engendra o fenômeno marrano e, em particular, a *fluctuatio animi* – a consciência cindida entre a igreja e a sinagoga, entre o Catolicismo e o Judaísmo.

Em direção à *fluctuatio animi*

O reinado de Dom Pedro I, no ano de 1361, modificou a suposta *pax* até então vigente entre judeus e cristãos no território português, haja vista a outorga do recolhimento judaico em localidades particulares, não habitadas por cristãos. Daí se disseminaram, pelo território lusitano, as *juderías* – bairros isolados construídos para a comunidade judaizante mediante pagamento tributário e regidos por um direito próprio –; seu objetivo ia ao encontro da máxima restrição à convivência judaico-cristã. Em que pese a liberdade concedida às leis judaicas no interior das comunas, esse direito era subordinado ao ordenamento do reino português, de modo que a jurisdição real impunha limitações ao judeu, elemento vigiado no interior das *juderías*, cujos portões deveriam ser fechados ao anoitecer, por guardas reais.

Em Portugal, gozaram de uma legislação, até certo ponto, branda em detrimento da jurisdição antijudaica em voga, à mesma época, no restante do mundo europeu. Sedimentados em uma espécie de *Estado* próprio no interior do Estado Nacional lusitano, vislumbravam uma ampla participação nas estruturas régia e econômica.

Acontecimentos pós-Reconquista espanhola, todavia, ergueram-se como ventos desfavoráveis à brandura de tratamento direcionada aos judeus, desviando a rota da relativa bonança ao cru expurgo, à nua perseguição.

Em 1391, uma cólera antijudaica expandiu-se pelo território espanhol, engendrando uma fúria generalizada. A 4 de junho, na *judería* de Sevilha, uma turba inebriada, liderada por Ferrán Martínez, arqui-diácono em Sevilha, e “tomada por um fervor místico em relação ao sangue puro”¹⁹, irrompeu uma verdadeira devastação dentre os judaizantes. Sinagogas e símbolos judaicos ruíram; houve saques aos montes; perseguições e mortes alcançaram os judeus, restritos, por ora, a uma escolha dual: a conversão ou a fuga, com frequência, para a vizinhança lusitana. O episódio foi marcado pelo seguinte mote: “Ou a Cruz ou a morte”.

¹⁹ CESARE, Donatella di. Marranos: O outro do outro. Trad. Cezar Tridapalli. Belo Horizonte; Veneza: Editora Âyiné, 2021, p. 41.

No instante final da Guerra de Reconquista, vislumbrada como uma espécie de nova Guerra Santa, precisando de fundos para a campanha contra os mouros, os reis espanhóis vislumbram o confisco de bens como modo de se obter o enchimento dos cofres públicos. Detectado o inimigo, sob as vestes da religião, encobririam interesses econômicos da Coroa – assim, o poder régio reivindica ao Papado a instalação de um Tribunal do Santo Ofício. Em 1478, Papa Sisto IV edita a bula *Exigit sinceræ devotionis affectu*, a qual permitia à Coroa a nomeação de inquisidores. Em 1480, o primeiro Tribunal hispânico é instalado em Sevilha.

Com a queda de Granada, em 2 de janeiro de 1492, há o decreto de expulsão dos judeus das terras hispânicas: “todos os judeus com seus filho e filhas, criados e criadas, posição e sexo, no prazo de 4 meses”²⁰. Ante o édito real, muitos judeus buscaram refúgio em Portugal.

Assina-se, assim, o fim de uma era de convivência e relativa tolerância entre culturas diferentes na fronteira entre os séculos XV e XVI. Nessa perspectiva, há a metamorfose da “Espanha das três religiões em terra-mater do mito ariano, em espaço-símbolo da intolerância”²¹.

Somente eram submetidos aos procedimentos inquisitoriais aqueles considerados hereges. Logo, judeus e mouros não eram alvos de inquisidores a menos que fossem cristãos recém-convertidos – os denominados cristãos-novos. Todavia, a despeito da conversão, uma vez que a ambição quanto à unidade do reino ia ao encontro do intento régio de ver os territórios sob seu poder limpos de sangue, apenas cristão-velhos eram vislumbrados como os genuínos partícipes da Cristandade.

A conversão, não raro forçada, constituía uma tentativa de escapar às perseguições ou às expulsões protocoladas pelo Estado. Já convertidos, porém, os judeus viam a luz dos vitrais inquisitoriais abrindo-se a eles: muitos cristãos-novos eram condenados pela prática de criptojudaísmo – quando a pública profissão dos credos cristãos contracenava-se com a oculta lealdade às práticas de sua religião primitiva.

Como *los cristianos viejos* tinham o sangue imaculado e, em contrapartida, *los cristianos nuevos* ex-judaizantes tinham o impuro sangue judaico, nem mesmo a água da pia batismal, capaz de expurgar os pecados, poderia absolver o judeu de sua impureza originária. Uma vez maculados,

²

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 41.

²¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 70.

nada seria capaz de extinguir o mal judaico, incurável – nem mesmo a água da Salvação²². Assim, erguem-se barreiras para mitigar o contato entre os *perversos* e os homens honestos de fé.

A *Sentencia-Estatuto* de Toledo, instituída em 1449, vedava aos recém-convertidos e aos *infectos*, dentre os quais se encontravam judeus e mouros, o acesso a cargos públicos, ordens religiosas e militares, confrarias, irmandades e colégios maiores²³. Ainda que seu domínio fosse local – logo, isento qualquer mando régio que o estendesse aos domínios do império –, abriu margem aos estatutos de pureza de sangue na Península Ibérica.

Nos anos de 1490, Dom Manuel, à luz do intento de unificação dos reinos ibéricos sob o mando português, opta pelo matrimônio com Isabel, filha dos reis hispânicos. Como uma das condições impostas à concretização do matrimônio, nota-se o obrigatório banimento judaico das terras portuguesas.

Em novembro de 1496, houve o casamento; em dezembro, deu-se o decreto de expulsão. Sob pena de morte e de confisco dos bens pela Coroa em caso de desobediência, delimitou-se o mês de outubro como data máxima para sua saída definitiva do território lusitano. Não havia um intuito de se recriar uma sociedade, mas sim de purificar a já existente.²⁴

No título XLI d’O *Segundo Livro das Ordenações Manuelinas*, tem-se o registro do édito real de dezembro de 1496 – *Que os Judeus e Mouros forros se saiam destes Reynos, e nom morem, nem estem nelles* – no qual se lê:

Sendo Nós muito certo, que os Judeus e Mouros obstinados no odio da Nossa Sancta Fee Catholica de Christo nosso Senhor, que por sua morte nos remio, tem cometido, e continuadamente contra elle cometem grandes males, e blasfemias em estes Nossos Reynos, as quaes nom tam soamente a elles, que sam filhos de maldiçam, em quanto na dureza de seus corações estiverem, sam causa de mais condenaçam, mas ainda a muitos Christaos fazem apartar da verdadeira carreira, que he a Sancta Fee Catholica; por estas, e outras mui grandes e necessárias razões, que Nos a esto movem, que a todo Christaõ sam notorias e manifestas, avida madura deliberaçam com os do Nosso Conselho, e Letrados, Determinamos, e Mandamos, que da pubricaçam desta Nossa Ley, e Determinaçam até per todo o mez d’Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor de mil e quatrocentos e noventa e sete, todos os Judeus, e Mouros

²² CESARE, Donatella di. Marranos: O outro do outro. Trad. Cezar Tridapalli. Belo Horizonte; Veneza: Editora Âyiné, 2021, p. 70.

²³NOVINSKY, Anita. Anti-semitismo, os marranos e a “fluctuatio animi”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). O Anti-semitismo nas Américas: Memória e História. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 27-38.

²⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 45.

forros, que em Nossos Reynos ouver, se saiam fóra delles, sob pena de morte natural, e perder as fazendas, para quem os acusar²⁵.

Em abril de 1497, determinou-se que filhos de judeus menores de catorze anos fossem afastados de seus pais e educados nos preceitos cristãos. Em outubro, o prazo para a migração judaica findou. Prometeu-se aos judeus desejosos de sair de Portugal que navios estariam à sua disposição no porto de Lisboa. Reunindo-se lá, porém, foi-lhes comunicado que se tornariam escravos reais, dada a expiração do prazo. Essa comunicação era motivada pela pretensão de Dom Manuel de que os judeus se convertessem voluntariamente à fé cristã. Não ocorrendo a conversão voluntária, procedeu-se ao batismo forçado²⁶.

Nesse contexto, houve conversões forçadas aos montes com vistas à manutenção, no território português, de um elemento basilar da economia lusitana – os judeus. Inúmeros judeus foram arrastados até a pia batismal, outros foram batizados em pé. Diversos pais judeus, movidos por uma consciência atormentada, assassinaram seus filhos, lançando-os a poços, e, em seguida, suicidaram-se para resistir ao batismo.

Ante esses acontecimentos, muitos dos judeus que permaneceram na Península Ibérica ou que migraram para as colônias na América converteram-se ao Cristianismo, mas, ao mesmo tempo, praticavam, às ocultas, sua religião de origem. É nesse sentido que se fortalecem as práticas do criptojudaísmo e do marranismo no mundo ibérico.

Se o criptojudeu é aquele que revela seu verdadeiro pertencimento – *ser judeu* – somente no esconderijo de seu âmbito privado, o marrano – palavra cuja provável etimologia advém do vocábulo árabe *mabram* (“coisa proibida”) – é aquele que, ao tentar aproximar-se do Cristianismo e do Judaísmo simultaneamente, incorpora alguns elementos cristãos em sua mentalidade e acaba por afastar-se criticamente dos ritos judaicos.

O marrano vivencia a dilaceração de sua identidade, que oscila entre pertencimento oficial, exterior, e pertencimento íntimo, passível de externalizado apenas às escondidas, na clandestinidade. O apoio instável entre ambos os polos leva ao dissenso, à fragilidade do próprio espírito. Não podendo pertencer à sociedade católica, também não podem retornar plenamente à comunidade de origem.

Coagidos a emigrarem para dentro de si, não mais são judeus, mas tampouco tornam-se cristãos; os marranos erguem-se como aqueles estranhos ao elemento já alheio (o elemento

²⁵ O Segundo Livro das Ordenações Manuelinas, Título XLI, p. 213. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/l2p212.htm>>. Acesso em: 04/12/2021.

²⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 45.

judaico); são *o outro do outro*. O marranismo dilacera a identidade – cindida entre mundos inconciliáveis: o pertencimento oficial, exterior, duela com aquele pertencimento íntimo, passível de externalizado apenas às escondidas, na clandestinidade. O apoio instável entre ambos os polos leva ao dissenso, à fragilidade do próprio espírito. Apartado do direito a ser reconhecido como cristão, mas também apartado do direito a ser reconhecido como judeu, o marrano acaba por apartar-se de si.

A 19 de abril de 1506, no domingo posterior à celebração da Páscoa, Lisboa vislumbrava a primeira violência ardente direcionada aos cristãos-novos. A capital lusitana, à época, encontrava-se imersa em trevas: a seca, a escassez de alimentos, a fome e a peste penetravam o cotidiano dos lisboetas. Muitos cristãos-velhos reuniram-se na igreja do convento de São Domingos, alimentados pela esperança de ali haver um milagre. Segundo rumores, teria havido um no dia 15 do mesmo mês; assim, os fiéis criam em sua repetição.

Ao cintilar, a cruz se tornou o instrumento do milagre para a multidão jubilosa. Para um cristão-novo ali presente, porém, o brilho advindo do crucifixo seria apenas um reflexo de alguma das muitas velas acesas. Nesse instante, alvo do ódio de todo aquele contingente exultante, ao cristão-novo, então já morto e queimado, é sobreposta a face do judeu:

Após trinta anos do Massacre de Lisboa, durante o reinado de Dom João III, inicia-se, em 1536, a atividade do Tribunal do Santo Ofício português após publicação da bula *Cum ad nihil magis* pelo Papa Paulo III.

A Península Ibérica, outrora morada simultânea da tríade monoteísta, torna-se agora promotora de diásporas judaicas. O mito então salta do imaginário, da pura abstração, à esfera do real: o vagar *ad infinitum* de Ahasverus encontra as migrações judaicas que zarpam da Península Ibérica.

Segundo Anita Novinsky, as engrenagens inquisitoriais portuguesa e espanhola têm três particularidades das quais não se pode esquecer: o Santo Ofício, nos países ibéricos, foi introduzido como resultado de um antissemitismo que vinha se maturando desde os massacres de 1391. A historiadora lembra que “os judeus foram o único povo da história para o qual foi criada e estabelecida uma Corte de Justiça, oficial, especialmente voltada para os vigiar e punir”.²⁷

Salienta ainda que a Inquisição firmou-se com base na existência de um judaísmo encoberto, cujo desnudamento era necessário aos olhos do Estado, de uma camada da população

²⁷ NOVINSKY, Anita. Anti-semitismo, os marranos e a “*fluctuatio animi*”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). O Anti-semitismo nas Américas: Memória e História. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 41.

portuguesa e que se apoiava em investigações genealógicas – destacando-se, nesse contexto, o fator biológico, o sangue, que exerceu peso fundamental sobre o antissemitismo ibérico.

Observa-se, assim, a instrumentalização do direito – v. estatutos de pureza de sangue – e a instrumentalização da religião pelo apelo à pureza de sangue.

A fluctuatio animi e o marranismo

Na Península Ibérica, a sede de *limpeza de sangue*, o apego demasiado à segregação entre cristãos novos e cristãos velhos e a existência de um antissemitismo longo esculpem um criptojudaísmo de contornos particulares: o chamado marranismo. Segundo Anita Novinsky, o marrano “representa a condição universal, amiúde inconsciente, de homens removidos das sociedades em que viveram. O marrano é um homem que vive em seu mundo sem pertencer a ele”²⁸. Nesse sentido, designa aquele que adota uma máscara pública, aquele que desempenha um duplo papel.

Baneditus de Spinoza, nascido Baruch de Espinosa, descendente de uma família judaica sefardita, em sua *Ética*, concebe *fluctuatio animi* como uma “estrutura do espírito que nasce de dois afetos contrários”, a qual deságua em uma alma cindida. Nesse conceito, entrevê-se a descrição da alma marrana: a cisão da consciência, característica essencial do pária, assinala a oscilação entre o desejo do pertencimento ao povo de origem e a ambição de imiscuir-se na comunidade cristã. Suspensa entre dois derivados, sua identidade fragmenta-se; e o marrano torna-se, então, um solitário.

Em seu *Tratado teológico-político*, manifesto pela libertação dos marranos, posiciona-se contra todo o controle de ideias, contra toda a extração coercitiva do segredo. Ao reivindicar a liberdade de expressão e o direito ao segredo, rememora o drama vivenciado pelos marranos, do qual “intui que só o espaço inacessível do segredo pode confrontar o poder totalitário da propaganda que ameaça insidiosamente a democracia”²⁹.

À luz do espectro marrano, Spinoza delineia sua democracia – avessa a qualquer tribunal da consciência.

Eis a perfeita descrição da cindida alma marrana – o conceito abarcado pela *fluctuatio animi*.

²⁸ NOVINSKY, Anita Waingort. *Viver nos tempos da inquisição*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

²⁹ CESARE, Donatella di. *Marranos: O outro do outro*. Trad. Cezar Tridapalli. Belo Horizonte; Veneza: Editora Âyiné, 2021, p. 141.

ST04 - Antiguidade Tardia e Idade Média: Poder, Fé e Representações

Leandro César Santana Neves

lcneves.clio@gmail.com

Mariana Durães de Freitas

mariana.duraes@aluno.ufop.edu.br

Daniela Aparecida Rodrigues

d.aparecidarodrigues@gmail.com

Pedro Henrique Pereira Silva

pedrop.ufsj@gmail.com

A proposta desse Simpósio Temático, já tradicional nas edições anteriores do EPHIS, é manter um espaço para intercâmbio, consolidação e expansão das pesquisas realizadas no Brasil sobre os períodos convencionados como Antiguidade Tardia e a Idade Média. Entende-se que eventos desse tipo são importantes para aprofundar as reflexões e os diálogos historiográficos, bem como apresentar novas fontes ou abordagens ainda pouco conhecidas. O objetivo principal é promover um debate entre diferentes perspectivas de estudos nos mais variados recortes da Antiguidade Tardia e Medieval Ocidental e Oriental. Destarte, reflexões relacionadas a essas temáticas, em suas múltiplas dimensões, possibilitam maior compreensão dos discursos construídos em torno de diversas questões, como a alteridade, a magia, a criação artística, o gênero, a justiça, os governos urbanos, a filosofia, etc. Além disso, esse Simpósio não se limita apenas aos períodos referidos em si, incluindo também suas representações e projeções ao longo da história, como é no caso das temáticas de medievalismo e estudos de recepção, entre outras. A temática proposta, portanto, é bastante ampla e possibilita a inclusão de problemáticas pertinentes a diversas regiões e recortes temporais da Antiguidade Tardia e Idade Média. Propomos que seja realizado um debate interdisciplinar, ancorado na percepção do tema pela História, que permita a troca de experiências entre pesquisadores que se dedicam ao estudo dessas temporalidades em áreas diversas do conhecimento. A metodologia adotada pelo Simpósio Temático será a apresentação de comunicações agrupadas pelos coordenadores, tendo como base a proximidade temática, seguida por debates que possibilitem a participação dos ouvintes.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Opressão, poder e fé: o caso da transição da Igreja Cristã Copta da dominação bizantina para a árabe (632-661)

Oppression, power and faith: the case of the Coptic Christian Church's transition from Byzantine to Arab domination (632-661)

Raphael Rocha Quintão

Resumo: Com base em novas perspectivas sobre a História das Religiões e da História Política, o trabalho visa discorrer acerca do contexto de transição da dominação bizantina sobre o Norte da África para a dominação árabe. Constantino planejou e construiu Constantinopla como a Nova Roma cristianizada. Muito tempo já havia se passado, mas Justiniano quis fazer valer as palavras de Constantino. Movido pelo desejo de “reaver” as terras do Império, promoveu a incursão de exércitos comandados por Belisário no Norte da África alegando que aqueles domínios eram do Império Romano. Com a dominação bizantina, que adotara o creno niceno-constantinopolitano, a igreja cristã instalada no norte africano, de orientação contrária às decisões do Concílio de Calcedônia, sofre a regulação de Constantinopla. Porém, com a expansão do Islã, o Egito passa ao domínio árabe após longas intervenções bizantinas. A avaliação dos cristãos coptas sobre a mudança de dominação surpreende o *sensu commun* contemporâneo.

Palavras-chave: dominação; cristianismo; Islã.

Resumen/Abstract: Based on new perspectives of History of Religions and Political History, the work aims to discuss the context of transition from Byzantine domination over North Africa to Arab domination. Constantine planned and built Constantinople as the Christianized New Rome. Much time had passed, but Justinian wanted to make Constantine's words stand out. Moved by the desire to “regain” the lands of the Empire, he promoted the incursion of armies commanded by Belisarius into North Africa, claiming that those domains belonged to the Roman Empire. With the Byzantine domination, which adopted the Nicen-Constantinopolitan creed, the Christian church installed in North Africa, with an orientation contrary to the decisions of the Council of Chalcedon, suffered the regulation of Constantinople. However, with the expansion of Islam, Egypt passes to Arab rule after long Byzantine interventions. Coptic Christians' assessment of the change in domination surprises contemporary common sense.

Palabras clave/Keywords: domination; Christianity; Islam.

Com a invasão e saque de Roma em 410 por Alarico, simbolicamente o Império Romano Ocidental havia sucumbido. Medida necessária à administração de um imenso território, o Império, na prática, não regulava totalmente as administrações locais e regionais. Porém, foi Diocleciano que levou essa medida à tona: para resolver o claro declínio e fragilidade de Roma no século III, o

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

imperador dividiu o grande território em quatro partes. Assim iniciava o período em que Roma era governada por uma tetrarquia de imperadores. Apesar de não ter feito uma inovação prática, Diocleciano de fato conseguiu colocar Roma num caminho de reconstrução. A descentralização promovida possibilitou que quatro frentes militares conseguissem repelir as ameaças externas ao Império e ainda conferir novos territórios, como a Grã-Bretanha. De fato, na transição do século III para o IV, “o Império Romano estava em paz”³⁰.

Porém, com a morte de Diocleciano, a sucessão imperial voltou a desestabilizar o Império, apesar dos esforços do falecido imperador em ter deixado a sucessão “organizada”. Ao fim dos embates, nos importa que Constantino, filho de Constâncio (tetrarca escolhido por Diocleciano para Augusto Ocidental), se tornou Imperador. O cristianismo não era, como muitos pensam, religião majoritária do Império na época da ascensão de Constantino. De fato, os seguidores de Jesus, chamado o Cristo, estavam espalhados por toda parte do imenso território imperial. O cristianismo se originou no oriente, mas rapidamente se espalhou, talvez pela facilidade de locomoção dentro do Império, talvez pela constante movimentação de tropas militares. Contudo, para os cristãos houve uma mudança significativa sob o governo de Constantino: em 313, ainda antes de ser imperador sobre todo o Império, ele se reuniu com o Imperador do Oriente, Maxêncio, acertando a liberdade de culto aos cristãos em toda a extensão imperial. De forma polêmica, Constantino não se batizou antes de estar no leito de morte, apesar de ter se posicionado abertamente como cristão, inclusive estando presente em vários Concílios. Não julgando sua doutrina e credo, o fato é que, em Constantino, o cristianismo deixou de ser uma religião de perseguidos, embora ainda não fosse a religião imperial. No campo da organização do Estado, Constantino repetiu o relativo sucesso que havia sido a estratégia de Diocleciano. A grande novidade em seu governo foi a criação de uma nova capital para o Império Ocidental: a velha Bizâncio se tornou Constantinopla. A cidade de Constantino foi construída como a Nova Roma: “Constantino fundou uma cidade explícita e completamente cristã em seu espaço cívico [...]”³¹. Constantinopla foi criada para ser a Nova Roma, mas cristã.

Após Constantino ficou evidente que a sobrevida do Império iniciada em Diocleciano iria chegar ao fim rapidamente. Em 410, retornando da digressão, Roma foi saqueada pelos godos (no caso os ostrogodos, ou seja, “godos do leste ou do oriente”), fato que simbolizou a queda daquele

³⁰ LEITHART, Peter. J. *Em defesa de Constantino: o crepúsculo de um Império e a aurora da Cristandade*. 1. ed. Trad. Natan Cerqueira. Brasília: Monergismo, 2020.

³¹ LEITHART. *Em defesa de Constantino: o crepúsculo de um Império e a aurora da Cristandade*, p. 130.

Império. Havia um clima de tensão e desânimo sobre Roma: os aristocratas fugiram dos exércitos godos e foram para suas *villae* no interior. Roma ficara apenas com os pobres e desvalidos que não fugiram: a maioria era composta de cristãos. De fato, os pagãos acusavam os cristãos de terem a culpa sobre a queda do Império. Porém, Santo Agostinho, com certa razão, esbravejava com Marcelino que isso não era verdade³². O Império do Ocidente havia sucumbido, Roma havia sido saqueada e destruída, mas a Nova Roma, Constantinopla, resistia em pé à fragmentação Ocidental. Ali estava a continuidade do Império: a grande cidade erigida por Constantino era o que restava do grande Império Romano, era um novo símbolo de um novo Império. Constantinopla continuou como símbolo do Império: com as muitas reviravoltas na Península Itálica e em todo o Mediterrâneo, os novos governantes buscavam a bênção do imperador do oriente. Teodorico, na ocasião em que derrotou o insurgente soldado Odoacro, que havia deposto o imperador ocidental Rômulo Augústulo em 476 (marco da historiografia clássica para a transição do mundo antigo para o medieval), recebeu o título de *rex* pelo imperador oriental Zenão³³. Esse título era comum nos povos bárbaros desde o século III para identificar uma posição de destaque na estrutura imperial, mas que era submissa ao imperador. O panorama político havia fragmentado, mas era fundamental a anuência do Império.

Assim como o contexto político, o panorama religioso era bem fragmentado. Contrariando o senso comum sobre o cristianismo antigo, os seguidores de Cristo não eram unânimes em vários temas. O quadro teológico da igreja na Antiguidade nunca foi unívoco e “a emergência de um padrão ortodoxo normativo não esconde o fato de que a pluralidade doutrinal ao redor do Mediterrâneo ainda existia”³⁴. Episódio controverso, principalmente pela participação de Constantino, o Concílio de Nicéia (325) havia determinado um padrão ortodoxo “ecumênico” para a Igreja. O Concílio de Calcedônia (451) ajudou a lapidar de forma definitiva a ortodoxia cristã. Esse último foi o responsável por definir, a final, a controvérsia cristológica. Ário havia pensado que Jesus era somente homem e foi corrigido por Nicéia. A querela que provocou o Concílio de Calcedônia era um tanto mais complexa do que as dúvidas de Ário: as igrejas da Síria e Egito consideravam “a humanidade de Cristo antes do mais como um mero instrumento da ação

³² GILSON, Étienne. *A Metamorfose da Cidade de Deus*. 1. ed. Trad: João Camilo de Oliveira Tôres. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

³³ BOY, R. V. Bizâncio e o Ocidente Mediterrâneo: relações de poder entre Constantinopla e os Godos nos séculos V e VI. In: ALMEIDA, N. DE B.; DELLA TORRE, R. (Eds.). *O Mediterrâneo medieval reconsiderado*. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019. p. 142.

³⁴ DELLA TORRE, R. Um Mediterrâneo Tardo-antigo e Medieval teologicamente integrado? A polémica entre Nestório de Constantinopla e Cirilo de Alexandria (428-434). In: ALMEIDA, N. DE B.; DELLA TORRE, R. (Eds.). *O Mediterrâneo medieval reconsiderado*. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019. p. 87.

divina no mundo”³⁵. Isso discordava da concepção “ortodoxa” da Igreja de Constantinopla: Cristo tinha a natureza divina e humana, ambas em harmonia e perfeição. No século V as disputas ficaram mais acaloradas, principalmente devido às quase infinitas discórdias entre Cirilo de Alexandria e Nestório de Constantinopla³⁶. Sendo assim, foi convocado inicialmente um Concílio na cidade de Éfeso em 449 para a resolução da discórdia. Porém, durante a realização da reunião, o patriarca de Constantinopla, Flaviano, acabou sendo morto supostamente por ordem do patriarca de Alexandria, Dióscoro. As circunstâncias da disputa entre os dois é incerta, pois as fontes que temos são de origem latina e bizantina, apenas. A certeza é que havia uma forte rixa entre Constantinopla e Alexandria que se acentuou com as confusões ocorridas na Ásia Menor. Todas essas variáveis chegaram ao Concílio de Calcedônia, convocado para dois anos depois de Éfeso, em 451. Nessa ocasião houve a rejeição de suas decisões por parte dos treze bispos egípcios presentes, dando origem à chamada Igreja Ortodoxa Copta. Alexandria rompeu as ligações com Constantinopla e passou a ter seu próprio patriarca. Sobre os resultados dessas querelas teológicas, os ortodoxos consideraram os grupos divergentes do Credo como, primeiramente, “eutiquianos”, justamente pela ligação com os pensamentos de Eutiques de Constantinopla (378-456), que afirmou que Jesus não tinha lado humano, mas somente divino. Os ortodoxos também definiram os divergentes como “monofisistas”, ou seja, que acreditavam em apenas uma natureza da divindade de Cristo. Porém, as definições teológicas para os grupos são, respectivamente: os *miafisitas* (*mia phisys* – “natureza única do verbo encarnado”, expressão interpretada por Cirilo de Alexandria) e *diofisitas* (*dyo phisys* – “professavam duas naturezas de Cristo”, expressão cunhada por Nestório de Constantinopla). A Igreja Cristã Copta é do grupo *miafisita*, sendo que Alexandria produziu extensos debates sobre os desdobramentos dessa corrente teológica³⁷.

Assim como ao norte do Mediterrâneo, o contexto político e religioso do Norte do continente africano quase sempre era de instabilidades e disputas. No período da queda final de Roma, os godos do oeste (ou visigodos) haviam dominado a região. Com a expansão dos godos do leste (ostrogodos) na Península Itálica, a situação ficou politicamente mais tensa. Na esfera religiosa, a maior parte da população do norte africano era cristã e várias correntes do cristianismo estavam presentes. Com a dominação dos visigodos, o Estado implantou o cristianismo arianista

³⁵ CRUZ, A. Hierofanias e Territorialidades do Cristianismo Copta em uma época de transição: a vita do patriarca Benjamin de Alexandria (622-661). *Espaço e Cultura*, v. 37, p. 77-98, jun. 2015.

³⁶ DELLA TORRE, R. *O Mediterrâneo medieval reconsiderado*, p. 100.

³⁷ Para mais informações sobre os conflitos entre *miafisitas* e *diofisitas* consultar DORFMANN-LAZAREV, I. Beyond empire I: Eastern Christianities. In: NOBLE, T.; SMITH, J. (Eds.). *The Cambridge History of Christianity*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. v.3: early medieval christianities (c.600-c.1100). p. 65-85.

(os visigodos só foram converter à ortodoxia niceno-constantinopolitana com o *rex* Recaredo, em 587). “Seguiu-se uma repressão quase sistemática do clero por um poder central pouco inclinado a tolerar resistências dogmáticas”³⁸. Uma complexa situação social se desenvolveu na região: insatisfação com a política dominante junto com perseguição política. Em 530 houve uma série de movimentações políticas que resultaram na conquista bizantina.

O século IV foi marcado por um crescimento do sentimento de continuidade entre o antigo Império Romano e Bizâncio, principalmente no reinado de Justiniano. Nesse contexto, o Império do Oriente adotou uma postura de “expulsar dos territórios usurpados os novos Estados germânicos do Ocidente”³⁹. Foram muitas continuidades, mas a reapropriação do Império pela Nova Roma Cristã resultou num novo conjunto de pressupostos. Constantinopla, mantendo sua posição de Nova Roma, aplicou um princípio romano clássico: a messianização do Estado. Essa messianização pode ser vista nas reações públicas que marcaram as vitórias militares sobre o cerco realizado pelos ávaros, em 626. Houve uma sacralização da defesa da cidade: “[...] os gregos confiaram em Atena Parthenos, agora os cristãos encontraram na Virgem Maria seu Palladium, isto é, seu símbolo protetor frente às catástrofes e adversidades”⁴⁰. O Império Romano Oriental, sediado em Constantinopla, em meio à crise de insegurança, se voltou para a religião buscando uma proteção sobrenatural do Império e da sua cidade santa. Bizâncio era a Nova Roma pagã cristianizada. Justiniano ordena a expedição do general Belisário sobre o Norte do continente africano em 533 e em menos de um ano toda a região foi dominada. Observadas as resistências de tribos berberes, Bizâncio rapidamente reformou o sistema político e edificou uma série de construções militares. Porém, a grande rixa existente entre Alexandria e Constantinopla reverberou durante a dominação bizantina. De forma ampla “os novos senhores reestabeleceram o culto tradicional, isto é, o catolicismo ortodoxo, e proibiram o arianismo. Uma reaparição do donatismo [...] foi duramente reprimida”⁴¹. Além desses grupos considerados hereges pela ortodoxia, Constantinopla não se esqueceu daquele Concílio de Éfeso e do suposto assassinato do patriarca de Bizâncio. De fato, a situação da Igreja Cristã Copta não foi tranquila durante a dominação bizantina no norte da África.

³⁸ SALAMA, P. O período romano e pós-romano na África do Norte: de Roma ao Islã. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *História Geral da África*. 2. ed. Trad: David Yann Chaigne *et all*. Brasília: UNESCO, 2010. v. 2p. 549..

³⁹ SALAMA, P. *História Geral da África*, p. 550.

⁴⁰ MARÍN RIVEROS, J. Bizancio en el siglo VII: entre Historia y Profecía. Notas en torno a los sucesos del año 626. In: *Byzantion Nea Hellás*, v. 30, p. 63, 2011. Tradução livre ao português.

⁴¹ SALAMA, P. *História Geral da África*, p. 551.

A realidade dura da Igreja Copta gerou uma geração de apologetas. Assim como os ortodoxos que subscreveram o Credo produzido pelo Concílio de Calcedônia, os *miáfisitas* da Igreja Copta produziram diversas obras defendendo sua posição teológica. Os relatos desses cristãos do século VII incluem as mais ásperas práticas cometidas contra cristãos, como perseguições, linchamentos e grandes massacres⁴². Para os cristãos coptas a lembrança das perseguições e martírios promovidos pelas dominações anteriores (romanos pagãos, visigodos, persas e bizantinos) eram uma força de coesão fortíssima, como já havia notado um grande padre: “O sangue dos mártires é a semente dos cristãos”⁴³. A ligação com àquela igreja perseguida dos primeiros três séculos pelos pagãos era tão semelhante à contemporânea situação da Igreja Copta que até as práticas de tortura e execução eram as mesmas.

Nesse conturbado século VII surgiu outro movimento definidor para o Norte da África, e também para o continente africano como um todo: o Islã. O profeta Mohammed (571-632) foi o fundador (ou, pelo menos, o organizador) da terceira religião monoteísta, o Islamismo. No contexto majoritariamente politeísta da Península Arábica, Mohammed foi o terceiro e último profeta do “monoteísmo universal e autêntico, o Islã”⁴⁴, dominando praticamente toda a Arábia até o ano de sua morte. Do seu refúgio da perseguição em Medina, o profeta, “através da diplomacia e da guerra, submeteu à sua autoridade uma vasta confederação de cabilas árabes”⁴⁵, estabelecendo o método e a força de expansão do Império Muçulmano. O século VII (ou século I do calendário muçulmano) foi o tempo de expansão do Império Muçulmano, que saiu da Península Arábica e chegou na *Hispania* visigótica em 711. Num intervalo de aproximadamente um século o Islã já tinha um Império em extensão comparável ao Romano. De forma distinta deste outro grande Império, o Islã, *a priori*, aumentava seus domínios com objetivo estritamente político-econômico: aumentar o *Dar-al-Islam*. Assim como o profeta utilizou de maíus políticos e militares para sua expansão, os sucessores se empenham em aumentar o domínio político, mas, pelo menos até o fim da dinastia Omíada, não forçavam a conversão religiosa. Via de regra a expansão islâmica era feita via acordos com as cidades, que se rendiam ao poderio militar árabe e se integravam ao Império. O *Dar-al-Islam* era exatamente o espaço físico governado pelo Islã, mas que não

⁴² BROWN, P. *The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity, A.D. 200-1000*. 10. ed. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2013. p. 310.

⁴³ TERTULIANO. *Apologia*, [s.d.]. Disponível em: <<https://tertullian.org/brazilian/apologia.html>>. Acesso em: 8 out. 2021.

⁴⁴ EL FASI, M.; HRBEK, I. O advento do islã e a ascensão do Império Muçulmano. In: EL FASI, M. (Ed.). *História Geral da África*. 1. ed. Trad: David Yann Chaigne *et al.* Brasília: UNESCO, 2010. v. 3p. 40.

⁴⁵ EL FASI, M.; HRBEK, I. *História Geral da África*. p. 41.

significava uma só religião. “Em conformidade com a doutrina das revelações sucessivas e da corrente dos profetas, os judeus e os cristãos, como detentores dos livros santos, não são obrigados a se converterem ao islã”⁴⁶. A única exigência para os cristãos e judeus era o pagamento de um tributo anual para estarem protegidos (*dhimmi*) dentro do Império Muçulmano sem precisar renunciar às suas religiões. Até a ascensão da dinastia Abássida em 762, a política de expansão árabe se baseava no domínio político, e não na conversão religiosa.

Nesse complexo contexto o Islã avançou sobre o Norte da África. Ainda muito incipiente, mas com suas bases fundadas na tradição do profeta, “a penetração do Islã em direção ao mundo negro reveste-se de aspectos muito complexos, essencialmente não-violentos nesse primeiro período”⁴⁷. Nosso objeto de estudo, o norte do continente africano, foi conquistado de forma rápida pelos árabes. Após grande esforço para expandir as fronteiras a leste, chegando até o atual Iraque, os árabes se voltaram para o Norte da África e fizeram as primeiras movimentações rumo ao Egito em 637. A região que corresponde ao Egito estava em um limbo político desde 619, quando os persas fizeram uma incursão e conquistaram algumas cidades. O Egito ficou dividido entre o poder de Bizâncio e os persas até 629, quando os persas se retiraram da região e o poder de Constantinopla se reorganizou. Centralizado em Alexandria, o Império Romano Oriental se baseava na cobrança de impostos, principalmente em grãos, o que causava em certo ressentimento local. Além disso, as perseguições à Igreja Cristã Copta recomeçaram de forma aguda, provocando um sentimento de revolta nos cristãos coptas. Porém, a verdade era que Bizâncio estava bem fragilizada militarmente na ocasião das primeiras investidas árabes, em 639, pois o acesso por terra ao norte africano foi bloqueado pela conquista da Síria pelos muçulmanos naquele mesmo ano. O avanço árabe prosseguiu sem muita resistência e Alexandria foi conquistada em setembro de 642. Esse importante porto era a única esperança para os exércitos bizantinos, uma vez que as tropas não poderiam vir por vias terrestres. Mais interessante era o conflito interno na cidade de Alexandria: “os rancores de partidos que dividiam os gregos e os rancores religiosos que eles alimentavam contra os coptas haviam facilitado a ação dos invasores”⁴⁸. Ao que parece havia uma grande intriga na cidade entre os administradores bizantinos, de fala grega, e os coptas nativos. O que se observou foi a falta de “vontade popular” para resistir à invasão árabe, além do fraco efetivo

⁴⁶ EL FASI, M.; HRBEK, I. *História Geral da África*. p. 57.

⁴⁷ DRAMANI-ISSIFOU, Z. O Islã como sistema social na África, desde o século VII. In: EL FASI, M. (Ed.). *História Geral da África*. 3. ed. Trad: David Yann Chaigne *et al.* Brasília: UNESCO, 2010. v. 3p. 119.

⁴⁸ BIANQUIS, T. O Egito desde a conquista árabe até o final do Império Fatímida (1171). In: EL FASI, M.; HRBEK, I. (Eds.). *História Geral da África*. 1. ed. Trad: David Yann Chaigne *et al.* Brasília: UNESCO, 2010. v. 3p. 197–232.

militar que Constantinopla havia mandado pelo mar. A região do delta do Nilo foi finalmente dominada pelas forças árabes no ano seguinte, em 643, com o estabelecimento da capital provincial em Fustat (ou Babilônia), ao sul da cidade do Cairo atual.

A conquista árabe da cidade de Alexandria revela aspectos importantes da relação política da Igreja Cristã Copta em meio às disputas entre bizantinos e árabes. Benjamin de Alexandria (622-661) era nativo de Barshut, vila de próspera agricultura. Ele era filho de uma família abastada e logo se decidiu pela vida monástica. Quando estava no mosteiro de Canopus, uma noite teve uma visão em que um anjo o ordenara viver no deserto como eremita por dez anos, e assim o fez. Coincidência ou não, o período em que Benjamin esteve no deserto foi de perseguição forte contra a Igreja Cristã Copta por parte dos bizantinos, sendo que seu próprio irmão Mennas foi torturado com tochas, teve seus dentes quebrados e foi jogado ao mar amarrado a um saco de areia por não confessar o Credo de Calcedônia ⁴⁹. Porém, Heráclito, governante bizantino da região, teve um sonho em que um anjo lhe disse:

Em verdade virá contra ti uma nação circuncidada, e ela irá te vencer e tomar posse da terra. [...] Mas depois de alguns dias apareceu um homem dos árabes, dos distritos do sul, ou seja, a partir de Meca ou de sua vizinhança, cujo nome era Muhammad; ele trouxe os adoradores de ídolos de volta ao conhecimento do Deus Único, ordenando-lhes que declarassem que era seu apóstolo; e sua nação era circuncidada na carne, não pela lei, e orava em direção sul, voltando-se para um lugar que chamavam a Caaba. Ele olhou as possessões de Damasco e da Síria, e cruzou o Jordão, represando-o. E o Senhor abandonou o exército dos romanos diante dele, como punição por sua fé corrupta, e por causa dos anátemas pronunciados contra eles pelos Antigos Padres, por causa do Concílio de Calcedônia ⁵⁰

A interpretação da Igreja Cristã Copta da invasão árabe e expulsão dos bizantinos foi a ação da providência divina, que expulsou os “heréticos” calcedonianos por seus erros daquele Concílio. Nesse contexto ortodoxo/heterodoxo é que compreendemos a avaliação do patriarca Benjamin de Alexandria ao jogo político de seu tempo. Os chefes de algumas cidades do delta do Nilo, sabendo da postura árabe de não impor a religião, se anteciparam e pediram a Amr ibn al-As (general líder da conquista árabe no Norte da África) certificados de segurança como “rendição”. Esse episódio é largamente conhecido na historiografia ocidental de língua inglesa como a

⁴⁹ CRUZ, A. *Espaço e Cultura*. p. 85.

⁵⁰ História do Patriarcado Copta de Alexandria (HPCA). Traduzido por B. Evetts. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/severus_hermopolis_hist_alex_patr_01_part1.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2021. Tradução livre ao português.

colaboração entre coptas e muçulmanos. O relato da *Vita* de Benjamim explica esse acordo nos seus escritos:

Muhammad, o chefe dos árabes, ensinou para eles [que]: Quanto à província do Egito e qualquer de suas cidades cujos habitantes concordem a pagar o imposto sobre a terra para vocês, submetendo-se à sua autoridade, faça um acordo com eles, e não lhes infrinja nenhum ferimento. Mas saqueie e tome como prisioneiros aqueles que não consintam com isso e resistam a vocês.⁵¹

Vita de Benjamin explica que esses acordos foram feitos em muitas cidades, o que encurralou as forças bizantinas para a cidade fortificada de Alexandria. Após a conquista da cidade, a Igreja Copta foi fortalecida pela aliança com os árabes e o patriarcado de Alexandria pôde se reorganizar⁵².

Benjamin exerceu o patriarcado em Alexandria após o domínio árabe do delta do Nilo. O Império Muçulmano avançou rapidamente pelo Norte da África, sendo que até a morte do patriarca, em 661, já havia chegado até o que hoje é a Síria. Porém, nessas primeiras décadas após a morte do profeta, uma série de embates foram travados sobre a continuidade do profeta. Isso só se resolveria de forma mais estável em 661, quando os Omíadas instituem o Califado centralizado. Os cristãos coptas, assim como em épocas passadas, não deixariam de interpretar a história. Ao lermos a HPCA, notamos a constante presença de seres sobrenaturais e intervenções divinas na história favorecendo a Igreja Copta e seu patriarcado. A narrativa proposta pela *Vita* de Benjamin visa a legitimação da atuação da Igreja Copta através da presença ativa de seres sobrenaturais que a favorecem. A Igreja Copta estava, na narrativa, inserida “em um plano que se quer além e acima das relações marcadas pelos interesses e paixões humanas”⁵³. A consciência comunitária da Igreja Cristã Copta estava na relação com o sagrado, que atua ativamente na vida social e política. A legitimidade da Igreja Copta, ameaçada desde o Concílio de Éfeso e rechaçada no de Calcedônia, era justificada pela ação divina na história, que puniu Bizâncio por sua heresia. O paradigma “herético” foi largamente usado no medievo⁵⁴, mas isso não significa que a sacralização do social resulte na anulação do aspecto político. A *Vita* de Benjamin recorreu ao passado transfigurado pela ação divina tendo em vista a situação política contemporânea. Nada disso pode ser desassociado do seu contexto político, uma vez que a política se dá na realidade. A religião não é uma forma

⁵¹ HPCA.

⁵² CRUZ, A. *Espaço e Cultura*. p. 87.

⁵³ CRUZ, A. *Espaço e Cultura*. p. 92.

⁵⁴ FERNÁNDEZ, E. M. Otras religiones ¿otras herejías? (El mundo mediterráneo ante el «choque de civilizaciones» en el Medievo). *En la España Medieval*, v. 24, p. 9–45, 2002.

“contra” o mundo, ela não busca *a priori* uma fuga do mundo, mas lida com a realidade, interpretando o passado pelo presente tendo em vista a identidade de um grupo.

A *Vita* de Benjamin de Alexandria interpreta a conquista muçulmana do Egito à providência divina em punir a heresia bizantina. Considerando seus aspectos políticos, a transição da dominação bizantina para a árabe foi bem avaliada pelos documentos analisados. A partir da interpretação do passado, os coptas afirmaram sua posição ortodoxa e mostraram a injustiça cometida pelo Império Bizantino, isso tendo em vista a identidade própria do patriarcado de Alexandria. O relato da *Vita* de Benjamin aprova a dominação árabe e a política de *dhimmi*, inserindo a Igreja Cristã Copta no *Dar-al-Islam* através do pagamento de impostos, garantindo a proteção contra os abusos e cercamentos da dominação bizantina.

ST06 - Arte, História e Memória: usos e desusos do passado a partir das imagens

Carlos Rogerio Lima Junior

crlslimajr@gmail.com

Francislei Lima da Silva

francislei.lima@gmail.com

Andreia de Freitas Rodrigues

cfrod2016@gmail.com

Qual passado rememorar nas efemérides de 2022? De que maneira a produção artística contemporânea pode tensionar, visualmente, a pretensa narrativa "única" sobre a nação? Ao longo dos 200 anos de independência política, como o Brasil foi imaginado em diferentes temporalidades e territorialidades? Pensar no processo de monumentalização dos marcos referenciais para a memória cidadina, não somente dos grandes centros, mas também de pequenas comunidades espalhadas pelo interior de Minas Gerais e demais estados do Brasil se torna fundamental mediante tais questionamentos. Portanto, buscamos compreender, por meio da discussão proposta para o nosso Simpósio Temático, quais valores vêm sendo associados à prática de elevação de marcos de pedra e bronze para a comemoração de datas e eventos considerados oficiais, celebrando determinados heróis, em sua grande maioria homens brancos. É possível fabricarmos contra monumentos e contra visualidades, aproximando-nos dos espaços que consagram a memória do passado com uma postura crítica? Os acervos documentais nos ajudam nesse mapeamento das práticas culturais realizadas em atos cívico-religiosos, tal como os desfiles para a celebração do dia 7 de setembro.

Contudo, não pretendemos circunscrever nosso debate somente aos eventos relacionados à 1822 e seu bicentenário, mas também, àqueles que podem vir a formar constelação para compreendermos de que maneira os festejos e suas arquiteturas, cortejos e insígnias cristalizam o imaginário do poder sobre o passado nacional. Nesse sentido, as imagens se tornam fundamentais para o estudo da história, tendo em vista que elas ampliam o nosso mapa afetivo, assim como nos provocou o samba enredo da Mangueira, no carnaval de 2019: “índios, negros e pobres” também

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

tem direito de contar sua versão sobre o passado, trazendo aos nossos olhos novos tons e nuances sobre o avesso da história. Queremos provocá-los para um exercício de tensionamento das imagens consagradas nas telas dos museus como modelo para os eventos que não pudemos testemunhar; obras que serão revistadas em exaustão em 2022, tais como aquelas de Pedro Américo e François-René Moreau que comportam silenciamentos, escolhas, impasses próprios de seu tempo de produção - reminiscências de um passado que ainda vigora.

La petite mort: o gozo feminino e a morte na obra de Henrique Alvim Corrêa

Brenda Martins de Oliveira

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
Bolsista CAPES
brendamartinshis@gmail.com

Resumo: A representação feminina aparece na História da Arte a partir de diversas temáticas e formas, neste trabalho apresentaremos em especial a *femme fatale*. Uma forma de apresentar a figura feminina que ganha força, sobretudo, entre os artistas do final do século XIX que fazem parte do movimento artístico chamado Simbolismo e Decadentismo. A partir deste tema por meio das influências dos movimentos artísticos já citados vamos analisar como Henrique Alvim Corrêa representou a figura feminina por meio de um traço erótico preponderante e um elemento iconográfico em comum. Constantemente percebemos que na obra deste artista há tanto figuras femininas quanto masculinas que apresentam seus corpos contorcidos formando uma espécie de arco que permite fluir uma energia vital pelas extremidades. Iconografia muito utilizada para representar tanto o gozo feminino quanto a dor e a morte, que aparece relacionada, sobretudo, as figuras masculinas. A *femme fatale* na obra do artista ganha bastante força e protagoniza diversas cenas. Este arquétipo feminino aparece como uma espécie de obsessão. As figuras exibem sua sensualidade de forma livre e autônoma, exploram o seu corpo e por meio do olhar masculino elas aparecem como uma espécie de fetiche. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise iconográfica das obras de Henrique Alvim Corrêa pensando na relação entre o gozo e a morte, e como essas temáticas se apresentam de diferentes modos para as figuras do gênero masculino e feminino.

Palavras-chave: Figura feminina; Alvim Corrêa; Gozo; Morte.

O presente artigo faz parte de um recorte de pesquisa de doutorado que tem como objetivo analisar a produção do artista Henrique Alvim Corrêa dando ênfase para o traço erótico exibido em várias de suas produções. Este brasileiro que se formou artisticamente em Paris e viveu até o final de sua vida na Bélgica deixou sua marca na história da arte, principalmente pelas ilustrações para o livro *Guerra dos Mundos*⁵⁵ de Herbert George Wells. A partir de figuras femininas, observaremos aqui como o artista realiza uma espécie de iconografia do desejo associada aos

⁵⁵ WELLS, Herbert George. *Guerra dos Mundos*. Traduzido por Cassius Medauar. - Jandira: Principis, 2021. 208 p.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

elementos que remetem a dor e morte. O que nos faz pensar em algumas aproximações entre esses dois universos.

Envolvidas por uma atmosfera de prazer, figuras femininas apresentam corpos que se contorcem formando uma espécie de arco com a coluna, ao passo que inclinam a cabeça para trás e o cabelo voa livremente, como se ganhasse vida própria. Em Figura 1 o artista atribui cor à imagem e nos apresenta cabelos que são evidentemente avermelhados, a mulher sentada sobre uma caveira tem um cupido entre suas pernas que a acaricia parecendo lhe provocar uma onda de prazer, sensação evidenciada também pelos seus pés que se contraem. Em Figura 2 não encontramos a caveira representada sobre as pernas, no entanto o artista persiste na iconografia da mulher que é acariciada pelo cupido. Em ambas as obras o artista não representa uma superfície nem confere muitos detalhes para o plano de fundo, as figuras flutuam no ar e pairam no ambiente, o que corrobora com a imagem de uma cena fantástica. A ideia do universo fantástico, dos mundos dos sonhos que são imaginados e, portanto, ultrapassam a realidade aparece. Essa forma de pensar a arte foi muito utilizada pelos artistas do movimento simbolista, sobretudo os decadentistas do *fin-de-siècle* que intensificaram o pessimismo contido na realidade, levando-o a um tom mais elevado do que o próprio Simbolismo em si, no entanto, sem deixar de fazer parte deste⁵⁶.

Figura 1: Querubim Amoroso (versão 2)

Figura 2: O beijo de amor

Ainda de modo um tanto quanto fantasioso, em Figura 3 o artista representa uma figura feminina pairando no ar, nua, apenas com uma sapatilha nos pés. Elemento iconográfico que remete aos palcos e a dança o que é realçado pela posição do pé em uma perfeita ponta de bailarina. A moça estica o seu corpo, principalmente o braço, no momento em que várias vespas dotadas de protuberantes falos voam ao seu redor. Uma dessas vespas fálicas fissa a mulher, penetrando-a, e seu corpo desenvolve um arco semelhante ao das figuras femininas das obras anteriores. Sua cabeça também se inclina para cima, deixando seu olhar fora do nosso campo de visão.

Figura 3: Vespas

Figura 4: O sapato

Em Figura 4 é possível observar outra figura feminina de corpo arqueado, com a cabeça inclinada para trás ocultando sua face. Seu corpo também está nu, mas é enfeitado por alguns

⁵⁶ Ver em: GIBSON. Michael. *Simbolismo*. Editora Taschen, 2006. 266p.

detalhes como o laço no cabelo, meias e salto alto, elementos que remetem aos cabarés e novamente à dança. Essa nudez ilustrada reforça a ideia da sensualidade feminina às figuras representadas. É o que Dottin-Orsini destaca como “a nudez pior que nua”⁵⁷, os elementos que adornam o corpo feminino sem o cobrir, que são pequenos na forma; mas implementam um grande sentido ao corpo, estabelecendo uma relação imediata com o universo erótico e trazendo para a nudez um sentido mais proposital o que Kenneth Clark destaca como *nude*⁵⁸.

Em *O sapato*, diferente das obras que vimos até o momento, o corpo feminino não paira no ar, ele está situado na superfície e apresenta maior descrição do plano de fundo o que confere à obra um flerte com elementos da realidade. A partir do grafismo do desenho é possível perceber detalhes da cama, roupas de cama, travesseiros colocados de modo desalinhado, um pedaço de móvel que parece uma mesinha de cabeceira, elementos que sugerem ser um quarto, portanto, um ambiente mais íntimo. Em um de seus pés notamos um sapato de salto, nas mãos, bem no meio da fenda entre suas pernas é possível observar o outro sapato que se faz presente por se relacionar ao estado de torpor que a figura se submerge, sendo também o que dá nome à obra.

Em Figura 5 o artista apresenta de novo uma mulher de cabelos avermelhados com o corpo contorcido sobre uma cama de lençol azul. À frente dessa moça, uma figura alada segura um falo enrijecido, que mais se parece com um objeto, na direção de seu sexo. Uma das mãos dessa figura feminina está bem próxima de sua vulva, enquanto a outra está entre o falo e o seu sexo. Percebemos a ideia de movimento na cena, talvez se trate do instante que precede a penetração do falo objeto no sexo feminino conduzido pelo cupido, ou até mesmo o momento pós orgástico da mulher que se masturba em um ambiente privado. De um modo ou de outro, o universo erótico e o estado de torpor feminino estão apresentados.

Figura 5: Sem título

Figura 6: Sem título

De maneira semelhante, em Figura 6 a mulher sobre a cama exhibe o corpo que apresenta o mesmo elemento iconográfico: a figura está nua, com apenas um pé de meia, o cabelo também

⁵⁷ DOTTIN-ORSINI, Mireille. A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia *fin-de-siècle*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 81

⁵⁸ O teórico vai apresentar uma diferença semântica binária para dois tipos de nudez os termos “*nude*” e “*naked*” no qual, o primeiro estaria relacionado a nudez proposital, enquanto o segundo termo a nudez com a existência de certo pudor. Embora essa distinção seja binária e muitas vezes não funcione para pensarmos essa temática, é um ponto interessante de ser destacado. Ver em: CLARK, Kenneth. **O nu**: um estudo sobre o ideal em arte. Tradução Ernesto de Sousa. Lisboa: Editora Ulisseia. p. 25.

é avermelhado e os braços e pernas parecem conter uma força que se espalha, como no espreguiçar do corpo pela manhã. Energia que ao se dispersar pelo corpo o acorda alimentando-o do vigor matinal que beira ao prazer, sensação aproximada da ideia de prazer orgástico que o artista insiste em representar. Por mais que essa figura não esteja envolvida em uma interação evidentemente erótica, elementos desse universo fazem parte da cena.

Alvim Corrêa elabora uma iconografia para o prazer feminino a partir da representação de uma energia que movimentada e envolve esses corpos: os pés se contraem, o cabelo voa como se ganhasse vida própria e, sobretudo, o corpo arqueado forma uma espécie de arco do desejo. Kenneth Clark, ao escrever sobre o nu em seu livro, fala de corpos em êxtase:

Através do nu dinâmico o corpo era dirigido pela vontade. Precipitava-se numa diagonal rígida, e mesmo quando assumia as poses complicadas dos atletas, fazia-o sob uma rigorosa orientação. Pelo contrário, quando o nu exprime o êxtase a vontade é excedida e o corpo manifesta-se como possuído por qualquer poder irracional. Assim já não segue de nenhum modo os meios mais curtos e intencionais: torce-se, salta e lança-se para trás, como se tentasse escapar às leis inexoráveis e sempre presentes da gravidade. Os nus em êxtase são essencialmente instáveis e se não se prostram não é em virtude dum domínio consciente mas dum precário equilíbrio devido ao entusiasmo, à providência – o que, conforme se diz vulgarmente (embora nem sempre com razão), protege os embriagados⁵⁹.

Percebemos como esses corpos se apresentam contidos de uma energia intensa que os preenchem por completo a ponto de não ser possível mais se conter e, por isso, transbordam. Essa é a ideia do êxtase do corpo que se excede como se estivesse possuído de algo que ultrapassa a razão e a consciência. Os arcos das figuras apresentadas por Alvim Corrêa exibem essa energia do transbordamento feminino, o que as conecta às imagens vivas de referências clássicas de um “pequeno Olimpo, além do maior: com estas palavras descreve Walter Pater, em seu *Study of Dionysus*, a população de sátiros, ménades, silvanos e nereidas que representavam, na imaginação grega, os elementos irracionais da imaginação humana”⁶⁰.

A partir da iconografia do corpo arqueado encontramos algumas obras nas quais o prazer aparece relacionado ao universo da morte. Em Figura 7 uma mulher com o corpo à mostra, de costas para o observador da obra, coloca a mão no rosto e inclina a cabeça para cima, seu corpo está arqueado e seus braços e pernas apresentam movimento como se estivessem contidos dessa energia intensa.

⁵⁹ CLARK. O nu, p. 223

⁶⁰ CLARK. O nu, p. 222

O artista representa um plano de fundo sombrio e escuro diferente das obras apresentadas até o momento, mas da mesma forma ela aparece pairando no ambiente sem uma superfície plana na qual possa se ancorar, corroborando com o ar fantástico da cena. Há outros elementos importantes na obra como a caveira de braços ossificados e capa preta que traz a ideia da morte e um cupido que toca o sexo feminino. A morte agarra a mulher e a atrai para o seu destino fatal, enquanto o cupido a acaricia e faz deste momento final algo potencialmente prazeroso.

O momento específico escolhido pelo artista é exatamente o momento final: a beira do abismo. A figura feminina está prestes a encarar a morte, no entanto ela passa por esse momento em perfeito êxtase, irradiando uma energia erótica que é exibida sobretudo pela coluna arqueada, um recurso da iconografia do gozo. Esse corpo está à beira desse abismo vertiginoso e fascinante que é o gozo e a morte, elementos que flertam em várias obras de Alvim Corrêa, mas nesta a característica ganha evidência e expõe esse abismo como uma espécie de conexão entre esses dois mundos, ideia que Georges Bataille vai explorar em seu livro *O erotismo*.

Este abismo é profundo, e não vejo como suprimi-lo. Somente podemos, em comum, sentir a sua vertigem. Ele nos pode fascinar. Este abismo, num sentido, é a morte, e a morte é vertiginosa, fascinante.

Tentarei agora mostrar que, para nós que somos seres descontínuos, a morte tem o sentido da continuidade do ser: a reprodução leva à descontinuidade dos seres, mas ela põe em jogo sua continuidade, isso é, ela está intimamente ligada à morte. É falando da reprodução dos seres e da morte que me esforçarei para mostrar a identidade de continuidade dos seres e da morte que são uma e outra igualmente fascinantes e essa fascinação domina o erotismo⁶¹.

Figura 7: Desejo sem limite

Figura 8: Sem título

Para Bataille, a partir do momento em que tomamos consciência da nossa existência enquanto sujeitos e do outro enquanto algo diferente de nós nasce a ideia de individuação, o que nos gera angústia. Além da consciência de que somos indivíduos, o processo de nascimento também nos coloca de frente com um destino inevitável e fatal, portanto, nossa descontinuidade enquanto indivíduo é exposta. A partir da consciência da descontinuidade e da angústia tentamos a todo momento suprir essa ausência do outro em nós, é por isso que para Bataille buscamos no universo erótico a fusão com o outro e a diluição da angústia, de nós mesmos, ou seja, uma espécie de morte. Utilizamos o prazer como distração da fatalidade, pois assim como nos lembra Marquês

⁶¹ BATAILLE, George. *O erotismo*. 3 ed. Trad. João Bénard da Costa. Lisboa: Edições Antígona, 1988. p. 13.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

de Sade “não há melhor meio para se familiarizar com a morte do que associá-la a uma ideia libertina”⁶².

Na tentativa de resolver a questão da angústia desse abismo que é encarar a nossa descontinuidade, ou a nossa própria morte, o ser humano busca pelo gozo. O prazer e o universo erótico para Bataille não são somente as relações sexuais, é tudo aquilo o que ele classifica como mundo heterogêneo, aquilo que nos transborda e não está ligado necessariamente ao mundo do trabalho, a utilidade e a necessidade, é o que nos dá prazer⁶³. Quando buscamos por uma relação sexual é na tentativa da fusão de si, da morte da individualidade, é como olhar a beira do abismo. “O que está em jogo no erotismo é sempre uma dissolução das formas constituídas.”⁶⁴ Chegar nesse limiar entre a vida e a morte é também desafiar a si, como algo perigoso e que nos atrai: é a pequena morte. Os franceses utilizam o termo *la petite mort* para falar sobre o orgasmo, especificamente deste momento do auge do prazer, onde morremos um pouco, mas voltamos a viver.

Existe, portanto, nesse momento uma relação entre a dor e o prazer, entre a morte e o gozo, o que é possível notar nas representações de Alvim Corrêa. Em Figura 8 notamos uma figura feminina nua, com o corpo arqueado de modo similar às obras anteriores, a mão sobre o rosto, os cabelos postos livremente e em suas pernas meias longas e pretas. Esta mulher está deitada sobre uma cama que apresenta lençóis bagunçados e um vaso quebrado no chão. Alguns elementos nessa cena podem aproximar essa obra às outras imagens de prazer feminino, no entanto, outros elementos sugerem uma nova percepção, talvez se trate de uma cena de violência. Quando a aproximamos de Figura 9, onde há uma mulher sobre a cama posicionada de modo muito semelhante ao da obra anterior, é possível perceber uma mancha escura e o contorno de um chapéu masculino no canto esquerdo da imagem. Diante do título da obra, a cena parece retratar uma violência contra a mulher que está nua sobre a cama. Invés de contemplar um momento pós-orgástico, as mulheres em Figura 8 e Figura 9 podem estar de frente para outro abismo, no qual contemplam dor e sofrimento.

Essas figuras femininas que podem representar tanto o prazer quanto a dor exibem em comum a forma desses corpos, que além do posicionamento são também voluptuosos, carnavais e mesmo quando estão à beira da destruição apresentam vigor e dignidade. Como em Figura 10 a

⁶² BATAILLE. O erotismo, p. 12.

⁶³ BATAILLE. O erotismo, 255 p.

⁶⁴ BATAILLE. O erotismo, p 18

exuberante mulher nua exhibe um corpo alongado, arqueado, braços para cima e cabelo solto livremente. A ideia de movimento não se apresenta com tanta força como nas obras anteriores, a morte pode já tê-la consumido uma vez que o corpo aparece envolvido pelos tentáculos de um ser alienígena⁶⁵ enquanto ela está imóvel e inerte⁶⁶. Mesmo assim, ainda é possível perceber certa energia sensual correndo pelo seu corpo.

Figura 9: Violência

Figura 10: A Terra sobre o poder dos Marcianos

Em Figura 11 uma figura feminina na vertical pairando no ar expõe seu corpo nu ao nosso olhar e coloca os braços atrás da cabeça. Seus braços estão cobertos por extensas luvas verdes enquanto essa moça sorri e nos olha, ela sustenta um charmoso chapéu na cabeça. Suas pernas foram transformadas em tentáculos esverdeados, no mesmo tom de suas luvas, e envolvem um corpo masculino arqueado para trás que veste um terno preto. Aqui percebemos algumas características bem diferentes, o feminino ocupa um outro lugar em cena, ela é sem sombra de dúvidas a *femme fatale*. Não que as figuras femininas das obras analisadas anteriormente não fossem, mas em Figura 11 a mulher não disfarça e se apresenta como uma genuína destruidora⁶⁷. O mesmo elemento iconográfico que temos visto representar o corpo feminino contido de uma energia em êxtase, seja ele à beira do abismo do prazer ou da morte, agora apresenta o corpo masculino sem energia, sem vigor, desencantado.

Alvim Corrêa persiste na ideia do masculino morto e desencantado e apresenta em Figura 12, uma de suas ilustrações para o livro *Guerra dos Mundos*, uma figura masculina vestida sendo carregada já sem vida por um tentáculo que invade o espaço onde este e outro homem que o acompanha parecem tentar se refugiar. Ao ser carregado o corpo se inclina para trás, e assim como em Figura 11 não notamos vigor, volúpia ou alguma energia que possa animar esses corpos magros que estão mais mortos do que as mulheres analisadas até o momento.

Figura 11: Sem título

Figura 12: Título

⁶⁵ A obra faz parte do conjunto de ilustrações que o artista fez para o livro *Guerra dos Mundos* de H. G. Wells.

⁶⁶ Martinho Alvim da Costa Junior fala sobre a ideia de bela inerte, obras onde as figuras femininas aparecem mortas, estáticas e belas. Ver em: COSTA JUNIOR, Martinho Alves. *Fin-de-siècle*: luxúria, morte e prazer. VI EHA – Encontro de História da Arte – Unicamp 2010.

⁶⁷ COSTA JUNIOR. *Fin-de-siècle*.

Neste trabalho trouxemos um recorte das obras do artista, no entanto, em outras obras é possível perceber uma espécie de forma de apresentar o universo masculino que geralmente aparece a partir de corpos sem vida, do falo como objeto ou até mesmo de homens que ganham características animalescas. O que denota uma diferença significativa da forma com a qual o artista parece compreender o universo feminino, já que, por mais que este possa aparecer morto e em sofrimento, esses corpos são apresentados contendo uma energia ativa e vigorosa. A partir desses elementos é interessante perceber como o artista constrói essa iconografia do desejo, do corpo arqueado que se joga para trás conectando a ideia do gozo feminino, a um estado de torpor e êxtase. Esse êxtase, como observa Kenneth Clark, se trata de uma ideia que faz parte de um universo da ordem do não consciente extrapolando a razão, transbordando do próprio corpo.

Em última análise o artista acaba conectando também o universo feminino à ideia de irracionalidade. Talvez essa ideia de êxtase de Clark possa fazer parte do mundo heterogêneo de Bataille. Percebemos a imagem de virilidade mais associada ao universo feminino do que ao masculino, sendo uma forma de conferir a essas mulheres características mais ativas. O que também acaba sendo uma maneira de erotizar o feminino, vinculando ao prazer e a morte assim como as clássicas representações de *femme fatale*, que produziram certo fascínio na cultura do *fin-de-siècle* tendo sido, na mesma proporção, temidas e amadas. Estar diante de uma dessas mulheres, de alguma maneira, é como estar à beira de um abismo.

DOCUMENTO EM ANEXO:

IMAGENS COM DESCRIÇÃO COMPLETA

Figura 1: Querubim Amoroso (versão 2)



Fonte: Alvim Corrêa, década de 1900. Disponível em: Ninguém teria acreditado: Alvim Corrêa e 10 artistas contemporâneo/ Curadoria Fernanda Pitta e Laurens Dhaenens; - São Paulo; da UFMG - EPHIS UFMG Pinacoteca do Estado, 2021.p 45

Figura 2: O beijo de amor



Fonte: Alvim Corrêa. Disponível em: LEMORT, Henry. Visions erotiques. WIEN, 1908, figura 20.

Figura 3

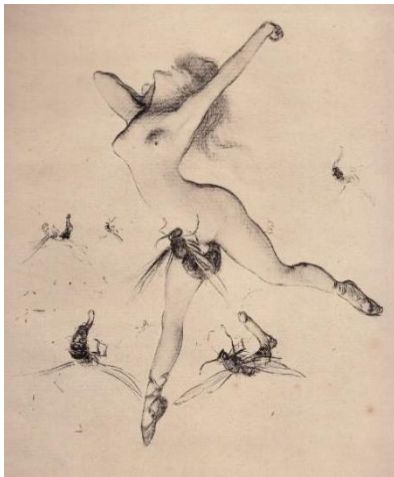


Figura 4



Figura 5: Sem título

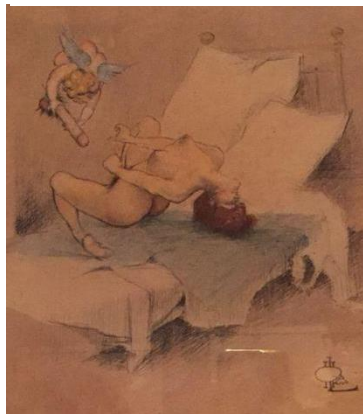


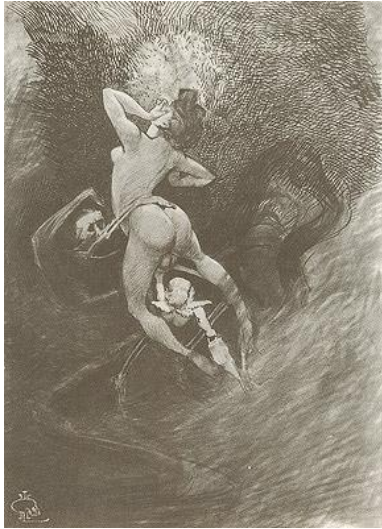
Figura 6: Sem título



Fonte: Alvim Corrêa, 1900. Lápis sobre papel. Coleção Orandi Momesso. Foto de Brenda Martins de Oliveira

Fonte: Alvim Corrêa, 1900. Grafite colorido sobre papel. Coleção Orandi Momesso. Foto de Brenda Martins de Oliveira

Figura 7: Desejo sem limite



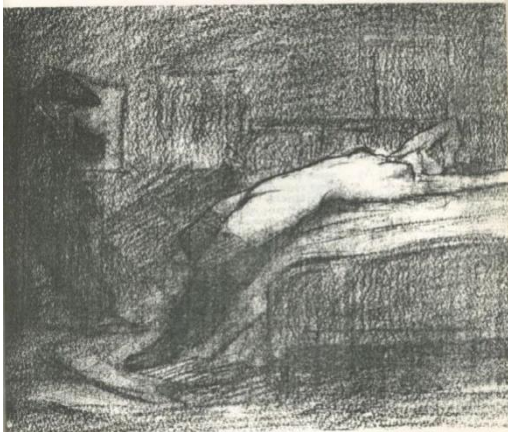
Fonte: Alvim Corrêa, 1900. Nanquim e aquarela sobre papel. Coleção Orandi Momesso

Figura 8: Sem título



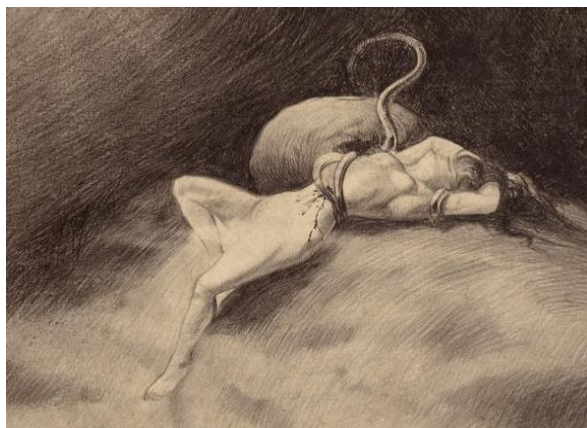
Fonte: Alvim Corrêa, s/data. Crayon e Carvão sobre papel. Disponível em: Catálogo de exposição da Pinacoteca do Estado de São Paulo. O Desejo na Academia, 1991, p. 83.

Figura 9: Violência



Fonte: Alvim Corrêa. Disponível em: SCHMALTZ, Yêda. Baco e Anas brasileiras. Editora Achiamé, Rio de Janeiro 1985, p. 117

Figura 10: A Terra sobre poder dos Marcianos.



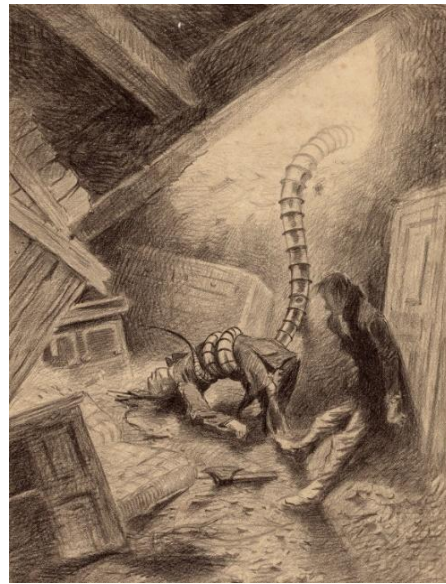
Fonte: Alvim Corrêa, 1906. Disponível em: Catálogo da Exposição Ninguém teria acreditado. Curadoria Fernanda Pitta e Laurens Dhaenens- São Paulo: Pinacoteca do Estado.2021, p, 34.

Figura 11



Fonte: Alvim Corrêa, 1900. Crayon e nanquim sobre papel. Coleção Lula Buarque de Holanda, Rio de Janeiro- RJ.

Figura 12



Fonte: Alvim Corrêa, 1906. Disponível em: Catálogo da Exposição Ninguém teria acreditado. Curadoria Fernanda Pitta e Laurens Dhaenens- São Paulo: Pinacoteca do Estado.2021, p, 58-59.

ST09 – Perspectivas e debates sobre História Moderna (XV-XVIII)

Gabriela Stehling Sarmiento

gabrielassarmento@hotmail.com

Livia Bernardes Roberge

liv.roberge@gmail.com

Gabrielle Pacheco Noacco

gabriellenoacco@gmail.com

A Idade Moderna, sendo tradicionalmente compreendida entre os séculos XV e XVIII, foi um período de diversas transformações institucionais, jurídicas, culturais, filosóficas e políticas. Alguns dos fenômenos que marcaram o contexto foram a formação dos estados nacionais; as movimentações de recrudescimento da ordem e centralização política e burocrática; o absolutismo monárquico; a caça às bruxas, a Reforma Protestante; as invasões europeias e seus empreendimentos colonizadores; o tráfico transatlântico de escravizados, e a ascensão do Iluminismo, para citar apenas alguns.

Por décadas, a tendência da historiografia voltada ao período moderno foi de privilegiar análises voltadas ao continente europeu. Com a ascensão de perspectivas decoloniais e da ideia de História Global, trabalhos recentes têm se voltado a pensar as dimensões conectadas desse período, à exemplo de Geoffrey Parker. Dessa forma, o presente simpósio temático tem por objetivo proporcionar um espaço de troca a respeito de diferentes perspectivas e temáticas de História Moderna, buscando um afastamento de uma narrativa tradicionalista e eurocêntrica, e abarcando as diferentes “faces” da modernidade, em tempos e localidades distintas, dos trópicos americanos, aos continente africano e europeu.

Para tanto, pretendemos agregar pesquisas que enfatizam novos debates e interpretações das práticas políticas, religiosas e culturais, e as especificidades das mais diversas estratégias e negociações empregadas pelas gentes, abrindo espaço para uma pluralidade de abordagens e possibilidades de pesquisas em torno não só de questões ditas “clássicas”, como a da centralização monárquica e da filosofia política moderna, mas também construindo debates sobre participações populares, questões de gênero, história das deficiências, história das emoções, história dos

impressos e da leitura, do radicalismo, das dissidências religiosas e das revoluções que marcaram o período, por exemplo.

Dessa forma, o Simpósio acolherá a temática das novas perspectivas sobre o fazer historiográfico centrado na Idade Moderna, buscando refletir sobre os critérios e escolhas adotados ao abordarmos esse período. Ao pensar a Modernidade sob a perspectiva global que lhe é digna, propomos aqui congregarmos trabalhos que versam em debates sobre os mais diversos recortes espaciais, temporais (do XV ao XVIII) e temáticos, de modo a construirmos um panorama que dê conta de caracterizar toda a pluralidade característica do período, promovendo o afastamento de interpretações reducionistas do mesmo.

Devoção impressa: os impressos devocionais de Thomas Berthelet e as formas de expressão emocional na Inglaterra de Henrique VIII (r.1509-1547)

Rebeca Mylena Gouveia de Lima

Resumo: O presente trabalho consiste em um estudo das práticas devocionais e litúrgicas na Inglaterra moderna; mais precisamente, se trata de um estudo das formas de expressão emocional inscritas em livros devocionais e litúrgicos do período. Considerando-se o momento de início da Reforma Inglesa e seu desenvolvimento ao longo do reinado de Henrique VIII, pretende-se analisar o que os livros devocionais e litúrgicos do período prescreviam e normatizavam acerca dos padrões de devoção, oração e meditação a que os leitores ingleses eram apresentados. Em se tratando de Inglaterra moderna, a preferência geral dos estudos de história devocional se concentra sobretudo nos reinados de Elizabeth I e Jaime I, nas polêmicas entre puritanos e conformistas, e na definição do anglicanismo no século XVII. A prioridade concedida a tais períodos e temáticas dá destaque à necessidade de estudos voltados a tempos anteriores, em especial o reinado de Henrique VIII, que, embora muito estudado, ainda o é sobretudo em termos de história política e institucional. Por meio de uma análise editorial dos livros devocionais publicados sob a imprensa de Thomas Berthelet, importante impressor londrino das décadas de 1520 e 1530, pode-se observar os diversos usos a que se dedicavam *primers*, meditações, salmos, sermões e demais materiais devocionais impressos, especialmente no que diz respeito às expectativas de expressão emocional neles prescritas. Assim, pode-se compreender que o papel da expressão emocional e sentimental implicado em tais materiais, por sua vez, revela a crescente importância da palavra impressa na constituição da vida devocional na Inglaterra moderna, bem como atesta a complexidade das práticas religiosas no reinado de Henrique VIII.

Palavras-chave: Inglaterra moderna; expressão emocional; impressos; devoção.

Um impressor de seu tempo: Thomas Berthelet e os livros devocionais na Inglaterra moderna

Livros religiosos correspondiam à maior parcela da produção impressa na Europa moderna; de fato, pode-se dizer que eles eram “os componentes mais importantes do mercado de publicações, representando quase a metade da produção da indústria livreira, extrapolando obras políticas, científicas, práticas e ficcionais.”⁶⁸ Tal protagonismo das obras religiosas no contexto

⁶⁸ ‘Religious books’, in conventional terms, are found to have been the single most important component of the publishing trade, comprising around half the total output of the industry, and outweighing political, scientific, practical and fictional works.’ COLLINSON, Patrick; HUNT, Arnold; WALSHAM, Alexandra. Religious publishing in X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

impresso, cabe lembrar, coexistia juntamente a uma prolífica circulação manuscrita de tais materiais, em especial se consideradas as décadas iniciais do século XVI. Com efeito, a convivência entre cultura impressa e manuscrita no período é um dos elementos mais fundamentais dos estudos bibliográficos. É fácil concordar com Hellinga e Trapp, ao tratarem da cultura impressa inglesa entre os anos 1400 e 1557, quando afirmam que:

No que concerne à história do livro, contudo, a mais profunda mudança ocorrida em nosso período foi a transformação da cultura manuscrita, comparativamente restrita nos tempos de Chaucer e seus sucessores, em um ambiente onde livros impressos gradativamente se tornaram a norma. O processo estava quase completo quando de nossa data final de 1557. Manuscritos continuavam sendo escritos por toda parte, porém: livros impressos eram às vezes copiados, e obras devocionais e poesias líricas em inglês circulavam sob a forma manuscrita.⁶⁹

Dentre os impressores ingleses em atividade nas décadas iniciais do século XVI, merece destaque o nome de Thomas Berthelet. De origens pouco conhecidas, o impressor tem os primeiros registros de sua existência contidos em *addresses* ao leitor presentes em livros impressos por Richard Pynson, um dos mais importantes impressores do reinado de Henrique VIII (c. 1509-1547). Em dois desses livros, publicados em 1520, tem-se excertos ao leitor subscritos por *Typographus Thomas Bercula*, “enquanto outro livro de 1521 contém uma epístola a William Dynham por *Tho Bercleus typographus*.⁷⁰ Ainda assim, não é possível afirmar com certeza que tais nomes se referem ao impressor Thomas Berthelet, obscurecendo ainda mais os registros de seu passado.

Berthelet é o impressor registrado em muitas imprentas de livros religiosos ingleses da primeira metade do século XVI. Materiais devocionais eram os mais publicados em sua oficina, característica comum a todos os centros de impressão no início do período. E para isso há uma explicação sobretudo comercial: os livros religiosos eram, desde antes do advento dos tipos

England 1557–1640. In: BARNARD, John; MCKENZIE, D.F.; BELL, Marueen. (eds.) *The Cambridge History of the Book in Britain*, Volume IV: 1557-1695. Cambridge University Press: 2008, p.29.

⁶⁹ “As far as the history of the book is concerned, however, the most profound change during our period was the transformation of the comparatively restricted manuscript culture of the time of Chaucer and his successors into an ambience where printed books gradually became the norm. The process was all but complete by our terminal date of 1557. Manuscripts continued to be written throughout, however: printed books were sometimes copied in that way, and devotional works and English lyric poetry circulated in handwritten form.” HELLINGA, Lotte; TRAPP, J.B. Introduction. In: _____; _____. (eds.) *The Cambridge History of the Book in Britain*, Volume III: 1400-1557. Cambridge University Press: 2008, p.3.

⁷⁰ Two Pynson books include short prose addresses to the reader by ‘Typographus Thomas Bercula’, while another of has an epistle to William Dynham by ‘Tho Bercleus typographus’. BLAYNEY, Peter. *The Stationers Company and the Printers of London, 1501-1557*. Volume I: 1501-1546. Cambridge University Press: 2013, p.183.

móveis, o gênero de publicação mais rentável mesmo no regime manuscrito. Breviários, livros de horas, saltérios e demais materiais devocionais eram, já desde o século XV, opções seguras de investimento para os primeiros impressores ingleses, oferecendo baixos riscos e uma demanda regular de seus respectivos públicos. O predomínio temático da devoção nos prelos ingleses, enfim, muito se explicava por razões mercadológicas.

Resta perceber que o protagonismo devocional das obras impressas por Berthelet, além de não ser um caso isolado no mercado livreiro, era também fruto de um fenômeno de ordem sociocultural extremamente relacionado às repercussões da Reforma Inglesa, a saber, a crescente associação entre piedade e letramento. No início do século XVI, a profusão de livros impressos mobilizava e era mobilizada por concepções de devoção e religiosidade que merecem especial atenção. Afinal, como bem relembra Mark Bland, os homens e mulheres da Europa moderna, “experimentavam um mundo de livros, tratados, e documentos, manuscritos e impressos, não como uma cultura abstrata, mas como um fato físico e histórico que os impelia a se engajarem com sua diversidade quase opressiva e sua indiscriminada prolixidade.”⁷¹ Todo esse mundo de livros e textos era, no mais amplo sentido da palavra, experimentado por pessoas para quem a devoção e a liturgia eram como o ar que se respira.

Em seu livro *The Stripping of the Altars*, Eamon Duffy afirma que, na devoção tardo-medieval inglesa, “o principal receptáculo do qual provinham os paradigmas e crenças religiosas”⁷² encontrava-se na liturgia. Foi na liturgia, portanto, que as principais mudanças decorridas da Reforma Inglesa fizeram-se sentir; e dizem respeito a cada esfera da atividade litúrgica. São testemunhas de tais mudanças tanto doutrinas quanto igrejas, tanto livros quanto altares. Contudo, tais transformações não podem ser superestimadas. O “desmantelamento desse mundo simbólico” medieval, expressão utilizada por Duffy, se deu de forma lenta, complexa; e seu estudo requer que se considere, sobretudo, a importância conferida às emoções na atividade devocional.

O que sentiam os primeiros protestantes ingleses em seus momentos devocionais? A resposta a essa pergunta parece epistemologicamente impraticável, afinal, como acessar emoções e sentimentos de homens e mulheres de séculos atrás? Há que se convir que a resposta para essa questão pode nunca se concretizar, nem no mais detalhado e exaustivo trabalho de pesquisa

⁷¹ “All experienced a world of books, tracts, and documents, manuscript and printed, not as an abstract culture, but as a physical and historical fact that impelled them to engage with its almost oppressive diversity and indiscriminate prolixity.” BLAND, Mark. *A Guide to Early Printed Books and Manuscripts*. Blackwell Publishing: 2010, p.21.

⁷² “the principal reservoir from which the religious paradigms and beliefs of the people were drawn.” DUFFY, Eamon. *The Stripping of the Altars: Traditional Religion in England, 1400-1580*. Yale University Press: 2005. p. 2.

histórica. Contentar-se com a impossibilidade da resposta, contudo, não nos deve impedir de propor a pergunta. O caminho traçado a partir de questionamentos assim é o que constitui a chamada história das emoções. Em se tratando de Inglaterra moderna, mais precisamente do reinado de Henrique VIII, é preciso compreender o universo emocional e afetivo no qual se davam proposições doutrinárias e teológicas. A Reforma Inglesa não foi apenas um movimento teológico que mudou o que as pessoas *pensavam* sobre a fé; ela modificou o que as pessoas *sentiam* e *faziam* por sua fé. Trata-se, na verdade, de investigar em que medida se deu tal modificação: as rupturas doutrinárias foram seguidas de mudanças devocionais e sentimentais? Em que medida a teologia protestante *afetava* os ingleses do início do século XVI?

Uma maneira de dar prosseguimento a tais indagações é a análise de livros impressos de natureza devocional. Livros de horas (*primers*), sermões, saltérios, tratados, entre outros, eram todos materiais voltados à devoção, pessoal e/ou comunitária, e impressos prolificamente no reinado de Henrique VIII (r. 1509-1547). Os materiais paratextuais, especialmente prefácios e dedicatórias, exprimem as expectativas de leitura que tinham aqueles envolvidos na produção do livro em relação aos leitores. São, portanto, materiais mais do que relevantes a pesquisas históricas que tenham como norte a investigação de práticas de leitura e publicação de livros impressos na época moderna.

Dessa maneira, o presente artigo se dedica a uma breve análise do prefácio de um tratado impresso por Thomas Berthelet em 1526, *A Devout Treatise vpon the Pater noster*. Tendo em vista a proximidade do impressor com outros grandes nomes da cultura impressa londrina, como Wynkyn de Worde e Richard Pynson, bem como a notável durabilidade de sua atuação profissional, espera-se demonstrar, em um de seus impressos devocionais, a importância conferida às emoções em seu papel formador da atividade devocional por excelência, a saber, a oração do Pai Nosso.

A Devout Treatise vpon the Pater noster: uma tradução de Erasmo em uma Inglaterra anti-luterana

Dentre os impressos publicados por Thomas Berthelet, chama a atenção um tratado sobre a oração do Pai Nosso, cujo título completo se lê: *A devout treatise vpon the Pater noster/ made fyrst in latyn by the moost fá=/mous doctour mayester Erasmus/ Roterodamus/ and tourned in to englishe by a young/ vertuous and well/ lerned gentylwoman of .xix./ yere of age*. Em sua folha de rosto (Figura 1), abaixo do título, tem-se uma ilustração xilogravada de uma mulher sentada a uma escrivaninha, em meio a

livros pesados, ao que tudo indica serem folios. A página seguinte à folha de rosto é preenchida por um brasão de armas, seguido de uma dedicatória intitulada: “¶*Richarde Hyrde /vnto the moost studyous and vertuous yonge mayde Fraunces. S. sendeth gretynge and well to fare.*”

Temos então um tratado sobre a oração do Pai Nosso, escrito por Erasmo e traduzido para a língua inglesa, além de prefaciado por Richard Hyrde, cuja dedicatória ocupa 12 das 48 páginas do livro. Ao longo do texto principal, cada uma das sete petições da oração do Pai Nosso é iniciada com uma capitular ornamental de 2 linhas, exceto a primeira petição, cuja capitular ocupa o espaço de 6 linhas. Além disso, chama a atenção a inserção de vinhetas florais ao longo dos finais das seções de texto, com temas e tamanhos variados ao longo do livro. Apesar de tais detalhes ornamentais, deve-se constar que se trata de uma impressão simples, com pouquíssima variação tipográfica, predominando o tipo gótico exceto em alguns trechos escritos em latim. Todas essas considerações de ordem morfológica ajudam a situar *A devout treatise vpon the Pater noster* como um impresso curto, simples, porém ainda assim dotado de alguma ornamentação editorial.

A moderação tipográfica desse tratado pode ser associada à acessibilidade da própria oração do Pai Nosso. De fato, as sete petições dessa consagrada oração cristã, juntamente aos dizeres do Credo e os Dez Mandamentos, compunham o conjunto de orações e profissões básicas a todo cristão leigo. Desde o século XIV, uma profusão de manuais latinos e vernaculares, em especial franceses, dedicados a instruir o clero em suas atividades de confissão, pregação e catequese aponta para o protagonismo sobretudo do Pai Nosso como oração elementar da formação religiosa leiga.⁷³ Na verdade, desde o Quarto Concílio Laterano, de 1215, consagrou-se o conhecimento dos artigos do Credo e o recitar do Pai Nosso como principais aptidões a serem avaliadas pelo confessor em seus penitentes.⁷⁴ Os leitores do tratado publicado por Berthelet teriam em mãos, assim, uma versão impressa da oração mais elementar de sua fé.

Além disso, o que os leitores tinham em mãos era, na verdade, um tratado de Erasmo sobre a oração do Pai Nosso, traduzido para a língua inglesa e apropriadamente impresso para a leitura e estudo de seu conteúdo. Não se tratava de um livro dedicado somente ao aprendizado da oração, mas sim a seu estudo e reflexão, o que não o torna menos devocional. Sendo assim, é preciso compreender o tipo de utilização a que se propunha *A Devout Treatise*, e, especialmente, que essas

⁷³ Há que se citar *Lay Folk's Catechism*, de 1357, *Oculus Sacerdotis*, de William de Pagula, do início do século XIV, *Instructions for Parish Priests*, de John Mirk. Ainda, *Doctrinal of Sapience*, pastoral francês traduzido por William Caxton e publicado em 1489. No século XVI, tem-se *Ordynayre of Crysten Men* (1502) e *Floure of Commandements* (1510).

⁷⁴ “Confessors were to examine each penitent in the articles of the Creed and on their ability to recite the Lord’s Prayer.” DUFFY. *The Stripping of the Altars*, p.54.

propostas de uso poderiam ser reconhecidas a partir dos elementos paratextuais e editoriais do próprio livro.

O tratado impresso por Berthelet foi prefaciado por Richard Hyde e traduzido por Margaret Roper. Tanto Hyrde quanto Roper tinham em comum serem, respectivamente, aluno e filha de Thomas More (1478-1535), o célebre humanista inglês e homem de estado, autor de *Utopia*. Berthelet é registrado como o impressor do livro, e Hyrde como o autor de seu prefácio, porém o nome de Margaret não consta em parte alguma. E não é por acaso. A ocultação do nome e da identidade de Margaret Roper é parte crucial da própria publicação de *A Devout Treatise*. Isso porque seu parentesco com Thomas More se relacionava, em especial naquela década de 1520, a um grande debate teológico na Inglaterra, e que girava em torno da reputação doutrinária do autor do tratado, Erasmo de Roterdã (?-1536).

A Inglaterra que recebeu a publicação de *A Devout Treatise* era um reino dividido. O reinado de Henrique VIII, iniciado em 1509, após a morte de seu irmão Artur, já começava em meio a turbulências políticas. O casamento controverso de Henrique com a viúva de seu irmão, Catarina de Aragão, seria um dos episódios mais definitivos da história do protestantismo na Inglaterra. A década de 1520 foi palco de incontáveis debates sobre a procedência jurídica e canônica de tal matrimônio, querela que findaria apenas com o divórcio de Henrique e Catarina e o rompimento do reino inglês com Roma, consolidado com a declaração da supremacia real de Henrique e da então recém-organizada Igreja da Inglaterra. Não é exagero afirmar, como Karl Gunther, que tal separação “foi um evento fundamental na história moderna inglesa, abolindo a autoridade papal e, no processo, criando muitas das tensões políticas e religiosas que marcariam a Inglaterra até à Revolução Gloriosa.”⁷⁵

Foi em meio a tais complicações que teve início a Reforma Inglesa. A separação oficial da Inglaterra em relação à Sé romana, assim, abriria de vez as portas para o florescimento do protestantismo inglês. Especialmente em seus anos iniciais, a Reforma na Inglaterra era doutrinariamente próxima da teologia luterana que se desenvolvia há alguns anos em terras germânicas, de maneira que, mesmo ao final do reinado de Henrique VIII, um reino luterano “teria

⁷⁵ “Henry VIII’s assertion of the Royal Supremacy over the Church was an epochal event in early modern English history, abolishing papal authority and in the process creating many of the tensions which would drive English political and religious developments through the Glorious Revolution.” GUNTHER, Karl; SHAGAN, Ethan. Protestant Radicalism and Political thought in the Reign of Henry VIII. *Past & Present*, No. 194: 2007. p.35.

sido o desfecho mais plausível”⁷⁶ desse processo de mudanças doutrinárias e religiosas. E em se tratando de luteranismo, na Inglaterra e Europa afora, um nome que não se podia deixar de mencionar era o de Erasmo de Roterdã.

Especificamente na Inglaterra, a reputação doutrinária de Erasmo era matéria de debate. Afinal,

antes de o Papa Leão X excomungá-lo em 1520, Lutero e Erasmo haviam sido bem amigos por terem em comum preocupações a respeito da corrupção na igreja. A condenação que Lutero fez dos abusos eclesiásticos se seguiram às denúncias anteriores de Erasmo, e ambos concordavam que os comuns deveriam ter acesso às versões vernáculas das Escrituras. Por tais similaridades, alguns contemporâneos suspeitavam que Erasmo fosse, secretamente, um herege.⁷⁷

E aqui voltamos a falar sobre Thomas Berthelet. O tratado publicado por ele em 1526 era uma tradução de Erasmo. E essa não seria a única obra do humanista lançada por Berthelet naqueles anos: ainda em 1526, ele imprimiu *A sermon had at Paulis* e *De immensa dei misericordia*, além de *Dicta Sapientu*, em 1527. Dessa maneira, pode-se observar que a publicação de *A devout treatise* era mais uma dentre algumas obras de Erasmo publicadas por Berthelet. Na verdade, a edição que aqui analisamos do tratado corresponde a uma segunda versão publicada no ano de 1526, já que sua antecessora havia sido censurada, pois fora publicada sem licença. Berthelet, pelo que se sabe, havia sido investigado pelo próprio Richard Foxford, vigário geral do bispo de Londres, por essa primeira publicação.

A segunda versão de *A Devout Treatise*, então devidamente licenciada, tem sua legalidade atestada pela inserção do brasão de armas em seguida à sua folha de rosto. O brasão era a identificação editorial do arcebispo de Canterbury, Thomas Wolsey, o que creditava à publicação, além de um quê de oficialidade, a comprovação de um alinhamento doutrinário específico. Considerava-se que o tratado de Erasmo publicado por Berthelet, portanto, era teologicamente confiável desde suas primeiras páginas.

⁷⁶ “Arguably, a similar Lutheran settlement would have been the most plausible endpoint of the course on which Henry viii had set England.” RYRIE, Alec. The Strange Death of Lutheran England. *The Journal of Ecclesiastical History*: 2002, pp. 65-66.

⁷⁷ “Before Pope Leo X excommunicated Luther in 1520, Erasmus and Luther had been fairly friendly due to shared concerns about corruption within the church.³⁷ Luther’s condemnation of church abuses followed Erasmus’s earlier complaints, and both men agreed that commoners should have access to vernacular versions of the scriptures. Because of such similarities, some contemporaries suspected that Erasmus was secretly a heretic.” GOODRICH, Jaime. Faithful Translators: Authorship, Gender, and Religion in Early Modern England. Northwestern University Press: 2014. p.37.

Enquanto a associação com Wolsey é feita de forma explícita e evidente, o mesmo não se pode dizer acerca das filiações da autora da tradução, Margaret Roper. A filha mais velha de Thomas More é apenas citada no título como “uma jovem senhora, douta e virtuosa, de xix. anos de idade.” A razão de tal omissão era uma tentativa dos envolvidos na publicação em ocultar a aproximação da obra com o nome da família More. Embora empenhados, a partir da publicação, em redimir a autoridade teológica de Erasmo em solo inglês, publicizar a associação de More com a teologia do humanista holandês ainda era arriscado na Inglaterra daqueles dias.

Apesar de toda a precaução em omitir a identidade da tradutora, “quando Richard Hyrde introduziu aos leitores ingleses a tradução de Margaret Roper de *Devout Treatise upon the Pater Noster* (1526) de Erasmo, ele ajudou a compor um vínculo duradouro entre tradução, estudo humanista e tempos de lazer.”⁷⁸ Considerar esse vínculo, por sua vez, é de fundamental importância para que se compreenda o tipo de defesa emocional empreendida por Hyrde em seu prefácio. Isso porque o prefácio de Hyrde, como um todo, pode ser tido como uma defesa moral da educação feminina nas línguas clássicas, grego e latim. Com efeito, trata-se de uma defesa moral expressamente dotada de conotações emocionais em seus principais desdobramentos. Assim Hyrde inicia seu prefácio:

Ouvi muitos homens colocando grande dúvida na questão acerca da qual seja ou não apropriado e necessário que uma mulher seja ensinada em livros de latim e grego. E alguns absolutamente afirmam não somente que não seja necessário, nem tampouco proveitoso; mas sim que seja pernicioso e prejudicial: Alegando que a natureza frágil das mulheres, sendo inclinadas de sua própria coragem ao vício, & mutáveis a cada novidade, caso elas aprendessem muitas coisas, caso fossem formadas na língua latina e grega, compiladas e feitas com grande eloquência, em que o conteúdo é felizmente às vezes mais doce aos ouvidos do que saudáveis à mente, tudo isso provavelmente iria lhes inflamar os estômagos ainda mais ao vício ao qual os homens dizem que elas já são mais suscetíveis por sua própria natureza [...]⁷⁹

⁷⁸ “When Richard Hyrde introduced Margaret More Roper’s translation of Erasmus’s *Devout Treatise upon the Pater Noster* (1526) to English readers, he helped forge an enduring link between translation, humanist study, and leisure time.” GOODRICH, Jaime. *Faithful Translators*, p. 29.

⁷⁹ “I Hauē herde many men put great dout• whether it shulde be expedyent and requisite or nat / a woman to haue lernyng in bokes of latyn and greke. And some vtterly affyrme that it is nat onely / nother necessarye nor profytable / but also very noysome and ieoperdous: Allegyng for their opinion that the frayle kynde of women / beyng enclnyed of their owne corage vnto vice / & mutable at euery newelty / if they shulde haue skylly in many thīges / that be written in the latyn and greke tong / compiled and made with great crafte & eloquēce / where the mater is happely sōtyme more swete vnto the eare / than holsome for ye mynde / it wolde of lykelyhode / bothe enflame their stomakes a great deale the more / to that vice / that men saye they be to moche gyuē vnto of their owne nature alrede.” *A Devout Treatise upon the Pater Noster*. Londres: 1526.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

A partir da introdução acima apresentada, Hyrde dá prosseguimento a uma série de razões que contrariam os dizeres segundos os quais as mulheres deveriam manter-se longe dos estudos de línguas clássicas, aos quais Hyrde confere uma justificativa eminentemente emocional. Em relação a que tipo de razões podem ser encontradas nas falas dos homens que desaprovam o aprendizado feminino, Hyrde elenca, já no início do parágrafo, a inveja: “Mas esses homens que dizem isso [...] sendo eles mesmos em sua maioria iletrados, as invejam, e se condoem em seus corações de que outras tenham acesso a tal jóia, que eles mesmos não tem e tampouco podem encontrar em seu coração a força para ir atrás dela.”⁸⁰

Assumindo que tais homens são movidos pela inveja em suas afirmações, Hyrde acrescenta que, primeiramente, é equivocado considerar que as mulheres sejam mais suscetíveis aos vícios do que os homens, que sejam mais vulneráveis ao “prazer de uma mente contenciosa.” Segundo Hyrde, um olhar atento e honesto para tal questão renderia a seguinte conclusão: “que as mulheres não são menos constantes e discretas que os homens, e que, ainda, são mais estáveis, seguras e confiáveis do que eles.”⁸¹ A confiabilidade atribuída às mulheres, aqui, é exatamente relacionada à habilidade moral de governar bem o próprio tempo, à destreza em evitar a ociosidade. A verdadeira virtude moral reside, por sua vez, na sabedoria cotidiana de manter uma vida devidamente produtiva e proveitosa: “ler e estudar os livros ocupa a mente, de modo que não se tem ócio a cultivar, nem deleite em outras fantasias.”⁸² Para Hyrde, a própria autora da tradução que ele apresenta é uma prova formidável de seus argumentos:

dito isso, ficarei contente por agora com um exemplo de nosso próprio tempo e país, a saber: essa senhora que traduziu esse pequeno livro que aqui se vai ler: cuja conversação e vida virtuosa, e tal conduta, possam ser prova evidente o suficiente do que faz uma boa instrução, onde se firma: de quem outras mulheres

⁸⁰ “But these men that so say / do in my iugement / eyther regarde but lytell what they speke in this mater / or els / as they be for ye more parte vnlernd / they enuy it / and take it sore to hert / that other shulde haue yt precious iewell / whiche they nother haue them selfe / nor can fynde in their hertes to take.”

⁸¹ “For fyrste / where they reken suche instabilite and mutable nature in women / they saye therin their pleasure of a contensyous mynde / for the mayntenaunce of their mater / for if they wolde loke theron with one euyn eye / and cōsydre the mater equally / they shulde fynde and well {per}ceyue / that women be nat onely of no lesse constancy and discrecion than men / but also more stedfast and sure to truste vnto / than they.” A *Devout Treatise upon the Pater Noster*, 1526.

⁸² “Also / redyng and studyeng of bokes so occupieth the mynde / that it can haue no leyser to muse or delyte in other fantasies.” A *Devout Treatise upon the Pater Noster*, 1526.

possam tomar o exemplo de prudência, humildade e conduta de esposa, caridade e virtude cristã, com as quais ela mesma tem se empenhado.⁸³

Portanto, tem-se um texto carregado de argumentações de natureza emocional, no sentido em que Hyrde expõe os detratores do aprendizado feminino como tendo razões emotivas para sua oposição, ou a partir da ênfase nos proveitos morais e espirituais advindos do estudo permitido às mulheres. Os leitores de *A Devout Treatise*, por sua vez, caso lessem o prefácio de Hyrde, sabendo ou não que a tradutora correspondia à Margaret Roper, sabendo ou não sobre a querela em torno da ortodoxia de Erasmo, teriam em mãos um tratado sobre o Pai Nosso introduzido por um prefácio, pode-se dizer, consideravelmente emocionalizado. Em meio ao prefácio de Hyrde, seguidos das petições da oração dispostas entre uma ornamentação tipográfica simples porém eficaz, os leitores tinham acesso a um conteúdo que dizia respeito sobretudo ao bom governo de suas emoções e virtudes.

⁸³ "Sauynge that I wyll be contente as for nowe / with one example of oure owne countre and tyme / that is: this gentylwoman / whiche translated this lytell boke hereafter folowyng: whose vertuous cōuersacion / lyuyng / and sadde demeanoure / maye be profe euydente ynough / what good lernynge dothe / where it is surely roted: of whom other women may take example of prudēt / humble / and wyfely behauour / charitable & very christē vertue / with whiche she hath with goddes helpe endeouored her selfe." *A Devout Treatise upon the Pater Noster*, 1526.

Representação monstruosa nos folhetos ingleses do século XVII: O que isso revela?

Luisa Padua Zanon

Resumo: “A Modernidade delinea-se como um período marcado por intensas agitações políticas, sociais e econômicas - sendo o advento da prensa um elemento crucial na mobilização de ideias e crenças socioculturais. É por meio dos impressos, no caso, que a profusão de narrativas sobre monstros ganha forma e tamanha dimensão na Idade Moderna - de modo a alcançar variados públicos e repercutir em múltiplas ideias. Sendo a monstruosidade uma temática que sempre rodeou boa parte das produções e narrativas humanas desde à Antiguidade, o que se verifica, a princípio, é um novo enfoque com o qual tais criaturas vão alcançar nesse momento. Ora alocados como objetos de curiosidade, atenção e fascínio, os monstros modernos, ao contrário, passam a evocar, portanto, angústias e receios sociais - associando-se ainda ao milenarismo, às turbulências e temores religiosos. Face a esse cenário, o presente trabalho desloca o seu olhar para a Inglaterra, com o intuito de traçar quais as possíveis relações do monstruoso com o campo político-social inglês, evidenciando de que forma o monstro insurge em um cenário específico - ou melhor, “de ponta-cabeça” segundo Christopher Hill. Desse modo, abre-se espaço para se refletir em que medida o monstruoso era instrumentalizado politicamente e se atrelava à conjuntura política, religiosa e social da Ilha - sobretudo ao se considerar as particularidades desse local frente a Europa. Assim, debruçando-se sobre o século XVII e uma Inglaterra recém reformada religiosamente e que enfrentava ainda conturbações políticas e Guerras Civis, cabe pensar de que maneira a monstruosidade se alocava como um mecanismo de exteriorizar críticas e denúncias. Para tanto, valendo-se aqui de panfletos baratos ingleses incluídos na chamada “literatura de rua” - dispostos de modo online na coleção “Early English Modern Books” -, cabe versar sobre a representação que era veiculada acerca dos monstros nesses impressos efêmeros - coadunando ainda as características e a materialidade dessas fontes com o próprio *locus* de produção impressa no cenário

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

inglês. Com isso, almeja-se, por fim, entender as ressonâncias desses materiais e em que medida essas narrativas monstruosas eram erigidas - entrelaçando a figura dos monstros ao contexto escatológico e as condições da Inglaterra Moderna. Nesse quadro, interpõem-se, portanto, um refletir sobre o papel do monstruoso em ambientes de crises e instabilidades, bem como a resplandecência desses nas redes de poder e conformação social.”

Palavras-chaves: Monstruosidades; Impressos; Modernidade inglesa; Representação; Política.

Introdução:

O ano era 1646. Nele, foi publicado um impresso cuja narrativa apontava para o nascimento de monstros na localidade de Lancashire, na Inglaterra. Com o título de *A Declaration of a strange and wonderfull Monster born in Kirkhara, in Lancashire, the Childe of Mrs. Haughton, a Popish Gentlewoman, after the mother had curst the Parliament*, o impresso expunha - ao longo de suas cinco páginas - a origem de um monstro em decorrência de uma manifestação da ira divina contra a população profanada da região inglesa. A princípio, salienta-se, portanto, a conexão desse nascimento monstruoso com uma intervenção de Deus e a associação de tal cenário à existência de pecados que estavam sendo cometidos na comunidade. No entanto, o interessante a ser notabilizado na história é a correlação explícita dessa gestação do monstro com o fato de que a mãe que o tinha dado à luz ser uma católica. Nesse caso, é exposto ao longo da narrativa sobre como a mãe papista e herética teria pregado contra os honestos puritanos que habitavam a região, de tal modo a amaldiçoar o Parlamento e ainda atacar os *Roundheads*⁸⁴. A exemplo cita-se:

This wonderfull manifestation of Gods anger, against wicked and prophane people [...] for the woman that bore it, she is a good handsome [...] For her Parents they were of a very bitter disposition against godly people; Papists they were both, and divertive against honest protestants, For her mother she would usually call honest men Roundheads and Puritans, and Heretics, many gentlemen did much use her house, which were suspected to be popish priests her husband⁸⁵

Ou seja, a partir do texto verifica-se uma clara conexão do nascimento de monstros com a questão religiosa e política - em especial, com um certo enfoque na ação dos papistas e na existência ou não de pecados, evidenciando ainda uma ação contra os defensores do Parlamento inglês. Isso

⁸⁴ Nomenclatura atribuída aos defensores da causa do Parlamento na Inglaterra ao longo das Guerras Civis Inglesas (1642-1651). Em contraposição, tinha-se os roialistas, defensores de Carlos I e da causa monárquica.

⁸⁵ ANÔNIMO. “A Declaration of a strange and wonderfull Monster born in Kirkhara, in Lancashire, the Childe of Mrs. Haughton, a Popish Gentlewoman, after the mother had curst the Parliament”. 1646. Inglaterra: Wellcome Collection - Early English Modern Books.

fica ainda mais claro quando o autor narra: “Now for the course of life which the woman lived, who bare this monster, it hath been much spent in popish devotion”⁸⁶.

Apesar disso, o impresso, que continha testemunhas e uma carta mencionando a fidedignidade da história, não foi o único deste período a abarcar temáticas relativas à monstruosidade. Alguns anos depois, em 1660, um outro impresso de autoria anônima - publicado por Robert Wood - mencionava a existência de monstros e a relação desses com Oliver Cromwell. Sob o extenso título de *The English devil: Or, Cromwell and his monstrous witch discovered at White-Hall: with the strange and damnable speech of this Hellish Monster, by way of revelation, touching King an Kingdom; and a narrative of the infernal plots, Inhumane Acting's, and Barbarous conspiracies of this grand impostor, and most audacious Rebel, that durst aspire from a Brew-house to the throne*, o impresso de oito páginas despontava justamente em um contexto de restauração monárquica. No caso, verifica-se nele a presença de um significativo teor monárquico em que se aloca Oliver Cromwell como um grande traidor da Inglaterra. A exemplo, cita-se sobre como ele seria um monstro repressivo e que teria levado a novas formas de governo na região, oportunizando o caos e a destruição - como expresso em: “he first wash'd his hands in the blood of his Sovereign: He represented the real Tragedy of a King and no King”⁸⁷.

Por fim, em 1682, outro impresso de autoria desconhecida foi publicado em Londres sob o longo título de *A True relation of the birth of a monster born at Exeter, having two perfect heads, one head standing right as it should, the other being in the right shoulder, just as you see the figure here printed, a draught of it being sent up in a letter from a person of repute and integrity, who lived not far from the place where it was born, and was both an eye and an ear witness to the the truth of what he writ*. Nele, pode-se visualizar a menção de um nascimento monstruoso cuja a causa estaria diretamente relacionada à figura feminina e as ações cometidas pelas mulheres - em especial, aos pecados ou comportamentos viciosos. A exemplo, é citado ao longo do excerto o trecho “But if Heaven at any time permit them, perhaps to punish the Pride and vanity incident to the Female Sex”⁸⁸, no qual se tem a nítida associação da mulher com a existência ou não de monstros.

A luz desses exemplos, fica claro como a monstruosidade recobre a temática desses impressos, margeando a produção de textos ao longo do século XVII. No entanto, a questão que

⁸⁶ ANÔNIMO. “A Declaration of a strange and wonderfull Monster born in Kirkhara”, 1646, frontispício do impresso

⁸⁷ ANÔNIMO. “The english Devil: or, Cromwell and his monstrous Witch discovered at White-Hall”. 1660. Inglaterra: Wellcome Collection - Early English Modern Books, p.03

⁸⁸ ANÔNIMO. “A True relation of the birth of a monster born at Exeter”. 1682. Inglaterra: Wellcome Collection - Early English Modern Books.

fica é o “porquê” e o “como” se tem essa produção e em que medida ela se correlaciona à dimensão política e religiosa da sociedade inglesa. Nesse leque, suscitam-se questões acerca de como tais materiais foram produzidos e como a monstruosidade se aliou a determinados cenários históricos - evidenciando relações com o quadro vigente na Inglaterra da modernidade. Sendo o monstro algo que margeia uma ampla quantidade de relatos e estórias ao longo do tempo, cabe pensar, portanto, que sentidos ele adquire ou exprime na Idade Moderna, pensando, sobretudo, as suas particularidades e o *locus* do monstruoso em um mundo de “ponta-cabeça”⁸⁹.

Desenvolvimento:

Relatos de monstros, narrativas de viagens ou mitos abrangendo o nascimento ou aparição de figuras monstruosas quase sempre compôs e permeou boa parte das vivências sociais ao longo da modernidade. No caso, a monstruosidade desde a Antiguidade abarca uma série de narrativas - que, em sua pluralidade, mobilizava ora atenção, ora curiosidade e fascínio⁹⁰. No entanto, muita dessa apreensão mais antiga em relação ao monstruoso foi retida sobre uma ótica de maravilha ou admiração, evidenciando ainda questões acerca do seu possível nascimento ou não. Em alusão a isso, muito intelectuais vão se debruçar em torno do monstro na tentativa de compreensão acerca da sua existência e nascimento no mundo. Este seria o caso, por exemplo, de Aristóteles ou Cícero - que já se debruçavam sobre as possíveis causas para a geração monstruosa. No caso da filosofia aristotélica, o monstro não era uma ofensa contra a natureza, mas simplesmente um desvio do que nela usualmente ocorria⁹¹. Sendo assim, o monstruoso estaria coligado a uma ideia de algum “erro da natureza”⁹². Já em Cícero, por correspondência, o monstro também seria algo pertencente ao esquema total do cosmos, mas estando ainda vinculado a uma origem no sobrenatural⁹³.

Dessa forma, o que se percebe, de início, é um expressivo interesse na temática da monstruosidade e uma busca pela delimitação de suas causas. Tal cenário ainda se mantém presente ao longo do medievo, no qual a própria religião cristã vai ser a responsável por dar uma nova

⁸⁹ HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução; apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 485p.

⁹⁰ KAPPLER, Claude. **Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 497p.

⁹¹ JEHA, Júlio. **Monstros como metáforas do mal**. Belo Horizonte; Faculdades de Letras – UFMG. 2007, p.08

⁹² ROMANO, Roberto. Pensamento e monstruosidade. **Revista USP**, São Paulo, n.50; jun/ago; 2001. p.210-220
MORAES, Eliane Robert. A esfinge em questão. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. Fund., IV, 4, 2001. p.81-91

⁹³ COSTA, Palmira Fontes da. Livros sobre monstros e prodígios. In **Catálogo da Exposição Arte Médica e Imagem do Corpo de Hipócrates ao século XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. 2010; p.63-78

roupagem as crenças vigentes⁹⁴. Nesse viés, sublinha-se as obras de Santo Agostinho e a atribuição do monstro a uma ordem divina - sendo esse um problema teológico. A vista de suas considerações, reflete-se ainda sobre como a construção de Bestiários Medievais e a produção de mapas contribuiu para a formação de toda uma teratologia voltada a compreensão do monstruoso. Um exemplo notório nesse momento poder-se-ia ser a obra de Fortunio Liceti *De Monstrorum*, na qual se buscava entender o nascimento de seres monstruosos. Inserida dentro da Escolástica, a obra de Liceti vai além da ideia do monstro como um erro da natureza e aloca esses seres como criaturas sobrenaturais que provocavam o horror e a admiração⁹⁵. Nessa ótica, além de apontar para a raridade desses seres, Liceti ainda compôs um esquema classificativo que combinava a morfologia com as causas dos monstros. Ou seja, verifica-se todo um empreendimento filosófico, teológico e reflexivo em torno do monstro - permeando outros autores como Isidoro de Sevilha (*Etymologiae*), Tomás de Catimpré (*Liber de natura rerum*) e Tomás de Aquinas (*Suma Teológica*).

A luz dessas premissas, consagra-se o peso que o monstruoso vai exercer nas mais diversas produções teológicas, intelectuais e médicas no decurso do tempo. No entanto, o ponto central aqui referenciado é sobre como a concepção do monstruoso variou conforme o tempo, alocando-se de modo distinto na modernidade. Entendendo o monstro como uma produção cultural e histórica, delimita-se a sua notória relação com o contexto, de tal modo a ser delineado pelas questões vigentes de cada realidade⁹⁶. No caso do período moderno - e com especial enfoque aqui para a Inglaterra - o que se verifica é uma nova renovação do grotesco e um fascínio com o monstruoso. Dotado de um dualismo, sendo ora visto com beleza, ora com temor, o monstro moderno, ao contrário, começa a suscitar outros sentimentos e perpassar por outras questões⁹⁷. Nesse sentido, destaca-se o vínculo que começa a ser formado entre o monstruoso e as ideias de

⁹⁴ FERREIRA, Jussara; ROCHA, Loryel; GANDRA, Manuel. Museu e memória- Corpos teratológicos na literatura luso-brasileira. **Plataforma 27** - Periódicos UNB. 2015. p.07-17.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Raízes do horror medieval ao malefício demoníaco do feminino: Alguns casos exemplares. **Itinerários**, Araraquara, n. 47, p. 151-168, jul./dez. 2018

⁹⁵ GHADDESSI, Toubá (org.). Introdução e Capítulo 02 – In: **Portraits of Human Monsters in the Renaissance – Dwarves, Hirsutes, and Castrati as Idealized Anatomical Anomalies**. Western Michigan University. 2018

⁹⁶ COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses - In. SILVA, Tomaz (org.). **Pedagogia dos monstros - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva - Belo Horizonte: Autêntica, 2000; p.23-60

⁹⁷ WOOD, Andrea; SCHILLACE, Brandy (editors). **Unnatural Reproductions and Monstrosity: The Birth of the Monster in Literature, Film, and Media**. United States: Cambria Press. 2014, 432p.

sedição pecado e corrupção⁹⁸. Ou seja, o monstro despontava cada vez mais como um elemento de punição divina ou sinal da ação de Deus - quase sempre associado a acidentes ou catástrofes⁹⁹.

Esse cenário, por sua vez, não pode ser deslocado da realidade conjuntural que abarcava a Inglaterra. Com destaque para o final do século XVI e século XVII, notabiliza-se na ilha a ocorrência de uma série de convulsões que vão propiciar a formação de um cenário instável e caótico. Em alusão a ideia de “mundo de ponta-cabeça” de Christopher Hill¹⁰⁰, sublinha-se a existência de uma série de atritos na sucessão dinástica ao trono inglês em 1603, para além da Reforma Religiosa e a ocorrência das querelas civis¹⁰¹. Face a esse cenário, tem-se uma Inglaterra de corpos dilacerados, violência cotidiana, relações sociais fragilizadas e desavenças religiosas - para além de uma sociedade traumatizada, desigual, hierárquica e protestante¹⁰².

É nesse emaranhado, portanto, que o medo aflora e os monstros passam a tomar conta do imaginário comunitário¹⁰³. A exemplo, menciona-se como, desde o século XIII, a ideia de um diabo imanente e poderoso passa a rodear as crenças sociais - potencializando o surgimento de ideias escatológicas e a crença em uma luta constante entre o bem e o mal¹⁰⁴. No caso, a reforma religiosa, ao romper com a unidade do cristianismo, resultou em uma contribuição para acirrar ainda mais tais anseios - incidindo em um processo de culpabilização e internalização dos pecados que fortificaria a crença em um diabo cada vez mais poderoso a solta¹⁰⁵. Assim, face a essa cultura dirigente do medo, o monstro foi associado à desordem, ao caos e às disformidades que assolavam o mundo¹⁰⁶.

⁹⁸ MORAES, Eliane Robert. **O corpo impossível** - A decomposição da figura humana: de Lautréamont a Bataille. [2. reimpr.] - São Paulo: Iluminuras, 2012, 336p.

⁹⁹ YAGO, Daniel Françoli. **A caravana dos prodígios** - Maravilhas, figuras grotescas e *freaks* na obra “Noites no Circo” de Angela Carter. Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo; 2017, 192p.

¹⁰⁰ HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução; apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 485p

¹⁰¹ CRESSY, David. **Monstrous Births and Credible Reports: Portents, Texts, and Testimonies** - In: CRESSY, David. **Travesties and transgressions in Tudor and Stuart England**: tales of discord and dissension. Published to Oxford Scholarship Online: September. 2011. p.29-50

¹⁰² BRAMMAL, Kathryn. **Monstrous Metamorphosis: Nature, Morality, and the Rhetoric of Monstrosity in Tudor England**. **The Sixteenth Century Journal**. Vol.27; n°01, 1996, p.03-21.

¹⁰³ DASTON, Lorraine. **Marvelous Facts and Miraculous Evidence in Early Modern Europe**. **Critical Inquiry**, Vol.18, n.01, (Autumn, 1991), p.93-124

¹⁰⁴ ALMOND, Philip. **Demonic Possession and Exorcism in Early Modern England** - Contemporary Texts and their Cultural Contexts. Cambridge University Press. 2004, 417p.

ALMOND, Philip. **The Devil** - A New Biography. Cornell University Press. 2014, 305p.

¹⁰⁵ USZKALO, Kirsten. **Bewitched and Bedeviled: A Cognitive Approach to Embodiment in Early English Possession** (Cognitive Studies in Literature and Performance). Palgrave Macmillan. 2015, 274p.

¹⁰⁶ MUCHEMBLED, Robert. **Uma História do Diabo** - Séculos XII-XX. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001, 347p.

Nesse prisma, o monstro moderno se situava muito mais próximo ao ambiente social, sendo ainda mais aparente e relacionado as intempéries diárias que abarcavam as vivências comunitárias¹⁰⁷. Mais do que isso, o monstruoso demandava cada vez mais um esforço teratológico e intelectual de compreensão - haja vista que, na medida em que ele se defrontava com questões da ação divina ou da ordem social, exigia também um espaço de reflexão. No caso, um exemplo marcante ao longo da modernidade é a circulação da obra do cirurgião francês Ambroise Paré, o qual publica, em 1573, um tratado destinado a abarcar as possíveis causas para a geração do monstro. Intitulado *Des monstres et des prodiges*, o texto continha uma abordagem que mesclava causas naturais e sobrenaturais para a explicação do monstruoso, evidenciando ainda uma abordagem e investigação científica¹⁰⁸. O interessante, portanto, é a menção por ele de 13 causas para tal surgimento, indo desde a “glória de Deus” e a “ira divina” para a “quantidade de semente” utilizada e a “postura da mãe” ao longo da gestação. Por fim, Paré elenca como causa final a possibilidade de ação do diabo ou de demônios, associando o monstruoso à uma malignidade¹⁰⁹. A guisa de exemplo ele menciona:

Das causas dos monstros: As causas dos monstros são várias. A primeira é a glória de Deus. A segunda, sua ira. A terceira, a demasiada quantidade de semente. A quarta, sua quantidade demasiado pequenas. A quinta, a imaginação. A sexta, a estreiteza ou pequenez da matriz. A sétima, o assentar-se inconveniente da mãe que, em estando prenhe, permanece sentada por longo tempo com as coxas cruzadas ou apertadas contra o ventre. A oitava, por queda ou golpe dado contra o ventre da mãe que está prenhe. A nona, por enfermidades hereditárias ou acidentais. A décima, por podridão ou corrompimento da semente. A décima primeira, por mistura ou cruzamento de sementes. A décima segunda, por artifício das más disposições da parteira. A décima terceira, pelos demônios ou diabo¹¹⁰

BATES, Alan. 'Good, Common, Regular, and Orderly: Early Modern Classifications of Monstrous Births', *Social History of Medicine*, 18.2 (August 2005), p.141-158

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800 - Uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado e Heloisa Jahn. Companhia das Letras: Edição de Bolso. 2009, 695p.

¹⁰⁷ LEMOS, Fabiano. Kant e o monstro. *Kriterion*, Belo Horizonte, n.129, Jun./2014, p.189-203

PATTERSON, Serina. Reading the Medieval in Early Modern Monster Culture. *Studies in Philology*, Incorporated. University of British Columbia, Vancouver, BC. 2014. p.282-311

¹⁰⁸ PARÉ, Ambroise. *On Monsters and Marvels*. Tradução, introdução e notas de Janis Pallister. University of Chicago, 1982

CÉARD, Jean. L'énigme des Monstres - Aperçus sur L'histoire culturelle et scientifique de la monstruosité. *L'Esprit du temps; Imaginaire & Inconscient*. 2004/1; n° 13. p.17-26

¹⁰⁹ FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Fundamental: 'Mulheres, negros e outros monstros - Um ensaio sobre corpos não civilizados'. *Portal Geledés - Questões de Gênero*. Julho/2012. p.01-19.

¹¹⁰ KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p.318 e 319

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

A partir dessa ótica, fica nítido como o monstruoso emerge na modernidade em uma correlação com o diabólico. Caracterizado pela sua malignidade e deformidade, o monstro despontava como uma transgressão ou desvio, sendo passível de repugnância e controle¹¹¹. Como *locus* de subversão, sobretudo em mundo de “ponta-cabeça”, delimita-se como o monstruoso poderia vir a ser um elemento de rompimento com as ordens jurídicas e políticas - ameaçando as noções de proporção e harmonia social¹¹². Ou seja, o monstro revelava-se cada vez mais como um elemento sedicioso, que apontava para uma ruptura no corpo político e religioso e evidenciava, em suas entranhas, o descabro da sociedade¹¹³. Ao evocarem o horror, o monstruoso servia, portanto, como elemento que exteriorizava os anseios, angústias e medos coletivos, exaltando as irregularidades do mundo e o local do “outro” - o inimigo coletivo, o pecador e o anômalo¹¹⁴.

Além do exposto, o monstruoso passou a se correlacionar, sobretudo, com as violações de leis vigentes, entrecruzando-se ainda a questões corporais e relativas a deformidades. Em um momento de maior controle dos indivíduos, dos seus corpos e suas ações, tem-se, portanto, um monstro que reverberava em questões relativas à sexualidade, ao pecado e às condutas humanas¹¹⁵. Não é à toa que muitos textos em referência aos monstros vão invocar uma conexão entre a dimensão feminina e a existência do monstruoso - evidenciando o local da mulher na geração desses seres. Assim, em uma correspondência a própria retórica aristotélica e ao discurso religioso do cristianismo, a mulher - sendo aquele ser incompleto, passível de associação com o diabo e que comportava em suas entranhas o Pecado Original - foi retida como uma das responsáveis pelo nascimento de monstros¹¹⁶. Desse modo, a corrupção e malignidade que abarcavam esses

¹¹¹ GIL, José. Metafenomenologia da monstruosidade: o devir-monstro - In. COHEN, Jeffrey Jerome; SILVA, Tomaz (org.). **Pedagogia dos monstros** - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva - Belo Horizonte: Autêntica, 2000; p.165-184

COHEN, Jeffrey Jerome (org.). **Monster Theory** - Reading Culture. University of Minnesota Press, 1996, 330p.

¹¹² SILVA, Tomaz Tadeu da. “Monstros, ciborgues e clones: os fantasmas da Pedagogia Crítica” In. COHEN, Jeffrey Jerome; SILVA, Tomaz (org.). **Pedagogia dos monstros** - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva - Belo Horizonte: Autêntica, 2000; p.11-21

¹¹³ BERTIN, Juliana. “O monstro invisível- o abalo das fronteiras entre monstruosidade e humanidade”. **Outra travessia** (22) - Programa de Pós-Graduação em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. p.37-54
JUNIOR, Carlos Augusto Peixoto. Sobre corpos e monstros: Algumas reflexões contemporâneas a partir da Filosofia da Diferença. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.15, n.1. jan./mar. 2010. p.179-187

¹¹⁴ SOUTO, Generosa. Representação dos monstros e monstruosidades na literatura e no cinema: transformações em *A terceira margem do rio*, de Nelson Pereira dos Santos. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.46, n.4. out./dez. 2011. p.97-102

BEAL, Timothy. **Religion and its Monsters**. New York; London. Routledge. 2002, 247p.

¹¹⁵ DASTON, Lorraine; PARK, Katharine. Unnatural Conceptions the Study of Monsters in Sixteenth and Seventeenth Century France and England. **Past & Present**, n.92 (August/1981), p.20-54

¹¹⁶ LIEBEL, Sílvia. **Demonização da mulher: A construção do discurso misógino no Malleus Maleficarum**. Monografia de final de curso apresentada à disciplina Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica, do curso de História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins. Curitiba. 2004, 76p.

indivíduos, fazia do monstruoso e do disforme algo mais comum ao universo feminino¹¹⁷. Isso, por sua vez, foi responsável pela atribuição de uma maior atenção a dita sexualidade desenfreada e as paixões incontroláveis das mulheres - tonificando um peso maior a dimensão dos corpos, da reprodução sexual e da maternidade.

Dentro desse escopo, um elemento de extrema importância para a profusão e circulação de ideia sobre os monstros vai ser prensa. É por meio dos impressos, portanto, que se tem a veiculação a uma grande parcela social das crenças referentes aos monstros e ao seu surgimento¹¹⁸. No caso, sublinha-se essencialmente os textos de caráter efêmero, cuja classificação costuma enquadrá-los sobre o nome de “literatura de rua”¹¹⁹. Caracterizados pelo seu amplo público, rápida produção, baixo custo e linguajar mais fácil, tais textos eram dispostos no seio comunitário e poderiam abarcar os mais diversos temas e propósitos¹²⁰. Desde sermões e reporte de crimes a sátiras, denúncias e notícias, tais materiais comportavam uma série de estilos tipográficos, retóricos e estilísticos, sendo delineados ainda por um processo que envolvia diferentes sujeitos e escolhas editoriais e mercadológicas¹²¹. No entanto, é por meio dessas narrativas textuais que muitas das histórias acerca dos monstros vão ser circuladas e apreendidas, delimitando o peso desses documentos no trato social do monstruoso.

A partir disso, engancha-se a argumentação de como o monstruoso não pode ser descolado de um determinado contexto histórico. Como fruto de seu tempo, a própria produção impressa sobre esses seres revela um alinhamento conjuntural por trás. Por meio dos impressos poder-se-ia veicular críticas ou denúncias políticas, religiosas e sociais que tramitavam no curso da Inglaterra.

PURKISS, Diane. **Literature, Gender and Politics During the English Civil War**. Cambridge University Press, UK. 2005, 308p.

¹¹⁷ LIEBEL, Sílvia. **Les Médées modernes: La cruauté féminine d'après les canards imprimés français (1574-1651)**. New edition [online]. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2013, 230p.

CLARK, Stuart. **Pensando com demônios: a ideia de Bruxaria no princípio da Europa Moderna**. Tradução de Celso Mauro Paciornick. 1ªed. São Paulo: Ed. USP, 2020, 1093p.

¹¹⁸ MEGIANI, Ana Paula. Escritos breves para circular, relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (Sécs. XV-XVII). **Varia Historia**, Belo Horizonte, Vol.35, N°.68, p. 535-563, mai/ago. 2019

¹¹⁹ SHEPARD, Leslie. **The History of Street Literature – The story of Broadside Ballads, Chapbooks, Proclamations, News-Sheets, Election Bills, Tracts, Pamphlets, Cocks, Catchpennies, and other Ephemera**. David & Charles; Newton Abbot. 1973, 237p.

¹²⁰ SPUFFORD, Margaret. **Small Books and Pleasant Histories – Popular Fiction and its Readership in Seventeenth-Century England**. Cambridge University Press; London. 1981, 292p.

LIEBEL, Sílvia. “Os *canards* e a literatura de rua na França moderna (séculos XVI e XVII)”. In: RODRIGUES, R. R. (org.). **Possibilidades de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017. p.11-30

¹²¹ SUHR, Carla. **Publishing for the masses – Early Modern English Witchcraft Pamphlets**. Helsinki ; Société Néophilologique. Mémoires de la Société Néophilologique de Helsinki ; Tome LXXXIII. 2011, 320p.

HALASZ, Alexandra. **The marketplace of print: Pamphlets and the public sphere in early modern England**. Cambridge University Press, New York. 1977, 257p.

Desse modo, sendo o monstruoso algo que adjetivava e abrangia implicações políticas e estéticas - sendo a face do mal e do caos humano - ele estaria concomitantemente correlacionado às mazelas que assolavam a população em determinado momento¹²². Assim, muitas narrativas poderiam ser utilizadas com fins pastorais, pedagógicos ou moralizadores, inculcando ideias e mobilizando alguma postura por parte dos sujeitos ali dispostos¹²³. Sendo ainda um intensificador do medo, o monstro correspondia com o cenário caótico da Inglaterra e permitia a exteriorização e a corporificação de críticas ou angústias. Com isso, a significativa profusão de textos sobre isso recai em uma reflexão sobre a temporalidade, a espacialidade e as audiências específicas que rodeavam a humanidade e que colocavam em xeque as questões de ordem, identidade e normas¹²⁴.

Conclusão:

De certo, ao considerar tais premissas, pensa-se como o monstro fazia parte de um esquema representacional coletivo, cujo fundo intelectual e teológico era notório. Ao se tratar de uma Inglaterra convulsionada, pondera-se, portanto, sobre como o monstruoso se assentava em uma clara relação com as esferas religiosas, políticas e sociais da modernidade - servindo de chave de leitura para se apreender as relações no campo da política e da cultura. Como um produto histórico, ressalta-se também como o monstro codifica e configura uma dada dimensão social, servindo de instrumento de crítica, denúncia ou expressão nas mais diversas arenas - em especial, na política.

Nessa ótica, fica mais do que nítido a importância de uma apreensão do monstruoso na medida em que se entende também a simbologia e retórica que o acompanha. No caso inglês, ao pensar em um cenário de reformas e rupturas no quadro político - a luz das Guerras Cívicas - pode-se ler o monstro como um corolário com fins políticos, religiosos e morais¹²⁵. Assim, ele servia de mensagem pedagógica ou de propaganda política - aliando-se aos ideais e crenças vigentes¹²⁶. Posto

¹²² JEHA, Júlio (org.). **Monstros e monstruosidades na Literatura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2007. 185p

¹²³ SIEVERS, Julie. Literatures of Wonder in Early Modern England and America. **Journal Compilation**. Blackwell Publishing Ltd. 2007. p.766-783

¹²⁴ DASTON, Lorraine; PARK, Katherine. **Wonders and the order of nature, 1150-1750**. Zone Books. New York. 1998, 520p.

¹²⁵ BRADDICK, Michael. Chapter 9: Mobilisation, anxiety and creativity in England during the 1640's. In: MORROW, John & SCOTT, Jonathan (eds.) **Liberty, Authority, Formality: political ideas and culture, 1600-1900**, Imprint Academic, 2008, 175-93

¹²⁶ FERREIRA, Jonatas; MORAIS, Jorge Ventura. O monstruoso: Inovação tecnológica e crise do Humanismo. **Perspectivas**, São Paulo, 23. 2000. p.25-50

isso, delimita-se sobre como a monstrosidade deve ser analisada “no interior da intrincada matriz de relações (sociais, culturais e litero-históricas) que os geram”¹²⁷.

A vista disso, o estudo em torno da monstrosidade revela-se cada vez mais substancial dentro do trato da historiografia. Sendo o monstro uma própria tentativa de dar sentido a um mundo caótico, a análise em torno desses seres permite, portanto, uma ampliação do olhar para as particularidades e nuances que abrangem as vivências humanas. Em similitude, permite uma compreensão da dimensão social, religiosa e política por meio das produções culturais - em essência, aquelas destinadas a um público mais amplo e com caráter mais efêmero. Ao perpassarem pelo humano e pelas relações de poder, gênero e crença, o monstro suscita, pois, diferentes enfoques e alarga as potencialidades de pesquisa e compreensão de uma dada sociedade.

Por conseguinte, ao desafiar a ordem o monstro também desafia o próprio conceito de uma história linear, unificada e homogênea, evidenciando aspectos relativos à cultura impressa, visual e à história das emoções. Na medida em que o monstruoso era empregado para se definir, redefinir ou caracterizar a modernidade, eles também se portam como instrumentos de atuação e conformação desse próprio período histórico - incidindo no modo pelo qual os indivíduos dever-se-iam se relacionar. Por fim, a literatura dos monstros faz refletir ainda sobre o trânsito entre ideias da “cultura popular” com a dita “cultura erudita” - na medida em que se tem a correspondência de produção de tratados teratológicos e textos de caráter ‘barato’. Assim, pensar a excepcionalidade inglesa face aos acontecimentos ali vivenciados e a dimensão alegórica do monstro, abre espaço para um maior entendimento acerca das certezas e incertezas que rodeiam a humanidade¹²⁸. Assim, retoma-se a pergunta de “os monstros realmente existem?” - e vocifera-se, que “seguramente devem existir, pois se eles não existissem, como existiríamos nós?”¹²⁹

¹²⁷ COHEN, Jeffrey Jerome. “A cultura dos monstros: sete teses”, 2000, p.28

¹²⁸ DAVIDSON, Arnold. The Horror of Monsters. In: SHEEHAN, James; SOSNA, Morton (org.). Capítulo 02 e 03 – In: **The boundaries of Humanity** – Humans, animals, machines. University of California Press. 1991. p.36-67

¹²⁹ COHEN, Jeffrey Jerome. “A cultura dos monstros: sete teses”, 2000, p.54

ST10 – Poderes, instituições e sujeitos do mundo português medieval e moderno (séculos XIV-XIX)

Lucas Lixa Victor Neves

lucasvitta96@gmail.com

Beatriz Sales Dias

tiz.sales@gmail.com

Luis Henrique Souza dos Santos

luissantoshenrique@yahoo.com.br

Gabriela de Andrade Ferreira

gabrielaferreira.historia.ufjf@gmail.com

Pamela Campos Ferreira

pamelacamposf@hotmail.com

Durante as últimas décadas, a historiografia tem procurado entender o Império português moderno conectando todas as suas partes. Ásia, África e América deixaram de ser entendidas como meros apêndices de Portugal, passando a ser vistas como elementos de um todo. Nesse sentido, a análise do Antigo Regime português passou por grandes transformações, e a ideia da existência de um poder “centralizado” e “absoluto” foi substituída por uma abordagem que enfatizava as redes de poder existentes na monarquia portuguesa do Antigo Regime.

No que tange as organizações dos espaços desta sociedade, destacamos o quanto decidir em conjunto foi uma parte importante da cultura política portuguesa durante a Época Medieval e, especialmente, ao longo da Época Moderna. O caráter polissinodal da monarquia portuguesa caracterizava-se pela “governança” que passava pelos tribunais, juntas, conselhos, cortes e demais órgãos deliberativos que possuíam a função de auxiliar o monarca no exercício do poder. As cortes eram a assembleia representativa mais importante da monarquia lusa; as câmaras municipais, por sua vez, o palco das elites cidadinas que exerciam grande influência em seus respectivos núcleos urbanos. Assim, com a exceção das cortes, as juntas, câmaras, os conselhos e órgãos deliberativos exerciam funções políticas de relevo nas conquistas lusitanas na América, África e Ásia. Através dos estudos das relações estabelecidas entre os sujeitos mediante tais instituições normatizadoras,

é possível perceber processos de formação de redes clientelares, elites econômicas e políticas, bem como a formação da dinâmica de hierarquização social.

Pensando nisso, serão bem-vindos neste Simpósio Temático trabalhos que abordem o período tardo-medieval e moderno português, centrando a análise das circulações dos sujeitos, cargos e ofícios, instituições, órgãos deliberativos, redes clientelares, comunicações políticas, o exercício das justiças, e nas práticas sociais de um modo mais geral. Especialmente, trabalhos que tratem da atuação das instâncias de decisão e deliberação mencionadas em toda a extensão territorial da monarquia lusa ao longo das Épocas Medieval e Moderna.

Ainda, para além do contexto setecentista colonial, entendemos ser crucial ampliarmos nossas perspectivas à introdução dos anos iniciais do século XIX. As reformas pombalinas, bem como o “enraizamento” de um novo paradigma político social, calcado na racionalidade das instituições, perpassam a sociedade luso-brasileira em finais do século XVIII. Nesse sentido, é importante verificarmos os “impactos” da vinda da corte bragantina, entendendo as variadas implicações que tal instalação trouxe. Por isso, também receberemos trabalhos que abarquem a “aurora” oitocentista, isto é, que levem em conta o panorama de transição do contexto de Antigo Regime para uma nova dinâmica, segundo a qual houve uma inversão dos centros de poder – não mais Lisboa, mas sim o Rio de Janeiro.

Com a missão de "aprontar toda a gente do Serro": Padre Oliveira Rolim e a Inconfidência Mineira no nordeste da capitania

Fabício Luiz Pereira

RESUMO: Em maio de 1789, iniciaram-se as prisões e investigações do projeto de sedição conhecido como Inconfidência Mineira. Na comarca do Serro do Frio refugiava-se José da Silva e Oliveira Rolim, que havia sido banido do local em virtude do seu envolvimento com o contrabando de diamantes. Padre Rolim passou meses foragido, enquanto outros envolvidos no crime de lesa-majestade prestavam depoimentos em Vila Rica e no Rio de Janeiro. Isso só foi possível por causa das articulações do clérigo na comarca mais ao norte da Capitania de Minas Gerais com seus irmãos e uma extensa rede de sociabilidade, que incluía nomes importantes da Intendência Diamantina, que o protegera o quanto foi possível das devassas abertas. O presente trabalho analisa tais relações verificadas através dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM). O objetivo, além de compreender as redes de parentesco e sociais de Pe. Rolim, é verificar a cultura jurídica do período por meio do seu depoimento e de outros envolvidos no levante. Para tal, optou-se em explorar/consultar uma literatura que conversasse com a História do Direito, sobretudo no que se refere aos crimes de lesa-majestade.

PALAVRAS-CHAVE: Inconfidência Mineira, Padre Oliveira Rolim, Cultura Jurídica, Lesa-majestade, redes de sociabilidade

Padre Oliveira Rolim: uma breve apresentação

José da Silva e Oliveira Rolim, mais conhecido pela alcunha de Padre Rolim, recebeu o mesmo nome de seu pai, que desempenhava o papel de tesoureiro dos diamantes do Arraial do Tejuco. Oliveira Rolim era presbítero do Hábito de São Pedro e na ocasião de sua prisão, em 1789, tinha idade de quarenta e dois anos. Entre seus parentescos, destaca-se que ele era irmão de criação da célebre Chica da Silva. Estudou no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana e ordenou-se padre no Seminário Maior em São Paulo (1778-1779).¹³⁰

¹³⁰ Utilizou-se neste trabalho os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM) da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A publicação em questão conta com comentários e notas biográficas realizadas pelos historiadores Tarquínio José Barbosa de Oliveira e Herculano Gomes Mathias. Os dados iniciais sobre o Pe. Rolim X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

No Tejuco tinha seus negócios com a garimpagem em áreas proibidas, importação ilegal de escravos e contrabando de pedras preciosas; sendo um dos inconfidentes mais afortunados, com créditos nas várias comarcas de Minas, no Rio e na Bahia.¹³¹ Em 1786, foi expulso da comarca do Serro do Frio, por ocasião de uma devassa aberta em virtude da “caótica situação do Distrito Diamantino e a concorrência feita ao contrato real pelos diamantes contrabandeados que iam do Brasil para o mercado de Amsterdam”.¹³²

Banido da comarca do Serro do Frio, Pe. Rolim deixava para trás além dos negócios e fortuna, a família ilegítima, mas de conhecimento público com sua sobrinha Rita Quitéria, com ela teve vários filhos e filhas. Em 1787, permaneceu oculto na Fazenda das Almas (situada entre Sabará e o Arraial da Conceição). Transferiu-se em 1788 para o Rio de Janeiro, com passagem por Vila Rica, e regressou ao Tejuco entre 1788 e 1789. Ao retornar, o clérigo, preparava-se para “aprontar toda a gente do Serro”¹³³, para o levante, que deveria ocorrer em ocasião da declaração da derrama, pelo recém-empossado Governador, o Visconde de Barbacena.¹³⁴

A proposta desse trabalho é analisar alguns depoimentos e processos dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, nos quais apresentam o protagonismo do Pe. José da Silva e Oliveira Rolim, no projeto sedicioso. O objetivo de tal análise é compreender as redes de sociabilidade e a coparticipação de parentes do clérigo na Inconfidência Mineira.¹³⁵ Conforme atesta João Pinto Furtado acerca deste movimento histórico: “seus protagonistas, suas ações e seus projetos podem ser mais bem compreendidos se considerados no contexto da heterogeneidade social e econômica da qual o conteúdo político e o sentido do movimento são expressões diretas [...]”.¹³⁶ Ao longo do

foram aferidos na nota biográfica, que compõe o conjunto dos seus depoimentos na Devassa. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. Volume 2. P. 287-288.

¹³¹ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal (1750-1808)*. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. P. 118.

¹³² MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 169.

¹³³ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, v.2, p. 45. Autos de perguntas ao Cel. Francisco Antônio de Oliveira.

¹³⁴ Como explica João Pinto Furtado: “Não acreditamos que o lançamento da derrama seria um simples pretexto para a ação. É preciso lembrar que o tema dos excessos administrativos e tributários sempre frequentou os discursos setecentistas e nem sempre evoluiu para a crítica desabrida do sistema colonial. O lançamento da derrama deveria ser, para alguns protagonistas de 1789, não um pretexto, mas o motivo da revolta em si.” FURTADO, João Pinto. *A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime?* In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007. P. 640

¹³⁵ Compreendemos por sociabilidade: “o princípio da relação entre indivíduos que permite estabelecer laços sociais e constituir grupos mais ou menos coesos. Tais laços sociais tecem redes de relações que viabilizam um fluxo de bens, informações, opiniões, dinheiro, valores morais, favores, prestações de serviço, etc”. ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Administração e Justiça nas Minas Setecentistas*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007. P. 179.

¹³⁶ FURTADO, *A Inconfidência Mineira*, p. 629.

século XVIII, outros levantes, motins e sedições ocorreram na capitania de Minas Gerais. As revoltas, representavam uma entre as muitas formas de expressão da cultura política que se forjavam nas Minas.¹³⁷

Os Autos de Devassa: família e redes de sociabilidade de José da Silva e Oliveira Rolim

As redes de sociabilidade de Oliveira Rolim, conforme mencionado não se limitavam a comarca do Serro do Frio, ao contrário, por ocasião de seu banimento, o padre estabeleceu um série de contatos ao longo da capitania, chegando ao Rio de Janeiro e até mesmo a São Paulo, onde “levava o objeto de alcançar a proteção do Exmo. Sr. Dr. Bernardo de Lorena, Governador e Capitão-General daquela Capitania”.¹³⁸ Na tentativa de reaver seu lugar no Distrito Diamantino, o sacerdote contou com a ajuda de padres, compadres, fazendeiros, militares e nomes importantes da administração, como o Intendente dos Diamantes Antônio Barroso Pereira e do Fiscal, o Desembargador Luís Beltrão de Gouveia.¹³⁹

Para estabelecer as redes de sociabilidade do padre Oliveira Rolim, nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, cumpre entender o que são os Autos de Devassa e a tipicidade do crime no qual o padre estava sendo acusado. As devassas faziam parte de um rito processual de acusação, portanto;

ao ser determinada, prosseguia-se com uma investigação sigilosa sem o conhecimento da pessoa acusada. Após esta etapa fazia-se o indiciamento (pronúncia do réu) e interrogatório do réu, que poderia negar as acusações exigindo a oitiva das testemunhas novamente. Em caso de confissão, o juízo proferia a decisão, caso contrário apresentava-se testemunhas de defesa. Ao final eram apresentadas as razões de defesa e acusação e proferia-se a sentença e desta decisão cabia apelação.¹⁴⁰

De acordo com Sabadell e Manoel, as devassas foram utilizadas para atender os interesses da administração colonial. Estas, “se inseriam em um modelo de direito processual inquisitorial, onde o magistrado pôde tomar parte ativa na averiguação da verdade”.¹⁴¹

¹³⁷ FIGUEIREDO, Luciano. Tradições radicais: aspectos da cultura política mineira setecentista. In. RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007. P.266.

¹³⁸ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, V. 2, P. 294.

¹³⁹ Tarquínio nomeia todos os locais e pessoas que colaboraram com Padre Rolim no momento que este tentava negociar sua volta ao Serro do Frio. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. V.2. P. 287-288.

¹⁴⁰ SABADELL, Ana Lúcia; MANOEL, Júlio Cesar Costa. Considerações sobre as Inquirições Devassas no Brasil: os casos do Recôncavo Baiano – Séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 1019-1056, mai-ago.2021. p. 1027

¹⁴¹ Idem, p. 1022.

As devassas podiam ser divididas em gerais e especiais, as primeiras se prestavam para descobrir a existência de crimes, ou seja, tratava de crimes incertos de pessoas determinadas, já as segundas buscavam conhecer a autoria incerta de um crime de conhecimento público. A tipicidade dos envolvidos diretamente na Inconfidência Mineira, insere-se “no item 5 do título VI, do Livro V, das Ordenações Filipinas, o qual dispõe que configura o crime de lesa-majestade”, ou seja, “quando se fizer ‘conselho e confederação contra o Rey e seu Stado, ou tratasse de se levantar contra Elle, ou para isso desse ajuda, conselho e favor”.¹⁴²

Os crimes de lesa-majestade eram divididos em crimes de primeira e segunda cabeça. De acordo com o Livro V das Ordenações Filipinas, tal crime estava relacionado a uma série de delitos praticados contra a figura do monarca ou de seus descendentes, ou ainda, contra a integridade do reino. Os de primeira cabeça eram praticados diretamente contra o soberano e deviriam ser punidos com a morte. Já os de segunda cabeça diziam respeito a contestações às ordens reais e previam punições como a desapropriação dos bens. A gravidade possuía gradações que variavam consoante o caráter mais ou menos direto, mais ou menos grave, da ofensa.¹⁴³

Os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira seguiram os ritos jurídicos da época, com a delimitação do corpo de delito, a formação de culpa e a inquirição das testemunhas e acusados; o que não significa que não ocorresse proteções, manipulações e corrupção por parte da administração e justiça.¹⁴⁴ Domingos de Abreu Vieira foi o segundo inconfidente a ser preso em Vila Rica, no dia 23 de maio de 1789, a primeira prisão foi a de Tomás Antônio Gonzaga, que foi conduzido para o Rio de Janeiro.

O tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira nasceu em Portugal, mas foi cedo para a Bahia e fixou residência em Minas Novas, comarca do Serro do Frio. Foi comerciante e arrematou

¹⁴² FARIAS, Delmiro. *O crime de lesa-majestade no caso da Inconfidência Mineira*: Tipificação, fontes do direito e silêncio infiel. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2019. P. 88.

¹⁴³ PRISCO, Milena Pinillos. Conflito de jurisdição e crime de lesa-majestade: O caso da capitania da Bahia entre 1783-1787. *Mosaico*. V.12. n.18. 2020..

¹⁴⁴ “As Inquirições Devassas aplicadas no Brasil são oriundas do direito português, havendo referências às mesmas nas Ordenações Manuelinas, de 1521. Estas são apresentadas como uma etapa do processo penal português, nas quais as verificações de crimes feitas de ofício poderiam se estender a pessoas suspeitas ou acusadas sem que elas fossem citadas”. SABADELL. *Considerações sobre as Inquirições Devassas no Brasil*. p. 1023. No caso da devassa mineira, “Manitti, como escrivão da devassa, era influenciável pela fortuna dos comprometidos com a inconfidência que convinha deixar na sombra, em especial Macedo, com quem, como governador, tinha entendimentos financeiros e pessoais. [...] As declarações foram tomadas com tamanha precipitação e os prisioneiros interrogados com tal açoitamento que os magistrados mineiros jamais se preocuparam em providenciar a presença de um notário – fator essencial à legalidade do processo. Manitti, conforme disse um contemporâneo, predominou sobre o juiz, enganou os acusados com promessas e insinuações e, encontrando resistência, apelou para torturas.” MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 248.

o contrato dos dízimos no triênio de 1784-1786, motivo que o levou a estabelecer morada em Vila Rica. Na abertura da devassa de Minas Gerais, depôs primeiro como testemunha e virou réu posteriormente.¹⁴⁵ Entre seus papéis achavam-se duas cartas enviadas do Arraial do Tejuco, por Oliveira Rolim, tais documentos foram comprometedores tanto para o tenente-coronel quanto para o clérigo. Logo em seu primeiro depoimento, Abreu Vieira ao ser questionado sobre o motivo de sua prisão dizia suspeitar ser consequência da prisão do alferes do Regimento da Cavalaria Paga, Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), no Rio de Janeiro.

O tenente-coronel havia hospedado Oliveira Rolim em Vila Rica e sua casa era um dos espaços do conventículo. No local, circulavam pessoas importantes da Vila, como o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga. Abreu Vieira, tinha conhecimento do levante, mas em sua defesa não o denunciara, “cuja obrigação ignorava ele, Respondente, por ser totalmente leigo”.¹⁴⁶ Tal estratégia era importante para sua defesa, uma vez que ele poderia incorrer o crime de lesa-majestade de primeira cabeça.

Domingos de Abreu Vieira, ao que parece, colaborou bastante com as investigações. Sua argumentação concentrou-se mais na estreita amizade do alferes Tiradentes com Oliveira Rolim, do que em outros acusados, o que pode sugerir alguma proteção aos outros envolvidos. Entretanto, os três personagens eram conhecidos de longa data. Padre Rolim era filho do principal tesoureiro de diamantes e amigo íntimo do sexagenário Abreu Vieira. Ainda na comarca do Serro do Frio, Tiradentes tinha sido um malsucedido mineiro em Minas Novas, provavelmente nesse período conheceu o tenente-coronel, que viria a ser padrinho da filha do alferes. Os laços estabelecidos no nordeste da capitania fizeram com que Oliveira Rolim buscasse acolhida na casa de Abreu Vieira em Vila Rica em ocasião do seu banimento, esse espaço também era frequentado por Silva Xavier, que ia jogar cartas.

O tenente-coronel, acusado pelos inquiridores de ser responsável pela pólvora que seria utilizada no levante denunciou prontamente o clérigo, “por ser um dos chefes daquela

¹⁴⁵ Houve a abertura de duas devassas, uma no Rio de Janeiro a mando do Vice-Rei e outra em Minas Gerais, a mando do Governador. Barbacena, ao ser noticiado que estava sendo realizada uma devassa no Rio de Janeiro abriu sua própria devassa a 12 de junho. Em 24 de junho, chegou em Vila Rica a primeira comitiva do Vice-rei, no intuito de dar continuidade na devassa do Rio de Janeiro, somente em 23 de julho o governador ordenou a suspensão da devassa mineira. Em meados de setembro, a comissão do vice-rei completou a tomada de depoimentos e enviou os prisioneiros de Vila Rica para o Rio de Janeiro. Por trás do conflito jurisdicional em torno da abertura de duas devassas para inferir sobre o levante, Maxwell demonstra que havia por parte de Barbacena alguns interesses em jogo, como a proteção do arrematante dos dízimos João Rodrigues de Macedo. Ver MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 246-257.

¹⁴⁶ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V.2. P. 17-18.

confederação fosse para o Serro do Frio com o destino de convocar ali também alguns indivíduos ao seu partido; e que, quanto à comissão da pólvora, ele próprio [...] mandava aprontar”.¹⁴⁷

Na segunda inquirição, realizada no dia 27 de junho de 1789, foram apresentadas ao tenente-coronel, duas cartas escritas por Pe. Rolim no Arraial do Tejuco, datadas de 30/03/1789 e 20/04/1789. As cartas formavam o conjunto de provas contra Domingos de Abreu, que até então minimizava seu envolvimento no projeto sedicioso. A estratégia de Abreu Vieira, ao deparar com o objeto foi manter a argumentação em torno da amizade do sacerdote com Tiradentes: “é bem natural que essas palavras digam respeito à matéria do levante, mas entre o dito Padre e o alferes se tratava”.¹⁴⁸

Ao contrário de Domingos de Abreu Vieira, Oliveira Rolim, optou em suas inquirições por negativas quanto ao levante e justificou suas ações em torno da tentativa de anular o seu banimento da comarca do Serro do Frio. De todos os acusados, o padre fora o que mais recebera visita dos inquiridores, no total de 15 interrogatórios. No momento da sua primeira inquirição, no dia 19 de setembro de 1789, as investigações já ocorriam há mais de três meses. Escondido nas terras do diamante, o sacerdote contou com a ajuda dos irmãos Alberto da Silva, Padre Carlos da Silva e o Bacharel Plácido da Silva. Os dois primeiros tentaram invadir a casa do acusado, logo após a chegada das tropas, no intuito de destruir os documentos que poderiam comprometer o irmão. Os três foram suspeitados de acobertar o levante, sendo o último preso e libertado pelo Vice-Rei somente no final de 1790. Destruir cartas e outros documentos, significava eliminar provas que seriam cruciais para a formação do processo, ao aniquilar tais evidências, os irmãos também protegiam suas redes de sociabilidade e seus familiares.

O inquérito sobre a fuga de Oliveira Rolim mostra o prestígio e estima que o mesmo desfrutava no Tejuco. Contou com a ajuda do Dr. José Soares Pereira, escrivão da Junta Diamantina, que embora tenha sido acusado pelas testemunhas repetidas vezes, por abrigar o padre em sua residência, não foi chamado em nenhum momento para averiguação, contando com algum tipo de imunidade. Além do escrivão, em sua fuga, Oliveira Rolim contou com o amparo do Intendente dos Diamantes, Antônio Barroso Pereira, responsável por sua saída em segurança para a Fazenda das Almas, local que foi preso posteriormente.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V.2. p. 22.

¹⁴⁸ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V.2. p. 23

¹⁴⁹ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V.3. p. 358

Padre Oliveira Rolim, bem como outros acusados do crime de lesa-majestade optou por negar seu envolvimento, de acordo com Maxwell, “os participantes estavam cômicos de que, não tendo havido “fatos”, a melhor defesa era a negativa”.¹⁵⁰ O réu utilizou outras estratégias de defesa, como o recurso da oralidade dos boatos e murmurações, expressos no “ouviu dizer”, isentando-se, portanto, de sua participação direta nos fatos.¹⁵¹

O momento crucial da acusação para desmobilizar a argumentação do clérigo relaciona-se as já citadas cartas enviadas a Domingos de Abreu Vieira. Em uma das cartas, o padre pedia notícias do alferes Joaquim José ao dizer que “não lhe escrevia por pensar que ainda estivesse no Rio, e que sobre uma recomendação do dito, não havia dúvida, e que haveria um grande contentamento e vontade”. Inferido sobre o conteúdo da carta, o clérigo não nega ter mandado escrever as expressões que indicavam o levante, “mas também ingenuamente confessa que as mesmas nada mais foram que uma indiscreta produção de jactância e vaidade própria” e terminava argumentando que “não obstante tudo isto, era pura verdade não ter ele a menor intenção de se interessar em semelhante desordem”¹⁵²

A contradição do clérigo veio uma semana depois, em 20 de novembro de 1789, na oitava inquirição. Ao ser perguntado se queria alterar algum item de suas confissões, Oliveira Rolim se retratou na parte que certificou as recomendações à Tiradentes. Ele assegurava que as recomendações não eram relacionadas ao projetado levante, não obstante “ocorreu que o dito alferes o tinha interessado para ele intervir a falar a seu irmão S.M. Alberto da Silva, a fim de convir no casamento de uma filha sua, sobrinha dele, Respondente, com o mesmo alferes”.¹⁵³

Meses depois, em 20 de fevereiro de 1790, Alberto da Silva e Oliveira Rolim, preso no Quartel da Infantaria de Vila Rica, relatou que a filha, Ana Clara Freire, já estava destinada a casar com o capitão José Teodoro de Sá, assistente em uma fazenda ao pé do Rio Pardo. Perguntado sobre o suposto casamento de sua filha com Joaquim José, o irmão foi categórico ao responder: “que nunca tal pensou, nem se lhe falou. Nem ele, respondente, jamais conviria em tal

¹⁵⁰ MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 258.

¹⁵¹ Tarcísio de Souza Gaspar afirma que: “entre os elementos constituintes das revoltas ocorridas nas Minas setecentistas, o mais recorrente e duradouro foi, sem dúvida, a eclosão de boatos, vozes e murmurações. Comuns, em maior ou menor grau, a todos os episódios contestatórios do período, os rumores antecederam, constituíram e sucederam a atmosfera de instabilidade que caracterizou as diversas manifestações de rebeldia.” GASPAR, Tarcísio de Souza. O fermento da rebeldia. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n.1.ano L, jan.jun. 2014. P. 28.

¹⁵² Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V.2. P. 320 a 323.

¹⁵³ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V.2. P. 324-325.

conhecimento que tem da conduta e da morigeração do dito alferes – o qual, pelo seu comportamento, esteve preso em Minas Novas”.¹⁵⁴

Alberto da Silva e Oliveira Rolim de idade de 38 anos, no ano de sua prisão em 1790, era natural do Arraial do Tejuco, casado em Minas Novas, “onde assiste e vive de seu negócio”. Após a tentativa de recolher os documentos na casa de seu irmão, partiu para a fazenda do cunhado Dr. José Pereira Freire de Moura, chamada Macaúba, distante seis léguas de Minas Novas. Freire de Moura, conhecido como Doutor das Minas Novas aparece algumas vezes nas Devassas. O primeiro a se referir a ele foi Domingos de Abreu Vieira, que dizia que o Pe. Rolim e o alferes Joaquim José, diziam “que seria bom escrever ao Dr.” O segundo a citá-lo foi Francisco Antônio de Oliveira Lopes, ao se referir aos planos do levante:

e um Padre José da Silva (e Oliveira Rolim), mas quanto a este, se não lembre ele, Respondente, se assistia ou não às ditas palestras, mas sim, se recorda, de lhe dizerem havia de aprontar toda a gente do Serro; sendo também certo o referir-lhe o mesmo Vigário que também entrava naquela desordem; e que igualmente contavam com o Dr. José Correia (da Silva), do Sabará; e um doutor (José Pereira Freire de Moura), das partes de Minas Novas.¹⁵⁵

Oliveira Lopes, mais a frente em seu depoimento disse que o “Pe. José da Silva [entraria com] o Serro todo, unido com o doutor de Minas Novas”. E por fim, apareceria no depoimento do cunhado Alberto da Silva e na lista de créditos de Domingos de Abreu Vieira, com dívida de 30,562 réis. Ao que tudo indica, Padre Rolim contaria com a influência do Doutor, formado em Cânones em Coimbra no ano de 1770, para colaborar com o levante na vila mais ao nordeste da capitania de Minas Gerais, protegendo a sedição no limite não tão bem delimitado com a Bahia.¹⁵⁶

A vida depois das devassas

Padre José da Silva e Oliveira Rolim foi um dos inconfidentes mais ativos no projeto de sedição, com participação nos conventículos nas casas dos tenentes-coronéis Francisco de Paula Freire de Andrade e Domingos de Abreu Vieira, este último, conhecido desde a comarca do Serro do Frio, onde ficou hospedado em sua residência em Vila Rica devido ao banimento que sofrera no Distrito Diamantino.

¹⁵⁴ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V. 3. P. 149-150.

¹⁵⁵ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V.2. P. 45. Grifo nosso.

¹⁵⁶ Arquivo da Universidade de Coimbra. Referência: PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/011658.

Kenneth Maxwell divide os inconfidentes em três grupos: os ideólogos responsáveis pelos projetos e constituições de leis; os contratantes, interessados nas questões financeiras; e por fim, os ativistas, que levariam a proposta de sedição para outras comarcas e iriam estruturar parcerias para a realização do mesmo.¹⁵⁷ Padre Rolim, inseria-se no terceiro grupo. Em suas andanças clandestinas no Serro do Frio implicou os irmãos, fazendeiros e até mesmo nomes importantes da Intendência do Diamante em sua fuga.

Uma vez preso em Vila Rica envolveu-se com os principais nomes da Inconfidência. Os seus depoimentos descortinam uma extensa rede de sociabilidade em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; sobretudo em decorrência da sua tentativa de conseguir articular sua volta ao Distrito Diamantino.

Os irmãos Oliveira Rolim, com exceção do Pe. Carlos, foram suspeitados pelo Visconde de Barbacena e presos em 1790. Foram libertados pelo mesmo Visconde, mantendo em custódia apenas o Dr. Plácido, por sua vez libertado em novembro do mesmo ano por ordem do Vice-Rei.¹⁵⁸

José da Silva Oliveira e Rolim, por sua vez, após os interrogatórios foi enviado ao Rio de Janeiro e posteriormente para o Forte de São Julião da Barra em Lisboa. Teria sido condenado à morte pela Alçada, o que não ocorreu. Em 1796, passou para a clausura no Mosteiro de São Bento da Saúde. Em 1803 foi libertado e no ano seguinte conseguiu autorização para o regresso. Dos inconfidentes degredados, os únicos a retornarem para a América Portuguesa foram os clérigos Luís Vieira, Manoel Rodrigues da Costa e Oliveira Rolim, este último, em 1805, voltou para o Tejuco, não sem antes passar pelo Retiro das Macaúbas e buscar Rita Quitéria e os filhos. A sobrinha Ana Clara Freire, suposta noiva de Tiradentes em seu depoimento, havia arrematado sua casa e não quis devolver, indenizando-o com outros bens. O clérigo faleceu em 1835, aos 88 anos de idade, sem os irmãos, velhos amigos e Rita Quitéria por perto, todos já falecidos. Quem o acompanhou nos momentos finais foi o filho Domingos Augusto, que administrava seus bens. Foi enterrado na Capela do Carmo em Diamantina, permanecendo na terra da qual um dia fora banido.¹⁵⁹

Em maior ou menor grau, José da Silva e Oliveira Rolim tentou estabelecer alianças e cooptar outras pessoas para o levante na cadeia do Espinhaço. Nos caminhos da serra encontrou

¹⁵⁷ MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 200.

¹⁵⁸ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, v. 3. P.138.

¹⁵⁹ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. V.2. P. 288. Nota biográfica.

pouso na casa de fazendeiros, amigos, compadres, padres e pessoas importantes da administração. Um caso enigmático refere-se ao seu concunhado, Dr. José Pereira Freire de Moura. Embora, pouco mencionado nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira e sem nenhum depoimento registrado, na história regional do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, o Doutor das Minas Novas, “ficou encarregado do movimento e propaganda no norte de Minas, juntamente com padre Rolim. Hospedou Tiradentes em Minas Novas, quando este ali esteve, ficando combinado o plano.” Em decorrência do fracasso da sedição, “foi o Dr. José Pereira perseguido e só pode escapar refugiando-se nas então desertas matas do Jequitinhonha, estabelecendo residência em Tocoíós.” Mais tarde, em 1797, com os ânimos acalmados fundou um aldeamento de indígenas Maxacali e foi nomeado Capitão-mor encarregado de aldear e civilizar os indígenas da região. Isso tudo ocorreu no governo do sucessor do Visconde de Barbacena, o Governador Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas.¹⁶⁰ O nome do aldeamento Lorena dos Tocoíós ficou em homenagem ao governador, coincidência ou não, este era o mesmo homem, que Padre Rolim tentara encontrar em São Paulo em 1788, naquela altura, na tentativa de alcançar proteção do Governador e Capitão-General daquela capitania.

¹⁶⁰ PIMENTA, Dermeval J. Aspectos do povoamento do leste de Minas. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* XIV, 1970. *Apud*. MATTOS, Izabel Missagia de. Povos em Movimento nos sertões do Leste. In. RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. *A província de Minas Gerais*, 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

ST 11 – História E Cinema: Diálogos E Disputas Pela Memória

Hellen Sílvia Marques Gonçalves

hsmgoncalves23@gmail.com

Luiz Araújo Ramos Neto

luizaraujoramosneto@gmail.com

Desde o seu surgimento, o Cinema transformou de maneira definitiva as concepções sociais pré-existentes acerca do real, trouxe à tona novas representações, modificou as relações do público com a ficção e impôs novas percepções sobre a temporalidade. As distintas propostas estético-ideológicas também inserem o Cinema em um diálogo multidisciplinar estritamente aberto com as ciências humanas e com as demais formas de manifestação artística. Diante das diversas possibilidades de investigação, é necessário destacar que o Cinema participa ativamente dos debates culturais e políticos desde o início do século XX e a sua atuação pode ser considerada catalisadora para sustentar ou contradizer o discurso dito dominante, evidenciando o seu poder de significação e ressignificação dentro de um contexto sociocultural específico. Desta forma, este simpósio temático tem como objetivo discutir o lugar ocupado pelo Cinema dentro de pesquisas realizadas por professores e pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento e níveis de ensino, que abordam as relações deste com os âmbitos da História e da memória a partir de suas múltiplas práticas sociais. As discussões abarcarão um olhar reflexivo em suas inúmeras perspectivas, partindo do estatuto do Cinema como documento de investigação historiográfica, do seu papel desempenhado no processo de construção de uma memória histórica, de questões relativas à produção de uma historiografia a respeito da Sétima Arte, reflexões acerca das diversas formas de representação do passado, dos movimentos estéticos-ideológicos e abarcando discussões referentes ao âmbito do fazer cinematográfico (pré-produção, produção e pós-produção). Para se pensar o filme na História, como produto principal do Cinema, independente do gênero cinematográfico, e visualizá-lo como obra de arte autônoma faz-se necessária uma análise que se liberte do caráter de ilustração, atingindo assim as implicações mútuas entre imagem e som, a partir de uma metodologia que valorize as interfaces com outras áreas do conhecimento e evite as armadilhas produzidas por saberes históricos pré-definidos, desta forma, serão centrais para este eixo, trabalhos que façam uso do caráter multidisciplinar.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

A memória nacionalista nas lentes de João Carriço: uma biografia do “amigo do povo”.

Renata Venise Vargas Pereira

RESUMO: O trabalho apresenta os resultados preliminares da pesquisa de doutorado que visa biografar a produção de João Gonçalves Carriço (1886/1959), diretor e exibidor cinematográfico, fotógrafo, cenógrafo e pintor. O juizforano era dono do Cine Popular e da produtora Carriço Film. De 1930 a 1950, produziu cinejornais e os 236 materiais restantes estão na Cinemateca de São Paulo. Até o momento, a pesquisa analisou metade do volume. O acervo inclui 3.000 fotos armazenadas no Museu Mariano Procópio, com levantamento concluído. É impossível dissociar sua produção ao cotidiano de Juiz de Fora. São dele as principais imagens da cidade na primeira metade do século XX, materiais que compõem a memória de um tempo. O cinema era objeto de interesses econômicos e políticos – no período, o país adotava um projeto de nação, elaborando conceitos que conferiram ao território uma identidade nacional. O projeto político precisava de adesão e Juiz de Fora estava inserida neste ambiente de modernização e industrialização. O cinejornalista capturou o desenvolvimento por meio de suas lentes. O acervo é representativo e de projeção nacional: a produção exibida nos cinemas brasileiros levou o protótipo de uma cidade em crescimento para as telas cujas imagens revelam elementos do projeto nacionalista. Carriço se intitulava “amigo do povo”. Filmava conteúdos políticos, festas populares como o carnaval, eventos esportivos, religiosos, desfiles militares e cívicos, trazendo aspectos populares como elemento de suas imagens. A conexão com o povo era grande: ele montava presépios de visitação gratuita, carros alegóricos no carnaval e fazia adereços para a festa. Como cineasta, produziu cinejornais e os projetava em seu cinema popular com entradas democráticas ou gratuitas, distribuindo balas e bombons para crianças. O trabalho o analisa como um intelectual mediador. Afinal, produzia conhecimento e comunicava ideias vinculadas a um cenário político-social, sendo um ator estratégico, representando um ponto de vista e articulando representações ao público. Rever sua obra traz à tona a preocupação com nossa memória audiovisual e o que ela reflete. O filme adquiriu, de fato, estatuto de importante fonte para compreensão dos comportamentos, visão de mundo, valores, identidades e ideologias de um momento histórico. Vale reforçar que a Carriço Film ganha mais importância porque contribuiu para a descentralização dos polos cinematográficos do Rio e de São Paulo.

Palavras-chave: Nacionalismo; Cinejornais; Memória; João Carriço; “Amigo do povo”.

João Gonçalves Carriço nasceu em 27 de julho de 1886, na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata mineira. Ele era diretor e exibidor cinematográfico, fotógrafo, cenógrafo, pintor e proprietário do Cine-Theatro Popular e da produtora Carriço Film, responsável pela montagem de cinejornais que circulavam em todo o Brasil. Sua trajetória tem importância para além dos limites do município. O que se vê em sua produção artística, composta prioritariamente de fotos e imagens em movimento, são vestígios de sua inserção em um projeto político de formação do estado brasileiro na Primeira República. O material compõe a memória nacionalista em torno das

décadas de 1930 a 1950. Neste artigo, vamos discorrer a importância do personagem, os cuidados biográficos que se deve ter quando o objeto é um ator social como Carriço e estabelecer, paralelamente, reflexões acerca dos intelectuais e a categoria intelectual mediador. Todo este caminho pretende revelar a memória nacionalista presente nas fontes disponíveis para a pesquisa.

O nascimento de um artista múltiplo

Para refletir acerca dos desdobramentos que sua arte alcançou, é necessário discorrer sobre a infância e juventude do biografado e entrelaçar com aspectos históricos da Juiz de Fora promissora de fins do século XIX. Afinal, são deles os principais registros de memória audiovisual do município do início do século XX. O “desabrochar” desta polivalente figura começa antes do nascimento. Carriço era filho da descendente de tiroleses, Maria Schelzhorn Carriço, e do português Manoel Gonçalves Carriço. Ela, nascida em Juiz de Fora, mas os pais vieram para o Brasil em 1858, na imigração alemã, com o propósito de participar da construção da Estrada de Rodagem União Indústria.

Já o pai, Manoel Gonçalves Carriço, era português, da região de Coimbra, que desembarcou na cidade mineira em fins do século XIX. Trabalhou na Ferro Carril¹⁶¹ como condutor de carros, experiência que o levou a ter sua própria frota. Constituiu uma empresa de aluguel de carroças e carruagens e, em seguida, virou sócio de uma funerária, a única autorizada a explorar o serviço no município.

A condição de Juiz de Fora era favorável.¹⁶² Situava-se à margem do velho caminho das minas por onde “circulou” o ouro do século XVIII, favorecendo o comércio do Rio de Janeiro com Minas Gerais e Goiás. Depois, vieram as primeiras explorações econômicas no início do século XIX. A partir da década de 1850, o café floresceu e cresceu em larga escala na Zona da Mata mineira, a ponto de tornar-se um importante produto de exportação.¹⁶³ O impacto foi tão grande que a região ganhou o status de mais rica de toda a província. Antes mesmo de 1870, nenhuma localidade se comparava a Juiz de Fora.¹⁶⁴ Na década de 1880, o café da região era

¹⁶¹ LEAL, Ruy do Brasil. Portugueses em Juiz de Fora e suas descendências. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1989, p.221.

¹⁶² OLIVEIRA, Luís Eduardo de. Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Juiz de Fora: Funalfa; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.49.

¹⁶³ GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Paulino. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora, s/Editora, 1966.

responsável por quase toda a receita de Minas.¹⁶⁵ Em função disso, a população cativa era a maior do estado.¹⁶⁶ A circulação de capital que vinha do café virou um atrativo para os empreendimentos fabris – a relação era muito íntima entre atividades agroexportadoras e industriais.

Esta posição privilegiada firmou-se com a construção da União e Indústria¹⁶⁷, primeira via carroçável do Brasil, inaugurada em 1861, com 144 quilômetros de Petrópolis a Juiz de Fora. A estrada ampliou a condição de centro local a serviço dos fazendeiros para atender às necessidades de toda a região¹⁶⁸ colocando a capital do Império em constante contato com os mineiros.¹⁶⁹ O tempo da viagem saltou de 10, 12 dias para 12 horas. A estrada propiciou a abertura de novos horizontes comerciais e fabris e uma série de melhoramentos foram feitos na localidade.

Foi neste contexto que Carriço nasceu e foi testemunha do desenvolvimento da localidade. Ainda menino, “brincava” de teatro em casa e projetava imagens para a irmã caçula. Adolescente, trabalhou em Petrópolis na decoração de um hotel e na confecção de cartazes. Depois, foi para o Rio de Janeiro onde montou cenários de peças teatrais, pintou tabuletas e cartazes de propagandas para filmes nos cinemas cariocas¹⁷⁰, formando sua rede de sociabilidades, fundamental para os anos que se seguiram.

As projeções em Juiz de Fora aconteceram com auxílio dos carros de tração animal do pai - o cinema ambulante circulava por bairros periféricos e distritos. Em 1906, fez uma exibição de 20 fitas em um salão do bairro onde nasceu. Dois anos depois, trouxe para Juiz de Fora o Cinema Gaz Radium, aparelho que projetou filmes na festa que comemorava o cinquentenário da chegada dos alemães à cidade.¹⁷¹ Na ocasião, com 22 anos, exibiu sete fitas.

O passo seguinte dava sinais do que pretendia fazer em direção ao seu arrojado projeto: a exibição cinematográfica. O *Pharol* de 21 de maio de 1916 trouxe na capa a novidade informando que já se encontrava em funcionamento, em Mathias Barbosa, na época distrito de Juiz de Fora, o

¹⁶⁵ GASPARETTO JÚNIOR. Direitos Sociais em Perspectiva, p.58.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In: Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora. Borges, Célia Maia (org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000, p.54.

¹⁶⁷ STEHLING, Luiz José. Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 1979.

¹⁶⁸ LOYOLA, Maria Andréa. Os sindicatos e o PTB. Estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1980, p.24.

¹⁶⁹ ESTEVES, Albino. Album do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915, p.59-60.

¹⁷⁰ SIRIMARCO, Martha. João Carriço, o amigo do povo. Juiz de Fora, FUNALFA, 2005.

¹⁷¹ *Jornal do Commercio*, 23/08/1908, edição 3.707, capa.

Cinema Moderno, uma empresa de Noronha, Carriço & Comp.. A nota informava que a programação foi organizada “com muito capricho”¹⁷².

O ano de 1916 foi de sentimentos opostos para o cinejornalista. De um lado, a inauguração do cinema e, de outro, o falecimento do pai, marcando o retorno de Carriço à terra natal para gerenciar o negócio da família. Mas o novo perfil não colocou fim à veia artística, mas o “empurrou” a uma nova empreitada: a montagem de presépios natalinos na porta do casarão onde funcionava o negócio familiar. Também começou a produzir a decoração do carnaval de Juiz de Fora e a montar carros alegóricos para a festa. Passou a ser conhecido como pintor Faísca.

Durante os anos que se seguiram, aumentava o reconhecimento ao seu trabalho e Carriço, de certa forma, ia construindo sua imagem na cidade. A participação nos carnavais era constante, ao lado do pintor negro e amigo Xisto Valle. Sua montagem natalina vinha ganhando destaque nos jornais locais, a ponto de *O Pharol*, de 1917, destacar: “como nos anos anteriores, o conhecido pintor João Carriço, o Faísca, armou êste anno, á rua Quinze de Novembro, na casa de residencia de sua digna progenitora, um artístico presepe, que tem sido visitado por inumeras pessoas”¹⁷³.

O traquejo do artista com a imprensa era grande – enviava convites para que os jornalistas visitassem o local e vários compareciam. Sua fama era fortalecida pela imprensa que adicionava a Carriço os adjetivos “popular” e “artista”¹⁷⁴. É bom ressaltar que a empresa dos Carriço sediava os presépios e inúmeras famílias compareciam ao local que tinha até show musical, dependendo da programação. Evento gratuito, popular, familiar, no coração de Juiz de Fora.

Em 14 de agosto de 1927, Carriço inaugurou o Cine-Theatro Popular, um marco para a memória cinematográfica de Juiz de Fora. O endereço era conhecido pela população: a agência funerária da família, o local que abrigava os presépios. O exibidor adequou a empresa para a atividade. O público era formado por trabalhadores, operários e crianças. O Popular foi visto por todos como um lugar democrático, uma diversão barata, com preços populares. Um cinema que atraía negros, brancos, pobres, intelectuais, descalços, bem vestidos. As primeiras sessões foram improvisadas, com o público sentado até em caixões¹⁷⁵.

¹⁷² *O Pharol*. Juiz de Fora, 21/05/1916, edição 120, capa.

¹⁷³ *O Pharol*. Juiz de Fora, 28/12/1917, edição 307, capa.

¹⁷⁴ *O Pharol*. Juiz de Fora. 06/01/1918, edição 05, capa.

¹⁷⁵ SIMIMARCO, João Carriço, o amigo do povo.

A empresa funerária funcionava na rua do Imperador, na Monarquia, que, depois, virou XV de novembro, na República e, finalmente, no Estado Novo, o local se transformou em avenida Getúlio Vargas. As imagens 1 e 2, mostram o local que se transformou em cinema com os cartazes das atrações exibidas na calçada. Como Carriço era pintor, o recurso era amplamente utilizado para propagandear a programação. Basta observar as fotos para identificar a simplicidade das pessoas que circulavam por esta região da cidade.

Imagem 1 Movimentação do público que frequentava o cinema.

O entorno agregava pessoas simples que viviam nos cortiços e trabalhavam nos pequenos negócios. O Popular era ponto de encontro de quem buscava diversão e lazer. O imóvel ainda pertence à família Carriço. Porém, hoje, abriga um estacionamento.

Imagem 2 Entre o público, crianças, trabalhadores e mulheres

Logo que inaugurou o cinema, a expressão “o amigo do povo” foi diretamente relacionada ao Popular e, conseqüentemente, a João Carriço. O exibidor já tinha esta relação estreita com a cidade uma vez que produzia espetáculos populares. O adjetivo também começou a aparecer nos anúncios de jornal - a condição do menor preço sempre aliada à melhor casa de espetáculo. Era assim que ele queria ser conhecido: “o amigo do povo”.

Seu outro empreendimento, a produtora Carriço Film, foi fundada nos anos 1930. A empresa de produção cinematográfica atuou por 23 anos ininterruptos, tendo Carriço na direção geral. O negócio funcionava nos fundos do cinema e, de 1933 a 1956, filmou temas políticos, práticas esportivas e festas religiosas, militares e populares, a partir dos registros do cotidiano de Juiz de Fora. Seus filmes circularam por todo o país, exibidos nos cinemas nacionais. Além do pioneirismo, o mineiro Carriço contribuiu para quebrar a hegemonia da produção cinematográfica do eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

Um pouco antes da inauguração da Carriço Film, ainda no Governo Provisório de Getúlio Vargas, foram dados os primeiros passos em direção à organização da propaganda política no plano nacional.¹⁷⁶ A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi precedida por outros três órgãos, que trabalharam na divulgação das iniciativas governamentais: o Departamento

¹⁷⁶ Arquivos digitalizados do CPDOC. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP> Acesso em 06/03/2021.

Oficial de Publicidade (DOP), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que se sucederam a partir de 1931.

Em 1932, Vargas publicou decreto regulamentando a produção cinematográfica, compensando favores fiscais, como facilidade para importação do filme virgem, negativo e positivo, matéria-prima do setor. Em contrapartida, os cineastas deveriam incrementar as produções. O decreto considerou que o filme documentário, de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial, seria instrução do público e propaganda do país, baseando-se no fato de que os filmes têm especial atuação sobre massas populares, composta, inclusive, por analfabetos.

Vargas instituiu a censura cujo controle seria do Ministério da Educação e Saúde Pública, responsável pelo certificado contendo a autorização para veiculação.¹⁷⁷ Aos poucos, as atualidades passaram a ser utilizadas como propaganda política. No Estado Novo, o presidente expandiu a máquina de propaganda com o controle das informações. O período foi marcado pela produção de filmes para difundir sua imagem e os elementos que iriam caracterizar o estado nação.¹⁷⁸

O juiz-forano João Carriço atuava neste contexto. Seu material tinha aprovação do DIP com circulação pela Distribuidora de Filmes Brasileiros. Atualmente, os cinejornais que permanecem intactos estão na Cinemateca de São Paulo. No catálogo da instituição foram listados 236 materiais. Os demais (não há como precisar a produção ao longo das décadas) foram perdidos ou queimados em incêndios na Cinemateca. Há cópias de alguns deles em Juiz de Fora, na Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage.

O material é rico sobretudo porque são poucos os registros da época que resistiram ao fogo. Além disso, há muitos acontecimentos filmados não só em Juiz de Fora e que fazem parte daquele projeto de nação. Berstein alerta que não se pode “subestimar o papel dos *media*, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política”¹⁷⁹. Por isso, torna-se imprescindível avaliar de que forma os atores sociais, como Carriço, trabalharam na construção deste projeto nacionalista além de refletir sobre a ação governamental de dar suporte

¹⁷⁷ PASCHOAL, Francisco José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil. Trabalho apresentado no 1º Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 anos do Estado Novo, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

¹⁷⁸ SIMIS, Anitta. Estado e cinema no Brasil. São Paulo: Annablume, 1996.

¹⁷⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.357.

a este propósito. O Brasil naquela época criou alguns conceitos e a produção audiovisual auxiliou na difusão do projeto.

Já as fotografias, cerca de três mil delas, estão armazenadas no Museu Mariano Procópio. Lá também se encontram alguns panfletos de propaganda do cinema e documentos de censura do governo brasileiro. Registros que revelam a visão de mundo, valores, identidades e ideologias de um momento histórico. Rever sua obra traz à tona a preocupação com nossa memória audiovisual e o que ela reflete.

Biografando um intelectual mediador

O primeiro cuidado é com o que Bourdieu chama de “ilusão biográfica”¹⁸⁰. O enredo da vida de Carriço não pode ser considerado um roteiro retilíneo, marcado por regularidades, repetições, coerências e permanências.¹⁸¹ Tratar a vida como uma história, segundo Bourdieu, é desconsiderar que o real é descontínuo com elementos sobrepostos sem lógica ou razão. O nome “Carriço” é uma identidade construída antes mesmo de seu nascimento. Além disso, adquiriu versões que possibilitaram sua circulação em várias histórias de vida possíveis. O Carriço cinejornalista, o Carriço “amigo do povo”, o dono do cinema, o pintor Faísca, o cenógrafo dos presépios, o Carriço carnavalesco. É imprescindível o cuidado com sua identidade social determinada pelos fragmentos de si, ou com o que Bourdieu ressalta como o sujeito fracionado, múltiplo.

Diante desta multiplicidade, entre as dificuldades estão os documentos disponíveis.¹⁸² As principais fontes primárias de Carriço são os cinejornais, as fotos, os documentos e os recortes de jornais. As entrevistas orais também são recursos de pesquisa. O campo é vasto mas pode deixar lacunas diante de explicações simplistas e lineares. Por isso, a atenção ao que Lígia Maria Leite Pereira refere-se como a relação entre a trajetória individual e a história social. Carriço se colocou como polo ativo deste aparato, se apropriou dele, filmou e o projetou para outra dimensão que,

¹⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

¹⁸¹ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. Revista de História da Ufes. Número 24, 2010. (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória), p. 157-172.

¹⁸² LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

segundo a autora faz parte de sua própria subjetividade. “E é por isto mesmo que se pode conhecer o social partindo da especificidade irreduzível de uma prática individual”¹⁸³.

Um trabalho baseado nas realidades e possibilidades. Schmidt ressalta a necessidade de desvendar os múltiplos fios ligando o indivíduo ao seu contexto.¹⁸⁴ Esta é nossa principal proposta. Vavy Borges corrobora com o autor e destaca a necessidade de pensar Carriço em sua trajetória, origens, personalidades e contextos. E isso, segundo ela, se faz por intermédio das “vozes”¹⁸⁵ que nos chegam do passado, ou seja, as fontes documentais. Levantar dados históricos da vida de João Carriço contribuirá para revelar o que Foucault ressalta acerca dos discursos. Em todos os relatos, há os que falam e os que escutam. Mais que isso, há os sujeitos que falam e escutam e ainda dispõem de um poder de conformação.¹⁸⁶ Por isso, a importância do biografado extrapola para além de si. Ele é o sujeito com poder de atribuição de sentido, por meio de dispositivos intelectuais, materiais e sociais.

Jean-François Sirinelli, Edward Said¹⁸⁷, Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen trabalham com o conceito de intelectuais que vem adotado em relação a Carriço. A principal pergunta é se esses intelectuais, em uma determinada fase, teriam influenciado nos acontecimentos, por sua noção de engajamento na vida da cidade.¹⁸⁸ Como pintor e cenógrafo, ele se doou a Juiz de Fora por meio de sua arte. Antes mesmo de abrir o cinema e montar sua produtora, teve relações com a comunidade.

Uma figura que, por estas características, deve ser avaliada por concretude, sem deixar de considerar a conexão com outros atores sociais e organizadores, com intenções e projetos entrelaçados entre os ambientes culturais e políticas. Carriço circulava entre políticos, artistas, oligarcas, industriais, comerciantes, militares e religiosos - filmava eventos sociais, religiosos e bailes de carnaval com a presença desta fatia da sociedade.

¹⁸³ PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. Este texto foi apresentado na Mesa-redonda “História Oral e as tramas da subjetividade” realizada no III Encontro Regional Sudeste de História Oral, Mariana, 12 a 14 de maio de 1999. HISTÓRIA ORAL, 3, 2000, p. 117-27.

¹⁸⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias ... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.10, n. 19, 1997 p. 3-22.

¹⁸⁵ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 203-233.

¹⁸⁶ FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

¹⁸⁷ SAID, Edward W. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁸⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

Da elite para os populares. Ele abria suas portas para a camada mais simples da população, filmava estas pessoas e as projetava em seus filmes – uma de suas características mais marcantes é o registro do povo nas ruas – seja nas festas populares como o carnaval ou eventos religiosos e esportivos sediados na cidade. Em todas as situações, o povo ganha destaque em suas imagens. Assim era este intelectual mediador. A forma como apreendia o cotidiano é nítida e o desafio é identificar em seu material os sentidos atribuídos à realidade em função de seu ponto de vista. Gomes e Hansen ressaltam a importância de identificar as percepções cognitivas e afetivas desses personagens.¹⁸⁹

As autoras ressaltam inclusive a importância do recorte temporal do qual Carriço faz parte. Nas primeiras décadas do século XX, com o avanço da imagem e do som, há uma revolução do processo comunicativo, em especial, da fotografia, do cinema e do rádio. Os dois primeiros, como já sabemos, faziam parte da escala de domínio do juiz-forano e tornam-se decisivos à medida que atingem um público maior, sobretudo, porque democratizava o acesso a quem não sabia ler ou escrever. Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen identificam estas práticas como vetores culturais de grande impacto no mundo intelectual. Estas transformações midiáticas encheram de esperança os projetos políticos do século XX e eram vistas como detentoras de imenso poder transformador.

Personagens como Carriço são “estratégicos para se entender como uma série de novos sentidos são gestados a partir da recepção dos bens culturais”. Outra compreensão é como tais bens circulam entre grupos sociais e, por fim, “como a esfera da cultura se comunica, efetivamente, com a esfera social”¹⁹⁰. Na política, atuações como a do biografado podem representar a visibilidade de um projeto ou sua compreensão para uma audiência, estabelecendo uma comunicação que simplifica e até mesmo torna o processo mais didático.

Considerações finais

Carriço incorporou todas estas influências do período em que viveu, registrou a memória de seu tempo e foi além. Sua notoriedade, reconhecida por meio de jornais e por meio do comparecimento em massa para visitação a seus presépios, mostra como sua ação poderia legitimar sua intervenção no debate social. De certa forma, se colocou a serviç o de inúmeras causas, a

¹⁸⁹ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

¹⁹⁰ GOMES; HANSEN. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos, p.26.

principal delas, democratizar o acesso ao cinema praticando preços populares ou até mesmo permitindo a entrada gratuita dos frequentadores.

Como um intelectual mediador há que se referendar o papel da mídia efervescente na época: o cinema. O juiz-forano era um vetor e, como tal, exercia a função da socialização política, que nem sempre se procede por doutrinação. Por outro lado, o público que compartilhava o resultado de sua obra, por influência da escolha dos temas, os modelos construídos, as normas instituídas pelas telas, acabavam interiorizando a informação tonando-se sensível à recepção de ideias ou até mesmo adotando comportamentos.

Além disso, o ambiente socioeconômico e cultural que vivia preparava o terreno do político no qual mergulhou. É indissociável analisar Carriço, suas origens, suas motivações, seus sistemas de valores, de normas, crenças com o contexto histórico. A leitura desta memória do passado, suas aspirações para o futuro e como representava a sociedade são imprescindíveis para sua compreensão.

Certamente, João Carriço apresenta um ponto de vista e articula representações junto ao público. Ao longo da vida, ficou evidente sua vocação para a arte de representar seja por meio de seu olhar cinematográfico, das escolhas do que registrava, escrevendo seus roteiros, desenhando pinturas caricatas, irônicas ou de espelhamento político, falando para o público ou permitindo a entrada dele em seu “ambiente” mais sagrado: a sala de cinema.

Por isso, é importante compreender como Carriço pertenceu a seu tempo. De que forma foi arrebanhado pelas políticas de representações voltadas para as sociedades, materializadas pela informação que divulgava em suas imagens em movimento ou os cliques fotográficos. Seu material é a memória nacionalista sintetizada por meio de suas lentes.

Anexos

Imagem 1: Movimentação do público que frequentava o cinema.



Fonte: Coleção Cariço Film Arquivo Fotográfico da Fundação Museu Mariano Procópio (Mapro).

Imagem 2: Entre o público, crianças, trabalhadores e mulheres



Fonte: Coleção Cariço Film Arquivo Fotográfico da Fundação Museu Mariano Procópio (Mapro).

Aruanda (1960) de Linduarte Noronha: o subalterno como o “outro”

Luiz Araújo Ramos Neto

Resumo: O presente trabalho monográfico tem como objetivo principal estabelecer as contribuições estabelecidas pelo pensamento da crítica e teórica indiana Gayatri Spivak na obra *Pode um subalterno falar?* para a compreensão e análise do curta-metragem *Aruanda* (1960) do diretor pernambucano Linduarte Noronha, empregando a análise dos estudos subalternos às temáticas, sujeitos e escolhas estéticas empregadas na película, abordando também, o lugar social dos envolvidos e o contexto histórico da produção nos âmbitos nacional e local. Desta forma, empregaremos uma análise do contexto de formulação e maturação do cinema paraibano, dando destaque ao período de construção do movimento que viria a ser conhecido como Cinema Novo e buscaremos relacionar o conteúdo da película analisada com as proposições dos estudos subalternos.

Palavras-chave: Cinema paraibano; Aruanda; Subalternos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo principal estabelecer as contribuições estabelecidas pelo pensamento da crítica e teórica indiana Gayatri Spivak na obra *Pode um subalterno falar?* para a compreensão e análise do curta-metragem *Aruanda* (1960) do diretor pernambucano Linduarte Noronha, empregando a análise dos estudos subalternos às temáticas, sujeitos e escolhas estéticas empregadas na película, abordando também, o lugar social dos envolvidos e o contexto histórico da produção nos âmbitos nacional e local.

Nascida em 1942, na cidade indiana de Calcutá, Gayatri Chakravorty Spivak iniciou sua vida acadêmica em uma instituição universitária local, mudando-se para os Estados Unidos com o objetivo de continuar seus estudos na Universidade Cornell, onde obteve títulos de mestrado e doutorado em Literatura Comparada. Iniciou sua prática docente na Universidade de Iowa e atualmente, ocupa a função de professora de Literatura Comparada do Departamento de Inglês e do Instituto de Literatura e Sociedade Comparadas da Universidade Columbia, localizada no estado de Nova York. Embora tenha alcançado reconhecimento inicial por meio de suas traduções da obra de Jacques Derrida, Spivak hoje é reconhecida como uma das intelectuais mais importantes

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

dos chamados “Estudos Subalternos”, um projeto coletivo que objetiva a reescrita da história colonial indiana a partir da perspectiva dos sujeitos insurgentes. Suas reflexões transitam por diversas áreas do conhecimento, relacionando-se com o marxismo, o pós-estruturalismo e, sobretudo, com o desconstrucionismo, frequentemente se aliando a posturas teóricas que abarcam o pós-colonialismo, o feminismo contemporâneo e as teorias da globalização e do multiculturalismo, uma das intelectuais mais importantes dos chamados¹⁹¹.

Tendo sua primeira publicação no periódico *Wedge* no ano de 1985, o artigo *Pode um subalterno falar?* Estabelece uma reflexão acerca das representações que se recaem sobre os sujeitos oriundos das colônias europeias no âmbito do pensamento ocidental, tendo como centro a figura do subalterno, compreendida pela autora como os indivíduos pertencentes às camadas mais desfavorecidas da sociedade, que se encontram excluídos dos mercados, da representação política, da proteção legal, do gozo de direitos e da possibilidade de tornarem-se membros dos segmentos sociais dominantes.¹⁹²

Linduarte Noronha foi um cineasta, jornalista, crítico cinematográfico e professor pernambucano nascido em 1930 na cidade de Ferreiro. Mudou-se para a cidade de João Pessoa (capital da Paraíba) aos três anos, onde radicou-se por toda sua vida. Teve grande participação no processo de transformação da cultura cinematográfica paraibana ocorrido entre os anos 1950 e 1970, sendo membro atuante do movimento cineclubista, da associação de críticos cinematográficos da Paraíba e do chamado “Ciclo do Cinema Documentário Paraibano”. Sendo sua produção seminal, o filme *Aruanda* (1960), conta a história da comunidade quilombola existente em Serra do Talhado no momento de sua fundação e no cotidiano do presente. Mesclando dramatizações e imagens documentais, o filme é considerado um dos precursores do Cinema Novo.¹⁹³

O CINEMA NA PARAÍBA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÃO

O ano de 1897, marca a chegada do cinema à então cidade da Parahyba (futura João Pessoa)¹⁹⁴, a partir da importação de uma máquina de projeção vinda da França para complementar

¹⁹¹ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra R. G. de Almeida, Marcos P. Feitosa, André P. Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 9-10.

¹⁹² SPIVAK. *Pode o subalterno falar?*; p. 11-12.

¹⁹³ BASTOS, Adeilma Carneiro. *Paisagem Cinematográfica: O NUDOC e a Produção Cultural nas Décadas de 1980-1990*. 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009, p. 42. Captado em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6042>

¹⁹⁴ Até setembro de 1930, a capital do então estado da Parahyba do Norte se chamava de Parahyba. Com a comoção decorrente da morte em 26 de julho de João Pessoa, então presidente do estado, o nome da capital foi modificado.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

as atrações da festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade. Para, Willis Leal, o título de “inaugurador” da atividade cinematográfica recaiu sobre o fotógrafo italiano Nicolau Maria Parente, que realizou as primeiras exibições audiovisuais na capital do estado em 1897, na famosa casa nº 2 da Rua Nova (hoje conhecida como Avenida General Osório), em um momento de reestruturação e renovação da festividade, que na época se inseria em um processo de transformações na organização dos festejos ocorridos fora dos ritos religiosos (os ditos eventos chamados “profanos”), cuja coordenação passou a ser exercida por militares e comerciantes.¹⁹⁵

O cinema chega ao Brasil, durante o processo de reestruturação dos grandes centros urbanos ocorrido no ocidente devido ao apogeu do período conhecido como modernidade, que, vindo da Europa, se estabeleceu no território nacional a partir do Rio de Janeiro e chega, nos anos iniciais do século XX, em terras parahybanas. Seguindo o rastro das transformações que se espalhavam pelo Brasil, os esforços de transformação da capital do estado, viriam acompanhados das inovações surgidas ao longo do XIX para fazerem parte do cotidiano de uma elite local que, parrando a residir no litoral, desejava sentir-se inserida no cotidiano das grandes metrópoles do mundo e do país. Desta forma, não se poderia pensar a chegada da sétima arte no estado, senão a partir da relação de circularidade de ideias, representações, ideologias, práticas e inventos tecnológicos provenientes do influxo recíproco entre culturas hegemônicas e subalternas.

Um processo, que se mostra fundamental para a compreensão das práticas de realização e exibição do tipo de cinema que era exibido na época, que era marcado por um caráter itinerante e de um conteúdo que buscava, a partir da perplexidade causada pelas imagens projetadas, impressionar o público expectador. Um tipo de cinema nomeado por Tom Gunning de “cinema de atrações”¹⁹⁶, responsável por definir o caráter dos locais escolhidos para as primeiras exibições ocorridas na América do Norte, na Europa e no Brasil, que eram exposições, feiras, festejos públicos e parques de diversões.¹⁹⁷ Tais espaços nômades funcionavam como locais para a demonstração de toda uma sorte de inovações técnico-científicas e figuravam como verdadeiros mensageiros de um novo projeto de sociedade para os lugares em que a reestruturação moderna

¹⁹⁵ LEAL, Wills. Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba. Livro - álbum em dois volumes, João Pessoa, 2007, p. 28-30.

¹⁹⁶ GUNNING, Tom. The cinema of attractions: Early film, its spectator and the avant-garde. In: ELSAESSER, T. (org.) Early cinema: Spáce-frame-narrative. Londres, British Film Institute, 1990, p. 56-62.

¹⁹⁷ COSTA, Flávia Cesarino. “O primeiro cinema”. In: MASCARELLO, Fernando (Org.) História do Cinema Mundial. Campinas. Papyrus, 2012, p. 24.

ainda não tinha chegado ou que ainda estava sendo implementada. Um formato que se mostrou fundamental para a proliferação da sétima arte ao redor do mundo.¹⁹⁸

Na cidade da Parahyba, ainda se somou o contexto de transformação dos espaços públicos em locais de convivência e sociabilidade das elites, o que ocasionou a implementação de um novo projeto urbano para a cidade e acarretou, por sua vez, em um maior envolvimento destas na organização dos festejos públicos, em uma tentativa de incorporar práticas modernas em seu cotidiano.¹⁹⁹ A partir daí, as festas de final de ano e as quermesses tornaram-se mais comuns, sobretudo a comemoração da padroeira da cidade, a Festa das Neves, que se veio a se tornar o principal evento social do estado.²⁰⁰ Desta forma, o ambiente das primeiras exposições cinematográficas na cidade, foi o espaço de circulação das elites parahybanas e de exclusão das populações menos favorecidas, como afirmou Leal:

Mais um evento de e para a elite, a Festa das Neves de então colocava o povo em espaço inferior, subalterno, no interior no templo (principalmente), como nas ruas onde ocorria o evento. Na igreja – isso vai se repetir nas salas cinematográficas – o povão ficava na parte final, onde o chão era coberto com esteiras de carnaúba, enquanto as pessoas de posse iam para próximo ao altar (e no cinema, da tela) e se ajoelhavam em tapetes ou cadeiras acetinadas.

As principais casas residenciais da Rua Nova, inclusive onde houve a primeira exibição, foram construídas a partir de 1850. Rua eminentemente residencial, ali moravam os políticos, os senhores de engenho, os capitalistas (empresários), militares e autoridades religiosas. Morador ali era símbolo de prosperidade, pois na rua estavam a Matriz e o Mosteiro de São Bento, tinha iluminação especial (lâmpadas) e era bem arborizada.²⁰¹

Após o término da fase itinerante, com o estabelecimento dos primeiros cinemas e cineteatros, as três primeiras décadas do século XX testemunharam surgimento de vários avanços tecnológicos no campo da exibição, cuja profissionalização ocasionaria a consolidação de um mercado exibidor, que passou a surgir em várias localidades na capital e no interior do estado. O período também traria consigo o surgimento do primeiro cineasta paraibano, Walfredo Rodrigues que, sendo considerado o grande pioneiro do cinema no estado, teve importante contribuição no

¹⁹⁸ LEITE, Sidney Ferreira. Cinema Brasileiro: Das origens à retomada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção História do Povo Brasileiro), 2005, p. 18-19.

¹⁹⁹ CHAGAS, Waldecir Ferreira. As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930. 281f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004; p. 150. Captado em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7459/1/arquivo7777_1.pdf

²⁰⁰ LEAL. Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba. p. 28.

²⁰¹ LEAL. Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba. p. 31.

gênero do cinema documentário com importantes filmes como, *Carnaval de 1923, no Recife (1923)*, *Sob o céu nordestino (1928)* e *Reminiscências de 30 (1931)*²⁰².

Tal processo de profissionalização e desenvolvimento do audiovisual não passou despercebido por segmentos influentes da Igreja Católica, que desde as primeiras demonstrações do cinema itinerante, já demonstrava interesse nas possibilidades oferecidas pelo invento no exercício da atividade pastoral e na propagação da fé cristã.²⁰³ Contudo, Claudio Aguiar Almeida ressalta que a consolidação da vocação comercial no audiovisual ocorrida nessa primeira metade do século XX, ocasionou uma diversificação de “gêneros que iam das Paixões de Cristo à pornografia, passando por documentários de viagens, aventuras e “filmes de truque”, que incluíam, entre outros personagens, o próprio demônio”; o que influenciou os católicos a organizarem em torno de organizações voltadas para tentar manter o cinema dentro dos desígnios morais defendidos.²⁰⁴

A atuação de tais grupos ao redor do mundo, como a americana *Legion of Decency*, ofereceu as bases para que o Vaticano estabelecesse um posicionamento oficial em relação ao cinema, algo que se materializou através do lançamento da encíclica *Vigilanti Cura*, assinada em 1936 pelo Papa Pio XI. O documento, reconhecia o papel exercido pela sétima arte na formação de consciências e estabelecia diretrizes para a ação, afirmando a necessidade da criação de cineclubes confessionais e do estabelecimento de uma classificação moral para os filmes.²⁰⁵

Na Paraíba, as discussões acerca de tais iniciativas propostas pela bula papal se desenvolveram em torno de um projeto organizado de moralização, iniciado a partir da inclusão no jornal *A Imprensa*, de propriedade da Arquidiocese²⁰⁶, de uma coluna destinada para os assuntos

²⁰² LEAL. Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba. p. 33-90.

²⁰³ CHAVES, Geovano Moreira. O cinema além do filme: o projeto da Igreja Católica brasileira para a formação de educadores cinematográficos via Cineclubes Belo Horizonte. In: Revista de História e Estudos Sociais. Ano 9, n. 2 (mai/jun/jul/ago.2012). Belo Horizonte, 2012, p. 02. Captado em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF29/ARTIGO_4_GEOVANO_MOREIRA_CHAVES_FENIX_MAI_JUN_JUL_AGO_2012.pdf Segundo Inimá Simões (1999), a primeira manifestação de censura cinematográfica ocorrida no Brasil foi realizada 1908 na cidade de São Paulo, no teatrinho do Grêmio São Paulo, mantido pela Igreja Católica. Neste local, trechos de fitas impróprias eram editadas para não serem vistos pelo público. Para mais informações, ver: SIMÕES, Inimá. Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: SENAC, 1999, p. 21.

²⁰⁴ ALMEIDA, Cláudio Aguiar. Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937. 245f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Captado em: <http://pos.fflch.usp.br/node/13424>

²⁰⁵ CHAVES. O cinema além do filme.

²⁰⁶ Criado em 1937 na então Província da Paraíba, o jornal “A Imprensa Católica”, o “foi um ato de promover a Igreja através de seus escritos, assim como disseminar entre seus leitores as bases de uma conduta moral, social e religiosa. Foi ainda, uma das estratégias de ação para a romanização, além de ser porta-voz dos interesses confessionais católicos. Era um jornal a serviço da Igreja e em defesa da “verdade” pautada na religião católica” (SOUSA JR, 2015, p. 01).

de cinema.²⁰⁷ Nesta, eram comumente apontados problemas referentes à censura oficial da Era Vargas, a necessidade de moralização do cinema e a ausência de um posicionamento moral por parte da crítica existente, como podemos observar no seguinte trecho publicado em 06 de outubro de 1937:

“pode-se dizer que a crítica é frequentemente parcial. E na dupla acepção do vocábulo. Parcial porque tem manifesta parcialidade, antipatia inegável aos filmes de fundo cristão, honesto, moralizador. (...) é parcial ainda porque só atingem uma parte do complexo problema: o artístico, o da originalidade, o da beleza plástica. Mas olvidam os verdadeiros valores humanos, que são os sociais, os filosóficos e os do espírito”.²⁰⁸

A partir da segunda metade da década de 1940, conforme afirma Willis Leal, os cineclubes no Brasil expandem-se de maneira exponencial, influenciados pela supracitada iniciativa da Igreja Católica, passou a incentivar a criação de cineclubes nas paróquias e nas associações católicas leigas.²⁰⁹ Tanto o controle confessional da iniciativa, quanto as diretrizes presentes na bula papal demarcaram as atividades dos cineclubistas, a partir da exibição de filmes de cunho humanista e na busca de valores positivos para a vida em sociedade.

Assim, os padres Luís Fernandes e Antônio Fragoço, acompanhados de um grupo de jovens estudantes ligados, em sua maioria, à Faculdade de Filosofia do estado da Paraíba criaram, em 1952, o Cineclube de João Pessoa. Um órgão que viria a se tornar um importante catalizador de discussões acerca da sétima arte na Paraíba. Dentre os egressos em tal grupo, estavam presentes nomes que iriam ser de vital importância para o cinema paraibano como: Linduarte Noronha, Vladimir Carvalho, Wills Leal, Wilton Veloso, João Ramiro Melo e Geraldo Carvalho.

O sucesso de tal iniciativa, coincide com o surgimento, em 1955 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Cinema Educativo da Paraíba (CEP), ambos fundados pelo então governador, José Américo de Almeida e da fundação da Associação dos Críticos Cinematográficos da Paraíba (ACCP).

ARUANDA (1960): O SUBALTERNO E A PRODUÇÃO DE IMAGENS QUE VIOLENTAM

Confirme Bastos afirma, o filme *Aruanda* (1960) dirigido por Linduarte Noronha teria exercido pioneirismo com suas propostas temáticas e de abordagem, especialmente em relação à

²⁰⁷ LEAL. Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba. p. 122.

²⁰⁸ LEAL. Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba. p. 122.

²⁰⁹ LEAL. Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba.

representação das classes populares.²¹⁰ Uma conquista que relacionava-se com um contexto de efervescência em torno das discussões cinematográficas no interior dos cineclubes paraibanos e alinhava-se com as pretensões de toda uma geração de jovens que, saindo de dentro dos cineclubes, passaram a galgar a realização de um novo tipo de cinema que se opusesse ao esquema industrial capitalista de produção hollywoodiano, copiado até então, pelas principais produtoras do Brasil como a Vera Cruz.

A tal contexto também se agregou a defesa por parte da crítica nacional, da formulação de uma expressão cinematográfica genuinamente brasileira, como nas palavras de Fernando Trevas Falcone:

Na década de 1950 o debate da crítica brasileira foi marcado pela afirmação de um cinema nacional. A Vera Cruz foi o centro de intensas discussões que ocuparam o espaço de revistas e jornais. A influência do neo-realismo italiano dominou parte dos críticos que não admitiam o modelo hollywoodiano que a companhia paulista seguia. Para estes, a ausência de temas nacionais era uma falta grave, condenando muitos filmes brasileiros do período. Não era o bastante o tema ser brasileiro. As chanchadas da Atlântida, ainda que recebessem elogios esparsos, não eram tidas como modelo de cinema. A insistência da produtora carioca em repetir a fórmula do filme de carnaval – mesmo que esse apresentasse situações e personagens marcadamente brasileiros – não foi bem recebida pela crítica.²¹¹

Desta forma, a partir da segunda metade da década de 1950, configurou-se o abandono de uma perspectiva cinematográfica similar aos padrões do cinema americano (cuja representação máxima se encontrava, em território nacional, no estúdio Vera Cruz). Desejava-se um cinema com a cara do povo Brasileiro, que tivesse como preocupação central a representação de sua gente, de suas tradições, de seus conflitos e de suas formas sociais. O industrialismo voraz e o pretensão cosmopolitismo das produções dos anos anteriores eram profundamente criticados, o que levou tal nova geração de cineastas a buscarem construir produções independentes, alheias a um esquema dominado pelos americanos.²¹²

O movimento do neo-realismo italiano, com a defesa do uso de locações reais (fora de estúdio), da utilização de tores não profissionais e da limitação de recursos de iluminação, maquiagem sets de filmagem e outros elementos típicos da *mise en scène* cinematográfica da época, era uma grande referência para tal geração que começava a adentrar o campo da produção fílmica,

²¹⁰ BASTOS, Adeilma Carneiro. Paisagem Cinematográfica. P. 42-43.

²¹¹ FALCONE, Fernndo Trevas. A crítica cinematográfica dos anos 50. Cadernos de Textos do CCHLA, n° 23, abril de 1990. João Pessoa, UFPB, p. 13.

²¹² BASTOS, Adeilma Carneiro. Paisagem Cinematográfica. P. 42-43.

cuja influência fez es presente em filmes como *Rio 40 Graus* de 1955, *Rio Zona Norte* de 1957 (ambos do diretor Nelson Pereira dos Santos) e *Arraial do Cabo* de 1960 de Mário Carneiro e Paulo César Saraceni.

Uma conjuntura favorecida pela consolidação das atividades culturais cinematográficas ocorridas dentro dos cineclubes e pela atuação de uma crítica especializada que estava passando a ocupar os espaços da grande imprensa nacional. Algo que se mostra em concretude no contexto paraibano, que também se encontrava permeado deste desejo de uma nova forma de se realizar o cinema nacional, com discussões centralizadas em dois importantes espaços de debate e crítica: o Cine-Clube João Pessoa e a Associação de Críticos Cinematográficos da paraíba. É neste contexto que o filme curta-metragem *Aruanda* é lançado no ano de 1960, configurando um importante marco ao influenciar as discussões e os rumos estéticos do cinema nacional, que foram marcos fundantes do Cinema Novo²¹³, como complementa Willis Leal.

Aruanda abriu, sem dúvida, um caminho para nosso cinema. Recolocou sentimento técnico, de produção, de linguagem e contepudo do filme brasileiro, fixando os caminhos para o que já naqueles dias de sua realização se chamou cinema novo porque, ao lado de outros modestos filmes criou o próprio cinema novo em sua dimensão prática. Distante dos centros tradicionais de produção cinematográfica do Brasil, sem formação tecno-cultural em centros adiantados, Linduarte Noronha, ao realizar seu primeiro filme, forneceu ao Brasil a chave para um grande problem nacional: Como fazer com que nosso filme fosse brasileiro. Este trabalho, hoje conhecido em diversos países (e detentor de alguns prêmios), quebrou uma tradição comercial industrial demagógica (e artistas consequentemente) dominante no país, no mesmo tempo que forneceu os alicerces, bastante modestos – saliente-se – que, após estudados (e a *Aruanda* serviu muito de ponto de estudo dos nossos cineastas), estabeleceu normas para nosso cinema. “Aruanda” é revolucionário como conteúdo e como forma, exatamente porque a proposta de ideologia crítica paraibana era uma reforma cultural, mas envolvida também no seu aspecto formal e conteudístico. *Aruanda*, exatamente traduz muito isso. É uma ficção documental, é um documento-ficção. Aruanda é esses dois passos, esse trânsito entre uma coisa que está sendo escolhida e uma busca do que foi feito, desde a música, tão folclórica, até a sofisticação de uma iluminação natural. Parece que este somatório de natural com o artificial e com o artesanal é que formulou um tipo de produção, que depois iria dar naquela escala magnífica que foi o Cinema Novo.²¹⁴

O argumento do filme surgiu de uma reportagem encomendada a Linduarte Noronha, para o jornal *A União*, intitulada *As oleiras de Olho d'agua da Serra do Talhado*, cuja realização ensejou o interesse da realização de um documentário, que se centra na história de Zé Bento, um homem

²¹³ BASTOS, Adeilma Carneiro. Paisagem Cinematográfica. P. 45.

²¹⁴ LEAL. Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba. p. 41-42.

que conseguiu libertar-se com sua esposa e filhos da condição de escravizado e sua trajetória de sobrevivência no sertão paraibano que culminou na formação da comunidade quilombola de Serra do Talhado.

Partindo de um pequeno texto estabelecendo o contexto histórico do que seria narrado a seguir, o filme divide-se em duas partes, sendo a primeira uma reconstrução ficcional com um narrador em terceira pessoa (interpretado pelo próprio diretor) da trajetória do protagonista, desde sua fuga até sua chegada e acomodação no território que viria a ser seu lar e de seus descendentes. Tal segmento (que contém onze minutos e meio de duração), faz uso dos artifícios estéticos do neo-realismo italiano, como a filmagem no local original da comunidade e o uso de moradores para tentar reconstruir a trajetória de Zé bento e de sua família, para tentar recriar de maneira fidedigna os acontecimentos ocorridos que geraram a fundação do logradouro.

Por sua vez, a segunda parte (que corresponde aos nove minutos e quarenta e cinco segundos finais), apesar de manter a narração do diretor, faz uso de uma abordagem diferente, ao usar imagens documentais para tratar do cotidiano e das relações de produção diárias da comunidade, na agricultura e na produção de utensílios. Aqui, o destaque fica na produção das mulheres que, ditas pelo narrador como inaptas para a prática da agricultura que era de domínio masculino, se centrava na feitura de recipientes de barro que eram vendidos na feira da cidade de Santa Luzia (que ficava a um dia de caminhada de distância). Uma vida caracterizada nas palavras do próprio diretor como sofrida, desvalida, desamparada e primitiva.

Uma análise atenta da produção documental, torna perceptível a prática do que Spivak chama de “violência epistêmica”²¹⁵, pois ao estabelecer uma tentativa de dar voz a uma comunidade que na época encontrava-se isolada e desassistida pelas autoridades, a produção acaba por reforçar estruturas de dominação de raça e classe ao tratar os membros de tal comunidade como o Outro. A comunidade é filmada em seus afazeres cotidianos sem possuir espaços de fala. O discurso ouvido é apenas aquele decorrente das narrações proferidas pelo narrador, que se preocupa apenas em denunciar a paupérrima vida dos habitantes da Serra do Talhado, sem estabelecer ou elucidar de maneira detalhada sobre as estruturas sociais de tal grupo humano, o que faz prevalecer a visão destes indivíduos como os antigos “seres-exóticos” filmados pelo documentarismo inglês do início do século XX. O quilombola serve apenas para confirmar o discurso e as denúncias da película. Mesmo pertencendo ao mesmo país e ao mesmo estado, os habitantes da comunidade sertaneja

²¹⁵ SPIVAK. Pode o subalterno falar?

filmada são estabelecidos enquanto sujeitos não ocidentais aos olhos do cineasta branco oriundo da zona da mata.

Neste âmbito outro problema se mostra. A homogeneização sofrida mulheres produtoras de utensílios de barro por parte da película, que são retratadas como iguais na vida e no trabalho, em uma perspectiva essencialista que pensava a identidade feminina a partir de visões superficiais e estereotipadas. Algo que o que vai de encontro à crítica de Spivak formulações do feminismo europeu e americano que buscavam a formulação de uma identidade fixa para o sexo feminino.²¹⁶

Desta forma, as análises de Gayatri Spivak, nos oferecem perspectivas novas de análises de produções audiovisuais que tenham grupos tidos como subalternos como protagonistas.

²¹⁶ SPIVAK. Pode o subalterno falar?

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Em direção a Ingmar Bergman: a relação do autor, narrador e personagem na autobiografia *Lanterna Mágica*

Hellen Silvia Marques Gonçalves

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
Bolsista PROEX/CAPES
hsmgoncalves23@gmail.com

Resumo: A filmografia do cineasta sueco Ingmar Bergman é composta por mais de cinquenta obras, realizadas tanto para o cinema quanto para a televisão; e seus argumentos perpassam pela angústia, solidão, transitoriedade do ser no tempo, relação do artista com a sociedade, divino e crítica à moral protestante. Para o diretor, a vida parece não diferir da arte, uma vez que costumeiramente em seus escritos e entrevistas, acontecimentos e pensamentos íntimos são vinculados aos temas dos seus filmes. Jordi Puigdomènech López, em *Ingmar Bergman: El Último Existencialista*, discorre que *Fanny e Alexander* (1982), ao homenagear o mundo do teatro, também recapitulou os grandes temas da filmografia, sendo repleto de memórias da infância de Bergman e podendo ser considerado como um precedente do que viria a ser *Lanterna Mágica*, autobiografia publicada em 1987. *Lanterna Mágica*, primeiro livro de memórias do cineasta, pode ser visto como um marco para a compreensão do pensamento bergmaniano, proporcionando um bom número de chaves que podem permitir a apreciação da inexistência de limites entre as vivências das personagens presentes na filmografia e a própria bagagem pessoal de Bergman. De acordo com Sergio Miceli e Jorge Myers em *Retratos Latino-americanos: A Recordação Letrada de Intelectuais e Artistas do Século XX*, um escrito de memórias como objeto em si abre o questionamento para quais as razões da seleção de algumas recordações do passado distante e outras não, os motivos pelos quais alguns acontecimentos foram suprimidos pelo esquecimento ou colocados em um lugar de extrema marginalidade dentro da narração e quais atitudes e valores do presente influenciaram a interpretação daquelas circunstâncias de um determinado passado. Nesse sentido, realizando um recorte com a autobiografia citada, estabelecendo-a como fonte primária, tem-se a intenção de analisar a estrutura narrativa do texto, dando ênfase para a relação autor/narrador/personagem, que pode ser averiguada por meio do título na capa do livro, da seção inicial do texto e de algumas características do discurso empregado. Dado a confluência entre a vida pessoal e profissional, também se faz útil destacar alguns trechos para averiguar a influência de algumas memórias da infância sobre os temas dos filmes e o diálogo com seus antecessores e seus pares.

Palavras-Chave: História; Autobiografia; Ingmar Bergman; *Lanterna Mágica*.

Introdução

A filmografia do cineasta sueco Ingmar Bergman é composta por mais de cinquenta obras, realizadas tanto para o cinema quanto para a televisão e seus argumentos perpassam pela angústia, solidão, a transitoriedade do ser no tempo, a relação do artista com a sociedade, o divino e a crítica à moral protestante. Para o diretor, a vida parece não diferir da arte, já que costumeiramente em

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

seus escritos e entrevistas, acontecimentos e pensamentos íntimos são vinculados aos temas dos seus filmes.

Os críticos e estudiosos atribuíram a Bergman a condição de existencialista, característica que o diretor sempre negou, mesmo sua obra sendo posta frequentemente em diálogo com as teorias de Søren Kierkegaard, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre e Albert Camus. Jordi Puigdomènech López (2007) categorizou e dividiu a filmografia em cinco fases²¹⁷ a partir da análise das personagens com suas características peculiares, que são acentuadas de acordo com o momento do diretor.

A quinta fase, denominada como Obras de Reconstrução Genealógica (1981-...), situa *Fanny e Alexander* (1982), *Depois de um Ensaio* (1984), *O Rosto de Karin* (1986), *As Melhores Intenções* (1992), *Crianças de Domingo* (1992) e *Na Presença de um Palhaço* (1997), como um retorno ao peso da religiosidade herdada de Erik Bergman (pai do cineasta e pastor protestante), porém tem-se a ambivalência do crivo de uma vida enriquecida com base na busca intelectual e na experiência existencial própria e outra²¹⁸.

Fanny e Alexander marcou o retorno de Bergman à Suécia, uma vez que ele permanecia exilado em Munique desde 1976 devido a uma acusação de sonegação fiscal que posteriormente foi arquivada. O filme pode ser considerado o maior empreendimento do cineasta, tendo resultado em uma versão para a televisão de 312 minutos, outra para o cinema de 188 minutos e um documentário de 110 minutos com os bastidores da produção. Ao homenagear o mundo do teatro, *Fanny e Alexander* também recapitulou os grandes temas da filmografia, sendo repleto de memórias da infância de Bergman e podendo ser considerado como um precedente do que viria a ser *Lanterna Mágica*, autobiografia publicada em 1987²¹⁹.

Bergman começou a escrever aos vinte anos de idade para publicações juvenis suecas, contudo nunca possuiu o desejo de escrever histórias (literatura) e na maioria das vezes tais histórias se converteram em roteiros cinematográficos²²⁰. No início da década de 1960, o diretor começou a publicar alguns de seus roteiros, como os de *Sorrisos de uma Noite de Amor* (1954), *O Sétimo Selo* (1956), *Morangos Silvestres* (1957) e *O Rosto* (1958), fator que se repetiu durante os anos

²¹⁷ Obras de Juventude (1945-1948), Obras de Conteúdo Psicológico (1948-1955), Obras de Conteúdo Simbólico (1956-1963), Obras de Expressão Crítica (1964-1980) e Obras de Reconstrução Genealógica (1981-...).

²¹⁸ LÓPEZ, Jordi Puigdomènech. **Ingmar Bergman: El Último Existencialista**. 2. ed. Madrid: Ediciones JC, 2007. p. 14.

²¹⁹ LÓPEZ. **Ingmar Bergman**, p. 64.

²²⁰ LÓPEZ. **Ingmar Bergman**, p. 38.

de 1970 com os roteiros de *A Hora do Lobo* (1968), *A Hora do Amor* (1971), *Gritos e Susurros* (1972), entre outros, o que demonstrou a sua autonomia literária no momento da pré-produção.

Lanterna Mágica, seu primeiro livro de memórias, pode ser visto como um marco para a compreensão do pensamento bergmaniano, proporcionando um bom número de chaves que podem permitir a apreciação da inexistência de limites entre as vivências das personagens presentes na filmografia e a própria bagagem pessoal de Bergman.

Um escrito de memórias como objeto em si abre o questionamento para quais as razões da seleção de algumas recordações do passado distante e outras não, os motivos pelos quais alguns acontecimentos foram suprimidos pelo esquecimento ou colocados em um lugar de extrema marginalidade dentro da narração e quais atitudes e valores do presente influenciaram a interpretação daquelas circunstâncias de um outro passado²²¹.

Nesse sentido, realizando um recorte com a autobiografia citada, estabelecendo-a como fonte primária, tem-se a intenção de analisar a estrutura narrativa do texto, dando ênfase para a relação autor/narrador/personagem, que pode ser averiguada por meio do título na capa do livro, da seção inicial do texto e de algumas características do discurso empregado. Dado a confluência entre a vida pessoal e profissional, também se faz útil destacar alguns trechos para averiguar a influência de algumas memórias da infância sobre os temas dos filmes e o diálogo com seus antecessores e seus pares.

Lanterna Mágica: uma análise da autobiografia de Ingmar Bergman

Philippe Lejeune (2008) questiona se seria possível definir a autobiografia, salientando a extrema dificuldade do termo e que as discussões clássicas relativas entre biografia/autobiografia e romance/autobiografia são problemas repetitivos. Buscando uma solução, o autor propôs uma nova tentativa para esclarecer os próprios termos da problemática do gênero, evidenciando o papel do leitor e não isolando o texto apenas nele mesmo.

Ao partir da situação do leitor, abre-se a possibilidade de captar mais claramente o funcionamento do texto, suas semelhanças e diferenças, colocando em primeiro plano a circunstância de que uma publicação implica um interlocutor e que a leitura do leitor concede

²²¹ MICELI, Sergio; MYERS, Jorge. Prólogo: “*Le dur désir de durer*”. In: MICELI, Sergio; MYERS, Jorge. **Retratos Latino-americanos: A Recordação Letrada de Intelectuais e Artistas do Século XX**. São Paulo: Edições Sesc, 2019. p. 17.

funcionalidade ao texto²²². Desse modo, a autobiografia pode ser definida como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”²²³.

De acordo com Lejeune, essa definição origina quatro categorias: a primeira é a forma da linguagem que pode se desdobrar em narrativa e prosa; a segunda concentra-se no assunto tratado com a vida individual e a história de uma personalidade; a terceira parte da situação do autor, cujo nome está sujeito a uma pessoa real, referindo-se a sua identidade e também a do narrador e a quarta adentra na posição do narrador, considerando sua identidade juntamente com a do personagem principal, assim como a direção retrospectiva da narrativa.

Uma autobiografia preenche ao mesmo tempo as condições de cada categoria acima e sua análise pode ser esmiuçada desde o título. O cineasta sueco nomeou seu livro de memórias como *Lanterna Mágica: Uma Autobiografia de Ingmar Bergman*, tornando necessário duas observações:

1. O título do livro diz respeito a um aparelho óptico, considerado o primeiro e mais popular projetor até a invenção do cinematógrafo, constituído por imagens pintadas sobre uma placa de vidro que eram projetadas em uma tela branca, geralmente de tecido, numa sala escurecida, no qual era possível criar a ilusão de movimento através das placas;
2. O subtítulo não deixa nenhuma dúvida quanto ao fato de que a primeira pessoa remete ao nome do autor, estabelecendo implicitamente a identidade de nome entre autor, narrador e personagem²²⁴.

A escolha pelo nome do trabalho infere que a ligação de Ingmar Bergman com o cinema é um fator preponderante em sua narrativa pessoal, abarcando memórias da infância até a vida adulta. Já o desígnio do subtítulo aponta a questão da identidade do nome, a relação autor/narrador/personagem e insinua o surgimento do pacto autobiográfico, que pode ser conceituado como “a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro”²²⁵.

Existem várias formas de pacto autobiográfico, porém todas têm a intenção de honrar a assinatura, no qual o leitor pode levantar interrogações sobre as semelhanças, procurando as

²²² LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico**: De Rousseau à Internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 13-14.

²²³ LEJEUNE. **O Pacto Autobiográfico**, p. 14.

²²⁴ LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico**: De Rousseau à Internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 27.

²²⁵ LEJEUNE. **O Pacto Autobiográfico**, p. 26.

diferenças entre realidade e narrativa, mas jamais quanto à identidade²²⁶. O aspecto da fidelidade e do problema de semelhança depende da autenticidade relativa ao problema da identidade e também gira em torno do nome próprio²²⁷.

No subtítulo de *Lanterna Mágica*, Bergman assume o papel de autor, enquanto que no início do livro reivindica explicitamente também o *status* de narrador e personagem:

Quando nasci, em julho de 1918, minha mãe tinha gripe espanhola e eu estava em péssimo estado; fui batizado às pressas no hospital. Um dia recebemos a visita do velho médico da família, que olhou para mim e disse: “Esse está morrendo de fome”. Minha avó me levou para casa de veraneio em Dalarna. Durante a viagem de trem, que naquele tempo levava um dia inteiro, ela me alimentou com bolo embebido em água. Quando chegamos, eu estava quase morto. Minha avó contratou uma ama de leite – moça doce e loura de uma aldeia vizinha; eu me recuperei, é verdade, mas constantemente vomitava e tinha dores de barriga²²⁸.

Nesse primeiro parágrafo, Bergman assumiu um compromisso junto ao leitor, uma vez que não resta dúvidas quanto ao fato de que a primeira pessoa remete ao nome escrito na capa, mesmo que esse nome não tenha sido repetido no texto.

Assim, se alguém diz: “Nasci no dia...”, o emprego do pronome “eu” permite, através da articulação entre esses dois níveis, identificar a pessoa que fala com a pessoa que nasceu. Pelo menos, esse é o efeito global emitido. [...] no que tange à referência (discurso que remete à sua própria enunciação), a identidade é imediata, instantaneamente percebida e aceita pelo destinatário como um fato; já quanto ao enunciado, trata-se de uma simples relação... enunciada, isto é, de uma asserção como qualquer outra, na qual se pode ou não acreditar etc²²⁹.

Nesse momento, adentra-se em um problema filosófico das distinções do “eu”, já que o “eu” do presente da escrita não é o mesmo daquele do passado, além da possibilidade do esquecimento de algumas memórias que posteriormente são produzidas através da fala de terceiros, por exemplo o dia do nascimento²³⁰. O desdobramento do “eu” consiste na instituição de uma ponte entre o presente a partir do qual se evoca a recordação e o passado ao qual essa lembrança pode corresponder²³¹.

²²⁶ LEJEUNE. *O Pacto Autobiográfico*, p. 26.

²²⁷ LEJEUNE. *O Pacto Autobiográfico*, p. 27.

²²⁸ BERGMAN, Ingmar. *Lanterna Mágica: Uma Autobiografia de Ingmar Bergman*. Trad. Marion Xavier. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 15.

²²⁹ LEJEUNE, Philippe. *O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 20.

²³⁰ LEJEUNE. *O Pacto Autobiográfico*, p. 20.

²³¹ MICELI, Sergio; MYERS, Jorge. Prólogo: “*Le dur désir de durer*”. In: MICELI, Sergio; MYERS, Jorge. *Retratos Latino-americanos: A Recordação Letrada de Intelectuais e Artistas do Século XX*. São Paulo: Edições Sesc, 2019. p. 16.

Sergio Miceli e Jorge Myers (2019) discorrem que a memória aparece como um fragmento de um “eu” distante do passado que contém uma informação acerca desse mesmo sujeito, não importando se é verdadeira ou falsa, e condensa em seu interior um estado do ser, nesse caso, um estado de ânimo e de condição de possibilidade etária. É indiscutível a diferença de idade entre aquele que recorda e o seu passado, o que determina a impossibilidade de um completo reconhecimento do “eu” do presente nesse “eu” do passado e a recuperação total do sujeito. O “eu” do passado sempre pertencerá a um outro mundo e envolve uma porção de realidade indecifrável perante ao “eu” do presente, isso deriva da situação de que o indivíduo é sempre parte de um coletivo mais amplo e nunca absoluto em sua conexão com o passado²³².

As páginas iniciais de *Lanterna Mágica* conferem o tom da narrativa até o final do livro: a pretensão de cronologia estabelecida com o nascimento é completamente abandonada na segunda e terceira páginas, Bergman não se preocupa com o equilíbrio dos diferentes períodos da sua vida e carreira, deslocando a sua escrita entre um passado longínquo, o momento presente da escrita e um passado mais próximo. A autobiografia como o relato de uma vida interpretada pode não seguir necessariamente uma ordem cronológica, o que organiza os materiais do relato é a busca pelo sentido da própria existência, acentuando o caráter de que sempre é destinada a publicação e a vida também é analisada para os outros e não somente para si mesmo²³³. Logo, esse tipo de escrita memorialística é uma explicação dos fatos de uma trajetória dirigida prontamente a um interlocutor e provoca a ideia de que é possível apreender uma vida em sua totalidade orgânica²³⁴.

O cineasta sueco nasceu em uma família protestante burguesa e de acordo com o índice onomástico disponível nas páginas pós-textuais da autobiografia, Erik Bergman (pai), Karin Bergman (mãe), Dag Bergman (irmão) e Margareta Bergman (irmã) foram citados, respectivamente, 63, 46, 26 e 14 vezes nas 292 páginas do livro. Para todas as três crianças, parecia que a vida era regulada por um conjunto de regras autoritárias ditadas pelos pais, professores, oficiais do governo e pelo próprio Deus. Era um mundo em que a maioria das crianças deveriam ser quietas, silenciosas e obedientes, sendo ensinadas por meio de castigos e aprendendo a se considerarem criaturas culpadas²³⁵. Já na velhice, Ingmar Bergman compararia esta situação a um

²³² MICELI; MYERS. Prólogo, p. 17.

²³³ MICELI, Sergio; MYERS, Jorge. Prólogo: “*Le dur désir de durer*”. In: MICELI, Sergio; MYERS, Jorge. **Retratos Latino-americanos: A Recordação Letrada de Intelectuais e Artistas do Século XX**. São Paulo: Edições Sesc, 2019. p. 13.

²³⁴ MICELI; MYERS. Prólogo, p. 15.

²³⁵ STEENE, Birgitta. **Ingmar Bergman: A Reference Guide**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2005. p. 26.

estágio de performance, no qual foram conferidos certos papéis projetados para ele, seus pais e seus irmãos pela sociedade em que viviam²³⁶.

Central em tal cultura, no início do século XX, era ensinar uma criança a nunca mentir, porém Bergman, sendo um jovem imaginativo, teve dificuldade em distinguir entre veracidade e simpatia. Semelhante a Alexander Ekdahl, no filme *Fanny e Alexander*, o cineasta inventava histórias na escola sobre se juntar a um circo, sendo severamente punido posteriormente²³⁷. Como o bispo Vergéus explica: o uso de uma viva imaginação foi reservado por Deus para grandes artistas, incumbindo às crianças sempre dizer a verdade, em que a mentira seria o pecado contra o propósito divino.

Quando Bergman tinha dez anos, ficou trancado no necrotério do hospital Sophiahemmet. Algot era um dos porteiros, transportava cadáveres, falava sobre a morte, os mortos e a agonia. Em um dia, Algot mostrou um cadáver de uma jovem mulher para o menino:

Observei-a durante algum tempo enquanto Algot se ocupava de outras coisas. De repente, ouvi um barulho. A porta havia batido, estava sozinho com os mortos, a jovem mulher bonita e cinco ou seis outros cadáveres colocados em prateleiras ao longo das paredes, mal cobertos por lençóis manchados de amarelo. Bati na porta e chamei Algot, mas não adiantou. Estava sozinho com os mortos ou mortos aparentes, alguém podia a qualquer momento se levantar e me agarrar [...]. Escutava o coração nos ouvidos, tinha dificuldade de respirar e sentia frio na barriga e na pele [...]. Atirei-me contra a porta, que se abriu sozinha. A jovem mulher permitira que eu fugisse²³⁸.

O cineasta pondera que tentou reproduzir esse acontecimento em *A Hora do Lobo* (1968), contudo devido ao fracasso decidiu por cortar tudo. A insistência da lembrança retornou no prólogo de *Persona* (1966) e obteve sua versão final em *Gritos e Susurros*, transformando-se no tema do morto que não pode morrer e então é obrigado a perturbar os vivos²³⁹.

No decorrer de sua carreira, Bergman raramente reconhecia suas influências, exceto quando se tratava da Tradição Romântica Sueca, principalmente as figuras de August Strindberg e Viktor Sjöström. O primeiro encontro do diretor com as duas personalidades se deu na infância: Strindberg através das leituras compulsivas²⁴⁰ e Sjöström por meio das projeções no cinema. O

²³⁶ BERGMAN, Ingmar. **Lanterna Mágica**: Uma Autobiografia de Ingmar Bergman. Trad. Marion Xavier. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 289.

²³⁷ BERGMAN. **Lanterna Mágica**, p. 25.

²³⁸ BERGMAN, Ingmar. **Lanterna Mágica**: Uma Autobiografia de Ingmar Bergman. Trad. Marion Xavier. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 215-216.

²³⁹ BERGMAN. **Lanterna Mágica**, p. 216.

²⁴⁰ BERGMAN. **Lanterna Mágica**, p. 122.

segundo encontro com Strindberg veio com um Bergman diretor de teatro encenando peças como *Senhorita Júlia* e *O Sonho*, enquanto Sjöström apareceu em carne e osso no local das gravações de *Crise* (1945), primeiro filme do diretor e que passava por sérios problemas. Sjöström era na época diretor artístico da Filmstaden (estúdio da Svenka Filmindustri) e começou a aparecer no *set* dando conselhos, assim como vistoriando as filmagens do dia. Na maior parte do tempo, os dois homens andavam calados, mas de repente, Sjöström dizia:

Você faz cenas muito complicadas, nem você nem Roosling sabem resolver essas complicações. Trabalhe de forma mais simples. Fotografe os atores de frente, eles gostam, fica melhor assim. Não brigue tão ferozmente com todo mundo, eles só ficam zangados e fazem um trabalho pior. Não faça de tudo coisas essenciais, você sufoca o público. Uma cena de ligação tem de ser tratada como tal, sem que se perceba necessariamente que é uma ponte²⁴¹.

Em relação aos seus pares, Bergman nutria muita admiração por Andrei Arsenyevich Tarkóvski. Para o sueco, quando um filme não é um documentário, ele é um sonho e devido a isso o cineasta russo era o maior de todos, pois se movia sem dúvidas no espaço onírico, conseguindo inserir suas visões em cena, do modo mais denso ao mais flexível. “Fellini, Kurosowa e Buñuel se movem na mesma região de Tarkóvski. Antonioni estava a caminho, mas foi eliminado, sufocado por seu próprio tédio. Méliès esteve sempre lá sem se dar conta. Era, afinal, mágico de profissão”²⁴². Apesar da crítica a Michelangelo Antonioni, o próprio Bergman assumiu que somente algumas vezes conseguiu se mover com facilidade no mundo dos sonhos e por curiosidade os dois cineastas faleceram no dia 30 de julho de 2007.

A falta de fronteiras delineadas pelo cineasta entre a vida privada e a pública, já citada pelo título da autobiografia, é corroborada por esses trechos. O discurso da autobiografia fica a cargo da pessoa que coloca seu nome na capa do livro e na folha de rosto, é nesse nome que resume toda a existência do que chamamos de autor e única marca no texto de uma realidade extratextual indiscutível. O nome próprio remete a uma pessoa real e responsável por toda enunciação do texto escrito, “mas o lugar concedido a esse nome é capital: ele está ligado, por uma convenção social, ao compromisso de responsabilidade de uma pessoa real, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo registro em cartório e verificável”²⁴³.

²⁴¹ BERGMAN. *Lanterna Mágica*, p. 80-81.

²⁴² BERGMAN, Ingmar. *Lanterna Mágica: Uma Autobiografia de Ingmar Bergman*. Trad. Marion Xavier. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 85.

²⁴³ LEJEUNE, Philippe. *O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 23.

A existência do autobiógrafo é irrefutável, porém o juramento com a verdade pode não ser total, restringindo a verdade ao possível “eu” do enunciado mais os esquecimentos, erros e deformações involuntárias. Esse aparato demarca explicitamente o campo ao qual o juramento se aplica, salientando que o “eu” pode jurar sobre um ocorrido sem se comprometer com o outro e que o autobiógrafo conta somente o que ele pode nos dizer²⁴⁴.

Seguindo os pressupostos de Lejeune, na autobiografia é indispensável que o pacto referencial seja firmado e cumprido, não sendo necessário que o resultado seja da ordem de estrita semelhança e inserindo a recuperação do conceito de modelo, que abarca o real ao qual o enunciado pretende se assemelhar. Os níveis de semelhança podem ser situados em dois: o negativo com o critério de exatidão, que se refere à informação e o positivo com a questão da fidelidade, que alude à significação²⁴⁵.

Um autor não é uma pessoa. É uma pessoa que escreve e publica. Inscrito, a um só tempo, no texto e no extratexto, ele é a linha de contato entre eles. O autor se define como sendo simultaneamente uma pessoa real socialmente responsável e o produtor de um discurso. Para o leitor, que não conhece a pessoa real, embora creia em sua existência, o autor se define como a pessoa capaz de produzir aquele discurso e vai imaginá-lo, então, a partir do que produz²⁴⁶.

Identidade não é o mesmo que semelhança, a primeira é um fato imediatamente perceptível, sendo aceita ou recusada no plano da enunciação; a segunda é uma relação passível de discussões e faces infinitas, constituída a partir do enunciado²⁴⁷. A característica que assume o centro de importância é o esforço duplo do autobiográfico para desenhar sua relação com o passado, não tendo a intenção de modificá-lo e que perpassa por aquilo que o autor/narrador/personagem considera como verdade²⁴⁸. Com *Lanterna Mágica*, Ingmar Bergman criou uma obra literária extremamente reveladora e honesta, porém honestidade nem sempre significa verdade e as intencionalidades devem ser traçadas. Como apontado anteriormente, o livro começou com uma narração do nascimento e seu último parágrafo se comporta como uma transcrição do diário de Karin Bergman do mês de julho de 1918:

Doente demais para escrever durante as últimas semanas. Erick foi atingido pela gripe uma segunda vez. Nosso filho nasceu domingo pela manhã. Imediatamente teve febre alta e forte diarreia. Ele parece um pequeno feixe de ossos com um grande nariz vermelho. Recusa-se a abrir os olhos. Depois de alguns dias não

²⁴⁴ LEJEUNE. **O Pacto Autobiográfico**, p. 37.

²⁴⁵ LEJEUNE. **O Pacto Autobiográfico**, p. 37.

²⁴⁶ LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet**. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 23.

²⁴⁷ LEJEUNE. **O Pacto Autobiográfico**, p. 35.

²⁴⁸ LEJEUNE. **O Pacto Autobiográfico**, p. 41.

tive mais leite por causa da doença. Então ele foi batizado às pressas no hospital. Chama-se Ernest Ingmar. Mamã o levou para Varoms, onde arranjou uma ama. Ela está amargurada com a incapacidade de Erick de resolver nossos problemas práticos. Erick está amargurado com a invasão de mamã em nossa vida privada. Eu estou aqui deitada, impotente e miserável. Às vezes, quando estou sozinha, choro. Se o garoto morrer, mamã disse que cuidará de Dag e que poderei voltar a minha profissão. Ela quer que Erick e eu nos separemos o mais depressa possível, ‘antes que ele, com seu ódio maluco, apronte alguma nova loucura’. Acho que não tenho o direito de deixar Erik. Ele está esgotado e tem andando fraco dos nervos durante toda a primavera. Mamã disse que ele finge, mas não acredito nisso. Rezo a Deus sem confiança. A gente tem de se arranjar como pode²⁴⁹.

Considerações finais

Ingmar Bergman em 1990 publicou a sua segunda autobiografia, denominada *Imagens e inteiramente dedicada à indústria cinematográfica*. Diferentemente de *Lanterna Mágica*, o cineasta comenta 27 filmes da sua carreira de maneira crítica e objetiva, no entanto a confluência entre vida privada e pública pode ser sentida novamente: o leitor, ao perpassar por cada capítulo, facilmente encontra acontecimentos pessoais misturados com as produções fílmicas, sejam considerações realizadas no momento de construção do argumento ou em anos posteriores à determinada estreia; o diretor também inseriu ao texto anotações dos seus diários²⁵⁰ e trechos de *Lanterna Mágica*.

Essas duas autobiografias assinalam uma necessidade do cineasta, que já se encontrava na velhice, em registrar e compartilhar suas memórias, porém a condição já apontada como autor/narrador/personagem desemboca na construção imaginária de si mesmo como outro, em que um autor pode desejar destacar um “eu” determinado²⁵¹ e podendo ocorrer algumas divergências. Por exemplo, Bergman em diversos escritos e entrevistas discorre que após um raciocínio posterior compreendeu que *Gritos e Susurros* tratava profundamente de sua mãe, que ele a descreveu sob a forma de quatro mulheres diferentes, que nenhuma delas é realmente sua mãe, mas que todas elas o são. No entanto, no documentário *A Ilha de Bergman* (2006), realizado pela cineasta Marie Nyrerod, Bergman é indagado sobre tal afirmação e responde o seguinte:

Isso foi uma mentira para os meios de comunicação. Foi uma observação espontânea e descuidada. Até hoje me persegue, pois desde então tem sido relacionada ao filme. Alguns comentários estúpidos que se faz tendem a ter vida

²⁴⁹ BERGMAN, Ingmar. *Lanterna Mágica: Uma Autobiografia de Ingmar Bergman*. Trad. Marion Xavier. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 305-306.

²⁵⁰ BERGMAN, Ingmar. *Cuaderno de trabajo (1955-1974) (Letras Nórdicas n° 58)*. Trad. Carmen Montes Cano. Madrid: Nórdica Libros, 2018. Arquivo Kindle.

²⁵¹ ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 55.

própria. Foi uma mentira. Disse só para ter o que dizer. É muito difícil dizer algo a respeito de *Gritos e Susurros*. Disse e pronto.

Uma possível solução para tal problema, procurando fugir do dilema de verdade e mentira, seria investigar as semelhanças dando ênfase para a imagem que o autor ambiciona passar para o leitor, sendo impossível alcançar uma definição absoluta de si mesmo. A escrita autorreferencial dialoga com o mundo, faz parte da memória coletiva e a própria definição do “eu” depende da alteridade. *Lanterna Mágica* pode ser considerada como uma tentativa de Ingmar Bergman de se emancipar como autor e parte da sua construção, autorrepresentação e intencionalidade. O cineasta sueco produziu uma imagem de si mesmo, não conseguindo fixar os limites entre privado e público, edificando um discurso subordinado ao pacto autobiográfico e condicionado a uma decisão do leitor, uma vez que não há escrita linear verdadeira e a ambiguidade sempre está presente.

Puxar os fios da História: Benjamin, Bloch e o Brasil (Paralelo)

Eduardo Rodrigues e Petrus Albino de Oliveira

RESUMO: Neste texto utilizamos algumas reflexões dos filósofos Walter Benjamin e Ernst Bloch para discutir a narrativa histórica da série documental Brasil - A Última Cruzada, produzida pela empresa gaúcha *Brasil Paralelo*. Para isso, demonstramos semelhanças entre a perspectiva da produtora, expressa nos episódios, e alguns dos adversários ideológicos de Bloch e Benjamin, a saber o fascismo em ascensão na Europa entre-guerras e a historiografia historicista do século XIX. Ambas se construíram com forte viés nacionalista e especial ênfase na ação de heróis nacionais. Algo análogo aparece na escolha das personagens que compõem a narrativa da *Brasil Paralelo* que, em seu estilo documental busca construir uma história única e nostálgica do passado, sobretudo imperial. As teses de Benjamin que combatem uma concepção de tempo linear, vazia e nostálgica nos ajudam a evidenciar algumas das características da produção audiovisual da produtora gaúcha. Já as propostas de Bloch em seu livro *A herança de nosso tempo* nos apontam para algumas das razões do sucesso desse tipo de narrativa e a urgência de combatê-lo. Além disso, os dois pensadores nos provocam a construir histórias que desafiem narrativas lineares como a da série *Brasil - A Última Cruzada*, ao expor suas falhas, as múltiplas possibilidades que escondem e a série de promessas não cumpridas ao longo da história brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Benjamin, Bloch, história do Brasil.

Neste ensaio iremos analisar a série *Brasil - A Última Cruzada* da produtora *Brasil Paralelo*, a partir de alguns conceitos de Walter Benjamin e Ernst Bloch. Por meio deles buscaremos entender determinados aspectos dos documentários e pensar alternativas para a narrativa histórica oferecida por eles. A bem da verdade, não é preciso muita imaginação para relacionar o Brasil dos nossos dias com a Alemanha do tempo de Bloch e Benjamin. Alguns agentes do presente já fazem questão de estabelecer essa conexão por si próprios.

A *Brasil Paralelo* é uma produtora gaúcha fundada por Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Felipe Valerim. Segundo Henrique, numa entrevista concedida à Leda Nagle, a iniciativa surgiu em 2016 no contexto do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no qual havia uma demanda para se pensar o país. Ali perceberam que “novas ideias” ganhavam força, nas palavras

de Henrique, como as de Olavo de Carvalho. Seu projeto era de apresentar essas novas ideias para o público e o fizeram primeiro por meio de uma curadoria de palestras organizadas por eles e, logo em seguida, através de seus documentários.²⁵²

Em 2017, lançaram a série *Brasil - A Última Cruzada*, uma interpretação da história brasileira até a morte de Getúlio Vargas contada em seis episódios. O historiador Fernando Nicolazzi classifica o projeto como uma forma bem sucedida de história pública, por terem conseguido muito bem identificar um nicho de mercado interessado em conteúdo histórico com um viés de direita e explorá-lo com uma intensa campanha de marketing digital.²⁵³ Tal sucesso pode ser constatado pelo número expressivo de visualizações que chegam a 2 milhões e 400 mil *views*, pelas curtidas e os muitos comentários elogiosos de seus espectadores. Hoje, tal sucesso reflete também na família que governa o país. Na ocasião de sua possível indicação a embaixador nos Estados Unidos, Eduardo Bolsonaro postou um *tweet* em que dizia estar estudando para o cargo com a série da produtora gaúcha.²⁵⁴

Em dezembro de 2019, Rafael Nogueira - membro da equipe da *Brasil Paralelo* e entrevistado frequente de seus documentários - foi indicado para presidente da Biblioteca Nacional pelo então Secretário Especial de Cultura Roberto Alvim.²⁵⁵ A indicação aconteceu no segundo mês de Alvim na pasta e fazia parte de seu grande plano para a Cultura Nacional. Em janeiro de 2020, o secretário realizou um pronunciamento em que anunciava um concurso artístico e seu projeto cultural para o Brasil.

No vídeo, acompanhado de uma cruz, da bandeira nacional, da foto do presidente Jair Bolsonaro e de uma música de Richard Wagner, ele usou uma citação adaptada do ministro nazista Josef Goebbels para descrever a cultura que queria fomentar:

A Arte brasileira da próxima década será heróica e será nacional: será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo - ou então não será nada.²⁵⁶

²⁵² NAGLE, Leda. OS 3 JOVENS QUE FIZERAM "1964 ENTRE ARMAS E LIVROS". BRASIL PARALELO. YouTube, 22 de abril de 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/BIrscdqUtd8>>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

²⁵³ HISTORIAR-SE. O BRASIL PARALELO PRODUZ HISTÓRIA?. YouTube, 22 de março de 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/R71LxS5FhD8>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

²⁵⁴ BRASIL, Meteoro. O QUE É O BRASIL PARALELO?. YouTube, 15 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/kbBbSdYfvS8>>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

²⁵⁵ CORDEIRO, Tiago. Olavista, monarquista, mas não terraplanista: as ideias de Rafael Nogueira para a Biblioteca Nacional. Gazeta do Povo, Curitiba 7 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/olavista-monarquista-mas-nao-terraplanista-as-ideias-de-rafael-nogueira-para-a-biblioteca-nacional/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

²⁵⁶ PODER360. Secretário da Cultura, Roberto Alvim cita ministro nazista em pronunciamento. YouTube, 17 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/3lycKFW6ZHQ>>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

Em entrevista, ele afirmou que apesar da “origem espúria”, o conteúdo da frase do ministro de Adolf Hitler era “absolutamente perfeito”.²⁵⁷ Mesmo com a indicação de Rafael Nogueira para a Biblioteca Nacional, é improvável que a *Brasil Paralelo* venha à público para aderir explicitamente ao programa de Alvim, em algum momento. Porém, veremos que a série *Brasil - A Última Cruzada* poderia muito bem ser classificada como uma história heróica, nacional, emocionalmente envolvente e vinculada às pretensas aspirações urgentes do povo.

Por essas e outras torna-se relevante usar as filosofias de Bloch e Benjamin para entender o conteúdo produzido pela *Brasil Paralelo*. Os dois autores encararam o contexto que produziu algumas das ideias perigosas que inspiram diretamente ou pelo menos lembram bastante essas que vemos circular hoje. Tentaremos, então, usá-los para pensar sobre as armas que estão nas mãos do grupo de que a *Brasil Paralelo* faz parte e em formas de arrancá-las, para usar a expressão de Ernst Bloch.

Dom Bertrand quase se emociona ao falar daquele fatídico evento: o dia em que Dom Pedro II deixou o Brasil e não aceitou nenhum tostão, nenhuma ajuda - ainda mais vinda do Tesouro Nacional - em seu exílio definitivo na Europa. Honroso e heróico até o final.²⁵⁸ Não somente em cenas como esta do porta-voz da família real brasileira, mas por todo documentário é possível visualizar o que Walter Benjamin denunciara em sua tese VII sobre o método empático do fazer historicista, cujas “origens encontram-se na indolência do coração, a acédia, incapaz de se apoderar da autêntica imagem histórica que subitamente se ilumina”²⁵⁹. O filósofo não se engana diante desse cenário, o objeto de empatia desses homens é um só: o vencedor. E mais, Benjamin aponta como aqueles que detêm o poder no presente constituem-se herdeiros daqueles sujeitos narrados e declamados e a identificação e empatia histórica formas de cortejos triunfantes “que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó.”²⁶⁰

Todo esse espírito empático permeia a construção narrativa da série. Do primeiro episódio,²⁶¹ quando os ancestrais reis portugueses resistiram à maior operação imperialista da história da humanidade - frase de Olavo de Carvalho sobre a invasão muçulmana na Península

²⁵⁷ ESTADÃO. Roberto Alvim 'assina embaixo' frase de nazista. YouTube, 17 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/AEeFIIr0d7I>>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

²⁵⁸ PARALELO, Brasil. Capítulo 4 - Independência ou Morte | Brasil - A Última Cruzada. YouTube, 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/YpjDmTdsJac>>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

²⁵⁹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: O anjo da história. Organização e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 12.

²⁶⁰ BENJAMIN. O anjo da história, p. 12.

²⁶¹ PARALELO, Brasil. Capítulo 1 - A Cruz e a Espada | Brasil - A Última Cruzada. YouTube, 20 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/TkOlAKE7xqY>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

Ibérica - e rumaram, depois, aventureiros e perseverantes para sua última ação cruzadística que os levou ao Brasil, aos últimos, nos quais são apresentados os momentos de protagonismo da Casa de Bragança perante a nação, os heróis e os grandes nomes da pátria brasileira desfilam sobre o pó. Homens brancos de ascendência europeia ou ligados intrinsecamente com a família real portuguesa - como José Bonifácio -, em sua maioria, agem sobre a História, a transformam, até mesmo civilizam povos indígenas de culturas pré-históricas ou “emburrecidas”²⁶². Para o historiador materialista, diria Benjamin, difícil olhar ou refletir para essa tradição histórico-cultural “sem ficar horrorizado”²⁶³.

E as semelhanças com essa tese do filósofo alemão não param nesses trechos, pois a empatia mobilizada por Benjamin configura-se também no olhar lamurioso - como a emoção quase incontida de Dom Bertrand - ao passado pelo historicista, isto é, “Poucos vão adivinhar como foi triste trazer Cartago de volta à vida”²⁶⁴. No caso da *Brasil Paralelo*, trazer o Império que se foi. Essa tristeza ou certa melancolia se torna potencializada pela empresa ao verificar que mais do que nunca, os tempos contemporâneos demandam urgentemente essa recuperação e revitalização de algo perdido ou ocultado. Contra professores de escola e instituições universitárias - pontual e não coincidentemente, em um período que grupos minoritários tiveram seus acessos ampliados -, afirma Nicolazzi,²⁶⁵ os autores da série, se entendendo como prejudicados no tempo presente, conclamam por uma reação gloriosa e combativa de restauração cultural e social da nacionalidade e essência brasileiras. Aliás, a partir desse último elemento, podemos adentrar em outra camada de similaridades entre os tempos e as críticas de nossos autores alemães e os usos do passado conduzidos pela produtora brasileira, isto é, a semelhança e “o gosto”²⁶⁶ desta pela historiografia oitocentista.

Primeiramente, lembremos as críticas de Benjamin à já mencionada escola historicista alemã do século XIX, para além das relações empáticas anteriormente explicitadas. Segundo o filósofo, essa historiografia burguesa se apoia “na mesma concepção de um tempo ‘homogêneo e

²⁶² PARALELO, Brasil. Capítulo 2 - A Vila Rica | Brasil - A Última Cruzada. YouTube, 18 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/svViHH8IBVg>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

²⁶³ BENJAMIN. O anjo da história, p. 13.

²⁶⁴ BENJAMIN. O anjo da história, p. 12.

²⁶⁵ HISTORIAR-SE. O BRASIL PARALELO PRODUZ HISTÓRIA? | Historiar-se. YouTube, 22 de março de 2019.

²⁶⁶ HISTORIAR-SE. O BRASIL PARALELO PRODUZ HISTÓRIA? | Historiar-se. YouTube, 22 de março de 2019.

vazio' (teses 13 e 14), um tempo cronológico e linear"²⁶⁷. Junto a isso, essa perspectiva tentava de maneira equivocada reconstruir o passado como ele realmente fora, no sentido de uma verdade autêntica, plena e unívoca, à mercê do historiador. Máxima evidenciada pela fórmula frasal exposta na tese V, através das palavras do romancista Gottfried Keller: “ ‘A verdade não nos foge’ ”²⁶⁸. Ou, de forma ainda mais contundente e denunciativa, na tese XVI pela afirmação inapelável de que os historicistas “propõe uma imagem eterna do passado”²⁶⁹

As ligações entre essas edificações históricas de herança oitocentista alemã problematizadas por Benjamin e a narrativa e concepção de história da *Brasil Paralelo* são bem próximas. A verdade, ao final, é a grande busca de seus documentários, um passado cristalizado e glorioso da história brasileira, descrito em todas as suas causalidades e linearidades que nos fazem entender a grandiosidade de nossos feitos e os acertos e erros de nossos heróis, como já mostrado, responsáveis principais pela caminhada e construção da nação e sociedade brasileira. A própria leitura documental realizada nos episódios expressa essas concepções, em que as fontes constituem-se como realidades históricas claras e acessíveis ao especialista que tem o único e simples trabalho de declamá-la. Nesse sentido, quadros e pinturas aparecem como ilustrações do que se narra, perfeitas imagens de um passado eterno, análogo ao que os historicistas procuravam em seus documentos. O século XIX se apresenta e constitui então como método - narrativo e teoricamente - e obsessão - moralidade, imperadores e rainhas, etc. - aos idealizadores da produtora gaúcha.

Essa obsessão nos faz entrar em outra camada de entendimento e compreensão da narrativa histórica da *Brasil Paralelo*, muito bem exposta por Svetlana Boym.²⁷⁰ A partir da frase iniciadora do texto, “O século XX se iniciou com utopia e terminou em nostalgia”²⁷¹, a autora se detém nesta última em busca de seus sentidos, razões e, o mais importante para esta análise, perigos. Caracterizada por Boym como não apenas uma ação individual, e sim, uma emoção histórica social e coletiva, a nostalgia é uma procura de um tempo distinto e passado, com fatores não somente retrospectivos, mas proponentes de um futuro. Futuro que, pelos paradoxos

²⁶⁷ GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Prefácio – Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* [Obras Escolhidas, volume 1]. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 8.

²⁶⁸ BENJAMIN. O anjo da história, p. 11.

²⁶⁹ BENJAMIN. O anjo da história, p. 19.

²⁷⁰ BOYM, S. Mal-estar na nostalgia: História da Historiografia. *International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 10, n. 23, 4 jul. 2017.

²⁷¹ BOYM, S. Mal-estar na nostalgia, p. 153.

inerentes à nostalgia, pode ser inclusivo, “no sentido de que a universalidade de sua saudade pode aumentar nossa empatia pelos seres humanos”²⁷² ou exclusivo:

quando tentamos reparar essa saudade com um pertencimento particular – ou a apreensão da perda com a redescoberta da identidade e, particularmente, de uma comunidade nacional e pátria pura e única – nós frequentemente nos distanciamos de outros e encerramos o entendimento mútuo.²⁷³

A irreflexão nostálgica pode gerar monstros, sobretudo quando documentários como a *Brasil Paralelo* produzem uma pátria excludente e autoritária, “um híbrido “glocal” de capitalismo e fundamentalismo religioso ou de estado corporativo e patriotismo (...)”²⁷⁴, identificada nesse caso específico com o Brasil Imperial. Algo nada novo como bem mostra Ricardo Salles²⁷⁵ em sua investigação sobre as imagens da época no imaginário coletivo social brasileiro, mobilizado em diversos momentos como projeto de aspiração e consciência coletiva social - um exemplo ilustrativo é o plebiscito de 1993 contendo uma opção pelo retorno monárquico. Essas aspirações e ambições, observa o autor, são construídas através de signos e símbolos memorialísticos, expressos de maneira clara no quinto episódio da série,²⁷⁶ no qual a época imperial é vangloriada por seus anos de estabilidade política e social interna - corporificada na figura de Dom Pedro II e seu trato político coerente e sábio para manter a “única democracia da América do Sul” -, adicionado a uma imagem de respeito e grandeza dentro da comunidade internacional, em razão sobretudo de seus elementos civilizatórios, científicos e educacionais e de um crescimento econômico agudo e exponencial quando comparado com os países vizinhos.

Dessa forma, a história contada pela *Brasil Paralelo* compõe uma enorme tapeçaria. Nela, os fios se encadeiam perfeitamente, escondendo o processo pelo qual ela foi construída. Forma-se aí uma imagem de grandes homens que construíram a nação. Para o historiador que não quer participar desse cortejo da tradição e seguir tecendo a tapeçaria, é preciso arrancá-la da parede em que ela está, colocá-la no chão - acessível ao presente - e desatar os fios que parecem tão bem encaixados. É preciso, finalmente, cumprir a famosa frase de Benjamin e escovar essa história a contra-pelo.

²⁷² BOYM, S. Mal-estar na nostalgia, p. 155.

²⁷³ BOYM, S. Mal-estar na nostalgia, p. 155.

²⁷⁴ BOYM, S. Mal-estar na nostalgia, p. 155.

²⁷⁵ SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013, 212p.

²⁷⁶ PARALELO, Brasil. Capítulo 5 - O Último Reinado | Brasil - A Última Cruzada. YouTube, 22 de março de 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/J8hnQcNyoXU>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Ao escovar assim a história da *Brasil Paralelo* encontraremos muita barbárie. Como alerta Benjamin, os patrimônios culturais não são compostos apenas por gênios, mas pela escravidão anônima dos que conviveram com eles.²⁷⁷ Do ponto de vista desses anônimos, não há passado glorioso para retornar, sequer uma caminhada serena para o progresso. Para eles a exceção é a regra e a história materialista de Benjamin nos convoca a lidar com isso.

A história composta de quadros ilustres menospreza processos como a escravidão, tratada como mancha moral de todos os povos antes do século XIX, já apagada no “lado de cá” da história. Não trata, de forma alguma, de seu peso estrutural na formação brasileira, nem de suas consequências. Já os bandeirantes, responsáveis na série pela ocupação do território e aos quais se erguem “monumentos da cultura” pelo país, foram dos mais ferozes escravizadores da Época Moderna.²⁷⁸ Chegando à família que protagoniza e participa da narração do documentário temos D. João VI, gênio político que teria colocado o Brasil no curso da modernidade. Dois meses depois de chegar ao Rio de Janeiro, ele assinou a lei de 13 de Maio de 1808. Por ela, D. João autorizou a guerra aos índios chamados de botocudos, permitindo o massacre e a escravização dessas populações.²⁷⁹ Sob a unidade benéfica e monárquica construída por D. Pedro I escondem-se os duros conflitos regionais reprimidos ao longo do Primeiro Reinado e do Período Regencial. Em 13 de maio de 1888, a bisneta de D. João VI assinou a lei mais importante do império, que aboliu a escravidão no país. Ao fazê-lo, porém, sepultou - na política e principalmente na memória - uma série de outros projetos mais completos e mais emancipatórios, postos em cena por atores sociais diversos.²⁸⁰ Para cada figura da tapeçaria é possível encontrar sujeira escondida sob seus fios.

Uma história escovada permite lidar com os processos em sua complexidade. Rompe-se com o método empático de identificação com os vencedores e com a ideia de uma marcha para o progresso, livre de conflito. Não basta, no entanto, escrever uma “história vista de baixo”, se esta segue tratando o passado como uma realidade encerrada em si, morta e enterrada na forma da operação historiográfica descrita por Michel De Certeau.²⁸¹

²⁷⁷ BENJAMIN. O anjo da história, p. 12-13.

²⁷⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. As guerras pelos mercados de escravos. In: O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 194.

²⁷⁹ ESPINDOLA, Haruf Salmen. Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). História de Minas Gerais: a Província de Minas vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do tempo, 2013.

²⁸⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 328-333.

²⁸¹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 104.

Junto da sujeira escondida pela narrativa historicista da *Brasil Paralelo*, poderíamos encontrar também uma série de fios soltos. Como Ernst Bloch alertava, a história não pode ser capturada como aconteceu simplesmente. No instante vivido e nos instantes passados, existiram também aspirações e possibilidades de futuros.²⁸² Nesse sentido, mais que uma história complexa e bem contada com a qual podemos montar outros desenhos mais coloridos, poderemos ter uma história fecunda, capaz de puxar os fios soltos dessa tapeçaria para realizá-los no presente.²⁸³

No caso brasileiro, os fios são muitos. Ao longo do tempo, concepções diferentes de mundo conviveram e se digladiaram na forma de revoltas de vários tipos. Desde a contínua resistência indígena perante o avanço do dito progresso, às várias formas - grandes e pequenas - de aquilombamentos, revoltas como a dos Malês, os vários movimentos alternativos pela abolição e comunidades como a de Belo Monte - massacrada pela Guerra de Canudos. Em todos esses casos, cada um diferente e complexo à sua maneira, reside também a capacidade de pensar outras formas de vida que não aquelas defendidas pelos heróis da *Brasil Paralelo*, formas ainda não realizadas porque foram interrompidas.

Agora estamos em um período obscuro, em meio a uma crise global que aqui toma ares especialmente dramáticos. A *Brasil Paralelo* faz parte dos grupos que têm mobilizado bem esse momento para aprofundar a situação de exceção que eles ocultam ao longo de toda a história nacional contada em sua *Última Cruzada*. É inegável, porém, que eles sabem fazer o que fazem. Como afirmou o já citado Fernando Nicolazzi, eles conseguiram conhecer bem seu público e produzir uma narrativa sobre um passado glorioso que os mobilizasse em torno de um projeto político que pudesse recriá-lo. Ademais, souberam usar as ferramentas à sua disposição de formas bem sucedidas: em alguma medida o formato audiovisual e, principalmente, as mídias sociais.

Ernst Bloch, em seu livro *Herança deste tempo*, não se resume a atestar a convivência de várias temporalidades. Ele investiga onde residem os tempos não-contemporâneos, procurando entender porque pessoas como os camponeses, os jovens e as camadas médias caíram nas mãos do partido nazista.²⁸⁴ Precisamos, também como Bloch em seu livro e a *Brasil Paralelo* tem feito, conhecer o

²⁸² BLOCH, Ernst. Contribuição à metafísica do que em nós é o obscuro, o mais consciente, o ainda-não-consciente, o problema inconstrutível do nós. In: *O espírito da utopia*. Trad. Danilo Araújo Marques do original BLOCH, Ernst. Contribution à la métaphysique de ce qui en nous est l'obscur, le plus conscient, le non-encore-conscient, le problème inconstructible du nous. In: *L'esprit de l'utopie*. Paris: Editions Gallimard, 1977, p. 229-247. (Não publicada), p. 4

²⁸³ MARQUES, Danilo Araújo. Em busca do futuro perdido: Ernst Bloch, a história e a subterrânea tradição da esperança. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, 2018, p. 105-106.

²⁸⁴ BLOCH, Ernst. Transição em forma de resumo: a não-contemporaneidade e o dever de torná-la dialética. In: *Herança desta época*. Trad. Danilo Araújo Marques do original BLOCH, Ernst. Transition en forme de résumé: la non-contemporaineté et le devoir de la rendre dialectique. In: *Héritage de ce temps*. Trad. Jean Lacoste. Paris: Payot, 1978, p. 102-116. (Não publicada), p. 14.

momento em que estamos. Identificar bem os grupos e anseios não contemporâneos presentes aqui.

Assim podemos entender melhor a herança que recebemos, os vários passados que nos impactam. Conhecer tal herança é também desenvolver a capacidade de puxar os fios certos da tapeçaria, nos quais residem a esperança que pode iluminar nosso presente. Se a *Brasil Paralelo*, mobiliza seu público em torno de um passado heróico, Benjamin e Bloch nos instigam a retornar a ele para mostrar tudo que não pôde ser realizado lá e que ainda está em aberto de forma “subversiva e utópica”.²⁸⁵

²⁸⁵ BLOCH. Transição em forma de resumo, p. 14.

ST 12 – História e Linguagens: Biografia, Literatura e Teoria da História

Andrezza Alves Velloso

Evander Ruthieri da Silva

Luan Lucas Araújo Morais

Ana Carolina de Azevedo Guedes

Mateus Roque da Silva

Edson Silva de Lima

andrezza.veloso@gmail.com

evander.silva@unila.edu.br

luanlucas7@hotmail.com

anaazevedoguedes@gmail.com

mateusroques@yahoo.com

edson_hist@yahoo.com.br

ms.tannis@yahoo.com

Maycon da Silva Tannis

A aproximação entre História e Literatura integra um momento de expansão e ampliação dos aportes teórico-metodológicos, recursos narrativos e problemáticas de pesquisa pertinentes ao ofício do historiador. Na esteira das discussões acerca da historicidade das linguagens, e de seu papel constitutivo na experiência humana no tempo, a atenção especial recai sobre o lugar das ficções literárias na construção do mundo sociocultural e político, imbricado a uma perspectiva que abarca um universo de sujeitos históricos que integram as sendas da produção intelectual, ao exemplo das trajetórias de autores e autoras, editores, impressores, leitores. A partir de tal perspectiva, o simpósio temático intitulado “História e Linguagens: biografia, literatura e teoria da história” objetiva fomentar a interlocução entre pesquisadoras(es) das ciências humanas que se propõem a estudar as diversas relações entre História e Literatura, em concordância com as múltiplas possibilidades de reflexões teórico-metodológicas que contemplam as relações históricas

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

entre linguagens, formas literárias e experiências temporais. Por extensão, objetiva-se ainda pensar as obras literárias enquanto manifestações ficcionais da vida social e, em uma constante dialética, interrelação com o meio social por considerarmos que as similaridades entre a História e a Literatura permitem uma postura teórico-metodológica coesa associada à teorização no campo literário. Desse modo, pretende-se reunir comunicações que teorizem a respeito do papel da literatura enquanto constructo sociocultural; as interlocuções entre a Teoria da História, conhecimento ético, estético e histórico; a Biografia como um elemento híbrido, que apresenta a trajetória e a possibilidade de abordagem sociológica e em outra medida a ficcionalização da vida; e a Ficção, abordada aqui como uma irrealização do próprio real e mesmo assim, portanto, deixa de ser um construto observado e passa a ser desmanche e parte constitutiva desta realidade; a história intelectual e dos intelectuais; a relação com o passado a partir de fontes literárias em suas respectivas relações sociopolíticas ou culturais; ou os usos políticos do passado a partir de produções literárias.

Denúncia da violência colonial portuguesa através da literatura moçambicana: um estudo à luz de Luís Bernardo Honwana e Noémia de Sousa.

Luíza de Almeida Carminati

RESUMO: A historiografia, até recentemente, esteve restrita a uma concepção tradicionalista do que poderia ser entendido enquanto fonte histórica. É a partir do final do século XX que essa concepção começa a mudar, através das transformações dos paradigmas historiográficos propostas pela Escola dos *Annales*, pela virada linguística, pela “crise da História” e pelo surgimento da *Nova História*. Assim, a produção literária entrou para o rol de possíveis objetos de pesquisa da História, trazendo consigo novas particularidades, enriquecedoras para a escrita historiográfica. A literatura se apresenta como um campo significativo para dar voz a histórias e sujeitos outros que não aqueles tradicionalmente contemplados pela historiografia, bem como se constitui enquanto um instrumento primordial para resgatar a dimensão do cotidiano, da história dos homens e mulheres comuns. Além disso, como qualquer obra cultural humana, as obras literárias carregam marcas profundas dos sistemas de representação pelos quais seus autores atribuíam sentido ao mundo no qual viviam. Isto é, a literatura é um canal de acesso às representações que os contemporâneos tinham de determinada realidade e à maneira com a qual o passado foi sentido e dado a ler. Nesse sentido, a presente comunicação tem como objetivo discutir duas produções literárias que têm origem no mesmo período histórico: *Nós Matamos o Cão Tinboso!*, de Luís Bernardo Honwana, e *Sangue Negro*, de Noémia de Sousa. O primeiro se trata de um livro de contos, publicado em 1964, enquanto o segundo é uma coletânea de poemas que haviam sido publicados em jornais entre 1948 e 1951. Ambos foram escritos por ativistas nacionalistas, militantes pela luta de libertação nacional moçambicana, e compartilham um tema comum: a denúncia da violência do sistema de dominação colonial português em Moçambique. Sendo assim, pretende-se aqui um breve resgate teórico acerca da colonização portuguesa em Moçambique, seguido de uma análise das obras, buscando compreender de que forma os autores interpretaram a realidade que os cercava e de que maneira a literatura foi utilizada por eles como uma forma de atividade política.

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique, literatura, Luís Bernardo Honwana, Noémia de Sousa.

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, surgem em África diversos movimentos contestatórios do domínio colonial, que posteriormente deram origem às lutas por libertação nacional. Em consonância com outros territórios dominados pelo poder colonial, Moçambique também participou dessa conjuntura, embarcando em uma luta armada que teve início em 1964 e findou após uma década, com a conquista da independência. Aliado ao processo político, nota-se um papel central da intelectualidade e, sobretudo, da literatura na criação de uma nova identidade moçambicana, que foi, em muitos sentidos, o motor da libertação e do pós-independência.

Nesse sentido, este trabalho buscou compreender de que forma a literatura foi utilizada como uma ferramenta da atividade política nesse período, tomando como partida duas obras essenciais: *Nós Matamos o Cão Tinboso!*, de Luís Bernardo Honwana, e *Sangue Negro*, de Noémia de Sousa. Deve-se comentar que o debate que aqui será exposto é uma continuidade entre uma pesquisa de Monografia e uma de Mestrado, que tomam essas obras como objeto/fonte. O primeiro livro é constituído por uma coletânea de contos, publicado pela primeira vez em 1964. Já o segundo trata-se de um livro póstumo, que reuniu poemas que haviam sido anteriormente publicados em jornais, entre 1948 e 1951. Ambos foram escritos por ativistas nacionalistas, que eram militantes pela libertação nacional moçambicana.

Dessa forma, eles compartilham não só a temática dos textos, que se caracteriza por uma denúncia do sistema colonial e da violência nele implicada, mas também um objetivo de tocar seus leitores e despertá-los para a necessidade de mobilização capaz de reverter a situação na qual se encontravam, como ficará mais evidente na discussão que se seguirá.

Para entender de que maneira esses autores instrumentalizaram a literatura com esse fim, no entanto, não é possível deixar de fazer um breve panorama acerca da situação colonial em Moçambique. Ainda que aqui se pretenda uma História a partir de outro enfoque que não o tradicional eurocêntrico, isto é, propõe-se uma historiografia que se concentre na agência dos sujeitos envolvidos nos processos de libertação e na intelectualidade por eles produzida, o recorte cronológico e temático nos obriga a tratar da colonização. Afinal, não se pode compreender a reação e a resistência ao domínio colonial sem conhecer os mecanismos e as dinâmicas que o marcavam.

Não obstante, a escolha de trabalhar com a literatura enquanto fonte histórica é estratégica no sentido de fugir à historiografia tradicional. Em primeiro lugar, o texto literário foi, até muito recentemente, negado como uma fonte possível para a escrita historiográfica. A consolidação da História como disciplina acadêmica, no século XIX, selou o afastamento progressivo em relação ao campo literário, que teve início ainda no século XV. Prezando por uma suposta cientificidade, a concepção mais tradicionalista do documento historiográfico prevaleceu por muito tempo. Somente com as transformações do século XX, sobretudo com o impacto transformador da Escola dos *Annales*, o surgimento da Nova História e a propagação da História Cultural, abriu-se

o horizonte das possibilidades da fonte historiográfica²⁸⁶. A literatura, então, tornou-se passível de ser tomada como fonte e enriqueceu, de diversas formas, o trabalho historiográfico.

Em segundo lugar, o campo literário diferencia-se de outros tipos de fontes por se tratar de um canal de acesso valioso aos sujeitos que tradicionalmente são marginalizados pela História canônica. Especialmente no caso aqui tratado, tendo as obras sido escritas por estes próprios sujeitos, tem-se um campo privilegiado para dar voz àqueles que foram sistematicamente silenciados ao longo do tempo.

Por fim, é importante explicitar o aporte teórico que sustenta a reflexão aqui proposta. Para operacionalizar o texto literário em favor da pesquisa historiográfica, serve-nos sobretudo o conceito de representação²⁸⁷, na medida em que este trabalho baseia-se na noção de que a literatura não consiste em um espelho do real (factual) tal como ele aconteceu, mas antes como um caminho que permite entrever a maneira com a qual os contemporâneos de uma determinada época interpretavam sua realidade e a forma com a qual o tempo histórico foi dado a ler.

Já no que tange a retomada acerca da situação colonial em Moçambique, foram utilizadas principalmente as pesquisas de Valdemir Zamparoni e José Luís de Oliveira Cabaço, considerando que esses pesquisadores fazem um resgate abrangente do período da colonização portuguesa nesse território. No mais, serão mobilizados também conceitos de Frantz Fanon, Edward Said e Antonio Gramsci, que estão diretamente relacionados ao tema tratado, como será exposto a diante.

Domínio colonial português em território moçambicano

Devido aos limites deste trabalho, não seria cabível fazer um retorno extensivo da história da colonização portuguesa no território onde hoje se localiza Moçambique. Por essa razão, o enfoque será nos aspectos socioeconômicos considerados essenciais para compreender a denúncia feita por Honwana e Sousa em suas obras. No entanto, é importante fazer um recuo temporal mais longo, a fim de elucidar as dinâmicas do domínio colonial e como elas se transformam com o passar do tempo.

Dessa forma, a presença portuguesa em Moçambique teve início no século XVI, a partir da disputa mercantil por especiarias e novos mercados. A situação colonial permanece, por

²⁸⁶ CARMINATI, Luiza. Nós matamos o Cão Tinhoso!: domínio colonial e o papel da literatura na construção de uma nova identidade moçambicana. In: ANAIS DA XV SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA: O legado freiriano para o século XXI – as interfaces entre História Política e História Pública. Rio de Janeiro, 2021. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: PPGH – UERJ, 2022. Disponível em: <<https://www.semanadehistoriapoliticaUERJ.com/2021>>. 1976 p.

²⁸⁷ CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. 244 p.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

bastante tempo, em um relativo “abandono”, até que dois fenômenos causam uma mudança de atitude por parte do agente colonialista; são eles o tráfico de escravizados e, posteriormente, a Conferência de Berlim. É seguro dizer que somente em 1885 ocorre uma mudança mais drástica da proposta colonial, movida pelas exigências impostas pelos novos agentes colonizadores que entram em jogo nesse momento.

No início do século XX, duas importantes transformações no plano socioeconômico reverberaram na estrutura da dominação colonial: a Primeira Guerra Mundial, que desencadeou uma espécie de boom colonial; e a Depressão resultante da crise econômica de 1929. Assim, as colônias se inserem na lógica do capitalismo moderno, tornando a obtenção de uma força de trabalho permanente a questão principal. Diante disso, era necessário fabricar uma situação na qual as populações locais se tornassem uma massa de trabalho assalariado. Via de regra, os agentes colonizadores implantaram o trabalho forçado, somado a uma tributação sufocante, a fim de garantir a disponibilidade de mão de obra barata²⁸⁸. Os ônus econômicos e sociais esmagadores, junto da exportação de grande parte de mão de obra para colônias vizinhas, intensificaram as carências locais.

No entanto, para que esse projeto obtivesse sucesso, era preciso antes solapar o ideal assimilacionista da monarquia liberal portuguesa, criando uma outra identidade para as populações nativas que permitisse a sua subjugação sem qualquer constrangimento. Nesse sentido, a maior contribuição foi a apropriação de teorias evolucionistas das ciências naturais, que foram deturpadas para servir a um discurso que fundamentava as desigualdades raciais e sociais em uma pretensa “ordem natural”²⁸⁹.

A lógica, então, constituía-se da seguinte forma: não seria possível “educar” essas populações, pois elas seriam *naturalmente inferiores e incapazes*, sendo o trabalho o único caminho para a *civilização*. Paralelamente ao discurso civilizatório, há a promulgação de uma legislação coercitiva, que visava sujeitar os povos colonizados à obrigação moral e legal do trabalho.

É interessante chamar atenção para o fato de que os códigos legais, além de determinar os critérios trabalhistas, também foram responsáveis por separar a sociedade colonial em três categorias sócio-jurídicas: o não indígena (colono europeu), o indígena e o assimilado. Assim, a administração colonial realizou uma distinção entre a própria população nativa, utilizando a

²⁸⁸ ZAMPARONI, Valdemir. De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: EDUFBA, 2012. 344 p.

²⁸⁹ CARMINATI. Nós matamos o Cão Tinho!

dicotomia *assimilado-indígena* para denominar aqueles que eram considerados *civilizados*, ou seja, haviam assimilado os costumes europeus, e aqueles que não eram civilizados, isto é, não haviam se adequadado à lógica sócio-produtiva europeia, sendo portanto passíveis de exploração²⁹⁰.

A dominação militar e a legislação coercitiva, contudo, não foram suficientes para criar uma força de trabalho que servisse plenamente ao interesse dos agentes colonialistas, sendo necessário criar outros mecanismos, como a espoliação das melhores áreas produtivas e do gado²⁹¹, a ampliação dos impostos, o recrutamento forçado (conhecido como *chibalo*) etc.

A questão da condição das mulheres merece também um destaque. Na lógica das relações de trabalho antes do domínio colonial, as mulheres eram majoritariamente responsáveis pela produção agrícola, assim como pelo restante das tarefas domésticas. Dessa forma, ocupavam um local central na reprodução da sociedade. Tomando consciência disso, a administração colonial visou suprimir legalmente o recrutamento assalariado da força de trabalho feminina, a fim de mantê-la na esfera da produção agrícola e assim perpetuar o ciclo reprodutivo. Tendo em vista que a força de trabalho masculina era essencialmente migratória, pelas práticas do *chibalo* e da concessão de trabalhadores a colônias vizinhas, o objetivo era delegar os custos sociais de reprodução e oferta de força de trabalho barata ao setor *não-capitalista*, cuja base era o trabalho feminino²⁹². Isso não significa, todavia, que na prática a mão-de-obra feminina não fosse recrutada para o trabalho assalariado e, sobretudo, forçado - principalmente através do aprisionamento de esposas, filhas e irmãs. Além disso, a exploração trabalhista era complementada por outro tipo de violência: não são raros os casos de agressões físicas e sexuais, em sua maioria impunes ou sequer denunciados.

De maneira geral, pode-se afirmar que o colonialismo em Moçambique - assim como nas demais localidades de África - foi marcado pela dualidade da situação colonial, ou seja, pela existência paralela de duas sociedades, uma dominadora e a outra dominada, a cuja relação político-econômica se sobrepunha a distinção racial. Assim, o poder colonial apresentava-se bifurcado, dividido em dois sistemas paralelos: um que governava uma cidadania racialmente definida,

²⁹⁰ THOMAZ, Fernanda. Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930). Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. 202 p.

²⁹¹ A espoliação da terra, ainda que seja obviamente um componente econômico, na realidade significa mais do que isso. Tendo em vista a cosmovisão dos povos que habitavam esse território, a terra representava, além de um meio de sustento, um elo cultural e espiritual, sobretudo em relação aos ancestrais e a genealogia da família. Sendo assim, ser retirado dessa terra não significava perder “apenas” uma propriedade de finalidades econômicas, mas sim também ter esse elo quebrado à força.

²⁹² ZAMPARONI. De escravo a cozinheiro.

baseado nos princípios legais do ordenamento jurídico metropolitano, voltado para os colonos; e outro que governava os colonizados, caracterizado pela coerção jurídica e administrativa²⁹³.

Diante do exposto, é palpável o estado de fragilidade no que tange à qualidade de vida em que viviam os povos subjugados. Os efeitos perversos da colonização, ainda que fossem latentes em seu aspecto econômico, não se limitavam a ele, mas antes permeavam toda a vida cultural e social²⁹⁴.

Em 1975, foi proclamada a independência de Moçambique, após uma década de luta pela libertação nacional, majoritariamente comandada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). É justamente no contexto dos movimentos contestatórios do domínio colonial, que surgem sobretudo na metade do século XX, que os escritores aqui analisados publicaram suas obras. Já na década de 1950, é possível perceber cada vez mais os sintomas da revolta à situação colonial, traduzidos sobretudo nas greves, nas rebeliões de trabalhadores e nas produções literárias e artísticas dos intelectuais das colônias.

Ainda que a estratégia utilizada pelos movimentos emancipatórios tenha sido majoritariamente a luta armada, seus componentes tinham consciência de que o processo de libertação, a fim de que fosse um processo real de descolonização, deveria passar por uma dimensão muito mais subjetiva. A real descolonização exige uma modificação do ser e o surgimento de uma nova linguagem, assim como de uma nova humanidade²⁹⁵. Sendo assim, é evidente que o processo de libertação nacional requeria a formulação de uma nova identidade. Para esse fim, a literatura apresentou uma enorme contribuição.

As obras

Uma vez concluído o panorama geral acerca da colonização em Moçambique, é possível focar na análise das obras aqui propostas. *Nós Matamos o Cão Tinboso!* foi publicado pela primeira vez em 1964 e logo adquiriu reconhecimento internacional, sendo considerado, até os dias atuais, um marco da literatura moçambicana. Trata-se de uma coletânea de sete contos. Todos eles têm como pano de fundo a realidade da sociedade colonial e, de acordo com Martin,

recriam a atmosfera asfixiante vivida pelos trabalhadores colonizados e suas famílias e acabam por operar uma denúncia da violência material e simbólica, do

²⁹³ CABAÇO, José Luís. Moçambique: identidades, colonialismo e libertação. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007. 475 p.

²⁹⁴ ZAMPARONI. De escravo a cozinheiro.

²⁹⁵ FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 275 p.

racismo e de toda a sorte de injustiças a que era submetida a população moçambicana.²⁹⁶

O autor, Luís Bernardo Honwana, era militante da FRELIMO e foi, inclusive, preso por suas atividades políticas no mesmo ano de lançamento da obra.

Já *Sangue Negro* é constituído por poemas de Noémia de Sousa, que haviam sido publicados em jornais entre 1948 e 1951 e posteriormente foram compilados nesse único livro póstumo. A autora é conhecida como “mãe dos poetas moçambicanos”, por ser a primeira voz feminina que se insere na então incipiente poética moçambicana. Além disso, era também uma militante nacionalista, que lutava contra o domínio colonial, tendo sido condenada ao exílio em Portugal, onde faleceu em 2002. Sua poesia é descrita como “incendiária”²⁹⁷ e, assim como Honwana, também tinha como temática a denúncia da violência colonial.

Para além dos temas trabalhados em suas escritas, os autores se aproximam através da categoria de intelectuais ativistas, isto é, intelectuais que assumem um compromisso de atuação política e de modificação do mundo material. A partir da concepção do intelectual orgânico²⁹⁸, essa ideia aprofunda-se. O intelectual não deve ser considerado mais de maneira avulsa, isolada, mas antes intimamente vinculado às relações sociais, com o pertencimento a uma classe, um grupo social. Somado a isso, atribui-se a eles também a noção de intelectual proposta por Said²⁹⁹, segundo a qual o intelectual representa um sujeito dotado de uma vocação de representar ou dar corpo a uma mensagem, uma filosofia para (e por) um público. Tal ideia fica evidente em uma leitura detalhada das obras dos autores. No entanto, tendo em vista a extensão do trabalho aqui exposto, uma visão geral dos livros discutidos é suficiente para entrever esse aspecto.

Nós Matamos o Cão Tinhoso!

Nós Matamos o Cão Tinhoso! é composto por sete contos: um de mesmo nome; Inventário de imóveis e jacentes; Dina; A velhota; Papá, cobra e eu; As mãos dos pretos; e Nhinguitimo. Como anteriormente citado, todos abordam a realidade da situação colonial, sob a visão dos

²⁹⁶ MARTIN, V. A violência do colonialismo pelo olhar de Luís Bernardo Honwana. In: HONWANA, L. *Nós Matamos o Cão Tinhoso!* São Paulo: Kapulana, 2017, p 134.

²⁹⁷ SECCO, Carmen Lucia. Noémia de Sousa, grande dama da poesia moçambicana. In: SOUSA, N. *Sangue Negro*. São Paulo: Kapulana, 2016. 198 p.

²⁹⁸ GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 244 p.

²⁹⁹ CONCEIÇÃO, Vércia. *Nós matamos o cão-tinhoso: anticolonialismos, projetos de nação e protagonismos de (novos) homens moçambicanos*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Bahia: 2016. 167 p.

sujeitos subjugados a ela. Pode ser entendido como um manifesto, na medida em que assume um caráter de denúncia e protesto, que convida seu público a agir:

Aos seus iguais, Honwana direciona uma mensagem de alerta aos males da colonização, exortando-os a uma tomada de consciência, no que diz respeito ao lugar que a administração portuguesa reserva ao nativo negro na sociedade colonial.³⁰⁰

Um personagem importante, que encarna o cerne dessa mensagem, é o menino Ginho, protagonista de três dos sete contos da obra. Nele, está representada a figura do “novo homem moçambicano”, forjada através do sofrimento da tomada de consciência e do expurgo da dominação colonial³⁰¹. É interessante observar que Ginho, assim como Honwana, é uma figura considerada *assimilada*.

Tomemos o conto intitulado Dina³⁰² para ilustrar de que forma o autor mobiliza a escrita ficcional para denunciar a violência colonial. Único conto narrado em terceira pessoa, traz-nos a história de Madala, um trabalhador idoso da zona rural. De início, o autor nos apresenta o abuso de poder perpetuado pelo capataz (um homem branco), que força os trabalhadores a continuar na machamba, atrasando o horário da refeição, mesmo diante do evidente esgotamento físico deles.

Quando finalmente são liberados para o “dina” (refeição e descanso), acompanha-se a dinâmica de relações entre os trabalhadores mais jovens e Madala, que simboliza a liderança tradicional, a qual todos respeitam. A narrativa transforma-se com a inserção do personagem da filha de Madala, Maria. Fica subentendido, então, que Maria praticava a prostituição e o capataz a humilha diante de seu pai e dos demais trabalhadores. A partir daí, Madala fica observando enquanto o capataz e Maria se distanciam e adentram a machamba, onde ele abusa sexualmente dela.

A impotência do velho Madala frente a violência cometida contra sua filha pode ser analisada como uma metáfora para a violência da dominação colonial, na qual o homem nativo vê-se invadido e desautorizado perante aos seus, sem ter como reagir em um primeiro momento. Isso não significa, contudo, uma passividade: Madala e sua filha podem ter sido violentados, mas eles não cedem e se mantêm erguidos, resistindo em seu silêncio.

Sangue Negro

³⁰⁰ CONCEIÇÃO. Nós Matamos o cão-tinoso.

³⁰¹ CARMINATI. Nós matamos o Cão Tinoso!

³⁰² HONWANA, Luís Bernardo. Nós matamos o Cão Tinoso! São Paulo: Kapulana, 2017. 148 p.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Assim como Honwana, Noémia de Sousa também parte da perspectiva da denúncia da violência vivida por seu povo nativo. Seus poemas foram originalmente publicados em jornais justamente pela consciência de que, em um meio que permitisse a circulação ampla e livre, seus versos seriam capazes de despertar a revolta em relação à injustiça social e à exploração. Vejamos um trecho de um deles, intitulado *Passe*, que exemplifica bem essa afirmação.

Nós somos os filhos adotivos e os ilegítimos, / que vossos corações tímidos, / desejosos de comprar o céu – ou a vida, / vieram arrancar aos trilhos ladeados de micaías, / para depois nos lançarem, despidos das peles e das azagaías, / - ah, despojados dos diamantes do solo e do marfim, / despojados da nossa profunda consciência de homens – / nos tantos metros quadrados dos bairros de zinco e caniço! / Nós somos sombras para os vossos olhos, somos fantasmas. / Mas, como estamos vivos, extraordinariamente vivos e despertos! [...] / Somos os despojados, somos os despojados! / Aqueles a quem tudo foi roubado, / Pátria e dignidade, Mãe e riquezas e crenças, e Liberdade! / Até a voz da nossa Raça, da revolta dos nossos corpos tatuados, / nos foi roubada para embriaguez de vossos sentidos anémicos, / arrastando-se nos bailes frios iluminados a eletricidade... / Despojados, ficámos nus e trémulos, / nus na abjecta escravidão dos séculos... / Mas o calor da chama eterna das nossas fogueiras acesas, / crepitando, rubras, sobre os dias e as noites, / com vaga-lumes de protesto, de gritos, de esperança!³⁰³

Nessa passagem – assim como em múltiplas outras, que aqui não podem ser expostas devido aos limites deste trabalho – é possível enxergar a latente denúncia da situação colonial, mas também uma propensão para a reação, para a indignação com aquilo que é denunciado. Assim, Sousa não coloca o sujeito colonizado em um destino fatalista, de imobilidade perante a sua condição. Pelo contrário, a autora incita seus leitores a alimentar a chama da revolta.

Considerações finais

Diante dessa breve exposição das obras, fica evidente a tese aqui sustentada. Nesse sentido, pode-se afirmar que tanto Honwana quanto Sousa tinham o objetivo de: em primeiro lugar, denunciar a situação de violência colonial sofrida pelas populações nativas do território moçambicano; em segundo, mobilizar seus leitores para a indignação que, posteriormente, serviria de combustível para a luta política; em terceiro, criar uma nova identidade para essa população, propriamente moçambicana, que fosse capaz de fundamentar a base para o sentimento nacionalista que animou a descolonização.

Assim, é seguro dizer que os autores estudados integram-se à tradição literária e intelectual moçambicana que serviu como base para a disseminação dos valores nacionalistas que

³⁰³ SOUSA, Noémia de. *Sangue Negro*. São Paulo: Kapulana, 2016. p. 34-35.

caracterizaram os movimentos anticoloniais e a luta por libertação nacional. Além disso, há de se apontar ainda a formulação de uma nova identidade moçambicana, que exerceu um papel primordial na formação nacional pós-independência.

daemoniorum conventus consedit: Tertuliano e a representação cristã dos espaços dos espetáculos (sécs. II-III)

Igor Pereira da Silva³⁰⁴

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo expor a análise da representação dos espaços dos espetáculos, os *ludi* romanos nomeados especificamente como teatro, anfiteatro e circo, efetivada por Tertuliano nas obras *De Spectaculis* e *Ad Martyras*. Tertuliano (150/160-222) foi uma liderança cristã norte-africana, que ao converter-se ao cristianismo, por volta do ano 193, foi responsável por compor variados textos, que fizeram-no ser conhecido como um dos Pais da Igreja e como o primeiro apologista cristão. Nossa análise se debruça sobre *De Spectaculis* e *Ad Martyras*, dois textos ético-disciplinares do autor cartaginês, com o intuito de compreender os espaços dos espetáculos como objetos do discurso social e religioso. No campo religioso cristão, Tertuliano operacionaliza um sistema de símbolos de forma a representar os espaços dos *ludi* como heterotópicos e proibitivos aos cristãos, bem como os seus frequentadores seriam estigmatizados. Concomitantemente a essa representação, o autor constrói a identidade do cristão utilizando como modelo o mártir, que tem como local de acesso privilegiado ao sagrado o espaço do martírio, situação na qual os *ludi* são conferidos de um sentido específico e diferente do sustentado pela cultura romana.

Palavras-chave: Cartago; Cristianismo; Tertuliano; Espetáculos; Martírio.

Na presente comunicação apresentarei o discurso cristão de Tertuliano sobre os espaços dos espetáculos, o teatro, o circo e o anfiteatro, presentes na cidade de norte-africana de Cartago. Para análise desse discurso, utilizo dois textos de Tertuliano como fonte: *De Spectaculis* e *Ad Martyras*. No texto *De Spectaculis*, Tertuliano apresenta esses espaços como heterotópicos ao fluxo de cristãos, descrevendo características, símbolos e ornamentos idolátricos presentes em cada um dos espaços, bem como atividades e sensações que influenciam negativamente os cristãos. Todas

³⁰⁴ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Licenciado em História pela Ufes. E-mail: sr.igorpds@gmail.com

essas características são representadas por Tertuliano como sendo contrárias às práticas cristãs, pois eram práticas pertencentes aos não-cristãos, chamados de *nationum*.

Aqui cabe uma breve explicação desse termo e outros utilizados por Tertuliano, e sendo Pietro Podolak, pela maioria dos seus contemporâneos, para fazer referência àqueles que não eram cristãos ou judeus.³⁰⁵ O termo *nationum* vem do latim, sendo traduzido como nação, entretanto, o sentido empregado por Tertuliano, e outros pais da Igreja, deriva do termo hebraico *goy*, que tem um sentido mais refinado do que o abarcado pela simples tradução como nação. Segundo Rebecca Einstein Schorr, no judaísmo, *goy* é empregado com o sentido de nação em certas ocasiões, sendo possível encontrar trechos no Antigo Testamento que fazem referência a Israel utilizando o termo *goy*, como em Gênesis 12:2, onde *goy gadol* significa uma grande nação.³⁰⁶ Mas no geral, *goy* é um termo depreciativo para os não membros da comunidade judaica, tido como externos ao *goy gadol*. Fora o *nationes*, na língua latina, os cristãos usam os termos *ethnics*, *mundum* e *saeculi*. Entretanto, todos tem o sentido característico de não-cristãos.

Nesse sentido, não apenas o espaço é visto como heterotópico, no conceito definido por Henri Lefebvre, um espaço diferente e perigoso aos cristãos, mas também os seus frequentadores eram estigmatizados.³⁰⁷ O fluxo no interior dos espaços dos espetáculos é sustentado por Tertuliano como prejudicial ao cristão e até mesmo à moral romana, em certos aspectos, pois o estigma é, segundo Goffman, construído para tornar o indivíduo desacreditado no meio social e buscar se afirmar como um fato social, não apenas como proveniente de um grupo particular, caso dos cristãos.³⁰⁸ O cristão que frequentava os espaços dos espetáculos seria visto como compartilhando do espaço de sociabilidade dos *nationum* e por isso recaindo sobre ele as mesmas características do seu oposto religioso.

Em contrapartida, no texto *Ad Martyras*, Tertuliano faz a defesa da prática do martírio e da importância do papel do mártir para o reforço e a promoção da fé cristã, tendo o mártir como um exemplo do ser cristão, em vistas do aspecto de reprodução da morte de Jesus Cristo. Tertuliano

³⁰⁵ PODOLAK, P. *Tertuliano*. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 27

³⁰⁶ SCHORR, R. E. *Goy: Origin, Usage, and Empowering White Supremacists*. Forward. 2017. Disponível em: <<https://forward.com/life/380684/goyim-origin-goy-usage/>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

³⁰⁷ LEFEBVRE, H. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

³⁰⁸ GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

reconhece a importância do espaço martirial, localizado no interior dos anfiteatros, destacando as sensações que afligem o cristão que escolhe o martírio, mas também reforçando o reconhecimento que esse indivíduo deverá angariar por sua decisão. Nesse momento, na visão cristã, o espaço martirial, dividido entre o subterrâneo e a arena, do anfiteatro se diferencia do espaço do espetáculo. O cristão adentra o anfiteatro para passar pelo martírio e ascender aos céus, obtendo o pós-vida que lhe é reservado.

Devemos explicitar o período do cristianismo ao qual nos referimos, bem como do contexto da cidade de Cartago e da vida de Tertuliano, convertido ao cristianismo. Nesse período, entre os séculos II e III E.C.(Era Comum), a cidade norte-africana de Cartago passou por um forte desenvolvimento monumental, com mudanças significativas no plano urbanístico, econômico e cultural, período no qual Tertuliano vivência todas essas mudanças *in loco*.

Os edifícios destinados aos *ludi* romanos, os afirmados espaços dos espetáculos, se destacam pelo investimento. O teatro, o circo e o anfiteatro recebiam manifestações artísticas, religiosas e de entretenimento, que em sua totalidade representavam a cultura e a moral romana, situação que colocava o vilipêndio dirigido à esses espaços como uma forma de ataque ao Império. Os *ludi circensis* eram as atividades de corridas de cavalo, manobras esportivas, lutas e duelos, realizadas no espaço do circo. Os *ludi scaenici* eram todas as representações e encenações artísticas desempenhadas no teatro. Os *ludi gladiatorii* eram as práticas de combate entre gladiadores, englobando também as caçadas e as batalhas navais realizadas no espaço do anfiteatro. O anfiteatro era o espaço que, geralmente, recepcionava os cristãos condenados à morte pela negação a apresentação das libações ao imperador.

No século II E.C., o cristianismo era uma *religio illicita*, não oficialmente perseguida, mas podendo sofrer represálias sob acusações de crimes como lesa-majestade, atividades políticas e rejeição ao culto imperial. O teor *illicito* da religião impossibilitava os seus membros de dispensarem a apresentação de libações ao imperador quando solicitados, o que segundo Simon e Benoit colocava os cristãos sob critérios de julgamento da comunidade local, esses que enxergavam os cristãos como avessos às tradições.³⁰⁹

³⁰⁹ SIMON, M.; BENOIT, A. *Judaísmo e cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino*. São Paulo: EDUSP, 1987, p. 133.

Apesar da existência dessas perseguições locais e esparsas em certos momentos, é somente a partir do século III que a expansão do cristianismo aparenta ser uma ameaça à estabilidade interna do Império. Isso se afirma devido à publicação do edito proibindo o proselitismo cristão e judaico em 202. Teria sido o imperador Septímio Severo o responsável pelo edito que levou a ocorrência do martírio de Perpétua e Felicidade em Cartago. As mártires, juntas de outros catecúmenos teriam deixado textos a serem compilados e apresentados por um autor desconhecido. Um dos apontados como autores é Tertuliano, na época uma liderança da Igreja cristã norte-africana.

Tertuliano havia nascido entre os anos 150 e 160, na cidade de Cartago, e desde cedo teve acesso à cultura romana, educado nos moldes da paideia greco-romana e seguindo os parâmetros tradicionais da sociedade pagã. Por seu alto nível social, Tertuliano teria tido a possibilidade de estudar oratória e direito em Roma, e em seu retorno, em 190, se converteu ao Cristianismo em 193, após um período ligado ao movimento filosófico estoico. Algumas informações acerca da biografia de Tertuliano são um tanto quanto turvas e estiveram por séculos sustentadas nos escritos de Jerônimo de Estridão, um sacerdote cristão nascido em Estridão, na província romana da Dalmácia, por volta de 347, tendo escrito o *Dos Homens Ilustres* e também tendo traduzido a Bíblia para o latim, versão conhecida como Vulgata.

Entretanto, Timothy Barnes em 1971, na primeira versão de *Tertullian: A historical and literary*, contesta pela primeira vez, as fontes de Jerônimo sobre Tertuliano.³¹⁰ Ao longo do texto, Barnes desconstrói as concepções tidas como certas acerca do apologista, evidenciando as problemáticas existentes em se defender que o pai de Tertuliano seria um soldado, a existência de um sacerdócio e uma posição de jurista desempenhada por Tertuliano. O que sabemos com certeza de Tertuliano é sustentado também nas obras do próprio Tertuliano e em outros autores que trazem informações fragmentadas dessa liderança cartaginesa. Podemos dizer que Tertuliano foi uma liderança cristã em Cartago, que provavelmente foi casado e pertencia à níveis altos do estamento social dessa sociedade romano-africana.

O papel de Tertuliano frente aos desígnios do império se direciona no sentido de demonstrar que os argumentos utilizados para depreciar a prática da fé cristã se sustentavam na *ignorantia* dos perseguidores e, portanto, insustentáveis perante o próprio código jurídico romano. As obras de Tertuliano apresentam um teor jurídico que denuncia essa formação e a sua intenção

³¹⁰ BARNES, T. D. *Tertullian: A historical and literary study*. Oxford: Oxford Clarendon, 1985.

de defesa do cristianismo frente ao Império, apresentado como perseguidor dos cristãos. Dessa forma, para Tertuliano o cristão deve buscar defender a sua fé e as suas práticas, bem como se identificar como cristão e diferente dos seguidores da religião pagã.

Como um apologista, Tertuliano ensejou a defesa da cristã, fato evidenciado na sua composição da primeira apologia cristã latina, *Apologeticum*. Mas a sua atividade não se resumiu à defesa do cristianismo, mais do que isso, Tertuliano enxergou a necessidade de definir a própria identidade do ser cristão, especificamente na cidade de Cartago e sob o Império Romano. A separação entre os espaços do cristão e os espaços dos pagãos se faz necessária pela existência da construção de uma identidade cristã num momento em que esse grupo está sendo perseguido pela religião predominante do Império.

A partir da análise das obras *De Spectaculis* e *Ad Martyras* acreditamos que Tertuliano concebia a materialidade do teatro, do circo e do anfiteatro citadinos por intermédio de representações ambíguas, ora os identificando como lugares demoníacos e proibidos aos cristãos, ora os concebendo como locais destinados aos suplícios de mártires cristãos.

Em *De Spectaculis*, Tertuliano apresenta os espaços referentes ao espetáculo, o circo, o teatro e o anfiteatro de Cartago como lugares heterotópicos, sendo esses frequentados por indivíduos não-cristãos estigmatizados como enlouquecidos, demoníacos, impuros, entre outras denominações. Cada um desses espaços de espetáculos é identificado com características, sensações, figuras idolátricas, ornamentos e atividades próprias, que os tornam espaços avessos à simples presença, ou fluxo do cristão, pois são identificados como o lugar em que *daemoniorum conventos consedit*, isso é, o lugar em que "os demônios estão sentados em conclave".³¹¹ Sabendo que muitos cristãos ainda insistiam em frequentar os espetáculos e a participar de suas atividades, Tertuliano tentou construir a representação negativa dos participantes dos ludi, de modo que imperasse a compreensão do simples espectador ou financiador, por meio de apostas, como capaz de aproximar o cristão das divindades dos *nationum* e dos responsáveis por infligir dor aos mártires, principal símbolo do cristianismo.

³¹¹ TERTULLIANO. *De Spectaculis, Ad Martyras*. Cura et introduzione Martino Menghi. Verona: Arnoldo Mondadori, 2004, VII.

Segundo o discurso de Tertuliano, todas as divindades são vistas pelo cristianismo como *daemonis*, o que representa uma visão excludente quanto ao divino. Enquanto a religião tradicional romana inclui e enxerga outras divindades de outros povos também como divindades possíveis no cosmos religioso, o cristianismo enxerga as religiões diferentes como destinadas ao culto de seres inferiores, os *daemonis*. Segundo Jeffrey Burton Russell, a concepção de *daemonis* como seres perversos já era conhecida no ocidente no período helenístico e foi reforçada pelos estoicos, já que como *daimon* no original grego, apresentava um sentido ambíguo, podendo simbolizar um espírito, menos que um Deus, e podendo realizar ações boas ou más.³¹²

O cristianismo de Tertuliano enxerga todas as divindades tradicionais como *daemonis*, sendo apontados para seus respectivos os espaços dos espetáculos, muitas vezes relacionando com os símbolos presentes nos espaços e com a história de origem de cada espaço. Ao circo estavam vinculados: Baco, Netuno, Consus e Marte (V);³¹³ ao teatro estavam Vênus e Baco (X);³¹⁴ e ao anfiteatro estavam Marte e Diana (XII).³¹⁵

Em *Ad Martyras*, por sua vez, o autor associa tais elementos considerados antitéticos ao Cristianismo, existentes no espaço dos espetáculos, com a própria constituição destes edifícios como lugares privilegiados do martírio cristão. A representação efetivada no discurso de Tertuliano indica uma tentativa de perceber a *domus quidem diaboli*, o anfiteatro, visto como a residência do próprio diabo, como lugar de excelência do martírio, momento em que o mártir derrotaria as entidades demoníacas em seu próprio habitat, seja de forma religiosa ou moral. Para Tertuliano, os *nationum* muitas vezes buscavam situações que os levavam à morte por “desejo de fama e glória”, e por isso recebiam a “recompensa do louvor entre os homens”, o que motivava mais ações heróicas, e só aumentava a vaidade desses indivíduos.³¹⁶ Por outro lado, o ato do martírio do cristão deveria servir como um exemplo de moral não apenas entre os cristãos, mas para todos os cidadãos romanos, pois levava a “obtenção da glória celestial e da recompensa divina”.³¹⁷

³¹² RUSSEL, J. B. *The Devil: Perceptions of Evil from Antiquity to Primitive Christianity*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1977, p. 142.

³¹³ TERTULLIANO. *De Spectaculis*, V.

³¹⁴ TERTULLIANO. *De Spectaculis*, X

³¹⁵ TERTULLIANO. *De Spectaculis*, XII.

³¹⁶ TERTULLIANO. *Ad Martyras*, IV-V.

³¹⁷ TERTULLIANO. *Ad Martyras*, V.

Desde a passagem pelos umbrais do *carcere*, propriamente a prisão localizada embaixo do anfiteatro, enxergado como o limite dos impedimentos da alma; passando pelos odores; pela escuridão; e pelas correntes do *carcere*, os cristãos deveria se enxergar como especial. Isso por que ele deveria perceber que os odores da prisão não são piores do que os odores do mundo, vindo da impureza dos homens. A escuridão do *carcere* não deveria causar espanto ao cristão, pois esse deveria se reconhecer como a luz do mundo, bem como a algema que lhe prendiam deveria ser entendida como capaz de trazer liberdade para a alma, pois o corpo estava preso e a alma livre. Tertuliano busca ressignificar o espaço do *carcere*, dizendo: “Tiremos esse nome cárcere e passemos a chamá-lo de retiro”.³¹⁸ A preparação para o martírio é importante, pois os cristãos devem chegar à presença dos espectadores “bem trabalhados para todo tipo de sofrimento”, sendo importante se portar como um soldado da “milícia do Deus vivo”, sendo reconhecido por seus pares e adversários que sublevará na arena.³¹⁹

Em resumo, por intermédio de *De Spectaculis* e de *Ad Martyras*, obras que remetem ao contexto da formação da comunidade cristã cartaginesa entre finais do século II e início do século III E.C., Tertuliano busca ressignificar negativamente os ludi romanos, representando os edifícios onde tinham lugar os jogos e seus frequentadores com antitéticos ao Cristianismo, fato que, ao lado da consagração de tais espaços como locais privilegiados do martírio cristão, reforça a construção de uma identidade excelsa por parte dos cristãos em Cartago.

³¹⁸ TERTULIANO. *Ad Martyras*, II.

³¹⁹ TERTULLIANO. *Ad Martyras*, III.

A experiência literária como força disruptiva na obra teatral *Um lar sólido*

Fernanda de França Iglesias Canellas

Resumo: Este breve ensaio pretende, a partir da obra teatral *Um lar sólido* da escritora e dramaturga mexicana Elena Garro, tatear nas pequenas frestas da predominante clausura de um túmulo familiar, pistas que nos são deixadas como restos de criação, como rastros de invenção, de levante vital ainda; entre os destroços, as zonas de passagem a uma vida (im) possível, em vias de qualquer coisa que ainda não se sabe – travada nas brechas –, bem ali onde tudo não cessa de endurecer, de mortificar. Tomando aqui a literatura como arma indispensável à luta do e no pensamento que queremos travar e como estratégia de enfrentamento às durezas que se lhe impõem, ensejamos, na articulação com *Um lar sólido*, guerrear com aquilo que Garro parece nos deixar como trilha: rastros de um mundo ainda impensável, invivível; Junto a isso, nos aliaremos também, sobretudo, às contribuições de Maurice Blanchot em *Para onde vai a literatura?* para dela vislumbrarmos aquilo que lhe escapa, que põe em questão os próprios horizontes de si mesma e do mundo, no ensejo de, então, perguntarmos: podem as passagens rasgadas por Garro em meio à dureza abrir avenidas também em nós num movimento que aponte a experiência literária como corte, como alteração e prenúncio de um mundo ainda por se fazer, por se arriscar? A aposta desse trabalho é de que há, na literatura, uma força de alteração da realidade que abre caminhos quando as passagens por onde se pensa e diz o mundo se esgotam. Logo, Blanchot, em *A busca do ponto zero* nos pareceu um aliado atento a essa experiência ao traçar um percurso, no qual ele também se arrisca, nos aproximando justo desse ponto onde a literatura, então, segundo ele, começa: bem ali onde explode, onde se dispersa e desaparece. O crítico literário francês é enfático ao afirmar que não há limites suportáveis para a literatura, pois ela mesma os questiona e os desfaz. Então, no desejo de experimentar essa força a que chamamos de disruptiva, nos articulamos com o que há de explosivo na obra de Garro e sinais de Blanchot sobre a experiência literária, afim de criar saídas pelas quais ainda não se passou e deixa-las também abertas. Ensejamos, sobretudo, experimentar a literatura em sua força que desmonta, que desarruma o mundo, mas que é também saída (im) possível e perigosa – feita sem determinação prévia, ao passo em que acontece – de sua criação e transformação.

Palavras-chave: Literatura, disruptiva, porvir, transformação, dispersão.

Introdução

As durezas da morte, a espera melancólica por um decreto, um rumo eterno a ser dado pelo Juízo Final, a nostalgia da vida que um dia se viveu. Dentre as muitas nuances apresentadas por *Um lar sólido*, interessa-nos uma, em especial: aproximarmo-nos a uma espécie de vida mortificada a que nos convoca adentrar. Um jeito radical de pôr em evidência sensível a experiência de enclausuramento dos corpos que, embora secos e decompostos no túmulo, ainda se movem, se lembram e se contam uns aos outros. Corpos que já em decomposição, manifestam desejo de

mundo. Um pedaço de fêmur desmembrado que serve, provisoriamente, de corneta para a pequena Catita. Um mausoléu onde, mesmo sendo o cenário da paralisia e da escuridão, há levante dos ossos ainda.

A obra teatral *Um lar sólido*, da mexicana Elena Garro, se passa, a princípio, em um quarto pequeno e empedrado, uma tumba escura, onde membros de uma família foram chegando quando morreram e ali permaneceram ao longo de gerações - mais ou menos desmembrados. Aguardam, sem previsões e com os mesmos trajes com os quais foram enterrados, a chegada de mais um de seus entes, Lídia, para, então, passarem pelo tão esperado Juízo Final. Dura espera que, no entanto, é entrecruzada pela nostalgia das sensações e imagens do que outrora se vivera. Que, aos poucos, vai sendo estilhaçada pelos barulhos do mundo que ainda se fazia ouvir na tumba, como as lembranças de Mamãe Jesuíta:

MAMÃE JESUÍTA: Venha cá e lustre minha testa; quero que brilhe como a estrela polar. Feliz o tempo em que eu corria pela casa como um raio, varrendo, sacudindo a poeira que caía sobre o piano em enganosas torrentes de ouro, para depois, quando cada coisa já estava reluzente, como um cometa, quebrar o gelo de meus baldes deixados ao relento e banhar-me com água coalhada de estrelas de inverno. Lembra, Gertrudis? Isso era viver, rodeada de minhas crianças hirtas e limpas como giz³²⁰

A chegada de Lídia, contudo, coloca em cena uma confusão, um paradoxo entre os tempos da morte e os tempos da vida: não era somente ali no túmulo entre os familiares mortos, que se experimentara uma mortificação, uma vez que ela mesma conta dos momentos em vida cujos dias passaram sem vitalidade alguma após a partida precoce de Muni “Sim, Muni. E em você guardei o último dia em que fomos crianças. Depois só restou uma Lídia sentada de cara para a parede esperando”³²¹. Não obstante, entre os mortos, conversava-se também sobre seus desejos ainda, frente ao veredicto dado pelo Juízo Final, como no choro de Catita dando-se conta do que seria seu destino: “CATALINA: Não haverá mais mundo? E quando poderei ver? Eu não vi nada, nem aprendi o beabá. Eu quero que o mundo exista!”³²²

Nesse sentido, a proximidade com a morte e espera dos personagens— seja no túmulo, seja na vida de Lídia —, parece nos recolocar o problema, nos abrir ao paradoxo que move a narrativa: não mais o que se encontrará na morte ou após ela, como uma espécie de dualidade entre viver e

³²⁰ GARRO, Elena. *Um lar sólido*. In: Borges, J.L.; Ocampo, S; Bioy Casares, A. (Org.). *Antologia da literatura fantástica*. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p.188.

³²¹ GARRO. *Um lar sólido*, p.197

³²² GARRO. *Um lar sólido*, p.199

morrer. Lança-nos, no entanto, uma interrogação à vida, ao que nela pode ser experimentado como o que enfraquece, endurece e mortifica. Não obstante, ao que também nela ainda se move. Falaremos, então, em termos de mortificação para interrogarmo-nos acerca do que Garro parece nos atirar: uma experiência de existir onde predomina-se o endurecimento, a *secura* e os arredores empedrados. Mas na e pela qual também se experimenta o ainda. A cena onde se enreda a narrativa é a dimensão do ainda. A borda entre o que os personagens se lembram e sentem da vida ante a passagem que se dará, sob o som tão esperado das trombetas, ao Juízo Final. Passagem essa que, segundo entendem, se dará sob uma condição: somente se chegará ao seio de Deus após aprender-se serem todas as coisas do mundo.

Mergulhados na sede por um lar sólido, que em seus desejos se apresentam não tão sólidos assim como a tumba, mas em movimento e cheios de vitalidade – os jardins, os rios, a lua, o sol, as risadas, as ondas do mar batendo na casa – o que lhes resta como alternativa é justo essa condição onde não há mais limites: a condição de aprender, ali no entre-momentos, a serem todas as coisas.

MUNI: Eu também não consegui crescer, viver nas esquinas. Eu queria minha casa...

EVA: Eu também, Muni, meu filho, desejava um lar sólido. E tanto, que o mar batesse nele todas as noites, bum, bum! e ele se risse com as risadas do meu pai, cheia de peixes e de redes.

CLEMENTE: Lili, você não está contente? Vai encontrar o fio e vai encontrar a aranha. Agora sua casa é o centro do sol, o coração de cada estrela, a raiz de todas as plantas, o ponto mais sólido de cada pedra.

MUNI: Sim, Lili, você ainda não sabe, mas de repente não precisa mais de casa, e de sim de rio. Não vamos mais nadar no Mezcala: seremos o Mezcala.

GERTRUDIS: Às vezes sentirá muito frio; e será a neve caindo em uma cidade desconhecida, sobre telhados cinzentos e gorros vermelhos.

CATALINA: O que mais me agrada é ser um bombom na boca de uma menina, ou um relâmpago para fazer chorar os que leem perto de uma janela!

MUNI: Não se aflija quando os seus olhos começarem a desaparecer, porque então você será todos os olhos dos cães olhando para pés absurdos [...]

VICENTE: Pois para mim o pior foi ser o punhal do assassino.

CLEMENTE: Não lhe contem isso, vão assustá-la. Dá medo aprender a ser todas as coisas.³²³

A obra de Garro, desse modo, parece evidenciar não as polarizações morte-vida, mas a luta, o embate incessante que se trava bem no percurso, na passagem. Uma força disruptiva, ainda que sutil, capaz de estraçalhar, por alguns momentos, as lápides e os limites onde todos estão

³²³ GARRO. Um lar sólido, p.197

encerrados em alguma instância. *Um lar sólido* ora nos chama a adentrar à dureza, ora nos abre avenidas e nos bombardeia, sem piedade, com a pergunta: que força é essa que abre caminhos e estraçalha os limites que dão contorno pra se pensar e experienciar o mundo? Ou melhor: que força é essa capaz de nos arrancar os limites quais sejam, inclusive, os de um mundo qualquer, para inventar e partilhar o que ainda não se sabe? Entre os escombros, ao contar de sua vida monótona e triste, Lídia nos deixa mais um rastro:

LÍDIA: Um lar sólido, Muni! Eu também queria isso...E você sabe, fui levada para uma casa estranha e nela só encontrei relógios e uns olhos sem pálpebras que olharam durante anos. Eu lustrava o chão para não ver as milhares de palavras mortas que as empregadas varriam todas as manhãs. Lustravam os espelhos para afugentarem nossos olhares hostis. Esperava que um dia de manhã surgisse de seu azougue a imagem amorosa. Abria livros para abrir avenidas naquele inferno circular. Bordava guardanapos com iniciais enlaçadas, para encontrar o fio mágico, indestrutível, que faz de dois nomes um...³²⁴

Maurice Blanchot, com quem nos articularemos mais adiante, em *O livro por vir*, nos apresenta, em seu capítulo final, o que considera ser a experiência literária em sua força explosiva e parece ressoar com o que também se guerreia em *Um lar sólido*. Segundo o crítico literário francês “é preciso responder que a explosão da literatura é essencial e a dispersão em que ela entra marca também o momento em que ela se aproxima de si mesma”³²⁵

Ora, o que chamamos, então, de força disruptiva na experiência literária é justo esse movimento explosivo, por onde se abrem, se engendram fios e passagens onde só há durezas e paredões. Movimento o qual nos aproxima Garro que, muito para além de refletir ou descrever o mundo no qual se debatem seus personagens, o inventa, o arrisca, o coloca em cheque, convocando também em nós não a compreensão de seu texto ou sua explicação, mas a necessidade de, adentrando-o, arriscarmo-nos junto com ele naquilo que nele mesmo ainda é impensável. É o mundo e os próprios limites do pensamento o que ele ousa, pondo em perigo também os seus contornos e referências.

Não seria justo esse estilhaçamento das fronteiras o que é capaz de nos provocar a literatura?

³²⁴ GARRO. *Um lar sólido*, p.196

³²⁵ BLANCHOT, Maurice. *A busca do ponto zero*. In: *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2018, p.300.

Desmembramentos: por onde se cria metamorfoseando

Fêmur desligado do corpo, metacarpos aos pedaços, escuridão quase permanente. *Um lar sólido* é contado desde a morte, desde os cacos de gente e do apodrecimento. Ao passo que é circundado por uma forte melancolia dos personagens que esperam por um destino em meio à secura, parece fazer desses mesmos resquícios de gente o material para recriar as saídas que nos aponta. Garro narra desde o absurdo que inventa, desde a destruição para nela própria nos arrisca a adentrar um espaço antes impensável. Nos convida a mergulhar na complexidade de um pensamento que brota e se engendra num lugar que, embora sólido, é também onde a vida ainda vibra, onde os pedaços ainda adquirem uma outra vitalidade:

CLEMENTE (interrompendo): Tenha dó, agora não encontro meu fêmur!
[...]
VICENTE: Eu vi a Catita brincando com ele de trompete.
GERTRUDIS: Tia Catalina, onde você largou o fêmur do Clemente?
CATALINA: Jesuíta! Jesuíta! Querem tirar a minha cornetinha de mim.
MAMÃE JESUÍTA: Gertrudis, deixa a menina em paz! [...]
GERTRUDIS: Mas mamãe, não seja injusta, é o fêmur do Clemente!
CATALINA: Feia, malvada! Vou te pegar! Não é o fêmur dele, é a minha cornetinha de açúcar!³²⁶

A melancolia crescente e a tristeza de onde não se vive mais com tanto frescor, já não a única a atravessar a cena. Mas há memória, ainda há levantes desses restos, alguma força do mundo que se agita e os fazem desejar alguma vida mesmo estando em um mausoléu familiar onde se vive a espera do Juízo Final, o aguardo do decreto do fim, a ida para o lugar no qual já não haverá mais mundo. Mas ates desse momento que anseiam— exceto Catita, a pequena que deseja desesperadamente o mundo que não viveu —, antes do toque da trombeta há que se aprender a deformar-se em todas as coisas do mundo, há de aprender a sê-las em todas as suas nuances e seus espantos. E por que não abordarmos aqui, uma espécie de também destruição do que se conhece para, de alguma maneira, lançar-se ao novo? Não necessariamente pondo a baixo aquele túmulo, mas dispersando os seus contornos, enfraquecendo os seus efeitos.

Em *Tempos de Babel: Destruição e Anacronismo*, Raúl Antelo nos propõe fazer um percurso para pensar a gênese da teoria da modernidade como destruição, a qual não nos debruçaremos aqui. O elo que pretendemos fazer entre *Um lar sólido* e a experiência de destruição, se dá à medida

³²⁶ GARRO. *Um lar sólido*, p.189

que Antelo nos coloca algumas proposições pertinentes sobre uma atitude criadora daquele que destrói e que, justo por saber da transitoriedade de todas as coisas, é capaz de enxergar também não os limites, mas saídas por todas as partes³²⁷. Desse modo, o autor se pergunta em que consiste o caráter destrutivo e aciona Walter Benjamin para nos ajudar a entendê-lo. Segundo este último, na análise de Antelo, o caráter destrutivo comporta uma incompreensão, a saber: uma controvérsia que lhe permeia uma vez que, justo por ter muito poucas necessidades que não sejam a de pensar o que será o substituto daquilo que virá a destruir, vislumbra sempre o próximo passo, tem a mirada voltada a diante, à abertura seguinte:

Benjamin argumenta que o caráter destrutivo conhece apenas uma palavra de ordem (abrir espaço) e uma única atividade (despejar). Sua necessidade de ar puro e espaço aberto ultrapassa fartamente qualquer ódio. O caráter destrutivo, segundo Benjamin, é nietzscheanamente jovem e sempre alegre, porque destruir rejuvenesce. O autor chega a essa imagem apolínea do destruidor, após ponderar até que ponto se simplifica o mundo depois de sua destruição. É esse, a seu ver, o grande vínculo que enlaça e unifica tudo quanto existe. Entretanto, aquilo que fornece ao caráter destrutivo o espetáculo da mais profunda harmonia é, contraditoriamente, sua visão dionisiaca da vida.³²⁸

Não seria também esse o paradoxo e incompreensão a que nos expõem Garro, às também saídas por serem vislumbradas por todas as partes, ao colocar em cena, tudo ao mesmo tempo: morte, vida, dureza, movimento, limites e horizontes? Não seriam as muitas nuances de fuga, de fora-túmulos que esboça, uma agonística, uma experiência inquieta da vida como jogo a ser jogado permanentemente, vislumbrando sempre a próxima saída?

Em *Um lar sólido*, por fim, mediante a espera que acontece no enclausuramento das paredes de pedra, no entanto, não é a trombeta do Juízo que toca, mas o toque de recolher do quartel dos vivos, que se encontra bem ao lado daquelas lápides. Enquanto esperam na morte e escutam os barulhos dos vivos que atravessam o túmulo se confundindo com seus próprios sons, os personagens seguem aprendendo e desejando serem todas as coisas do mundo, inventando passagens quais sejam, desejando formas impensadas para seus corpos, até que desaparecem:

VICENTE: O toque de recolher! Vou indo. Sou o vento. O vento que abre todas as portas que não abri, que sobe em redemoinho as escadas que nunca subi, que corre pela as ruas novas para meu uniforme de oficial e levanta as saias das belas desconhecidas...Ah, frescor! (desaparece)
[...]
CLEMENTE: Ah, a chuva sobre a água! (desaparece)
GERTRUDIS: Lenho em chamas! (desaparece)
[...]

³²⁷ ANTELO, Raúl. *Tempos de Babel: Anacronismo e destruição*. São Paulo: Lumme Editor, 2007, p.1.

³²⁸ ANTELO. *Tempos de Babel: Anacronismo e destruição*, p.7.

LÍDIA: Um lar sólido! Eu sou isso! As lajes de meu túmulo! (desaparece)³²⁹

Bombardeio: a literatura como experiência de dispersão.

No segundo capítulo de *Para onde vai a literatura?*, designado *A busca do ponto zero*, Blanchot nos aproxima de uma experiência literária a que chama de dispersão; uma espécie de experiência de perigo por onde a literatura se envereda e coloca os seus próprios limites em risco. Numa conversa com Mallarmé, o crítico literário francês discorre sobre a fala que ele divide de duas maneiras: a fala útil e a fala do poema e da literatura. A primeira, segundo Mallarmé, é uma fala que desaparece na regularidade do uso e que, servindo como instrumento e meio, é a “língua da ação, do trabalho, da lógica e do saber (...)”³³⁰; a segunda, por sua vez, não se trata de um meio transitório e usual, mas a que “procura realizar-se numa experiência própria”.³³¹ Divisão tal que, para Blanchot, deveria ter contribuído com a literatura no sentido de atribuir-lhe uma linguagem que a distinguisse. No entanto, avalia que até o século XIX é a formação de uma horizonte estável em torno da arte de escrever que vem lhe delimitar contornos rígidos e, então, aponta:

A literatura só é domínio da coerência e região comum enquanto ainda não existe, não existe para ela mesma e se dissimula. Assim que aparece, no longínquo pressentimento do que parece ser, ela explode em pedaços, entra na via da dispersão onde recusa deixar-se reconhecer por sinais precisos e determináveis.³³²

Segundo ele, muitas foram as respostas que se esboçaram pela tradição no sentido de dar conta dessa explosão, dentre elas: o individualismo dos escritores para tornarem sua escrita diferente das dos demais; a perda dos valores comuns, a divisão do mundo e o questionamento da razão e até mesmo o reforço das distinções entre poesia e prosa, atribuindo-se à primeira as desordens e à segunda uma manutenção das intenções usuais da linguagem e do gênero romanesco. No entanto, todas lhe pareceram limitadas e, Blanchot também chega a comparar alguns outros comentários que se insinuaram em torno do que seria uma monstruosidade característica do romance, ao que outrora fora a predominância de uma poesia regrada. Aponta ambos como sendo expressão de uma necessidade de conservação, de proteção da literatura contra ao que nela a tornaria mais perigosa: “como se, ao mesmo tempo que o veneno, esta se apressasse a segregar para o nosso uso o antídoto que permite seu consumo tranquilo e durável. Mas talvez ela morra do que a torna inofensiva.”³³³

³²⁹ GARRO. Um lar sólido, p.199.

³³⁰ BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.297

³³¹ BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.297

³³² BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.298

³³³ BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.299

O crítico francês se mostra ainda mais ousado ao afirmar, logo a diante, a importância desse momento de explosão e de que, é justo nele e na dispersão que provoca, o também momento em que a literatura se aproxima de si mesma. Para Blanchot, não são nenhuma das justificativas as que se esboçaram para explicar o horizonte instável da literatura o que realmente caracteriza sua instabilidade, mas a tensão de uma busca que nela se apresenta. Desse modo, radicaliza o que na literatura é essa experiência fugidia de si mesma, desunida de qualquer consenso que põe em xeque os próprios horizontes de mundo. Para ele não é o arbítrio dos que escrevem ou o escape aos gêneros e regras tradicionais o que nos aproximaria ao seu desalinho:

Não é a diversidade, a fantasia e anarquia dos experimentos que fazem da literatura um mundo disperso. É preciso exprimir-se de outra maneira e dizer: a experiência da literatura é ela mesma experimento de dispersão, é a aproximação do que escapa à unidade, experiência do que é sem entendimento, sem acordo, sem direito – o erro e o fora, o inacessível e o irregular³³⁴

Blanchot avança na discussão evocando Roland Barthes, a quem convida para pensar o “grau zero da escrita”, o ponto de ausência onde ela desaparece. Como apontará Blanchot, Barthes, em *O grau zero da escrita*, faz uma distinção entre língua, estilo e escrita. Segundo ele, resumidamente, o primeiro seria o estado comum da fala que nos é conferido e onde somos lançados em determinado tempo histórico e em algum lugar do mundo; o segundo, uma parte obscura de nós que fala das preferências e tempestades que sobrevêm ao escritor, do qual se sabe pouco, mas que lhe confere um aspecto singular. Observa, então, que nenhum desses pode ser chamado ainda de literatura. A escrita, por sua vez, seria por onde a literatura começa, onde um acontecimento é anunciado. Nesse sentido, Blanchot segue apontando-nos a observação que, segundo ele, Barthes quer chegar: um tempo em que os escritores tinham como preocupação levar a língua a um grau de perfeição e concordância com o que queriam dizer. Blanchot sinaliza, contudo, o que, para ele, passou a rumar por outros caminhos, a saber: uma então atitude de oposição a esse cerimonial literário. Segundo ele, não se trata mais de adentrar no que seria um templo que nos é imposto, mas “(...) primeiramente querer destruir o templo antes de o edificar, é, pelo menos, antes de ultrapassar seu limiar, interrogar-se sobre as servidões daquele lugar”³³⁵. Em seguida, arremata-nos, trazendo a escrita para o lugar da deformação de todas as coisas:

[...] desde que a literatura se mostra como um meio em que tudo se transforma (e se embeleza), desde que percebemos que esse ar não é o vazio, que essa claridade não apenas ilumina, mas deforma, dando aos objetos uma luz convencional, desde que pressentimos que a escrita literária - os gêneros, os

³³⁴ BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.300

³³⁵ BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.303

signos, o uso do passado simples e da terceira pessoa - não é uma simples forma transparente, mas um mundo à parte onde reinam os ídolos, onde adormecem os preconceitos e vivem, invisíveis, as potências que alteram tudo, é para cada um uma necessidade procurar desligar-se desse mundo, e é uma tentação, para todos, a de arruiná-lo, a fim de o reconstruir puro de todo uso anterior, ou ainda melhor, de deixar o lugar vazio.³³⁶

Nesse sentido, Blanchot nos direciona justo para o que chama de levar a literatura ao seu ponto de ausência, ali onde desaparece, o que seria então, em Barthes, o grau zero da escrita.

Mais a diante e, finalmente, Blanchot encerra esse trecho levando-nos a experiência total da escrita como sento também de alteridade, de uma assustadora transformação. Segundo ele, quando aquele que escreve intenta agarrar a palavra, logo ela lhe escapa e, sob sua mão muda de natureza. E aqui estaria, então, o salto que é dado pela literatura, a saber: o despojamento de todo ser. Essa é a transformação assustadora: o despojar-se, o meio pelo qual o nome se torna ser, “não mais aquilo que fala, mas o que é, a linguagem transformada em profundidade ociosa do ser, o meio em que o nome se torna ser mas não significa nem desvenda”³³⁷

Ao falar de Proust, podemos perceber bem do que se trata esse despojamento a que Blanchot menciona, quando questiona justamente o que estudiosos atribuíram como causa da literatura proustiana a estrutura orgânica do escritor francês. Blanchot, então pergunta insistentemente quem é esse Proust que fala, desde aquele que pertence ao mundo e tem suas ambições dentro dele, até o já morto, um estranho a si e aos que estão seu redor, para nos escancarar à experiência não deste ou daquele Proust, mas a da alteridade a qual se despoja e se arrisca no exercício da literatura. E lança:

Dizemos Proust, mas sentimos que é o totalmente outro que escreve, não somente uma outra pessoa, mas a própria exigência de escrever, uma exigência que utiliza o nome de Proust mas não exprime Proust, que só o exprime desapropriando-o, tornando-o Outro.³³⁸

Blanchot conclui, desse modo, afirmando a literatura como uma experiência a que chama de total e que não aceita, não suporta quaisquer limites que se lhe imponham, não tratando-se ela de uma questão de linguagem, mais a paixão de sua própria questão. É justo esse ponto de

³³⁶ BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.303

³³⁷ BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.305

³³⁸ BLANCHOT. A busca do ponto zero, p.297

articulação que nos interessa quando apontamos uma força bélica na obra de Garro. Não seria também a isso o que *Um lar sólido* nos convoca: aprender a ser todas as coisas, alterar-se, destruir as tumbas que se apresentam em morte ou em vida, para abrir-se ao mundo que ainda não se conhece, porque ainda se há de inventá-lo? Não seria isto: abrir avenidas por entre os infernos que nos rodeiam – ainda que como promessa de espera por um céu - tão somente pela exigência irreverente de um pensamento ainda incognoscível, justo porque se realiza exatamente no ponto em que ele ainda não é?

Enveredando-nos aqui é que apostamos na força da experiência literária, pensada a partir da obra de Garro, uma força capaz de criar caminhos, de estraçalhar saídas além-túmulos.

Conclusão: avenidas abertas

Elena Garro ao narrar, em sua obra teatral *Um lar sólido*, a espera entre-momentos daquela família enterrada, pelo decreto perpétuo que lhes seria dado pelo Juízo Final, para além de evidenciar a morte dos personagens, joga com a morte e vida que ainda lhes permeiam e, compartilha conosco, o assombro de uma experiência de mortificação contínua que se experimenta dentro e fora do túmulo que os contorna. Não obstante, atravessa a cena com a força brutal de corpos que, embora enrijecidos, ainda se movimentam e conversam entre si, se contam memórias e desejos de mundo, levando-nos, em alguma instância, a interrogar-nos não desde o lugar comum, a saber: a dualidade entre morte e vida. Mas parece ousar, convocando-nos a pensar em termos daquilo que mortifica, enfraquece e apodrece os corpos e o pensamento e, os desejos de mundo que ainda os vitalizam. Escancara os paradoxos em cena e deixa como engrenagem para arriscarmos este ensaio, a vida que ainda encontra passagens: “(...)Abria livros para abrir avenidas naquele inferno circular”.³³⁹

Interrogação esta, feita aos limites do mundo e do pensamento e que nos levou, então a também perguntar que força é essa, na experiência literária, capaz de cruzar também a nós, e forçar-nos, impiedosamente não a querer explicar o mundo, fazer-lhe uma reflexão ou sua descrição através da literatura, mas colocá-lo em xeque, borrar seus limites, destruir os contornos de si própria para, então, ousar pensar uma vida, um pensamento que sequer fora engendrado ainda. Longe de pretender um apaziguamento, a experiência literária na qual adentramos em *Um lar Sólido*

³³⁹ GARRO. *Um lar sólido*, p.196

é muito mais disruptiva, porque guerreia com os contornos da tumba e nos atira num mundo onde é indispensável aprender a ser todas as coisas. Onde, para criar saídas, se faz eminente metamorfosear-se, lançar-se à deformação também de todas essas coisas, pois é justo nesse movimento que podemos ousar pensar além-túmulos, sejam eles qual forem. Força essa que cria, ela mesma, deformando.

Disputa e ressignificação: uma análise da disciplina histórica a partir de José Carlos Reis (1984-2017)

Lucas Bispo Fiorezi

Graduando em Licenciatura em História

Universidade Federal do Espírito Santo

lucasbfiorezi@gmail.com

Resumo

O campo da historiografia brasileira constitui-se como um importante *locus* no qual ocorrem disputas que visam a legitimidade de autores e a consagração de suas obras. Por meio desta pesquisa pretendo analisar a trajetória intelectual de José Carlos Reis, objeto de pesquisa, frente as demais autoridades que exerceram influência para o campo da história chamando atenção para o debate entorno do empirismo historiográfico. Concentrarei a pesquisa no recorte temporal compreendido entre 1984 a 2017, tendo como fonte de análise as obras de Reis e entrevistas publicadas nas revistas de História. Para entender de forma complexa as contribuições de José Carlos Reis para o campo da história, me apoiei em pressupostos oriundos da História Intelectual, em especial, as atribuições de Helenice Rodrigues. O arcabouço teórico que me auxiliará a alcançar tais perspectivas expressa-se no conceito de *campo* científico elaborado por Pierre Bourdieu, pois compreendo a historiografia como um espaço plural no qual os grupos de intelectuais são formados. Por meio das contribuições de Michel de Certeau temos o conjunto que compõe a operação historiográfica, o *lugar*, a *prática* e a *escrita*, tríade que possibilita a identificação pela via epistemológica dos elementos que estruturam a narrativa histórica. Por fim, utilizo as análises de Michel Foucault, pois o autor aponta elementos presentes no discurso dotados de caráter regulador.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; História Intelectual; Teoria da História.

Disputa. Esse é um dos aspectos essenciais para compreensão da chamada “historiografia brasileira profissional”.³⁴⁰ Tal elemento pode ser identificado em alguns momentos da história disciplinar, no entanto, gostaria de destacar os anos finais da década de 1980, haja vista, atuação no campo acadêmico do historiador e filósofo José Carlos Reis – objeto de investigação da pesquisa que realizei. O intelectual em questão exerceu (e continua exercendo) importância fundamental no alargamento do campo da teoria e filosofia da história por meio de publicações com destaque para: trilogia *Identidades do Brasil* (FGV, v. I, 1999/ v. II, 2006/ v. III, 2017). *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade* (FGV, 2010); História da ‘consciência histórica’ ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur (Autêntica, 2011) entre outros títulos. Está na atualidade inserido no rol dos vinte autores mais citados no campo da teoria, acima de nomes relevantes como Karl Marx, Sérgio Buarque de Holanda, Manoel Luiz Salgado Guimarães conforme aponta levantamento de João Ohara.³⁴¹ Reis atuou boa parte do seu magistério na aqui na Universidade Federal de Minas Gerais entre 1997 à 2017, integrando também o corpo docente do programa de Pós-Graduação orientando 8 trabalhos de doutorado e 14 de mestrado.

Realizada esta breve apresentação do autor, o tópico que tratarei no texto que segue diz respeito ao seu combate contra o empirismo historiográfico. Conforme Reis, o empirismo se apoia sob o espectro do realismo histórico, ou seja, os vestígios que nos chegam do passado por meio dos documentos seriam capazes de resgatar o real. No entanto, ao levarem a cabo o seu programa de valorização em demasia das fontes documentais os historiadores mais empiristas acabam encobrendo o debate filosófico, ficcional e literário que se faz presente na narrativa histórica.

Em suas palavras,

para os historiadores empiristas, o debate teórico-metodológico afasta o historiador do que deve realmente interessa-lo: os fatos, as fontes, a realidade do passado. Para eles, o historiador-teórico não poderia pretender ser um historiador, pois abandonou o canteiro de obras da história, os arquivos, os museus, as fontes primárias, e ao pesquisar somente em bibliotecas, restringindo-

³⁴⁰ GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional**: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). Vitória: Editora Milfontes, 2020.

³⁴¹ OHARA, João Rodolfo Munhoz. Teoria da História: epistemologia, metodologia, teoria social...? In: RANGEL, Marcelo; CARVALHO, Augusto de. (org.). **História e Filosofia**: problemas ético-políticos. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 37.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

se às obras impressas, tornou-se um filósofo, um literato, um ficcionista, enfim, um ‘fazendeiro do ar’.³⁴²

O que fica evidente na caracterização do autor é a simplificação por parte dos historiadores empiristas do caráter mais reflexivo da narrativa histórica, cerceando as fronteiras do campo de estudos históricos do diálogo com a filosofia, sociologia, antropologia, psicanálise entre outros e consequentemente de temáticas a exemplo da epistemologia, hermenêutica, axiologia, estética. Junto ao modo que no artigo *O lugar central da teoria metodologia da história* ele questiona: “a epistemologia deve ficar restrita a alguns pequenos círculos eruditos ou deve se envolver todos os membros da comunidade de historiadores?”.³⁴³ Desse modo, uma das preocupações do autor é apontar fragilidades e limites da historiografia empirista e reivindicar a centralidade da teoria na cultura histórica. Afinal, a história é teoria pois, “ela é o olhar que sustenta, que estrutura, que dá sentido à pesquisa do princípio ao fim”.³⁴⁴ O campo histórico, nesse sentido, desvela a presença de uma relação de poder – a *polícia discursiva*³⁴⁵ (de que fala Michel de Certeau) na medida em que tende a legitimar certas práticas, normas e valores enquanto estruturas estabelecidas como é o caso da historiografia empirista e sua respectiva repulsa pela teoria da história, campo que naquele momento estava em vias de estruturação.

Mas afinal de contas o que José Carlos Reis entende por empirismo? Em sua definição:

a historiografia empirista se apoia sobre uma ‘memória arquivada’, sobre ‘inscrições’, sobre ‘marcas exteriores’, para proteger-se da contiguidade com a imaginação/ficção. Seu ponto de vista é ‘objetivante’: a lembrança é de uma experiência localizada e datada. [...] A historiografia empirista se apoia, primeiramente no ‘onde’ o evento ocorreu; depois, a documentação se refere à data, que revelará o ‘quando’. [...] A data é um dado do tempo do calendário, que é um sistema extrínseco aos eventos. Todo evento se inscreve neste espaço-tempo exterior: local/data.³⁴⁶

Na fundamentação de Reis nota-se todo um esforço de evidenciar o modo a partir do qual historiadores empiristas entendem o conceito de passado como algo concreto, material podendo ser acessado a partir dos arquivos. Além disso, reforça dizendo que “não há oposição entre teoria e metodologia, pois as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções teóricas de

³⁴² Cf. REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica. *Revista de Teoria da História*, Goiás, a. 3, n. 6, p. 5, dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28973/16143>.

³⁴³ Cf. REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica... *Op. cit.*, p. 5.

³⁴⁴ Cf. REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica... *Op. cit.*, p. 18.

³⁴⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1982.

³⁴⁶ Cf. REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica... *Op. cit.*, p. 3.

construção do objeto. É em função do objeto que [o] método, a técnica se impõe”.³⁴⁷ Nesse sentido, portanto, por mais que os empiristas tenham a pretensão de notabilizar o caráter material do passado, alcançável pelo método de análise das fontes, na prática, o método empirista não se encontra desassociado de um fundamento teórico.

Durante a pesquisa que realizei percebi que José Carlos Reis apesar de empreender uma caracterização do modelo de narrativa produzida pelos adeptos do empirismo/positivismo historiográfico, optou em seus livros e artigos pela estratégia de omitir os nomes dos historiadores que está criticando, preferindo seguir uma análise “abstrata” quando muito se refere aos historiadores da *Escola dos Annales* que “foram hostis à discussão teórico-metodológica e prestaram um desserviço a historiografia ao separarem a pesquisa histórica da teoria da história”.³⁴⁸ Posteriormente, os ecos de tal Escola minimizou, em termos de importância, nomes relevantes a exemplo de Herri Berr, Raymond Aron, Ricoeur, Dosse.

Além dos *Annales*, Reis profere críticas a historiografia marxista ao descrever que a partir de 1989 com a queda do Muro de Berlim houve a vitória do capitalismo contra o comunismo provocando o seu respectivo desgaste em termos ideológicos. Tais acontecimentos refletem no campo historiográfico, de modo que a corrente marxista cede espaço para a história cultural e para micro história social. No Brasil, um dos expoentes do marxismo que se destacou nos anos 80 foi o historiador da Universidade Federal Fluminense Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013). Para Cardoso o espectro do “novo” passou a ser visto como sinônimo de ameaça por implicar a perda do seu espaço institucional. Por um lado, ele classificou como inimigo a ser combatido basicamente todos aqueles que não compactuavam com a teoria marxista, em suas palavras, “esta nova historiografia, portanto, não tinha nada de nova, pois representava, do ponto de vista político, o que havia de mais conservador e reacionário, fazendo uma adesão acrítica ao capital, a cultura de massas e a seus valores superficiais, era um de seus modismos”.³⁴⁹ Além disso, utiliza adjetivos como irracionalistas, conservadores, pós-modernos para se dirigir aos historiadores que possuem virtudes epistêmicas inspiradas na terceira geração dos *Annales* e nas elaborações de Michel Foucault. O que fica evidente, portanto, é a estratégia política de Cardoso na ausência do

³⁴⁷ Cf. REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica... *Op. cit.*, p. 11.

³⁴⁸ Cf. REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica... *Op. cit.*, p. 17.

³⁴⁹ CARDOSO, Ciro. **Ensaios racionalistas**. Filosofia, ciências naturais e história. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988 *Apud* GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional**... *Op. cit.*, p. 240.

reconhecimento de questões mais reflexivas das invalidando o lugar de fronteira da história com os demais campos do conhecimento.

Tendo em vista a herança da historiografia francesa e do marxismo profetizado por Ciro Cardoso é possível perceber os jogos de poder presente na linguagem entre o grupo estabelecido que dotado uma *autoridade científica* regula os discursos garantindo o monopólio da competência científica e o direito de falar e agir dentro do campo. No caso específico da história pode-se identificar os lugares simbólicos de poder entorno das melhores universidades, revistas, editoras e coletâneas.

Levando em consideração a resistência dentro da história separei um trecho de entrevista em que fica evidente os possíveis argumentos que na visão de José Carlos Reis conduzem os historiadores mais radicais a demarcarem entre aspas “a identidade do campo historiográfico”. Em suas palavras:

a pergunta [...] sobre as relações entre historiadores e filósofos [...] são tensas. A tensão é maior, beirando a aversão total, por parte dos historiadores, que não entendem o modo filosófico de abordar o objeto ‘história’. Para eles, o filósofo o aborda com ‘ideias’, com ‘a priori’, com ‘pontos de vista fechados’, como se a história tivesse uma forma, um fio, uma trama, um sentido. O filósofo aborda a história sem frequentar arquivos, sem citar fontes primárias, sem descer ao chão da experiência e com uma fluência, uma eloquência, digna de um gênio ou de um hospício. Para o historiador, o filósofo, não importa qual a sua tendência, trata o tema da experiência temporal de uma forma irresponsável.³⁵⁰

Isso ajuda a compreender a suposta marginalidade de Reis no interior do campo histórico, devido a sua dupla formação há sempre um olhar de suspeita e em alguns busca-se associa-lo ao campo da filosofia como forma de evadir-se da complexidade das temáticas levantadas pelos teóricos da história.

Segundo ele, em entrevista concedida no ano de 2010:

[Após] concluído o curso [de história], em 1981, decidi me especializar nesta área [teoria e metodologia da história], que era pouco valorizada pelos historiadores. Eu sempre achei a bibliografia dos historiadores sobre teoria ‘fraca’, sem densidade, insatisfatória, e por isso, me dirigi ao curso de Filosofia.³⁵¹

Nesse momento, em meados dos anos 80, o campo histórico passava pela ampliação do número dos programas de Pós-Graduação no país, fato que possibilitou a democratização do

³⁵⁰ CRACCO, Rodrigo Bianchini; SILVA, Thiago Viotto da. Entrevista com José Carlos Reis. **Faces da história**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 2, jul./ dez. 2014.

³⁵¹ REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia da história... *Op. cit.*

acesso a pesquisas a nível de mestrado, doutorado, pós-doc. e conseqüentemente a especialização do saber histórico. O campo da teoria da história e história da historiografia se tornou mais estruturado por meio da criação de revistas, núcleos de pesquisas, realização de eventos e mais recentemente com a fundação da Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia – SBTHH, em 2009, que contribuiu para uma consolidação do campo no Brasil.

Por fim ao situar os problemas entorno da historiografia tradicional (empirista), sua busca pela representação do passado a partir de um ponto de vista objetivo apoiando-se do método científico como forma de aproximação da verdade no campo historiográfico, José Carlos Reis, revela o seu modelo de narrativa histórica. Para ele o bom historiador deve ir ao arquivo tendo uma “formação interna, lógico-teórica, epistemológica, axiológica, ético-política, e precisa conhecer profundamente a história da historiografia, afinal ele ‘analisa e interpreta, produz leituras e cria sentidos’”.³⁵² Tal premissa, quando levada a cabo, rompe com a ideia ainda hoje corrente de que teoria corresponde a uma caixa de ferramentas isolada dentro da história que auxiliam os historiadores na análise do objeto. Sua proposta vai ao encontro de uma suspensão dos sentidos a priori de termos como: História, teoria, metodologia e verdade. Que por sua vez são naturalizados por um uso corrente entre os historiadores empiristas.

³⁵² REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia da história... *Op. cit.*, p. 7.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

ST13 - História e Historiografia da Educação na América Latina: as Instituições escolares como objeto de pesquisa

Giovane Silva Balbino

giovanesilvabalbino15@gmail.com

Palloma Victoria Nunes e Silva

pallomavictoria@live.com

O Simpósio Temático, compondo o X Encontro de Pesquisa em História - UFMG -, tem como objetivo principal reunir trabalhos diversos que utilizam como objeto de pesquisa as instituições escolares (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino técnico/profissional e Ensino Superior) no campo da História e Historiografia da Educação. De forma que abarque pesquisas que analisam historicamente o processo de construção, seus idealizadores, imbricações, seus prédios, espaços e implicações visando contribuir na discussão da história das instituições escolares na América Latina. Além disso, este Simpósio visa fomentar debates sobre aspectos que corroboram para compreensão das Instituições escolares e suas identidades institucionais. Esta proposta faz parte dos projetos de pesquisa desenvolvidos por ambos os proponentes deste ST.

A miséria da escola: os espaços escolares em Minas Gerais (1871-1889)

Danilo Moreira

RESUMO: As duas últimas décadas do período imperial, em Minas Gerais, foram marcadas por um esforço de reorganização do serviço de instrução pública. Ao longo dos anos de 1870 e 1880, a estrutura até então existente na província foi ampliada. Foram criadas novas instituições de ensino, restauraram-se escolas que outrora haviam sido fechadas, e uma série de mecanismos de administração foram aperfeiçoados.

No mesmo período, o debate a respeito da instrução podia ser acompanhado em múltiplos cenários: nas instâncias institucionais, nas falas dos governantes, na imprensa e nos espaços públicos. Por outro lado, em espaços informais nos distritos, freguesias e cidades da província de Minas, o processo de construção do setor da instrução mobilizava sujeitos e grupos que desenvolveram, cada qual a sua maneira, formas variadas de interação com a ação estatal.

No interior desse quadro, os vários problemas em torno da instrução e da educação se constituíram como pautas de destaque no debate público, com participação direta de diversos sujeitos. Embora a discussão fosse composta por uma variedade de temas, alguns foram tratados de forma mais recorrente, como é o caso dos problemas que envolviam o material e, sobretudo, as instalações físicas das instituições escolares mineiras, tanto primárias, quanto secundárias

Tendo em vista este panorama, esta comunicação pretende discutir a presença da tópica dos problemas materiais da instrução - com especial atenção àqueles relativos aos prédios escolares - no debate público sobre educação em Minas Gerais. A documentação que baseia a pesquisa é composta, principalmente, por três categorias de fontes: correspondências enviadas por sujeitos e grupos diversos para os órgãos gestores da instrução; relatórios de presidentes da província e inspetores gerais da instrução pública; e textos, editoriais e artigos veiculados na imprensa periódica mineira.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços escolares, Instrução pública, Debate público, Imprensa, Relatórios de presidentes de província.

As décadas de 1870 e 1880, em Minas Gerais, de modo particular, e no Império do Brasil, de modo geral, assistiram à expansão do debate público a respeito da instrução. Naqueles anos, cresciam, ao mesmo passo, as estruturas de ensino público provinciais e o interesse social em torno da educação. Embora a expansão da escolarização fosse motivo de debate desde as primeiras

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

décadas do século, foi a partir dos anos de 1870 que a instrução pública se consolidou como tema de interesse social.³⁵³ A formação das novas gerações, dali em diante, passaria a ser discutida não somente como uma questão política, mas, sobretudo, como um problema social, ligado às necessidades práticas do mundo do trabalho e do desenvolvimento material. Não por acaso, ao longo daqueles anos se ampliavam, também, as discussões políticas e mobilizações sociais em torno da substituição do trabalho escravo pelo assalariado.

Em Minas Gerais, os vários problemas em torno da instrução e da educação se constituíram como pautas de destaque no debate público, com participação direta de diversos sujeitos. A discussão, naturalmente, se compunha de uma infinidade de temas e problemas. É possível, contudo, identificar alguns pontos que foram tratados de forma mais recorrente. Muitos deles eram de ordem concreta e diziam respeito à incapacidade do Estado de garantir ao setor os meios necessários para o seu bom funcionamento. É o caso, por exemplo, da falta de móveis, materiais e prédios adequados às atividades de ensino.

Nas correspondências enviadas à Inspeção Geral da Instrução Pública de Minas Gerais, órgão responsável por gerir a educação da província, o tema da falta de condições materiais para o bom funcionamento do setor aparecia com mais frequência naquelas redigidas por professores e delegados da instrução, responsáveis diretos pela organização do ensino público em nível local. Esses sujeitos, em geral, aproveitavam o canal de comunicação já estabelecido para o tratamento de outras questões para requerer a solução de demandas mais específicas. Assim o fez, por exemplo, o delegado da instrução de Congonhas do Campo que, em 1880, enviou à Inspeção Geral os mapas dos alunos da escola da cidade e, aproveitando o ensejo, fez saber ao inspetor que “nesta escola há grande falta de livros, traslados, compêndios de aritmética e de gramática”³⁵⁴. Esse tipo de solicitação de materiais é bastante presente na documentação relativa à comunicação entre os órgãos centrais de gerência da instrução pública e seus representantes locais – inspetores de comarcas, delegados e professores. Os últimos, não raramente, levantavam por conta própria orçamentos completos contendo os preços de mesas, bancos, quadros e outros utensílios, e os enviavam à Inspeção Geral solicitando permissão para realizar a compra. As queixas a respeito da falta de materiais, em geral, vinham acompanhadas do argumento que indicava a pobreza dos

³⁵³ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

³⁵⁴Ofício do delegado da instrução de Congonhas do Campo, Emílio de Jesus Ferreira Vellozo ao inspetor geral da instrução pública. Congonhas do Campo, 17 de Outubro de 1880. APM: IP ½ - Caixa 01, Pacotilha 26 – 1º Círculo – Ouro Preto.

alunos como principal justificativa para o pedido: “Essa falta, principalmente para os alunos pobres, poderosamente concorre para o adiantamento dos mesmos. Queira V. S^a., pois, providenciar para que esta falta seja sanada com brevidade”.³⁵⁵

Na imprensa periódica, por outro lado, o tema das necessidades materiais da instrução pública recebia maior destaque. Se entre as cartas e ofícios enviados para a Inspeção Geral pelos sujeitos envolvidos com a organização do ensino se sobressaía a preocupação com os materiais escolares, nos jornais a ênfase recaía em outro problema: a falta de prédios apropriados.

O jornal *Diário de Minas*, da capital, Ouro Preto, em um editorial de 1874, além de propagandear os benefícios da difusão da instrução pública e de encorajar a criação de associações voltadas para a sua promoção na província, buscava chamar a atenção do público para as variadas necessidades do setor. Embora encontrasse nas recentes reformas da instrução, realizadas em 1871 e 1872, um sinal de que o tema ocupava as mentes de todos os mineiros, para o editorialista, “muito há[via] ainda a fazer”³⁵⁶. A respeito da falta de prédios apropriados para o funcionamento das escolas mineiras, o editorial afirmava que

É mister que se construam, não palácios da infância, como nos Estados Unidos, porque ainda não podemos, mas edifícios modestos embora porém higiênicos e em boas condições para neles funcionarem as escolas, como já se há feito por conta dos particulares em algumas localidades da província e em muitas cidades e capitais do império.³⁵⁷

De fato, a preocupação com os espaços escolares se constituiu, ao longo do processo de institucionalização da educação escolar, como uma pauta importante de discussão em Minas Gerais. Desde o século XVIII, escolas e aulas públicas funcionavam em espaços improvisados nas igrejas, câmaras municipais, casas de professores e de famílias. A discussão sobre a necessidade de se construírem espaços específicos para abrigar as escolas públicas se fortaleceu e passou a ocupar de forma mais efetiva políticos e intelectuais interessados no tema da instrução, a partir da segunda década do século XIX. O momento marcou também a emergência de um debate mais amplo a respeito da aplicação do método mútuo que, diferentemente do método individual vigente até então, permitiria que um só professor, com o auxílio de alunos-monitores, lecionasse para grupos maiores de estudantes. A ideia em questão era a de que a adoção do novo método possibilitaria a

³⁵⁵Ofício do delegado da instrução de Congonhas do Campo, Emílio de Jesus Ferreira Vellozo ao inspetor geral da instrução pública. Congonhas do Campo, 17 de Outubro de 1880. APM: IP ½ - Caixa 01, Pacotilha 26 – 1º Círculo – Ouro Preto.

³⁵⁶ Editorial. *Diário de Minas*, Ouro Preto, n.360, 21 de nov. de 1874, p.1.

³⁵⁷ Editorial. *Diário de Minas*, Ouro Preto, n.360, 21 de nov. de 1874, p.1.

ampliação do raio de alcance da instrução e a maior eficiência da escola pública.³⁵⁸ A adoção do método mútuo, contudo, envolvia outras necessidades, como a disponibilidade de materiais e, sobretudo, de espaços adequados para a sua execução.³⁵⁹

Iniciado o debate nos inícios do período imperial, a necessidade de construção de espaços próprios para a educação e a instrução escolar não saíria mais de pauta na província de Minas. Durante o último quartel do século XIX, ganhariam força, por um lado, os diagnósticos a respeito do estado de precariedade generalizada que marcava os prédios que serviam de escolas em Minas Gerais e, por outro, a compreensão de que a criação de espaços adequados para a atividade educativa era parte fundamental de um ensino eficaz e efetivo.³⁶⁰

No *Diário de Minas*, o tema voltou à pauta ainda em 1874. Na edição de número 391, publicada em 30 de Dezembro daquele ano, o jornal dedicou outro editorial para tratar especificamente dos prédios escolares. O objetivo do texto, ao que parecia, era conchamar o espírito público dos mineiros e convocá-los para auxiliar a província “na educação dos seus jovens filhos”³⁶¹.

O editorial do *Diário de Minas* partia do princípio de que no Brasil, ao contrário de países como Estados Unidos e Alemanha, a iniciativa particular em matéria de instrução era nula. A ideia - que, aliás, era também constantemente reiterada nos discursos das autoridades políticas - era coroada com a conclusão de que ao poder público sozinho seria impossível o estabelecimento de uma estrutura sólida e eficaz de promoção da instrução. Segundo o editorialista, esse cenário de incapacidade do Estado era a explicação para os vários problemas que assolavam o setor, dentre os quais o da falta de prédios adequados para o funcionamento das escolas mineiras. Estas, narra o texto, estavam “[...] funcionando nas próprias casas da residência dos professores, cujos vencimentos não lhes permitem alugar senão casinhas acanhadas, sem os cômodos necessários para aulas”³⁶².

³⁵⁸RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: os relatórios dos presidentes da província. Revista Brasileira de História da Educação. Maringá, nº2, Jul./ Dez., 2001. Ver também: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1999..

³⁵⁹FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, p.14.

³⁶⁰FARIA FILHO; VIDAL. Os tempos e os escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil, p.15-16.

³⁶¹Editorial. Diário de Minas, Ouro Preto, nº 391, 30 de Dez. de 1874, p.1.

³⁶²Editorial. Diário de Minas, Ouro Preto, nº 391, 30 de Dez. de 1874, p.1.

O problema da falta de prédios, entretanto, não era apresentado como mera questão material. Ao contrário, o tema era debatido como parte absolutamente integrante do processo educativo. Isto é, a necessidade de espaços adequados para a realização das aulas públicas dizia respeito à própria constituição da instrução e da educação como processos. Para convencer o leitor e a leitora mineiros a se empenharem no fomento à instrução, o editorialista do *Diário de Minas* buscava, justamente, demonstrar essa ligação.

Inicialmente, o sublinhava um ponto importante de discussão que marcou a história da educação no Oitocentos. Segundo o editorial, “a educação deve ser uma parte indispensável da instrução”. O estabelecimento dessa relação de complementaridade entre educação e instrução se relacionava à própria diferenciação entre os significados de ambos os conceitos. Instruir e educar, diziam respeito a processos, conteúdos e objetivos diferentes. Em síntese, o primeiro termo relacionava-se à formação mais instrumental, voltada para a aquisição de conhecimentos específicos, como ler, escrever e contar. O outro, por sua vez, referia-se à formação mais geral que envolvia aspectos morais, religiosos e cívicos. Isso não impedia, contudo, que esses recursos fossem compreendidos de forma integrada e até mesmo confundida. Especialmente no século XIX, a partir da expansão do processo de escolarização, a dimensão da instrução parece ter recebido maior destaque nos discursos políticos e administrativos. Entretanto, na prática, a educação, enquanto processo formativo mais amplo, permaneceu constantemente presente na cultura escolar oitocentista.³⁶³

No editorial que temos em mãos, a educação é abordada como um processo de formação geral, no qual se encaixavam o aperfeiçoamento moral e físico dos alunos. Nesse caso, contudo, o entendimento é o de que a instrução pública – aqui também voltada para a aquisição de conhecimentos específicos e práticos – é que deveria conter a educação como requisito de primeira importância:

Desenvolver a inteligência sem encaminhar a sensibilidade e as faculdades físicas do indivíduo não é aperfeiçoá-lo. A educação, que imprime o germen da virtude e que robustece a saúde, deve começar na infância. Como a da planta mimosa, a cultura do menino demanda ternas precauções e esmerada solicitude. É na infância que se contraem vícios morais e físicos, que dificilmente ou jamais se curam.³⁶⁴

³⁶³ Sobre os diferentes sentidos de “instrução” e “educação”, ver: FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso-americano colonial (Séculos XVIII-XIX) Educação em Revista. Belo Horizonte, v.32, n.03, Julho-Setembro, 2016,p. 167-185.

³⁶⁴ Editorial. *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 391, 30 de Dez. de 1874, p.1.

Diante dessa compreensão, o argumento utilizado pelo editorialista para a divulgação da necessidade relativa aos prédios escolares na província seria justamente a constatação dos prejuízos físicos e morais – educativos – que a falta de um espaço adequado para a instrução ocasionaria. Segundo o texto,

Nestas casas acanhadas, quase todas mal asseadas, sem mobília clássica, pessimamente ventiladas e alumiadas onde atualmente dão aula os nossos professores, não é possível uma educação regular.

O ar e a luz indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento da criança são aí corrompidos e escassos, pela incapacidade da sala e pela falta de janelas, por onde se renove a atmosfera e penetre francamente a luz.

Quantas enfermidades físicas e morais não adquirem os meninos nas escolas, devidas à falta absoluta de condições higiênicas, não só em relação aos edifícios como também em relação à mobília clássica?³⁶⁵

Além dos problemas físicos e morais, a falta de prédios apropriados para o bom êxito do processo educativo acarretaria ainda outros problemas. “A miséria da escola”, afirmava o editorialista, certamente influiria também “no ânimo do menino”. Uma educação em meio aos exemplos de falta de asseio e aconchego que as péssimas condições das escolas ofereciam não poderia, segundo o texto, favorecer aos alunos a compreensão “da necessidade do trabalho, cujo produto traz abundância para si e a prosperidade para a pátria”³⁶⁶. No nível em que se encontravam, as escolas mineiras apenas fortaleceriam os exemplos de pobreza e falta de cuidado que, conforme o editorial, eram comuns nas casas da maior parte dos alunos.

O tema também foi presença constante nos relatórios das autoridades mineiras durante todo o período que nos ocupa. Nesses documentos, as descrições a respeito dos espaços escolares em Minas Gerais eram ainda mais completas. Em 1873, o presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, indicava à Assembleia provincial que até mesmo na capital da província, sob as barbas dos titulares do poder, a situação das escolas mineiras era insatisfatória: “As escolas da Capital estavam tão mal acomodadas, que julguei indispensável autorizar o arrendamento de um prédio, em cada uma das freguesias, para neles funcionarem”³⁶⁷. A situação precária dos espaços voltados para a instrução pública na província alcançava até mesmo a Inspeção Geral, órgão máximo de gerência do setor, e algumas das instituições de ensino de maior destaque em Minas Gerais. Em 1876, quem

³⁶⁵ Editorial. Diário de Minas, Ouro Preto, nº 391, 30 de Dez. de 1874, p.1.

³⁶⁶ Editorial. Diário de Minas, Ouro Preto, nº 391, 30 de Dez. de 1874, p.1.

³⁶⁷ Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1873 o presidente da província Venâncio José de Oliveira Lisboa. Ouro Preto, Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1873. p.28.

se queixava a esse respeito era o inspetor geral da instrução pública, Leônidas Marcondes de Toledo Lessa:

A secretaria está funcionando em um recinto muito acanhado; não há lugar para acondicionar-se convenientemente o arquivo; não é possível introduzir-se nenhum melhoramento, por isso, neste serviço. O edifício em que está ela é o mesmo em que estão o liceu, a escola normal e o curso de farmácia que não possuem as acomodações precisas, os professores não têm uma sala em que esperem a hora do trabalho, pelo que, ou ocupam o pequeno recinto da secretaria, ou a sala da inspetoria e as antessalas, o que não é consentâneo nem com o decoro d'estes dignos funcionários, nem com a ordem e aplicação que devem reinar neste lugar só de trabalho e de estudo.³⁶⁸

Anos depois, em 1881, um outro inspetor geral, Antônio Joaquim Barboza da Silva, faria a mesma denúncia, e iria ainda mais longe, buscando apontar para a omissão do poder público acerca do assunto:

Outro obstáculo que, a não se tomarem providências em contrário, surgirá por muito tempo na marcha vagarosa da instrução pública, é a falta de edifícios apropriados para escolas. O assunto pela sua magnitude merece particular atenção: a falta de casas para escolas vai prejudicar uma grande parte das questões de ensino, a higiene, a educação física, os métodos e outros muitos pontos, tornando-se em sua maior parte improdutivas as despesas que a instrução primária custa à província. [...]

Idênticas são as considerações que me cumpre aduzir quanto à mobílias e utensílios das escolas. [...] Entretanto, neste particular tem havido a mesma omissão que assinalamos nas nossas leis provinciais, quanto à inspeção do ensino: os poderes competentes parecem não ter dado a esta questão toda a importância que merece.³⁶⁹

Apontamentos como esses podem ser encontrados em vários dos relatórios que analisamos. E a situação descrita nestes documentos parece ter continuado inalterada pelo menos até os anos finais do período imperial. Para o ano de 1885, por exemplo, temos a informação de que a província contava com apenas 17 casas próprias para escolas, além de outras 6 locadas às expensas dos cofres públicos na capital.³⁷⁰ Já em 1887, Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, presidente da província, confirmava em sua fala apresentada à Assembleia Legislativa provincial:

³⁶⁸Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinária de 1876 pelo presidente da província Barão da Vila da Barra. Anexo n. 1. Ouro Preto, Tip. de J. F. de Paula Castro, 1876. p.87.

³⁶⁹Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Exm. Sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcellos por ocasião de ser instalada a mesma Assembleia para a 2ª sessão ordinária da 23ª legislatura em 7 de agosto de 1881. Anexo nº 2. Ouro Preto, Tipografia da Atualidade, 1881, p.58.

³⁷⁰Fala que o Exm. Sr. Desembargador José Antônio Alves de Brito dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª sessão da 25ª legislatura em 1º de agosto de 1885. Anexo D. Ouro Preto, Tipografia do Liberal Mineiro, 1885, p.8.

“O material das escolas é o mais deplorável possível: não há prédios próprios com que aliás funcionem, nem mobília, livros ou outro qualquer objeto destinado ao ensino”³⁷¹.

A atmosfera de debates a respeito dos problemas materiais da instrução em Minas Gerais, em muitos casos, extrapolava os limites das instâncias decisórias e das redações de jornais. Assim como a valorização da instrução pública e sua relação com o trabalho, o progresso e a modernização do país, os empecilhos impostos ao seu bom funcionamento mobilizavam a população mineira e fomentavam o debate público na província. No que toca especificamente à necessidade de construção de prédios para escolas, o envolvimento de uma parcela da população no debate fica claro ao se observar algumas iniciativas concretas tomadas no sentido da resolução do problema.

Em 1873, o jornal *Diário de Minas*, a pedido do inspetor geral da instrução pública e do presidente da província, publicou uma correspondência enviada pelo inspetor do 18º círculo literário, sediado em Campanha, na qual este último comunicava a seus superiores a celebração de um contrato “para a construção do edifício em que tem de funcionar as escolas públicas de instrução primária da freguesia da Mutuca”. No ofício, o inspetor do círculo lembrava, ainda, que a obra era financiada por doações, como a do major Joaquim Eloy Mendes, que “concorreu com o terreno e com a quantia de um conto e quinhentos mil réis”, e a do fazendeiro João Pedro Mendes, irmão do primeiro, que “ofereceu-se para concluir à sua custa o dito prédio” com o donativo de oitocentos mil réis. A publicação do contrato e da correspondência, segundo o próprio inspetor geral, tinha o fim de “despertar nas demais paróquias da província o patriotismo e filantropia de seus habitantes”³⁷².

Ao longo da década de 1870, iniciativas populares, individuais e coletivas, parecem ter sido comuns na província. No relatório que o presidente João Capistrano Bandeira de Mello enviou à Assembleia Legislativa provincial em 1877, há notícia de que

os habitantes da cidade do Rio Novo edificaram ali, por meio de subscrição, um prédio para servir de escola de meninos. É um edifício decente e adaptado ao fim, embora não se observassem os estilos modernos das casas para escola.³⁷³

³⁷¹Fala que o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª sessão da vigésima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887, p.15.

³⁷² *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 83, de 30 de Maio de 1873, p.1.

³⁷³ Fala que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, por ocasião da instalação dos trabalhos da segunda sessão da vigésima primeira legislatura dirigiu o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

E, conforme narra o presidente, em vários outros pontos do território mineiro começavam a aparecer iniciativas desse tipo:

Funcionam também em edifícios próprios as escolas das seguintes localidades: A de Pedras dos Angicos, oferecido pelo cidadão Melchiades José Gomes e outros, em 1874; a da freguesia de S. Sebastião do Areado, município de Alfenas, oferecido pelo cidadão Daniel Pedro Belker, em 1874; a da freguesia do Carmo das Luminárias, município de Lavras, oferecido pelos cidadãos tenente coronel Francisco Ignácio de Mello e capitão Manoel Ferreira Martins; a da freguesia de S; Francisco de Paula do Machadinho, termo de Alfenas, oferecido pelos cidadãos capitão José Dias de Gouvêa e Francisco Ferreira de Assis; a da paróquia de Três Corações do Rio Verde, município da Campanha, oferecido pelos respectivos habitantes em 1875; a da freguesia da Piedade, município da Leopoldina, oferecido pelos habitantes no mesmo ano; a de Pindaíbas, termo de Sabará, oferecido pelo Dr. Ignácio Antônio de Assis Martins, para servir até que os habitantes construam outro; a do distrito da Extrema, município de Montes Claros, oferecido pelo cidadão Lásaro da Rocha Júnior, em 1876.³⁷⁴

Conclusão

Como se pode observar a partir de relatos como os citados acima, as necessidades materiais pautavam, de fato, o debate público e a ação política dos cidadãos a respeito da instrução na província de Minas. Como assunto de relevância social reconhecida, o tema mobilizava sujeitos e grupos diferentes e suscitava, além de discursos e discussões por meio dos canais de comunicação disponíveis, atuações mais concretas nos espaços públicos mineiros. O mote da falta de prédios, móveis e materiais de ensino circulava pelo debate público como marca do atraso da província em matéria de instrução e, sobretudo, como empecilho para a efetivação de uma educação condizente com a perspectiva do progresso.

Por outro lado, a análise do conteúdo desse debate permite apontar para alguns pontos mais específicos. O primeiro deles refere-se ao estado de precarização generalizada presente na estrutura de ensino mineira no que toca aos espaços escolares. Como vimos, até mesmo em cidades e instituições de destaque, como nas escolas da capital da província, a realidade material era marcada pela ausência quase completa de condições mínimas de organização.

presidente da mesma província em 17 de Agosto de 1877. p. 30. Ouro Preto, Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1877. p.30.

³⁷⁴ Fala que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, por ocasião da instalação dos trabalhos da segunda sessão da vigésima primeira legislatura dirigiu o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da mesma província em 17 de Agosto de 1877. p. 30. Ouro Preto, Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1877. p.30

Um segundo aspecto importante diz respeito à contradição patente entre, de um lado, os discursos de valorização da instrução pública que, durante o recorte estudado, ganhavam fôlego em Minas Gerais e no Império do Brasil e, de outro, as dificuldades reais enfrentadas por alunos e professores nas escolas, liceus e externatos mineiros. Ao mesmo passo em que se propagandeavam as benesses que a educação poderia oferecer à província e ao país, tanto pela imprensa, quanto pelos discursos políticos, se negligenciavam, nos rincões da província, os requisitos mínimos para o funcionamento da instrução pública.

Por último, a observação das discussões e debates que envolveram o enfrentamento e a denúncia desse quadro, revelam ainda o poder de mobilização social que o tema da formação escolar dos filhos de Minas concentrava. Em variadas ocasiões e em pontos diversos do território provincial, sujeitos e grupos sociais se organizaram e procuraram intervir de algum modo nos rumos da instrução pública mineira, seja através de queixas e denúncias a respeito dos problemas enfrentados no setor, seja na busca por soluções possíveis.

ST14 – História do Crime e da Violência: cotidiano, atores e instituições

Pedro Henrique Ferreira Danese Oliveira

phfdo89@gmail.com

Beatriz do Nascimento Prechet

biaprechet@gmail.com

Vinicius Henrique Martins Monteiro

viniciusmartinsmonteiro@live.com

Raphaela Ferreira Gonçalves

raphaela.ferreira@ufpe.br

Érico Teixeira de Loyola

ericoloyola@gmail.com

A partir do processo de redemocratização do Brasil, em meados de 1980, os historiadores passaram a se debruçar sobre as fontes criminais e policiais, engendrando novas investigações e discutindo, sob a ótica da cultura, do poder e das representações, o lugar do Estado, do indivíduo e da violência na sociedade. Em diálogo com teorias e metodologias internacionais, os pesquisadores deram dinâmica ao referido eixo temático, possibilitando outras análises dentro das perspectivas da História Social e Cultural.

O uso dessas fontes iluminou novos caminhos para os estudos históricos que procuravam entender alguns paradigmas consolidados entre os séculos XIX e XX e que até hoje perduram. Nessa perspectiva, ao cumprirem as finalidades para as quais foram criados, esses materiais possibilitam iluminar dados para a história social, cultural, política e econômica de uma região, problematizando documentos oficiais sob o olhar crítico do pesquisador.

Não obstante, ressaltamos a interdisciplinaridade do campo, onde se observa a participação de diferentes áreas e contextos: no Direito, por exemplo, importantes estudos sobre o âmbito penal têm permitido estabelecer pontes com o mundo jurídico dos séculos XVIII, XIX e XX. Ademais, pesquisas sobre manicômios que enfocam periculosidade e medidas de segurança

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

auxiliam na percepção das mudanças introduzidas pelo Código Penal de 1940 no Brasil. No campo da sociologia podemos mencionar trabalhos de fôlego publicados dos anos 2000 até os dias de hoje, desde reformas legais até a violência urbana, dialogando com as normas e suas recepções. Na antropologia, o marco das referências utilizadas para essa proposta se estabelece a partir dos anos de 1990, inserindo revisões bibliográficas acerca da violência e seus recortes temáticos como etnicidade, gênero e geração. Sem desconsiderar a violência e suas constantes mudanças.

Desse modo, buscando discutir não somente o crime, mas também os atores sociais que os praticavam e aqueles que os coíbiam, as instituições responsáveis por ditar as normas e o espaço da ordem e da desordem, o presente simpósio tem por objetivo congregar trabalhos que estejam orientados pelos temas, metodologias e fontes acerca do crime, dos criminosos, das “carreiras criminais”, das prisões, manicômios judiciários, da violência, da justiça criminal e de todo o aparato legal-institucional formatado para o “enfrentamento” do crime e da criminalidade. Serão bem-vindos estudos sobre polícia, prisão, judiciário, imprensa, literatura, fotografia, prostituição, estelionato e outros atos considerados crimes, que levem em consideração raça, classe, regionalidade, gênero e tantos outros marcadores de diferenças.

Criminalidade feminina e disciplinarização na literatura de crime (Rio de Janeiro, 1880-1910)

Amanda Ribeiro Mafra Lima

Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
Docente de História do Instituto Federal de Minas Gerais
(IFMG – *Campus* Avançado Piumhi).
amanda.mafra@ifmg.edu.br

Resumo

O presente artigo tem por objeto as representações da criminalidade feminina e das formas de disciplinarização das mulheres autoras de delitos, em ficções populares de crime que circulavam na sociedade carioca entre 1880 e 1910. Trata-se de resultados parciais de uma dissertação de mestrado que abordou de forma mais ampla a temática. São apresentadas análises de cinco obras de relativa repercussão no contexto e que têm como protagonistas mulheres. Tais análises estão embasadas teoricamente nas proposições de Chartier³⁷⁵ do conceito de representação, e nas definições de Scott³⁷⁶ sobre a categoria de gênero. Concluímos que nas narrativas investigadas, ao mesmo tempo que a atuação feminina surge como potencial de subversão a valores e expectativas burguesas, a relação das mulheres com o crime mantém-se inscrita ao tipificado como próprio ao gênero, assim como as formas de controle social que recaem sobre elas. Deste modo, é possível pensar a literatura popular de crime como difusora de valores e percepções hegemônicas. Destacamos também a diversidade das representações presentes nas obras e a possibilidade de sentidos múltiplos ali presentes.

Palavras-chave: criminalidade feminina; literatura de crime; gênero.

Introdução

Para um(a) leitor(a) carioca, de fins do século XIX e início do XX, ávido(a) por cenas de tirar o fôlego, com protagonistas que infringiam as leis, conduzindo ações criminosas surpreendentes, a palavra imprensa surgia como um prato cheio. Jornais de grande tiragem apresentavam em suas páginas uma série de sessões sobre crime: crônicas, notícias, sessões de júri e romances folhetins. Quanto a estes últimos, o sucesso nas páginas dos jornais poderia até mesmo

³⁷⁵ CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Butrand Brasil, 1990.

³⁷⁶ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 23 maio 2022.

levar à publicação em brochura, vendida ao público geral ou dada como presente aos assinantes do periódico.

Seguindo um interesse generalizado pelo crime, livrarias e editoras de diferentes portes apostavam também na publicação de ficções sobre a temática, fazendo surgir um conjunto heterogêneo de obras que aqui chamaremos de literatura de crime.³⁷⁷ Em termos gerais, tais produções caracterizavam-se pela centralidade temática em crimes e criminosos, apresentando enredos de cunho “sensacional”.³⁷⁸ Eram vendidas por preços baixos, feitas em material barato e com projeto gráfico de fácil manuseio. Inscreviam-se, assim, no que Alessandra El Far denomina de *livros populares*: obras de fabricação barata voltadas a um público leitor amplo e diversificado.³⁷⁹

O presente trabalho volta-se a algumas destas produções enquanto importantes fontes históricas na compreensão das representações sociais acerca dos criminosos, do crime e das formas de punição e, mais especificamente, das relações entre crime e gênero. Apoiados no conceito de representação proposto por Chartier³⁸⁰, entendemos as representações literárias como um heterogêneo conjunto de ideias, do imaginário social acerca do tema, construído a partir das práticas sociais, sendo também matrizes destas. O conceito de gênero³⁸¹, por sua vez, fundamenta nosso olhar sobre estas representações, indicando o caráter sociocultural das definições de gênero.

A partir deste referencial teórico, trazemos aqui parte das análises de nossa pesquisa de mestrado, a qual investigou cinco ficções de crime de significativa repercussão no Rio de Janeiro, entre 1880 e 1910, que apresentam como protagonistas mulheres criminosas. As fontes de pesquisa são: *Iza*³⁸²; *O fruto de um crime*³⁸³; *Maria José ou a filha que assassinou, degolou e esquartejou sua própria mãe, Mathilde do Rosário da Luz, na cidade de Lisboa em 1848*³⁸⁴; *Os Estranguladores do Rio ou o crime da Rua da Carioca*³⁸⁵ e *A envenenadora*³⁸⁶.

³⁷⁷ PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: Literatura de crime no Brasil (1870- 1920)*. 2009. Tese (doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009. 326p.

³⁷⁸ EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³⁷⁹ EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*.

³⁸⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*.

³⁸¹ SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*.

³⁸² BOUVIER, Alexis. *Iza*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1880.

³⁸³ SILVA, Alfredo Elysiário da. *O fruto de um crime*. Rio de Janeiro: Quaresma & Cia, 1898.

³⁸⁴ CASTELO BRANCO, Camilo. *Maria José ou a filha que assassinou, degolou e esquartejou sua própria mãe, Mathilde do Rosário da Luz, na cidade de Lisboa em 1848*. Biblioteca Popular. Rio de Janeiro: H. Garnier, [19--].

³⁸⁵ PINHEIRO, Abílio Soares. *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca*. Rio de Janeiro: Tipografia Luiz Miotto, 1906.

³⁸⁶ VILLEMER, Maxime. *A envenenadora*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Brasil, 1906.

Mais especificamente, este artigo norteia-se pelos seguintes problemas: como a literatura de crime representa o crime cometido por mulheres? E, como representa as formas de disciplinarização e controle social que recaem sobre as mulheres autoras de delitos? Para responder a tais questões, consideramos a existência de uma série de discursos médicos, jurídicos e criminológicos que, no final do século XIX e primeiras décadas do XX, voltavam-se à criminalidade feminina. Buscavam compreender a especificidade da atuação das mulheres em delitos, ideia fundamentada em uma divisão sexual do crime, isto é, na concepção de que homens e mulheres agiam de forma distinta, em conformidade às características inatas de cada sexo. Em consonância a esta perspectiva, é possível identificar no contexto também uma divisão sexual das punições. Diante disso, buscaremos apreender possíveis aproximações e distanciamentos entre alguns discursos criminológicos e médicos e as representações literárias, inserindo estas em um contexto mais amplo de debates.

“Crimes femininos”

Entre fins do século XIX e início do XX, o esforço em compreender a especificidade da relação da mulher com o crime levou juristas, médicos e criminologistas a investigarem em que tipos de delitos elas estavam envolvidas, comparando-os à atuação masculina. Neste caminho, a dicotomia das definições de sexo e gênero refletiu-se em uma compreensão binária sobre a atuação dos indivíduos no crime. Definiram-se, assim, comportamentos e tipos de delitos específicos a homens e a mulheres.

Nesta perspectiva, Lombroso e Ferrero³⁸⁷, expoentes da Criminologia Positiva, apontavam para a existência de três grandes tipos de criminosas: a criminosa nata, a “de ocasião” e a “passional”. O primeiro tipo, cujas características físicas e intelectuais as aproximariam do homem, seria capaz de efetivar crimes equivalentes aos masculinos: os de extrema violência e crueldade; os que exigiam astúcia e inteligência; e aqueles cometidos pela sugestão de indivíduos mais fracos. O único delito considerado específico de mulheres associado a este tipo criminal é a prostituição.

Já as criminosas “de ocasião” e as “passionais” cometeriam crimes considerados tipicamente “femininos”. Neste sentido, as criminosas de ocasião estariam envolvidas em pequenos roubos e furtos, o aborto, a mendicância e as injúrias físicas e verbais, estas últimas fruto

³⁸⁷ SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

de uma natural “antipatia latente entre as mulheres”³⁸⁸. As criminosas passionais, por sua vez, diferenciavam-se das mulheres normais pela exacerbação de seus sentimentos amorosos e desejos sexuais, “sacrificando-se pelo homem amado, violando por ele os preconceitos, os costumes e as leis sociais”³⁸⁹. Geralmente estas mulheres cometeriam infanticídios e homicídios passionais. O crime seria para elas meio pelo qual se vingariam de sujeitos que houvessem lhes tratado mal, humilhado ou provocado ciúmes e inveja.

Dialogando com Lombroso e Ferrero, o campo jurídico brasileiro produziu também teorias que tipificavam o crime feminino. Como exemplo, temos o jurista Júlio Ferreira que define a propensão de homens e mulheres para certos tipos de delitos. “Se o sexo masculino é incapaz de praticar certos crimes, como: o infanticídio, o aborto; o sexo feminino é geralmente incapaz de praticar os que demandam força, os que demandam de certas profissões só exercidas por homens”, apontava o jurista.³⁹⁰ Para Ferreira, a atuação da mulher estaria associada à centralidade do útero em sua constituição, o que traria caráter passional a seus crimes.

Comparando os autores, é possível identificar semelhanças quanto à demarcação da atuação feminina no crime: elas agiriam em delitos menos graves, como pequenos furtos, injúrias e agressões leves; a passionalidade e a vergonha pública levariam ainda ao aborto, ao infanticídio e a alguns homicídios. Além disso, suas motivações são consideradas banais ou associadas à exacerbação das emoções e suas vítimas, apontadas como indivíduos mais fracos. Desta maneira, a atuação das mulheres criminosas mantém-se associada às características comportamentais atribuídas à natureza feminina, negando-as ações que exigem o uso da inteligência e da força física.

Dirigindo-nos às ficções populares, vemos que apenas em *Maria José (...)* há uma ruptura completa com o que era considerado como “crime feminino”. A protagonista mata e esquarteja sua mãe – crime descrito como de extrema violência e barbaridade, exigindo frieza e força física. Apesar de a narrativa mencionar que Maria teria cometido o delito por sugestão de seu amante, é a figura feminina quem executa cada passo do crime.

Em *Iza*, a protagonista é mentora do assassinato de Léa Medan e do roubo de objetos que estavam em sua posse. Seu papel na ação criminal envolve o pensamento racional e a persuasão de

³⁸⁸ SOIHET, Raquel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, p.104.

³⁸⁹ SOIHET, Raquel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, p.105.

³⁹⁰ CLAIZONI, Débora Halide. A ordem pelo avesso: criminalidade e condição feminina no Recife (1890-1920). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em História, 2013.

outro indivíduo para a efetivação do plano. Além disso, a motivação de Iza para os delitos era a obtenção de documentos que levariam a transações bancárias vantajosas a ela e a um grupo de homens. Não há assim uma relação pessoal ou emocional entre a mandante do crime e sua vítima, o que difere do típico crime feminino, ligado a entes próximos ou a desafetos. Apesar disso é possível notar uma divisão sexual do crime: se é Iza quem planeja os crimes, sua execução é feita por um personagem masculino, Houdard, associando-se a ação violenta ao masculino.

Nos outros romances, temos uma maior correspondência entre os delitos cometidos pelas personagens e aqueles tidos como próprios de mulheres pelos discursos lombrosianos. Foi possível também perceber a ideia da divisão sexual do crime, presente em alguns discursos criminológicos.

Deste modo, em *O fruto de um crime*, Flora é responsável pelo rapto de Ernani, filho de Carolina. Aqui, a atuação feminina sobre indivíduos mais frágeis é complementada pela ideia da latente rivalidade entre mulheres. Apesar de a vítima direta ser a criança, o delito visa prejudicar uma rival, a mãe do menino. O desafeto entre Flora e Carolina está associado ao interesse de Mota pela segunda.

Esta é também a motivação para o primeiro crime da trama: o estupro de Carolina. Neste crime violento, a mulher só se envolve como incitadora, ficando sua execução a cargo do personagem masculino (Mota). Distintamente de Iza, contudo, temos nas atuações de Flora toda uma carga de passionalidade. Além disso, é interessante notar como seus crimes incidem sobre tabus próprios ao universo feminino - a virgindade e a maternidade - inscrevendo a ação da protagonista ao “mundo das mulheres”.

Em *A envenenadora*, os crimes cometidos por Morgana aproximam-se também daqueles considerados como tipicamente femininos, a começar pelo envenenamento da Marquesa de Presles. A rivalidade entre mulheres, presente no primeiro crime, surge também no segundo: a compra da filha de Miquelina e João Bellanger. A razão para a inimizade é novamente uma relação amorosa: Morgana apaixona-se por João, que por sua vez, ama Miquelina. A oposição entre Morgana e Miquelina é base central da trama, indiciando um diálogo não apenas com as proposições da criminologia sobre a rivalidade feminina, mas com toda uma tradição literária pautada no conflito entre o bem e o mal. O mesmo pode ser identificado em *O fruto de um Crime* na oposição entre Flora e Carolina.

Para além da rivalidade, é interessante notar como em *A envenenadora*, o rapto da criança é apresentado também como meio pelo qual Morgana ajuda sua irmã, Coralía. É a necessidade de

Coralia em ter filhos saudáveis para manter o casamento com um aristocrata que leva Morgana a comprar a filha de Miquelina. Tanto o rapto quanto o envenenamento surgem na narrativa como s para obtenção de melhores condições de vida a mulheres pobres.

As diferenças entre as atuações masculinas e femininas no crime destacam-se também neste enredo. Se Morgana tem seu perfil delineado em oposição ao ideal burguês de mulher, Júlio Vaubaron e Hyppolito recebem características que o distanciam do almejado para o sexo masculino, isto é, do homem trabalhador, responsável pelo sustento e segurança da família. Os criminosos executam roubos e golpes financeiros e sua atuação criminal é caracterizada pela violência e sagacidade, fruto da ambição e desejo por lucro.

É no romance *Os estranguladores do Rio* que podemos ver com mais clareza a construção de uma divisão sexual do crime. Nele, Malvina é a única integrante feminina de uma quadrilha de ladrões, realizando funções que competem ao sexo feminino: com sua beleza, ela engana funcionários de joalherias para roubar-lhes as chaves dos estabelecimentos comerciais. O planejamento dos delitos, o roubo e o assassinato das vítimas ficam a cargo dos homens do grupo. A ação criminal feminina apresenta-se assim de forma subalterna à masculina.

Apesar das diferenças entre os romances analisados, é possível notar como a maioria das representações perpassa questões presentes nos discursos jurídicos e criminológicos sobre o “crime feminino”, tais como: o rompimento de tabus como a maternidade e a sexualidade; o caráter secundário e “menos grave” dos delitos femininos; o não uso da violência; e a rivalidade entre mulheres como motivação ao crime. Somente em *Maria José (...)* temos uma atuação que rompe de forma abrupta com o “típico feminino”, o que talvez explique sua designação como “bárbaro” ou “horroroso” e a especificidade da forma como é disciplinado.

Desfechos disciplinares e o controle social na ficção

O Código Penal republicano, de 1890, instituiu no país importantes mudanças quanto às penalidades que poderiam recair sobre os indivíduos que infringissem a lei. Até este momento, a legislação sobre o assunto aproximava-se do Livro V das Ordenações Filipinas, documento vigente no Brasil até 1824. Neste código, a pena era pensada como punição e exemplo e crimes considerados graves, como os homicídios, recebiam a penalidade máxima da morte em público.³⁹¹

³⁹¹ FARIA, Thaís Dumê. Memória de um silêncio eloquente: a criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX. 2013. Tese (doutorado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16696>. 10 jul.2022.

A legislação de 1890 traz alterações substanciais ao extinguir a pena de morte no país, instaurando a prisão celular como punição máxima. Esta mudança expressa o surgimento de novas concepções sobre a disciplinarização dos criminosos, pensada agora em termos de punição e de afastamento social.³⁹²

Neste conjunto de leis não há uma distinção sexual de penalidades, o que torna curioso o fato das mulheres se apresentarem em número menor nas instituições prisionais.³⁹³ Claizoni³⁹⁴ mobiliza os estudos de Regina Caleiro apontando que o tratamento dado às mulheres se associava à desigualdade entre os gêneros. A atuação feminina era considerada menos perigosa que a masculina, devendo ser repreendida e não castigada. Assim, temos uma menor atuação da polícia e da Justiça, com outras instituições assumindo o papel de controle social das criminosas tais como as Casas de Alienados³⁹⁵, instituições religiosas³⁹⁶ e a própria família.

Dos romances analisados apenas em *Maria José (...)* a protagonista é alvo da ação judicial. Vale destacar que o folheto se inspira em um caso real, ocorrido em Portugal em 1848. Na segunda parte da narrativa, o leitor é informado acerca da penalidade aplicada à ré: “morte natural para sempre na forca”, antecedida de travessia pública.³⁹⁷

A disciplina que recai sobre a protagonista reveste-se de um caráter exemplar, estando em conformidade ao Livro V das Ordenações Filipinas, legislação em vigor no contexto de primeira produção da obra. No contexto de publicação de *Maria José (...)* em terras cariocas, a pena de morte para *sempre* não era mais aplicável no país. Apesar disso, o fato deste tipo de condenação ter vigorado no país por muitos anos e do debate acerca da disciplinarização de criminosos ainda estar em pauta, tornava a narrativa compreensível ao público nacional.

³⁹² CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

³⁹³ CLAZONI, Débora Halide. *A ordem pelo avesso: criminalidade e condição feminina no Recife (1890-1920)*; FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

³⁹⁴ CLAZONI, Débora Halide. *A ordem pelo avesso: criminalidade e condição feminina no Recife (1890-1920)*.

³⁹⁵ CARRARA, Sérgio. *Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998; FARIA, Thaís Dumê. *Memória de um silêncio eloquente: a criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX*. 2013. Tese (doutorado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16696>. 10 jul.2022; CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

³⁹⁶ ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia”. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2008, p. 45-77; NUNES, Maria José Rosado. “Freiras no Brasil”. In: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2008, p. 482-509.

³⁹⁷ CASTELO BRANCO, Camilo. *Maria José ou a filha que assassinou, degolou e esquartejou sua própria mãe, Mathilde do Rozário da Luz, na cidade de Lisboa em 1848*, p.16.

Cabe destacar que enquanto a segunda parte de *Maria José (...)* centra-se na disciplinarização da criminosa a partir de um julgamento; na primeira parte, temos o remorso, a família e a religião como instrumentos privilegiados de controle social. Desta maneira, na ficção, a disciplina sobre as condutas femininas extrapola o âmbito das instituições jurídicas.

Em *Iza*, Justiça e polícia aparecem como instituições ineficazes à repressão feminina. Não se trata aqui de problemas estruturais das instituições, mas da superioridade intelectual da criminosa em relação a seus agentes. Nesta obra, não identificamos menção a outras instituições disciplinares como a religião, a família e o hospício, o que torna *Iza* o único romance em que a protagonista criminosa não recebe nenhuma forma de punição ou disciplinarização sobre seus atos.

Difere-se desta perspectiva o romance *Os estranguladores do Rio*. Nele, a única integrante da quadrilha a não ser alvo da polícia é Malvina. Em uma construção narrativa que expressamente distingue a atuação de homens e mulheres no crime, temos também a diferenciação sexual do controle social. Desta maneira, enquanto Rocca e seus parceiros são condenados à prisão, Malvina abandona a vida do crime para recluír-se em um convento. A decisão é tomada pela personagem, movida pelo amor e pela religiosidade.

Ao representar o amor como uma das motivações de Malvina para o abandono da vida no crime, o romance dialoga diretamente com preceitos científicos que apresentavam a supremacia das “faculdades afetivas” na natureza feminina.³⁹⁸ No tocante à religiosidade, o romance aproxima-se dos discursos criminológicos de Lombroso e Ferrero³⁹⁹, explicando o súbito despertar religioso da personagem a partir de sua condição histórica. Contudo, o desfecho de Malvina distancia-se das proposições criminológicas ao apontar o convento como destino da protagonista, dialogando com o papel assumido historicamente pelas instituições religiosas na “regeneração” feminina.

Por fim, dois romances apresentam o suicídio como desfecho disciplinar de suas protagonistas. Ao longo de todo o século XIX, o suicídio também foi tema privilegiado da ficção e de distintos discursos médicos, europeus e brasileiros. Quanto às produções médicas, estas apontavam para as diferenças entre as ações masculinas e femininas. De acordo com Lopes, estes discursos partiam da ideia de que as mulheres se suicidavam menos que os homens e também de

³⁹⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 5 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004; LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *The female offender*. New York, D. Appleton and Company, 1898.

³⁹⁹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *The female offender*.

formas distintas. Em ambos os casos, contudo, a propensão ao ato estaria ligada ao descumprimento de padrões comportamentais “naturais” a cada um dos sexos.⁴⁰⁰

Lombroso e Ferrero tecem considerações similares sobre o tema. Os autores associam o suicídio à degenerescência, aproximando as mulheres suicidas das criminosas.⁴⁰¹ Para os criminologistas ainda, assim como no crime, as mulheres seriam menos inclinadas ao ato do que os homens, e cometeriam suicídio predominantemente por amor e em estado de loucura.

Retornando à análise dos romances, em *O fruto de um crime*, o suicídio de Flora se dá após uma discussão com sua filha Cecília. Ressaltamos que ao longo do romance, a prática do suicídio é definida como crime. Em uma narrativa permeada pelo discurso cristão, esta definição surge-nos mais como indício de um repúdio religioso do que a uma definição legal, associando-se ao pecado.

Em *A envenenadora*, por sua vez, o suicídio de Morgana encerra toda uma trajetória de vida transgressora e que escapa às amarras da Justiça. Esta instituição, assim como a polícia, aparece apenas como potencialidade na repressão dos criminosos, sendo considerada pela protagonista como manipulável. Assim, Morgana não teme a punição da polícia, mas a condenação social e a Providência, o que a leva a suicidar-se. Neste caso, a morte se apresenta como possibilidade de libertação ante a padrões vigentes, a uma sociedade que a exclui e à miséria.

Apesar de *O fruto de um crime* e *A envenenadora* apresentarem o suicídio como desfecho de suas protagonistas criminosas, é importante ressaltar as especificidades das narrativas. Assim, no primeiro enredo, o suicídio de Flora encontra-se repleto de referências religiosas e é visto como resultado de arrependimentos; enquanto em *A envenenadora*, tais referências, também presentes, são secundárias, com predomínio de uma perspectiva do ato como forma de escapar a uma vida na miséria. Em ambos os casos, apesar de o suicídio estar ligado a personagens que desviam do padrão estabelecido ao gênero, sua representação não corresponde plenamente às práticas vinculadas às mulheres pelos discursos médicos. Assim, Flora se mata em um ambiente privado, mas utiliza para tal uma arma branca, considerada típica de suicídios masculinos; e Morgana adentra o mar aberto, espaço que nos remete “à vastidão, força (das marés, por exemplo) e grandeza, imagens e referências masculinas”.⁴⁰²

⁴⁰⁰ LOPES, Fábio Henrique. Medicina, educação e gênero: as diferenciações sexuais do suicídio nos discursos médicos do século XIX. *Educar*, Curitiba, n.29, p.241-257, 2007. Editora UFPR.

⁴⁰¹ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *The female offender*.

⁴⁰² LOPES, Fábio Henrique. Medicina, educação e gênero: as diferenciações sexuais do suicídio nos discursos médicos do século XIX, p.253.

O suicídio de Flora e Morgana completam um conjunto documental marcado pela diversidade de representações acerca da disciplinarização das mulheres criminosas. Das obras analisadas, apenas em *Maria José (...)* as instituições jurídicas exercem de forma efetiva o papel de controlar e punir o crime. Nos outros romances em que a atuação da Justiça ou da polícia é mencionada, temos sua representação como ineficiente ao trato da criminalidade feminina.

Na maioria dos romances, emergem outras instituições disciplinares como a família e a Igreja; além da influência de preceitos morais e religiosos, como o amor e o remorso, na regeneração ou “redenção” das criminosas. Como destacamos em cada análise, estas representações dialogam com uma série de proposições médicas e jurídicas sobre o comportamento criminal feminino e a especificidade das formas disciplinares que deveriam atuar em seu controle.

Conclusões

Destrinchados os cinco romances populares, temos diante de nós uma diversidade de representações sobre a relação da mulher com o crime. Em meio à diversidade, contudo, com exceção de *Maria José (...)*, temos representações da criminalidade feminina que se inscrevem de alguma maneira naquilo que era considerado como próprio ao sexo feminino pelos discursos médicos e criminológicos do período. As narrativas apresentam a atuação criminosa feminina associada ao rompimento de tabus, pouco violenta, secundária à ação masculina e permeada pela passionalidade.

As formas disciplinares abordadas nos romances seguem esta perspectiva. Ao retomarmos uma série de estudos sobre o tema, podemos notar como a compreensão da inferioridade da ação criminal feminina resultava em uma menor repressão das mulheres por instâncias policiais e judiciais, com o predomínio de outras instituições na “recuperação” de mulheres transgressoras. Apenas em *Maria José (...)*, a protagonista é julgada por um Tribunal e condenada conforme as leis vigentes. Em outros romances, a atuação da polícia e da justiça é considerada ineficiente ao controle da criminalidade feminina. Nas obras, emergem outras instâncias disciplinares como a família e a Igreja; assim como o amor e o remorso, sentimentos considerados como próprios à natureza feminina. Destaca-se ainda o suicídio como desfecho de algumas protagonistas, que apesar de não ser considerado ato essencialmente feminino, é associado a mulheres desviantes. Sua

presença nas narrativas contribui à dramaticidade dos desfechos das heroínas, que escapam à repressão policial/judicial.

Diante destas análises, acreditamos ser possível pensar as diferentes representações na literatura popular no Brasil em consonância com a propagação do ideal burguês de comportamento, expresso nas teorias criminológicas, médicas e jurídicas. Vale destacar como tal ideal corresponde também ao almejado pelo discurso religioso cristão, o que explicaria as referências presentes em algumas obras. Por meio da literatura popular, este modelo poderia assim ser difundido ou reafirmado a diferentes setores sociais. Vale ainda considerar que o contexto de publicação destas obras foi marcado por transformações na condição feminina e pela luta por maior emancipação das mulheres, apontando para a importância da reafirmação de ideais e valores que estavam sendo contestados. Tais considerações, é claro, não implicam que os sentidos presentes na ficção estejam restritos a um caráter pedagógico, já que as obras primam também pela promoção do entretenimento e são múltiplas as possibilidades de sentido atribuídas pelos leitores.

A prostituição feminina, violência e controle no cotidiano das trabalhadoras do sexo durante a ditadura civil-militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1985

Célia Márcia Afonso Larcher

Mestranda do Programa de Pós-graduação de História Social – PPGHIS

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: celialarcher@uol.com.br

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do controle exercido pela Ditadura Civil-Militar brasileira sobre a vida das prostitutas que exerciam o baixo meretrício na Rua Henrique Vaz, na cidade de Juiz de Fora, MG. Local esse que demarca não apenas o local de trabalho das mesmas, mas também o espaço de moradia e convivência cotidiana. O recorte temporal está situado entre os anos de 1964 a 1985. O governo militar estabeleceu como tônica a defesa da moral, dos bons costumes, da família mononuclear e heteronormativa assim como o uso de mecanismos de censura e o cerceamento das liberdades individuais em todos os níveis: político, ideológico e moral. Nesse sentido questionamos quais e como os mecanismos de controle do regime civil-militar atingiram o cotidiano das prostitutas. Nossa hipótese é a de que, em função do discurso moralizante e conservador, das diversas ações realizadas no período ditatorial em relação a esse grupo de mulheres e a condição marginal das mesmas, elas sofreram maior perseguição, controle e violência, a partir da instalação do governo autoritário. A análise da imprensa como fonte será a metodologia utilizada nessa pesquisa. Como subsídio utilizaremos dois jornais em circulação no período: O Diário da Tarde e o Diário Mercantil. A análise se dará a partir dos autores e conceitos que versam sobre a prostituição feminina, cotidiano, gênero, violência, controle social, marginalidade social e memória. Ressaltamos que esse é um estudo em andamento, pois o mesmo faz parte de um recorte retirado da pesquisa de mestrado em curso e os resultados dessa investigação ainda são incipientes e inconclusos. O acesso às fontes, em arquivos físicos, foram retomados na medida em que o retorno às atividades presenciais foram sendo realizadas.

Palavras-chave: Prostituição Feminina; Ditadura Civil-Militar; Violência; Controle, Memória.

Essa pesquisa tem por objetivo investigar os impactos que a ditadura civil-militar teve sobre a vida das profissionais do sexo que exerciam o baixo meretrício na rua Henrique Vaz, em Juiz de Fora, no período de 1964 a 1985. Diversos estudos e autores já demonstraram que essa foi uma época de censura expressa e intensa aos meios de comunicação. O general Castelo Branco, antes de transmitir o cargo ao seu sucessor, editou uma lei de imprensa que anunciava regular a “liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, mas permitia a censura quando se tratasse de propaganda de “processos de subversão da ordem política e social”. A lei informava

ainda que televisão, música, cinema e teatro estavam sujeitos à censura na “forma da lei”. Livros e periódicos não poderiam ser “clandestinos” ou atentar contra a “moral e os bons costumes”. No entanto, com a truculência que se instalaria no país após o AI-5 nunca foi difícil censurar no Brasil, pois havia a aquiescência de setores chaves como donos de jornais, jornalistas, produtores de cinema e televisão que atuaram, não como veículos de denúncia, mas de referendo às práticas abusivas do estado vigente.⁴⁰³

Historicamente a partir de 1964 Juiz de Fora se projetou no cenário nacional e passou a ser denominada pela imprensa como a “Capital Revolucionária”. Os periódicos locais, em sintonia com a imprensa que apoiou o movimento golpista, divulgaram manchetes a favor dos “democratas” e da “Revolução Gloriosa”. Esse apoio incondicional ao golpe já delineou o papel que a imprensa local assumiria nos anos subsequentes, papel de alinhamento e referendo às práticas de patrulhamento ideológico, político e moral do aparato militar repressor.⁴⁰⁴

Essa contextualização é de fundamental importância para que se entenda de qual local falam o *Diário da Tarde* e o *Diário Mercantil*, os periódicos analisados nesta pesquisa. Esses dois periódicos pertenciam ao grupo Diários Associados, do empresário Assis Chateaubriand. E são esses jornais que nos oferecem subsídios sobre o cotidiano das trabalhadoras do sexo da Rua Henrique Vaz, uma vez que, tem sido intenso o desafio de acesso a fonte sobre a história dessas mulheres.

Ao recorrer aos periódicos *Diário da Tarde* e *Diário Mercantil* foi necessário considerar alguns fatores: eles representavam a imprensa convencional local e possuíam, como tal, alta inserção entre a população juiz-forana à época; pertenciam a um grande grupo empresarial local, o grupo Diários Associados, de propriedade do empresário Assis Chateaubriand; tinham características específicas, embora fizessem parte da mesma empresa; circulação ininterrupta durante quase todo o período de cobertura da pesquisa, exceto os anos finais. Nos primeiros anos da década de 1980 eles foram substituídos pelos jornais “Tribuna de Minas” e “Diário Regional”, periódicos esses que se encontram em circulação até os dias de hoje; disponibilidade e organização em coleções completas no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora.

O matutino *Diário Mercantil* possuía circulação mais restrita pois sua distribuição se dava somente através de assinatura. Esse fator, somado a outros, levou-o a ser considerado como jornal

⁴⁰³ FICO, C. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁰⁴ ROSA, Rita de Cássia Vianna. *As mulheres de "Paraíba": representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22017>. Acesso em: 22 fev./ 2022.

voltado às elites: contava com textos mais elaborados, dedicava amplo espaço ao noticiário internacional e nacional, não excluindo o local, mas sem grande destaque às questões do cotidiano.

O vespertino Diário da Tarde circulava com número de páginas inferior, contendo notícias com enfoque mais local, redigidas com expressões e vocabulário mais simples, textos menores e fontes maiores, ganhando evidência em suas páginas os acontecimentos do cotidiano, sobretudo das camadas populares. Ele era distribuído através dos pequenos jornaleiros nas ruas principais do centro da cidade e nas portas das fábricas, sendo por isso entendido como um diário de caráter mais popular. Ambos os periódicos estão acessíveis somente em arquivo físico, uma vez que não se encontram digitalizados.³ Nesse sentido consideramos a perspectiva de que a imprensa constitui:

“Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da imprensa para a pesquisa histórica que se espalham pelos trabalhos e que, de certo modo, têm contribuído para naturalizar certas formas de uso.⁴⁰⁵

Na perspectiva da análise do discurso, uma vez que entendemos, as reportagens dos jornais como discursos, que falava em nome dos grupos hegemônicos no poder, o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior, enfatiza a seguinte ideia:

Ao assumirmos o discurso ou um pronunciamento como fonte para o nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstância políticas, econômicas e sociais.⁴⁰⁶

No campo de estudo de gênero, destacamos as autoras: Joan Scott e Michelle Perrot. Estas pesquisadoras se tornaram referências no debate sobre esse tema, pois ao entenderem que a noção entre as relações de sexo são relações sociais, trouxeram a viabilidade de uma distinção entre o social e o político. Scott propôs que “de um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações

⁴⁰⁵ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. p. 256. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/2221/1322/4464>. Acesso em 13 fev./ 2022.

⁴⁰⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A dimensão retórica da historiografia*. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas Fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 235.

sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.⁴⁰⁷

Michel Foucault já nos auxilia no entendimento dos conceitos de poder. Com *Vigiar e Punir* o autor busca desvendar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam, delineando artifícios que moldam e controlam os discursos na sociedade. Segundo ele, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar".⁴⁰⁸

A questão norteadora para a análise dos periódicos será: com que frequência e de que forma aconteciam as investidas da polícia de Costumes na rua Henrique Vaz no intuito de controlar a atuação daquelas que desempenhavam a prostituição feminina nesse espaço urbano e como elas resistiam a esses mecanismos de controle que lhes eram impostos?

Nas entrelinhas das reportagens, bem como nas diversas situações que descrevem, há indicativos e evidências de que essas mulheres, as prostitutas, passaram a sofrer uma repressão sistemática do regime militar em função da ideologia, do discurso e das práticas moralistas e moralizantes do mesmo. Segue abaixo o trecho de uma reportagem do jornal *Diário da Tarde* intitulada: "Delegacia, mulheres e os lírios do campo: Até quando?" onde é mencionado que:

Ontem, amontoadas em um cubículo de pouco mais de um metro quadrado, sujo, infecto, miserável até, sem sanitários ou mesmo uma torneira de água potável, expostas à chuva e às oscilações do tempo, seminuas, disputando um velho e inútil cobertor colocado ali talvez por obra de algum policial caridoso, estavam duas mulheres. Crime da primeira: foi encontrada em uma pensão da Zona Boêmia com um dólar de maconha. Havia também alguns comprimidos, que o livro de ocorrências policiais não explica se estavam com a mulher ou com os dois menores implicados no caso, os quais, a esta hora descansam tranquilamente em seus confortáveis apartamentos da avenida Rio Branco. Crime da segunda mulher embriaguez e desordens na ZB.⁴⁰⁹

Esse trecho que relata a prisão de duas mulheres da Zona Boêmia descreveu as condições insalubres da cadeia, a falta de celas femininas e enfatizou o tratamento dispensado pelas autoridades policiais à pessoas de grupos sociais diferentes. Numa primeira leitura pode-se interpretar que há uma preocupação da imprensa, um tom de denúncia pelos tratamentos dispensados a

⁴⁰⁷ SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKER, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Editora Paz e Terra, 2017.

⁴⁰⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 66.

⁴⁰⁹ *Jornal Diário da Tarde*, 7 maio, 1973, p.7.

essas prostitutas. Entretanto, o que associa essas duas mulheres e a Zona Boêmia? Maconha, embriaguez e desordens. E se não ficaram totalmente expostas ao frio e ao desconforto foi devido a algum policial “caridoso”.

O tom desta reportagem realça como a comprovação da hipótese dessa pesquisa é muito mais complexa do que aparenta num primeiro momento pois não só está sendo analisado um grupo histórico e socialmente colocado à margem, como neste exemplo em destaque, os veículos de imprensa demonstram reconhecer essa condição. No entanto, assumem em relação a ela um tom de indignação e paternalismo, que termina por culpabilizar as prostitutas por sua condição.

Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora Rita de Cássia Vianna Rosa destaca que no caso de Juiz de Fora fontes mostram que essas trabalhadoras do baixo meretrício já vinham sendo rechaçadas desde 1948, quando a zona boêmia foi transferida, à revelia delas, da parte central da cidade para uma região, à época considerada periférica por se localizar do outro lado das margens do rio Paraibuna: a rua Henrique Vaz.⁴¹⁰ Tal mudança foi realizada pelo então delegado Silvio de Abreu, como afirma reportagem a seguir:

Segundo um vereador, adversário político de Sílvio de Abreu, a zona boêmia foi tirada do centro da cidade onde ficavam as estações ferroviárias e rodoviárias, os hotéis e as casas comerciais e obrigou todo mundo a se mudar, atrapalhando a vida de muita gente. Saiu debaixo de pau.⁴¹¹

Este fato mostra momentos de repressão e violência contra estas mulheres nesse processo de desocupação da área da estação ferroviária. Nesse sentido, o autor Michel Foucault lembra que: “Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la”.⁴¹² O contexto de vida dessas mulheres como percebemos sempre foram marcados pelo controle social e a violência. No entanto, esse controle e repressão teria se agravado durante a ditadura civil-militar quando elas já se encontravam na Rua Henrique Vaz? Alguns dados previamente identificados possibilitam dizer que sim, como exemplificaremos a seguir:

Algumas das reportagens, as quais tivemos acesso até o momento, são pautadas por um discurso onde as mulheres vitimizadas pela prostituição são tidas como delituosas e perpetradoras

⁴¹⁰ ROSA, Op. Cit.

⁴¹¹ Jornal Diário da tarde, 27 de fev, 1948, p. 4.

⁴¹² FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Humbert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

de crimes que compõem uma extensa ficha policial. O próprio território de atuação das prostitutas evidenciam a marginalidade através da qual elas eram representadas: “Juiz de Fora, rua Henrique Vaz, zona perdida da cidade, onde as mulheres se vendem ao preço mínimo de três cruzeiros novos. O ambiente de boate é de confusão”.⁴¹³ . Chama atenção também o fato de que segundo a imprensa, elas não estão incluídas como parte da sociedade e seu convívio, o que só evidencia a tentativa de exclusão: “O repórter foi incumbido de investigar, entrevistar e coletar todos os dados da vida das mulheres”⁴¹⁴. Uma vez que a incumbência do jornalista era fazer uma série de reportagens sobre a vida das trabalhadoras do sexo, podemos questionar a quem essa “investigação e essa coleta de dados” interessava à época. O que deixa claro a atuação da imprensa como mecanismo de acesso a informações que subsidiava as estruturas de controle do período.

A própria imprensa faz o seguinte questionamento em relação a situação dessas mulheres: “Um problema social ou problema de polícia? Se social, por que são presas? Se jurídico, qual o crime elas cometeram?”⁴¹⁵ Ou seja, o jornal nesse fragmento realça que a prisão dessas mulheres era um dos mecanismos de controle. Outro aspecto que também pode ser interpretado a partir desse trecho é que elas não eram passivas e submissas pois praticavam diversas táticas de reações. Uma vez que eram presas, é provável que uma das razões advenha de algum tipo de conflito envolvendo elas e os clientes, ainda que quase não exista menção à prisões desses homens que utilizavam seus serviços. Cabiam às mulheres arcar com as consequências devido a sua condição de vulnerabilidade e estigmatização. Mas é crível partir do pressuposto de que elas reagiam a todo momento, o que só poderá ser afirmado de fato após análise das reportagens. Entretanto reconhecemos que a relação entre prostitutas e clientes se davam por meio de relações de poder, como conceituado a seguir:

Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhes são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.⁴¹⁶

⁴¹³ *Jornal Diário da Tarde*, 09 de junho de 1969, p. 08.

⁴¹⁴ Ibid.

⁴¹⁵ Ibid.

⁴¹⁶ FOUCAULT, Op. Cit. p. 243.

Em outra reportagem foi feita referência a um cadastro implementado pela delegacia de Costumes e Menores, onde 400 mulheres “profissionais do amor”⁴¹⁷ foram fichadas, embora não seja descrito qual crime teriam cometido. Se seus nomes constavam nessa ficha policial, era em função de que alguma infração elas teriam cometido.⁴¹⁸ Novamente chamamos atenção para as reações dessas mulheres, os crimes que lhe eram imputados e que são reportados pela imprensa como uma prática criminosa perpetrado por alguém que já vivia no ambiente delituoso, ou seja, culpabilizando-as. Na nossa interpretação, essas são práticas que essas mulheres exercem em reação a um contexto que reflete diversos aspectos de uma sociedade machista, autoritária, controladora e excludente. Essa por sua vez, tenta subjugar a mulher primeiro pela questão do gênero, tido como inferior, depois pela sua condição de prostituta, sem lugar na sociedade de classe. Mas se deparam com comportamentos nada passivos, uma vez que, submetidas a violências, essas mulheres também as praticam como reação e táticas de sobrevivência.

A pesquisadora Maria de Fátima Araújo lembra que, embora a sociedade patriarcal tenha concedido a violência contra a mulher como um privilégio dados aos homens, “nem todos a utilizam da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação”.⁴¹⁹ A autora ainda afirma que:

Portanto, pode-se dizer que a violência contra a mulher não é um fenômeno único e não acontece da mesma forma nos diferentes contextos; ela tem aspectos semelhantes mas também diferentes em função da singularidade dos sujeitos envolvidos. Apesar da presença comum do fator predominante – a desigualdade de poder nas relações de gênero - cada situação tem uma dinâmica própria, relacionada com os contextos específicos e as histórias de vida de seus protagonistas. Por isso, na análise e compreensão da violência contra a mulher é fundamental levar em conta esses aspectos universais e particulares de forma a apreender a diversidade do fenômeno.⁴²⁰

A autora ainda enfatiza que as pesquisadoras feministas como Joan Scott, Judith Butler e muitas outras, analisam a violência de gênero não mais sob a perspectiva da dominação masculina, essa categoria, passou a ser usada de maneira muito mais ampla, em relação ao patriarcado.⁴²¹ E essa é a análise que procuramos realizar, quando nos deparamos com essas informações sobre as

⁴¹⁷ *Jornal Diário da Tarde*, 09 de junho de 1969, p. 08.

⁴¹⁸ *Ibid.*

⁴¹⁹ ARAUJO, Maria de Fátima. *Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação*. *Psicol. Am. Lat.* n.14 México out. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012. Acesso em: 29 jun./ 2022.

⁴²⁰ *Ibid.*

⁴²¹ *Idem.*

prostitutas da rua Henrique Vaz e os conflitos delas com a polícia, representadas nos discursos da imprensa, muitas vezes como subjugadas e vitimizadas pela prática da prostituição.

Em síntese, esse estudo nos permitiu constatar que o contexto da prostituição de mulheres em Juiz de Fora foi marcado por diversas formas de controle social, não só da polícia, atuando sob pressão de uma parte da sociedade que exigia medidas moralizadoras em nome da defesa das “famílias de bem”, bem como da imprensa, por meio das suas reportagens e discursos que pretendiam ser porta-voz desse segmento conservador da sociedade juizforana. Para tanto essa imprensa reforçava a estigmatização e o imaginário social preconceituoso e excludente, através da representação dessas mulheres como marginalizadas, marginais, “perdidas”, alimentando um círculo vicioso que gerava mais violência. No entanto, foi possível também constatar as diversas táticas e reações dessas mulheres, sobretudo, quando constatamos que elas eram presas e fichadas pela polícia por qualquer situação como de embriaguez por exemplo, comportamento aceitável a cidadãos de “bem”, mas não quando se trata de “mulheres de vida fácil”.

ST15 - História, gênero e sexualidade: da temporalidade dos gêneros a uma história generificada

Cássio Bruno de Araújo Rocha

caraujorochoa@gmail.com

Ana Luisa Ennes Murta

analuisamurta@gmail.com

Átila Augusto Guerra de Freitas

atilaaugustofreitas@gmail.com

Em diálogo com o tema do X EPHIS, propomos, nessa nova edição do simpósio História, gênero e sexualidade, debater as reelaborações do fazer e do pensar históricos em perspectivas e propostas que exponham, por um lado, a dimensão temporal dos gêneros e sexualidades e, por outro, as maneiras como a própria disciplina histórica tem sido construída como um saber generificado. Assim, pretendemos discutir trabalhos que analisem os gêneros e a sexualidade em sua historicidade, percebendo como suas práticas se transformaram ao longo do tempo, problematizando visões essencialistas e enfatizando o caráter diacrônico dessas categorias. Conjuntamente, é de nosso interesse receber comunicações que discutam como a história tem se estabelecido, desde o século XIX, como uma disciplina universitária, profissional e um saber científico estruturado em torno de uma dada ordem de gênero e dentro dos eixos do regime de verdade da sexualidade moderna. Por esse ângulo, trata-se de questionar como o gênero e a sexualidade têm conformado a própria organização da história como disciplina, provocando a exclusão de certas categorias de identidade do universo de sujeitos ou mesmo de objetos possíveis ou dignos de uma narrativa histórica.

Pensar, de modo entrelaçado, sobre tempo, história, gênero e sexualidade é questionar a construção, majoritariamente cis-heteronormativa, de identidades no presente, explicitando as relações de poder que perpassam os tempos históricos atravessados e imbricados em nossa efêmera atualidade. É o olhar a partir do presente que nos interpela e nos permite atentar para os múltiplos cruzamentos interseccionais das diferenças que constituem as identidades. Nesse sentido, intencionamos debater como a história dos gêneros e da sexualidade se relaciona com outras categorias de análise crítica das diferenças, como a raça, a classe, a idade, a proveniência geográfica, entre outras. Serão bem vindos, assim, trabalhos que busquem desvelar dispositivos

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

históricos de dominação, como o sexismo, o racismo e a cis-heteronorma, articulando a historicidade e a naturalização dessas diferenças, e abrindo espaço para a produção de genealogias das relações de verdade-poder-subjetivação capazes de contribuir com novas perspectivas para os estudos de gênero e sexualidade na história e, não menos, para compreensões e proposições críticas às historiografias tradicionais.

Representações das feminilidades e masculinidades no romance mexicano *Ayer es nunca jamás* (1988), de Vilma Fuentes

Mariana Lopes Trindade

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
marianalt2012@hotmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar as representações das masculinidades e das feminilidades no romance *Ayer es nunca jamás* (1988), escrito pela autora mexicana Vilma Fuentes. O romance tem como enredo o desenrolar das manifestações estudantis mexicanas no ano de 1968, desde os primeiros embates entre *granaderos* e a juventude que frequentava a Universidade Nacional Autónoma de México até o fatídico Massacre de Tlatelolco em 02 de outubro, quando centenas de estudantes foram mortos pelo exército mexicano em uma emboscada na Praça das Três Culturas. Centrado e narrado por uma personagem feminina que não possui seu nome revelado, o romance acompanha o relacionamento desta jovem estudante da UNAM com seu namorado Daniel e com os amigos dele. Afastada de boa parte dos protestos devido a sua gravidez, a protagonista possuía poucas interações com outras personagens femininas, que apareciam sempre na condição de namoradas ou interesse amoroso dos personagens masculinos. O único momento em que a protagonista interage majoritariamente com personagens femininas é quando ela é internada no Hospital Psiquiátrico Fray Bernardino, buscando fugir das consequências de suas próprias ações e almejando a loucura, tida como fundamental para a construção da genialidade de autores literários. A maior parte das enfermas internadas no hospital psiquiátrico público possuíam comportamentos que desviavam das expectativas de gênero impostas a elas, seja o não alinhamento com a heteronormatividade ou possuírem uma vida sexualmente ativa. Os personagens masculinos, por sua vez, possuem redes de sociabilidade entre si e suas preferências políticas e culturais são apresentadas de maneira complexa, sendo representados como as principais figuras do movimento estudantil, muitas vezes em posição de heroísmo. Dentro dessas representações da masculinidade heróica dos jovens militantes do movimento estudantil, será apresentado o caso que mais diverge, o de Héctor, personagem homossexual e representado como alguém covarde e despolitizado.

Palavras-chave: *Ayer es nunca jamás*, Masculinidades, Feminilidades, Movimento estudantil, 68 mexicano

Contexto histórico e o movimento estudantil mexicano

O ano de 1968 é um ano emblemático quando pensamos em movimentos estudantis e em movimentos de juventude e de contracultura de maneira mais ampla. O México era governado por Gustavo Díaz Ordaz, candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI), partido conhecido pelo seu autoritarismo e táticas fraudulentas para sua própria manutenção no poder⁴²². O governo

⁴²² REYNA, José Luis. El Partido Revolucionario Institucional/PRI. México, D.F.: Nostra Ediciones, 2009.

de Díaz Ordaz vinha de um longo histórico de repressão aos mais variados movimentos sociais⁴²³, estando alinhado com o bloco capitalista capitaneado pelos Estados Unidos da América (EUA) empenhado então a coibir qualquer prática tida como comunista⁴²⁴; além disso seu governo foi marcado por propagandar o México enquanto grande potência em desenvolvimento da América Latina, sendo os Jogos Olímpicos de 1968 e a Copa do Mundo de 1970 vitrines para a exposição dos avanços de seu governo⁴²⁵.

Com a perspectiva de inúmeros repórteres e jornalistas de todo o mundo presentes no México para a cobertura das Olimpíadas, o governo priista realizou inúmeras obras, como por exemplo o fechamento do manicômio *La Castañeda*. Os estudantes universitários mexicanos também decidiram se aproveitar da cobertura internacional para se manifestar, reivindicar reformas universitárias e protestar contra o autoritarismo de Díaz Ordaz e contra a violência do corpo policial mexicano, os *granaderos*⁴²⁶. As manifestações estudantis tiveram início em julho de 1968, contando com a adesão dos professores universitários e de outros setores da sociedade, chegando a reunir 500 mil pessoas em passeatas. O governo reage ocupando o campus da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), mas prontamente retrocede, o que faz os manifestantes acreditarem estar em vantagem e que a negociação seria possível. Uma manifestação na praça de Tlatelolco, também conhecida como praça das Três Culturas, é convocada para o dia 02 de outubro. Chegado o dia, o exército cercou a praça e atiradores posicionados nos prédios no entorno abriram fogo contra os estudantes. O governo, em 1970, reconheceu a morte de entre 30 e 40 manifestantes, mas dados não oficiais falam em 400 mortos⁴²⁷.

A produção literária de Vilma Fuentes e a questão de gênero

Durante o ano de 1968, enquanto estudava filosofia na *Universidad Nacional Autónoma de México*, a mexicana Vilma Fuentes escrevia o esboço do que viria a ser seu primeiro romance. Com

⁴²³ GALVÁN, Azucena Citlalli Jaso. "...Defenderé los principios y arrostraré las consecuencias...": Los informes presidenciales de Gustavo Díaz Ordaz, el enemigo interno y la represión, 1964-1970. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 120-139 - jan./jun. 2014

⁴²⁴ HERRERA, María del Carmen Collado. La guerra fría, el movimiento estudiantil de 1968 y el gobierno de Gustavo Díaz Ordaz: La mirada de las agencias de seguridad de Estados Unidos. Secuencia: Revista de historia y ciencias sociales, México, n. 98, p. 158-203, maio/agosto 2017.

⁴²⁵ HAMNETT, Brian. Historia de México. 2. ed. atual. [S. l.]: Akal, 2013.

⁴²⁶ KURI, Ariel Rodríguez. Los primeros días: Una explicación de los orígenes inmediatos del movimiento estudiantil de 1968. Historia Mexicana, Colegio de México, v. 53, n. 1, p. 179-228, 2003.

⁴²⁷ MELO, Roberta Madeira de. Terrorismo de Estado no México em 1968: Do Massacre de Tlatelolco à luta por verdade, memória e justiça. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

elementos autobiográficos e tendo como enfoque o desenrolar do movimento estudantil mexicano e o impacto que o Massacre de Tlatelolco teve na psiquê dos jovens estudantes, o romance só veio a ser publicado 20 anos depois, em 1988, quando a autora já havia se mudado para Paris, onde vive até hoje.

*Ayer es nunca jamás*⁴²⁸, seu primeiro romance, se encaixa na terceira geração da literatura acerca do Massacre de Tlatelolco, composta por romances escritos por mulheres e cuja marca principal é o impacto que os acontecimentos de 1968 tiveram na formação política e subjetiva das mulheres, que até então estavam relegadas a um papel secundário na narrativa histórica do movimento estudantil mexicano⁴²⁹. A protagonista do romance é uma mulher cujo nome não é revelado, estudante de filosofia na UNAM, onde conheceu Daniel, seu marido. Devido a seu casamento com Daniel, passa a conviver com o ciclo de amigos dele, composto exclusivamente por homens: Héctor, Luis, Ignacio e Alfredo.

Antes de começarmos a apresentar as representações de masculinidades e feminilidades no romance, é importante definir no que consiste o gênero. Conforme o clássico texto de Scott⁴³⁰, gênero pode ser definido como o caráter social das distinções baseadas no sexo, sendo uma categoria relacional, uma vez que a compreensão da situação das mulheres na sociedade só pode ser entendida a partir da situação dos homens e vice-versa. Portanto, buscamos compreender qual era a construção social daquele período para os papéis desempenhados por homens e por mulheres.

As personagens masculinas do romance

Daniel, estudante da Preparatória, possuía os cabelos compridos seguindo as tendências estéticas do período, era associado com a militância estudantil e possuía ideais de esquerda, escrevia poesia e consumia autores que tratavam sobre delírios e sobre os excessos (de vícios ou virtudes).

Luis tinha 19 anos, seus pais eram membros do movimento operário e o inspiraram desde cedo a se engajar politicamente, era extremamente ativo no movimento estudantil, principalmente após se separar de Mirna, a mulher que amava. Após o Massacre de Tlatelolco, vai para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

⁴²⁸ FUENTES, Vilma. *Ayer es nunca jamás*/ Gloria. México: CONACULTA, 2003.

⁴²⁹ MEDINA, Rubén. "Ayer es nunca jamás": Continuidad y ruptura en la narrativa mexicana del '68. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Lima, ano 21, n. 42, p. 207-218, 1995.

⁴³⁰ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

Ignacio é descrito como tendo um cabelo comprido tal qual um hippie, também escrevia poesias e era engajado no movimento estudantil, sendo muito próximo de José Revueltas. Ignacio era apaixonado por Carla, uma mulher com o dobro de sua idade, e demonstrava intensa preocupação e zelo para com a protagonista.

Alberto era tido como o sucessor de Revueltas, era carismático, engajado e detestado pelos maoístas. Também era representado como beberrão, o que fazia com que tivesse acesso ao submundo das prostitutas, dos mendigos e dos bêbados, descritas como pessoas para quem o tempo não faz sentido, uma vez que suas vidas e memórias foram extraviadas. Dentro do movimento estudantil era o principal desafeto de Díaz Ordaz, o que fez com que ele fosse exilado no Chile.

Héctor era o único dos personagens a não ser politicamente engajado, mas compartilhava o gosto dos outros personagens por poesia, especialmente por poetas modernistas. Era descrito como alguém que destilava enfermidade e constantemente entrava em conflito com seus amigos por acreditar ser acusado de homossexual, chegando inclusive a ser internado em um hospital psiquiátrico após um surto psicótico causado por esse motivo. Héctor se via como alguém covarde e fraco e tinha grande dificuldade em aceitar a própria sexualidade. Possuía ideias controversas que inicialmente eram vistas pelos amigos como sinal de genialidade.

É possível perceber nos personagens masculinos do romance, com exceção de Héctor, uma reprodução da imagem do Homem Novo, construída pela retórica guevarista e que consistia em um homem revolucionário extremamente intelectualizado e capaz de superar as adversidades físicas e emocionais para derrubar as tiranias e iniciar a revolução socialista⁴³¹. Enquanto filhos de uma classe média mexicana, possuíam vasto capital cultural e o utilizavam em prol da construção de um projeto revolucionário. A figura do Homem Novo, fortemente escorada em ideais de uma masculinidade heteronormativa, só não é manifestada pelo único personagem homossexual da história, cuja despolitização e desinteresse em se engajar no movimento estudantil são entendidos como a causa para que ele fosse fraco e covarde. Sendo Héctor um leitor assíduo de poetas modernistas, é possível entender sua personagem como uma crítica ao conhecimento e erudição sem posicionamento político, algo que em certo sentido feminilizaria aos homens, reforçando o

⁴³¹ CAREY, Elaine. *Plaza of Sacrifices: gender, power and terror in 1968 Mexico*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2005, p. 15.

binômio de que o espaço público é o espaço masculino por propiciar ao debate político, enquanto o espaço privado é o espaço feminino pela ausência de discussão política⁴³².

As personagens femininas do romance

As personagens femininas de *Ayer es nunca jamás* parecem corroborar a perspectiva de que o engajamento político é constitutivo da masculinidade, uma vez que as poucas personagens citadas durante o período das manifestações de 1968 apareciam nas circunstâncias de namoradas dos homens do movimento estudantil e tinham sua militância questionada.

A protagonista é talvez a representação mais brilhante da situação da mulher dentro do movimento estudantil, mesmo sendo universitária e se relacionando majoritariamente com militantes, a protagonista constantemente se sentia excluída das discussões. E a sua exclusão decorre de uma gravidez, o que faz com que seu marido e amigos a mantenha distante das manifestações por temerem a violência decorrente da repressão policial. O fato da gravidez, um dos principais constituintes da feminilidade e do papel feminino na sociedade, ser o que confina a personagem no espaço doméstico e a priva de sua agência política, é extremamente significativo. A protagonista tem plena consciência disso e rompe com a visão glorificada da gravidez, a percebendo como algo que a deformava, a afastava do movimento estudantil e a tornava prisioneira em seu próprio lar, tendo pesadelos constantes com uma gravidez muito longa e sua casa repleta de crianças. A ruptura do romance com a visão romantizada da gravidez e da maternidade permanece após o parto, em que não há descrições de cenas da protagonista cuidando da criança, nem menções ao nome da mesma.

A outra personagem feminina do romance é Sara, que não recebe grande aprofundamento e é a representação do principal estereótipo em torno da participação feminina no movimento estudantil: a da mulher que estava ali apenas para seguir o namorado⁴³³. Sara é descrita como a encarnação da pequeno-burguesia, uma mulher com colares de pérola, vestidos de seda, perfume francês vinda de família católica conservadora que frequentava a missa todo domingo. Sua escolha por aderir ao movimento estudantil e de abrir mão de todo o luxo que ostentava vinha como uma forma de romper com o ambiente moralista e repressor em que foi criada, não necessariamente

⁴³² ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public man, private woman: women in social and political thought*. 2 ed, Princeton: Princeton University Press, 1993.

⁴³³ FRAZIER, Lessie Jo; COHEN, Deborah. *Defining the Space of Mexico '68: Heroic Masculinity in the Prison and "Women" in the Streets*. *Hispanic American Historical Review*, vol. 83, n. 4, nov. 2003, p. 617-660

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

significando uma concordância com a ideologia maoísta. Para a protagonista, a ideologia maoísta representava poder para Cirilo e uma religião menos rígida para Sara.

As outras personagens femininas do romance são apenas citadas pela protagonista, sem maior desenvolvimento ou aprofundamento, geralmente são namoradas ou amantes de algum dos rapazes do seu círculo social. Mercedes é a personagem a ter uma descrição mais aprofundada, apesar de não aparecer de fato em nenhum momento da narrativa. A protagonista parece ocupar o lugar que anteriormente era de Mercedes, o que lhe gera bastante ressentimento e ciúmes. Filha de uma dramaturga, Mercedes é descrita como o oposto de sua mãe, era uma mulher obediente e calma, o que despertava a paixão de Daniel, Héctor e Luis. Na figura de Mercedes (e na de Sara) fica perceptível uma certa rivalidade feminina, uma vez que ambas despertavam o desprezo da protagonista. A diferença principal é que Mercedes era adorada pelos personagens masculinos por encarnar os valores de feminilidades esperados, enquanto Sara é penalizada por ter ousado a adentrar no espaço público, após Cirilo romper o namoro Sara é morta durante o Massacre de Tlatelolco, supostamente buscando por ele na multidão.

Reflexos das construções de gênero nas manifestações de loucura das personagens

Após se envolver em um relacionamento extraconjugal com Héctor, traindo então seu marido Daniel, a protagonista decide justificar suas próprias ações alegando estar louca e que necessitava de um tempo de repouso em um hospital psiquiátrico para que pudesse descansar de maneira apropriada. Para ela, estar louca era um meio de se reaproximar e reconquistar seu marido, pois não poderia ser responsabilizada por suas ações anteriores. O enlouquecimento também era visto por ela numa chave positiva devido a associação existente entre loucura e capacidade criativa.

A associação entre insanidade e potência imaginativa data desde a Antiguidade Clássica, onde filósofos como Platão acreditavam que a loucura era um presente dos deuses ou que, segundo Seneca alegava ter sido uma fala de Aristóteles, não há genialidade sem um pouco de loucura⁴³⁴. Contudo, é durante o romantismo no século XVIII que o conceito de *mad genius* ganha força, sendo um contraponto às ideias modernas de racionalidade e organização do mundo⁴³⁵. É necessário, entretanto, apontar que o conceito de *mad genius* carrega uma significativa diferenciação de gênero. Por mais que frequentemente se aplique a exemplos masculinos, via de regra as grandes mulheres escritoras do século XX sempre eram associadas à melancolia e ao adoecimento psíquico,

⁴³⁴ NEIHART, Maureen. Creativity, the arts, and madness, *Roeper Review*, vol. 21, n. 1, 47-50, 1998.

⁴³⁵ SIROKTINA, Irina. Mad genius: the idea and its ramifications. *Intellectual News*, vol. 10, n. 1, 91-98, 2002.

em um fenômeno conhecido na psicologia como “efeito Sylvia Plath”⁴³⁶. Daí a recorrência de referências a Virginia Woolf por parte da protagonista durante sua internação.

Ao dar entrada no Hospital Psiquiátrico Fray Bernardino de Sahagún, anteriormente conhecido como *La Castañeda*, a protagonista é levada para o 4º andar, o único com leitos disponíveis e dedicado às pacientes consideradas irrecuperáveis. Havia uma divisão baseada em gênero, com uma ala exclusiva para homens e uma ala exclusiva para mulheres.

Na ala feminina do hospital psiquiátrico, boa parte das pacientes possuíam um histórico semelhante: eram mulheres de classes sociais mais baixas, internadas por não performarem o gênero/sexualidade da maneira esperada pela sociedade. Rita, de 50 anos, foi internada por ter se despido no meio de um supermercado ao sentir calores e comichões; Pedro foi internado na ala feminina do hospital mesmo que não se apresentasse como mulher, além de ter se envolvido com uma mulher casada antes de sua internação; Carmela se apaixonou por seu patrão, que a iludia com promessas de um futuro casório, foi obrigada a realizar um aborto e na sequência foi internada no Hospital Psiquiátrico; Hilda era uma lavadeira que após sobreviver a um acidente, desenvolveu um trauma intenso e seu companheiro alcoólatra tentava ajudar fazendo com que ela também consumisse álcool.

Como é possível perceber, as internações eram em grande medida punições impostas por homens que não estavam dispostos a lidar com as mulheres com quem se relacionavam, evidenciando também relações de classe. Hilda ganhava pouco sendo lavadeira de mulheres abastadas e seu marido gastava a maior parte do seu salário com bebidas, tendo que ficar internada em um hospital psiquiátrico público por não receber o suporte necessário para tratar do seu trauma de ter sobrevivido a um acidente automobilístico; Carmela foi ludibriada por seu patrão e abandonada à própria sorte no manicômico quando deixou de ser interessante para ele, tendo adoecido tanto psicologicamente em virtude do abandono que seria transferida em breve para as *granjas*.

Após intervenção de seu amigo médico para que ela deixasse o ambiente insalubre do Fray Bernardino, a protagonista decide repousar em um hospital privado, o Sanatório Floresta. Durante as descrições da protagonista é perceptível de maneira clara que a condição financeira influenciava diretamente no tipo de patologia psicológica que os pacientes apresentavam. As pacientes da

⁴³⁶ KAUFMAN, J. C. The Sylvia Plath effect: Mental illness in eminent creative writers. *Journal of Creative Behavior*, vol. 35, n. 1, 37-50, 2001.

terceira seção, reservada para os pacientes mais abastados que conseguiam arcar com um tratamento individualizado, eram descritas como “histéricas sedentas de atenção e elogios” ou “roídas pela culpabilidade, conduzidas ao engano pelo esposo ou pela infidelidade do amado”. Independente de serem o primeiro ou o segundo tipo, havia sempre uma tendência de culpabilizar o marido, os filhos ou o amante pelo próprio adoecimento e internação. Por consistir em apartamentos individuais, a terceira seção não possuía distinção de gênero e os motivos das internações possuíam um fundo semelhante: famílias endinheiradas que confinavam aqueles que aparentavam estar doentes de forma a evitar um escândalo público, por considerarem humilhante e vexatória essa situação.

Os pacientes da segunda seção, que ao contrário dos da terceira não possuem seus nomes revelados, são trabalhadores que adoeceram após acidentes de trabalho. Um deles era motorista de ônibus e se sentia especialmente culpado pela morte de quatro crianças na colisão entre o ônibus que ele dirigia e uma locomotiva; enquanto o outro era operador ferroviário e foi atingido por um trem, estava fascinado pelas luzes do veículo e não foi capaz de desviar. Havia ainda dois pintores e um poeta, todos alcoólatras passando por um período de desintoxicação.

As internações da segunda seção demonstram que o adoecimento psíquico de personagens masculinos no romance geralmente se atrelava a condições inapropriadas de trabalho, sendo homens que desenvolveram traumas depois de acidentes de trabalho ou desenvolveram alcoolismo como mecanismo para lidar com os problemas.

Conclusão

É possível concluir então que *Ayer es nunca jamás* demonstra as diferentes formas de penalização que qualquer pessoa que ouse a divergir dos padrões de gênero imposto eram passíveis a sofrer, desde internações psiquiátricas até a morte de fato. É perceptível ainda que tais penalizações são mais brutais para quem está dentro de um espectro associado a feminilidade, seja pelo sexo ou por desviar do padrão de masculinidade hegemônica que lhe havia sido imposto. O romance ainda trabalha com a visão canônica que relacionava a questão do heroísmo masculino com a construção do Homem Novo guevarista, mas a subverte na medida em que quem protagoniza de fato a história, quem também é diretamente afetado pelo Massacre de Tlatelolco é uma mulher, que foi a todo tempo repelida por esses mesmos homens.

Gênero melancolia: uma análise da obra de Romaine Brooks

Eponina Castor de Mello Monteiro

RESUMO: Esse artigo consiste na análise de algumas obras da pintora estadunidense Romaine Brooks, sendo todas elas ou retratos de mulheres com características andróginas proeminentes ou retratos de mulheres com forte presença na cena lésbica da década de 1920. E sob a concepção do gênero melancólico, ou ainda a melancolia de gênero butleriana, e das ideias de bissexualidade e feminilidade levantadas por Freud, analisaremos como Romaine Brooks traz em seus retratos uma fatura sóbria, com poucos elementos de composição, escancarando uma melancolia que parece estar intrinsecamente ligada as questões de gênero e sexualidade do Eu, daquele que parece nunca poder prantear a perda de si mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Romaine Brooks, Judith Butler, melancolia, gênero

ABSTRACT: This article consists of an analysis of some works by the U.S. painter Romaine Brooks, all of which are either portraits of women with prominent androgynous characteristics or portraits of women with a strong presence in the lesbian scene of the 1920s. Under the Butlerian gender melancholy, and the ideas of bisexuality and femininity raised by Freud, we will analyze how Romaine Brooks brings in her portraits a sober invoice, with few compositional elements, opening up to a melancholy that seems to be intrinsically linked to the gender and sexuality issues of the Self, the one who never seems to be able to mourn the loss of Itself.

KEY-WORDS: Romaine Brooks, Judith Butler, melancholy, gender.

And the people- ah, the people-
They that dwell up in the steeple,
All Alone
And who, tolling, tolling, tolling,
In that muffled monotone,
Feel a glory in so rolling
On the human heart a stone-
They are neither man nor woman-
They are neither brute nor human-
They are Ghouls:
And their king it is who tolls;
And he rolls, rolls, rolls,
Rolls [...]⁴³⁷

⁴³⁷ POE, Edgar Allan. The Bells. In. *The Works of the Late Edgar Allan Poe*, vol. II: Poems and Miscellanies. 1850. Disponível em: <https://www.epoe.org/works/poems/bellsj.htm>. Visitado em: 01/07/2022

No presente artigo iremos analisar alguns retratos e autorretratos da pintora estadunidense Romaine Brooks, sob a luz da melancolia nos termos freudiano e butleriano mas também daquele do conceito histórico elaborado por Moacyr Scliar, que retoma as bílis e os humores, de tempos aristotélicos, e iremos relacionar com o conceito de androginia (ou “invertido” como Brooks e suas companheiras usavam) tão presente na obra de Brooks, assim, retomando Freud e Judith Butler. Para tal suscinta análise, fizemos um recorte de nove obras, realizadas entre 1910 e 1924, recorte que delimitamos por crermos que apresentará de forma densa e nítida conceitos como o da androginia e de uma melancolia aparente. São essas as obras escolhidas: *Azalées Blanches* (1910), *Le Trajet* (1911), *La Venus Triste* (1914), *Renata Borgatti*, *Au Piano* (1920) e *Self-Portrait* (1923).

A questão da melancolia nos é cara e parece permear todo o trabalho de Brooks, não só por sua paleta monótona (no sentido literal da palavra) mas pela pele tão usualmente macilenta, pelos ossos tão corriqueiramente aparentes, pela morte que parece gritar de cada corpo representado. Obviamente, Romaine Brooks não é a primeira e muito menos a única a representar a melancolia de forma tão escancarada. De Albert Dürer, com a gravura *Melencolia I* (1514) – e sua famosa pose mão-apoiada-no-queixo – e Lucas Cranach, com a obra *An Allegory of Melancholy* (1528) às obras de Edvard Munch (incluindo a obra *Melancholy*, de 1891, em que a famosa pose mão-queixo se repete) e de Edward Hopper, que parece trazer a melancolia em cada *frame* da vida habitual, o vazio e a apatia são parte dos mais diversos cenários, mas a ideia de um estado melancólico certamente vem muito antes do século XVI. Desde os tempos do reino de Saul (que por sua piedade pelo rei Agag caminha com a culpa do transgressor), passando por Hipócrates e Galeno e suas teorias sobre bílis negra e da teoria humoral, a melancolia já era tema de interesse e presente em diversos estudos. Muitos consideravam a melancolia não só um estado de espírito, mas um processo patológico, em que algum dos elementos essenciais estava em desalinho (normalmente um excesso de bílis negra)⁴³⁸.

E sendo a melancolia parte fisiológica, é também rejeitada do mundo dos vivos, dos andantes, e passa a ser a máscara dos moribundos, dos agonizantes, dos por-morrer. A melancolia se coloca não só como parte fundante dos temperamentos, mas como condição física a ser evitada, tendo sol como seu poço de cura e afugentador das malecências da alma⁴³⁹. Ao analisarmos a paleta

⁴³⁸ RODRIGUES, Andreia de Freitas. **De Marsilio Ficino a Albrecht Dürer considerações sobre a inspiração filosófica de “Melencolia I”**. 2009. P. 18.

⁴³⁹ SCLIAIR, Moacyr. **Saturno nos Trópicos**. A melancolia europeia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2003. P. 88.

de Brooks, a primeira característica a repararmos é a clara preferência pelos tons acinzentados: o sol aqui não tem vez. Tons acinzentados, pretos, azulados, e quando muito, um ocre fechado dos mais intensos e frios que se pode ser.

FIGURA 1

Em *Azálées Blanches*, de 1910, vemos uma mulher nua, deitada em uma cama, apoiando sua cabeça em seu braço recostado. Ao seu redor vemos um vaso de flores brancas (que podemos presumir serem as azaleias brancas), e ao fundo talvez um mural, talvez obras lado a lado, vemos representações de embarcações. Mas nos deteremos no corpo de Ida por mais um instante: suas pernas lânguidas e ompridas, com seus tons pálidos e acinzentados, deixam a mostra seus ossos pontudos dos joelhos e do quadril, que por um instante parece gritar que esse corpo não pertence ao mundo dos vivos. Seu sexo sem pelos fica no entreaberto das pernas, sem deixar claro sua origem feminina, assim como seus seios, que apesar de aparentes, se mostram pequenos e sem muita atenção. E então nossos olhos recaem no braço que sustenta o peso da cabeça recostada, e seu cotovelo, assim como os joelhos nos lembram mais uma vez da morbidez do seu corpo. O único respiro que esse corpo nos proporciona pousa na sua boca, como único ponto de cor desse corpo. Dificil olhar para essa cena e não pensarmos dos que não se banham ao sol, dos que carregam em si a preferência pelo frio úmido, ou da bilis negra que parece sobrar nesse corpo inerte.

E em uma cena não tão díspare, mas com tons ainda mais azulados e mais frios, Brooks traz Ida em *Le Trajet*, também deitada em um lençol que flutua fantasmagoricamente. Ao nos depararmos com *Le Trajet*, até nos faz ponderar se *Azálées Blanches* se coloca de forma tão melancólico – afinal seus tons ocres oferecem subtons mais quentes dos que os azulados de *Le Trajet*. Aqui, vemos, vemos a grande musa de Brooks, a dançarina russa Ida Rubinstein, com seus cabelos pretos escorrem pelo lençol, se juntando so fundo preto-azulado nos lembrando de fitas de sangue escorrendo pelo seu pescoço magro. Mas há outra semelhança com *Azalée Blanches* difícil de escapar ao olho mais atento: o corpo lânguido continua sem se colocar de forma explicitamente feminino. Vemos seus seios, mas esses são pequenos e achatados, seu sexo sem pelo não nos dá maiores indicativos de uma vagina, nos mostra apenas não ser um pênis.

FIGURA 2

O corpo que chama nosso olhar se coloca, não só como uma lembrança da finitude da carne, mas também como um deleite ao olho do observador, um convite a desvendar que sexo encerra entre suas pernas. Seria *Le Trajet* o acontecimento da coincidentia oppositorium, da elevação da ser ao supremo, à luz, o alcance à divindidade permeado pelo mistério da totalidade,

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

ser o próprio Deus que carrega em si as oposições mundanas; ou seria ainda *Le Trajet* o andrógino decadente do final do século XIX, largamente comentado por Joséphin Péladan⁴⁴⁰, que de acordo com Mircea Eliade o “andrógino é compreendido unicamente como hermafrodita, no qual os dois sexos coexistem anatômica e fisiologicamente. Trata-se não de uma plenitude, mas de uma superabundância de possibilidades eróticas”⁴⁴¹.

Em *Le Trajet*, assim como em *Azalées Blanches* e *La Venus Triste* (1917), Brooks parece compor corpos femininos que não se mostram com uma feminilidade exarcebada, nas três obras, os seios são rasos, ainda que salientes e definitivamente lá, o sexo não se desenha em vaginas, deixando ao espectador a façanha da completude das linhas indicadoras. Aliás, em *La Venus Triste*, a modelo (que pelas feições não seria de tudo errôneo presumir ser Ida) levanta a perna esquerda de forma a tampar a sexo, deixando somente seus pequenos seios a nos lembrar se tartar de uma mulher. Um olhar menos treinado poderia argumentar a facilidade de ser distinguir o sexo feminino nas obras de Romaine, mas ao olharmos para obras como **askajskajs**, vemos o corpo masculino representado de forma similar, com membros longilíneos e cinturas retas e afinadas, ainda que apresentem o falo, vemos um corpo que indubitavelmente se diferencia dos corpos masculinos, bem torneados e musculosos, que vemos ao seu lado. A androginia masculina não parece necessariamente se colocar sem o sexo definido, mas conduz o olhar do espectador com referências e sugestões, deixando claro ser um corpo que apresenta as ambivalências dos sexos. De certa forma, o sexo masculino ainda aparece como cânone. Tanto em Péladan quanto em Eliade, a maior parte das vezes o andrógino se constrói a partir do sexo masculino, com contornos então tido como femininos. Mas ao pensarmos a obra de Brooks, vemos uma construção de uma androginia a partir do corpo da mulher, que não se coloca de fato como tal, mas também não suprime os contornos femininos.

FIGURA 3

Mas não é só a feminilidade ou a falta dela que salta aos olhos de quem observa *La Venus Triste*. Mais uma vez temos uma pele branca pálida, macilenta, e membros esguios, com músculos sem mostrar tônus. A modelo está recostada em sofa, com seu braço esquerdo acima da cabeça. Sua mão, que toca seus cabelos negros, poderia muito bem ser apenas um esqueleto, tão magros, escuros e longos são seus dedos. Ao fundo, vemos uma grande que a separa do das nuvens branco-

⁴⁴⁰ PÉLADAN, Joséphin. **De l'androgynie**: théorie plastique. Paris: Éditions Allia, 2010.

⁴⁴¹ ELIADE, Mircea. **Mefistófoles e o Andrógino**: comportamentos religiosos e valores espirituais não-europeus. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. P. 102.

acinzentadas. Nosso olhar pára ali, não sabemos a altura desse ambiente, não sabemos se há chão, prédios ou árvores; sabemos apenas que aquele lugar está envolto em na névoa dos mortos.

A melancolia do corpo e dos humores – que na época de Galeno era tão fortemente enfrentada como mazelas corporais – chega no século XIX com uma reviravolta racional e passa por um processo crescente de apreciação como consequência de uma vida intelectual intensa, ou como *cosa mentale*, como diria Leonardo Da Vinci⁴⁴², se apresentando muito mais como uma situação da mente, do que produto do corpo esmaecido. No século XVIII, e a teoria da razão pura de Immanuel Kant⁴⁴³, traz para a esfera do humano a ideia de autorregulação e autocrítica, reforçando ideais centrados na persona do homem regulador do tempo, das ações e de si, trazendo ainda mais peso para as costas do humano já curvado pelo peso das dúvidas. E assim vemos Renata Borgatti, pianista com quem Brooks teve um breve affair na ilha de Capri. Em *Renata Borgatti, Au Piano* vemos uma mulher com contornos – tidos por muitos como um marco na produção de Brooks, colocando Borgatti como a primeira representação genuinamente andrógina de Brooks – claramente andrógina, que só sabemos se tartar de uma mulher pelo título dado pela artista. O fundo ocre e sem energia mais uma vez não nos muito, ou se diz, nos diz da pouca energia solar que essa obra carrega. Seus cabelos bastos e lhe dão a aparência firme, muitas vezes associadas aos homens; suas mãos de longos dedos finos e aracnídeos tocam o piano gentilmente e com a precisão que cada nota lhe pede.

FIGURA 4

Renata veste uma toga preta, como quem carrega o manto pesado de quem é vista como pária, mas parece pesar mais que isso, parece haver o peso do mundo em suas costas e em suas olheiras profundas, o peso de uma vastidão de dúvida e crítica que recaem em forma de pranto e melancolia. Essa toga se funde ao longo piano preto, criando um grande bloco preto e contundente, num quase processo simbiótico, que já não percebemos criador e instrumento, a única que coisa que parece ressaltar é o silêncio escanrado das notas que não escutamos. Silêncio, aliás, que é pauta recorrente quando tratamos da melancolia. O silêncio de quem sofre, de quem teme o outro, de quem teme merecer a felicidade, por culpa ou por dúvida, o silêncio da ciência do fim. Brooks traz

⁴⁴² “Agora falta instruir ao pintor um método de observação para fazer com as mãos os objetos que foram concebidos em pensamento” VINCI, Leonardo da; ALBERTI, Leon Bautista. **El Tratado de la Pintura**. Madrid: Imprenta Real, 1827.

P. 219.

⁴⁴³ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Petrópolis: Editora Vozes. 2015.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

o silêncio como poucos e poucas, um silêncio contudente, palpável, pesado e direto, ainda que nada óbvio.

O silêncio que precipita o fim, os tons moribundos que anunciam a morte, já diria Freud⁴⁴⁴, é uma das formas de angústia e melancolia do entresséculos. Essa morte, sabemos bem, não precisa ser literal: a morte do eu de ontem, a morte do tempo que não volta, a morte da ideia de quem sou e de quem se quis ser. A ideia que se embriona com Kant, aqui se solidifica com a completa noção de finitude do próprio ser, ou ainda de quem se imagina e se idealizou ser. Judith Butler aponta a ideia de uma não possibilidade de viver o luto ao se deparar com a finitude de quem um dia se foi pode trazer questões não resolvidas como o próprio conceito do eu que se volta a si mesmo. De uma forma levemente diferente do eu crítico de Kant, o Eu aqui se volta contra si mesmo, revelando o medo de não ser, o do estar-entre, o de não poder se declarar como se é traz, para Butler, a melancolia do que não pode ser pranteado. E o não pranteamento aqui é dúbio e constante reverso: a mulher lésbica que retrata o outro e se quer retratada como homem é impedida de prantear o amor que não teve pelo homem, mas também não pranteia o amor não declarado pela mulher que deseja.

FIGURA 5

Nesse autorretrato, de 1923, vemos Brooks de sobretudo preto, com uma camisa branca com colarinho aberto e com a lapela exposta. Suas mãos estão encobertas por luvas também negras, um tom mais claro que seu sobretudo. Seus cabelos pretos azulados, param na altura da orelha, num corte reto e intencional. Único ponto de cor quente na tela, assim como em *Azalées Blanches*, seus lábios chamam nossos desejos e olhos, nos levando, através de seu nariz alongado, aos seus olhos parcialmente encobertos pela cartola preta que pousa confortavelmente em sua cabeça. Essa cartola parece aqui ter dupla função: enfatizar o caráter masculino das vestes de Brooks, e esconder seus olhos de quem a vê sem a impedir de nos observar, ou como diria Baudelaire, aquele que na multidão observa sem ser observado.

A prevalência dessa matriz heterossexual na construção do gênero surge não só no texto de Freud, mas também nas formas culturais de vida que absorveram essa matriz e são habitadas por formas diárias de angústia de gênero. Por conseguinte, o medo do desejo homossexual na mulher pode induzir o pânico de que ela está perdendo sua feminilidade, de que não é mulher, de que não é mais uma mulher propriamente dita, de que se ela não é exatamente um homem, é como se fosse um, e por isso, monstruosa de alguma maneira.⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ FREUD, Sigmund. (1916/1910). A Transitoriedade. In: Obras Completas Volume 12. Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴⁴⁵ BUTLER, Judith. A Vida Psíquica do Poder: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. P. 144.

Brooks representa mulheres na mais pura forma da melancolia; e também mulheres em formas que para muitos são masculinas. O próprio conceito de Andrógino parece se pautar inteiramente na figura do homem, seja pela visão holística, como nos mostra Eliade, seja pela visão da sexualidade que se quer palpável de Péladan, mas Brooks não se deixa estremecer pelo cânone da androginia, e muito menos parece se rebelar pela falta peniana, se colocando como um ser que não é “exatamente um homem, é como se fosse um, e por isso monstruosa de alguma maneira”⁴⁴⁶. Se há algo nessas mulheres andróginas de Brooks parece ser de fato o peso da melancolia, mas não da monstruosidade de ser o que se é, mas talvez da ciência onipresente, da observação incessante, do Eu como constante retorno, e esse talvez seja um dos tantos pontos de encontro da modernidade, da androginia e da melancolia: o autocentrado Eu que se busca em cada rosto carrancudo da multidão, independente do gênero que carrega escancarado aos moldes do entresséculo.

⁴⁴⁶ BUTLER, Judith. *A Vida Psíquica do Poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. P. 144.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

FIGURAS

Figura 1



Figure 1 Romaine Brooks. *Azalées Blanches*. 1910. Óleo sobre tela. 151.1cm X 271.7cm. Fonte: Website Smithsonian Museum of Art.

Figura 2



Figure 2 Romaine Brooks. *Le trajet*. 1911. Óleo sobre tela. 115.2cm X 191.4cm. Fonte: Website Smithsonian Museum of Art.

Figura 3



Figure 3 Romaine Brooks. *La Venus Triste (The Weeping Venus)*. 1917. Óleo sobre tela. 119.1cm X 94cm. Fonte: Website Musées de la Ville de Poitiers.

Figura 4



Figure 4 Romaine Brooks. Renata Borgatti, *Au Piano*. 1920. Óleo sobre tela. 141.8cm X 188.7cm. Fonte: Website Smithsonian Museum of Art.

Figura 5



Figure 5 Romaine Brooks. *Self-Portrait*. 1923. Óleo sobre tela.

Receitas da Dindinha, entre pontos e contos, sonhos e memórias.

Susan Vieira Barnes,
mestranda em Educação em Museus e Divulgação Científica na Universidade
Federal de Minas Gerais, e-mail: susanvbarnes@gmail.com

Eliana Aparecida Rodrigues,
graduanda em Conservação Restauração de Bens Culturais Móveis na Universidade
Federal de Minas Gerais, e-mail: elianap.rodriguesbio@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende refletir sobre as memórias contidas nos diversos papéis encontrados entre as folhas de cadernos, agendas e um pequeno álbum de fotografias, que permeiam o cotidiano do universo pessoal e profissional de Dindinha. Estas memórias contribuem para a compreensão do contexto sociocultural de outras mulheres belorizontinas de sua época, através da singularidade dos manuscritos e dos textos datilografados de seu acervo. Dotada de habilidades manuais, Dindinha dedicou-se a criação e confecção de modelos de roupas com estilo e autenticidade marcantes, destacando-se na arte da modelagem, do corte e costura, dos bordados, do crochê e tricô, na pintura em tecidos, dentre outras aptidões. Ao longo de sua vida, constituiu um acervo composto por trajes completos e acessórios de vestuário, fotografias, cadernos de croquis e de receitas, recortes de embalagens, o registro de seus apontamentos em papéis avulsos e em uma agenda. Sua coleção, inspirada na moda trazida pelas revistas europeias da época, foi construída dentro das limitações da condição financeira de uma professora pública. Ela adaptava técnicas e materiais regionais e utilizava os recursos alternativos disponíveis nas lojas de tecidos e de aviamentos da cidade de Belo Horizonte. A criatividade, autenticidade e os traços culturais-regionais, narrados por seu acervo, são fontes riquíssimas de investigação. O reconhecimento do potencial criativo de Dindinha não ultrapassou os limites de seu convívio familiar, possivelmente pela ousadia de sua produção, vista como extravagante para os padrões da época, ainda mais em se tratando de uma autora mulher. Entre pontos e contos, sonhos e memórias, estão guardadas suas receitas de culinária, de crochê e de tricô, os pontos de seus bordados, as linhas, os *squares*, seus croquis, peças de roupas, bolsas, calçados, retalhos, flores e tecidos. As anotações e os desenhos deixados em seus caderninhos de receitas de culinária, chás medicinais e de croquis, ilustram os cuidados dedicados à alimentação, saúde, beleza, e crescimento pessoal. A professora e modista vestiu a si e ao futuro, com suas memórias e histórias registradas em cores e sabores, recortes e vieses de seus caderninhos, papéis e coleções. Tudo isso se soma à tessitura da biografia de uma personalidade original, criativa e inovadora da sociedade mineira no século XX.

Palavras-chaves: Cadernos de receitas, moda, croquis, diários.

Introdução

A personagem deste artigo, Dindinha, nasceu na nova capital de Minas Gerais, em 2 de fevereiro de 1916 e faleceu em 17 de fevereiro de 2001, aos 85 anos. Desde cedo destacou-se por suas habilidades nos fazeres manuais. Provavelmente, o convívio com as técnicas de costura e modelagem, dos bordados e tricôs, ensinadas por sua mãe, exímia costureira, influenciaram no desenvolvimento de suas habilidades para a confecção de peças e acessórios de vestuário.

Após o falecimento precoce de seu pai aos 45 anos, vítima de tuberculose, a família passou por dificuldades financeiras. Sua mãe, educada dentro dos costumes de uma família tradicional de origem portuguesa, com tutores pessoais, aprendeu música, bordado, costura. Ao ficar viúva, em decorrência da necessidade de manter as despesas da casa, veio a trabalhar fazendo ternos, coletes e calças para homens. Todos os filhos ajudaram no sustento da casa e prestaram concurso, tornando-se servidores públicos. Dindinha frequentou o Colégio Imaculada Conceição e formou-se normalista, tornando-se professora pública no Grupo Escolar Afonso Pena, em Belo Horizonte, profissão que exerceu até aposentar-se. Em casa, ela cozinhava, pintava, costurava seus próprios vestidos, cultivava flores e corrigia pilhas de cadernos de seus alunos.

Conforme o relato de sua afilhada, a abundância foi uma característica muito presente em todas as escolhas da Dindinha, talvez, por ter convivido na sua infância com recursos escassos. Suas roupas apresentavam uma grande diversidade de cores, texturas e estampas. Na cozinha, combinava os ingredientes e harmonizava os sabores com criatividade. Apaixonada por flores, as violetas eram plantadas em pequenas latinhas e espalhadas por todo o canto do terraço e da casa. Sobre a rotina diária de sua madrinha e as fontes de inspiração de suas criações de moda, Jussara relata:

O ritual diário da Dindinha era cuidar das plantas pela manhã, fazer o almoço e limpar a cozinha e depois subia para seu quarto. Lá em seu pequeno universo roxo, ela dava asas à imaginação. O seu passatempo preferido era a costura, o bordado e o tricô que aprendeu com a sua mãe. Seu salário de professora era quase integralmente gasto na compra de revistas de moda francesas, italianas e alemãs. Da revista alemã Burda, ela tirava os modelos sofisticados e os bordados. Da italiana Rakan, os crochês e tricôs (Figura 1). E no dia que ela ia ao centro buscar a revista ela aproveitava para olhar as revistas francesas e quase sempre vinha com o seu caderninho cheio de desenhos de modelos e bordados inspirados das revistas que ela tinha pesquisado.⁴⁴⁷

Figura 1

⁴⁴⁷ Jussara Gualberto- texto biográfico cedido à autora, para a elaboração do formulário de aquisição de acervo, ofertado ao Museu da Moda de Belo Horizonte.

O acervo desenvolvido no decorrer de sua vida, com criatividade, autenticidade e características regionais, é fonte de investigação sociocultural, artística e de moda em várias décadas do século XX. Tal acervo foi constituído por uma mulher a partir de seus próprios fazeres e das escritas de si. Apresenta um diferencial em relação à grande parte das coleções museológicas, que provém de heranças ou partilhas, formando legados em que o papel feminino foi nulo ou fracamente interventivo. A incorporação de coleções com essas características, por instituições museológicas que abordem a temática do feminino, da história da moda, da história da cidade, ressalta o papel social e inclusivo dos museus, o conceito de museologia de gênero e dos estudos das mulheres.

Outras fontes de pesquisa como os cadernos de receitas e croquis, depoimentos, fotografias, objetos biográficos, o modo de produção dos artefatos com suas técnicas e materiais, descortinam a poética e contribuem para a construção da biografia e das narrativas de memórias ocultas. A pesquisa da coleção desta personagem, possibilita trazer à luz alguns aspectos da poética oriunda da “narrativa das coisas”⁴⁴⁸.

Entre pontos e contos, sonhos e memórias

Os estudos sobre o feminino ao longo da história, associados às investigações do cotidiano, têm promovido as pesquisas por meio de fazeres e locais de escrita reflexiva do dia a dia. Os cadernos de receitas e os diários, são possíveis lugares de escrita de si, que guardam vozes silenciadas pela história⁴⁴⁹. Segundo Sônia Magalhães, sobre os manuscritos privados:

Esse tipo de manuscrito doméstico e de caráter privado apresenta narrativas de experiências pessoais femininas e sem pretensão à publicação, distinguindo-se pela construção livre do texto e com ausência das convenções formais da escrita. Nesse ato biográfico elas dotam o mundo que as rodeia de significados particulares, conectados com suas

⁴⁴⁸ BRITTO, Clovis Carvalho. Gramática expositiva das coisas: a poética alquímica dos Museus-Casas de Cora Coralina e Maria Bonita. Salvador, 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

⁴⁴⁹ SILVEIRA, Juzelia de Moraes; GUIMARÃES, Leda. Maria de Barros. Diários, cadernos de receitas. Escrita de si e outras feminilidades. In: Seminário de Cultura Visual, 2012, Goiânia. ANAIS do V Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual. Goiânia-GO: UFG, FAV, 2012, p.1114.

próprias vidas, que de forma alguma necessitam ter qualquer atributo excepcional para serem dignas de serem lembradas.⁴⁵⁰

As memórias contidas nos diversos papéis encontrados entre as folhas de cadernos, na agenda e num pequeno álbum de fotografias, evocam movimentos da vida da Dindinha, que possibilitam a compreensão do contexto sociocultural das mulheres de sua época. A singularidade dos desenhos e dos textos manuscritos e datilografados de seu acervo, desvelam a visão das subjetividades que permeiam o universo pessoal e profissional da autora.

Dindinha era dotada de grande habilidade e desenvoltura na arte da costura e das técnicas de modelagem, bordado, crochê, tricô, na produção de artigos e acessórios de vestuário, como bolsas, chapéus, sapatos. Sua determinação e ousadia evidenciavam um grande potencial de compartilhar seu talento para além de sua vida privada. No entanto, toda sua produção ficou restrita ao ambiente doméstico e familiar. Provavelmente, sua obra, rica em cores exuberantes e diversificadas, com formatos diferenciados e ornamentação abundante, era vista como ousada e arrojada para os padrões da época, ainda mais em se tratando de uma autora mulher, o que possivelmente dificultou a visibilidade pública e o reconhecimento de suas aptidões como modista profissional.

Os cadernos de receitas e de croquis deixados por Dindinha, preservados por seus familiares, contém escritas reflexivas que revelam fatos do seu cotidiano. São diários que apontam traços privados de sua personalidade, reúnem fragmentos de sua época, ilustram os cuidados com alimentação, saúde e beleza (Fig. 2 e 3); destacam o interesse pela arte (Fig. 4), espiritualidade (Fig. 5) e ciência (Fig. 6), a busca por crescimento pessoal e pelo aprendizado de línguas estrangeiras, entre outros. Seus croquis, retirados do Jornal Estado de Minas, das Revistas Burda, Elle, registram seus gostos e afinidades na arte da costura e da modelagem e suas preferências estilísticas. São testemunhos de suas descobertas, tarefas, dedicações e de seus prazeres.

Figura 2

Figura 4

Figura 5

450 MAGALHÃES, Sônia. Maria. A escrita culinária em Minas Gerais nos séculos XIX e XX. O Caderno de Receitas de Plautina Nunes Horta. In: *Relações de Gênero e História: emoções, Corpos e Sexualidades*. v. 72 (2021) Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/54706>> Acesso em: 19/06/2022.

Figura 6

No século XIX, segundo J. Hebrard, ocorre o deslocamento do sentido de crônica para o conceito de diários íntimos, e o caderno se torna o suporte destas escritas⁴⁵¹. Michele Perrot discorre sobre o silêncio das vozes das mulheres nos arquivos e o difícil acesso às escritas femininas. Ainda no século XIX, a queima dos diários pelas autoras era um hábito frequente. A leitura e a escrita eram malvistas para as mulheres, consideradas práticas transgressoras dos propósitos do casamento e do lar. Muitas vezes, escreviam em segredo e queimavam os registros dos limites ultrapassados, que não faziam parte do mundo construído para elas. Assim, ao queimar os diários, as autoras “apagavam delas mesmas as marcas adquiridas dos passos que deram no mundo, como se deixá-las transparecer fosse uma ofensa à ordem”⁴⁵².

A prática da escrita, segundo Michel de Certeau, pode ser vista como um modo de relação reflexiva do sujeito com o mundo em que está inserido, sendo a página em branco, um dos principais elementos deste processo⁴⁵³. Segundo Juzelia Silveira & Leda Guimarães, “A página vazia, em branco, evoca os movimentos relatados e organizadas por palavras e imagens que dizem de seu autor”⁴⁵⁴, constituindo-se um diário íntimo, construído de modo fluido, diferentemente da tarefa enfadonha do dia após dia. Este lugar pensado como uma construção individual, construído a partir de uma única “voz”, reflete também a fala de inúmeras outras pessoas em conexão às do narrador, acabando por determinar o processo de autoria.⁴⁵⁵

Considerações Finais

Os cadernos da Dindinha contêm as suas memórias, narram seus pensamentos, os modos e fazeres, as fontes de inspiração de sua obra. As anotações e os desenhos deixados em seus caderninhos de receitas e croquis, chás medicinais, orações, ilustram os cuidados dedicados à alimentação, saúde, beleza, e crescimento pessoal. Esses fragmentos do passado, materializados em palavras, textos, desenhos, fotografias, colagens e os diversos papéis avulsos colecionados,

⁴⁵¹ HERBRARD, J. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, A. et al. (Org.). Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-62.

⁴⁵² PERROT, Michele. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

⁴⁵³ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1964.

⁴⁵⁴ SILVEIRA, Juzelia de Moraes; GUIMARÃES, Leda. Maria de Barros. Diários, cadernos de receitas. Escrita de si e outras feminilidades. p.1115.

⁴⁵⁵ SILVEIRA, Juzelia de Moraes; GUIMARÃES, Leda. Maria de Barros. Diários, cadernos de receitas. Escrita de si e outras feminilidades. p.1115.

somados à sua coleção de peças e acessórios do vestuário, possibilitam conhecer melhor a personagem, compreender o pensamento de sua época, e das mulheres de seu tempo.

As fontes privadas reforçam os laços das mulheres com a esfera doméstica, inseridas na aparente repetição do cotidiano. Por outro lado, também acentuam a própria feminilidade e a singularidade de cada indivíduo, ao se fazer uma leitura mais apurada e investigativa da vida de cada uma, considerando-se a história pessoal, suas características e peculiaridades. Encontrar os cadernos, interpretar as escritas e os desenhos, associados à preservação dos objetos criados e colecionados, ameniza a efemeridade das narrativas das mulheres, cujas memórias apresentam caminhos estreitos entre a confecção e o descarte.

A professora e modista Dindinha, vestiu a si e ao futuro, com suas memórias e histórias registradas em cores e sabores, recortes e vieses de seus caderninhos, papéis e coleções de roupas e artefatos. Tudo isso se soma à tessitura da biografia de uma personalidade original, criativa e inovadora da sociedade mineira no século XX.

Imagens

Figura 1: Dindinha - Coleção de crochê e tricô.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 2: Dindinha – Croquis e Cuidados com alimentação e saúde.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 4: Dindinha – Croquis e curiosidades das artes.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 5: Dindinha – Busca espiritual.

• Orai na Presença Eu! Sou!
 • Flamejai a Poderosa Chama
 • Transmutadora Violeta dissolvi esses
 • desejos libertai-me de suas causas
 • e efeitos passados, presentes e futuros
 • substituí todas as suas imperfeições
 • pela Vossa Luz, Liberdade, Misericórdia, Pureza, Compaixão e
 • ^{perfeição} Mantende Vosso Domínio
 • Absoluto, agora e para sempre.
 • Apelo para a necessidade - 3 X ao
 • dia visualizando falar dentro
 • da Chama Violeta dos pés até
 • acima da cabeça,
 • ?

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 6: Dindinha – Curiosidades e ciência; desenho de bordados.

Ocalid Ralodomancia - Técnicas para
 Dowan indicar as energias curativas,
 psicotrônica - interações bioenergéticas
 a distância com objetos e pessoas

Ed. Ictons (fuo) - Força
 Terra Força magnética - solar

Erva Baleeira
 (Cordia verbenacea)
 outros nomes Maria preta
 Maria Milagrosa - Latinga
 de porco, Ubelho de galo
 seus frutos parecem uma
 pequena espiga de milho 3 ms
 de altura folhas ásperas, apertadas,
 pequenos cachos de flores brancas
 para este uso: rosel - midurar
 com Garra de Diabo 2 plantas
 num 50 ml

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

ST16: Fontes, Acervos Digitais e Ensino de História: pesquisa, memória e contemporaneidade

Vinicius Bonifacio Santos Alves

vinicius.nikima@gmail.com

George Leonardo Seabra Coelho

george.coelho@hotmail.com

Sávio Queiroz Lima

savio_roz@yahoo.com.br

No início da segunda década do século XXI a humanidade foi assolada pela pandemia da Covid-19, o que acarretou o isolamento social imposto pelas condições críticas de saúde pública. Tal conjuntura estimulou a problematização das potencialidades do meio digital/virtual, particularmente no campo do ensino e da pesquisa científica. Com a crescente popularização da internet, mídias digitais e tecnologias digitais, torna-se importante – no campo da pesquisa e ensino de História – problematizar o quanto esses produtos provocam transformações na comunicação e no acesso à informação. Essas mudanças têm criado novas necessidades de consumo, despersonalizaram as relações e, ao mesmo tempo, reformularam as relações entre os sujeitos e o tempo. Para além das preocupações referentes às variedades de equipamentos comercializados, das formas como foram inseridos nos imaginários sociais e das formas como vêm modificando as relações sociais, torna-se fundamental que os historiadores incorporem esses debates em suas práticas de pesquisa. Entendemos que a escrita da História e o ensino de História ganharam um fôlego até então pouco experimentado, encurtando distâncias e aproximando pesquisadores. O objetivo deste Simpósio Temático é se tornar um espaço para debater os usos de fontes digitalizadas na pesquisa histórica, assim como problematizar o ensino de história/educação histórica a partir das tecnologias digitais. Entendemos que o professor/pesquisador pode utilizar os recursos digitais de diferentes formas, pois a sociedade atual não pode prescindir dos inúmeros recursos midiáticos e tecnológico, porque toda ação e reflexão passa a ser volatizada e, por isso, atomizada frente ao novo. Frente a essas questões, o presente Simpósio Temático têm o objetivo de aceitar trabalhos que possam: ampliar o debate referente as pesquisas dedicadas as diferentes mídias – digitais e analógicas – e suas interfaces históricas; provocar o debate sobre a história social da tecnologia, seus métodos, suas abordagens e suas fontes; problematizar os usos das

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha

31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

tecnologias digitais e mídias digitais no processo ensino aprendizagem de História; levantar questões sobre publicização dos conhecimentos históricos e das Fake News nas redes sociais e mídias digitais; e discutir os impactos destas inovações tecnológicas entre as comunidades tradicionais, indígenas e/ou quilombolas. Ao propor este Simpósio Temático, pretendemos abrir a possibilidade de dialogar no âmbito da pesquisa em história e no ensino de história, onde os pesquisadores possam expor suas pesquisas concluídas ou em andamento e, assim contribuir significativamente com esse tema no campo da pesquisa/ensino de História.

Digitalização e catalogação do acervo de jornais do centro de memória social (cms)

Mariana Gabriela Borges Matos da Silva⁴⁵⁶

Débora Caçelato de Souza⁴⁵⁷

Resumo: O Centro de Memória Social (CMS) da *Universidade do Estado de Minas Gerais* localizado na cidade de Passos era conhecido como “Laboratório de História”. Ele possui em seu acervo documentos, livros, equipamentos de comunicação, roupas e brinquedos dentre outros materiais diversos cuja principal função é servir à História e preservar a Memória do sudoeste mineiro. Um dos componentes mais importantes e também mais frágeis do acervo é a série de jornais históricos que majoritariamente diz respeito à fase republicana da história do sudoeste. Esta comunicação tem por objetivo apresentar as potencialidades de dois jornais que estão sob a guarda do CMS e que não se encontram disponíveis (ainda) em nenhuma plataforma *on-line*: *O Sudoeste* – com edições de 1946-1990 – e o *Gazeta de Passos* – com edições de 1940-2000. Até o momento não foi possível obter informações sobre a história desses jornais e seus editores, porém ao consultá-los não é difícil perceber a riqueza dos conteúdos a respeito da região mineira que compreende o município de Passos e arredores, além do recorte temporal coincidir com o tempo da instalação/construção da usina de Furnas, algo que foi determinante para que a cidade de Passos viesse a se tornar um polo comercial e industrial. Desse modo, tal acervo de jornais históricos constitui um patrimônio fundamental do vínculo entre o passado e o presente do sudoeste mineiro. Como resultado, a digitalização e futura publicação, não somente preserva o acervo como também o tornará acessível para pesquisadores, estudantes e demais interessados.

Palavras-chave: Conservação; Jornais; CMS.

Contexto:

Desde do segundo semestre do ano de 2020 o Brasil se encontra assolado com o novo vírus nomeado COVID-19, o que resultou em uma pandemia e mudanças trágicas na vida da população. A pandemia afetou completamente o campo da educação. Segundo o questionário

⁴⁵⁶ Graduanda do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Passos, e bolsista do Programa de Apoio à Extensão (PAEx) – edital 01.2022. E-mail: marii_borges10@hotmail.com

⁴⁵⁷ Professora/Orientadora do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Passos. E-mail: debora.souza@uemg.br

aplicado pelo *Inep* por meio do Censo Escolar entre 2021 e 2022 cerca de mais de 98% das escolas do País (públicas, estaduais e privadas) adotaram estratégias não presenciais de ensino e optaram por estratégias virtuais⁴⁵⁸. De acordo com a *Fundação Abrinq*, a avaliação do *Ministério da Educação* (MEC), os principais riscos decorrentes da suspensão das aulas presenciais estão relacionados entre o comprometimento do calendário escolar, os retrocessos do processo educacional e da aprendizagem dos estudantes, os danos estruturais e sociais para os estudantes e as famílias de baixa renda e o abandono e o potencial aumento da evasão escolar.⁴⁵⁹

Nesse sentido, a pandemia além de afetar drasticamente o campo da educação como visto anteriormente assolou também o campo da pesquisa científica, algo que será exposto no decorrer desse artigo.

O projeto é realizado no Centro de Memória Social (CMS) da Universidade do Estado de Minas Gerais localizado na cidade de Passos. Ele possui em seu acervo documentos, livros, equipamentos de comunicação, roupas e brinquedos dentre outros materiais diversos cuja principal função é servir à História e preservar a Memória do sudoeste mineiro. Um dos componentes mais importantes e também mais frágeis do acervo é a série de jornais históricos que majoritariamente diz respeito à fase republicana da história do sudoeste do estado de Minas Gerais.

O presente projeto de extensão iniciou seus trabalhos no ano de 2020. Infelizmente a pandemia do COVID-19 impossibilitou a execução completa almejada. No final do ano de 2020, docente e bolsista obtiveram a possibilidade de iniciar os trabalhos e buscar alternativas de adequação das condições para o desenvolvimento preliminar do projeto extensionista.

No início do projeto não se sabia, qual/quais jornais estavam sob a guarda do CMS. Foi realizado um levantamento inicial conduzindo a separação e listagem preliminar dos anos de edições que o acervo continha. Essa primeira parte foi fundamental para que a orientadora e a discente estabelecessem quais jornais deveriam ser digitalizados e catalogados. Assim sendo, descobriu-se a proeminência de dois jornais abrigados no acervo e que são extremamente importantes para compreender Passos e região, são eles: *O Sudoeste* e o *Gazeta de Passos*.

Introdução – Projeto 2021:

⁴⁵⁸ Divulgados dados sobre impacto da pandemia na educação. Inep, 2022. Acesso em: 04 de maio de 2022.

⁴⁵⁹ Entenda como a pandemia impactou a Educação no Brasil. Fundação ABRINQ, 2021. Acesso em: 04 de maio de 2022.

Em primeiro momento foi realizado inicialmente uma formação teórica, composta por leituras bibliográficas, vídeos do YouTube e cursos disponíveis pela *Escola Nacional Administrativa Pública – Enap*.

Após foi realizado um levantamento em plataformas virtuais de acervos jornalísticos como: *Biblioteca Nacional Digital Brasil* e *Arquivo Público Mineiro*, e sobre a história de tais jornais, da qual não houve sucesso. De *O Sudoeste* não encontramos nenhum material. Já do *Gazeta de Passos*, encontramos algumas edições disponíveis na *Biblioteca Nacional Digital Brasil*, que foram catalogadas (tabela 1) e salvas em formato PDF (Imagem 1). A finalidade do levantamento se dá pelo fato de não sabermos se os jornais já não estariam digitalizados e disponíveis na rede virtual de informações, evitando retrabalho.

Ao todo são 29 títulos diferentes de jornais encontrados no CMS (tabela 2); 15 não foram localizados na internet (tabela 3), e 11 encontrados. Destes últimos, 4 foram catalogados e algumas edições salvas em PDF, entre eles: *A Vanguarda* (Cássia – MG, 177 edições, nos anos 1927, 1933 e 1935 a 1941); *Folha do povo* (Guaxupé – MG, 5 edições, 1979); *Correio de Passos* (24 edições, 1924 e 1933); e *Gazeta de Passos* (48 edições, sendo 47 de 1979 e 1 de 1887). Todos foram localizados na *Biblioteca Nacional Digital Brasil* ou no *Arquivo Público Mineiro*. Os que não foram catalogados e salvos em PDF (tabela 4) devem-se à exclusividade para assinantes do jornal, como no caso do jornal *Folha da Manhã* (Passos – MG) ou já disponibilizaram todas as edições gratuitamente, como o *Estado de S. Paulo*, que garantiu o acesso a exemplares publicados desde 1875.

Projeto 2022:

O Centro de Memória Social abriga 58 (cinquenta e oito) edições do jornal *O Sudoeste* com um recorte temporal que se estende entre os anos de 1946 até 1990. Em relação ao *Gazeta de Passos*, estão sob a guarda do Centro de Memória 146 (cento e quarenta e seis) edições entre os anos de 1940 até o ano de 2000. Ainda não foi possível obter informações sobre a história desses jornais e seus editores, mas ao consultá-los é possível perceber a riqueza dos conteúdos a respeito da região mineira que compreende Passos e arredores.

O objetivo deste projeto extensionista propõe uma ação centrada em dois eixos: digitalizar para proteger e catalogar para publicizar o acervo histórico de jornais que está sob a guarda do Centro de Memória Social (CMS) da Unidade de Passos. O acervo se encontra em situação de risco devido à falta de infraestrutura (Imagem 2 e 3), tais como a climatização de temperatura e controle de umidade. A proposta é de suma importância para a preservação da memória passense bem como do material que está exposto ao desgaste natural do tempo e das condições de

armazenamento. Projetos como este objetivam aproximar a pesquisa histórica realizada pelos alunos nos bancos das Universidade Públicas com a população local, trazendo à luz novamente o passado importante da comunidade e o que os constituiu (e ainda constitui) com uma cidade proeminente no sudoeste das Minas Gerais.

Entretanto vale ressaltar que, com a digitalização, não se pretende incentivar o descarte. Conforme entende Greenhalgh:

a digitalização deve ser vista como forma de preservação do material e não como meio de descarte dos originais. As atividades como higienização, conservação e controle do ambiente e equipamentos devem ser colocadas como primárias no setor. Ou seja, a digitalização, ao invés de dispensar o acervo de cuidados mais criteriosos, exige um reforço na preservação do mesmo.⁴⁶⁰

Uma vez protegido e digitalizado o acervo sob risco, o segundo eixo de ação é catalogar o material digitalizado por data e por tema para disponibilizá-lo pública e livremente na internet (preferencialmente com *upload* no blog do centro de Memória e por meio de seus canais oficiais em redes sociais, como tem feito desde sua fundação)⁴⁶¹, tornando-o acessível para pesquisadores, estudantes e interessados no acesso a documentos acerca da história do sudoeste do Estado de Minas Gerais. A escolha desse material de pesquisa se deu por ser um dos componentes mais importantes do acervo do CMS que é a série de jornais históricos que majoritariamente diz respeito à fase republicana da história no sudoeste de Minas Gerais, isto é, são documentos que registram o período a partir da organização da República no Brasil e do momento em que Passos passou a existir como município composto com uma prefeitura politicamente independente. O acervo estende-se aos anos 1960, quando a cidade atravessou uma transição da predominância do meio rural para o meio urbano, processo que se deu, notadamente, sob o impacto da construção da Usina de Furnas na região, o que foi determinante para que a cidade de Passos viesse a se tornar um polo comercial e industrial para a região. Desse modo, tal acervo de jornais históricos é um patrimônio fundamental do vínculo entre o passado e o presente do sudoeste do Estado de Minas Gerais. “A preservação da memória documental é uma atividade imprescindível para a investigação da história do ser humano e para a construção da identidade cultural dos diferentes povos”⁴⁶². Os

⁴⁶⁰ GREENHALGH, Raphael Diego. Digitalização de obras raras: algumas considerações. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 16, n.3, Jul./Sept. 2011. 3 p.

⁴⁶¹ Cf. <https://centrodememoriasocial.blogspot.com/p/pagina-inicial.html>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

⁴⁶² BARROS, Micaele Cavalcante de. FONSÊCA, Kivia Dulce. AMORIM, Sara Raphaela Machado de. ACERVOS, FONTES, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: A RELEVÂNCIA DOS DOCUMENTOS
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

jornais inicialmente escolhidos para digitalização e catalogação, i.e, o *Gazeta de Passos* e *O Sudoeste*, coincidem com o tempo da instalação/construção da usina de Furnas.

A digitalização e futura publicização do acervo históricos de jornais interessa a pesquisadores, professores e estudantes de história e áreas afins, além da comunidade local no tocante ao passado da cidade de Passos e região. Cabe lembrar que o centro serve como um laboratório do curso de História, em que professores e alunos podem e devem desenvolver pesquisas e trabalhos de conclusão de curso com as diversas temáticas presentes nos jornais.

O Centro de Memória também possui uma função museológica importante junto à cidade, disponibilizando objetos que contam a história da localidade e da região em uma temporalidade muito heterogênea e alargada, o que atrai estudantes da rede básica de ensino – um público alvo que igualmente se pretende alcançar com este projeto.

O projeto retornou de forma presencial no mês de maio de 2022. No primeiro momento, o acervo será diagnosticado, a fim de verificar as condições do material e identificar possíveis agentes degradadores e condições de armazenamento. A seguir, o material será higienizado, classificado e organizado para facilitar os próximos procedimentos. Uma vez realizado a limpeza e a organização do material, os mesmos serão acondicionados em espaço próprio, sob proteção de umidade e luz, para posterior processo de captura de imagens.

A respeito da digitalização, se valerá da facilidade de acesso à tecnologia largamente disponível hoje para a captura em imagem em boa resolução produzindo, com isso, cópias digitalizadas com qualidade satisfatória para o acesso de visitantes dentro do CMS e para divulgá-las na internet.

Após a conclusão da fase de digitalização, a catalogação do acervo utilizará um sistema simples de tabelas.

Considerações finais:

A projeção de resultados deste projeto de natureza extensionista espera, em primeiro lugar, colaborar para a conservação preventiva do acervo bibliográfico mais frágil do CMS, que são os jornais históricos. Em segundo lugar, o produto gerado por este projeto de pesquisa – o acervo digitalizado e sua divulgação pública – contribuirá para a conscientização acerca da importância da

preservação do Patrimônio Histórico e Cultural e, além disso, ampliará o acesso à documentação histórica concernente ao sudoeste do Estado de Minas Gerais. Por fim, o trabalho do início do projeto até sua conclusão para a entrega do produto final oferecerá uma oportunidade para o processo de aprendizagem dos estudantes de graduação e que, além disso, conjugará ensino, pesquisa e extensão.

Anexos:

Tabela 1

	A	B	C	D	E	F
1	NOME DO JORNAL: Gazeta de Passos - Jornais encontrado: Biblioteca Nacional digital Brasil					
2						
3	Data do Jornal:	Ano Edição:	Nº de Edição:	Nº de páginas:	Periodicidade (semanal/mensal):	Local de Publicação:
4	20 de agost. de 1887	V	242	4	Semanal	Passos
5	14 de jan. de 1979	XXXVI/ II	2244	6	Semanal	Passos
6	21 de jan. de 1979	XXXVI/ II	2245	6	Semanal	Passos
7	28 de jan. de 1979	XXXVI/ II	2246	6	Semanal	Passos
8	04 de fev. de 1979	XXXVI/ II	2247	4	Semanal	Passos
9	10 de fev. de 1979	XXXVI/ II	2248	4	Semanal	Passos
10	17 de fev. de 1979	XXXVI/ II	2250	4	Semanal	Passos
11	24 de fev. de 1979	XXXVII/ III	2252	4	Semanal	Passos
12	02 de mar. de 1979	XXXVII/ III	2254	6	Semanal	Passos
13	10 de mar. de 1979	XXXVII/ III	2255	4	Semanal	Passos
14	17 de mar. de 1979	XXXVII/ III	2256	6	Semanal	Passos
15	24 de mar. de 1979	XXXVII/ III	2257	4	Semanal	Passos
16	31 de mar. de 1979	XXXVII/ III	2258	6	Semanal	Passos
17	07 de abr. de 1979	XXXVII/ III	2259	6	Semanal	Passos
18	21 de abr. de 1979	XXXVII/ III	2260	6	Semanal	Passos
19	28 de abr. de 1979	XXXVII/ III	2261	6	Semanal	Passos
20	05 de maio de 1979	XXXVII/ III	2262	6	Semanal	Passos
21	12 de maio de 1979	XXXVII/ III	2263	4	Semanal	Passos

Título: Tabela utilizada para catalogação

Fonte: Tabela criada por Mariana Gabriela Borges Matos da Silva

Imagem 1



Título: Jornal Gazeta de Passos salvo em PDF

Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>

Tabela 2

CATÁLOGOS DE JORNAIS	
JORNAIS EXISTENTES:	
A TRIBUNA	
A VANGUARDA (CASSIA - MG)	
A VANGUARDA (RJ)	
ARCO DO TRIUNFO	
CLUBE DA LEITORA MIRIM/BROTINHO/ O JORNAL DO RIO DE	
CORREIO DE PASSOS	
CORREIO DOS LAGOS	
ESTADOS DE MINAS E ESTADO DE MINAS (FEMININO) É O ME	
FOLHA DA MANHÃ	
FOLHA DE S. PAULO	
FOLHA DO POVO (GUAXUPÉ)	
GAZETA DE PASSOS	
GIRO DA NOTICIA	
JORNAL DE DOMINGO (CAMPINAS)	
JORNAL TORPELANDIA	
JORNAL VENDO E CONHECENDO	
NOTÍCIAS POPULARES	
O CRUZEIRO DO SUL	
O ESTADO DE S. PAULO	
O JORNAL CLUBE DA LEITORA	
O JORNAL DE MINAS	
O K-CHIQUE	
O SUDOSTE	
O SUPLEMENTO FEMININO	
SEMANA PASSENSE	
VALE DO RIO GRANDE	
VALOR ECONOMICO	
VOZ DAS COLEGIAIS	
VOZ INFANTIL	

Título: Tabela realizada com a listagem dos jornais encontrados no CMS

Fonte: Tabela criada por Mariana Gabriela Borges Matos da Silva

Tabela 3

CATÁLOGOS DE JORNAIS	
JORNAIS NÃO LOCALIZADOS:	
A TRIBUNA	
ARCO DO TRIUNFO	
CLUBE DA LEITORA MIRIM/BROTINHO/O JORNAL DO RIO DE JANEIRO	
CORREIO DOS LAGOS	
CRUZEIRO DO SUL	
GIRO DA NOTICIA	
JORNAL DE DOMINGO (CAMPINAS)	
JORNAL TORPELANDIA	
JORNAL VENDO E CONHECENDO	
O K-CHIQUE	
O SUDOSTE	
SEMANA PASSENSE	
VALE DO RIO GRANDE	
VOZ DAS COLEGIAIS	
VOZ INFANTIL	

Título: Tabela dos jornais não localizados na internet

Fonte: Tabela criada por Mariana Gabriela Borges Matos da Silva

Tabela 4

CATÁLOGOS DE JORNAIS	
JORNAIS QUE NÃO SERÁ SALVO EM PDF:	
A VANGUARDA (RJ) - Ed. 1 a 38 de 1885 e Ed. 39 a 153 de 1886 site: http://memoria.bn.br/docreade	
ESTADOS DE MINAS E ESTADO DE MINAS (FEMININO) É O MESMO JORNAL - site: https://www.em.co	
FOLHA DA MANHÃ - edições disponíveis para quem é assinante site: http://dicfolha.com.br/	
FOLHA DE S. PAULO - edições disponíveis desde de 19/02/1921 gratuitamente no site: https://acervo	
NOTÍCIAS POPULARES - Para você que nunca ouviu falar no jornal popular, ele é também muito conh http://bd.folha.uol.com.br/bd_pesquisa.htm ou os telefones (011) 3224-3985 (011) 3224-4577	
O ESTADO DE S. PAULO - edições disponíveis desde de 04/01/1875 gratuitamente no site: https://ace	
O JORNAL CLUBE DA LEITORA (RJ) - achei para vender. Site: https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.a	
O JORNAL DE MINAS - Ed. 1 a 284 - 1890/ Ed. 1 a 121 - 1891 site: http://www.siaapm.cultura.mg.gov	
O SUPLEMENTO FEMININO - É lançado o Suplemento Feminino do Estadão. Uma evolução da seção f	
VALOR ECONOMICO - site disponível: https://valor.globo.com/ e edições disponíveis para quem é ass	

Título: Tabela dos jornais que foram localizados na internet. Porém não foram salvos em PDF e nem catalogados

Fonte: Tabela criada por Mariana Gabriela Borges Matos da Silva

Imagem 2



Título: Jornais armazenados antes do projeto

Fonte: Foto tirada por Mariana Gabriela Borges Matos da Silva

Imagem 3



Título: Jornais armazenados durante a execução do projeto
Fonte: Foto tirada por Mariana Gabriela Borges Matos da Silva

“Professores-influenciadores”: a construção do ethos e o processo de identificação como atrativo para o ensino de história na internet

Bruna Giovanna da Silva,
mestranda em História pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), e-mail brunagiovanna34@gmail.com

Vinícius Breneer Silveira,
mestrando em História pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), e-mail viniciusb3838@gmail.com

Resumo: No contexto da pandemia da Covid-19, os canais de *YouTube* relacionados à divulgação de conhecimento histórico tiveram seu papel maximizado no processo de ensino-aprendizagem. Este ensaio crítico tem por objetivo analisar o fenômeno que denominamos como "professores-influenciadores", considerando que a lógica em que orienta a atuação desses formula-se mediante a equação de quem se é e daquilo que se deseja vincular. Para isso, há um processo de formulação de um “eu virtual”, resultado de uma construção da personalidade transpassada pela relação com a plataforma, o ensino escolar não-institucional e o público-alvo. Visamos identificar a construção da imagem-personalidade dessas figuras, bem como elencar os elementos técnicos e de organização de seus conteúdos. Para tanto, selecionamos como objeto de análise dois agentes que veiculam conteúdos históricos na plataforma de vídeos do *Youtube*: Débora Aladim e Felipe Castanhari. Nossas considerações são orientadas metodologicamente sob dois eixos: o primeiro recai sob a análise do discurso, guiados pelos estudos dos linguistas Mikhail Bakhtin (2006) e Dominique Maingueneau (2005), objetivando compreender a construção do *ethos* (personalidade) dos “professores-influenciadores” relacionada à conformação de um *estilo* (formas como os conteúdos são veiculados), calcada na noção de *performance*. Em paralelo, em face do segundo eixo metodológico, a partir de uma abordagem transmídia, proposta por Carlos Scolari (2018) elencamos algumas categorias que nos permitirão problematizar os principais mecanismos de “captura de atenção”, a saber: os discursos dos vídeos, as formas pelas quais são produzidas representações sobre a História; os recursos técnicos utilizados. Por fim, nossas reflexões justificam-se pela imperatividade de compreender a inegável utilização da internet como um recurso fundamental para a prática didática contemporânea, inclusive incorporada pelos currículos nacionais de ensino.

Palavras-Chave: Internet, Ensino de História, Influenciador, Ethos.

Introdução

Ao discutirmos sobre educação muitas são as questões que se sobrepõem, principalmente quando consideramos a noção pedagógica somada ao ambiente virtual. Inerentemente, traçamos tópicos que congregam o reconhecimento das mais diversas crises, contradições e expectativas que formulam o processo de “aprender e ensinar”. Sob tais preâmbulos nos vimos, em diferentes momentos de nossa trajetória acadêmica, refletindo sobre os desafios que são impostos ao Ensino

de História. Nessas várias ocasiões, o projeto de extensão “Curta História”⁴⁶³ da Universidade Federal de São João del-Rei, do qual somos membros, tornou-se um amparo como espaço de reflexão crítica sobre como a inserção da internet como meio e suporte educativo poderia mobilizar as relações de ensino, institucionais ou não. As discussões ficaram ainda mais recorrentes a partir da pandemia de Covid-19, momento em que o ensino remoto, dependente da internet, tornou-se a única forma de prosseguimento do processo pedagógico. Por isso, decidimos traçar uma breve análise sobre agentes que divulgam informações de história na esfera digital, especificamente no *YouTube*, sendo reconhecidos pelo público como uma espécie de autoridade numérica das redes, não necessariamente ligados às suas formações. Consideramos que tal reconhecimento culmina em uma transmutação do que se enxerga e do que se espera de um professor, trazendo à tona o deslocamento do ensino institucional junto aos estudantes que se sentem atraídos por uma forma que se desenvolve na *web*.

A interatividade proposta pela *web 2.0* proporciona a lógica de um novo regime de poder: a participação ativa dos consumidores na elaboração dos produtos, até mesmo capitalizando a sua opinião sobre determinada marca ou serviço. Significa dizer que as personalidades estão inseridas num processo de “pulverização do privado”, que corresponde a uma nova fase do capitalismo globalizado, geralmente canalizada em “indivíduos-modelos” para “influenciar” as subjetividades seja elas quais forem e, em qualquer instância, desde a mais íntima até a profissional. Dessa forma, talvez a crise da escola enquanto instituição e espaço do saber seja explicada em parte por esse fenômeno. As subjetividades dos alunos estão alicerçadas e permeadas por diferentes modos de ser e estar no mundo e que sugerem uma lógica e códigos (muitos deles de mercado) produzidos fora do espaço escolar. O modelo escolar, ainda hoje atrelado ao século XIX, mostra-se disciplinador e desconexo com “o mundo do aluno”. Há um desencontro sobre a função social da escola nesse contexto, ora como espaço de não aplicação “utilitarista” dos conteúdos ministrados na vida de seu alunado, ora como um espaço normativo, podendo inibir as mais variadas singularidades. Abre-se caminho, portanto, para outras formas ou novos “lugares” de construção do saber, alinhados às dinâmicas sociais da era da informação e do capitalismo globalizado e que, não necessariamente, se preocupam em transmitir valores morais ou éticos, mas “demonstrar resultados e definir objetivos”.

⁴⁶³ Projeto de extensão que visa compreender a relação do ensino de História e a Internet, tanto em suas possibilidades quanto seus desafios, coordenado pelos professores Alfredo Nava Sanchez e Ingrid Silva de Oliveira Leite, ambos do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del Rei. Disponível em: https://ufsj.edu.br/lisufsj/curta_historia.php. Acesso em: 21/06/2022.

Na esteira desse processo, a própria constituição do que é ser um professor, como ele se identifica e como ele é reconhecido pelos outros, vem sendo uma problemática na sociedade contemporânea. A autora Nicole Mockler⁴⁶⁴ aponta que a identidade docente - o “ser professor” - parte da dinâmica entre: o ambiente externo da política, o contexto profissional e a experiência pessoal. A revolução digital implica em considerar que novas formas do saber, principalmente balizados pela interatividade das novas tecnologias, apresentam-se como “alternativas” ao ensino escolar. Essa dinâmica produz um impacto direto na formação de subjetividades no ambiente escolar, reconfigurando a ação do professor e da própria escola. Ademais, podemos citar o movimento de formação de *personas digitais* de diversos setores comerciais, que revelam estratégias de marketing para construir uma aproximação mais interativa com o consumidor, criando literalmente uma personalidade aliada à uma determinada marca ou produto⁴⁶⁵. Relacionado a isso, a atuação de divulgadores de informações de história em plataformas de ensino não-formal (como o *YouTube* o *YoutubeEdu*)⁴⁶⁶ podem revelar em algum grau a criação de *personas digitais*, seja de empresas do setor educativo ou personificação de seus próprios canais e conteúdos.

Trata-se fundamentalmente de uma crise de sentido e de organização da escola, que não se fundamenta na diversidade hodierna de seu corpo discente, docente e funcional, atrelando o conhecimento à uma homogeneidade disciplinar e pragmática⁴⁶⁷. O ambiente digital funciona exatamente de forma contrária: valoriza (e monetiza) a subjetividade num prisma mercadológico, ou seja, caracteriza-se como um “lugar” flexível e dinâmico na constituição do saber e na produção do “conhecimento”, evidentemente mais atrativo ao alunado. Mediante ao exposto, essa pesquisa justifica-se a partir da evidente e constante utilização da internet como um recurso escolar⁴⁶⁸ e de

⁴⁶⁴ MOCKLER, Nicole. Beyond ‘what works’: understanding teacher identity as a practical and political tool. *Teachers and Teaching: Theory and Practice*, v.17, n.5, p.517-528, oct. 2011

⁴⁶⁵ JABORANDY, Maria Clara; NASCIMENTO, Thiago Diniz do. A Importância Das Digital Personas Para a Publicidade Contemporânea. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. Juazeiro - Bahia, 2018.

⁴⁶⁶ NETO, João Oliveira Ramos; Sá, Júlya Pereira de. Ensino de História e educação não formal: o fenômeno das videoaulas do YouTube. *Tecnia*, v.4, n.1, 2019. Disponível em: <https://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/299/118>. Acesso em: 16 de maio, 2022.

⁴⁶⁷ Insere-se nesse processo o sucateamento dos investimentos no ensino público do país, traçado como projeto institucional a partir das reformas operadas no ensino médio desde 2016.

⁴⁶⁸ De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo CETIC-BR (2014) (Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Comunicação e da Informação), 80% da população brasileira acessa a internet pelo menos uma vez ao mês, sendo que desse conjunto 76% são de jovens na faixa etária de 10 a 15 anos e 80% são de idade entre 16 e 24 anos. Ademais, nas atividades relacionadas à educação, obteve-se o índice de que 47% dos entrevistados utilizam a Internet para realizar atividades escolares e 33% estudam na Internet por interesse individual (PESSI, 2015). Ademais, o relatório intitulado “*De Play em Play*”, apontou em julho de 2017, que 95% dos brasileiros acessam pelo menos uma vez ao mês o Youtube, bem como o índice entre as pessoas de 18 a 35 anos é de 96% de acesso na plataforma (DULCI; JÚNIOR, 2019, apud THINK WHIT GOOGLE, 2017)

ensino-aprendizagem no Brasil, inclusive já incorporada nos currículos-base do ensino nacional⁴⁶⁹. Diante disso, busca-se compreender a internet como um espaço de produção de conteúdo histórico (escolar ou não), analisando dois canais na plataforma do *YouTube*, a saber: *Canal Nostalgia* e *Débora Aladim*, com o objetivo de examinar o discurso construído desses dois canais sobre o *ethos* de ser professor na plataforma do *YouTube*. Acreditamos que os vídeos de divulgação de conteúdo histórico possuem uma forma específica de transmitir e organizar seus produtos, o que implica diretamente na forma como são apropriados pelo público e na construção de formas diversificadas de “identidades” por aqueles que os consomem, no nosso caso específico, na criação de personalidades a partir de conteúdos sobre História. Em suma, essa pesquisa também se justifica a partir da inquietação em compreender a Internet como um suporte atrelado ao Ensino de História na contemporaneidade, ou seja, como forma de desenvolver a consciência crítica do aluno em relação às especificidades da experiência temporal vivida⁴⁷⁰.

Nesse sentido, o conceito de *cultura digital* de Kristen Snyder⁴⁷¹ é elementar para essa pesquisa. Segundo a autora, podemos considerar que “a internet é uma ferramenta de empoderamento da juventude, já que permite aos jovens que tomem controle de suas próprias relações sociais e do desenvolvimento de seu conhecimento, gerando um acúmulo de seu interesse, a partir da prática autônoma ao longo de sua vida”⁴⁷². A cultura digital produz e possui valores e ações que lhe são próprias, entrando em conflito, em muitos casos, com a dinâmica escolar. A Internet é um espaço de afirmação para o jovem, influenciando na formação de sua personalidade e da função do professor e da escola. Em concomitância, entendemos como *ethos* o movimento "dialético" da construção da imagem do sujeito enquanto portador do discurso (o eu subjetivo), bem como a projeção que se pode fazer desse sujeito a partir de seus interlocutores⁴⁷³. Diante disso, concebemos que a forma com a qual o discurso é construído pelo *youtuber* – a pessoa na frente da câmera -, a estrutura narrativa, os efeitos audiovisuais e a atribuição de sentido/finalidade estão intimamente relacionadas com a maneira como objetiva que seu conteúdo vinculado na plataforma seja apropriado. Também buscamos compreender que a formação de um *ethos* está

⁴⁶⁹ JÚNIOR, Luiz Martins et al. A inserção das tecnologias digitais no currículo do ensino médio/secundário: Brasil e Portugal. *Rev. Int. de Form. de Professores (RIFP)*, Itapetinga, v. 4, n.3, p. 34-53, jul./set., 2019. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/download/1518/1168>. Acesso em: 16/05/ 2022.

⁴⁷⁰ RUSEN, Jorn. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

⁴⁷¹ SNYDER, Kristen M. The digital culture and “peda-socio” transformation. *Seminar.net – International Journal of media, technology and lifelong learning*. Vol. 3, issue 1, 2007.

⁴⁷² PESSI, 2015, p. 937.

⁴⁷³ MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

ancorada, como propôs Mikhail Bakhtin⁴⁷⁴, na conformação de um *estilo*, ou seja, como o conteúdo é apresentado de forma a produzir um diferencial a si próprio, de acordo com o público que visa atingir. A personalidade dos divulgadores de conteúdo histórico no *Youtube*, portanto, não está apenas relacionada à plataforma, mas a forma como eles se reconhecem e reconhecem seu público. Sua formação fundamenta-se na interatividade estabelecida em relação ao Outro, seja num processo de identificação, de diferenciação ou até mesmo de *influência*.

Canal “Débora Aladim”

O canal “Débora Aladim” é um dos mais famosos sobre a temática educacional no Brasil. Atualmente, possui cerca de 3 milhões e 16 mil inscritos e uma multiplicidade de tipos de vídeos que não se reduzem a videoaulas, contendo materiais de entrevistas, viagens e, até mesmo, vídeos motivacionais. Esse aspecto é fundamental para entender as diversas personas desempenhadas por ela na construção de seu canal, assumindo sempre a perspectiva de que também é licenciada em História, formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Portanto, objetivamos demonstrar como Débora Aladim concilia diversos *ethés* na prática “educativa” de seu canal, aludindo para a construção narrativa de que a educação, em especial o conhecimento histórico escolar, pode ser adquirido a partir de uma concepção utilitária e individual em busca de “sucesso profissional” ou apenas para a superação de “necessidades imediatas”, como provas escolares e vestibulares.

O primeiro *ethos* identificado no canal de Débora Aladim é o de “professora-tranquilizadora ou motivadora”. Nos vídeos mais recentes do canal⁴⁷⁵, frutos de uma parceria entre Aladim e a empresa educativa *Uniassevi*, a respeito de uma prova de supletivo denominada de Encceja, podemos identificar que o conteúdo veiculado não se resume a apenas repassar informações sobre os processos de inscrição ou da prova, mas também construir discursivamente a imagem de Aladim como “tranquilizadora” dos possíveis candidatos que a assistem. Sobre este aspecto, faz discursos sobre a “dificuldade da vida”, proclamando frases como “calma na hora de fazer a prova”, “não se cobrar tanto” e “não se comparar a ninguém”. A dimensão do atrativo reside justamente por direcionar tal discurso a um público que, por diversos motivos, não pode completar os estudos dentro da faixa etária escolar regular. Ademais, alinha a narrativa “tranquilizadora” a frases motivacionais expostas nas edições dos vídeos, demarcando a transmissão do conteúdo. Esse tipo de narrativa é “autorizado” pela própria figura de Débora Aladim, construída e reconhecida como

⁴⁷⁴ BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁴⁷⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/deboraaladim/playlists>. Acesso em: 23/05/2022.

“símbolo de sucesso profissional” a partir do domínio do “conteúdo escolar” usado para obter aprovação em vestibulares.

Em paralelo, Débora Aladim também constrói em seu canal narrativas de identificação com seu público, especialmente na forma como se dispõem no quadro do vídeo. Na maioria das vezes sentada, com uma linguagem mais informal (utilizando gírias e memes), em sua vestimenta e composição dos cenários. É possível perceber também um segundo *ethos* assimilado por ela: “professora-pop”. Há uma série de elementos da cultura pop infanto-juvenil no seu canal, como a própria logo: o símbolo do *Batman* (um morcego) com o nome Débora Aladim inscrito de rosa e em caixa alta. Além disso, os dois cenários que ela mais utiliza. Dentre eles, seu próprio quarto (que também reforça a noção de proximidade e de companheirismo para o público), no qual aparecem bonecos, cartazes e outros objetos que expõem os universos culturais compartilhados entre Aladim e os inscritos. Além disso, a professora apresenta-se quase sempre usando camisetas que fazem referência a desenhos da Disney ou “filmes de super-heróis” famosos⁴⁷⁶. Assim, evidencia-se uma conexão da divulgação do conhecimento histórico escolar com o universo cultural de consumo do público-alvo. Contudo, o *ethos* “professora-pop” ainda é permeado por uma dimensão oral muito marcante. Além de gírias e memes, Aladim utiliza recursos audiovisuais como alívio cômico aliados à sua fala rápida. Tal linguagem “adaptada” imprime uma noção de “identificação natural”, muito difícil de se estabelecer no espaço escolar institucional.

Em relação às videoaulas de História, o canal reserva quadros de História do Brasil (“pelo Brasil”) e de História Geral. Nesses momentos, Aladim assume uma postura mais associada à uma professora de ensino institucional. Entretanto, as aulas de História do Brasil, por exemplo, são “ministradas” em pontos turísticos do país em relação a cada tema abordado⁴⁷⁷. Tal fator apresenta-se como atrativo do canal de Débora Aladim, promovendo uma espécie de inserção “turística” em relação à transmissão do conteúdo. Além disso, nos vídeos sobre viagens, busca-se demonstrar as cenas de bastidores que transmitem as dificuldades em gravar nas localidades, bem como valores e hotéis servindo de dicas ao seu público, personificando a marca de algumas empresas de turismo⁴⁷⁸. É possível identificar, portanto, a construção de mais um *ethos* de Aladim em seu canal: “professora-blogueira”, ao conjugar a exposição de sua vida privada e o conteúdo voltado ao

⁴⁷⁶ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=6eXvHv7EvaQ&t=141s>>. Acesso: 22/05/2022.

⁴⁷⁷ Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=SHI_q3qGIU&t=1073s>. Acesso 22/05/2022.

⁴⁷⁸ Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=4wIM_yLc5Ps&list=PLIdiUrsoqaXMR49tjPCN3qfXGxu9IcMto>. Acesso: 24/05/ 2022.

conhecimento escolar. Relacionado a isso, pode-se ainda verificar o desdobrar de outro *ethos* na construção da imagem de Aladim: “professora-entretenimento”. Em relação a esse fator, podemos citar os vídeos da seção de “curiosidades históricas” e de “entrevistas com convidados”⁴⁷⁹. São vídeos mais dinâmicos, com flexibilidade em relação à linguagem, a edição e conteúdos variados.

Por fim, nota-se um processo de mudança na construção imagética de Débora Aladim ao longo da história do canal, assumindo um novo *ethos*: “professora-empresendedora ou influencer”. Isso é verificável pelos vídeos em que vende produtos de material escolar, cursos preparatórios (inclusive o seu próprio) ou anuncia parcerias com empresas de ensino superior, deslocando a transmissão do conteúdo histórico escolar a uma dimensão utilitária para o alcance de sucesso individual pelo seu domínio⁴⁸⁰. Em última análise, a figura de Débora Aladim personifica propriamente o produto que vende no seu canal do *Youtube*, comercializando não apenas métodos de ensino não formal em plataformas digitais, mas um estilo de vida e um “modo de ser profissional”, que inevitavelmente pode ser comparado ao perfil e atuação do professor da escola de ensino institucional.

Canal Nostalgia

O “Canal Nostalgia” foi criado em 20 de setembro de 2008, mas seu primeiro vídeo só veio a ser publicado em janeiro de 2012, intitulado “TV CRUJ - Nostalgia”⁴⁸¹. Seguindo a tendência de 2016, publicou a história do seu canal⁴⁸² no modelo de “*draw my life*”⁴⁸³, contando que o canal surgiu a partir da vontade de Felipe Castanhari em produzir vídeos de conteúdos sobre os produtos audiovisuais de sua infância, dos anos 80 e 90. Atualmente, conta com 14,4 milhões de inscritos e se constitui como um dos 50 maiores canais do Brasil. Castanhari, formado em animação pela Méliès Faculdade⁴⁸⁴, desde o princípio relacionou sua imagem ao canal, além de ter se tornado influenciador, possuindo 6,4 milhões de seguidores no Instagram e 7,1 milhões no Twitter.

⁴⁷⁹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=0HThrfoessU&list=PLIdiUrsoqaXM5IIuOYMF-1Pu6bFHE2bm1>>. Acesso: 22/05/2022.

⁴⁸⁰ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZPAg9nvDcZ0&t=24s>>. Acesso em 29/05/2022.

⁴⁸¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kYStJyNYUbc&ab_channel=CanalNostalgia> Acesso em: 17/05/2022.

⁴⁸² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i8LJCcu5o0Y&ab_channel=CanalNostalgia> Acesso em: 17/05/2022.

⁴⁸³ O formato “draw my life” consistia basicamente em um vídeo em edição acelerada, de uma filmagem onde uma mão desenha em um quadro branco enquanto a história é narrada.

⁴⁸⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XdcAqK6kgws&ab_channel=FLOWNAVEIA. Acesso em: 22/06/2022.

Os quatro primeiros anos do canal foram marcados pela ideia inicial de Castanhari. Os vídeos abordavam desenhos animados, séries e jogos. Em 2016, foi publicado o vídeo “Adolf Hitler/História”⁴⁸⁵, marco da guinada do canal para o conteúdo histórico. Poderíamos traçar a aproximação do Canal Nostalgia com a História apenas por suas polêmicas, já que pouco tempo depois do primeiro vídeo, Castanhari tornou-se apresentador do programa “Guia Politicamente Incorreto” produzido pelo *History Channel*, baseado na série de livros de Leandro Narloch⁴⁸⁶. O Canal Nostalgia ganhou destaque na seara de canais “educacionais” e consolidou-se como um lugar de conteúdo de história escolar, tratando tanto sobre o passado, quanto sobre o tempo presente.

A *playlist* “Nostalgia História” possui 14 vídeos listados, dentre eles: “O que é Fascismo? Entenda de um jeito SIMPLES”⁴⁸⁷; “500 Anos em 1 Hora / História do Brasil”⁴⁸⁸; “Entenda a Guerra na Síria de um jeito MUITO SIMPLES!”⁴⁸⁹. Existem também vídeos sobre curiosidades, biografias e animações. Partimos da análise do vídeo no qual Castanhari conta a história de vida de Adolf Hitler, com duração de 1 hora e 20 minutos. O vídeo traz informações de sua vida pessoal, seus fracassos e os motivos que o levaram a ser “um dos personagens mais famosos do mundo, que conseguiu transformar a Alemanha em um dos países mais temidos do mundo, mas que ao mesmo tempo era um genocida”. Inicialmente, o *youtuber* comenta que abordará a história, “a ciência humana fascinante que conta a história da humanidade, de todas as milhares de merdas que nós seres humanos já cometemos, cometemos muitos erros”. A partir disso, interpreta como se fosse um aluno que veio até ele reclamar “e eu odeio as aulas de história, meu professor é um filho da puta!”, mas tranquiliza seus espectadores, que suas “aulas” serão completamente diferentes daquelas do “professor chato”, até porque “o nostalgia é um tipo de programa descontraído e muito bem pensado, não vamos ficar aqui falando de datas, de nomes que ninguém conhece, dessas porra”. Ou seja, sua premissa é ser diferente da dinâmica escolar.

485 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d3r70E6Dvfs&list=PL2EJlPZ0iJu7JMchSngqLHyZV_sU91N7Y&index=8&ab_channel=CanalNostalgia. Acesso em: 17/05/2022.

486 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UD7vCLzPY2I&list=PLyb5hnkMlkkc_utIbkkFttfs5wCHuH6xJ&index=13&ab_channel=Eu%2CaPatroaeasCrian%C3%A7asTV. Acesso em: 17/05/2022.

487 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mRRQcTZ1vj0&ab_channel=CanalNostalgia. Acesso em: 17/05/2022.

488 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q7E4XrfGGnE&ab_channel=CanalNostalgia. Acesso em: 17/05/2022.

489 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Jc1XjUH0Ghc&list=PL2EJlPZ0iJu7JMchSngqLHyZV_sU91N7Y&index=13&ab_channel=CanalNostalgia. Acesso em: 17/05/2022.

Em momento algum as fontes de informações do vídeo são citadas. Também não evidencia a participação de algum historiador na elaboração do vídeo. A descrição indica que o roteiro foi criado por Rob Gordon, que é publicitário e roteirista de quadrinhos. Já no segundo vídeo sobre o conteúdo histórico, o “Regime/Ditadura Militar - Nostalgia História”, publicado em 25 de maio de 2016, surge na descrição do vídeo o nome do historiador Caio Vinicius Godoy Mattos contratado em abril do mesmo ano⁴⁹⁰, que também é nomeado como responsável em outros vídeos no canal. De fato, há uma mudança bastante rápida na questão da necessidade básica de ter um historiador na equipe do canal, visto que houve uma mudança no próprio conteúdo. Ainda assim, segue a premissa de distanciamento do conteúdo por parte do *youtuber*, que enfatiza que não se posiciona politicamente: “esse será um vídeo neutro, a ideia de verdade desse vídeo é eu trazer informação... É muito importante que a gente veja a história, aprenda sobre a história para a gente não correr o risco de cometer os mesmos erros já relatados, documentados”.

A partir de 2020, é possível notar uma mudança no canal. O apresentador passa a citar com frequência a existência de uma equipe responsável pelos vídeos, incluindo historiadores. No vídeo “Entenda a guerra entre RÚSSIA e UCRÂNIA - Doc Nostalgia”⁴⁹¹, publicado em 03 de abril de 2022, ele relata que foi feito com a ajuda do “nosso time de história”, com créditos para o historiador Caio Mattos e o jornalista Nivaldo Souza. Os recursos visuais, a edição de sua voz, os cortes e a não necessidade de cumprir com as burocracias o distanciam de um “professor chato da escola”, mesmo que esses subtextos não apareçam no produto final. Em 2019, Renata Cafardo escreveu a matéria “Campeão de audiência no *YouTube*, Felipe Castanhari era mau aluno”⁴⁹². Na entrevista ele afirma “A ideia foi trazer conteúdo de qualidade, mas com a linguagem mais simples possível, para ultrapassar a barreira intelectual do brasileiro” e marca sua visão sobre seu próprio trabalho e sobre seu público: “essa molecada não consegue ficar cinco segundos em um vídeo que acha chato, imagina sentada numa classe durante 50 minutos, olhando para a lousa? Temos que vender educação como entretenimento, como um filme, simples e leve”. Castanhari trata de sua

⁴⁹⁰ Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/caio-vinicius-godoy-mattos-32132b153/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 19/05/2022.

⁴⁹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LmShtQMtcI&t=30s&ab_channel=CanalNostalgia. Acesso em: 18/05/2022.

⁴⁹² Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/campeao-de-audiencia-no-youtube-felipe-castanhari-era-mau-aluno,bd6e63569de2b78dea73edab9b2b5bb7e5ueb1eh.html>. Acesso em: 18/05/2022.

produção sempre pela perspectiva de preencher uma lacuna, assim utiliza espaço de terceiros para rebater as críticas que recebe, como fez em uma de suas participações em *podcasts*⁴⁹³:

[os intelectuais e historiadores criticam] ‘você não fala daquilo e como faltou isso’, o que ele não entende é que o que eu estou fazendo é apresentar o tema para a pessoa que nunca viu, que não faz a menor ideia do que seja. O professor de história também não entende, eu aprendi história e não precisa decorar o nome de cada pessoa e saber o ano de cada coisa. A simples questão do o que eu faço, o que eu faço é para apresentar o tema e é para gerar curiosidade. E eu me utilizo de profissionais, eu tenho Historiador contrato, historiadores essas pessoas estão no meu lado me auxiliando [...] eu que tô lá brother, por isso que tem que ter simplificado, então o grande ‘pulo do gato’ no meu canal é justamente traduzir uma informação mais complexa por uma linguagem simples porque o público em geral [...].

Dessa maneira, como premissa de uma sociedade capitalista, tudo se transforma em produto. Evidentemente, toda produção veiculada no *YouTube* é um produto por si só, demanda de uma boa quantidade de visualizações para ser monetizado, de alcance e engajamento para ser financiado através da publicidade. Sendo assim, a partir do momento em que a História é escolhida como temática central do canal, ela é demandada e transfigurada como produto. Portanto, o interlocutor, tem que chamar atenção dos consumidores pela sua marca/persona/*ethos* e pelo que vende. Se a História é manejada como produto, a própria área do saber tem de ganhar contornos únicos tendo em vista a busca de se tornar atrativa para determinado consumidor em determinada plataforma. Nesse processo, o próprio funcionamento das redes é basilar para compreendermos as estratégias empregadas pelo Canal Nostalgia. É dada preferência àqueles temas que estão em alta nas redes sociais, o vídeo ocupa um espaço de resposta ao público, de amparo para possíveis discussões e isso é amplamente esclarecido quando observamos a introdução de um dos seus vídeos: “É só abrir a *timeline* da sua rede social preferida que em poucos minutos vai aparecer alguém usando essa palavra como xingamento. Mas antes de sair por aí xingando colega de fascista é importante que você entenda o significado dessa palavrinha”⁴⁹⁴. Dessa maneira, o trato sobre temas sensíveis, feridas abertas na sociedade tornam-se valiosos por angariarem números junto ao anúncio de uma simplificação demasiada, citada inclusive em vários dos títulos.

⁴⁹³ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=gXtcafh3eUk&t=53s&ab_channel=CortesPodpah%5BOFICIAL%5D.

Acesso em: 17/06/2022.

⁴⁹⁴

Disponível

em:

<https://www.youtube.com/watch?v=mRRQcTZ1vj0&list=PL2EJJPZ0iJu7JMchSngqLHyZV_sU91N7Y&index=2> Acesso: 18/05/2022.

Como já foi dito, a figura de Felipe Castanhari é irremediavelmente relacionada ao seu canal, dessa maneira, a imagem que ele desempenha corresponde necessariamente a um *ethos* específico que objetiva veicular história, para além de seu canal, incluindo suas outras aparições. Castanhari assume um *ethos* que transita entre o "mau aluno que se interessou por história" ao *showman* que se dispõe a apresentar as temáticas para o maior número de pessoas possível partindo de seu público alcançado anteriormente. O *ethos showman* é caracterizado por Nísia Rosário⁴⁹⁵ como a "mescla de fala e espetáculo", a capacidade de relacionar interatividade e conteúdo informal (neste caso, transformado em informal), sempre com tiradas de humor, buscando a descontração e a informalidade como estratégia de aproximação junto ao público. Além disso, o agente nutre a necessidade de apresentar carisma, fotogenia, boa articulação (verbal e gestual). Tais *ethos*, formas de discurso e de ser, para além de atraírem seu público, possibilitam que Castanhari mantenha uma "distância segura" daquilo que veicula, uma não culpabilização dos problemas que seu discurso possa carregar, visto que ele transmite a mensagem de que é apenas um "apresentador", um ex-mau aluno que é mais parecido com o espectador do que com o intelectual de história que não compreende a realidade do povo brasileiro.

⁴⁹⁵ ROSÁRIO, Nísia Martins do. "Do talk show ao televisivo: mais espetáculo, menos informação". Em questão, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 149-162, jul./dez. 2008.

(RE)PENSA HUMANIDADE: Plataforma educacional para a suspensão desta humanidade.

Ana Laura Uba⁴⁹⁶,
Mariana Laurentino⁴⁹⁷
e Mauro César Castro Junior⁴⁹⁸.

RESUMO

A (RE)pensa Humanidade é um núcleo de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, junto ao Departamento de História, composto por alunos da graduação, pós-graduação e orientação docente, sendo onze colaboradores, divididos em cinco setores: Educação, Acadêmico, Etnomídia, Podcast e Literatura. Precisamente, atua-se com as elaborações de conteúdos de cunho didático-pedagógico com propostas que incentivam o desenvolvimento e a divulgação de possibilidades científicas, divulgação de obras áudio-visuais e literárias de produção, autoria e participação de povos originários no Brasil. Propondo chamar a atenção para afirmação de novas abordagens de narrativas historiográficas que envolvem as chamadas <<Temáticas indígenas>> ou <<Histórias Indígenas>>. Apresentando em seus conteúdos o cumprimento da descolonização das práticas, interpretações, narrativas e agência histórica para a própria reivindicação de existência e resistência de corpos destinados ao epistemicídio e ao genocídio. Tem como objetivo central de produzir e organizar conteúdos feito por colaboradores, de forma gratuita, em um arquivo via plataforma digital. Além de comportar caminhos possíveis para amenizar as negligências em torno da exequibilidade da aplicação da lei 11.645/08, proporcionando a professores, alunos e demais públicos a acessarem uma material gratuito e articulado as demandas e interpretações originárias da contemporaneidade, diante suas contribuições, resistência e existência dentre o núcleo das humanidades. Partindo do olhar e referências próprias destes <<povos>>, produzimos outras formas de abordagens de História Oficial ou do Ensino de História que majoritariamente insistem em construir narrativas com contínuos exotismos, estereótipos pejorativos e subalternização dos corpos, etnias, silenciando a pluralidade e transtemporalidade das <<histórias indígenas>>, sem protagonismo e menor interesse em deslocar-se em ouvir experiências e tradição como referências, distanciando da pretensão de demarcar fatos e subjetividades, determinando e minimizando sujeitos, tradições, cosmos ou qualquer construção de outros mundos possíveis, resumindo a

⁴⁹⁶ Ana Laura de Moraes Uba e Barbosa é graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), atualmente mestranda bolsista CAPES/Cnpq atuando na linha 3: poder, instituição e linguagem no programa de pós graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS-UFOP), co-orientadora do núcleo de extensão: (RE)Pensa Humanidade: plataforma educacional para a suspensão desta humanidade e idealizadora do editorial e plataforma virtual (RE)Pensa Humanidade que deve ser acessado em: www.repensahumanidade.com. Email: analaurauba@me.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8347980571948410>.

⁴⁹⁷ Mariana Teixeira Laurentino é graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), bolsista voluntária no projeto de extensão (RE)Pensa Humanidade: plataforma educacional para a suspensão desta humanidade, colaboradora do setor de Podcast e Educação Básica. Email: mariana.laurentino98@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7624982954873806>

⁴⁹⁸ Mauro César Castro Junior é graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), bolsista PROEX/UFOP no projeto de extensão (RE)Pensa Humanidade: plataforma educacional para a suspensão desta humanidade, colaborador do setor Acadêmico. Email: mauro.castro@aluno.ufop.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1043331022325553>

conceitos, objetos de estudos ou figurantes da construção do conhecimento no âmbito institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Povos originários no Brasil; Conteúdo virtual; Descolonização.

APRESENTAÇÃO

Iniciamos o texto demarcando objetivos mais gerais, alguns dos resultados e apresentações simples das metodologias e organização desta teia de trabalhos que constitui o projeto (RE)Pensa Humanidade no qual deve ser compreendido aqui a partir de três eixos centrais: o primeiro eixo demarca-se críticas à permanência colonialista em transmissão, ofícios, escrita e ensino que envolvem registros historiográficos em torno das experiências, memórias, existências, protagonismo e história de Povos Originários em território nacional. Estes que majoritariamente carregam estereótipos pejorativos, traduções e até mesmo conceitos construídos muitas vezes sob comparações inferiorizante e superficial a complexidade dos olhares Originários e modos outros de estarem e contraírem mundos em continuidades de tradição, pertencimentos coletivos e íntimos que fazem o transtemporalidade de ancestralidades possibilitar novas relações de memória, pertencimento e convivialidade social com equidade e afeto, distantes de disputas.

Como segundo eixo, apresentamos os desafios e ao mesmo tempo propomos e demonstramos em práticas como fazer ser possível transformar mesmo que localmente as transmissões de experiências e protagonismo dos Povos Originários na configuração de memórias e Histórias Oficiais que em urgência devem ultrapassar marcos da história colonial, negando a forma estática que comunidades e corpos Originários são apresentados em narrativas colonialistas que infelizmente se tornam maioria nos espaços de produção de conhecimento, alienando o imaginário popular com exotismos e incapacidades destes em contribuírem não só com o desenvolvimento da Humanidade, mas com o equilíbrio do organismo vivo no qual habitamos e possibilidade a construção de mundos onde o equilíbrio esteja nas relações interpessoais ou comunitárias, em alinhamento com a natureza, e não enxergando-a como algo possível de ser dominado pelo “homem”, nem mesmo é um recurso ao capitalismo, um ponto chave para que possamos por meio da (re)educação e comunicação mais efetivas que possam contribuir para que torne possível relações e mundos que almeje a humanidade existindo no sonho da pluralidade e transversalidade.

Em terceiro eixo apresentamos nossa proposta de produção coletiva, um editorial concentrado em uma plataforma virtual de arquivos, aberto sempre a novas articulações pessoais

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

e institucionais que prezam pelo fortalecimento dos produtos e produções didáticos-pedagógicos, midiáticos, áudio-visual e científicos em comunhão com teorias decoloniais e práticas que contribuam com a descolonização de relações e práticas neste núcleo da Humanidade que articula-se não só as demandas de visibilidades originárias, mas que pensam em reposicionar a práticas multilaterais e transdisciplinares nos processos educacionais e memória social, com respeito a diferenças, afetos, horizontalização epistêmicas, interpretativas plurais e nunca tutelar.

HORIZONTES E PROPÓSITOS

O projeto (RE)Pensa Humanidade de forma simultânea a ação prática e produções dos conteúdos, faz o tecer crítico diante a permanência de conceitos e narrativas colonialistas que são infelizmente majoritárias nos espaços de construção de conhecimentos reconhecidos para tal atividade e tornaria as produções intelectuais e científicas que são desenvolvidas nos espaços universitários e institucionais políticos, de ensino e pesquisa com intensa demarcação de hierarquias e subalternização de corpos, demandas específicas e interpretações que tentam romper com o silêncio imposto pelo projeto hegemônico e denunciam os mecanismo de extermínio ainda vigente que resulta em epistemicídios, necropolíticas e genocídios recorrentes sofridos por comunidades e pessoas originárias, negras, LGBTQIA+, que pela prepotência de poderes “ganham” de forma pejorativa o lugar de minorias condicionadas a tutelas, observações e conceituações externas que sempre o marcaram o outro, exóticos e incapacitados.

Como posicionamento político, intelectual e metodológicos deslocamos nossos referenciais e horizontes teóricos, a interpretações próprias, ou seja, autores que ocupam em transmissões autênticas das experiências do Sul, latino-americanas, decolonial, com auto-inscrições individuais e junto a comunidades e suas tradições, sejam Originárias ou tantas outras múltiplas culturas, identidades, pensamentos e olhares que inspiram a criatividade pela demonstração multifacetada das possibilidades de construir mundos, convivências e práticas plurais, demarcando que as diferença são possibilidades de transversalidade e equidade entre as partes que dividem um só organismo vivo e integralizam o núcleo comum — Humanidade. Este posicionamento assegura a visibilidade de movimentos de descolonização e fortifica os pertencimentos a nossa ancestralidade, entendendo a urgência em marcar fatos da invasão e saque exacerbado em nosso território original, nomeado também como Abya Yala ou Pindorama, e não se limita ao reconhecimento de um marco de glorificações inventadas pelo mito de um inventado Brasil que se inicia em 1500, permanece como subdesenvolvido e dependente do molde civilizatório de colonizadores externos, que precisam forjar superiorização para demonstrar poderes de domínio

intelectual, historiográficos, social, econômico e político tão pouco efetivos a realidade de nosso território que mesmo com toda a complexidade de suas desigualdades, tem demonstrado potência em unir-se em coletivos para que possa preservar e respeitar existência(s).

O deslocamento então dito anteriormente como prática se dá no fazer com que estas “referências outras” que por determinação colonialista e dos projetos hegemônicos foram silenciadas, possam no presente ecoar e se tornar a principal fonte para mudança de nossas mentalidades que são efetivadas justamente ao poder de existir e existir de qualquer sujeito ou comunidade e que possa ser apresentada com autenticidade, autorias próprias e sobretudo respeito às suas particularidades.

Dedicando neste momento a um recorte mais específico de representação e efetiva produção de descolonização nas transmissões das chamadas temáticas indígenas, o projeto (RE)Pensa Humanidade tem apresentado como resultados a produção e disponibilização de conteúdos voltados a visibilidade do presente, memórias e vivências dos Povos Originários no Brasil, assim como tem como devir a reportagem ampla das produções de pessoas autodeclarados indígenas que têm dedicado seus trabalhos e experiências articuladas a demandas do tempo presente, demonstrando a forma transtemporal de resistirem e fazer reexistir neste formato social preocupados em preservar tradições e modos de ver e está no mundo conectados aos princípios originários que podem ser classificados aqui como autorias e produções indígenas, que não se limitam ao passado de exploração e extermínio, mas muito contrário a esta lógica de não existir tem demonstrado a toda comunidade humana as urgências de mudanças integrais de nossas vivências e referências, apostando os prejuízos causados pela civilidade imposta pela colonialidade que tornou ao longo dos anos um cenário recorrente de disputas conceituais e econômicas que levam ao esvaziamento da diversidade e pluralidade para dar espaço a individualismos, competições, esgotamentos de recursos, extinguindo-se as possibilidades de traçar pertencimentos, autonomias e independências de experiências históricas e sociais próprias.

A escolha de dedicar a conteúdos voltados às chamadas temáticas indígenas está na possibilidades e concordâncias em reformular não só as produções especializadas mas caminhando e almejando outras possibilidades a vivências coletivas e formulações de outras memórias sócio-históricas que possam revitalizar os limites tão distantes da potencialidade presentes no pensamento e organizações originárias ao todo social, com isto cumpre-se o objetivo de ampliar e reposicionar contribuições vindas de tradições e sujeitos Originários através da integração horizontal de suas diversidades de identidades, existências, autorias e intelectualidade, criando

estratégias próprias e coletivas para intervir na reprodução e repercussão de universalidades superficiais, que compreendendo a autoria Indígena oportuna-se a traçar um limiar privilegia próprios termos, que vão contra qualquer violência ou inferiorização, expressando assim sua máxima autonomia, sendo comunitário, empatia e liberdade, comportando de forma contrárias ao que propositalmente foi rotulado pela colonialidade que impôs a nos impressões de uma suposta invalidez destas articulações e corpos social, que impediu-o por muito tempo e em muitos locais de formulação de conhecimento sinalizar e visibilizar a buscando a plena colaboração Originária as narrativas históricas, políticas, memória social e debates intelectuais que poderiam unificarmos como uma nação plural que em muitas vezes é negada é colocada como impensável em cenários de disputas epistêmica e pré concepções que marcam os limites e destinos específicos que devem ocupar lugares sociais de prestígio, negado a Originários.

Existe uma urgência de ação social, política, intelectual, educativa e acadêmica a ser assumida que está no rompimento com o hegemônico que se concretiza em colaborações e escutas que cedem espaço integral da construção dos saberes torneado a olhares e interpretações originárias dentro dos espaços "oficiais" de formulação de conhecimentos insistem na ideia de tutores em relação aos Povos Originários, por isto enfrentamos em nossas produções o desafio de colaborar a partir de nossos lugares acadêmicos no fazer reconhecer a necessidade de renovar as práticas de produção do conhecimento, incluindo afetos e mais vida nos conteúdos especializados de temática afro-brasileiras e Indígenas como está assegurado em nossas lei educacionais brasileiras no qual trataremos com mais profundidade nas próximas seções do texto.

Como ferramenta de mediação e democratização de um espaço dedicado a visibilidade e fluxo contínuo de produções decoloniais o projeto (RE)Pensa Humanidade se integraliza também em uma plataforma virtual, projetada como um arquivo de conteúdos diversos, que preza articulações decoloniais e práticas descolonizadoras possíveis pelo trabalho de diversos colaboradores, em um espaço de editorial coletivo, projetado para ampliar o fluxo de publicações didático-científicas e ações sócio-políticas que vão ao encontro do propósito de descolonizar sistemas e mentalidades, construindo juntos espaços para transdisciplinares e pluralidades que emerge nesta temporalidade visando mudanças efetivas a convivialidade do presente e futura.

Encorajando o deslocamento das tutelas recorrentes a inscrição originária e a superficialidade das chamadas temáticas indígenas e histórias indígenas, o objetivo de visibilizar as interpretações originárias é afastar do marco temporal de protagonismo e existências destes apenas a partir do processo de resistência ao colonialismo, que se faz urgente não só as comunidades

originárias mas traça levantes a multiplicidades da humanidade em reconhecer mudanças urgentes diante a memórias e existências em comunhão com a transversalidade cultural e temporal inerente a nós.

Como projeto de extensão universitária, a (RE)Pensa Humanidade conecta o departamento de História, Programa de pós graduação em História e Programa de pós graduação em Letras, instituições educacionais, culturais e patrimonial da Prefeitura Municipal de Mariana, implementando e desenvolvendo matérias e ações didático-pedagógica aplicando os conteúdos e efetivando de forma prática a visibilidade e integrações de referências e interpretações originárias em diferentes espaços sociais, fazendo levante a elaborarmos juntos outras humanidades que permita-nos tecer pertencimento a Origem e consiga traçar mecanismos ao bem viver de todos, admitindo particularidades e pluralidades do presente que impede de serem inscritas como unilaterais.

SETOR ACADÊMICO

O primeiro setor se orienta nos entraves existentes no mundo acadêmico frente à intelectualidade indígena, a conceitos, trajetórias, referências, metodologias e produções acadêmicas de intelectuais indígenas que (re)pensam todo o fazer acadêmico ocidental. Visa ampliar possibilidades para graduandos, licenciandos, pesquisadores e professores universitários.

Cumprindo com o objetivo de ocupar os espaços científicos e acadêmicos como aliados não-indígenas ao movimento de visibilizar e basear-se nas produções particulares junto a mentalidades, reivindicações, referências bibliográficas e projetos de sujeitos e comunidades Originária.

O setor dedica-se também a visibilizar os debates e importância da autoria e intelectualidade indígena para impedir a continuidade do epistemicídio articulado junto a colonialidade que apaga o protagonismo, autonomia e auto-inscrição das memórias, histórias, saberes e vivências de sujeitos e comunidades Originárias, partindo de um compilado de referências que integralizou o movimento de (re)existir a partir do domínio das mesmas técnicas e estudos acadêmicos, porém trazendo outros olhares que ressignifica lugares marcados e narrativas talvez equivocadas sobre como é pertencer no mundo, e como então podemos dar continuidade de uma humanidade em equidade e respeito.

As obras selecionadas para análises e resenhas são de participação originária junto a acadêmicos não-indígenas que interpretam e debatem sobre articulações das instituições, políticas

e experiências cotidianas, marcando as violências, mas também conquistas de direitos e espaços que permite reexistir aquilo que esteve por muito tempo fadado a subalternização e incapacidades.

SETOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O segundo setor visa à produção, sobretudo, de subsídios para professores de educação básica sobre História indígena, haja vista as dificuldades para o cumprimento do que determina a lei 11.645, que prevê a obrigatoriedade do ensino de História afrodescendente e indígena.

Enfrentando os limites decorrentes da pouca ação e articulação institucional para fazer cumprir com a demanda de atualização e formação docente trazidas pela Lei.11645/08, o setor impulsionou alunos a buscarem com mais autonomia o preenchimento do quase abismo teórico que vão ao encontro do protagonismo e existência de povos Originários, africanos e afrodiaspóricos nos cursos de formação que serão responsáveis por transmitir estes conhecimentos e debates a alunos da educação básica e demais educandos.

Com todos os desafios impostos, fizeram-se possível a produção de uma unidade didática para os primeiros anos do ensino fundamental, com manual e indicações didática-pedagógicas aos professores que favorecem abordagem em torno da pluralização social, apresentando essa diversidade a partir de experiências e tradições de comunidades Originárias em diálogos com a vivência urbana majoritária, exercício ideal a formação contra os estereótipos de primitivismo social muitas vezes elaborado nos imaginários infantis.

Atualmente integrando o setor de educação, contamos com o desenvolvimento de um bloco de planos de aulas com referências Originárias, apresentando a professores e alunos produções artísticas (músicas, literárias, fílmica, digital, plásticas, acadêmicas) que possibilite o desenvolvimento crítico propostos nas competências da BNCC de Ciências Humanas ao Ensino Médio, se preocupando em demonstrar que a integralização e exposição sobre Povos Originários não se limitam a eventos históricos, sendo possível referenciar e visibilizar as interpretações destes frente a vários debates em torno da memória e historicidade desta humanidade.

Esta oficina de trabalho, pretende articular um compilado de planos que atenda a todas as competências propostas, que possibilita a efetivação de uma mudança social quando dedicamos a novas práticas e pensamentos a convivialidade, sendo mais receptivos as pluralidades existentes em modos e relações individuais e sociais, levantando a urgência de colaborar com a descolonização de nossas referências e técnicas.

SETOR DE ETNOMÍDIA

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

O de etnomídia propõe-se trabalhar com a produção audiovisual indígena, filmes e documentários principalmente, como forma de ampliar as fontes audiovisuais e também pensar as questões estéticas, políticas e filosóficas mobilizadas nas produções indígenas.

Aliado ao objetivo de quebrar estereótipos e detendo imaginários de povos originários estarem estáticos ao primitivismo que de forma equivocada, tendenciosa e pejorativa tenta ainda reportar uma realidade tutelar e exótica de modos e experiências originárias, o setor tenta por meio de divulgações críticas e elaborações de uso de conteúdos audiovisuais para educação, indicar e visibilizar a ampla produção originária de conteúdos em áudio visual e obras cinematográficas.

Produzindo também exercícios de catalogação de obras, artistas e páginas livres, possibilitando a aproximação de público amplo a produtores e atores do movimento de articulação de mídias originárias que existem e dominam as possibilidades de comunicação e tecnologia desta temporalidade para articular e realizar autonomias pelo ato de “ocupar telas” para apresentar-se e auto inscrever suas dissensões que foram forjadas e mostradas sob recortes de olhares superficiais.

SETOR DE PODCAST

O setor de podcast visa à produção de episódios que abordam as mais diversas questões ligadas à história indígenas e, sobretudo, fortalecem laços e conexões com a autoria indígena, por meio de entrevistas, contação de história, conversas, debates, etc. Por ser versátil, o podcast poderá ser utilizado tanto como apoio para professores, como ferramenta de formação continuada, e público amplo que se interessaram pelos temas que serão abordados nele, é uma prática que retoma a importância da integralização da narrativa oral para transmissão de conhecimentos e oportuna impulsionar a prática e uso da história oral para construir outras epistemologias e compartilhamento das pluralidades de mundos, sujeitos e convivialidades.

Fortalecendo este movimento de renovação técnico-teórica e também como forma de colaborar com o descolonizar frente a produções hegemônicas e colonialistas impostos pelo processo técnico e unilateral da escrita, esta foi a forma de produzir e distanciarmos da individualidade e hierarquizações proposta pela normativa científica que impõe distância, imparcialidade, observação e classificação superficial, se dedicando à produzidos roteiros semi-estruturados para apresentar e visibilizar algumas referências, conceitos, reflexões e vivências cotidianas sempre integralizado a pessoas e comunidades originárias e seus olhares diante a realidade social, econômica, cosmológica, institucional e política. Que vem complementado de

roteiros de entrevistas com participantes ativos de movimentos de resgate e descolonização nossas mentalidades, relações e formas de conviver e de identificar a origem comunitária neste organismo.

SETOR DE LITERATURA

A prática do setor tem se tornado um espaço para visibilizar obras já publicadas de autores-autodeclarados indígenas, convidados para transmitir experiências diante o processo de construção da Obra, expondo sobre pertencimento, resgate, inquietação, denúncias, vivências e sobretudo interpretações sobre a convivialidade íntima e coletiva que de forma transtemporal se inicia a partir de um marco cultural e social imposto que é a inscrição como <<indígenas>> demarcando experiências diferenciadas nesta configuração social, histórica e institucional que sempre apontam como o outro, ou distinto.

Os produtos do setor então se materializam em uma narrativa apresentada por transcrição textual, e colabora para uma outra forma de aprofundarmos a transversalidade e multiplicidade de textos literários, entendendo que estes partem de olhares particulares e subjetivos porém expõe narrativas de suas próprias experiências dentre o núcleo comunitário, entendendo realidades globais e locais. Sendo importante destacar que este é um exercício profundo a ampliação dos olhares diante uma texto literário como uma fonte que transcende possibilidades a pertencimento e reivindicações individuais e coletivas, além de representar possibilidades transversais de caracterizar a temporalidade que envolve a criação da obra e sua continuidade, possibilitando marcar diferenças conceituais e realidade social, construindo assim possibilidades críticas a modos da convivialidade.

Além desta divulgação de produções, vêm sendo articuladas resenhas das obras disponíveis no acervo de fontes físicas do (RE)Pensa, formatadas a submissão de revistas acadêmicas dedicada a estudos literários e historiográficos, demonstrando e colaborando atentarmos a urgência da transdisciplinaridade e pluralidade em produções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção, portanto, é necessariamente coletiva, crítica, criativa e decolonial, assim como a orientação, que busca mais do que corrigir e evidenciar o que é certo e errado, mas sim construir junto, pelas encruzilhadas, pelo acréscimo, pela autonomia discente, e não pela projeção e expectativa de quem orienta. O (RE)Pensa visa então, na prática, uma produção coletiva que rompe com as “produções de gabinete” que não vão de encontro com demandas efetivas, mudanças sociais e efetivação de políticas públicas. No sentido prático da formulação do

(RE)Pensa, observamos e lidamos com a imparcialidade e silenciamento dos departamentos acadêmicos em admitirem outras possibilidades teórico-metodológicas e horizontes epistemológicos, ao passo que o núcleo constrói efetivamente a ampliação de possibilidades epistêmicas e científicas inserindo pertencimentos e inquietações próprias aos debates acadêmicos e projeções de ações sociais.

Difundir referências e debates levantados a partir das autonomias e autorias indígenas consiste em dar oportunidade para uma reaproximação entre as experiências sociais e íntimas, ocultadas e silenciadas. Fazer esta escolha a insere nestas novas experiências, nos leva a uma produção acadêmica, de conhecimento e as interpretações sociais, com diagnósticos mais complexos à dimensão sensível, ampliando nossos pensamentos, hábitos, posicionamentos e práticas, tornando-nos mais afetivos e otimistas. Não sendo mais possível ser imparcial ao colapso global que tanto nos preocupa no presente. Majoritariamente acionamos os gatilhos de uma rede de condutas e escolhas que nos levaram a um pessimismo que dificulta os prazeres e segrega a convivialidade.

Sendo assim, o projeto vincula práticas aliadas a descolonização, provando que existem outras possibilidades teóricos-metodológicas, educacionais e historiográficas no que tangem as ditas temáticas indígenas, inserindo não só como um adendo, mas fazendo parte de um todo promovendo a convivialidade entre as humanidades.

ST17 - Insurgências, Insubordinações e Desobediências: protagonismos subalternos como questão na narrativa histórica

Denise do Nascimento Santos

denisensantos@yahoo.com.br

Manoel Caetano Do Nascimento Júnior

manoelufpee@gmail.com

Giovana de Carvalho Castro

racinacastro@gmail.com

Graziella Fernanda Santos Queiroz

graziequeirozgago@gmail.com

Este simpósio tem por objetivo congregar trabalhos que questionem o impacto da narrativa histórica sobre corpos colonizados. De que corpos estamos falando? Povos originários, negros, pobres, mulheres, LGBTQIA+, entre outros grupos que sofreram com certa visão monolítica do sujeito. Ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram/são disseminados e conformam a cosmoconcepção hegemônica desde a instituição do que denominamos Modernidade. Quantos não ditos foram necessários para sustentar esse mantra? A escrita da história, inclusive, ao ser protagonizada por homens brancos burgueses naturalizou seu lugar de poder ao passo que engenhou a ideia do “outro” corporificando assimetrias e escamoteando desigualdades. Enquanto isso, parcela significativa das populações existentes nos países onde o colonialismo prosperou não tiveram seu direito a humanidade conservados, sendo obrigados, quando não violados, para que usassem, aceitassem, incorporassem modos de pensar, ser e agir dos vencedores – como condição de sobrevivência. No Brasil, a Abolição inaugurou formas de racialização que tinham por finalidade manter as hierarquias presentes no período escravista. Assim, gênero, condição jurídica (livre, libertas, escravizadas e descendentes de escravizadas/os), classe e raça, interseccionadas criaram relações de poder que tendiam a permanência de hierarquizações e construção de parâmetros para a marginalização e subalternização. A historiografia, nesse sentido, teria atuado como mantenedora da ordem constituída, tornando extemporâneo, adverso, atrasado tudo aquilo que fosse diferente da norma ocidental, seja

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

intencionalmente ou não. É válido ressaltar que aqui não há a intenção de anular o ocidente ou não reconhecer a sua contribuição intelectual com o mundo. Como igualmente não consideramos que pessoas externas a um determinado grupo étnico não possam falar sobre este. Queremos principalmente chamar atenção para o óbvio: outros pensam, outros podem e outros também são, como já afirmam vários intelectuais que vão para além das dicotomias e maniqueísmos presentes no pensamento do ocidente. Isso porque grupos étnicos também constituíram formas de resistência e enfrentamento a partir das categorias sociais às quais estavam inseridas. A forma como mulheres negras, indígenas e não brancas elaboraram suas lutas por liberdade e autonomia compõem uma forma de olhar e elaborar a História das Minas Gerais e do Brasil, a partir de outras percepções e maneiras de estar no mundo de outros grupos histórico-sociais não hegemônicos (branco-cisheteronormativos). Refletir que a história pode ter partes iguais é inclusive seguir a sugestão dada por Aílton Krenak sobre “ideias para adiar o fim do mundo” que seriam aquelas perspectivas que ajudem a repensar esses tais caminhos construídos como universais, a relação entre seres humanos e natureza, corpos e divindades. Para este Simpósio Temático nós tencionamos trabalhos que versem sobre: epistemologias decoloniais, negras, indígenas, feministas e LGBTQIA+ como também de outros grupos situados na condição de subalternos para contribuição à narrativa histórica.

O antropo do Antropoceno pode mesmo englobar toda a humanidade?

*Gustavo Franca*⁴⁹⁹

RESUMO

O Antropoceno é a mudança de era geológica subsequente ao Holoceno, em que o ser humano deixa de ser um agente biológico para se transformar em um agente geológico. O poder de destruição causado por inúmeras ações antrópicas de larga escala, devido ao avanço industrial e tecnológico, em disparidade à conservação de espaços e recursos naturais, apresenta um cenário mais catastrófico à existência humana e a de múltiplas espécies do que qualquer extinção em massa já registrada. Para além da exposição das causas e consequências desse fato, que desde o século XVIII está em crescente discussão, compreender modos de pensar, agir e se relacionar dentro dos pluriversos dos povos originários em Abya Yala é traçar possibilidades de adiar o colapso ambiental iminente. As estratégias, articulações e domesticação das práticas colonialistas que os povos originários desenvolveram frente aos séculos de imposição epistêmica, ontológica e cosmológica ocidental-moderna-capitalista-cristã são ações, saberes e lutas de grande potência que demonstram possibilidades de adiar o fim dos humanos. O objetivo é analisar como a recusa da dominação colonial pelos povos originários obteve êxito ao resguardar o sentimento, a interconexão e a interdependência dos seus corpos e subjetividade com o ambiente. Essa “desobediência” e insubordinação epistêmica e ontológica por si mesma retira as várias agências intrínsecas aos seus modos de viver e agir como participante decisivo nas transformações climáticas que o antropo engloba nessa nova era geológica - Antropoceno - que explora e utiliza brutalmente o organismo vivo da Terra, o guiando para a extinção em massa. Frente ao exposto, a partir de revisões bibliográficas das narrativas e perspectivas indígenas e de análises não-indígenas que contribuem para essa simetria complementar de saberes, o presente trabalho tem como intenção conduzir reflexões e colaborar para as discussões dentro do âmbito acadêmico e científico. Além disso, o destaque das complexidades dos modos de pensar, agir e resistir de alguns povos originários que apresento como exemplo, irá propor interpretações e percepções múltiplas das políticas, histórias, direitos e olhares indígenas, reforçando suas autonomias e protagonismos em uma guerra que busca invisibilizar e marginalizar seus corpos, epistemes, estratégias e articulações próprias.

PALAVRAS-CHAVE: Antropoceno; povos originários, Abya Yala, ambiente, catástrofe.

⁴⁹⁹ Graduando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail para contato: gustavo.franca@live.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5978781705651649>.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

O título da minha comunicação foi escolhido a partir de um objetivo simples: provocar reflexões e questionamentos. Para isso, é preciso reiterar a etimologia da palavra *anthropo*, que vem do grego e significa ser humano. Então, Antropoceno é a nova era geológica em que estamos vivendo, em que as consequências das ações humanas são catastróficas para o futuro da humanidade. Mas, quais seres humanos são esses dos quais estou falando?

O filme *Don't look up*⁵⁰⁰ (em tradução livre: Não olhe para cima), lançado no início de dezembro de 2021 pela Netflix e dirigido por Adam McKay, provoca reflexões urgentes em seus espectadores ao trazer discussões caras à humanidade como capitalismo, política, ciência, negacionismo e, sobretudo, sobre o caminho catastrófico que a Era do Antropoceno caracteriza.

Em resumo, a trama do filme se desenvolve a partir da constatação e identificação por uma astrônoma e seu professor, de um cometa do tamanho do Alasca que irá colidir com a Terra em 6 meses, que exterminará toda a vida no planeta, baseado em inúmeras análises de dados. O ápice do filme é as recorrentes tentativas dos cientistas em alertar as mídias, a presidente dos EUA e toda a sociedade do perigo iminente. Desculpem-me pelo *spoiler*: As tentativas falham e o cometa atinge a Terra, eliminando todos, menos os bilionários que já haviam construído uma nave para, em uma expressão de Ailton Krenak “um grupo seletivo”⁵⁰¹ que evade para o espaço.

A obra cinematográfica descrita, apesar de ficcional, pode facilmente ser correlacionada em termos gerais com nossa temporalidade. O Antropoceno, que na verdade prefiro definir como Capitaloceno, termo cunhado por Andreas Malm em 2009, em um seminário em Lund na Suécia, para designar a ontologia e o modo das relações de produção, dominação, acúmulo e consumismo capitalista.

O enredo e a narrativa do filme permitem ser o pano de fundo para análises de diversas questões e seus desdobramentos dentro da colonialidade vigente, bem como buscar compreender a distância entre a ficção e a realidade. Ao invés de pensarmos o fim do mundo, como no filme, a partir de um agente que vem de fora da Terra, precisamos identificar em nossas próprias ações e intervenções no organismo vivo da Terra, o inquestionável fim do mundo. Desse modo, proponho utilizar o cometa como uma espécie de metáfora para as ações antrópicas que resultarão em um fim similar. Não é preciso mais fantasiar com invasões alienígenas, apocalipse zumbi, cometas, dilúvios, pois nós, enquanto humanidade, estamos produzindo nosso próprio fim.

⁵⁰⁰ DON'T LOOK UP. Direção: Adam McKay. Produção: Adam McKay; Kevin Messick; Scott Stuber; Betsy Koch; Todd Schulman. Companhia produtora: Hyperobject Industries. Brasil. 9 de dezembro de 2021. Netflix.

⁵⁰¹ KRENAK, Ailton. A vida não é útil. Companhia das Letras, 2020.

Na mudança de Era, do Holoceno para o Capitaloceno, sobretudo no final do século XVIII, devido ao avanço industrial e tecnológico, aumento populacional e surgimentos das máquinas a vapor, foi constatado o crescimento de dióxido de carbono e metano, causando alterações perigosas que seriam ampliadas exponencialmente ao longo dos séculos.⁵⁰² Deixamos de ser agentes biológicos e passamos a ser agentes geológicos devido às alterações no planeta “de escala igual àquela liberada nas vezes em que houve extinção em massa das espécies”⁵⁰³.

Quando colocamos alguma palavra na 3ª pessoa do plural no exercício da produção científica, englobamos não somente o “nós” que está localmente próximo do interlocutor, mas variados sujeitos e coletivos que estão fora dessa esfera. Proponho pensar sobre os sujeitos e coletivos ativos e passivos, para que cada um coloque na sua bagagem a responsabilidade que nela cabe. Isto é, se a presença humana é considerada prejudicial para o ecossistema, a presença humana indígena demonstra a potência de gerar sistemas agroecológicos produtivos. Como visto na Amazônia, que enquanto centro de diversidade humana e não-humana, considera a inclusão dos povos da floresta nas iniciativas de conservação e manejo da abundância de recursos. Dito isso, é necessário visualizar as estratégias responsáveis de inúmeros povos originários que (re)existem frente a séculos de imposições ontológicas e epistêmicas de viés ocidental-capitalista-moderno-cristão.

Catherine Howard, contribuinte da obra coletiva *Pacificando o branco – Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*, demonstra as estratégias dos Waiwai para lidar com as mercadorias dos brancos que insistem em participar dos seus sistemas de trocas inter e intra-comunitários. Para compreender a efetividade de suas (re)ações é preciso identificar a confluência existente entre outros eixos da organização social e modo de viver Waiwai.

Os Waiwai é um grupo caribe localizado na Guiana Inglesa e no Brasil que teve seu primeiro encontro com os brancos na década de 1950, com os missionários protestantes. A participação de uma ampla rede de trocas interétnicas é fundamental para a reprodução social e cultural dos grupos, por isso reconhecem as mercadorias trazidas pelos brancos, tendo em vista, que produções indígenas e não-indígenas estavam presentes nessas trocas. No entanto, a alteração quantitativa em relação às mercadorias dos brancos disponíveis em seu modelo tradicional de

⁵⁰² CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. *Geology of Mankind*. 2016. *Anthropocena*. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica, 2016, pp: 117-119. Traduzido por MENDES, J. 2020.

⁵⁰³ CHAKRABARTY, D.. Publicado originalmente em *Critical Inquiry*, 2009. Traduzido por Denise Bottmann, Fernanda Ligocky, Diego Ambrosini, Pedro Novaes, Cristiano Rodrigues, Lucas Santos, Regina Félix e Leandro Durazzo. Coordenação e Revisão: Idelber Avelar. 2013. p. 11.

prestação e contraprestação, exigiria também mudanças epistêmicas para incorporar os objetos sem serem afetados objetiva e subjetivamente por eles.

Dessa forma, é necessário que desarticulem os significados, símbolos e valores atribuídos na colonialidade pelos colonizadores, para inseri-los dentro da própria lógica ritualística, política e sociocultural indígena que as redes de trocas pressupõem. Utilizando os bens materiais do branco para reforçar as suas próprias relações interétnicas modificando, pacificando e redefinindo os poderes, conhecimento, valores e relações dos brancos.⁵⁰⁴. Nesse sentido, o entendimento que os Waiwai desenvolveram a partir das suas experiências com os colonizadores é lógico, racional e avançado, diferentemente do que a Modernidade constituída pela Colonialidade julga ser possível. Afinal, inferir que o valor de um objeto não é implícito a ele, mas, interdependente dos atores sociais que com sua significação simbólica e princípios – cumulativo ou da generosidade – determinados por sua estrutura epistemológica a partir de individuais relações sociopolíticas, não é comum ao pensamento ocidental. Como consequência, os Waiwai mantêm sua autonomia, independência, adaptação, mobilidade e liberdade necessárias para existir segundo suas próprias lógicas de sistema de valores, práticas rituais e organização social.

As discussões em torno do xamanismo ganharam força no século passado. A autora Esther Langdon⁵⁰⁵ demonstra, no capítulo introdutório do seu livro, as mudanças de perspectivas sobre o xamã e suas práticas ao longo do tempo com o aprofundamento e avanços das pesquisas sobre a temática. Langdon nota que, as teorias a respeito do xamanismo buscam definir o agente mágico, o mediador entre mundos em categorias universais que deixam em segundo plano seu caráter e função dentro do sistema sociocultural, além de identificar algumas teorias notoriamente preconceituosas.

Nesse sentido, fenômenos e práticas parecidas em diferentes culturas e sociedades eram inseridas dentro da mesma categoria analítica, o que gerou a perda de especificidades. A autora Langdon propõe a não separação das categorias religião e magia, para interpretar a dinamicidade do xamanismo, como apontado pelos teóricos clássicos que discutem as temáticas. Rituais realizados por xamãs possuem múltiplas funções como a organização social, expressar valores do grupo, proteger, curar, transmitir saberes ao coletivo e auxiliar na manutenção da cultura

⁵⁰⁴ HOWARD, Catherine. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

⁵⁰⁵ LANGDON, Esther. Xamanismo no Brasil: novas perspectivas. In: Xamanismo no Brasil: novas perspectivas, 1996.

e cosmologia do grupo. O xamanismo é um sistema cultural que se expressa através de símbolos, portanto, também simbólico e social por produzir e organizar a sociedade⁵⁰⁶.

Em contexto mais recente, Francisco Apurinã⁵⁰⁷ apresenta os desafios na interpretação do xamanismo, utilizando seu próprio povo como locus das práticas xamânicas. Os pajés Apurinã atuam em múltiplas categorias, materiais e imateriais, acordados e em sonhos, em forma de gente ou de bicho, para curar ou para adoecer, se defender ou atacar. Nesse sentido, é notável que os *kusanaty*⁵⁰⁸, os mediadores entre o cosmos e o mundo habitado por eles e possuem o poder xamânico, transitam em diferentes polos, temporalidades, espaços e cosmos.

Assim como em outras culturas e povos indígenas, para os Apurinã sua cosmogonia é determinante para a manutenção de seus saberes, comportamentos e poderes. A dualidade está presente desde o primeiro tempo na guerra entre Ykapatã (Satanás) e Tsurá (Deus), isso é demonstrado também na organização social com a “divisão de metades exogâmicas com funções sociais e políticas, que se definem, sobretudo, pelo direito de consumo ou restrição de certos tipos de alimentos, pelo direito ao casamento e ao comando da nação”⁵⁰⁹. A dualidade dos poderes xamânicos e as maneiras de se manifestar já tratados vêm junto ao fim do primeiro mundo manifestado através das narrativas orais, que indicam seus modos de viver e se relacionar com seu entorno. No entanto, somente os xamãs possuem os dons de transpor as temporalidades, interconectando, reconhecendo e enxergando que seres não-humanos possuem poderes, agências, formas humanas e saberes específicos, assim como no primeiro tempo.

Como demonstração da recorrência das práticas xamânicas e dessa interconexão com diferentes esferas, comunicações sociais e campos de atuação, o artigo “*A doença do mundo: xamanismo baniwa contra a pandemia*”⁵¹⁰, nos fornece informações de grande valor para se pensar sobre a conexão do Capitaloceno à eclosão de vírus e doenças desconhecidas.

Nesse artigo, é fundamental observar a cosmogonia como eixo dinâmico e fundamental às ações de benzimentos do xamã. *Dzooli* e *Kowai* — agentes antagônicos na cosmogonia Baniwa, em que o primeiro é quem ensina os modos de benzer e o segundo é quem produz os adoecimentos

⁵⁰⁶ LANGDON, Xamanismo no Brasil: novas perspectivas, 1996.

⁵⁰⁷ APURINÃ, Francisco Cândido. O mundo xamânico dos Apurinã: um desafio de interpretações. Série Antropologia Vol. 458, Brasília: DAN/UnB, 2017.

⁵⁰⁸ *kusanaty* é o termo em sua língua para designar os xamãs do povo Apurinã.

⁵⁰⁹ APURINÃ, O mundo xamânico dos Apurinã: um desafio de interpretações, 2017, p. 9.

⁵¹⁰ VIANNA, João; FONTES, Afonso; CARDOSO, Ilda da Silva. “A doença do mundo”: xamanismo baniwa contra a pandemia. *Mana*, v. 28, 2022.

nas pessoas. A relação entre caos e ordem, guerra e paz são constituintes dos cosmos desde os tempos primevos. Os xamãs Baniwa, similares a tantos outros povos, devem através de seus poderes e habilidades adquiridos por iniciações, manter o controle sobre o caos. Tais atividades se rearranjam à medida que surgem novos obstáculos e situações. Desse modo, o xamanismo busca transpor o cosmos e o tempo, em comunicação ativa com seus demiurgos para buscarem soluções para suas adversidades. No entanto, o artigo aponta para a complexidade de tais rearranjos nas fórmulas mágicas e encantamentos, não é somente apanhar ou ouvir de seus demiurgos e agentes extra-humanos o que deve ser feito, mas aprofundar-se na intimidade de sua cosmologia para testar, reconhecer agentes e visualizar modos de contrapor tais enfermidades.

Estas ações e reações devem ser lidas e enxergadas não como sujeitos e coletivos que seguem o fluxo indutivo de agentes não-indígenas, mas como comportamentos adaptativos autônomos que buscam enfrentar e (re)existir a partir das específicas necessidades de seus grupos. Compreender a cosmologia como um eixo fundamental, dinâmico e indissociável das amplas práticas, atores e subjetividades ameríndias é aproximar-se das críticas decoloniais que reivindicam não só a Abya Yala como lócus de enunciação, mas como território capaz de produzir inéditas críticas a partir dos pluriversos constituintes da região.

A ideia de controle e domínio em que os seres humanos ontologicamente e epistemologicamente são alinhados ao sistema-mundo capitalista-moderno-ocidental, e não são capazes de reconhecer essa interdependência entre cultura e natureza, que os modos de agir, pensar e ser não são indissociáveis da natureza. Luiz Marques⁵¹¹ nos informa sobre os dados recentes do colapso ambiental gerado pelo capitalismo como a existência das 23 mil ogivas nucleares em oito países não é a agressão ao organismo vivo mais emergente e intensa.

O autor apresenta a hipobiosfera como definição do que está por vir como consequência das ações humanas, que vai ao encontro do que Ailton Krenak⁵¹² também expõe sobre os caminhos da humanidade. É possível perceber que o humano parou de se sentir pertencente à Terra quando ele começou a entendê-la como mecanismo, e não organismo. Ailton Krenak afirma que a pandemia desmascarou a banalização da vida e da morte, em prol de uma economia que nós criamos visando o lucro e o acúmulo. Por fim, indica que devemos nos cuidar agora e isso só é

⁵¹¹ MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Editora da Unicamp, 2018.

⁵¹² KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Editora Companhia das Letras, 2019.

possível coletivamente, interconectados, entendendo a interdependência dos seres humanos com os não-humanos e os recursos naturais.

Docência Negra: trajetórias epistemológicas de transformação acadêmica

Letícia Reis dos Santos,
graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, e-mail: reiseovento@gmail.com

Camila Mendes Moreira,
graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, e-mail: camilammoreira1@gmail.com

Resumo: A ausência de representatividade negra que encontramos entre a população docente da UFMG deve ser vista como uma questão complexa por ser, simultaneamente, causa e efeito do racismo estrutural e estruturante que impera na nossa sociedade. Entendemos a delicadeza de se trabalhar com o conceito de representatividade negra, e compreendemos que ela se manifesta de diversas formas, como política, epistemológica, quantitativa e/ou sensível. Em nosso empenho de encontrar professoras e professores negros e negras em nossa universidade, disponibilizamos um formulário digital à comunidade acadêmica, visando apreender a percepção dos estudantes da UFMG sobre seus docentes. O resultado desse mapeamento inicial nos fez perceber que, para além da ausência, nos deparamos com um cenário de invisibilidade do seletivo grupo de pessoas negras que ocupam o quadro docente da universidade. Diante disso, nossa intenção foi apresentar diferentes trajetórias de vidas negras que atuam ou atuaram na UFMG e, para isso, selecionamos vinte professores de diferentes institutos, cursos e departamentos da universidade, com idades variadas e que exercem ou exerceram o magistério em períodos diferentes com durações diversas. Areladas a isso, as diversidades de gênero e fenotípicas foram preocupações relevantes, por acreditarmos que tais fatores influenciam as percepções acerca da negritude. Uma vez selecionados, realizamos entrevistas semi-estruturadas e, juntamente, fotografias que nos permitiram aprofundar nas vivências pessoais e profissionais de cada entrevistada e entrevistado. Partimos, ainda, da imersão em quatro conceitos que fundamentaram o projeto e nossos questionamentos: Percepção; Pertencimento; Vivências e Pluralidades. Esses eixos formularam um arranjo de “cosmopercepções” sobre a construção de suas identidades negras, suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais e como elas são percebidas e expandidas através da memória. Retomamos as agências dos corpos negros dessas professoras e professores não só por meio da boca, mas também por meio do olho. Aliamos o nosso olhar fotográfico às entrevistas a fim de construir uma narrativa que contemplasse a totalidade da pessoa negra, evocando as questões que emergiram nas entrevistas e escancarando visualmente quem são os corpos negros docentes. Materializar as subjetividades tornou a exposição o desfecho físico do projeto. Assim, a fotografia é o caminho trilhado como desenvolvimento e também é resultado do processo criativo e de pesquisa. A confluência de corpos negros na exposição — dos curadores, dos motivadores e dos visitantes — acarretaram uma série de movimentos intelectuais, discursivos e institucionais, gerados pelos incômodos dos questionamentos trazidos pela exposição em um espaço universitário hegemonicamente branco. O questionamento inicial permitiu gerar um conhecimento sobre nós mesmos, a docência e seus atores, e construir um aquilombamento em nossas vidas e em nossa universidade.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Palavras-chave: Docência negra; Aquilombamento; Fotografia; Trajetórias negras; Universidade Federal de Minas Gerais.

Introdução

Olhe para o seu redor, há mais pessoas com você? Quantas delas são negras? Pense agora nos ambientes em que você convive. Quantas pessoas negras há neles? Mais precisamente, no ambiente de trabalho ou de estudo, você percebe a quantidade de colegas negras ou negros que tem? Ou melhor, essa pergunta é relevante para a sua vivência?

A partir de indagações frequentes, como estes, nós – seis estudantes negras e negros dos cursos de história, ciências sociais e arquitetura e urbanismo – nos interrogamos sobre quais professoras e professores negras e negros tivemos durante nosso percurso de formação. Como resposta, encontramos invisibilidades, especialmente em relação a representação demográfica dos docentes negros em espaços universitários, que é nitidamente desproporcional se comparada com a população de negros do país. Desse incômodo surgiu a ideia de fazer uma exposição de fotografias e entrevistas de professoras e professores negras e negros da UFMG, assim, por meio do edital de financiamento de projetos estudantis voltados à Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFMG) nossa proposta se materializou ao longo do ano de 2019. Ao passo que, no mesmo ano, o professor Rodrigo Ednilson de Jesus construía a sua perspectiva sobre a trajetória de estudantes cotistas⁵¹³, nós, estudantes cotistas, voltávamos nosso olhar para os(as) professores(as) do ensino superior. Levando em conta essas questões, observamos que, especialmente no espaço universitário, há uma grande disparidade entre a quantidade de pessoas negras como docentes e a realidade demográfica dessa população no país, tal qual o movimento negro historicamente denuncia.

O presente relato de experiência parte das afetações que permearam a construção da exposição. Desse modo, tem por objetivo geral relacionar os aspectos identitário e afetivo que nos transpassaram durante esse processo de fotografia e entrevista, além de transmitir como acreditamos que iniciativas como a nossa podem tensionar as matrizes de produção de conhecimento no ambiente universitário. A ausência de representatividade negra que encontramos entre a população docente da UFMG deve ser vista como uma questão complexa por ser,

⁵¹³ JESUS, Rodrigo Ednilson de; SANTOS, D. B. R. (Org.) ; SILVA, J. O. E. (Org.) ; PASSOS, J. C. (Org.) ; LIMA, L. C. (Org.) ; GOMES, M. M. (Org.) ; COLÉN, N. S. (Org.) ; LINO, P. V. (Org.) ; RODRIGUES, T. C. (Org.) ; OLIVEIRA, V. C. (Org.) ; SANTOS, W. O. (Org.) . Reafirmando Direitos: trajetórias de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro. 01. ed. Belo Horizonte: Ações Afirmativas na UFMG, 2019. v. 1. 380p.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

simultaneamente, causa e efeito do racismo estrutural e estruturante que impera na nossa sociedade.

Entendemos a delicadeza de se trabalhar com o conceito de representatividade negra e compreendemos que ela se manifesta de diversas formas, como política, epistemológica, quantitativa e/ou sensível. Em nosso empenho de encontrar professoras e professores negros e negros em nossa universidade, disponibilizamos um formulário digital à comunidade acadêmica, visando apreender a percepção dos estudantes e servidores da UFMG sobre seus docentes e pares. O resultado desse mapeamento inicial nos fez perceber que, para além da ausência, nos deparamos com um cenário de invisibilidade do seletivo grupo de pessoas negras que ocupam o quadro docente da universidade.

Diante disso, nossa intenção foi apresentar diferentes trajetórias de vidas negras que atuam ou atuaram na UFMG e, para isso, selecionamos vinte professoras e professores de diferentes institutos, cursos e departamentos da universidade, com idades diversificadas e que exercem ou exerceram o magistério em períodos e com durações variados. Areladas a isso, as diversidades de gênero e fenotípicas foram preocupações relevantes, tendo em vista que acreditamos que tais fatores influenciam as percepções acerca da negritude. Uma vez selecionados, realizamos entrevistas semi-estruturadas e, simultaneamente, fotografias que nos permitiram aprofundar nas vivências pessoais e profissionais de cada entrevistada e entrevistado.

Partimos, ainda, da imersão em quatro conceitos que fundamentaram o projeto e nossos questionamentos: percepção, pertencimento, vivências e pluralidades. Estes eixos formularam um arranjo de “cosmopercepções” sobre a construção de suas identidades negras, suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais e como elas são percebidas e expandidas através da memória. Retomamos as agências dos corpos negros dessas professoras e professores não só por meio da “boca”, mas também por meio do “olho”. Aliamos o nosso olhar fotográfico às entrevistas a fim de construir uma narrativa que contemplasse a totalidade da pessoa negra, evocando as questões que emergiram também durante as entrevistas e escancarando visualmente quem são os corpos negros docentes. Materializar as subjetividades tornou a exposição o desfecho físico do projeto.

Assim, a fotografia é o caminho trilhado como desenvolvimento e, ainda, o resultado do processo criativo e de pesquisa. A confluência de corpos negros na exposição — dos curadores, dos motivadores e dos visitantes —, ilustrado na Imagem 1, acarretaram uma série de movimentos intelectuais, discursivos e institucionais, gerados pelos incômodos dos questionamentos trazidos pela exposição em um espaço universitário hegemonicamente branco. O questionamento inicial

permitiu gerar um conhecimento sobre nós mesmos, a docência e seus atores, além de construir um aquilombamento em nossas vidas e em nossa universidade.

Imagem 1: Público durante o evento de abertura da exposição

Questionamentos no caminho: curadoria e visualidades

A busca por uma forma de discutir essa temática levou a narrativas imagéticas e dos percursos de parte dos professores que encontramos. As fotografias surgem como forma de explicitar visualmente a diversidade, a pluralidade e as similitudes existentes. Assim, os retratos – realizados durante as entrevistas e em momentos posteriores – foram escolhidos como um modelo fotográfico passível de proporcionar uma afinidade do observador com as imagens expostas. De forma complementar e até mesmo simbiótica, as narrativas orais coletadas de cada docente entrevistada(o) surgem como ferramenta de compreensão das diversidades e preocupações que permearam suas trajetórias até chegarem ali. Os áudios são utilizados na exposição para criar um ambiente que contextualize as pessoas presentes nas fotos, que mostre suas singularidades e também as proximidades de vida.

Um importante conceito que norteou nossas reflexões e todo o processo de curadoria é o de representação para além da representatividade. A ausência de representatividade negra que encontramos entre a população docente da UFMG deve ser vista como uma questão complexa por ser, ao mesmo tempo, causa e efeito do racismo estrutural e estruturante que impera na nossa sociedade. A delicadeza de se trabalhar com o conceito de representatividade negra também se localiza nas diversas noções que ele pode ter (seja política, epistemológica, quantitativa, etc.). Logo, apesar de não ser nossa pretensão defini-lo, pensamos que não se trata apenas de representação numérica de docentes, de representatividade em cargos de gestão institucionais, ou de representatividade de áreas científicas de estudos voltados ao tema; pode ser que seja tudo isso.

Diante deste cenário de invisibilidades de docentes negras e negros, o objetivo desta exposição é apresentar diferentes trajetórias de vidas negras que atuam ou atuaram na UFMG. Para isso, selecionamos 20 professores de diferentes faculdades, cursos e departamentos da universidade; com diferentes idades e que atuaram na UFMG em tempos diferentes e com durações diversas. As diversidades de gênero e fenotípica também foram preocupações relevantes, por acreditarmos que tais fatores influenciam a percepção acerca da negritude desses professores, assim como sua autopercepção.

Imagem 2: Professores entrevistados e curadores da exposição no evento de abertura.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Imagem 3: O evento contou com um intérprete de libras do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG (NAI/UFMG)

Almejamos possibilitar ao visitante: fruir narrativas plurais e perceber suas vivências em comum e diversificadas; mostrar como esses indivíduos criaram, tensionaram ou revolucionaram estruturas universitárias com sua presença por se encaixarem ou não nos moldes preestabelecidos; gerar, a partir de vivências compartilhadas, um sentimento de pertencimento que não apaga sua pluralidade; mostrar, enfim, quanto a presença desses corpos nos espaços que ocupam podem ser referência de caminhos possíveis a outros corpos.

E você, quantos professores negros tem ou teve durante seu percurso de formação? Você já havia notado suas presenças ou ausências antes? O quanto isso afeta sua vivência?

Resultados e ausências

Em nosso empenho de encontrar professoras e professores negras e negros da universidade, disponibilizamos um formulário visando apreender a percepção dos estudantes da UFMG sobre os professores que tiveram contato em suas trajetórias e realizar um levantamento inicial a partir da heteroidentificação dos docentes pelos discentes. Neste, solicitamos que informassem a graduação que a discente cursa ou cursou e seu contato com essas docentes durante seu percurso de formação. O formulário obteve 230 respostas de alunos de graduação, 53 dos 77 cursos da universidade foram alcançados. Após uma análise dos dados coletados, encontramos um total de 67 nomes de professores, entre efetivos e aposentados, em um universo de 3.128⁵¹⁴ professores efetivos. Um percentual de menos de 3% dos professores da UFMG.

Por outro lado, os dados fornecidos ao projeto no dia 08 de novembro de 2019 pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos a respeito da população docente ativa da UFMG, com desagregação por gênero e raça (expostos no infográfico da Imagem 4), apresenta um cenário diferente. Nesses dados o número de professoras e professores negras e negros (pretos e pardos) é 413, o que corresponde a um percentual de 13% dos professores da universidade. Em confronto com os dados do censo IBGE de 2010, também ilustrado no infográfico, esse percentual se encontra ainda muito distante dos 54% de pessoas negras que constituem a população do país.

Imagem 4: Quadro da exposição com infográfico.

Realização da exposição

⁵¹⁴ Fonte: ProRH UFMG 2019.

Após a realização das entrevistas, processo de curadoria e montagem feita pelos próprios participantes do projeto e alguns voluntários, a exposição foi realizada entre os dias 16 e 30 de novembro de 2019, ocupando o 5º andar do Espaço do Conhecimento UFMG, localizado na Praça da Liberdade de Belo Horizonte, e integrou o quadro do Mês da Consciência Negra do Espaço com entrada gratuita e classificação livre. Ainda, atividades formativas compuseram a programação em todos os finais de semana, incorporando os(as) próprios docentes entrevistados(as) na dinâmica:

No dia 16, roda de conversa com a professora Nilma Lino Gomes; dia 17 exibição do documentário *Favela em Diáspora*, conduzido pelo professor Cristiano Cezarino; dia 23, Multiverso com sarau de poesias e lançamento de Zine pelo grupo *Preta Poeta*; dia 24, oficina interativa *Por dentro das Galbas* ministrada pelo grupo de pesquisa coordenado pela professora Rosy Isaias; e, por fim, evento de encerramento no dia 20, contando com conversa elucidativa sobre ações afirmativas com Daniely Reis (PRAE/UFMG) e o processo de construção do Docência Negra.

Posteriormente, entre 14 de janeiro e 15 de março de 2020, a programação foi estendida, em uma versão reduzida exposta no Café do Espaço do Conhecimento UFMG. Esse processo se deu simultaneamente à montagem da exposição *Mundos Indígenas*, demonstrando uma solidariedade antirracista efetiva na ocupação de um museu instalado num espaço historicamente planejado para sediar os edifícios das secretarias do governo do Estado, circundado por residências de funcionários públicos, uma elite de hegemonia branca⁵¹⁵. Outrossim, os curadores foram convidados para estarem presentes na cerimônia de abertura da *Mundos Indígenas*.

Imagem 5: Abertura da exposição com uma das professoras convidadas e entrevistadas

Imagem 6: Estrutura da exposição

Conclusão e novos horizontes

Afinal de contas, as indagações foram respondidas? Após dois anos pandêmicos, tencionamos dar continuidade ao projeto circulando a exposição em novos espaços e formatos, executando novas entrevistas e analisando as informações já coletadas. No segundo semestre de 2021, participamos de um novo edital das Chamadas PRAE/UFMG. Com o recurso do edital foi possível executar o processo de transcrição das mais de 23 horas de entrevistas gravadas, permitindo que a investigação dos relatos coletados seja aprofundada.

⁵¹⁵ RODRIGUES, C. C.; OLIVEIRA, R. S. E. . Projeto Expográfico Ndê! Trajetórias afro-brasileiras em Belo Horizonte. 2018.

Um projeto iniciado por seis estudantes cotistas da universidade pública não veio sem precedentes. Esses questionamentos vêm sendo feitos há décadas, especialmente em relação a um censo completo e aprofundado sobre a composição racial do corpo docente e quadro de servidores da UFMG. O livro *Memórias e percursos de professores negros e negras da UFMG*⁵¹⁶, publicado em 2009, mostra a relevância da memória de docentes negros(as) para a percepção de *como* a população preta e parda vem ocupando lugares importantes de transformação social na esfera acadêmica. Em 2016, a campanha *Quantos professores negros você tem?* desenvolvida pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) também mobilizou a comunidade universitária a discutir a inserção da negritude nesse espaço. Como parceria e inspiração para nosso horizonte teórico, Rodrigo Ednilson, nosso interlocutor, organiza *Duas décadas de políticas afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento*⁵¹⁷ em 2018, fundamentando o debate que iríamos movimentar por meio de nossa exposição.

Nessa perspectiva, pretendemos que não apenas o projeto se expanda, como também que a ideia continue ganhando dimensão no ambiente das universidades brasileiras. Desejamos que ele possa ser reproduzido a fim de levantar dados e posicionar as demandas do Movimento Negro acerca da inserção de pretos e pardos em efetivas posições de notoriedade no ensino superior, na pós-graduação e nas pesquisas e docências. Ao final, que olhares emancipatórios sejam fomentados pelo adinkra da sabedoria do povo akan "o que eu escuto, eu transmito" que nos abraçou como marca nesse processo de transmitir saberes e compartilhar vivências entre a comunidade universitária negra.

Anexos

⁵¹⁶ PRAXEDES, Vera Lúcia; TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; SOUZA, Anderson Xavier de; GONZAGA, Yone Maria (Orgs.). *Memórias e percursos de professores negros e negras da UFMG*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

⁵¹⁷ JESUS, Rodrigo Ednilson de; SANTOS, J. S. (Org.); COLEN, N. S. (Org.); GONZAGA, Y. M. (Org.); MARCAL, J. A. (Org.); DIAS, J. S. (Org.). *Duas décadas de políticas afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento*. 01. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. v. 1. 142p.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Imagem 1: Público durante o evento de abertura da exposição.



Foto: Angel Jackson / Fonte: Acervo próprio do projeto.

Imagem 2: Professores entrevistados e curadores da exposição no evento de abertura



Foto: Angel Jackson / Fonte: Acervo próprio do projeto.

Imagem 3: O evento contou com um intérprete de libras do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG (NAI/UFMG)

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>



Foto: Angel Jackson / Fonte: Acervo próprio do projeto.

Imagem 4: Quadro da exposição com infográfico.

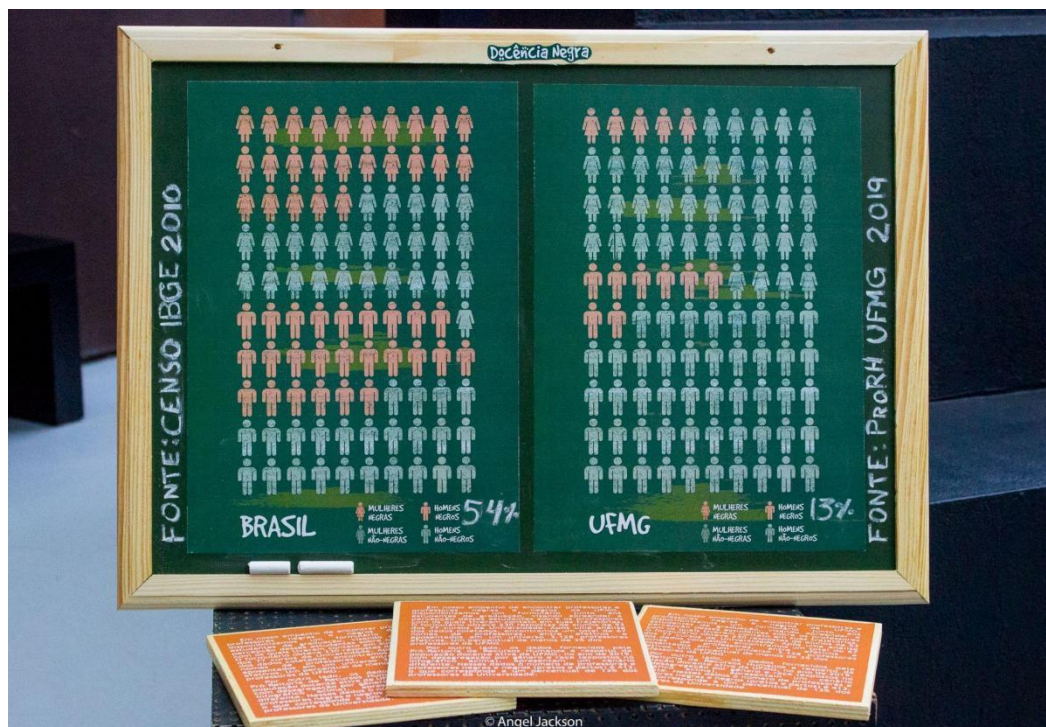


Foto: Angel Jackson / Fonte: Acervo próprio do projeto.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
 31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
 Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Imagem 5: Abertura da exposição com uma das professoras convidadas e entrevistadas (primeira mulher negra com título de docente emérita pela UFMG).



Foto: Angel Jackson / Fonte: Acervo próprio do projeto.

Imagem 6: Estrutura da exposição



Foto: Angel Jackson / Fonte: Acervo próprio do projeto..

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Um diálogo entre as narrativas silenciadas da periferia e o ensino de História: como o mapeamento coletivo pode contribuir para a emancipação dos educandos.

Francisco Gonçalves de Almeida

Mestrando em Educação e Docência

Universidade Federal de Minas Gerais (Promestre/FaE)

chicogdealmeida@gmail.com

Resumo: As interações entre a escola e a cidade são o objeto principal desta pesquisa que busca, através do ensino de História, construir novas narrativas sobre as periferias urbanas. Uma vez que as periferias urbanas são colocadas num local de segregação social e, por isso, os educandos periféricos são alvos de estigmas e exclusões, o propósito desta pesquisa é esmiuçar formas de trabalhar o ensino de História junto à história da cidade que supere os estigmas e, a partir disso, contribua com a emancipação dos sujeitos periféricos. Além disso, como a formação da cidadania é um dos objetivos da educação, a intenção é criar meios para que os alunos possam construir sua visão sobre a comunidade em que vivem, com um olhar da periferia sobre a periferia. Para isso, o mapeamento coletivo será o intermédio entre o ensino de História, a memória social e a construção de cidadania insurgente.

A pesquisa trabalha com três conceitos fundamentais que são: as perspectivas de memória social e locais de memória, dialogando com Pierre Nora e Jacques Le Goff; a noção de cidadania entrincheirada e cidadania insurgente, apresentadas por James Holston; e as perspectivas de educação popular, a partir da pedagogia da periferia de Heli Sabino de Oliveira e Eliane Ferreira Rezende de Oliveira. A memória social é um ambiente de disputa de quais valores sociais serão escolhidos para a realização de um determinado projeto de sociedade. Dessa maneira, ao trabalhar a memória da periferia, o objetivo é resgatar valores de insurgências e reivindicações que dialogam com valores de democracia e emancipação popular. Visto que, nos processos de lutas dos bairros, a formação da cidadania insurgente rompe com a lógica segregadora e autoritária da cidadania entrincheirada. Tendo em vista que a concepção de educação popular exige esmiuçar as possibilidades de um ensino de História que dê foco às narrativas dos oprimidos. Assim, a proposta é criar uma ferramenta pedagógica para a sala de aula, inspirada no mapeamento coletivo que é utilizado por movimentos sociais e busca construir narrativas contra-hegemônicas a partir da visão dos atores sociais.

Dessa maneira, a pesquisa analisará como um mapeamento coletivo, em nível de intervenção pedagógica, pode contribuir para a emancipação cidadã. Vale ressaltar que a pesquisa está em estágio inicial, visto que o projeto foi aprovado recentemente no Programa de Mestrado Profissional - Promestre - FAE/UFMG.

Palavras-chave: Periferias, Ensino de História, Memória.

Lugar da pesquisa

Após longos e desgastantes processos seletivos de designação, estava em sala de aula, dando início a minha carreira docente. Sendo que possuía pouco preparo, mas tinha vontade de

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha

31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

sobra. Percorri vários escritos do Paulo Freire⁵¹⁸, passei por diversos debates sobre a inclusão da juventude periférica, participei de uma infinidade de debates acadêmicos, questionei o academicismo, concluí os estágios docentes, protestei das mais diversas formas (“Não vai ter copa!”, “Por uma universidade para todos”), comecei a estudar o Direito à Cidade⁵¹⁹, fui afetado pela potência do filme *Que horas ela volta?* de Anna Muylaert, sonhei — e ainda sonho — com uma cidade e um país melhor e, finalmente, eu estava lá, no chão da escola. Minha militância e meus sonhos estavam lá, também, mas seria impossível esquecer-los, pois foram justamente eles que me levaram até lá. Já dizia nosso patrono da educação, Paulo Freire: “A educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” e, em 2015, com pouco mais de um ano graduado em História, era minha vez de tentar transformar as pessoas. Pela primeira vez, assumia um cargo como professor numa escola estadual em Ribeirão das Neves, momento que batalhei tanto para fazer chegar, quem liga para o detalhe “Professor Substituto, até quando o atestado médico do professor efetivo acabar”? Eu não ligava. Era lá, numa cidade da região metropolitana marcada pelos estigmas e pela segregação social, que começava minha trajetória.

Não conhecia muito como a forma escolar funcionava⁵²⁰ na prática e, como substituto, já tinha que ir para a sala de aula às pressas. Como faria o meu planejamento? Então, passei alguns semestres me preparando para isso e... “vai, olha no caderno de um aluno o conteúdo e começa por aí”. Eh... O primeiro ano estava estudando Grécia Antiga e o terceiro ano estava estudando “A Chegada de Dom João VI”, às vésperas do ENEM. Mas, já tinha o que preparar e fiz meus primeiros planejamentos a partir disso. Comecei minhas primeiras aulas, fui ao terceiro ano, “acho que eles entenderam”, depois, fui numa sala de primeiro ano, “talvez, não entenderam bem o que é *pólis*, mas continuo amanhã”, e segui a rotina. Até que, durante uma aula de Grécia Antiga, uma aluna negra periférica virou para mim e disse: “Estudamos História para entender o nosso passado, né? Mas, a Grécia Antiga não faz parte da minha história”. Acredito que alguns poderiam entender isso como uma pergunta tola, pois como não considerar a Grécia como parte da história? Homero, Heródoto, Péricles, Sócrates... todos eles fundaram a cultura ocidental, foram importantes para a História (e outras áreas do conhecimento), mas que audácia dessa aluna, questionando a Grécia Antiga! Este é um conteúdo programático que está no currículo oficial, desde muito tempo, e eu deveria segui-lo. Contudo, essa não foi minha reação. Primeiro, minha educanda me perguntou sobre a história, mas foi específica: “a Grécia não faz parte da minha história”. Qual era a história dessa educanda? Por que não estava na história dos currículos oficiais? Qual era o meu limite enquanto educador em relação ao currículo? Eu iria mudar as pessoas apenas com a história eurocêntrica?

Uma chuva de questionamentos caía sobre mim, ao mesmo tempo em que deveria preparar mais aulas, pois aquela pergunta não era simples e os desafios para respondê-la também não. Lá estava eu, na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com meu desejado desafio de mudar as pessoas. Pensar sobre qual seria o passado dessa educanda e dos demais educandos me fez ir além, pois o passado que deveria trabalhar em sala de aula não poderia reforçar os estigmas

⁵¹⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2013 e FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

⁵¹⁹ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana*. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

⁵²⁰ VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Trad. Diana G. Vidal. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 07-47, jun. 2001 – Esse artigo se dedica a conceituar o que é a forma escolar, sendo que ele faz uma trajetória histórica e formativa sobre o surgimento da forma escolar. Logo, não há uma página específica em que o conceito está resumido, pois ele permeia todo o artigo.

que caíam sobre eles. A História deveria ser um instrumento de emancipação para que pudessem ser mais⁵²¹ e não reproduzir a cultura hegemônica⁵²². Como propõe Walter Benjamin, as Histórias Oficiais contam a história do vencedor (podemos dizer do opressor), portanto o meu desafio era construir uma História a contrapelo⁵²³ e revelar os silenciamentos provocados pela História Oficial. Assim, os planejamentos de aulas se juntavam aos questionamentos, ao passo que não sabia mais a diferença entre o que queria para as aulas e o que pensava sobre a História. Dessa maneira, como deveria planejar uma aula em que caberia a história de meus educandos?

Visto que “a cabeça pensa onde os pés pisam”⁵²⁴, o lugar em que eu estava já possuía uma história, já que a região de Justinópolis, Ribeirão das Neves, tem uma História. Além de todo passado africano e das mulheres que é colocado para escanteio, o lugar era dito como um lugar sem cultura, sem passado e sem infraestrutura urbana. A parte da infraestrutura urbana é real, tanto que periferia é entendido como lugar de carência de serviços, mas as periferias possuem muita cultura e passado. Justinópolis é um lugar que possui diversos grupos de Congado, possui uma cultura periférica e foi ocupado num determinado momento histórico, de acordo com o projeto urbano. Assim, a História que levaria para a sala de aula seria coerente com a história dos educandos da periferia, para que isso fosse um meio para a emancipação desses sujeitos.

Em Ribeirão das Neves, cidade com a maior população negra de Minas Gerais, descobri que eu não estava entendendo o que era *pólis*. Pois, deveria ver a história de Justinópolis, do Jardim Teresópolis, de Rosaneves, da comunidade Dandara, do Céu Azul, de Venda Nova, do Barreiro, do Serrão e de todas as outras quebradas que são silenciadas. Belo Horizonte não é só o centro-sul, temos cultura e memória nas periferias. Hoje, mais experiente na sala de aula, ainda carrego comigo minha militância e meus sonhos, pois ainda busco mudar as pessoas.

É desse lugar que saiu meu projeto de pesquisa para o mestrado. Ingressei recentemente no Mestrado Profissional em Educação e Docência (Promestre) da *Faculdade de Educação/UFMG*, com o objetivo de estudar a relação da escola com a cidade, focando na periferia. Sendo que meu contato com a academia serviu também para elaborar o intuito da pesquisa e descobrir como funciona o processo de mapeamento coletivo. Isso, junto a minha experiência docente, é o que me traz aqui.

Referencial teórico

As escolas periféricas sofrem diversos estigmas e faltas causados pela desigualdade social vivenciada no Brasil. Geralmente, as escolas periféricas convivem com diversos problemas, sejam eles estruturais ou gerados pelos conflitos sociais. Entendendo periferia no seu sentido mais ampliado, isto é, periferia como local com pouca (ou nenhuma) infraestrutura urbana, e não no seu sentido literal de borda, as escolas periféricas estão em contato cotidiano com a cidade e a cultura periférica que as cercam. Dessa maneira, estes locais são alvos de exclusão social e de

⁵²¹ Referência à lógica da pedagogia popular em que se deve provocar o “ser mais” que é descrito em: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

⁵²² Conceito tomado de Antonio Gramsci que está presente no seu livro: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: os intelectuais e a organização da cultura*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

⁵²³ Conceito de Walter Benjamin encontrado no artigo: LOWY, Michael. “A contrapelo”. *A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940)*, *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. Captado em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/michael-lowy.pdf> Acesso em: 03 jul. 2022.

⁵²⁴ BETTO, Frei. Paulo Freire: a leitura do mundo. Folha de São Paulo, 03 mai. 1997.

estigmatização. Por vezes, a forma escolar se limita a disciplinar os alunos, colocando-os em padronizações de ensino. A indisciplina e o controle social são os valores escutados com frequência nas salas de professores, uma vez que há indicações de que os alunos periféricos tendem a delinquência por estar em condições de vulnerabilidade social. Mas, as periferias possuem diversas culturas e uma história, mesmo que contrárias à cultura hegemônica. Como colocado por James Holston:

A maioria dos brasileiros que mora nas periferias as entende como um processo de transformação porque as construíram [...] Mas a maioria dos que não moram lá tem apenas uma visão presentista de sua formação e significado. Na verdade, eles em geral as veem como um pouco mais que “favelas infestadas pelo crime”.⁵²⁵

Dessa maneira, a minha proposta é construir um diálogo entre o ensino de História e a história das periferias, de modo que a construção da história local seja um meio para a emancipação dos educandos. Para desenvolver esse estudo, busco um embasamento teórico em alguns conceitos.

Através de Jacques LeGoff⁵²⁶ e Pierre Nora⁵²⁷, pretendo enxergar a construção da memória social e os locais de memória na periferia, entendendo a memória social como um ambiente de disputa em que há uma seleção intencionada do que lembramos. Assim, há uma disputa social pelo conteúdo de História e de qual memória da cidade estamos lembrando. Logo, há uma busca para compreender a formação da memória social na cidade e na periferia.

Também trago os conceitos de cidadania entrincheirada e cidadania insurgente de James Holston. Uma vez que a construção da cidadania brasileira aconteceu de modo inclusivo e desigual, isto é, não houve problema para se aceitar novos cidadãos, como acontece na França, mas há um tratamento desigual entre os cidadãos brasileiros, como se quem é cidadão brasileiro não possuísse a integralidade dos direitos e houvesse uma forma diferenciada para cada classe social. Por esse motivo, James Holston, analisa que o Brasil construiu um tipo de cidadania marcada pela desigualdade, sendo ela a cidadania entrincheirada. Por outro lado, a partir dos anos 70 e 80, a construção das periferias brasileiras impactaram no modo de vida de grande parte da população e, com o tempo, os movimentos periféricos foram construindo um novo tipo de cidadania no Brasil, a cidadania insurgente. Dessa maneira, a cidadania insurgente é o oposto da entrincheirada, pois ela se proclama como uma cidadania igualitária⁵²⁸. Vale ressaltar que a participação popular e de luta nas cidades foi um fator importante para o surgimento da cidadania insurgente.

Dessa maneira, pretendo dialogar com as propostas de educação popular, sendo que o foco será na proposta da pedagogia da periferia, de Heli Sabino Oliveira e Eliane Ferreira Rezende de Oliveira. Como é colocado por Paulo Freire, a violência dos opressores tem o objetivo de dar o sentido de ser menos pelos educandos, mas o processo educativo deve levar à humanização dos oprimidos e abrir as possibilidades para sua emancipação⁵²⁹. Nesse sentido, o estudo buscará uma

⁵²⁵ HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Trad. Claudio Carina. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 63.

⁵²⁶ LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão. 7. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

⁵²⁷ NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

⁵²⁸ HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Trad. Claudio Carina. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.37.

⁵²⁹ FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p.41.

abordagem metodológica próxima à pedagogia da periferia⁵³⁰, como colocado por Heli Sabino de Oliveira e Eliane Ferreira Rezende de Oliveira, em que se irá problematizar a situação dos educandos e desnaturalizar as situações degradantes, buscando a desconstrução de estigmas que pairam sobre a periferia. Portanto, o estudo caminhará para uma base teórica da educação popular, em que as insurgências e as situações externas à escola sejam o objeto motivador da ação pedagógica que promova a emancipação dos educandos.

Portanto, o objetivo deste estudo é visibilizar as memórias periféricas, rompendo com o silenciamento. Dessa maneira, irei esmiuçar as possibilidades do uso da história local no ensino de História.

Proposta de mapeamento coletivo

A proposta de produto é construir um mapeamento coletivo que explore a história local, ou seja, usar a metodologia de mapeamento coletivo⁵³¹, que já é utilizada por diversos movimentos sociais na construção da memória local. Dessa maneira, o primeiro entendimento é traçar que a cartografia é antiga e é uma representação artística e científica de um lugar, logo a cartografia pode ser do tipo mais cartesiana, com precisão científica, ou pode caminhar como meio de demonstrar os afetos e as relações sociais⁵³². Nisso, pode-se entender a cartografia como uma linguagem de um lugar, por isso é possível construir uma cartografia que diz sobre o subjetivo dos educandos e, ao mesmo tempo, traçar um discurso da periferia feita pelos próprios periféricos. O objetivo do mapa é trazer um olhar diferente da periferia sobre a periferia, onde o empoderamento dos sujeitos periféricos é o primeiro objetivo. Logo, o intuito é buscar construir um mapeamento piloto que dará início a uma sequência didática, para ser compartilhada com outras escolas e locais.

O produto esperado possui uma inspiração no trabalho desenvolvido pelo movimento *Iconoclastas* de Buenos Aires, que já atua com o mapeamento coletivo⁵³³ desde 2006, sendo que seu enfoque não é técnico, mas busca elaborar uma representação do espaço a partir dos saberes da população local. A intenção é criar uma sequência didática para ser utilizada por professores em suas atividades, em que seu objetivo seja instigar os educandos a criar uma visão positiva sobre o território onde vivem. A construção e elaboração do mapeamento coletivo permitirá aos alunos pesquisar sobre a história e constituição do território onde vivem, perceber os pontos culturais do local e o mapa criará uma narrativa coletiva com as diversas vozes de uma escola. Assim, a proposta é que seja uma atividade para a emancipação e tomada de consciência crítica pelos educandos.

⁵³⁰ OLIVEIRA, Heli Sabino de; OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende de. Juventudes, Periferias e o debate teórico acerca dessa temática no campo da educação. *Ensaios Filosóficos*, Volume XIX – Julho/2019. p. 50.

⁵³¹ ACSELRAD, Henri e COLI, Luís Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: *Cartografias sociais e território* / Henri Acselrad (organizador). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p.13.

⁵³² ALVES DA SILVA, R. H., FONSECA, C. G. da, FRANCO, J. de O. R., MARRA, P. S., & GONZAGA, M. M. (2008). Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. *E-Compós*, 11(1). Captado em: <https://doi.org/10.30962/ec.269> Acesso em 04 ago. 2021.

⁵³³ RISLER, Julia e ARES, Pablo. *Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa*. 1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013. Captado em: <https://iconoclastas.net/4322-2/> Acesso em: 04 ago. 2021.

Inicialmente, o intuito é construir a sequência didática em três etapas, em que, no decorrer da pesquisa, será elaborada sua estrutura principal, da seguinte forma: 1) A primeira etapa é o momento em que o professor questionará a turma sobre a possibilidade de criar um mapa dos arredores da escola, levantará debates sobre a história do local e a memória, debatendo a respeito e questionando os hábitos da população local. Nesse mesmo momento, é importante definir quais são os locais importantes para se mapear e desenvolver representações gráficas para utilizar no mapa. 2) Num segundo momento, a sequência didática caminhará para reconhecimento das memórias, dos processos históricos envolvidos e da cultura local. Os debates poderão ser em grupos menores onde é possível uma maior troca de experiências e uma seleção de pontos e locais essenciais para o mapa. Também, nesse momento é interessante que haja algumas derivas⁵³⁴ pela vizinhança, com o objetivo de registrar em fotos, desenhos ou filmagens a vida cotidiana a ser mapeada. 3) A última etapa é o momento de encontro das várias perspectivas desenvolvidas pelos estudantes e a elaboração final do mapa. Ele pode ser elaborado em diversas plataformas, sendo possível a sua produção de forma manual ou digital. O importante é que seja levado a público, seja por divulgação pela própria escola ou por mídias digitais.

Portanto, o mapeamento coletivo, como intervenção pedagógica, terá a função de revelar as memórias silenciadas e uma aproximação com o mundo do aluno⁵³⁵. Ao passo que se buscará formas de replicar a experiência desenvolvida em mais escolas, no formato de sequência didática. Com isso, a pesquisa pretende visibilizar a história local e explorar seu uso no ensino de História.

Considerações finais

Provavelmente, caro leitor, houve certo estranhamento ao ler esse texto acadêmico, por causa da carga subjetiva e das aproximações a uma linguagem oral. Todavia, justifico esta escolha por aproximar das leituras de pesquisa narrativa e autonarrativa⁵³⁶ em que o pesquisador expressa seu percurso e subjetividade na pesquisa. Nessa perspectiva, há o entendimento de que as experiências docentes e de vida compõem a pesquisa e são partes relevantes, uma vez que o ponto de vista como educador da educação básica, ingresso na academia, diz sobre as escolhas metodológicas e rompe com a visão tradicional do pesquisador distante de seu objeto de pesquisa. Dessa maneira, explicitar de onde vêm as inquietações faz parte da metodologia e usar a forma de narrativa foi escolha estilística e teórica.

Também, durante a narrativa inicial, não foi usado o nome da aluna questionadora e nem mesmo o da escola onde comecei a docência, pois escolhi este modo para preservar a imagem de quem foi citado. Já que é necessário consentimento dos envolvidos para a publicação de seus nomes, logo, devido a ética em pesquisa, decidi suprimir do texto.

Por fim, o trabalho de pesquisa está em fase inicial, logo os apontamentos que trouxe estão em desenvolvimento.

⁵³⁴ Nesse sentido, o sentido de deriva é utilizado como colocado no artigo, “Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço”; “[...] a experiência consistia em interpretar aspectos diferentes ou fragmentos da cidade simultaneamente, fragmentos que só podem ser vistos sucessivamente, da mesma forma que existe pessoas que nunca viram certas partes da cidade.” (LEFEBVRE, 1983 [documento eletrônico], apud ALVES DA SILVA, FONSECA, ROCHA, MARRA, GONZAGA, 2008, p. 6).

⁵³⁵ BURGOS, Marcelo Baumann. Escola pública e segmentos populares em um contexto de construção institucional da democracia. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 1015-54, 2012. p. 1016.

⁵³⁶ RODRIGUES, Nara Caetano e PRADO, Guilherme do Val Toledo. Investigação Narrativa: construindo novos sentidos na pesquisa qualitativa em educação. *Revista Lusófona de Educação*, v.29n.29. 2015. p. 89 a 103. p. 92. Captado em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5096> Acesso em 27 jun. 2022.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

ST18 - Autoritarismo, fascismo, totalitarismo: experiências limítrofes nos séculos XX e XXI

Maria Visconti

mariavisconti92@gmail.com

Anna Carolina Viana

annacvianas@gmail.com

Bárbara Deoti

bdeoti3@hotmail.com

Este simpósio pretende debater as experiências históricas vividas no século XX e as suas reverberações no XXI. Cronologicamente já não estamos mais no século que produziu as grandes guerras e os regimes totalitários, contudo, hoje nos deparamos com os mesmos dilemas enfrentados ao longo dos anos 1900. No Brasil contemporâneo, continuidades históricas com os acontecimentos do século XX são gritantes: genocídios seguem ocorrendo e o autoritarismo está em franca ascensão. Sendo assim, o simpósio almeja questionar o passado em perspectiva interdisciplinar para obtermos novas compreensões acerca do tempo em que vivemos.

Aceitaremos, portanto, trabalhos que abordem as violências dos regimes autoritários, fascistas e totalitários do século XX, no Brasil e no exterior, assim como os movimentos de resistência a esses governos. Buscaremos incluir estudos focalizados na zona cinzenta da atuação política: os que não foram carrascos, nem vítimas, refletindo mais profundamente sobre as relações de poder estabelecidas e as noções de consentimento e cumplicidade. Serão aceitos trabalhos que abordem os genocídios perpetrados durante o século XX, como o Holocausto, o Genocídio Armênio e o Genocídio de Ruanda, entre outros, assim como pesquisas acerca das consequências dessas violências, tais como os julgamentos de perpetradores e a elaboração das noções de crime contra a humanidade e genocídio.

Serão contemplados trabalhos sobre a experiência das Guerras Mundiais e de outros conflitos contemporâneos, especialmente aqueles que se preocupem com as memórias, os testemunhos e traumas dos sujeitos dessa época. Pesquisas que abordem e problematizem as temporalidades e os marcos já estabelecidos para o estudo dessas temáticas serão bem-vindos. Também serão aceitos trabalhos que reflitam sobre os perpetradores desses regimes e ainda sobre

narrativas negacionistas dos horrores do século XX. Por fim, serão aceitos trabalhos que reflitam sobre representações audiovisuais e escritas de regimes autoritários.

Assim, acreditamos que é relevante abordar o século XX como um século que não passou. Ainda enfrentamos questões similares àquelas vividas nesse período, com a ascensão de movimentos de extrema direita, (neo)fascistas e neonazistas. Buscando diálogos, aceitaremos pesquisas sobre a Modernidade e a Pós-Modernidade como perspectivas para a compreensão temporal, que problematizem as rupturas temporais e sociais no pós-queda do Muro de Berlim e que questionem as temporalidades do presente e como elas foram potencialmente afetadas pela experiência da pandemia de Covid-19. Diante de tantos desafios, urge a necessidade de repensar o nosso próprio fazer histórico, buscando novos caminhos interpretativos e meios para contribuir com o combate às ideias, ações e crimes que ainda ocorrem nos dias de hoje. Uma vez que estamos diariamente encarando a tarefa de renovar e (re)fazer as escritas da história, é necessário refletir sobre as experiências que nos levaram a buscar esse (re)fazer.

Neointegralismo e ‘direita grupuscular’: uma análise da extrema direita nacional

Lavínea Oliveira da Rosa

Graduanda em bacharelado em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
Lavinea2001@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo apresentar os resultados obtidos através da pesquisa realizada no projeto Observatório da Extrema Direita, sob a orientação do Professor Doutor Odilon Caldeira Neto pela na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A pesquisa teve, como objetivo principal, o acompanhamento e a análise das interações de três grupos neointegralistas, a Frente Integralista Brasileira (FIB), Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE) e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), com demais grupos da extrema direita, sendo esta brasileira ou internacional, com o intuito de compreender as motivações e espaços para a interlocução com o campo político mais amplo. Os três grupos analisados, FIB, ACCALE e MIL-B, fazem parte do chamado movimento neointegralista, sendo descendente do movimento integralista e que possui sua origem com a morte do líder Plínio Salgado no ano de 1975, além de adotar como base a doutrina integralista através de interpretações e visões novas. Logo, a pesquisa teve como objetivo a análise desses grupos, bem como o entendimento e mapeamento de como a dinâmica de interação de grupos neointegralistas com outros grupos da extrema direita é realizada. Para isso, utilizou-se o princípio proposto pelo historiador Roger Griffin, a “direita grupuscular”, o qual refere-se a pequenos grupos que se relacionam a outros pequenos grupos com facilidade, formando assim uma grande rede de pequenos grupos que, alinhados, se complementam de forma ideológica e tática, gerando uma certa influência popular. Dessa forma, as fontes utilizadas para a pesquisa foram as publicações realizadas pela FIB, ACCALE e MIL-B em seus sites oficiais e em redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter, no qual o critério principal foi a menção de demais grupos da extrema direita, sendo pertencentes estes brasileiros ou estrangeiros. Desse modo, ao analisá-las, a conclusão a que se chega é a de que todo grupo da extrema-direita, seja ele com poucos ou muitos integrantes, possui um poder, a partir da reverberação de seu ideário, de influenciar a sociedade. Portanto, ao analisar as relações desenvolvidas entre a FIB, ACCALE e MIL-B com demais grupos da extrema direita observa-se que cada um dos grupos detém relações específicas com determinados tipos de grupos, demonstrando que elas apresentam os princípios e ideologia que cada grupo faz mais uso, além de demonstrar que todo grupo detém um certo grau de influência social.

Palavras-chave: Extrema Direita; Observatório da Extrema Direita; Neointegralismo; Direita Grupuscular; História Pública Digital.

Introdução

A ascensão da extrema direita é algo visto desde o início da Primeira Guerra Mundial e, apesar da queda do fascismo ao final da Segunda Guerra Mundial, este segue em ascensão até os

dias atuais juntamente com o sucesso da direita, por isso, faz-se importante levar em conta ao analisar a extrema direita.

A pesquisa desenvolvida no projeto de iniciação científica pelo projeto Observatório da Extrema Direita teve, como objetivo principal, acompanhar e analisar as interações de três grupos neointegralistas, sendo estes a Frente Integralista Brasileira, a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro, com outros grupos da extrema direita brasileira e internacional, compreendendo quais são os espaços e motivações para a interlocução com o campo político mais amplo. Para isso, utilizou-se como base o princípio de “direita grupuscular” proposto pelo historiador Roger Griffin. O movimento neointegralista é um movimento da extrema direita brasileira descendente do movimento integralista que teve sua origem após a morte de seu fundador, Plínio Salgado, no ano de 1975. Os grupos do movimento neointegralista possuem como base a doutrina integralista mas com novas interpretações e visões, por isso faz-se importante entender com quais outros grupos estes se relacionam. Partindo disso, faz-se necessário entender o conceito de direita grupuscular. A direita grupuscular refere-se a pequenas entidades ou grupos políticos com poucos adeptos, pouca influência e pouco ou nenhum apoio público. Assim, esses pequenos grupos de direita conseguem com facilidade se relacionar a outros pequenos grupos, formando uma grande rede de pequenos grupos que, alinhados, se complementam de forma ideológica e tática, gerando uma certa influência popular.

O movimento neointegralista

O movimento neointegralista é um movimento proveniente do movimento integralista após a morte de Plínio Salgado, seu líder, e que integra a extrema direita nacional. Os grupos provenientes desse movimento detêm a doutrina integralista como sua base, contudo, fazem uso de novas visões e interpretações específicas, o que faz importante de ser considerado quando se analisa as relações estabelecidas entre estes grupos.

A Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE) pode ser descrita como um grupo que utiliza a doutrina integralista como base mas com seus adendos, além de ter uma aproximação ao público jovial e uma abordagem agressiva, bem como assumem uma posição contra o aborto, liberalismo, marxismo e indivíduos que não se rebelam com o contexto político e social atual, aborda questões políticas nacionais e estrangeiras e não possui ligação com questões religiosas. Segundo Gonçalves e Caldeiro Neto em *O fascismo em camisas verdes a ACCALE*:

(...) se apresenta como “nem destros nem sinistros” (nem direita nem esquerda), se define como uma associação que tem por finalidade a divulgação do

pensamento nacionalista, por meio de palestras, seminários, mesas-redondas e cursos de formação. O grupo, que não tem estrutura rígida, com líderes definidos, tem como patrono Arcy Lopes Estrella, o dr. Arcy. As bandeiras da Accale são o nacionalismo, o anticomunismo, o antiliberalismo, a contrariedade ao progressismo e à usura, assim como a defesa de uma revolução interior, muito similar à proposta integralista.⁵³⁷

A Frente Integralista Brasileira (FIB) pode ser descrita como o grupo que possui uma maior semelhança ao movimento integralista, fazendo o uso da doutrina integralista de uma forma mais fiel. Além disso, apresenta visões pró-vida, contra aborto, faz críticas à mídia, bem como uma preocupação em manter vivo o lema integralista de “Deus, pátria e família”. Percebe-se uma preocupação do grupo para com questões econômicas, sociais e políticas nacionais bem como uma ligação ao catolicismo. Segundo Gonçalves e Caldeiro Neto em O fascismo em camisas verdes:

é o maior, mais organizado e ativo entre os três grupos neointegralistas surgidos após o congresso de 2004. Atualmente, o presidente do grupo é Moisés Lima, que se apresenta como filósofo. A FIB foi fundada no dia 22 de janeiro de 2005, com sede em São Paulo, e se apresenta como um grupo voltado a resgatar a herança cultural, cívica, política e ideológica da Ação Integralista Brasileira.⁵³⁸

O Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) pode ser descrito como um grupo que utiliza a doutrina integralista, bem como métodos que seus integrantes chamam de “científicos lógico-estrutural” afim de discutir assuntos sobre diversas temáticas, abordando até mesmo questões como veganismo e espiritismo. Percebe-se uma nostalgia ao período monárquico e imperial, mas apresentam novas ideias a essa forma de governo e há uma ligação com questões religiosas apesar de não possui uma religião central. De acordo com Gonçalves e Caldeiro Neto em O fascismo em camisas verdes:

(...) criar uma “sequência harmônica de explicação”, na qual as ideias do campo científico, aliadas aos valores morais e intelectuais do integralismo, teriam capacidade de resolver problemas de vários tipos: sociais, econômicos, políticos e até espirituais. A isso, eles deram o nome de filosofia linear, ou linearismo. No entendimento deles, as ideias científicas - vindas da matemática, da física e de outras disciplinas - promoviam um despertar de consciência, de forma muito parecida ao processo de revolução espiritual defendido pela Ação Integralista Brasileira. A diferença básica entre o linearismo e o integralismo da primeira fase é justamente que o linearismo afirma ter princípios mais descritivos e atuais. (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p. 167- 168).

A extrema direita nacional e a ‘direita grupuscular’

A extrema direita vem ganhando espaços cada vez maiores nos campos políticos e sociais, especialmente após o ano de 2017 com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da

⁵³⁷ GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p.187

⁵³⁸ GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p.171-172.

América. Essa eleição “ditou” as demais eleições em alguns países, como por exemplo no Brasil, garantindo que a extrema direita pudesse chegar ao poder de formas mais descomplicadas e gerando cada vez mais adeptos à grupos que fazem parte desse posicionamento político.

Os três grupos neointegralistas analisados possuem algumas similaridades, apesar de suas particularidades, que podem ser citadas, sendo estas: a pouca ou nenhuma participação de mulheres em lugares de destaque dentro dos movimentos, tendo como público alvo a elite brasileira (homens brancos de classe média); o uso da doutrina e ideologia integralista em seus estudos; e relações com variados grupos e partidos da extrema direita.

Em *From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscle right*, o historiador Roger Griffin discute o que ele nomeia de “direita grupuscular”:

In the context of extreme right-wing politics in the contemporary age groupuscules are intrinsically small political (frequently meta-political, but never primarily party-political) entities formed to pursue palingenetic (i.e. revolutionary) ideological, organizational or activist ends with an ultimate goal of overcoming the decadence of the existing liberal democratic system. Though they are fully formed and autonomous, they have numerically negligible active memberships and minimal if any public visibility or support. Yet they acquire enhanced influence and significance through the ease with which they can be associated, even if only in the minds of political extremists, with other grouplets that are sufficiently aligned ideologically and tactically to complement each other's activities in their bid to institute a new type of society. As a result the groupuscle has the Janus-headed property of combining organizational autonomy with the ability to create informal linkages with, or reinforce the influence of, other such formations. This enables groupuscules, when considered in terms of their aggregate impact on politics and society, to be seen as forming a non-hierarchical, leaderless and centreless (or rather polycentric) movement with fluid boundaries and constantly changing components. This ‘groupuscular right’ has the characteristics of a political and ideological counter-culture rather than a conventional party-political movement and, in an age of relative political stability, is ideally adapted to the task of perpetuating revolutionary extremism, however utopian in pragmatic terms.⁵³⁹

Com isso, pode-se dizer que a direita grupuscular é a direita composta por pequenos grupos políticos ou entidades com pouca influência, poucos adeptos e nenhum ou pouco apoio público. Esses pequenos grupos se relacionam facilmente com outros grupos e acabam gerando uma extensa rede de pequenos grupos que se completam taticamente e ideologicamente quando alinhados, conseguindo assim uma influência no meio social.

A extrema direita possui um denominador comum com as demais direitas que é a facilidade em conseguir se adaptar ao longo de acontecimentos diversos e mesmo após diversos anos para conseguir sobreviver ao meio político. Um grande exemplo dessa adaptação é o sucesso da

⁵³⁹ GRIFFIN, 2003, p. 30

internet, que fez com que a extrema direita se adaptasse e se tornasse diferente do que era a extrema direita durante a Segunda Guerra Mundial por exemplo.

Fontes e metodologias

O objetivo principal da pesquisa foi compreender com quais grupos estes três analisados se relacionam. Dessa forma, foi imprescindível realizar uma análise sobre as publicações realizadas pela ACCALE, FIB e MIL-B em seus sites oficiais, bem como em seus perfis em redes sociais, sendo estas Facebook, Instagram e Twitter. Logo, para que as informações pudessem ser armazenadas de forma segura foi necessária a criação de um banco de dados no qual as publicações que tivessem alguma menção a demais grupos da extrema direita, sendo estes brasileiros ou estrangeiros, eram salvas.

Como eram fontes digitais, foi de extrema importância realizar uma cópia desses documentos para que não fosse prejudicial a pesquisa, além disso o banco de dados criado continha diversos dados que foram importantes para a análise e comparação desses grupos, alguns destes eram as datas, os autores, os links em que se encontravam, as palavras-chave e os nomes dos grupos citados. Ademais, utilizou-se uma bibliografia pensada em analisar o movimento neointegralista e seus grupos, bem como as interações realizadas por estes através do conceito de direita grupuscular.

Conclusões

O objetivo principal da pesquisa foi mapear, analisar e discutir sobre as interações e relações estabelecidas entre os grupos analisados, com o intuito de demonstrar que todo grupo da extrema direita é detentor de uma influência social segundo a reverberação de seu ideário.

Ao analisar as publicações realizadas pela ACCALE, chega-se à conclusão de que a mesma utiliza uma abordagem mais reacionária e radical, a qual busca uma integração maior de jovens ao movimento. O grupo se relaciona com diversos partidos e movimentos estrangeiros da extrema direita ultranacionalista. Alguns dos grupos que possui ligação são Frente Nacional por la Família, Legião Nacional-Trabalhista – LNT, Frente Integralista Brasileira (FIB), MSIa- Movimento de Solidariedade Ibero-americana, Casa Pound, Front Populaire, Máscaras Tricolores (Tricolour Masks) e Frente Renovadora Brasileira.

Ao analisar as publicações realizadas pela FIB, chega-se à conclusão de que a mesma possui uma ênfase na questão política brasileira, com foco principal as questões nacionais, a qual menciona de partidos políticos diversos para justificar seus elogios e suas críticas. Além disso, percebe-se que a mesma se relaciona fortemente com grupos pró-vida, religiosos e

antiesquerdistas. Alguns dos grupos que possui ligação são o Centro Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), Frente Monarquista Brasileira e Frente Negra Brasileira (FNB).

Ao analisar as publicações da MIL-B, chega-se a conclusão de que o mesmo apresenta uma ideia de integração nacional, bem como uma visão saudosista do Brasil Monárquico/Império. O grupo também se relaciona com diversos movimentos monárquicos e até mesmo estrangeiros. Alguns dos grupos que possui ligação são Camisas-Verdes da Inglaterra, Movimento Brasileiro de Resistência (MBR), Movimento Bandeirante Nacionalista (MBN), Movimento Integralista Monárquico (MIM), Movimento Integralista Luso Brasileiro (MIMLB) e Falange Integralista Monárquica de Espanha (F.I.M.E).

Portanto, a conclusão é de que a ideia de que apenas grupos com muitos integrantes e adeptos influenciam outros grupos ou a própria sociedade e que apenas estes merecem a atenção de serem estudados se mostra obsoleta. Assim, as relações que cada grupo apresenta demonstram um pouco mais sobre a ideologia e princípios dos mesmos, além de demonstrar que todo grupo possui um certo grau de influência.

Com isso, para uma compreensão mais assertiva acerca de grupos da nova extrema-direita faz-se necessário utilizar a ideia de direita grupuscular de Griffin, demonstrando que cada pequeno grupo se relaciona com outro e forma um emaranhado de pequenos grupos radicais que se complementam e possuem uma influência notável. Logo, para um estudo eficaz de grupos da extrema-direita, é necessário estar atento aos pequenos grupos, às suas adaptações para o meio político, social e econômico em que estão instaurados e em suas relações estabelecidas com outros grupos.

O neointegralismo e o bolsonarismo: a promoção ao autoritarismo no século XXI.

Caroline Helena Lacerda Bretas⁵⁴⁰

Resumo:

O objetivo do trabalho foi essencialmente, compreender a influência de crises sociais, políticas e econômicas para a ascensão de movimentos extremistas, além de evidenciar a necessidade de criação de uma consciência histórica a fim de conter o crescimento de tendências antidemocráticas, como o Bolsonarismo e Neointegralismo, e discutir como elas são alimentadas pela dinâmica das redes sociais. Ademais, o ensaio teve como objetivo estudar o que foi o Integralismo e como ele ressurgiu por conta de semelhanças com componentes do discurso de Jair Bolsonaro. Por fim, o estudo do atentado a produtora Porta dos Fundos teve objetivo de perceber o padrão de censura em que ele se encaixa.

Palavras-chaves: Neointegralismo, Bolsonarismo, Direita, Fascismo, Memória

Introdução

A história política contemporâneo apresenta um cenário de amplitude nacional da qual exibe-se marcas profundas de modificações de cunho estrutural em meio ao século XX. A partir desse cenário ressurgiu novos parâmetros políticos que giram em torno da afirmação de legalidade perante a uma bancada política e busca retomar glórias e auges de um período “esquecido”.

O cenário nacional, deu engate para essas mobilizações tomarem força para assumir um posto de consolidação e legitimidade, que por sua vez veio do processo do encerramento do processo da ditadura militar e a redemocratização. Tomando como partido esse momento histórico da as deliberações como a constituição de 1988 geraram terreno para imensa disputa e debates acerca do futuro do neointegralismo devido ao processo multipartidário e as novas possibilidades de demandas políticas após a ditadura.

Para compreender o movimento neointegralista e sua fundação, deva-se se analisar os processos que constituíram o integralismo como sua base principal para a formação desse movimento que surgirá com a morte de Plínio Salgado.

⁵⁴⁰ Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

O integralismo em sua essência ser de viés brasileiro com inclinações fascistas de Mussolini, sendo compreendido como setor ideológico politicamente, não tendo restrições grupais ou de indivíduos, originalmente surgido em 1932 como (AIB) Ação Integralista Brasileira, consideravelmente a maior organização integralista do Brasil. O Fascismo italiano era sua principal inspiração como base fundamental, no entanto atraía concepções conservadoras e tradicionalismo católico de outros grupos que eram simpatizantes com essa percepção.

A AIB até 1937 constituiu-se de aspectos de âmbito da direita tendo o título de primeiro movimento partidário de massa na história do Brasil. Para reforçar essa mentalidade vários fatores irão atribuir a legalidade para esse movimento. O período de pós 1930 com ressurgimento de novas demandas, e como isso foi palco para esse integralismo ganhar espaço no cenário político nacional.

Sua expansividade se estruturou fundamentado em atuação por meios de jornais, periódicos denominados *Sigma Jornaes Reunidos*. Outro modo de recrutamento e difusão da ideologia foi por meios filantrópicos e assistência a comunidades carentes assim se fazia criação de novos membros e adquiria importância no cenário político. Em contexto geral acerca da identidade nacional, notava-se um anseio por uma construção nacional de identidade, já que era ausente no cenário nacional.

O integralismo então foi o movimento responsável por surgir na sociedade essa vontade de construir sua identidade. Para além dessa conjuntura, o movimento exibiu a imagem de disciplina e organização desde da família até a burocracia do Estado e aos poucos a nação era tomada por essas ideologias. A disciplina exibida pelos integralistas estava anexada ao conceito de autoridade e que ela remetia a conservação de valores denominado por eles verdadeiramente nacionais. Essa construção deu abertura para setores da sociedade brasileira com tendência conservadora consolidasse esses valores como propriamente construção da identidade nacional.

A AIB em parâmetro político teve uma relevância considerável devidos aos aspectos gerais arregados nos valores intitulados nacionais e sua afinidade aliadas ao inimigo em comum que era o anticomunismo e o medo de ser tomado por essa ideologia. Segundo Odilon Caldeira:

“A presença dos integralistas no processo de organização para a implantação do Estado Novo passava ser um elemento de esperança para os camisas verdes. O contato dos integralistas com Getúlio Vargas ocorria pelas relações de

proximidade em torno dos inimigos em comum, e nunca pela divergência política”⁵⁴¹

No entanto a AIB em 1937 ao ser declarado ilegal pelo Vargas devido a instauração do Estado Novo que não se era autorizado multipartidarismo, teve seu partido dissolvido juntamente com outros partidos por decreto de lei. No ano seguinte em 1938, foi arquitetada uma revolta com intuito de derrubar Vargas, que no fim resultou no fracasso da operação e militares foram presos.

Outro momento antidemocrático que teve participação integralista foi o golpe de 1964, com o apoio do PRP (Partido de Representação Popular) que teve como discurso o nacionalismo forte e que apresentava se aproximar da doutrina militarista que conjugava com os preceitos militares. Ao reconhecer que esse período não detinha do poder de revolução, já que distanciou totalmente do caráter integralista.

Não posso denominar revolução o episódio de 31 de março. Foi apenas um movimento patriótico, que se destinava a deter a demagogia dissolvente exercida pelo presidente João Goulart. Uma revolução traz ideologia, é portadora de uma doutrina. E o movimento de março, uma vez vitorioso foi (ele próprio) tomado de surpresa diante dos problemas nacionais que desde então deveriam ser submetidos a sua responsabilidade.⁵⁴²

Inegável que depois de explicitar a trajetória dos integralistas desde de 1930 até 1975 (data de morte do líder Plínio Salgado) que esse movimento se consolidou devido ao papel fundamental do Plínio Salgado seu fundador, segundo Odilon Caldeira “Residia em Salgado a possibilidade de uma articulação dos integralistas, ainda esperançosos em um porvir de glória para a doutrina do Sigma”⁵⁴³. Portanto o movimento sofre um duro impacto com a morte do líder, pois ele era responsável pela união dos integralistas e que exibiu fragilidade do movimento como caráter de união. Dessa fragilidade surge o movimento neointegralista que tinha como intuito reassumir o papel que o integralismo obteve no seu momento de glória retomando a memória e o saudosismo como característica principal.

O neointegralismo: memória e saudosismo

⁵⁴¹ NETO, Odilon Caldeira. (2012) 2021. “*Neointegralismo E As Direitas Brasileiras: Entre aproximações E Distanciamentos*”. Locus: Revista De História 18 (1), p.57. <https://periodicos.ufrf.br/index.php/locus/article/view/20367> acesso em: 09 jul. de 2022

⁵⁴² NETO, Odilon Caldeira. *O Fascismo em camisas verde: do integralismo ao neointegralismo*. / Leandro Pereira Gonçalves – Rio de Janeiro. FGV Editora, 2020, p.108

⁵⁴³ NETO. “*Neointegralismo E As Direitas Brasileiras: Entre aproximações E Distanciamentos*”, p.153

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

O neointegralismo foi constituído por aspectos e sentimentos de ausência e disputa, ou seja, a ausência do líder que foi uma figura importante para manter integridade e unidade do movimento, e a disputa foi gerada pela urgência de tomada de posse de um líder que foi resultado do espaço vazio deixado pela ausência. A partir dessas concepções sobre a origem do movimento, fica claro como o movimento vai explicitar viés distintos ao longo da sua formação no século XXI.

O integralismo na sua essência teria se tornado para além de um movimento, era uma doutrina que aparava e era espelho de outras organizações e que essa ideia passou a ser dominada por disputas entre os militantes restantes. Em primeiro momento eles retornaram a se articular em busca de uma conexão entre o passado e o presente com o repasse de líder do movimento para a viúva de Plínio que fundou a Associação Brasileira de Estudos Plínio Salgado que reforçou a importância do legado e manutenção do mesmo como entidade política e o papel histórico do integralismo no Brasil.

Após essa experiência de reavivar a memória de Plínio Salgado foi extremamente amadora, de acordo com Calil que o lançamento do jornal “Renovação Nacional” (1978) como meio de vinculação da doutrina e de defesa da ideologia⁵⁴⁴ e que anos mais tarde foi publicado pela *Veja* (1981)⁵⁴⁵ exemplificou o Jader Medeiros se tornou líder da Cruzada da qual era responsável por expor a memória e o movimento. Além dessa iniciativa obtiveram outras que estavam afim de retomar a organização integralista nos moldes e padrões cívicos, estruturados pela Sociedade de Estudos Políticos para retomar a afeição de atuação no Estado Novo.

No período de transição democrática citada por Rodrigo Patto, retoma com força total depois da sua extinção no Estado Novo, já que o cenário era favorável a reestruturação dos integralistas devido a liberdade política concedida na liberdade política criada em 1979.⁵⁴⁶ Notoriamente essa força se deu devido a possibilidade de junção com grupos de extrema direita, e assim iniciaram novas integrações com distintos grupos. No entanto, por essência o neointegralista tinha tendências antidemocráticas por isso a fragmentação estava fadada a acontecer por causa do pluripartidarismo advinda do sistema democrático. Outro fato constante na fragmentação do movimento foi a disputa de memória de outros integrantes simultaneamente aos grupos já

⁵⁴⁴ CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

⁵⁴⁵ Os diferentes rostos da direita radical. *Revista Veja*, 08 abr 1981.

⁵⁴⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

formados e elas eram antagônicas e que essa imagem do líder que deveria gerar a união e não a desarticulação.

A democracia tão pedida não convergia com os princípios neointegralista como diria Odilon “Afinal, quando esses grupos e indivíduos manifestam a apreço a causa integralista, eles manifestam o apoio a uma proposta política abertamente antidemocrática”⁵⁴⁷. Além dessa característica, retomou-se a memória em contexto saudosista, em busca de uma memória integralista produzida pelo Plínio Salgado, tivemos órgãos como a Casa Plínio Salgado e o Centro Cultural Plínio Salgado. Na passagem para o século XXI, o neointegralismo mantinha-se segmentados e fragilizados em decorrência de seu passado. Sua imagem passou a ser atrelada a movimentos desapreciado pela sociedade culminando no desgaste da reputação integralista, e a falta de propaganda aliou-se a decadência desse movimento.

O surgimento de Marcelo Mendez no movimento passou a ser visto como figura que retomaria a glória integralista, já que sua trajetória no grupo se destacou veemente com a busca por novas formas de difusão dos ideais integralistas e desprezava a extrema direita brasileira. Seu ápice foi quando atingiu a liderança do movimento com suas habilidades de diálogos e também o uso eficiente da internet. O Marcelo Mendez com toda essa influência decidiu criar o CEDI (Centro de Estudos de Debates Integralistas) que teve como símbolo a união da velha guarda e a nova geração.

Ainda no ano de 1999, o Cedi estabeleceu um marco nas formas de divulgação e disseminação, estratégias que, mais adiante, seriam maciçamente utilizadas por outros grupos neointegralistas: a inauguração de seu website, no dia 1 de novembro daquele ano.⁵⁴⁸

Como líder do Cedi, Marcelo Mendez se dispôs como prioridade a desvinculação do movimento neointegralista com grupos mais radicais como o neonazismo e os antisemitas, e para reforçar essa postura no Jornal do Brasil ele citou tal frase como consta Odilon Caldeira “Tem alguns companheiros que querem quantidade e não qualidade. Não basta usar uma camisa verde e tatuar o Sigma no braço para ser integralista”⁵⁴⁹. Dada tal atitude resultou em um descontentamento as alas mais radicais do movimento, gerando desavenças no grupo provocando

⁵⁴⁷ NETO, Odilon Caldeira. *O Fascismo em camisas verde: do integralismo ao neointegralismo*. p.126

⁵⁴⁸ NETO, Odilon Caldeira. *O Fascismo em camisas verde: do integralismo ao neointegralismo*. p.151

⁵⁴⁹ NETO, Odilon Caldeira. *O Fascismo em camisas verde: do integralismo ao neointegralismo*. p.152

o suicídio de Marcelo Mendez, visto por seus apoiadores como ato político e mais uma vez desfazendo o fortalecimento e união do neointegralismo.

Do neointegralismo ao bolsonarismo

O pavor da perda dos seus maiores líderes no século XXI, ressurgiu à tona os dois fatores que foram responsáveis por uma decadência e fragmentação do movimento: ausência versus disputa. Neste contexto foi exposto o esfacelamento desse neointegralismo forjado na figura de Plínio Salgado, sendo esses grupos moldado por diversos valores. No entanto, afim de constituir uma ordem e união desses integrantes foi utilizada os meios virtuais, que era maior arma neointegralista, para convocar esses indivíduos com intuito de apaziguamento para fortalecer o movimento em um ponto em comum.

A resposta pra essa reorganização e conciliação, em 2004 houve uma articulação com o “1º Congresso Integralista para o Século XXI” com intuito de reunir neointegralistas de diversos núcleos em torno do território brasileiro e órgãos representantes da direita brasileira. O evento se dispôs de vários grupos da direita que se assemelham aos aspectos integralistas de grande influência no movimento como a CEHP, A Casa e o Centro Cultural Plínio Salgado. O resultado desse congresso foi a culminação de três organizações neointegralistas que duas delas não tão bem sucedidas.

Os resultados do evento foram, portanto, praticamente inexistentes. Apesar de ter sido um marco na história do neointegralismo e conseguir reunir militantes e representantes de outras organizações da direita brasileira, o evento tornou-se inócua e serviu, ainda, para acirrar disputas existentes no cerne do movimento neointegralista.⁵⁵⁰

A primeira pauta a ser institucionalizada após a ocorrência do congresso foi a criação do Movimento Integralista Brasileiro (MIB) que surgiria como principal movimento de atuação do século XXI. A efetivação principal do evento não chegou a ser alcançada, apesar que delega um marco no Brasil e na história do neointegralismo a junção desses militantes e indivíduos de direita.

Outro grupo foi a Ação Integralista Revolucionária (AIR), que tem como fundamento a resgate do integralismo dos anos 30 com um adendo que é a crítica que se faz da reestruturação do integralismo em 1935, que para o movimento foi o ponto final para decretar o a dissolução do AI

⁵⁵⁰ NETO. “*Neointegralismo E As Direitas Brasileiras: Entre aproximações E Distanciamentos*”, p.163
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

pelo Estado Novo. Portanto com tantas divergências entre movimentos gerou-se uma disputa que o caracteriza por baixa adesão ao movimento.

Seguindo essa mesma linha de ressurgimento de valores sob a imagem de Plínio Salgado foi o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), tem como defesa a necessidade de atualização nas doutrinas integralistas ao que se diz a religiosidade e a ciência. O extremismo antissemita é uma característica específica desse grupo, que tem como referência o Gustavo Barroso, o radicalismo agregado a modernização da doutrina primária da década de 30, que levaria o nome do grupo, o Linearismo. Sofre pelo distanciamento de outros grupos que se mantem leiais a memória da doutrina fundada por Plínio Salgado e que não possui pretensão de mudar.

Devido a essa comoção de legitimar um congresso acerca do neointegralismo, formou-se em 2004 A Frente Integralista Brasileira (FIB) o primeiro grupo de maior visibilidade, que tem título de maior organização neointegralista em atuação. Essa organização detém de grupos com vários núcleos e uso da internet intensamente, possui aspectos como o conservadorismo mantidos desde 1930 pelos camisas verdes e não tem perspectiva de partidária, no entanto não se descartou essa possibilidade. Mesmo sem perspectiva política como projeto futuro, tem participação de apoio em algumas candidaturas como o de Enéas Carneiro. A herança da doutrina integralista inicial ainda é defendida por esse grupo com tais lemas: herança cultural, cívica, política e ideológica da Ação Integralista Brasileira, principalmente no que se refere à trilogia Deus, Pátria e Família.

Em relação a Deus se opõe ao cristianismo atual, explicam que Nosso Deus é aquele que combate o materialismo e está vigilante todo tempo com a existência do mundo. Portanto, o nosso Deus não tem nada a ver com esse livro chamado bíblia, que representa sim um deus judaico sanguinário e pirracento⁵⁵¹

Essas interpretações acerca do movimento foram notadas divergências dentre o movimento dos anos 30 e do atual neointegralismo “Negação retórica do antissemitismo (embora subsistam críticas aos ‘judeus’), bem como repulsa ao fascismo e, sobretudo, ao nazismo (não obstante, o fascismo seja por vezes justificado como tendo sido um ‘mal menor’ diante do comunismo)”⁵⁵². A internet foi o único ponto em comum dentre as doutrinas neointegralistas no século XXI, já que ela dá visibilidade ao movimento, segundo Márcia Regina “Na guerra pelo

⁵⁵¹ NASCIMENTO, Welson. *A necessidade de se atualizar a doutrina integralista. MIL-B*, 19 mar.2020. Disponível em: <https://integralismolinear.org.br/a-necessidade-de-se-atualizar-adoutrina-integralista/>. Acesso em: 09 jul. de 2022

⁵⁵² DOTTA, Renato Alencar, *Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro – Da AIB ao ciberintegralismo (1932 a atualidade)*, Boletim do Tempo Presente, nº 03, de 12 de 2012, p. 1 – 15. p.13

reconhecimento como os ‘verdadeiros integralistas’, os militantes de ambos os grupos ampliam suas redes de divulgação doutrinária pela internet. São *blogs, orkutis*, lojas virtuais, *sites* sobre a história dos líderes e do movimento”⁵⁵³

A imprensa durante todo movimento integralista teve esse suporte como divulgação e doutrinação. Uma das mídias reprodutoras dos valores neointegralistas é Nova offensiva, é uma editora responsável por propagar e difundir ideários neointegralista afim de recrutar mais integrantes ao movimento. Nota-se da influência imediata das redes sociais e imprensa no geral, já que em pleno século XXI a intensificação das redes sociais na vida cotidiana proporcionou esse tipo de proposta.

Imagem 1

Outra mídia que é responsável fortalecer a expansão neointegralista é o website Integralismo, Frente Integralista Brasileira, fundado pelo movimento de maior expressão integralista a Frente Integralista Brasileira, com intuito de recrutar novos integrantes e manter a memória de Plínio Salgado viva.

Imagem 2

Portanto as redes sociais deu maior poder de influência desses grupos e sua atuação política ficou evidente ao longo dos anos, apontou-se em 2013 com a efervescência do antipetismo mobilizando a população a um viés mais conservador e um sentimento patriota distorcido por esses movimentos, trazendo à tona a legitimidade e espaço para crescendo onda neointegralista com o teor patriótico, conservador do lema do integralismo “ Deus, Pátria e Família” e foi em nome desse lema que esses movimentos fervorosos assumiram o apoio ao Jair Bolsonaro tanto em 2018 quanto a sua escalada ao poder em 2019. Finalizando com Odilon Caldeira “Alguns traços unem o governo Bolsonaro e o fascismo histórico: o conservadorismo, anticomunismo, o uso de teorias de conspiração e a visão baseada na diferenciação entre amigos e inimigos.”⁵⁵⁴

Considerações finais

E por fim notamos que em 2013 foi marcado por uma intensa participação dos neointegralistas em âmbitos públicos, desde manifestações até datas comemorativas e nesses

⁵⁵³ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Uma velha novidade: o integralismo no século XXI*. Boletim do Tempo Presente, n. 03, 2012. p.22 Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4158>. Acesso em: 09 jul. 2022.

⁵⁵⁴ NETO, Odilon Caldeira. *O Fascismo em camisas verde: do integralismo ao neointegralismo*. p.194
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

espaços que foram intituladas áreas de propaganda neointegralista. No ápice do colapso político notou-se um crescimento astronômico de ocupação dos integrantes a movimentos contrários a uma democracia e ferindo o Estado democrático de direito com incitações a períodos não democráticos com suas bandeiras e símbolos como por exemplo: extinção de partidos e intervenção militar. Tira-se conclusão dessas atuações que esses indivíduos estavam sorratamente aguardando uma oportunidade para agir e se manifestar contra a democracia vigente, e que nas eleições em 2014 chegaram a eleger indivíduos que compartilhavam do mesmo anseio que esses neointegralistas como bancas conservadoras com discursos integralistas. Em 2015 sentimos o reflexo desses representantes no poder, como o impeachment da Dilma e a eleição do Jair Bolsonaro como presidente da República denotando que o neointegralismo possui fortes raízes ao bolsonarismo e que compartilham do mesmo ataque a democracia e isso nos permite refletir ações passadas interferem em atuações futuras.

Anexos

Figura 1

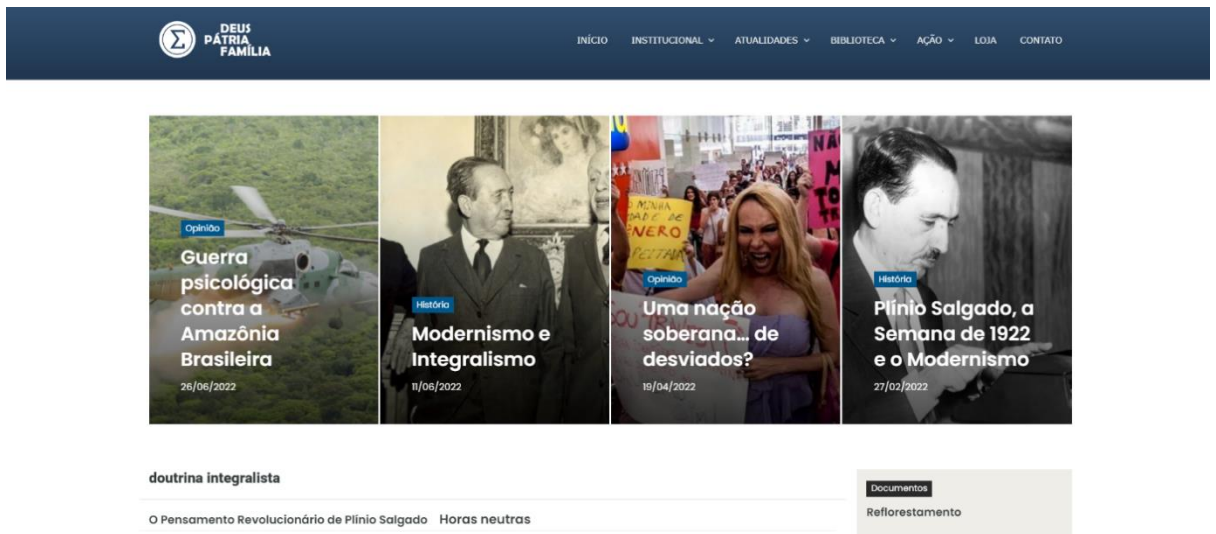
Artigos produzidos pela Editora Nova Offensiva, coordenada pelo grupo Frente Integralista Brasileira



Fonte: Disponível em: <https://novaoffensiva.com.br/> acesso em: 09 de jul. de 2022

Figura 2

Website fundado pelo grupo FIB (Frente Integralista Brasileira) para difundir seus valores, recrutar novos integrantes



Fonte: Disponível em: <https://integralismo.org.br/> acesso em: 09 jul de 2022

ST19 - História e Natureza: Diálogos possíveis entre sociedade, ambiente e cultura

Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa

hm.ribeirocosta@gmail.com

Bruno Azambuja Araujo

bruno.aa85@gmail.com

Natasha Augusto Barbosa

barbosa-natasha@hotmail.com

A convivência de seres humanos e processos biofísicos tem muito a informar sobre nossas experiências históricas, podendo alterar até mesmo a dimensão temporal do trabalho do historiador. Partimos da asserção de que a vivência humana sobre a terra se expressa a partir de atos biológicos que atravessam as relações sociais e culturais. Desta maneira, em diálogo constante e complementar entre cultura, política, economia e natureza. A relevância da relação entre o meio ambiente e a história humana aparece de forma cada vez mais destacada quando lançamos nosso olhar ao passado a partir do presente. Nesse sentido, a perspectiva da História Ambiental, como campo cada vez mais proeminente, proporciona desafios instigantes para a escrita da História, integrando elementos humanos e não humanos em variados espaços e distintas temporalidades, na construção de uma relação com a natureza. Esta, no que lhe concerne, deve ser retirada de uma concepção cênica e colocada em constante intercâmbio com novos interlocutores e elementos analíticos de diversas áreas do conhecimento. Tais desafios se relacionam com questões que se tornaram preocupações cotidianas, tanto do poder público como da sociedade em geral, como sustentabilidade, deslocamentos populacionais motivados por questões ambientais, secas severas, tempestades arrasadoras e mudanças climáticas, dentre outros. Tendo isto em mente, o objetivo deste simpósio é ampliar o diálogo na história ambiental a partir de novas pesquisas que tratam das diferentes relações entre sociedade, ambiente e natureza ao longo do tempo. São bem-vindos trabalhos que versem sobre as transformações da paisagem, sejam elas rurais ou urbanas; sobre as

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

concepções de natureza em diferentes contextos, nos discursos, em projetos políticos ou mesmo nas relações de trabalho; bem como histórias mais específicas das relações com elementos não humanos como animais, plantas e águas; e memórias de movimentos ambientais ou projetos de conservação, entre outros. Acreditamos que a troca de experiências, bem como a ampliação do campo com novas pesquisas e olhares, podem colaborar para o desenvolvimento do campo historiográfico em seus aspectos teóricos metodológicos e fortalecer uma visão crítica dos processos históricos a partir do componente ambiental.

Pensamento ambiental na criação do Parque Estadual Serra do Conduru, sul da Bahia, 1993-2005

*Melissa L. Alves*⁵⁵⁵

RESUMO

Os desafios ambientais da atualidade ampliaram os debates em torno das questões ecológicas e suas relações com a humanidade. Diante disso, este projeto visa pesquisar como as concepções sobre natureza e sociedade embasaram as correntes do pensamento ambiental no processo de institucionalização do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC), localizado no sul da Bahia. Como percursos metodológicos, buscamos embasamentos na própria História Ambiental, na História Oral e na Nova História Política, a fim de analisar a construção de discursos, narrativas, práticas e institutos dos quais emergiram conflitos e foram apresentadas as possibilidades de percursos. Assim, busca-se compreender por que o PESC não superou as contradições da sua institucionalização, considerando um processo não linear entre as dimensões temporais e instâncias políticas do coletivo, das instituições e das representações.

Palavras-chave: História Ambiental, Conservação, Ambientalismo, Natureza e Sociedade.

INTRODUÇÃO

O projeto de mestrado Pensamento Ambiental na Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, litoral sul da Bahia, 1993-2004 foi elaborado com o objetivo de pesquisar como as vertentes ambientalistas representadas por aqueles que defenderam a institucionalização do parque influenciaram no modelo de unidade de conservação.

Neste momento ainda inicial do desenvolvimento da pesquisa, surgiram questionamentos sobre o recorte do problema mais adequado para abordar essa temática da História Ambiental. Isso por que foi realizado um aprofundamento das leituras e do levantamento bibliográfico que abriu novas perspectivas de reflexão e compreensão do ambientalismo no contexto nacional e regional. Quer dizer, no projeto inicial, muitas das referências selecionadas tratavam de uma abordagem sobre ambientalismo que tendia a uma análise globalizante, como a formação histórica do Antropoceno ou as vertentes ambientalistas nas categorias típico ideais gerais do preservacionismo ou conservacionismo. Quando levantado o processo de formação das unidades de conservação no Brasil, a fundamentação ocorreu com base em uma obra clássica, porém datada,

⁵⁵⁵ Bachearla em História – UFV e mestranda em História – UFMG.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

de Antonio Carlos Diegues: O Mito Moderno da Natureza Intocada. Passados alguns meses, com apoio em novas leituras, torna-se relevante aportar outras perspectivas e conceitos.

O Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) no estado da Bahia foi criado em 1997 pelo Decreto Estadual nº 6.227 de 21 de fevereiro de 1997. As justificativas apresentadas pelos redatores do projeto dessa UC estavam ligadas à pavimentação, alguns anos antes, da rodovia estadual Ba001 que liga os municípios de Ilhéus e Itacaré, além da identificação de alguns conflitos socioambientais que, na visão do grupo de ambientalistas atuantes da região, colocavam em risco a biodiversidade da Mata Atlântica local.

Contudo, antes da emergência da proposta de criação desse parque, já tinha sido criada em 1993 a Área de Preservação Ambiental Itacaré-Serra Grande, envolvendo projetos desenvolvidos por ONGs ambientalistas e instituições estaduais ligadas ao meio ambiente. Essa APA foi criada na esteira do PRODETUR⁵⁵⁶ e de programas nacionais e internacionais de incentivo à criação de áreas de preservação ambiental em florestas tropicais como o Projeto Corredores Ecológicos. Chama a atenção que os mesmos atores responsáveis pela criação da APA Itacaré-Serra Grande, participantes do Conselho Gestor e do Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo da mesma tenham sido também aqueles que encamparam o projeto de criação do PESC. Logo, percebeu-se uma íntima correlação entre as duas unidades de conservação, além da adjacência territorial, sugerindo que aquele foi um aprofundamento desta, na tentativa de buscar caminhos para a preservação da biodiversidade em contextos de contradições políticas, econômicas e socioambientais.

Desse modo, questiona-se: por que o Parque Estadual Serra do Conduru não conseguiu superar as contradições da sua institucionalização ou por que surgiu a proposta de criação de unidade de conservação de proteção integral em um espaço onde já existia uma Área de Preservação Ambiental?

DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

⁵⁵⁶ O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur – tem por finalidade a geração de emprego e renda. O planejamento e a execução do Programa são realizados com recursos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – e da contrapartida local do Governo do Estado da Bahia. As ações do Programa estão voltadas para a melhoria da infraestrutura turística, bem como o fortalecimento da cadeia produtiva, da gestão e promoção do turismo. O Programa já passou por diversas fases, enfocando regiões diferentes do estado. (O Prodetur Nacional Bahia. Disponível em <<http://www.prodeturbahia.turismo.ba.gov.br/author/bruno/>> Acesso em 14/02/22).

Devido ao espaço disponível para este trabalho, optou-se por ater-se a referências que apontam para um recorte similar ao proposto neste projeto, ou seja, análises com enfoque na década de 1990 em diante.

Inicialmente, é possível realizar uma breve contextualização histórica e geográfica a partir de informações do Plano de Manejo do PESC (2005) e do Diagnóstico Participativo da Vila de Serra Grande (2008). Nesses documentos, o Parque é delimitado como uma área de aproximadamente 9.275 km² de extensão entre os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, em um formato retangular adjacente à APA Itacaré-Serra Grande e apresenta áreas de intersecção com esta. A região que se propõe pesquisar é formada por uma Floresta Ombrófila Densa, parte do bioma Mata Atlântica, na qual fatores sociais, geológicos, hídricos, climáticos, geomorfológicos, biológicos, animais e plantas, propiciaram ou frustraram projetos dos diversos grupos humanos que se relacionavam com o parque. A existência do Parque Estadual Serra do Conduru é fruto de relações históricas intensas entre a comunidade humana e não humana que dele participa (PEARSON, 2015).

Antes disso, a conjugação regional de solo, clima e vegetação favoreceu, desde meados do século XVIII, o desenvolvimento de lavouras de cacau (*Theobroma cacao*) em sistema de cabruca⁵⁵⁷, o que possibilitou que o ecossistema permanecesse menos alterado do que se outros sistemas agrícolas de grande escala tivessem se adaptado às condições socioambientais da região. Posteriormente, já em meados do século XX, o fungo da “vassoura de bruxa” (*Crinipellis perniciosus*) arrasou as plantações de cacau e provocou transformações profundas nas paisagens, nas florestas e na vida das pessoas.

Desse modo, é possível adotar o ponto de vista sob o qual o território em foco seria fruto de um processo coevolutivo complexo no qual os seres humanos que o habitam vivem e se relacionam com outros seres vivos e coisas, já que “[...] o Ser do território consiste precisamente nessa teia de relações recíprocas, nesse campo reverberativo a partir do qual os diversos sujeitos-objetos emergem como pluralidade concreta”.⁵⁵⁸ Ou seja, nessa conceituação do território, a característica central seria

⁵⁵⁷ Entende-se como sistema cabruca o cultivo do cacau sob o dossel de uma floresta nativa. As cabruças foram estabelecidas através da remoção do sub-bosque e raleamento do dossel da floresta ombrófila densa que recobria originalmente boa parte da região cacauzeira. (PIOTTO, *Daniel*. Cabruças e cabruças. Mercado do Cacau. 08/05/2018. Disponível em <<https://www.mercadodocacau.com.br/artigo/cabruças-e-cabruças/rss.xml>> Acesso em 23/01/2022.)

⁵⁵⁸ CABRAL, Diego de Carvalho. O Brasil é um grande formigueiro: território, ecologia e a História Ambiental da América Portuguesa - parte 1. Belo Horizonte: HALAC, v. III, n. 2, mar-ago/2014, p. 479.

considerar todos os participantes como sujeitos e objetos simultaneamente. Não necessariamente o sujeito dotado de uma “consciência auto reflexiva individual”⁵⁵⁹, mas sim o ser que atua para além de si, para o exterior, e passa a ser o exterior de outros seres, de forma relacional.

Nessa concepção, o território deixa de ser compreendido como “suporte material da atividade humana” e passa a significar um campo de relações no qual todos os seres e coisas naturais vibram na mesma frequência. Isso não significa que as relações sejam sempre harmônicas, já que as negociações entabuladas pelos diversos seres vivos buscando definir parâmetros para sua própria existência podem conduzir – e geralmente conduzem – a conflitos e relações de poder. Mas, para Cabral, “a questão realmente importante se refere à repartição dos custos e benefícios daquele arranjo entre os agentes envolvidos, tanto humanos quanto não-humanos.”⁵⁶⁰

Portanto, a vegetação, os animais, o clima, os humanos, compartilham histórias conjuntas, que poderíamos chamar de produto de agências recíprocas, na qual todos esses agentes participaram para a formação do espaço que em 1997 foi institucionalizado como Parque Estadual Serra do Conduru.

Contudo, a institucionalização do PESC foi uma das bandeiras levantadas pelo movimento ambientalista na região sul da Bahia, composto por algumas ONGs ambientalistas de origens diversas, como medida compensatória à pavimentação da estrada Ba 001. Os ambientalistas parecem ter alcançado esse objetivo, demonstrando permeabilidade e articulação política ao ponto de influenciar que o órgão financiador da estrada pautasse a criação de uma UC de proteção integral como requisito à liberação da verba necessária para o projeto de pavimentação, conforme relatos orais coletados como fonte preliminar. Esse grupo de ambientalistas já atuava pelo menos desde 1993, quando ocorreu a criação da primeira UC da região pesquisada, que foi a APA Itacaré-Serra Grande.

Logo, é possível perceber que havia uma atuação marcante de organizações ambientalistas articuladas com instituições estaduais, como abordado por Regina H. Duarte⁵⁶¹, ao tratar da mobilização ambiental no Brasil, especialmente após a II Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92) que ocorreu em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a autora, esse evento teria sido representativo das concepções e formas de atuação de

⁵⁵⁹ CABRAL, O Brasil é um grande formigueiro, p. 479.

⁵⁶⁰ CABRAL, O Brasil é um grande formigueiro, p. 486.

⁵⁶¹ DUARTE, Regina Horta. Mudanças Ambientais e Mobilização no Brasil. Oxford Research Encyclopedia, Latin American History. Dec. 2019.

movimentos ambientalistas no Brasil, pois consolidou e uniu ações ambientais, fortalecendo a profissionalização do ambientalismo. Nesse período, surgiram grandes organizações como a SOS Mata Atlântica (1986), Fundação Biodiversitas (1989) e o Instituto Socioambiental (1994).

Em seguida, no Brasil, especialmente próximo à virada do século XX para o XXI, emergiu uma preocupação maior sobre as injustiças ambientais e os conflitos socioambientais que revelaram um contexto muito mais amplo do que era considerado ao se tratarem apenas questões ambientais como a conservação de uma “natureza intocada”. Nesse momento, o movimento ambientalista passou por uma reformulação em que se formou uma aliança com outros movimentos que demandavam soluções para os problemas sociais. Isso teria ocorrido tanto pela dinâmica nacional de rearticulação das esquerdas políticas no país no bojo da redemocratização e constituinte de 1988⁵⁶², quanto pelas demandas internacionais que emergiam das conferências da ONU e outros eventos voltados para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, concepção que surgia para encontrar alternativas que pudessem dar conta da conservação ambiental e dos problemas sócio econômicos dos países então chamados de “terceiro mundo”.

Desse modo, o discurso ambiental foi se organizando, multiplicando e fortalecendo como um movimento social no Brasil muito impulsionado pelas reuniões da ECO-92, tanto da conferência oficial quanto do Fórum das ONGs que ocorreu em paralelo⁵⁶³. Em decorrência disso,

[...] a característica mais marcante da Conferência de 1992 está na capacidade de despertar o interesse e a participação (...). Apesar da existência permanente de uma contradição e da disputa de alguns discursos mais moderados, muitos defensores preocupados apenas com a preservação ambiental, com a preservação das espécies animais e vegetais em contrapartida existem outros pontos de vista preocupados com a transformação social, a partir de propostas e lutas contra o sistema vigente.⁵⁶⁴

Nesse sentido, chama a atenção que a APA Itacaré-Serra Grande tenha sido criada apenas um ano após a RIO-92 e que haja registros da incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável, fruto dessa e outras conferências internacionais. Esse processo de tendências globalizantes foi analisado por Carlos Mourthé, na tese “O desenvolvimento sustentável como um

⁵⁶² ALEXANDRE, Agripa Faria. Ambientalismo no Brasil: memória e cultura política. In: **Pensamento ambientalista numa sociedade em crise**. LOUREIRO, Carlos Frederico; PEREIRA, Celso S.; ACCIOLY, Inny Bello; COSTA, Rafael N. (orgs) – Macaé: NUPEM/UFRJ, 2015, p. 19-36.

⁵⁶³ SILVA, Ana Carolina A. Borges da. Reflexões acerca do ambientalismo: as Conferências Oficiais da ONU no Brasil. In: **Pensamento ambientalista numa sociedade em crise**. LOUREIRO, Carlos Frederico; PEREIRA, Celso S.; ACCIOLY, Inny Bello; COSTA, Rafael N. (orgs) – Macaé: NUPEM/UFRJ, 2015, p. 19-36.

⁵⁶⁴ SILVA, Ana Carolina A. Borges da. Reflexões acerca do ambientalismo: as Conferências Oficiais da ONU no Brasil. In: **Pensamento ambientalista numa sociedade em crise**. LOUREIRO, Carlos Frederico; PEREIRA, Celso S.; ACCIOLY, Inny Bello; COSTA, Rafael N. (orgs) – Macaé: NUPEM/UFRJ, 2015, p. 28.

estilo de pensamento”⁵⁶⁵, na qual o autor analisa a evolução desse estilo de pensamento, desde as protoideias que o originaram até a sua consolidação como um estilo que exerce coerções no coletivo de pensamento.

Na “teoria comparada do conhecimento”⁵⁶⁶, Ludwig Fleck busca compreender a formação do conhecimento científico como um processo histórico e epistemológico que ocorre por evoluções. Nessa teoria, os conceitos principais são estilo de pensamento, coletivo de pensamento, protoideias (ou pré-ideias), grupo esotérico, grupo exotérico, periódicos, manuais, livros didáticos, saber ou ciência popular, elementos passivos e elementos ativos. Assim, um estilo de pensamento seria entendido genericamente como

[...] uma ‘disposição’ quase inconsciente que direciona e faz convergir o pensamento dos membros do coletivo” e “expressa a capacidade desses mesmos membros para um ‘determinar dirigido, voltado para um objeto’, nele reconhecendo de modo imediato uma ‘forma’ ou ‘configuração’ (*Gestalt*).⁵⁶⁷

Isso quer dizer que é o coletivo de pensamento, formado por pessoas que influenciam mutuamente suas formas de pensar, que cria o estilo de pensamento.

Nesse caso, o ambientalismo - posteriormente organizado como o coletivo do movimento social ambientalista - teria emergido lentamente a partir da revolução industrial e provocou mudanças fundamentais nos valores humanos, sendo identificado como “o principal disparador e, possivelmente, o maior sustentáculo conceitual, contemporâneo”⁵⁶⁸ do estilo de desenvolvimento sustentável. Além disso, o primeiro teria um forte apelo social e se tornaria importante para a popularização do segundo.

Aliado a isso, pode-se dizer que os diversos atores sociais do ambientalismo no Brasil compunham uma identidade integrada pela orientação à sustentabilidade ou ao desenvolvimento sustentável⁵⁶⁹. A partir da década de 1990, uma parcela desse ambientalismo passou a constituir-se como um grupo portador de um projeto cultural de sociedade com influência sobre inúmeros projetos contingentes ou estratégicos. Ao passar pela etapa de internacionalização ao longo dessa

⁵⁶⁵ MOURHTÉ JUNIOR, Carlos Alberto. O desenvolvimento sustentável como um estilo de pensamento: uma abordagem histórica. Tese de Doutorado - História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

⁵⁶⁶ MOURHTÉ JUNIOR, Carlos Alberto. O desenvolvimento sustentável como um estilo de pensamento, 217 p.

⁵⁶⁷ CARNEIRO, João Alex. Gênese e recepção do projeto epistemológico de Ludwik Fleck. Revista scientiae zudia, São Paulo, v. 13, n. 3, 2015, p.144.

⁵⁶⁸ MOURHTÉ JUNIOR, Carlos Alberto. O desenvolvimento sustentável como um estilo de pensamento, p. 40.

⁵⁶⁹ FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. Ambiente e Sociedade, ano II – n. 5, 1999, p. 37.

década, com as Conferências da ONU e outros eventos, uma ordem universalista foi se configurando, o que teria impedido o fortalecimento dos particularismos dos diversos matizes que compunham o ambientalismo. Essa pretensa “sociedade civil global” residiria na aliança entre ONGs locais ou nacionais com as ONGs globais ou transnacionais, o que também pode ser observado no desenvolvimento de projetos ambientais da APA Itacaré-Serra Grande e do PESC, no qual ONGs locais como o Instituto de Estudos Socioambientais da Bahia (IESB) atuavam com financiamento e conforme as diretrizes de ONGs internacionais como a World Wide Fund for Nature (WWF).

Contudo, adverte-se que esse processo não se deu de forma descolada do contexto histórico nacional, dificultando a implementação do projeto de sociedade proposta pelos ambientalistas:

Se por um lado, especialmente a partir dos anos de 1990, as ONGs ambientalistas contaram com os recursos de poder disponibilizados pela mundialização de suas lutas e globalização dos financiamentos a seus projetos, por outro, a herança política e cultural deixada ao ambientalismo aprofundou dilemas e dificultou sua atuação política.⁵⁷⁰

Além disso, o processo de criação das duas unidades de conservação ambiental na região sul da Bahia entre os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, que vem a ser a APA e o PESC, pode ser analisada de forma associada uma com a outra e com a legislação ambiental. Em paralelo, houve o desenvolvimento desses com as mudanças no pensamento ambiental no Brasil, na esteira do que foi mencionado acima com relação à formação do movimento ambientalista e suas articulações com instituições governamentais.

Desse modo, a criação de unidades de conservação foi se firmando como a estratégia mais disseminada no Brasil e no mundo para a proteção da natureza. Se inicialmente as preocupações principais foram a preservação de áreas com características naturais “excepcionais” e a manutenção de recursos naturais (qualidade da água, fornecimento de madeira, qualidade alimentar, etc), depois foram sendo incorporados outros objetivos socioambientais⁵⁷¹. Assim, o Brasil teria chegado à década de 1990 com categorias diversas de proteção de áreas naturais quando, ao mesmo tempo,

⁵⁷⁰ FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. *Ambiente e Sociedade*, ano II – n. 5, 1999, p.48.

⁵⁷¹ DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; Daniela de, OLIVEIRA. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. *In: Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Ed. 1 - Câmara dos Deputados, jan. 2010, p. 341-385.

se formava um consenso internacional sobre a importância de proteger a biodiversidade e as paisagens “naturais”. Essa dinâmica passou a exigir um esforço de sistematização, pois

Os diferentes tipos de unidades de conservação nasceram a partir de vários fatores, inclusive a sintonia de cientistas e administradores com as mudanças no panorama mundial da conservação ambiental, a ampliação do interesse social na questão, pressões internacionais e a concorrência entre organismos gestores e as suas diferentes políticas.⁵⁷²

A preocupação passou a ser então a criação de leis e diretrizes de gerenciamento que garantissem eficácia a essa variedade de categorias, a partir do que começou a ser discutida a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, finalmente promulgada em 2005.

Ao analisar a criação de unidades de conservação no Brasil, é possível perceber que até a década de 1980 a tendência era para a criação de áreas de proteção integral, mas, a partir de então, ganharam maior destaque e uso as categorias de uso sustentável⁵⁷³, como é o caso da APA Itacaré-Serra Grande. Ademais, as APAs teriam sido os modelos mais utilizados pelos governos estaduais, pois demandam menor investimento e são mais flexíveis. Logo, a criação do Parque Estadual Serra do Conduru, surgiu na contramão do movimento mais geral de unidades de conservação no país e no estado.

Por outro lado, a relação entre unidades de conservação, especialmente as de proteção integral, e as comunidades humanas continua sendo um ponto de conflitos para o debate ambiental. Por um lado, Diegues⁵⁷⁴ aponta que a presença de comunidades humanas não é uma regra para a “devastação” da natureza pois a ideia de “natureza intocada” pelo ser humano seria um mito. Para esse autor, o pensamento positivista, aliado à ideia de uma natureza idílica, que precisa ser protegida de toda e qualquer presença humana, é tratada como um mito que pressupõe e reforça a separação entre natureza e sociedade em polos antagônicos.

No entanto, ambientalistas apontam que, dado o contexto atual de ocupação humana e uso dos recursos naturais, seria necessário que em alguns lugares as comunidades humanas sejam

⁵⁷² DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; Daniela de, OLIVEIRA. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. *In: Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Ed. 1 - Câmara dos Deputados, jan. 2010, p. 347.

⁵⁷³ DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; Daniela de, OLIVEIRA. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. *In: Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Ed. 1 - Câmara dos Deputados, jan. 2010, p. 341-385.

⁵⁷⁴ DIEGUES, Antônio Carlos S. O mito moderno da natureza intocada. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

apartadas para uma efetiva conservação da biodiversidade. Assim, para Fábio Olmos, autores como Diegues tem razão sobre o mito da natureza intocada, mas

[...] considerando o histórico de extinções, degradação ambiental e perda de espécies causadas tanto por ‘povos tradicionais’ como pela civilização contemporânea, é exatamente por isso que se tornam indispensáveis os espaços onde a interferência humana sobre os processos naturais seja controlada [...]. Isso é especialmente importante para biomas ameaçados como a Mata Atlântica.⁵⁷⁵

Com isso, torna-se importante refletir sobre as concepções socioambientais na disputa sobre a ênfase na dimensão social ou ambiental para tentar um forma historiográfica capaz de abarcar essas diferenças sem instituir dois polos antagônicos que reifiquem a moderna separação entre natureza e sociedade, mas sim assumindo-as como um coletivo único. Isso também contribui para balizar as estratégias utilizadas pelos diversos atores do movimento ambientalista em análise nesta pesquisa, entre as possibilidades e os limites da noção de “desenvolvimento sustentável”.

Por fim, os movimentos abordados acima emergem em um contexto mais amplo que vem ganhando relevância no debate ambiental. O conceito de Antropoceno⁵⁷⁶ parece envolver os dilemas ambientais com os quais a sociedade contemporânea se depara de forma cada vez mais dramática. Essa perspectiva sobre as atividades humanas que perturbam o sistema terrestre em um sentido prejudicial à existência dos próprios seres humanos parece estar no fundo das preocupações ambientalistas. Ainda mais se considerarmos que a noção de desenvolvimento sustentável, por exemplo, tem como um dos seus elementos mais evidentes as preocupações com as gerações futuras. As ideias de necessidade de proteger a biodiversidade e os recursos naturais essenciais à sobrevivência humana parecem ganhar em importância nesse contexto antropocênico.

Além disso, o Antropoceno também é um conceito que propicia o questionamento da divisão natureza *versus* sociedade, incitando um aprofundamento no debate sobre essas antinomias modernas. Embora o conceito seja amplamente debatido na atualidade, tanto pela estratigrafia quanto por filósofos e cientistas sociais, pode-se dizer que, no Antropoceno, o tempo da Terra e o tempo dos seres humanos se articulam de modo a promover a compreensão de que ambas fazem parte de uma leitura dialógica do mundo.

⁵⁷⁵ OLMOS, Fábio. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. In: Ornitologia e conservação: da ciências às estratégias. Tubarão, SC: Editora Unisul, 2001. p. 286.

⁵⁷⁶ Antropoceno é um conceito que define uma nova época geológica na qual as impressões das ações humanas se tornaram “tão ativas e tão grandes que rivalizam com as maiores forças da Natureza no seu impacto sobre o funcionamento da Terra” (BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *The Shcock of the Anthropocene. The Earth, History and Us*. Trad.: David Fernbach. Verso, Londres e Nova York, 2016.).

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Portanto, nos questionamos sobre as contradições evidenciadas pela criação do Parque Estadual Serra do Conduru em uma região na qual já existia outra unidade de conservação, e ao longo do seu processo de implementação efetiva que se estende até a atualidade. A partir da bibliografia apresentada e do acesso às fontes que foram levantadas até então, poderíamos sugerir que as formas de pensar os modelos de conservação ambiental por parte dos grupos que participaram da sua criação e as tentativas de colocá-los em prática encontraram diversos desafios culturais, sociais, econômicos, políticos e ambientais, o que reorientou estratégias, alterou trajetórias e redimensionou estilos de pensamento dos agentes.

ALGUMAS FONTES E METODOLOGIAS

Uma das propostas metodológicas utilizadas será a história conceitual do político, cuja meta é questionar o passado para compreender o presente, sem fixá-lo em um ponto estático, mas sim em um movimento diacrônico. O objeto dessa história é “a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual [...] grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”⁵⁷⁷, de modo que essas representações são fruto do exercício permanente de reflexão da sociedade e seus atores sobre si mesmos. Por isso, optar por essa forma de análise metodológica permitirá discutir também as antinomias fundadoras da própria História Ambiental, tais como sociedade/política/cultura versus natureza, ciências naturais versus ciências humanas, tempo humano versus tempo natural, etc., percebendo como atuam na formulação das problemáticas ambientais e como os autores a concebem e formulam, elaborando conceitos, propondo práticas e criando instituições.

A estratégia metodológica une análise do discurso com tabulação de informações do conteúdo das fontes escritas, como atas dos conselhos gestores das unidades de conservação em análise. Isso possibilita uma visão ampla da discussão, por meio da condensação de informações que apontam para resultados gerais, aliada a uma leitura mais cuidadosa dos discursos, ambas contribuindo para a compreensão do contexto.

Além disso, pretende-se fazer das metodologias de História Oral⁵⁷⁸, ao trazer testemunhos das pessoas que viveram determinadas situações de interesse historiográfico e como elas comunicam sua experiência, olhando do presente para o passado, elaborando em torno das

⁵⁷⁷ ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. Trad.: Paulo Martinez. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 30, 1995, pág. 16.

⁵⁷⁸ ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

construções da memória e das histórias de vida. Desse modo, a história oral se pauta na memória como uma presença do passado construída pela psique humana a partir de fragmentos representativos desse passado, que nunca se apresenta na sua totalidade, sendo sempre parcial, em decorrência do processo de seleção da memória.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos deste trabalho, utilizando a História Oral e seus procedimentos metodológicos, espera-se ser necessário ir além da entrevista semiestruturada e realizar a observação participante, ambos os métodos (entrevista e observação) escolhidos para produzir as fontes, ao mesmo tempo em que se constituem em parte da própria experiência da pesquisa de campo.

ST20 - África itinerante: reescrevendo saberes, redefinindo fronteiras e preenchendo os silêncios

Lucas Aleixo Pires dos Reis
lucas.aleixo228@gmail.com

Letícia Reis dos Santos
reiseovento@gmail.com

Petrus Albino de Oliveira
petrus.2011_oliveira@hotmail.com

Tamires Celi da Silva
tamiressceli@gmail.com

Qual a contribuição de África para a humanidade? O que sua história pode nos revelar sobre a formação de sociedades dentro e fora do continente? Essas são questões que norteiam o debate proposto no Simpósio Temático “África itinerante: reescrevendo saberes, redefinindo fronteiras e preenchendo os silêncios”, que busca reunir pesquisas que tenham como premissa a produção de conhecimento sobre África ou em diálogo com experiências e saberes africanos. África vai além de sua geografia. Sua história se constrói em espaços diversos, através do trânsito de pessoas, saberes e práticas sócio-culturais. Essa experiência itinerante compartilhada por diversas sociedades deu a tônica de sua relação com povos de outros continentes, articulando histórias multifacetadas e plurais. Ao olharmos para a História da África, percebemos um campo que permite analisar a significativa contribuição de pessoas africanas na formação política, econômica e cultural de povos diversos espalhados pelo mundo. Entretanto, dado ao contexto de surgimento da disciplina História, no seio da sociedade colonialista europeia, a África e suas contribuições para a história da humanidade foram invisibilizadas, gerando apagamento sistêmico e, conseqüentemente, projetando a imagem de um continente onde os sujeitos seriam incapazes de atestar seus feitos, de inspirar e demarcar o seu lugar diante dos demais povos do mundo. Buscando reescrever a História da África, através do diálogo entre pesquisadores e educadores, iremos propor a reunião de variados marcos temporais, tendo início no período Pré-Colonial, que abarca a história africana antes da colonização, em meados do século XIX, passando pelo período Colonial, que compreende o momento de dominação política do continente e chegando ao Pós-Colonial, entre as lutas de independência e o contexto atual do território. Com esse amplo recorte, procuramos aprimorar o intercâmbio de visões e recortes distintos e/ou complementares de temáticas e metodologias dos estudos africanistas. Ademais, nesse debate, reconhecemos que os espaços escolares são por essência e função, locais dedicados à socialização de conhecimentos. À vista disso, a Lei 10.639/2003, aprimorada na 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos no Brasil, foi marco fundamental para a institucionalização dos esforços de construção de uma narrativa histórica antirracista e não eurocêntrica. Dessa forma, nos interessa criar um espaço de trocas de

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

experiências entre trabalhos educativos na área de ensino de história africana, bem como seu legado. Espera-se, ao fim, que diferentes perspectivas epistemológicas, temáticas e teórico-metodológicas possam ser incluídas nas discussões neste X EPHIS, consolidando olhares e perspectivas interdisciplinares acerca da diáspora e do continente africano neste Simpósio.

A mulher, o império e a pena: a resistência a formas do colonialismo britânico nas obras de Olive Schreiner (1890-1897)

Rafael de Azevedo Silva

Resumo: Nesta comunicação, buscamos apresentar como as obras *The Political Situation* (1896) e *Trooper Peter Halket of Mashonaland* (1897) da intelectual sul-africana Olive Schreiner (1855-1920) nos permitem analisar o conceito de resistência de uma forma muito mais diversa do que em uma leitura simples entre colonizador e colonizado nas relações coloniais. A primeira obra trata-se de um panfleto político, no qual Olive Schreiner, junto ao seu marido, dizem que colonização na África do sul estava sendo conduzida de forma “retrógrada” pela Companhia Britânica da África do Sul (CBAS), cujas políticas interromperam o “progresso civilizacional” da colonização britânica. Já a segunda obra trata-se de um romance em que a autora trabalha com uma série de alegorias para tecer uma crítica ácida e denunciar ao seu público britânico como a missão civilizadora tinha se tornado atroz, uma vez que consumia tanto os britânicos, os quais se subordinavam aos interesses retrógrados da CBAS, quanto os nativos, que eram assassinados por aqueles que deveriam ser os “civilizados”. A partir de tais escritos, argumentamos como Schreiner critica e rejeita um tipo de projeto colonial feito nas colônias britânicas na África Austral, mas a autora tece essas críticas reivindicando elementos do que ela considera correto no colonialismo britânico. Além disso, tentamos demonstrar como não há uma ideia coesa sobre o projeto colonial na África Austral, gerando embates entre os colonizadores do que seria a maneira correta de conduzir o projeto colonial. Dessa forma, analisando os textos políticos da autora sul-africana, nosso trabalho busca apontar como Schreiner produz uma resistência a um projeto colonial que vai de desencontro com as perspectivas que ela tinha sobre o papel da colonização britânica e da missão civilizatória.

Palavras chaves: África do Sul, Colonialismo britânico, Olive Schreiner, Resistência.

Ao olharmos o conceito de resistência contra experiências coloniais em África, vemos, muitas vezes, o conceito sendo constituído de forma dicotômica em um embate entre colonizador e colonizado ou entre libertação e imperialismo. Nesse sentido, o conceito acaba sendo esvaziado de suas possibilidades, uma vez que ele fica temporalmente preso às lutas de libertação, o que acaba por levar à interpretações teleológicas de formas de resistência anteriores à segunda metade do século XX. Por meio de tais questionamentos, buscamos analisar as obras de Schreiner a partir da conceitualização de resistência proposta por Frederick Cooper, pois, para o autor, nem toda forma de resistência contra o colonialismo necessariamente se direciona a romper com a máquina colonial em busca de um processo que leve à independência.⁵⁷⁹ Nesse aspecto, olhar o conceito de

⁵⁷⁹ COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 21-73, jul. 2008. p. 23-27.

resistência apenas nessa perspectiva emancipatória acaba por neutralizar outras formas de combate a projetos coloniais que poderiam não querer romper com o colonialismo. Além disso, compreender como a resistência não é sinônimo de libertação africana nos possibilita refletir como figuras ligadas à máquina colonial poderiam resistir e negar formas de como ela opera nos territórios e nas sociedades colonizadas. Assim, são por tais proposições que nos direcionamos às obras *The Political Situation* de 1895, escrita por Olive Schreiner e seu marido, Samuel Cronwright-Schreiner, e o seu romance *Trooper Peter Halket of Mashonaland* de 1897. Por meio de tais escritos, podemos observar um descontentamento e uma busca de resistir e procurar alternativas ao projeto colonial que estava em curso na África Austral nos fins do século XIX, o qual os autores criticavam se utilizando do discurso colonial. Para nos debruçarmos, então, na construção de resistência nas obras de Schreiner, precisamos compreender tanto as circunstâncias em que a autora estava quanto entender sua atuação política e intelectual no cenário colonial.

Nos adentrando na vida da autora, Olive Schreiner foi a nona filha de uma família de missionários protestantes ligados à *Wesleyan Mission Society*. Nesse sentido, Schreiner nasceu em uma família de pessoas que acreditavam que, por meio da filantropia e do evangelho, estariam salvando os nativos.⁵⁸⁰ Ou seja, Schreiner cresceu em um ambiente familiar que acreditava na perspectiva missionária da missão civilizatória de direcionar os menos evoluídos e desenvolvidos ao cristianismo e, conseqüentemente, a se civilizar.⁵⁸¹ Neste cenário colonial, cabe colocar que a presença missionária, mesmo que a contragosto da administração do Império, atuava também assegurando a presença britânica contra outras sociedades que ocupavam e disputavam o território da África Austral. Por um lado, havia descendentes de uma colonização protestante do século XVII na Colônia do Cabo chamados de bôeres que, após migrarem devido a conflitos culturais com os britânicos, estabeleceram o que chamou-se de Repúblicas Bôeres.⁵⁸² Por outro lado, vemos a ascensão de grandes chefaturas africanas nessa região como os zulu, a leste da ocupação britânica, e os ndebele ao norte do rio Limpopo.⁵⁸³ Com isso, podemos perceber que Olive Schreiner estava desde sua infância em constante constituição e contato com o mundo das colônias Sul-africanas

⁵⁸⁰ GOMES, Raquel G. A. Letras e missões: a influência da educação em espaço missionário na África do Sul — os casos de Olive Schreiner e Sol Plaatje. Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 17, p. 181-200, 2017 p. 187.

⁵⁸¹ COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Of revelation and revolution: christianity, colonialism, and consciousness in South Africa. v.1, Chicago, Londres: Chicago University Press, 1991, p. 78-80.

⁵⁸² GOMES, Raquel G. A. Letras e missões: a influência da educação em espaço missionário na África do Sul — os casos de Olive Schreiner e Sol Plaatje, p. 185-186.

⁵⁸³ CHANAIWA, David. Iniciativas e resistência africanas na África meridional. In: ADU BOAHEN, Albert (Ed). História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 219-222.

da segunda metade do XIX. Nos direcionando ao fim do século, esta primeira ocupação missionária rapidamente muda quando se descobre diamantes na região em que se fundaria a cidade de Kimberley em 1872 e levaria a um outro momento da ocupação britânica nesses territórios. Assim, a participação missionária perde espaço para as *Chartered Companies*, as quais eram companhias privadas que recebiam a legitimidade da coroa britânica de administrar possessões do Império e colonizar outras terras para ele. Dessa forma, a presença das *Chartered Companies* passaram a gerar uma ocupação mais permanente de figuras administrativas e de monopolistas. Em nosso caso, cabe destacar a Companhia Britânica da África do Sul (CBAS), na qual a principal figura foi Cecil Rhodes que atuava tanto na administração colonial quanto na extração de riquezas do território.

Enquanto a política colonial da África do Sul se transformava, Olive Schreiner partiu para a Inglaterra em 1881 e também estourava como uma autora da literatura inglesa com seu primeiro romance *Story of an African Farm*. A partir dessa publicação, Schreiner frequentou clubes de literatos e intelectuais de uma Londres vitoriana na qual circulavam-se e se debatia o darwinismo social, o feminismo sufragista e os papéis da missão civilizatória.⁵⁸⁴ Entretanto, Olive também dialogava com ideias socialistas por ser uma leitora de Engels e de estabelecer relações com Eleanor Marx.⁵⁸⁵ Após retornar às colônias Sul-Africanas em 1889, Olive já encontrava uma outra situação colonial. Por meio da CBAS, Rhodes passou a produzir uma política de acordos desiguais com as chefaturas africanas e buscou a anexação tanto dos territórios das chefaturas quanto das repúblicas bôeres para si.⁵⁸⁶ Além disso, para consolidar sua presença dentro da política interna das colônias da África do Sul, Rhodes fizera uma aliança com o *Afrikander Bond*, um partido de bôeres que viviam na Cidade do Cabo que haviam fundado o *Bond* para se diferenciar dos partidos ingleses da cidade. Assim, por meio dessa aliança, Rhodes aprovava as leis e os atos propostos pelo *Bond* e este não interferia nos projetos imperiais de Rhodes.⁵⁸⁷ Tais circunstâncias implicaram uma série de abusos a trabalhadores que eclodiram em revoltas contras a colonização britânica, assim como uma constante tensão entre bôeres e britânicos. Foi nessas séries de problemas e tensões que ferviam nas colônias Sul-africanas que Schreiner direcionou suas críticas nas obras que aqui analisamos.

⁵⁸⁴ MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010, p. 412-416.

⁵⁸⁵ BURDETT, Carolyn. Olive Schreiner and the Progress of Feminism – evolution, gender and empire. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2001, p.10.

⁵⁸⁶ GOMES, Raquel G.A. Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010, p. 24-25.

⁵⁸⁷ GOMES, Raquel G.A. Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902. p.113-114.

Além disso, tais políticas também levam Schreiner a mudar radicalmente sua opinião em relação a Cecil Rhodes. Até 1891, Schreiner mostrava ter uma relação amistosa com Rhodes, porém as constantes políticas de abuso de trabalho, assim como o apoio de Rhodes à *Strop Bill* que permitia trabalhadores serem flagelados em fazendas britânicas⁵⁸⁸, fezera a autora se opor veemente às suas políticas. Ou seja, há tanto aspectos políticos quanto pessoais que alimentam a construção das obras e da resistência às políticas da CBAS e de Rhodes.⁵⁸⁹

Compreendido tanto a tensão na política colonial quanto o descontentamento de Schreiner em como tal política estava sendo produzida, nós podemos nos direcionar às fontes, nas quais podemos enxergar não só uma resistência às políticas coloniais do instante que analisamos, como também uma negação de que elas seriam de fato a colonização que os britânicos estariam promovendo em suas colônias sul-africanas. Escrita por Olive Schreiner e seu marido Samuel Cronwright-Schreiner, *The Political Situation* foi inicialmente proferido como um discurso na câmara municipal de Kimberley por Cronwright-Schreiner em 1895 e eventualmente publicado em 1896. Entretanto, quando o texto foi apresentado, o marido de Schreiner disse que havia escrito o panfleto com um “amigo”, escondendo a autoria de Olive. Tal omissão foi pedido da própria Schreiner, pois, para ela, não havia importância de sua autoria devido o texto ser um panfleto político, logo não direcionado a uma figura específica. Contudo, não demorou-se a descobrir que Schreiner era este “amigo” e que, devido à autora ser uma literata famosa, sua autoria facilitou a publicação.⁵⁹⁰

Nos adentrando no texto, o casal Schreiner denunciava que um movimento retrógrado estaria acontecendo na África do Sul, promovido pelas políticas e fruto da aliança entre o partido monopolista (representado por Cecil Rhodes e a CBAS) e o partido retrógrado (representado pelo *Afrikaner Bond*). Para Samuel e Olive, esta aliança levaria a uma legislação menos civilizada e “[...] lentamente, mas com certeza, fazendo-nos retroceder”⁵⁹¹. Uma dessas políticas oriundas dessa aliança que os atores chamam de retrógrada foi o *Glen Grey Act*, uma lei que permitia a expropriação e a venda de terras de pessoas nativas, caso não conseguissem pagar uma taxa para a posse da terra. Trabalhando em condições miseráveis nas minerações, grande parte de famílias nativas se viam na

⁵⁸⁸ BURDETT, Carolyn. Olive Schreiner and the Progress of Feminism – evolution, gender and empire, p. 119.

⁵⁸⁹ HUNT, Nancy Rose. The affective, the intellectual, and gender history. *Journal of African History*. v. 55, p. 331-345, 2014, p. 344-345.

⁵⁹⁰ GOMES, Raquel G.A. Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902. p. 116-118, p.118, nota 319.

⁵⁹¹ CRONWRIGHT-SCHREINER, S.C; SCHREINER, Olive. *The Political Situation*. Londres. T. Fisher Unwin Ltd., 1896, p. 21. Disponível em: <http://purl.dlib.indiana.edu/iudl/vwwp/VAB7127>.

possibilidade de serem expropriadas pelos grandes empresários que os colocavam com baixos salários nas Minas. Porém, para Rhodes ele estaria ensinando os nativos “dignidade do trabalho”⁵⁹². Criticando tais políticas, *The Political Situation*, então, apontava que tal legislação promovida por Rhodes levaria as colônias sul-africanas à pobreza, pois a CBAS estaria abusando tanto do solo quanto dos trabalhadores, ao invés de levar o progresso e fazer as colônias e seus habitantes se desenvolverem.⁵⁹³ Dessa forma, o panfleto político dos Schreiners colocava as políticas e o colonialismo da CBAS como uma antítese do que os autores enxergavam como progresso.

Vendo o repúdio do casal Schreiner a tais políticas podemos trazer a ideia de que eles produzem uma resistência contra a perspectiva colonialista de Rhodes e da CBAS. Como Cooper aponta, nem toda forma de resistência se direciona à destruição do colonialismo e podemos enxergar os Schreiners criticando uma forma de colonialismo que não os agrada.⁵⁹⁴ Além disso, podemos ver a ambivalência dessa resistência às políticas coloniais de Rhodes visto que a

Colonização pelos britânicos não é a mesma coisa que a colonização feita pela *Chartered Company*. A primeira deveria ter como seu objetivo levar o desenvolvimento das pessoas que governam [...] o objetivo da *Chartered Company* é extrair a riqueza da terra e de seus habitantes⁵⁹⁵.

Para os Schreiners, a colonização promovida pela CBAS não poderia ser de forma alguma a colonização promovida pelo Império Britânico, pois, em seu ideário, o Império promoveria a civilização e jamais abusaria dos nativos e da terra, buscando apenas o enriquecimento individual como fazia Rhodes. Seguindo Bhabha⁵⁹⁶, podemos ver como os estereótipos da missão civilizatória podem ser reivindicados em um discurso que vá contra uma forma de colonialismo que desagrade certas figuras que atuam na colonização.

A partir dessa oposição entre a colonização “monopolista” e a colonização britânica, *The Political Situation* também reivindica como a colonização na África Austral deveria ocorrer. Para combater o movimento retrógrado, os progressistas de todos os municípios das colônias sul-africanas deveriam fazer pequenas associações para criar mecanismo de impedir a aliança do “partido monopolista” e “retrogrado”. Além disso, essas associações deveriam resolver a questão

⁵⁹² GOMES, Raquel G.A. Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902. p 121-123.

⁵⁹³ BURDETT, Carolyn. Olive Schreiner and the Progress of Feminism – evolution, gender and empire, p.119-120.

⁵⁹⁴ COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, p. 54-55.

⁵⁹⁵ CRONWRIGHT-SCHREINER, S.C; SCHREINER, Olive. *The Political Situation*, p. 74-75.

⁵⁹⁶ BHABHA, Homi K.. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 142-143.

do nativo, pois sua condição na política retrógrada era de uma figura tolerada na sociedade apenas por podê-los utilizados como mão de obra. Os Schreiners repudiavam tal situação, pois para eles os nativos estavam em uma condição menos civilizada e o “[...] verdadeiro colono progressista é aquele que vê o nativo [...] como um indivíduo, o qual temos certas obrigações [...]” devido a “[...] nossa inteligência superior [...]”⁵⁹⁷. Ou seja, o casal Schreiner a todo instante recupera o discurso civilizador, modulado pelo estereótipo que o próprio colonizador fixa para si⁵⁹⁸, em busca de construir uma resistência contra o que eles consideram execrável na maneira de se lidar com a mão de obra nativa e interromper o retrocesso que viam na política colonial da CBAS.

Por meio de *Political Situation*, já podemos ver o engajamento de Olive Schreiner em ir contra as políticas da CBAS e a forma como ela enxergava que o colonialismo estava sendo conduzido nas colônias sul-africanas. No entanto, após a tentativa de invasão das Repúblicas Bôeres na virada de 1895 para 1896 por Rhodes e Leander Starr no que se chamou de *Jameson Raid* e a eclosão de revoltas nativas na Rodésia em 1896 e 1897⁵⁹⁹, Schreiner vai reforçar sua oposição ao colonialismo da CBAS em *Trooper Peter Halket of Mashonaland*. Voltando aos romances que projetaram a intelectual, seu livro, ambientado nas revoltas na Rodésia, assumimos a pele de Peter Halket, um inglês que viaja à África do Sul para fazer riqueza que nem Rhodes fizera e se alista na milícia privada da CBAS. Trabalhando com alegorias, Schreiner tece uma crítica ácida de como a missão civilizatória tinha se tornado atroz, uma vez que consumia tanto os britânicos, os quais se subordinavam aos interesses da CBAS, quanto os nativos, que eram brutalmente assassinados por aqueles que deveriam ser os “civilizados”. Assim, o intuito do curto romance era denunciar, sobretudo para sua audiência inglesa, o quão perverso tinha se tornando o colonialismo nas mãos de Rhodes e demonstrar como a Coroa Britânica tinha se desvirtuado da missão civilizatória por permitir a CBAS tomar o controle da colonização na África Austral.⁶⁰⁰

Adentrando no romance, logo ficam visíveis as alegorias das pessoas inglesas que se corrompem por trabalharem para CBAS e a qual desvirtua os objetivos de levar o progresso e melhorar a vida dos nativos. Nesse aspecto temos o episódio em que Halket tem um pesadelo lembrando quantas crianças e mulheres assassinou em uma metralhadora montada, porém logo tenta justificar suas atitudes, pois “[...] uma mulher negra é diferente de uma mulher branca! [...]”

⁵⁹⁷ CRONWRIGHT-SCHREINER, S.C; SCHREINER, Olive. *The Political Situation*, p. 109-111.

⁵⁹⁸ BHABHA, Homi K.. *O local da cultura*, p.124.

⁵⁹⁹ CHANAIWA, David. *Iniciativas e resistência africanas na África meridional*, p. 243-245.

⁶⁰⁰ BURDETT, Carolyn. *Olive Schreiner and the Progress of Feminism – evolution, gender and empire*, p. 123-127.

tudo é muito diferente na Inglaterra do que na África do sul”⁶⁰¹. Alistado na milícia privada da CBAS, Halket aqui é a alegoria do sonho capitalista de fazer riqueza nas colônias e para isso mata e destrói sociedades a mando das políticas retrógradas de Rhodes, que agora tornam-se mais explícitas do que em *The Political Situation*. Ademais, o papel que os britânicos cumprem em *Trooper Peter Halket* para Schreiner são figuras que levam a morte e não a civilização.⁶⁰² Se somando a essa indiferença de Halket ao tentar justificar os assassinatos que havia cometido, a narradora nos apresenta no final do romance como os cidadãos comuns ingleses também são menosprezados pelos capitães das milícias privadas da CBAS, uma vez que os últimos tinham carne e espumantes para se banquetear e os soldados-rasos passavam fome sem poder questionar seus superiores, pois “[e]ssa não é uma terra onde um homem pode dizer o que pensa”⁶⁰³. A partir desses episódios, Schreiner demonstra como as figuras que deveriam levar o progresso tornaram-se produto e produtores de desumanização e morte nas mãos do colonialismo da CBAS.⁶⁰⁴

Junto a essa crítica, a narradora também nos apresenta uma personagem de um Judeu Palestino que se torna amigo de Halket e não tardamos a descobrir que Schreiner coloca Jesus em seu romance. Nesse aspecto, Jesus desempenha o papel de fazer Peter Halket tornar-se uma pessoa boa e levar a mensagem a outros britânicos de que se deve ajudar os menos favorecidos, porém, no discurso colonial, os menos favorecidos são transfigurados de menos evoluídos e que devem ser civilizados.⁶⁰⁵ Após essa mensagem divina, Halket para de querer enriquecer às custas de vidas e recebe a missão de Jesus de lembrar os britânicos de interromperem esse processo e voltarem a ser um povo justo que tinha a obrigação de cuidar e zelar pelos “povos ignorantes”⁶⁰⁶. Entretanto, Schreiner rapidamente mostra que essa ideia de colonialismo “zeloso” não poderia existir enquanto a CBAS estivesse nas colônias sul-africanas. Após Halket se tornar um arauto de um “colonialismo justo” e tentar soltar um prisioneiro de guerra no acampamento inglês, o capitão da milícia privada da CBAS o embosca e atira em seu peito e mata aquele que fora escolhido para trazer novamente o progresso, a civilização e a colonização para as colônias. Com a morte do protagonista, Schreiner encerra o romance apontando que “[n]ão há Deus na mashonalândia”⁶⁰⁷. Desse modo, *Trooper Peter Halket of Mashonaland* da autora cria uma resistência contra uma forma de colonialismo que ela

⁶⁰¹ SCHREINER, Olive. *Trooper Peter Halket of Mashonaland*. Chapel Hill: [S.I.], 2008, p. 8-10. E-Book Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/1431>

⁶⁰² GOMES, Raquel G.A. Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902. p. 131-134.

⁶⁰³ SCHREINER, Olive. *Trooper Peter Halket of Mashonaland* p. 46,54.

⁶⁰⁴ BURDETT, Carolyn. Olive Schreiner and the Progress of Feminism – evolution, gender and empire p. 133.

⁶⁰⁵ SCHREINER, Olive. *Trooper Peter Halket of Mashonaland* p.20,36-37

⁶⁰⁶ SCHREINER, Olive. *Trooper Peter Halket of Mashonaland* p. 57

⁶⁰⁷ SCHREINER, Olive. *Trooper Peter Halket of Mashonaland* p. 51, 58

enxerga como predatória e sangrenta, enquanto que reforça e reivindica um colonialismo dado como uma missão divina aos supostos mais evoluídos para com aqueles que chamavam de menos evoluídos.

A partir dessa breve exposição da obra de Olive Schreiner, podemos apontar que a autora constrói uma resistência à forma como o colonialismo estava sendo conduzido pela CBAS. Por meio de *The Political Situation*, Schreiner mostra que as ações políticas de Rhodes levavam ao retrocesso das colônias, ao invés da ideia tão cara ao colonialismo de progresso. Já em *Trooper Peter Halket of Mashonaland*, Schreiner toca na missão civilizatória e mostra que os britânicos tinham se tornado bárbaros na mão do colonialismo operado por Rhodes. Assim, citando Cooper, devemos entender que os ideais do colonialismo, suas apropriações e reformulações não podem ser lidas como se tivessem apenas um único sentido acerca da colonização.⁶⁰⁸ Em nosso caso, vemos como uma intelectual se apropria de todo um ideário do colonialismo, assim como suas crenças nele⁶⁰⁹, para criticar arduamente aquilo que ela considerava espúrio no projeto colonial. Dessa forma, podemos ver, a partir de Olive Schreiner, como as figuras ligadas a projetos coloniais não eram coesas em como se conduzia esse processo, ao mesmo tempo que nos demonstra como formas de resistências podem ser constituídas por meio do próprio ideário colonial.

⁶⁰⁸ COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, p. 56

⁶⁰⁹ SMITH, Hilda L.. Women intellectuals and intellectual history: their paradigmatic separation. *Women's History Review*. v. 16, n. 3, p. 353-368, 2007., 364.

Gênero em África: uma perspectiva sobre a luta de libertação de Moçambique

Elisa Cândida Alcântara de Sales

Resumo: Esta comunicação surge a partir de um trabalho final em forma de monografia feito para a disciplina de História da África da UFMG (*Universidade Federal de Minas Gerais*). Este trabalho abordou as resistências feitas por mulheres dentro do movimento de libertação de Moçambique, principalmente dentro da *FRELIMO* (*Frente de Libertação de Moçambique*) e da *LALN* (*Luta Armada de Libertação Nacional*), mas também considerando outras formas de resistência, independentes desses movimentos específicos. Busquei determinar, através da análise da bibliografia já disponível sobre o tema, por meio de quais formas as mulheres moçambicanas do período colonial exerciam resistências, pensando a partir de uma perspectiva de gênero se a condição específica de ser “mulher” influenciou as resistências exercidas por elas. Percebi que a luta feminina não se restringiu à *FRELIMO* ou à luta armada, mas abarcou também formas independentes e tradicionais de resistência, como a queima de sementes nas plantações de algodão ou a formação de associações tradicionais de apoio mútuo. Também atestei a ocorrência de alguns conflitos dentro da *Frente de Libertação*, uma vez que as mulheres desejavam realizar atividades consideradas masculinas, como participar da luta armada, mas a própria *FRELIMO* as impedia, relegando-as a papéis domésticos e do cuidado. Com isso, argumento que as resistências feitas pelas mulheres de Moçambique foram diversas e complexas, superando o binário colonizado/colonizador, pois elas precisaram lutar não só contra a administração colonial, mas também contra estruturas africanas de gênero amplificadas e polarizadas pela colonização, dentro da *FRELIMO*, da *LALN* e de suas próprias comunidades, as quais reiteravam a hierarquização dos sexos e a divisão sexual do trabalho. Essa perspectiva possibilita, também, uma nova compreensão sobre a luta de libertação de Moçambique, não como um movimento coeso e único, mas como um conjunto de diferentes perspectivas e reivindicações.

Palavras-chave: Gênero, Moçambique, luta de libertação, resistência, *FRELIMO*.

Introdução

Este artigo surge a partir de uma pesquisa realizada em 2021, a qual buscou determinar quais formas de resistência eram exercidas pelas mulheres moçambicanas durante a *Luta de Libertação de Moçambique*, principalmente dentro da organização *FRELIMO* (*Frente de Libertação de Moçambique*), mas não limitado a ela. Para isso, analisei a bibliografia já disponível sobre o assunto a partir dos conceitos de resistência e gênero, na medida em que eu me perguntava se o fato de as mulheres se encontrarem dentro desta categoria, “mulheres”, influenciava de alguma forma a maneira como elas exerciam resistência no contexto da *Luta de Libertação*. Em primeiro lugar, irei discorrer brevemente sobre a metodologia utilizada, focando nesses dois principais conceitos que

utilizei na pesquisa, resistência e gênero. Para o primeiro, resistência, utilizei o historiador Frederick Cooper, o qual discute como a resistência é algo que se apresenta de diversas maneiras e de forma muito mais complexa do que simplesmente colonizados versus colonizadores.⁶¹⁰ O autor aponta, por exemplo, que muitas vezes a resistência africana não só foi realizada contra os europeus colonizadores, mas também contra agentes e estruturas da própria África. Ao mesmo tempo, os agentes e movimentos de independência, libertação e nacionalismo africanos podiam utilizar estruturas e categorias europeias, agregadas às sociedades colonizadas.⁶¹¹

Quanto ao segundo conceito, gênero, usei principalmente as noções de três autoras: Joan Scott, Judith Butler e Oyèrónké Oyěwùmí. A primeira autora coloca o gênero em três condições essenciais, as quais tomei como pressupostos para minha análise: em primeiro lugar, o gênero não é apenas um conceito, mas também uma categoria de análise histórica, a partir da qual podemos analisar diversos fenômenos; em segundo lugar, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, o qual se constrói de forma relacional a partir das diferenças percebidas entre homens e mulheres; e em terceiro lugar, o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.⁶¹² Em relação a Judith Butler, tomei como pressuposto a ideia da autora de que o gênero não é simplesmente uma construção social baseada em um sexo biológico, mas que mesmo essa suposta biologia, essa suposta naturalidade do sexo, é uma construção social.⁶¹³ Com isso, mesmo homens e mulheres são categorias cujo significado se altera de acordo com cada época, contexto e sociedade.⁶¹⁴ Por fim, de Oyèrónké Oyěwùmí tomei noções que permitem estudar o conceito de gênero na África, sem tornar universais experiências e teorias que foram feitas no Ocidente e que cabem apenas no Ocidente. Em resumo, Oyěwùmí defende que o gênero, enquanto uma base social primária, pode não ter sido uma realidade nas sociedades africanas pré-colonização.⁶¹⁵ A autora chama a atenção então para como com a colonização o gênero foi imposto às sociedades africanas, alterando significativamente as relações sociais e criando uma composição de gênero colonial específica. Oyěwùmí destaca principalmente a retirada das mulheres de posições de poder,

⁶¹⁰ COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 21-73, jul. 2008, p. 23.

⁶¹¹ COOPER. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, p. 35.

⁶¹² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995, p. 86.

⁶¹³ BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In.: BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 20.

⁶¹⁴ SCOTT. Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, p. 93; BUTLER. Sujeitos do sexo/gênero/desejo, p. 20.

⁶¹⁵ OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. The invention of women: making an African sense of western gender discourses. 3. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001 p. ix-x.

a relegação das mulheres aos espaços domésticos, ao lugar do cuidado e às plantações e o não-acesso das mulheres à educação.⁶¹⁶ Nesse sentido, Frederick Cooper também aponta para como “a economia e a atividade social estavam definidas, contestadas e redefinidas em termos de gênero”⁶¹⁷ na época colonial, ou seja, é essencial abordar essas instituições também em termos de gênero, o que inclui pensar também a resistência em termos de gênero.

A narrativa da FRELIMO sobre as mulheres

A partir desse arcabouço metodológico, analisei a atuação das mulheres dentro da *Luta de Libertação de Moçambique* e, inicialmente, busquei os discursos institucionais acerca dessa atuação, ou seja, qual narrativa a FRELIMO difundia sobre a participação das mulheres dentro da própria Frente. Criada em 1962 sob a direção de Eduardo Chivanbo Mondlane, a Frente se configurava como nacionalista, marxista, socialista e revolucionária.⁶¹⁸ Dessa forma, a libertação da mulher estava prevista dentro do projeto da FRELIMO, pois, dentro do pensamento marxista, a subordinação feminina era considerada inerente ao sistema capitalista, visto que era resultado do advento da propriedade privada, a qual relegou a mulher ao ambiente doméstico.⁶¹⁹ Como exemplo desta ideologia, na *Primeira Conferência da Mulher Moçambicana*, realizada em 1973, o corrente presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, realizou um discurso, cujo título “A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução e uma garantia de sua continuidade, uma condição de seu triunfo”⁶²⁰ já demonstra parte da perspectiva da FRELIMO em relação às mulheres. As mulheres eram então incentivadas a entrar dentro do movimento de libertação e eram colocadas para fazer diversas tarefas de suporte, como transportar material, produzir alimento para os combatentes, serem informantes, professoras e enfermeiras.⁶²¹ A FRELIMO também criou mais tarde a *Organização da Mulher Moçambicana (OMM)* e o *Destacamento Feminino (DF)*, um destacamento guerrilheiro composto apenas por mulheres.⁶²²

⁶¹⁶ OYĚWÙMÍ. The invention of women: making an African sense of western gender discourses, p. 124, 128-129.

⁶¹⁷ COOPER. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, p. 30.

⁶¹⁸ CASIMIRO, Isabel. Paz na Terra, Guerra em Casa. Editora UFPE, 2014. 375 p. (Série Brasil & África, Coleção Pesquisas 1), p. 171-172.

⁶¹⁹ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 55, nota 1.

⁶²⁰ MACHEL, Samora Moisés. A Libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução e uma garantia de sua continuidade, uma condição de seu triunfo. São Paulo: Parma, 1979. 44 p. (Coleção Estudos e Orientações, n. 4)

⁶²¹ SANTANA, Jamacira Souza. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985). Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, n. 4, p. 67-87, dez./2009, p. 75, 86.

⁶²² SANTANA. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985), p. 85.

Entretanto, cabe nos perguntar qual era essa libertação das mulheres defendida pela *FRELIMO*. Dentro da lógica marxista da *Frente de Libertação*, o trabalho doméstico da mulher não estava inserido dentro do sistema de produção capitalista, logo, não era uma preocupação primária. Assim, quando as mulheres começaram a entrar para a *FRELIMO* e a realizar atividades lá, sua jornada se tornou dupla ou até mesmo tripla, pois nada foi feito para diminuir o trabalho doméstico ou dividi-lo com os homens.⁶²³ Além disso, acreditava-se que, com o fim do capitalismo, toda forma de opressão teria fim, inclusive a opressão das mulheres, dessa forma, os problemas femininos específicos não eram abarcados diretamente pela *FRELIMO*.⁶²⁴ Por fim, como dito anteriormente, no começo as mulheres eram relegadas a essa esfera doméstica, de suporte, considerada uma atividade feminina, e não eram incentivadas a participar da luta armada, considerada uma atividade masculina. As mulheres eram também consideradas o elemento unificador da família e educadoras das novas gerações, como coloca Isabel Casimiro.⁶²⁵ Nesse sentido, embora a *FRELIMO* atribua a si mesma a criação do *Destacamento Feminino*, a *Frente* havia apenas oficializado uma iniciativa que já existia, organizada pelas próprias mulheres. Elas também só começaram a ser promovidas como oficiais após questionarem o presidente da época da *Frente* sobre a ausência de mulheres oficiais, uma vez que apenas homens eram promovidos.⁶²⁶ Por fim, a criação da *OMM* também pode ser questionada e problematizada, visto que, apesar de considerar o *DF* seu núcleo, poucas mulheres que participavam da luta armada de fato faziam parte da administração e tomada de decisões da *Organização*.⁶²⁷ Além disso, a *OMM*, como parte da base da *FRELIMO*, deveria seguir suas diretrizes políticas, além de ter a responsabilidade de fazer com que as mulheres conhecessem e apoiassem tais diretrizes e o partido que se formaria após a independência. Ou seja, era uma organização subordinada à *FRELIMO*, o que limitava as ações das mulheres.⁶²⁸ Vemos então que a libertação da mulher prevista pela *FRELIMO* não questionava a divisão sexual do trabalho e não incentivava a mulher a ocupar espaços além dos vistos como femininos, muito pelo contrário, a *Frente* reforçava a divisão sexual do trabalho e os papéis femininos.

⁶²³ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 232-237; SANTANA. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985), p. 78-80.

⁶²⁴ SANTANA. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985), p. 78.

⁶²⁵ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 233.

⁶²⁶ CASIMIRO, Isabel; ANDRADE, Ximena. Construindo uma teoria de gênero em Moçambique. Estudos Moçambicanos, (11/12), p. 93-110, nov. 1992, p. 99.

⁶²⁷ CASIMIRO; ANDRADE. Construindo uma teoria de gênero em Moçambique, p. 99.

⁶²⁸ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 231.

Uma Outra narrativa

Quando analisamos quem eram essas mulheres que participavam da *FRELIMO* e a história das resistências femininas em Moçambique, vemos um cenário muito complexo, principalmente em comparação à narrativa veiculada pela *FRELIMO*. Primeiramente, vamos definir quem são essas mulheres que lutavam pela independência de Moçambique. A maioria delas era camponesa, chefe de família e analfabeta.⁶²⁹ Essa situação se deve, principalmente, ao processo de colonização e de imposição de estruturas e categorias sociais, econômicas e políticas europeias, fortemente generificadas, sobre as sociedades africanas pré-coloniais. Logo, as mulheres ocupavam a base da pirâmide social colonial africana e possuíam muito menos direitos, mesmo em comparação aos homens africanos, pois sofriam duas formas de opressão, uma por serem mulheres, e outra por serem africanas.⁶³⁰ Com a colonização, as mulheres passaram a ser extirpadas dos lugares de poder e relegadas à esfera doméstica, não só pela estrutura colonial europeia, mas também por suas próprias comunidades. Especificamente em Moçambique, as mulheres também foram proibidas de viver nas cidades a não ser que fossem casadas, devendo permanecer nas zonas rurais para serem consideradas “verdadeiras” por suas comunidades⁶³¹, demonstrando o quanto o espaço público era sexualmente excludente.

Nessa situação, antes mesmo da criação da *FRELIMO* e da adesão de mulheres à *Frente*, muitas já se posicionavam contra os abusos de Portugal, embora não fossem movimentos necessariamente nacionalistas. As mulheres camponesas, por exemplo, promoviam greves.⁶³² As mulheres em geral também foram importantíssimas por sua participação política, antes mesmo da *Luta Armada*, para minar o governo colonial através de propagandas desfavorecedoras.⁶³³ Além disso, ao longo do período colonial, as mulheres urbanas e camponesas se organizaram em torno de vários tipos de associações tradicionais que combatiam os abusos coloniais, embora grande parte da historiografia sobre diferentes formas de resistência não tenha considerado tais associações como uma forma de resistência.⁶³⁴ Essas organizações tradicionais, dentro dos grupos domésticos ou familiares, desempenhavam um importante papel “na coesão das comunidades, na

⁶²⁹ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 178, nota 28.

⁶³⁰ OYĒWŪMÍ. The invention of women: making an African sense of western gender discourses, p. 122.

⁶³¹ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 160.

⁶³² SANTANA. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985), p. 70.

⁶³³ SANTANA. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985), p. 72.

⁶³⁴ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 213.

construção social de identidades e na reprodução e recriação de determinados modos de vida”⁶³⁵, motivos justamente pelos quais serão fundamentais posteriormente para a luta anticolonial. Não tenho a intenção de afirmar que essas resistências tradicionais já eram nacionalistas, lutavam contra o colonialismo como um todo ou caminharam em linha reta para os movimentos de libertação, pois “as políticas na colônia não devem ser reduzidas a políticas anticoloniais ou nacionalistas”⁶³⁶. Minha intenção é chamar atenção para que, muito antes da *Luta de Libertação*, as mulheres já se posicionavam contra certos abusos coloniais, exercendo um papel importante na luta geral contra o colonialismo. Já dentro da *Luta de Libertação*, logo no início da formação da *FRELIMO*, as mulheres reivindicaram que pudessem também se juntar à *Luta Armada*, para poderem proteger as regiões libertadas ou até combater naquelas que continuavam sob o jugo da colonização⁶³⁷ e, como vimos anteriormente, foram elas as responsáveis pela criação do *Destacamento Feminino* e também foram elas que conquistaram o direito de serem promovidas a oficiais.

Conclusões

A partir, então, da utilização de gênero como uma categoria de análise histórica, pode observar como as mulheres moçambicanas eram completamente afetadas por serem vistas como este grupo, “mulher”. Elas não só eram consideradas essencialmente diferentes dos homens, mas eram também tratadas de modo diferente, hierarquicamente inferior, sendo relegadas à esfera doméstica, ao papel materno, à plantação; e tal opressão vinha não só da estrutura colonial europeia, mas também das comunidades africanas. Nessa dinâmica, a *FRELIMO*, instituição que supostamente as ajudaria a conseguir sua emancipação, reforçava e ao mesmo tempo reconfigurava esses papéis sexuais. Logo, para conseguirem mais direitos políticos e mais igualdade em relação aos homens moçambicanos, as mulheres tiveram que lutar em várias frentes e resistir de várias formas, o que implicou em lutar contra as próprias diretrizes da *FRELIMO*. Assim, vemos formas de resistência que escapam ao binarismo africanos/europeus, colonizados/colonizadores, como normalmente são vistas as resistências africanas.⁶³⁸

No fim, então, vemos que a resistência é algo complexo, que se configura muito mais como uma “bricolagem”⁶³⁹, como diz Cooper. A resistência, portanto, não se apresenta de forma única ou fixa, pois o poder que exerce a opressão (e a colonização) é difuso e se reconfigura o tempo

⁶³⁵ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 217.

⁶³⁶ COOPER. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, p. 26.

⁶³⁷ CASIMIRO. Paz na Terra, Guerra em Casa, p. 228-229.

⁶³⁸ COOPER. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, p. 23.

⁶³⁹ COOPER. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, p. 35.

todo.⁶⁴⁰ Perceber essa complexidade de agentes, organizações e reivindicações é uma possibilidade trazida a partir de um olhar afinado para as questões de gênero, o que demonstra a importância de aplicar esse conceito e categoria histórica de análise a diversos contextos, inclusive contextos africanos e não-ocidentais, desde que de forma atenta e cuidadosa, considerando as especificidades de cada local, época e sociedade.

⁶⁴⁰ COOPER. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, p. 41.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

ST21 - Escravidão e liberdade nas Américas

Ana Caroline Carvalho Miranda

anacarolinec625@gmail.com

Dayana de Oliveira da Silva

dayana.oliveira84@hotmail.com

Nas últimas décadas, a historiografia tem lançado luz sobre as problemáticas envolvendo as populações escrava e egressa do cativeiro em todo o mundo. No caso específico do Brasil, há apenas 133 anos o sistema escravista chegou ao fim. As marcas desse cruel sistema podem ser sentidas até o presente momento, pois é perceptível os reflexos da escravidão na sociedade brasileira que ainda não resolveu questões centrais como, por exemplo: a exclusão social, a violência e a discriminação social. Muito já se produziu sobre essa temática, todavia, é nítido como as pesquisas que se dedicam ao tema têm avançado. Hoje, somos capazes de compreender as relações de poder, as sociabilidades, os tratos comerciais, culturais e religiosos em que estes indivíduos estavam inseridos. A partir disso, as práticas cotidianas, as trajetórias individuais e coletivas estão sendo resgatadas e as diversas faces da escravidão e da liberdade postas em evidência. A proposta deste simpósio temático, em sua quarta edição, é promover um espaço amplo de discussão entre os pesquisadores que se dedicam ao tema, seja na perspectiva da problematização da escravidão como instituição, por meio das relações de poder envolvidas e da administração, seja discutindo o significado da liberdade, as trajetórias individuais, coletivas e de resistência, de negros e indígenas nas Américas. A partir disso, serão privilegiadas pesquisas que abordem o cotidiano do cativeiro e a atuação da população que o compunha nos seguintes aspectos: os conflitos vivenciados, a constituição da família escrava, as redes de compadrio, a presença em irmandades leigas, as práticas religiosas, as formas de adaptação e resistência, bem como as vias utilizadas por estes indivíduos para adquirirem a liberdade. Ao lado disto, também destacaremos os trabalhos que tratem das relações pós-abolição em suas múltiplas manifestações, ou seja, a vivência dos ex-cativos e seus descendentes em comunidades, religiosidades, o universo material angariado, a participação em demandas judiciais, a formação de redes sociais e mercantis e as estratégias de sobrevivência empreendidas em liberdade. Este simpósio visa também

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

contemplar trabalhos que utilizem diversas tipologias documentais em suas análises, das quais, podemos citar: testamentos, inventários *post mortem*, periódicos e impressos, ações cíveis, fontes orais, processos criminais e administrativos, fontes eclesiásticas, correspondências, relatos de viajantes e legislações. Do ponto vista teórico-metodológico, serão aceitas pesquisas fundamentadas na História Social, Demografia Histórica, História Econômica, História Cultural, Micro-História, dentre outras correntes.

Que cativo é esse? A invenção da liberdade por meio da fuga nos jornais de Salvador nos últimos anos de escravidão [1870-1888]

Samuel Oliveira Nepomuceno da Silva,
graduando em licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB. E-mail: samuelnepomucenocontato@gmail.com

RESUMO: A escravidão acompanhou o Brasil desde a invenção deste território e foi, por séculos, sua força motriz. Esse aqui é um trecho de um dos capítulos dessa História, tão violento como tantos outros. O recorte é o fim do século XIX, aproximadamente 20 anos até 1888, com a abolição. Algo que a recente bibliografia da História social da escravidão (REIS e SILVA, 1989; AMARAL, 2012) permitiu elucidar é que os escravizados não eram seres anômicos perante o sistema que os flagelava. Eram mais que meros feixes de músculos e ossos. Eram seres humanos, dotados de razão e desejos, sobretudo o de liberdade. O desejo de liberdade, ou ao menos uma liberdade possível, motivou inúmeras formas de resistência escrava. Revoltas, “corpo mole” na realização do trabalho e muitas mais. Dentro dessa miríade, é impossível não citar as fugas. Elas existiram onde quer que houvesse escravidão, reservadas, claro, às devidas características de cada sistema escravista. Apesar de relativamente comuns, as fugas não devem ser banalizadas. Elas são atos extremos, marcam os limites da dominação. São a invenção de uma liberdade possível dentro de um sistema que não se limitava a uma corrente no pé de um escravizado dentro de um engenho ou casa grande, mas que permeava todo o tecido social brasileiro, em todas as suas clivagens. Por conta disso, inclusive, que muitas fugas não duravam, e às vezes nem tinham como objetivo durar mesmo. Esse presente estudo tem como objetivo investigar as fugas de escravizados em Salvador, bem como compreender as motivações, os riscos e de que forma essa alternativa de resistência se relacionou ao contexto abolicionista. Para isso, as fontes escolhidas foram os jornais que circularam na Bahia do fim do século XIX. A partir deles é possível capturar e analisar inúmeros detalhes da vida social do Brasil deste período. Como se locomoviam, o que consumiam ou como tratavam escravizados. Boa parte da história da escravidão está lá nos anúncios. Da venda, à compra, à fuga. Quando se trata de fuga, são verdadeiros retratos falados, detalhando características físicas, psicológicas e até modos de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Fugas; Liberdade; Abolição; Escravidão; Anúncios de jornais.

O que é a fuga?

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

A fuga é um fenômeno complexo, pois além de ser um tipo de resistência escrava extrema, ela podia assumir diversas características, significados e possuir diferentes motivações. As fugas são a invenção de uma liberdade possível dentro de um sistema que não se limitava a uma corrente no pé de um escravizado dentro de um engenho ou casa grande, mas que transpassava todo o tecido social brasileiro, de cima abaixo.

“Fugiu da casa do seu senhor á Conceição do Boqueirão, freguezia de Santo Antonio, a escrava Virginia, mulata consta que está para o lado da Victoria e que foi seduzida, protesto a quem tiver acoitado e gratifico a quem trazer a seu senhor. Bahia 2 de abril de 1886 - João Simões F. de Souza.”⁶⁴¹

O caso acima explicita a multiplicidade das motivações dos que optavam pela fuga. Consegui registrar casos de pessoas que fugiram supostamente para reatar laços familiares, pessoas que fugiram para provavelmente trabalhar em condições melhores, e até mesmo o caso de Virginia, que fugiu supostamente para viver um amor, tendo em vista a sedução citada. Importante frisar também que essa “sedução” possa ser referente a ideias de liberdade ou condições de trabalho melhores.

Além das múltiplas motivações, as fugas também tinham durações variadas. Encontrei nos anúncios fugitivos de alguns dias, com a recorrência de anúncio de zero, mas também fugitivos de longos anos, com recorrência de anúncio perto de vinte.

Essa diferença de duração nas fugas chamou a atenção de Eduardo Silva, o que o levou a categorizar essa resistência escrava em dois tipos, as fugas-reivindicatórias e as fugas-rompimento⁶⁴². As fugas reivindicatórias não pretendiam um rompimento radical com o sistema, mas se apresentavam como uma peça dentro da negociação entre o senhor e o escravizado. Esse tipo de fuga, em geral, tinha uma duração previsível, a modalidade que Silva chamaria de “análoga à greve contemporânea”, já que por muitas vezes tinha o objetivo de melhorar as condições de trabalho a que estavam submetidos os cativos, seja na extensão e intensidade da jornada, seja na crueldade dos castigos aplicados. É relevante ressaltar que depois de 1850 foram muitos os escravizados fugitivos com o objetivo de reatar os laços quebrados pelo tráfico interprovincial, consequência da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico transatlântico. Foi a partir desse momento também em que se assistiu uma intensificação da escravidão nas províncias do sudeste.

As fugas-rompimento foram as mais complicadas de serem bem sucedidas. Elas se diferiram das escapadinhas das fugas reivindicatórias. Essas tinham objetivo de realmente romper com o sistema escravista, se desatar. No entanto, como a escravidão não acabava nas portei

⁶⁴¹ Gazeta da Bahia, 28/04/1886

⁶⁴² SILVA, Eduardo e REIS, João, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

fazenda, ou das portas de qual fosse o ambiente em que se praticasse a exploração, a tarefa de romper era difícilíssima. A escravidão permeava todo o tecido social brasileiro e era amplamente aceita. E é pelas mãos dessa sociedade que parte da escravaria vai ser recuperada, acoitada também, mas caçada em troca de recompensas, vide o estabelecimento e protagonismo dos capitães do mato por volta dos séculos XVIII e XIX⁶⁴³.

Para além da diferença de quem capturava esses fugitivos comparando séculos XVII-XVIII e o século XIX, existe também uma diferença nas características das fugas nesses dois períodos. Se há antes uma predominância de escapes para as matas, longe dos centros urbanos, no século XIX existe uma maior destinação para as áreas urbanas. Essa é a tese de Eduardo Silva⁶⁴⁴, que aparece confirmada também nos anúncios que coletei. Existem ocorrências até de escravizados que fugiram de outras freguesias e províncias e foram avistados no núcleo urbano de Salvador.

“Do engenho Biriba termo da villa d’Entre-Rios, fugiu em dias do mez de fevereiro do corrente anno, o escravo Francisco, pertencente ao bacharel Domingos Gomes Ferreira Velloso, tem os seguintes signaes: cabra bem fulo, estatura e corpo regulares, rosto comprido e testa espaçosa, pouca barba, falta de dente na frente, pés compridos e delgados, costuma fallar sorrindo. suppõe-se estar occulto n’esta capital, onde em outra occasião ja esteve por mais de anno, quem o pegar e levar ao dito engenho será bem recompensado, protestando haver dias de serviço de quem o tiver occulto. Engenho Biriba, 22 de agosto de 1885.”⁶⁴⁵

O caso de Francisco é emblemático. Não apenas parece se tratar de uma tentativa de fugar-rompimento, bem como ele já havia praticado uma longa fuga com destino a Salvador anteriormente. Encontrei ainda seis outros anúncios que fazem referência ao escape de Francisco, todos do mês de setembro de 1885. Existe uma insistência na tentativa de recaptura deste escravizado, provavelmente ele ainda fosse muito útil à produção do seu senhor.

Não é crime fugir

“Não é crime fugir”, era a essa frase, atribuída a “autores Americanos do Sul”, que os articulistas d’O Asteroide: Organ da Propaganda Abolicionista, importante periódico de Cachoeira, em 1888, recorriam para defender a fuga como nada mais do que uma expressão latente

⁶⁴³ LARA, Silvia. “Do singular ao plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos”. In: REIS, João e GOMES, Flávio. [orgs.]. Liberdade por um fio - História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶⁴⁴ SILVA, Eduardo e REIS, João, Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista., p. 71

⁶⁴⁵ Gazeta da Bahia, 18/09/1885.

do direito de defesa e do direito de liberdade do escravizado. “Não é crime fugir á escravidão, pelo contrario, o escravo que fugir, exerce um direito natural”⁶⁴⁶

Fuga, um direito natural. Foi desse modo que ela foi tratada e defendida em periódicos e em núcleos abolicionistas, não só n’O Asteroide. Fugir, desse modo, se caracterizou como um mecanismo de autodefesa, um “sacrifício que a liberdade exigia”⁶⁴⁷, um chamariz responsável por acender a chama do progresso, que marchava velozmente nos idos de 1888.

“Sabei que não está no poder de pessoa alguma parar a marcha da liberdade.
<<A este respeito eu nada receio,-nada; porque creio em um Deus eterno>>
<<Podeis promulgar os vossos decretos, que nós appellaremos para a lei suprema. e o tempo hade destruir todos os decretos que a ella se oppozerem.>>”⁶⁴⁸

Um dos argumentos frequentes, e presentes no abolicionismo, era o apelo à moral e à religião. É fato notório que a Igreja não se opôs ativamente ao escravismo, por vezes até o facilitou, mas a partir de certo momento no século XIX, se percebeu a incompatibilidade entre os ideais de amor cristão, as condutas do próprio personagem Jesus Cristo e a defesa da servidão. Os ideais, valores e virtudes cristãs foram utilizadas por movimentos abolicionistas para defender os escravizados. Muitos deles, quando em fuga, eram asilados por alguém, e a esse asilo atribuíam a virtude da caridade.

O abrigo a esses cativos era algo praticado tanto na Bahia, quanto em outras províncias. O ato de abrigar um escravizado fugitivo foi nomeado de acoutamento ou acoitamento, consistia em fornecer proteção ou trabalho temporário para os sujeitos em fuga. A prática foi se tornando cada vez mais comum com o avançar do abolicionismo, o que deixaria muitos senhores incomodados e se sentindo financeiramente lesados.

“Fugiu da casa da familia do abaixo assignado, na Calçada do Bomfim, ha oito ou dez dias, a escrava Emilia, de 37 annos, estatura regular.
Quem a prender e levar á referida casa, defronte do becco do Cantagallo, será gratificado.
Parecendo ao abaixo assignado que sua escrava se acha mal aconselhada, aproveita a occasião para declarar que não duvida forral-a, uma vez que lhe seja entregue o competente valor, mas protesta fazer valer seus direitos contra quem a tenha dolosamente acoitado.
Bahia, 20 de outubro.
CARLOS ADOLPHO DE SÁ BARRETTO”⁶⁴⁹

⁶⁴⁶ O Asteroide: Orgam da Propaganda Abolicionista, 03/04/1888.

⁶⁴⁷ O Asteroide: Orgam da Propaganda Abolicionista, 03/04/1888., p. 1.

⁶⁴⁸ O Asteroide: Orgam da Propaganda Abolicionista, 03/04/1888., p. 1.

⁶⁴⁹ Gazeta da Bahia, 21/10/1884.

Esse é o anúncio de fuga de Emília, uma escravizada de idade já ligeiramente acima da média⁶⁵⁰. Carlos Adolpho, seu proprietário, dedica um parágrafo inteiro para levantar suspeita sobre um possível acoitamento e um aviso de que ele estaria aberto a alforriar a moça. É muito provável que o Sr. Barreto já soubesse ou desconfiasse de quem estava abrigando Emilia, já que levanta a hipótese de ela estar “mal aconselhada”, deixa em aberto a possibilidade da alforria e protesta destacando “fazer valer seus direitos contra quem a tenha dolosamente acoitado.” Parece muito uma indireta.

A ameaça pública e a divulgação da fuga da escravizada Emilia parecem ter surtido efeito, já que não consegui encontrar outra ocorrência de anúncios que fizessem referência a ela, a não ser esse, de 1884. A alforria ou a volta ao cativeiro do sr. Carlos Adolpho de Sá Barretto só poderá ser confirmada com a análise do seu inventário, no entanto.

Discutir o acoutamento e suas implicações é vital, já que em determinado momento tal prática se tornou indissociável da fuga, e, em certa medida, ajudou a criminalizá-las⁶⁵¹. Foi com a promulgação da Lei Barão de Cotegipe, ou dos Sexagenários, de 1885, um instrumento legal bastante voltado às discussões de propriedade, que o ato de abrigar escravizados ganhou os contornos de crime. Diz o terceiro terceiro parágrafo das disposições gerais da Lei “§ 3º O acoutamento de escravos será capitulado no art. 260 do Código Criminal.”⁶⁵² que, por sua vez, dizia “Mais se julgará furto a achada da coisa alheia perdida, quando se não manifestar ao Juiz de Paz do districto, ou Official de Quarteirão, dentro de quinze dias depois que fôr achada.”⁶⁵³. É bem verdade que já existiam donos de escravizados que consideravam crime abrigar um fujão antes da lei Saraiva-Cotegipe ser promulgada, como bem explicita o anúncio de fuga de Genuina, escravizada desaparecida em 7 de janeiro de 1884: “[...] protesta se proceder criminalmente contra quem a tiver acoutada e haver os dias de serviço.”⁶⁵⁴

Os coiteiros não são figura exclusiva desse recorte temporal, um estudo de João José Reis analisou, por exemplo, a ação de coiteiros em um quilombo na Bahia, em 1806⁶⁵⁵, no entanto,

⁶⁵⁰ Com base no Censo de 1872, que mostra uma população escravizada feminina em Salvador majoritariamente entre os 26 e 30 anos.

⁶⁵¹ É importante ressaltar que a fuga quase sempre fez parte do sistema escravista, e como bem ressalta Silva Lara, ela “nunca [tinha] sido encarada como um crime”. Ver “Do singular ao plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos”. In: REIS, João e GOMES, Flávio. [orgs.]. Liberdade por um fio - História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁵² BRASIL. LEI N. 3270 - DE 28 DE SETEMBRO DE 1885, Lei dos Sexagenários.

⁶⁵³ Código criminal brasileiro de 1830.

⁶⁵⁴ Gazeta da Bahia, 20/02/1884.

⁶⁵⁵ REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro - Bahia, 1806. In: ____ e GOMES, Flávio. [orgs.]. Liberdade por um fio - História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 332-372.

existe uma intensificação da presença e atuação desses indivíduos nas décadas finais de escravidão. Algumas das motivações para isso são o avanço da legislação emancipacionista, que a passos tímidos concedia direitos à população escrava, como o direito ao pecúlio, a exigência de matrícula ao escravizado e a proibição de separação de membros de família no momento da venda. Tudo isso ia minando a oferta da mão de obra escrava e abrindo novas possibilidades de liberdade.

“Acoutar escravos não é crime é virtude!..
Acoutar escravos não é crime é caridade !..
Acoutar escravos não é crime é filantropia !..”⁶⁵⁶

Fora do prisma da caridade e da benevolência, que recorrentemente a imprensa abolicionista impôs à figura dos coiteiros, existe um lado até então não mencionado aqui. Em caso desse coiteiro ser um senhor de engenho ou alguém de posses, aproveitar a mão de obra de escravizados fugitivos de terceiros era lucrativo. Algumas vezes poderiam oferecer uma baixa remuneração ou fazer vista grossa para a possibilidade de aquele trabalhador ser posse de alguém e aproveitar aqueles esforços para si. Muitos dos proprietários sabiam dessa prática e por isso vários deles protestavam os dias de serviço em seus anúncios, foi assim com vinte dos indivíduos mapeados por mim. Cada dia sem o escravizado era um prejuízo ao senhor.

Ao falar sobre fugas de escravizados, é possível justapor o tema sob 3 vieses: o moral, o religioso e, sobretudo, o econômico. Creio que esse tripé fez parte da maioria dos argumentos pró e contra a abolição, e no caso das fugas não seria diferente.

Sobre os anúncios e seus protagonistas, uma demografia da fuga

Anunciar era oneroso. Na Gazeta da Bahia qualquer publicação, incluindo os anúncios, custava 60 réis por linha para assinantes. Para não assinantes, o custo subia para 100 réis. O pagamento deveria ser feito adiantado na Agência da Rua da Alfândega, Junto ao Correio Geral⁶⁵⁷. O Correio da Bahia seguia o “preço convencional” e também cobrava 60 réis por linha para anúncios⁶⁵⁸, com pagamento adiantado. O mais caro entre os analisados era O Monitor, que cobrava 100 réis por linha de anúncio⁶⁵⁹, mas que era aberto a negociações do preço mediante um

⁶⁵⁶ O Asteroide, 28/02/1888. Neste artigo, a redação d’O Asteroide, periódico cachoeirano, defende a absolvição de um abolicionista, de nome Cesario Ribeiro Mendes, ora grafado com s, ora com z. Cesario, ou Cezario, estava sendo acusado de acoutar escravizados. No texto, o apelo à caridade e aos valores cristãos aqui citados estão presentes. Vale destacar ainda outra passagem, que vale como uma afronta: “Se Cezario acoutou escravo, não garantimos, mas, nós acoutariamos nem só a um como a todos se fosse possível, porque acima da lei dos homens está a lei de Deus.

⁶⁵⁷ As informações sobre os custos de publicação em cada periódico geralmente se encontram no canto superior direito da primeira página de cada edição. Os detalhes presentes neste parágrafo foram extraídos da edição número 233, de 17 de outubro de 1885.

⁶⁵⁸ Correio da Bahia, 31/12/1871.

⁶⁵⁹ O Monitor, 27/09/1881.

contrato, modalidade que talvez coubesse mais a comerciantes do que a donos de escravizados em fuga.

Fugir, desse modo, caracterizava-se como um duplo golpe no ponto de vista financeiro ao senhor. Não só os dias de serviço do escravizado eram perdidos [e talvez nunca restituídos], mas também os senhores precisavam gastar e muito para publicar anúncios e fazê-lo repetidas vezes, em caso de insucessos na captura. Fato que aconteceu com Constantino Viegas, proprietário do escravizado Benedicto/Benedito⁶⁶⁰, que publicou ininterruptamente 13 anúncios⁶⁶¹ em novembro de 1884, voltando a publicar novamente sobre a mesma fuga mais 2 anúncios em novembro de 1885. A versão de 1884 anuncia:

“Está fugido d’esde o dia 17 de setembro próximo passado, o escravo Benedicto, creoulo de 32 annos de idade, figura alta, tem os dentes da frente quebrados, tem officio de vidraceiro, anda vestido com roupas de brim pardo, foi escravo em Itapoan, de Antonio Henrique dos Passos, onde tem irmãos, anda um pouco de vagar por ter soffrido de rheumatismo, inculca-se forro: quem o levar á correção, receberá do abaixo assignado 50\$000 de gratificação.

Protesta haver os dias de serviço, de quem o tiver acoitado.
CONSTANTINO VIEGAS, ladeira da Baixa dos Sapateiros n. 78”⁶⁶²

Já em 1885, a fuga de Benedicto foi anunciada assim:

“Continua fugido da casa do abaixo assignado desde o dia 17 de setembro de 1884 o escravo Benedicto, crioulo de 32 annos de idade; é alto, figura vistosa, tem os dentes da frente *quebrados*, anda vestido de calca e paletot de brim pardo, tem officio de vidraceiro enculca-se fôrro, foi escravo em Itapoam de Antonio Henrique dos Passos, onde tem irmãos; anda alguma couza de vagar para ter soffrido de rheumatismo, quem o levar á caça de minha morada ao largo do Pelourinho n. 78 receberá 50\$000 de gratificação[...]”⁶⁶³

Fazendo uma conta grosseira, os anúncios publicados têm em média 16 linhas. Considerando o custo de 60 réis por linha para anunciar no Gazeta da Bahia, com os 15 anúncios encontrados, Constantino teve aproximadamente o custo de 14\$400, podendo ter chegado a 24\$000 caso ele não fosse assinante do periódico⁶⁶⁴. Valor investido⁶⁶⁵ para tentar encontrar o

⁶⁶⁰ As duas grafias foram encontradas nos anúncios de 1884 e 1885, é possível saber que se trata do mesmo sujeito pelas descrições físicas e circunstanciais da fuga.

⁶⁶¹ Essa quantidade de anúncios corresponde apenas aos encontrados por mim ao longo da pesquisa. Isso não exclui a possibilidade de Constantino Viegas ter anunciado em outros periódicos ou até mesmo no Gazeta da Bahia e escapado aos meus olhos.

⁶⁶² Gazeta da Bahia, 12/11/1884

⁶⁶³ Gazeta da Bahia, 28/11/1885.

⁶⁶⁴ Importante destacar que esse custo pode ter sido ainda elevado, já que outros anúncios da fuga de Benedicto podem ter sido publicados em outros jornais ou até mesmo no Gazeta da Bahia e escapado das minhas pesquisas.

⁶⁶⁵ Somando a gratificação prometida ao capturador, o custo pode ter chegado a 74\$000 ou mais, no caso de Benedicto ter sido reconduzido à posse do senhor.

vidraceiro Benedito apenas por via dos jornais. Essa captura provavelmente foi algo que não aconteceu, tendo em vista a longevidade da fuga e o fato do escravizado possuir um ofício, o que pode tê-lo ajudado a se esconder ou a estar trabalhando para alguém durante todo o tempo.

Algo a se destacar é que além da longevidade da fuga, Benedito [Benedicto], levou quase 2 meses para começar a figurar nos anúncios da Gazeta. É possível inferir aqui que Constantino Viegas pode ter apelado primeiramente a outras vias de recaptura, ou então que existia certa naturalidade com escapadelas.

Benedito é um caso bastante interessante, que encontra ecos em outros estudos, como os de Sharyse Amaral⁶⁶⁶ e o de Gilberto Freyre⁶⁶⁷. Ele era um escravizado que dominava um ofício, era um vidraceiro, portanto poderia facilmente encontrar ocupação enquanto em fuga. Algo a notar também neste caso, é que muito provavelmente Benedito conseguiu formar laços e conexões. Além dos irmãos, destacados por estarem presentes no cativeiro anterior, o “autoinculcado” forro poderia ter pessoas fixas a quem prestar serviço, o que lhe ajudava senão para acoitamento, então para acobertar suas escapadas.

O caso dele não foi o único dentre os escravizados que possuíam alguma ocupação. Registrei dez ofícios nos anúncios que encontrei, relatando a ocupação de nove indivíduos. Foram três padeiros ou ofícios relacionados⁶⁶⁸, uma ganhadeira⁶⁶⁹, um vidraceiro, um copeiro e vendedor de água em animais, um escarapina e tanoeiro, um oficial de alfaiate e um despachante de lanchas.

Os anúncios de jornais são uma fonte de um sem número de informações. Com eles é possível compreender inúmeros detalhes da vida social do Brasil do Oitocentos. Além dos aspectos corriqueiros da vida, quando se trata de fuga, são verdadeiros retratos falados. Eles continham características físicas, psicológicas e até modos de vida. Um ótimo exemplo disso é o caso de João, Nagô, de 50 anos. Ele fugiu de Engenho Novo, Geremoabo, provavelmente no dia 18 de dezembro de 1871, tendo o primeiro anúncio de sua fuga sendo veiculado em 22 de dezembro de 1871. Vendo o impresso, é possível observar as características físicas de João: “[...]altura regular, com todos os dentes da frente, anda um pouco corcovado, pisa apapagaiado, no rosto tem uns lanhos miúdos[...] anda apapagaiado”⁶⁷⁰. É possível também ver as condições materiais da fuga, como com quais roupas ele fugiu “[...] levou calça e camisa branca de algodão da favrica, calça

⁶⁶⁶ AMARAL, Sharyse Piroupo do. Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Aracaju: Editora Diário Oficial e Salvador: EDUFBA, 2012.

⁶⁶⁷ FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Global Editora, 2010.

⁶⁶⁸ Padeiro, oficial de padaria ou vendedor de pães e massas

⁶⁶⁹ Importante citar que atividades de ganho são até descritas em outros anúncios, mas a nomenclatura tal como está, aparece apenas em 1.

⁶⁷⁰ Correio da Bahia, 31/12/1871.

nova de algodão trançado azul, e camisa de algodão trançado riscado azul, dous gibões de baetão azul sendo um novo, e outro velho, chapéu de palha[...]" Sem falar no protesto de dias: "Assim como protesta haver de quem o occultar 1\$000 diários e todas as perdas e danos." Os anúncios são ricos e possibilitam inúmeras análises.

Características psicológicas

Conseguí notar aqui um certo padrão atitudinal entre os escravizados fugitivos. Muitos deles são descritos como sujeitos falantes, ou sujeitos que falam sorrindo, ou que têm um “andar capoeira”. Isso me leva a suspeitar que pode ter existido uma predominância de fuga entre os sujeitos ditos malandros, capazes de conquistar as pessoas na lábia. Parece ser o caso de José, beberão, que era visto pela região do Bonfim e Itapagipe quando estava em fuga: “[...] bebe muita cachaça, conversa de mais.” Ou então de outro beberão, o Júlio, que fugiu do seu senhor, um coronel de Maragogipe: “[...]bem fallante, e quer persuadir a todos ser forro[...] não sabe ler nem escrever, tem o vício de beber.”

A arte da persuasão era importante para muitos escravizados em fuga. Com a predominância dos escapes para áreas urbanas nesse recorte, era vital conseguir convencer pessoas de que não era um escravizado, que era liberto, ou forro, como foi com o anteriormente citado Júlio, ou então com Hermenegildo, “pardo claro[...], cabelos pretos e corridos, barba cerrada[...]”, que tinha “por costume se embriagar” e que “[...] inculca[va]-se forro”, assim como diversos outros indivíduos encontrados nos anúncios.

A ousada estratégia da mentira poderia garantir uma longevidade à fuga, afastando suspeitas, ou então contribuindo para uma espécie de jogo de dissimulação com algum possível coiteiro que, sendo descoberto em posse de um escravizado fugitivo, poderia alegar desconhecimento dessa condição, para não ser encarado como apropriador de posse alheia. Como sugere a hipótese de Sharyse Amaral, nos casos dos escravizados fugitivos em Sergipe:

“Ao que parece alguns proprietários não estavam dispostos a entregar os escravos alheios que voluntariamente correram para as suas terras [...] talvez parte desses senhores estivessem deliberadamente acoitando escravos ou ainda se deixando enganar pelo escravo que mudava de nome e se passava por forro, contratando-o como mão de obra temporária por um baixo pagamento enquanto seus senhores não ameaçavam buscá-los. Uma vez que a fuga e o fugitivo tornavam-se conhecidos nos jornais, a situação ficava evidente e o senhor que acolhera um escravo perdia a desculpa da ignorância, deixando de ser negligente para ser coiteiro[...]⁶⁷¹”

⁶⁷¹ AMARAL, Sharyse. Sharyse Piroupo do. Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900) pp. 105-106.

Idade e gênero

Apesar de ter encontrado uma média etária semelhante entre gêneros, 27 anos para homens e 30 anos para mulheres. As mulheres são minoria entre os fugitivos documentados por mim [35% contra 65% de homens]. Esse é um padrão que se repete em outros estudos que investigam a fuga escrava. Podem existir muitas possibilidades para essa ocorrência. Há de se levar em conta as possibilidades dos laços familiares. Sandra Graham alerta que escravizadas que possuíam família estariam menos propensas a fugir, por exemplo, já que seria difícil se esconder ou se mover em terreno difícil carregando filhos pequenos e barulhentos⁶⁷².

Um exemplo de possível fuga familiar é o caso de Jacintha e Januário, que fugiram juntos em 1884, levando ainda uma das riquezas da esposa do seu antigo senhor, d. Martha Maria da Soledade: um anel.

“Eu abaixo assignado declaro que de minha fazenda do Santo Antonio, no dia 11 de agosto do corrente anno evadio um escravo de nome Januario, nação, crioulo, altura regular, idade de 25 annos mais ou menos, rosto redondo, pés, e mãos grossas, bons dentes, fuma cigarro, appactado dos pés, assenta o pé por inteiro no chão, por não ter a cava trivial. Conversa moderado e leva consigo Jacintha, cabra, altura regular, bons dentes, caminha espigada e tem sobre a junta de nas mãos [creio que seja junta de uma das mãos] um anel bim, pertences d. Martha Maria da Soledade. Quem os pegar e levar a seus senhores terá de gratificação duzentos mil réis[200\$000]
- Antonio[ilegível] Souza”⁶⁷³

Outra possibilidade que pode ser aventada é a adoção de estratégias de resistência diversificadas por parte das escravizadas. A ocupação da venda era mais comum entre as escravizadas. Leia-se aqui, quitandeiras, quituteiras ou pequenas comerciantes em geral. Este trabalho urbano possibilitaria a elas maiores oportunidades de formação de pecúlio⁶⁷⁴, e com este dinheiro, comprar a própria liberdade. Esta possibilidade coaduna com o que registrou Hebert S. Klein, que afirma que as mulheres representavam três quartos entre os indivíduos alforriados⁶⁷⁵ no Brasil. Algo que também não pode ser excluído do campo do possível para ler esses números é a proporção de população escrava por gênero em Salvador. Segundo o censo de 1872, elas também eram minoria. Enquanto os homens eram 1105, elas eram 993⁶⁷⁶.

Considerações finais

⁶⁷² GRAHAM, Sandra. Caetana diz não - histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 55.

⁶⁷³ Gazeta da Bahia, 09/04/1886.

⁶⁷⁴ Espécie de poupança financeira construída por escravizados que exerciam atividades, principalmente, de ganho.

⁶⁷⁵ KLEIN, Hebert. Demografia da escravidão. p. 187. In: SCHWARCZ, Lília e GOMES, Flávio [orgs.]. Dicionário da escravidão e liberdade - 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 185-194.

⁶⁷⁶ Recenseamento do Brasil em 1872 - Bahia.

A fuga foi uma modalidade de resistência escrava comum. Onde houve escravidão, houve fuga. Com o estudo, foi permitido compreender que elas existiram por diversos motivos. Reatar os laços desfeitos pelo cativo, fazer reivindicações contra os desmandos de algum senhor, romper definitivamente com os grilhões ou encontrar melhores condições de trabalho. Em suma, construir estratégias de sobrevivência nesse contexto escravista. Inventar uma liberdade possível, seja por alguns dias ou por anos.

Inserida num recorte em que a escravidão era paulatinamente desgastada, e cotidianamente perdia sua influência no contexto soteropolitano, essas fugas e seus autores se caracterizaram não apenas como sintoma dessa época, mas também como uma das causas da erosão do sistema escravista.

A abolição sob olhar da Imprensa Imperial: embates e apropriações na corte e nas províncias (1822 - 1889)

Arthur de Lima Barra Melo

Resumo: A abolição da escravidão no Brasil é assunto constantemente revisitado seja pela historiografia, seja pela mídia em geral, ou mesmo pelas artes, tais como novelas, músicas, espetáculos teatrais etc. Contudo, ao longo das décadas, foram construídas visões romantizadas nas quais a princesa regente assumiu o posto de redentora, considerada a benfeitora da abolição. Pesquisas recentes tendem a atribuir o fim da escravatura ao movimento abolicionista, que contou com o engajamento da elite política ilustrada e com participação dos estratos populares da sociedade. Assim como Angela Alonso e outros historiadores contemporâneos, esta iniciação científica enfatiza no processo abolicionista, trâmites legais e os personagens que lutaram para extinguir a escravidão do solo brasileiro. Desse processo, os jornais possuem fortes evidências.

Apesar da amplitude de vestígios disponíveis nos periódicos, até certo tempo, havia recusa em tomar os jornais como fonte histórica, uma vez que o estudo do passado era fundamentado na concepção metódica da história, ou seja, a busca pela suposta verdade factual, que só seria alcançada por meio de documentos oficiais. Somente na década de 1970, quando o fazer história foi revolucionado pela Nova História, sucedânea da Escola dos Annales, que os jornais e toda sua subjetividade foram devidamente empregados como fontes históricas. Tais fontes passaram a ser compreendidas como ricas, tal como aponta Darnton, mas, como todo documento, devem ser analisadas com critérios, como ensina Maria Helena Capelato no artigo intitulado “A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador”⁶⁷⁷. A autora também menciona o importante papel histórico dos jornais, desde os primórdios da imprensa do Brasil oitocentista, e sua relevância

⁶⁷⁷ CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015, p. 114-136.

política. De fato, a imprensa brasileira se caracterizou, do ponto de vista político, por ser o meio oficial para as publicações do governo imperial. Por meio desse suporte, o jornal, é possível estabelecer conexões entre diversos sistemas econômicos, culturais, políticos e sociais que marcam o recorte temporal escolhido para a investigação, como aponta o historiador Robert Darnton, em seus estudos sobre os impressos em outros contextos espaciais. Em termos de recorte temporal, a pesquisa, centrada na imprensa imperial, vai de 1822 de 1889. Já quanto ao recorte espacial, abarca a Corte, o Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.

Palavras chave: Imprensa Imperial; Abolição; Brasil Império

Introdução

A abolição da escravidão por mais que seja uma temática inúmeras vezes revisitada pela historiografia, é ainda objeto de estudo para muitos historiadores. Este artigo, fruto de uma iniciação científica, surge após serem levantadas questões a respeito do processo que culminou na assinatura da lei 3.353 de 13 de Maio de 1888. Esta data é amplamente celebrada em manifestações culturais-religiosas, motivo pelo qual se torna um assunto tão particular para este que escreve. Seja na Umbanda, seja no Congado - cultos que tornam a abolição tão cara para mim - as cantigas remetem à história e propiciam reflexões a serem historicizadas como se segue:

“Treze de Maio, quando acabava o cativo/ Preto velho chorou /Preto velho sorriu/ Agradeceu a Isabel/ A libertação dos escravos/ Preto velho chorou/ Preto velho sorriu/ Agradeceu a Isabel/ A libertação do Brasil.”⁶⁷⁸ “Negro na senzala bateu sua caixa e deu viva iaia/ Negro na senzala bateu sua caixa e deu viva ioio/ Viva ia ia/ Viva ioio/ Viva a Princesa Isabel/ Cativo acabou!”⁶⁷⁹ “Foi no dia 13 de maio que a Assembléia trabalhou/ Trabalhou/ Trabalhou/ Trabalhou em nosso louvor!”⁶⁸⁰

Observados os excertos acima, nota-se incongruências entre as narrativas populares, cantadas em forma de oração. Nas duas primeiras a Isabel, Princesa Regente, é tida como protagonista da abolição, sendo a ela atribuída a redenção dos cativos. O trecho da terceira cantiga indica outro ponto de vista, na qual a Assembléia Legislativa trabalhou para que a conhecida Lei

⁶⁷⁸ Cantiga popular. Autor desconhecido.

⁶⁷⁹ Cantiga popular. Autor desconhecido.

⁶⁸⁰ Cantiga popular. Autor desconhecido.

Áurea de 13 de Maio fosse promulgada. Ambas as narrativas possuem problemáticas, contudo, foram fonte oral de inspiração para desencadear questionamentos, resultando no projeto de pesquisa apresentado neste texto.

Sendo assim, a imprensa como meio de circulação de idéias e dos atos oficiais do Governo Imperial, se torna fonte primária deste trabalho.

A Imprensa como fonte

A imprensa de modo geral, desde a prensa de Guttemberg, tem revolucionado a forma de contato do leitor com a literatura e também engajado a circulação de ideias. Neste trabalho, ateremos à imprensa periódica, que sob o parecer de Robert Darnton ao analisar a história dos livros, é tão rica - “parece uma exuberante floresta tropical” - na qual o “explorador mal consegue atravessá-la”⁶⁸¹. Melhor dizendo, o estudo desse suporte permite investigar as evidências e estabelecer “relações com outros sistemas econômico, social, político e cultural, no meio circundante”⁶⁸².

Apesar da amplitude de vestígios disponíveis nos periódicos, havia recusa dos jornais como fonte histórica, uma vez que o estudo do passado era fundamentado na concepção positivista da história, ou seja, a busca pela verdade factual. Somente na década de 1970, quando o fazer história foi revolucionado pela Escola dos Annales, que os jornais e toda sua subjetividade foram devidamente empregados como fontes históricas, ricas, como aponta Darnton, mas como todo documento devem ser analisados com critérios como aponta Maria Helena Capelato:

“A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores”.⁶⁸³

A autora também afirma o importante papel histórico dos jornais, desde os primórdios da imprensa do Brasil oitocentista, e sua importância política. De fato, a imprensa brasileira se

⁶⁸¹ DARNTON, Robert. O que é a História dos Livros? In: O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução. Tradução: Denise Bottmann. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990. cap. 7, p. 109-130.

⁶⁸² DARNTON, Robert. O que é a História dos Livros? In: O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução. Tradução: Denise Bottmann. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990. cap. 7, p. 112.

⁶⁸³ CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015, p. 114-136.

caracterizou política por ser o meio oficial para as publicações do governo imperial. Era comum encontrar seções destinadas às falas imperiais, e também à publicação das atas das câmaras dos deputados e senadores, bem como assembleias legislativas. A participação popular também era presença indispensável, e possuía seções próprias, na qual os leitores poderiam externar sua opinião; comumente adotavam pseudônimos para não serem reconhecidos; abrindo margem para a desconfiança por parte dos historiadores de que muitos destes eram os próprios autores ou redatores. Retomando Darnton, diversos componentes da rede de produção e circulação do impresso podem assumir papéis diferentes em determinados momentos, a exemplo, o autor pode também ser editor e vendedor, e igualmente leitor da própria obra. Logo, o processo de impressão têm início e término no leitor, uma vez que este indivíduo influencia no processo de escrita do autor.

Levando em conta a participação popular e difusão de ideias pelos periódicos, Luciano Moreira da Silva, em sua dissertação de mestrado, aponta os jornais como uma esfera pública de poder, desenvolvendo uma “cultura dos impressos”⁶⁸⁴. Os textos publicados nos jornais brasileiros oitocentistas eram debatidos em espaços públicos diversos, possibilitando a participação de iletrados na discussão, e por sua vez da vida política da província e do império. Dessa forma, os jornais são o próprio espaço para ação política.

Outro ponto importante a ser considerado diante da participação popular, e dos periódicos como arena de embates políticos, são as possibilidades de resposta. Elucidando, é comum encontrarmos em uma mesma folha artigos de cunho político - textos de defesa partidária - e respostas da oposição e conseguinte réplicas, trélicas e assim por diante, instaurando nas folhas impressas uma densa discussão, dessa forma: “O periódico tornou-se arma que influenciou e, conseqüentemente, produziu os acontecimentos que levaram à formulação dos contornos políticos do Brasil Império”⁶⁸⁵. Quanto ao arquivamento dos mesmos, é válido ressaltar que foram selecionados e agrupados de forma a preservar a memória e ações da máquina estatal, ou melhor,

⁶⁸⁴ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: Espaço Público e Cultura Política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 13.

⁶⁸⁵ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: Espaço Público e Cultura Política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 15.

destinados à conservação consciente à uma utilidade específica⁶⁸⁶.

O crescimento da cultura dos impressos, favoreceu a emergência das redes de comunicação, marcada pela permuta entre os próprios periódicos, correspondência entre as províncias e recopilação de artigos. Esta última era de extrema importância, pois legitimava o argumento de outro jornal ou, se questionava, permitia a sua visibilidade, fazendo com que, de uma forma, ou de outra, o status da folha questionada fosse elevado. A venda poderia acontecer na tipografia, no comércio local ou até mesmo na própria casa do proprietário e editor da folha, mas também circulavam por outras províncias intermediadas através de tropeiros ou agentes dos Correios. Visto isso, Moreira percebe o estabelecimento de laços de sociabilidade, vasta circulação de ideias dentro fora da província de Minas e da circulação de informações e debates em diversas instâncias, seja de assinantes, viajantes, funcionários públicos - “uma teia que interligava leitores/debatedores em toda província” - em outros termos “esfera pública de poder”⁶⁸⁷.

À vista disso, a imprensa abriga dimensões que permitem conhecer a sociedade brasileira oitocentista, ou como neste caso, o processo abolicionista. Para tal, esta pesquisa recorre à Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, onde estão disponibilizados numerosos periódicos nacionais e também estrangeiros, o que torna este trabalho para além de qualitativo, também quantitativo, considerando o grande contingente de documentos. Até o presente momento, foram catalogados 1207 documentos, encontrados em 89 jornais, distribuídos da seguinte forma: 24 em São Paulo, 37 em Minas Gerais e 28 no Maranhão. Para a busca foram utilizadas as palavras-chave Lei áurea, Ventre Livre, Sexagenários, Princesa Isabel, Castro Alves, Luiz Gama, e José do Patrocínio. Conforme os dados mencionados, os documentos relacionados a duas das províncias, Pernambuco e o Rio de Janeiro, ainda estão sendo catalogados dado que a pesquisa segue em andamento.

A Abolição sob olhar da Imprensa Imperial

É importante retomar a máxima de Darnton quando diz ser a imprensa tão rica como

⁶⁸⁶ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: Espaço Público e Cultura Política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 27-28.

⁶⁸⁷ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: Espaço Público e Cultura Política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 132.

como uma floresta tropical, não sendo diferente em relação à abolição, assunto de relevância para os indivíduos do século XIX, uma vez que extingiria um dos pilares da sociedade colonial brasileira. Pela gama de documentos encontrados, assim como pelo espaço dado às notícias e aos debates sobre a abolição, é notória como foi larga sua projeção no imaginário e no cotidiano social.

São encontrados nos jornais, projetos abolicionistas diversos tipos de artigos, podendo ser de cunho oficial como as tramitações das leis e suas disposições quando aprovadas, discussões nas Câmaras, ações dos gabinetes Rio Branco, Dantas, Saraiva, Cotegipe, e 10 de Março, dados sobre a coletoria da matrícula dos escravos e arrolamento dos sexagenários, editais do Fundo de Emancipação e também listas dos nomes de sexagenários libertos. Havia também publicações de civis e personalidades tratando acerca da história da escravidão no Brasil e em comparação com outros países, tecendo críticas por sido este o último a libertar seus escravos; discussões acerca do direito de propriedade; ações dos gabinetes, possibilidades para a abolição da escravidão, debatendo se deveria ou não haver indenização, sobre a utilização do Fundo de Emancipação, e como deveriam ocorrer a libertação de sexagenários e ingênuos. Era comum entre as publicações do senso comum críticas à Princesa Regente, à família real e a instituição monárquica; preocupação com o destino dos libertos e com a segurança, além do medo de que os libertos não compreendessem os deveres dos homens para com a sociedade. Após as matrículas e arrolamentos dos escravos, atrelado às leis abolicionistas aprovadas, os periódicos passaram a publicar denúncias de irregularidades no cumprimento das mesmas, do mesmo jeito que circulares contendo as penas no caso de práticas não condizentes com as determinações das leis. Não menos importante, anúncios da liberdade de escravos, numerologias e superstições faziam parte do universo dos impressos.

Retomando a ideia de “esfera pública de poder” desenvolvida nos impressos e defendida por Luciano Moreira da Silva, podemos perceber em algumas das publicações, como repercutiu a propaganda abolicionista e o quanto circulavam essas idéias não somente entre as províncias brasileiras mas também no exterior. A exemplo disso temos um artigo intitulado “A Escravidão no Brasil”, publicado no jornal Correio Paulistano (SP) e transcrito na edição 00219 do O Paiz (MA) na data de 2 de outubro de 1883, diz sobre um outro artigo, publicado no Times (EUA), no qual um correspondente deste último faz um esboço sobre a escravidão no Brasil desde os

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

tempos coloniais até a lei de 28 de Setembro, que “fez soar a primeira nota da abolição total”⁶⁸⁸, possivelmente a lei do Ventre Livre. O artigo nos mostra como como a temática da abolição e o progresso passado escravista repercutiu fora do Brasil e influenciou o movimento abolicionista brasileiro.

Nas linhas que seguem, buscarei evidenciar alguns dos assuntos comumente encontrados nos jornais das províncias de Minas Gerais, Maranhão e São Paulo acerca das leis abolicionistas, ou seja, a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea que extinguiu a escravidão em 13 de Maio de 1888.

Em primeira análise, a Lei do Ventre Livre, por ter sido efetivamente a primeira no processo de erradicar a escravidão no Brasil, após a diferença de longos anos da lei Eusébio de Queiroz, levantou discussões sobre o direito à propriedade, visto que o filho de uma mulher poderia vir a existir ou não. Ou seja, o proprietário poderia ou não usufruir dos serviços do escravo, mal sabendo se um dia existiria. Sendo assim, o Sr. Deputado Ludovico na transcrição na ata da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, publicada em 28 de agosto de 1884 no jornal Liberal Mineiro, aponta:

“A lei de 28 de Setembro o que estatuiu foi que ninguém mais nasceria escravo no Brasil; logo legislou sobre o objecto ainda não existente, e, portanto, não ferio a propriedade, não ferio os direitos. Se alguma cousa ella atacou, era a expectativa de direito, que neste caso, não poderia ser considerada como direito, pois que versava sobre objecto, que poderia existir ou não, mas não era um direito fundado sobre objecto real ou existente”.⁶⁸⁹

Além das discussões acerca da propriedade, a Lei do Ventre Livre versava sobre o trabalho e tutela que o jovem filho de mãe escrava deveria desempenhar ao proprietário até a idade de 21 anos. Dessa forma, por mais que o filho tivesse nascido de ventre livre, deveria ficar sob os cuidados do senhor até completar a maioridade.

Quanto à Lei dos Sexagenários, de 28 de Setembro de 1885, as pautas levantadas estavam concernentes à indenização que deveria ser paga aos senhores que libertassem seus escravos sexagenários. Com o decorrer das discussões, ficou acertado que legalmente, que aqueles escravos

⁶⁸⁸ MARQUES, Joaquim Roberto de A. A Escravidão no Brasil. O Paiz, Maranhão, n. 00219, 2 out. 1883. Revista do Interior, p. 1

⁶⁸⁹ ANDRADE, Carlos Gabriel. Assembléa Legislativa Provincial: Conclusão da Secção de 14 de Agosto de 1884. Liberal Mineiro, Ouro Preto, n. 00103, p. 1, 28 ago. 1884.

com idade menor de 65 anos deveriam trabalhar até que completassem tal idade. Mais uma vez, assim como a lei de 1871, o nome dado a elas não faz jus ao que foi tramitado. Após problemas com a liberdade dos escravos, o governo lançou um documento a ser entregue aos libertos. Os chamados títulos probatórios deveriam assegurar que os libertos não retornassem por motivo que seja ao cativo e para que essa informação circulasse, anúncios eram publicados nos jornais para que ficassem cientes da importância do documento.

Já em relação Lei Áurea de 1888, são poucos os jornais que publicam artigos sobre a tramitação da mesma. São vastas as publicações após o 13 de Maio, data em que foi assinada pela Princesa Isabel. Dadas as comemorações pelo fausto evento, vários jornais como o Juiz de Fora, que publicou uma edição especial intitulada “Treze de Maio”, na qual todos os artigos da edição diziam a respeito da recente abolição. Tão grande foi a repercussão, que apareceram textos descrevendo as comemorações tanto no Brasil como em países a exemplo da França e Argentina.

No geral, os textos publicados nos jornais do século XIX trazem muitas informações a respeito do movimento abolicionista, mas também preocupações da sociedade. O tema lavoura e imigração era comumente visitado pelos pares, pois era grande a preocupação com os braços trabalhadores e a manutenção destes após o fim do elemento servil, principalmente em províncias agrícolas como São Paulo e o Maranhão.

Considerações Finais

Diante do supracitado, podemos inferir que a imprensa é mais do que nunca um espaço para ampla discussão do que estava acontecendo na sociedade oitocentista, de modo que o fim do elemento servil não poderia passar despercebido, pois era uma das bases da sociedade colonial brasileira. Nessas poucas linhas apresentadas, foi posto em discussão o que nos leva a refletir sobre como funcionou o processo abolicionista, sobre como as pessoas o entendiam, e como discutiam a respeito. Por fim, cabe mais uma vez ressaltar o que é um dos objetivos deste trabalho, e o faço pelas palavras de Ângela Alonso quando diz que “A abolição não se faria por si, pelo desenvolvimento da economia ou por decisão solitária do sistema político, como não se fez por canetada da princesa. É a relevância do movimento abolicionista para o fim da escravidão, que se

visa ressaltar⁶⁹⁰. Neste caso entendo o movimento não só como ações efetivas mas também como ampla discussão social, não presente nos jornais, é claro, mas estes refletiam como um espelho as idéias dos homens e mulheres de seu tempo e permitia ampla circulação.

⁶⁹⁰ 14 ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 - 88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 14..

As dinâmicas do comércio ilegal no Morro de Vila Rica na década de 1730

Antonio Gabriel Ferreira e Barros

Resumo: A comunicação tem como objetivo abordar as dinâmicas e aspectos do cotidiano de escravos, livres e libertos, que infringiram as determinações dos governadores da Capitania de Minas Gerais e se submetiam às práticas comerciais consideradas ilegais no Morro de Vila Rica, entre 1731 a 1733. O principal conceito aplicado à pesquisa a ser apresentada foi o de dinâmicas de mestiçagens, já que se busca compreender como os personagens envolvidos nos processos contra o comércio ilegal foram influentes e se situavam no processo de construção daquela sociedade mineira setecentista. Como fonte, utiliza-se dos Autos de Achada da Câmara de Vila Rica, documentos que pertencem ao Arquivo Público Mineiro, por meio dos quais é possível observar elementos importantes sobre o cotidiano nas áreas de extração aurífera. A partir da análise dessa documentação, é possível identificar os atores que comercializavam naquele local, as categorias nas quais se encaixam, sua clientela, estratégias, produtos e instrumentos de venda. Além disso, por se tratarem de processos judiciais, nota-se a partir das fontes, quais eram os interesses e instituições que promoviam os Bandos, utilizados como base legal nas buscas e apreensões, e os atores que executavam as determinações das autoridades, circulando e promovendo as autuações. Dentre os casos a serem abordados, existem evidências do cotidiano de pessoas que se situam entre as práticas comerciais, a condenação do crime e a violência das sentenças. Por fim, trata-se de uma comunicação sobre uma pesquisa em desenvolvimento que busca compreender pequenos aspectos considerados importantes para o entendimento das dinâmicas que envolveram a sociedade escravista mineira do século XVIII.

Palavras-chave: Escravidão; dinâmicas de mestiçagens; cotidiano; comércio.

Comércio e abastecimento alimentar mineiro: alguns estudos e contribuições

O artigo tem como objetivo abordar as dinâmicas e aspectos do cotidiano de escravos, livres e libertos, que infringiram as determinações dos governadores da Capitania de Minas Gerais se dedicando às práticas comerciais consideradas ilegais no Morro de Vila Rica, na década de 1730. A temática escolhida vem sendo discutida por historiadores desde a década 1970, sobretudo através da investigação de trajetórias das “negras de tabuleiro”. No debate historiográfico, Luciano Figueiredo, no artigo *Quitandas e Quitutes*, afirmou que ocorria uma perigosa legitimidade dos escravos como indivíduos, a partir de sua capacidade de “consumir, beber e amar, seja nas vendas, tavernas [...] ou em torno dos tabuleiros das negras ambulantes”⁶⁹¹ após suas jornadas de trabalho.

⁶⁹¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida e MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. Cad. Pesqui.* [online]. 1985, n.54, pp.50-61. ISSN 0100-1574.

Assim, vemos que a escravidão está continuamente presente no cotidiano dessas comerciantes. As próprias vendedoras, muitas vezes, eram escravas. Além disso, os escravos empregados na mineração compunham a maior parte de sua clientela. Por outro lado, a condição de liberdade também está presente nesse cotidiano, pois muitas dessas “negras de tabuleiro” alcançaram suas alforrias através de suas vendas. Ademais, o comércio considerado ilegal em regiões mineradoras também contou com a participação, mesmo que em menor quantidade, de pessoas livres, como mostra a documentação.

Segundo a historiografia sobre o comércio e abastecimento alimentar mineiro, as vendas ilegais não foram suficientemente contidas na perspectiva das autoridades. Historiadores como o próprio Luciano Figueiredo, Cláudia Chaves, Eduardo França Paiva e Liana Maria Reis, destacam a importância fundamental desses sujeitos e práticas para o abastecimento urbano das Minas Gerais, apresentando uma relação ambígua, de contribuição à ordem escravista, por conta do abastecimento, e lapso da, pelo desvio do ouro encontrado nos jornais.⁶⁹²

Outros trabalhos importantes, como os de Sheila de Castro Faria e Débora Camilo, também apresentam imensas contribuições historiográficas às discussões sobre o diversificado comércio e abastecimento alimentar mineiro, suas práticas e atores.⁶⁹³ Em geral, os estudos se referem aos sujeitos investigados através da categoria de “cor”. Tal definição é, em certa perspectiva, simplificadora da realidade social complexa e mestiça que se conformava.

Segundo Eduardo F. Paiva, nos registros documentais da América portuguesa do século XVIII, a categoria histórica mais utilizada para descrever os sujeitos da época foi a de “qualidade”.⁶⁹⁴ Não por acaso, as vendas ilegais em regiões mineradoras são frequentemente remetidas às “negras de tabuleiro”. O termo “negra(o)”, portanto, genericamente ligado à condição de escravo, também anuncia uma descrição acerca da qualidade do maior número de pessoas atuadas praticando o comércio ilegal.

Contudo, apesar do comércio ilegal ser constantemente relacionado às negras de tabuleiro, a documentação camarária (autuações e bandos), nos revelam o envolvimento de uma grande

⁶⁹² Ver: CHAVES, Cláudia M. Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999. FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Editora da Unb, 1993. REIS, Flávia Maria da Mata. Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762). Belo Horizonte/Dissertação de Mestrado: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2007.

⁶⁹³ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras. CAMILO, Débora Cristina de Gonzaga. As donas da rua: Comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800). Editora UFOP, Ouro Preto, 2015.

⁶⁹⁴ PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. Capítulo 4.

variedade de definições de qualidades (negros, pretos, crioulos, brancos e pardos), origens (natural da Bahia, nação Mina, nação Angola, etc) e condições jurídicas (livres, libertos e escravos).

Por isso, o conceito de dinâmicas de mestiçagens, formulado por Eduardo França Paiva, é visto como fundamental para a pesquisa que se busca desenvolver. Ele nos serve como uma ferramenta útil para investigar como esses sujeitos que se consideravam e eram considerados como puros (negros, brancos, crioulos e índios), atuaram na conformação da sociedade mineira profundamente mestiçada, biológica e culturalmente. A partir disso, ainda buscamos compreender a formação e atuação de redes de sociabilidades de escravos, livres e libertos, que nos são reveladas através das autuações e bandos.

Fontes: autuações e bandos

Os autos de achada, de modo simplificado, correspondem a uma junção de diversos documentos transcritos, produzidos e compilados em detrimento de cada sujeito encontrado, em flagrante ou por denúncia, praticando o comércio em locais proibidos. Esses documentos são registrados pelo escrivão da Câmara de Vila Rica. Porém, contam com a participação, escrita e assinatura de outros personagens, como os oficiais da Câmara, outros escrivães, procuradores e testemunhas. A presença desses outros registros é fundamental para as autuações, já que elas são feitas exclusivamente para se dar cumprimento às determinações previstas nos bandos dos governadores da capitania.

Dentre o compilado de documentos juntados às autuações, estão os registros de testemunhos coletados pelos oficiais camarários e fornecidos por moradores das regiões onde as prisões ocorreram. Para auxiliar no julgamento, as testemunhas eram descritas a partir da coleta de alguns dados básicos e bastante úteis para traçar seus perfis. O caso de João da Costa é elucidativo neste sentido.

O homem foi autuado por vender cachaça e linguíça em sua casa e, para aprofundar nas investigações, algumas testemunhas foram chamadas para registrar informações sobre o réu. Neste caso, quatro homens, moradores nas regiões da Queimada e Ouro Fino, que viviam de “minerar com seus negros”⁶⁹⁵, contam e agravam a denúncia de que João da Costa estaria vendendo seus produtos aos negros e escravos, tanto em sua casa, quanto no morro. Portanto, a partir desses registros é possível esmiuçar os perfis dos delatores, dos acusados e, sobretudo, algumas das práticas, conflitos e interesses que compunham as dinâmicas do comércio ilegal.

Já os bandos são documentos que, há anos, vêm sendo estudados sob a perspectiva

⁶⁹⁵ APM - CMOP - Cx. 03 Doc. 19

linguística e discursiva. Segundo a mestra em linguística aplicada Cinthya da Silva Martins, os bandos são documentos tradicionais na administração portuguesa desde, pelo menos, o século XV através dos quais as autoridades buscaram alcançar a “boa ordem” e “sossego público”.⁶⁹⁶ Para o padre Raphael Bluteau, autor do dicionário de língua portuguesa de 1712, o bando poderia ser um “pregão público, pelo qual se faz publicar alguma ordem, ou decreto”.⁶⁹⁷

No contexto mineiro setecentista, os bandos estavam sob a responsabilidade dos governadores da capitania, que utilizavam de som de caixas para estabelecer seus decretos e ordens. Aqui, lidamos com dois bandos específicos. Pelo que indicam os documentos, as dinâmicas e os interesses por trás desses bandos executados através das autuações, eram múltiplos. Em primeiro lugar destaca-se a própria manutenção da ordem que se buscou promover por parte dos governadores. Além de afetar diretamente os ganhos dos senhores de escravos, o desvio do ouro através das vendas também poderia complicar a arrecadação dos tributos reais, como o quinto. Em segundo lugar, nota-se que os bandos são a conversão de requerimentos e reclamações de senhores de escravos, fato que também podemos observar a partir das testemunhas citadas anteriormente.

Desse modo, se sobressaíram os interesses daqueles possuidores de escravos que empregavam sua mão de obra na extração de ouro em lugares específicos, e tinham seus ganhos desviados nas vendas. Em terceiro lugar, destacam-se os interesses oficiais da Câmara que participavam das autuações. Estes eram diretamente beneficiados com as condenações. Para compreender seus ganhos, vale destacar o trecho do bando de 27 de Abril de 1722 que declarava a distribuição de

sessenta [oitavas de ouro] para a Fazenda Real, vinte para o Aferidor [e] oficiais de Justiça, e as outras vinte para a Câmara desta dita Vila, das quais darão dez ao denunciante, se o houver.⁶⁹⁸

O bando citado foi feito pelo governador Dom Lourenço de Almeida. Nele, o governador determinava que

nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja possa ter nos lugares do morro ouro podre, ouro fino, ouro bueno, córrego seco, rio das Pedras e Campinho, nenhuma casta de venda de seco ou molhado ou seja pública ou particular como também da sorte nenhuma casta de pessoa poderá vender aos

⁶⁹⁶ MARTINS, Cinthya da Silva. Ao Rufar das Caixas, LEIA-SE O BANDO: estudo diacrônico da Tradição discursiva Bando no Ceará (1670-1832). Dissertação em Linguística Aplicada (PPG Universidade Estadual do Ceará), Fortaleza, 2013.

⁶⁹⁷ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. p. 163. Acesso em: 24/06/2022.

⁶⁹⁸ APM - CMOP - Cx. 06 Doc. 21.

negros ou aos brancos qualquer gênero que seja.⁶⁹⁹

A partir deste trecho, é possível compreender e delimitar o recorte espacial de maneira mais específica e do modo como eram identificados naquele contexto. Além disso, o bando proíbe qualquer pessoa de “recolher em sua casa, de dia ou de noite, negros ou negras algumas com qualquer pretexto que seja”.⁷⁰⁰

Por fim, o governador prevê a punição para quem descumprisse suas determinações da seguinte forma: “um mês de prisão na cadeia e pagamento de 100 oitavas de ouro”. Sendo escravo, o tempo na prisão seria o mesmo. Porém, seu senhor ou senhora é quem deveria arcar com as mesmas 100 oitavas. Vale a comparação de que este valor era suficiente para comprar um escravo ou fazer o pagamento integral de uma alforria naquela época. Além disso, sendo forros ou escravos, os infratores do bando seriam açoitados no alto da Câmara. Portanto, são linhas reveladoras sobre as dinâmicas de proibição e punição para aqueles que praticavam o comércio no morro de Vila Rica.

O segundo foi o bando do conde de Galveias André de Mello e Castro, feito no dia 3 de Novembro de 1732. O documento é menos detalhista em seu conteúdo, quando comparado ao bando anterior. Neste caso, a proibição se dava, de maneira mais direcionada, a “venda alguma de qualquer pessoa que seja, principalmente, de vendas de negras cativas ou forras”.⁷⁰¹ Como pena, o bando previa a prisão “por tempo de três meses, de onde pagará, sendo forra, quarenta oitavas de ouro, e sendo cativas, as pagarão seus senhores”.⁷⁰² Ou seja, paga-se uma quantia menor cuja aplicação do valor recebido pela câmara não era revelado. Finalmente, apesar de ser permitida pelas Ordenações Filipinas,⁷⁰³ a pena de açoitamento deixa de compor os modos de repreensão, como ocorria no bando anterior.

Vendas: produtos, instrumentos, estratégias e clientela

Nos casos investigados, os rendeiros do ver e aferidores eram os responsáveis pelas autuações, que seriam redigidas pelo escrivães. Pelo que indicam os documentos, o auto de achada era escrito no momento em que essa autoridade fiscal encontra os vendedores em suas práticas ilegais, confisca seus bens e os levam presos para a cadeia. Assim, lidamos com uma rica fonte para

⁶⁹⁹ APM - CMOP - Cx. 06 Doc. 21.

⁷⁰⁰ APM - CMOP - Cx. 06 Doc. 21.

⁷⁰¹ APM - CMOP - Cx. 05 Doc. 04.

⁷⁰² APM - CMOP - Cx. 06 Doc. 21.

⁷⁰³ LARA, Silvia Hunold. Ordenações Filipinas: livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. apud DIAS PAES, MARIANA A. O tratamento jurídico dos escravos nas Ordenações Manuelinas e Filipinas. Anais do V Congresso Brasileiro de História do Direito, p. 526..

se observar quais eram as mercadorias que circulavam entre os morros de Vila Rica.

Entre os produtos líquidos confiscados e registrados nos autos de achada, estão as mais variadas formas e nomes referentes à cachaça.⁷⁰⁴ Foram encontrados pelo menos três tipos: aguardente da terra, aguardente de cana e aguardente do reino, além da própria cachaça. Além disso, nota-se a presença do vinho, azeite do óleo, vinagre, melado, mel de pau e melado.

Em relação às comidas, poderia-se compor uma mesa farta. Entre os produtos encontramos: bolo, broa, broa de milho, pão de trigo, queijo, rosquinha, pé-de-moleque, alcomonia e pão de ló.⁷⁰⁵ Além disso, entre os alimentos vendidos no Morro, dentro de cestos e tabuleiros estavam: acarajé, bacalhau, sardinha, linguiça, toucinho e angu. Ademais, outros produtos como as frutas também eram comercializados, como indica a presença de limões e laranjas em um dos tabuleiros. Por fim, para não ficar apenas entre as comidas e bebidas, encontramos o fumo, que, junto da cachaça, foi considerado como “coisa pertencente aos pretos”, pelos oficiais da Câmara que escreveram um edital anexado em um dos casos.⁷⁰⁶

Além dos produtos, outros elementos podem ser revelados nas descrições dos autos. Entre eles estão os instrumentos e algumas estratégias de vendas sobre as quais podemos arriscar a compreender. Dentre os objetos achados encontramos: cestos, tabuleiros, bilhetes de licença para venda e cinco balanças, sendo uma delas inglesa, e outra bruta. Acompanhando essas balanças, na maioria dos casos estavam os marcos. Assim, a presença desses instrumentos nos levam a pensar nas estratégias adotadas durante as vendas, como a pesagem de produtos para determinar os valores nas vendas.

Em primeiro lugar, a presença das balanças e marcos podem ser um indicativo estratégico de categorização de valores e preços para seus produtos. Além disso, nos revela, obviamente, o acesso, transporte e manuseio dessas tecnologias que permitiam a pesagem e quantificação dos produtos a serem vendidos. Em segundo lugar, pelo que mostram os registros de produtos nos

⁷⁰⁴ Valquiria Ferreira da Silva traz discussões pertinentes sobre as antigas diferenciações entre cachaça, aguardente, pinga, seus usos, disputas e significados. Ver: SILVA, Valquiria Ferreira da. De cabeça de porco à bebida de negro: Um estudo sobre a produção e o consumo da aguardente nas Minas Gerais no século XVIII. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2015.

⁷⁰⁵ Segundo Raphael Bluteau, alcomonia poderia ser uma massa de farinha com melado e gengibre. BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino. p. 53. Além disso, Francisco Eduardo de Andrade, afirma que a alcomonia seria um doce de tradição portuguesa, feito com farinha. ANDRADE, Francisco Eduardo de. Dos mantimentos às bateias mais ricas que há nas Minas: distinção do gosto na urbe setecentista, Minas Gerais. In: Revista Patrimônio e Memória (UNESP). Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 93-113, janeiro-junho de 2019.

⁷⁰⁶ APM - CMOP Cx.03 Doc.10, APM - CMOP Cx.03 Doc.16, APM - CMOP Cx.03 Doc.17, APM - CMOP Cx.03 Doc.19, APM - CMOP Cx.03 Doc.21, APM - CMOP Cx.03 Doc.22, APM - CMOP Cx.03 Doc.23, APM - CMOP Cx.03 Doc.24, APM - CMOP Cx.03 Doc.25, APM - CMOP Cx.03 Doc.26, APM - CMOP Cx.04 Doc.19, APM - CMOP Cx.05 Doc.04, APM - CMOP Cx.06 Doc.14, APM - CMOP Cx.06 Doc.15, APM - CMOP Cx.06 Doc.16.

autos de achada, as vendas ilegais no morro de Vila Rica eram feitas em pequenas quantidades.

Provavelmente, a opção pelas modestas quantias se deve tanto pela logística de transporte, quanto pela facilidade de venda de produtos que poderiam ser prontamente consumidos, ou facilmente guardados. Em terceiro lugar, pelo que revelam as proibições e casos analisados, as vendas eram praticadas em áreas selecionadas pelo critério da extração aurífera. Pelo que indicam os documentos, essas seriam áreas oportunas para a venda em pequenas porções, pois seus produtos poderiam ser trocados por pequenas quantidades de ouro que era extraído nas jornadas de trabalho de escravos, livres e libertos.

O último aspecto estratégico destacado foi notado a partir do edital de 1732, citado anteriormente. Nele, os oficiais da câmara especificaram que não seria permitida a venda de diversos produtos na proximidade limite de 100 passos dos locais de extração do ouro. Nesse sentido, é possível ter uma noção de que parte das dinâmicas estratégicas dessas vendedoras era a circulação em busca de clientes num raio de, aproximadamente, 60 metros dos locais de mineração.

Em relação à clientela, ela não é revelada com maiores detalhes, como ocorre com os produtos e vendedores. A razão é simples: as atuações eram direcionadas às pessoas que vendiam, e não às que compravam. Os bandos analisados seguem a mesma lógica, são direcionados aos comerciantes, para que não vendam a nenhuma pessoa, em locais específicos. Porém, temos alguns indicativos sobre os clientes, apesar de serem genéricos. Começando pela menção, contida nos bandos, para que a venda não fosse feita aos negros, já que faziam parte dos motivos pelos quais as queixas chegavam às autoridades.

Além disso, as testemunhas contidas em alguns casos, também nos revelam que a principal clientela de certas vendedoras era composta pelos “negros” que trabalhavam no morro. Aqui, presenciemos novamente o uso da categoria de qualidade, num emprego comumente utilizado por administradores portugueses para descrever e incluir índios, negros (trazidos da África), crioulos (filhos de africanos nascidos na América portuguesa) e mestiços.⁷⁰⁷

Assim o emprego do termo “negro” para indicar a clientela, deve ser analisado cuidadosamente para não cairmos em interpretações equivocadas. Ao escolher este termo, os sujeitos tinham noção de quais qualidades e condições estavam se referindo, suas diferenças e significados os quais ainda não são suficientemente conhecidos por nós. Contudo, devemos estar atentos para o fato de que estas são definições que fizeram parte do processos históricos das dinâmicas de mestiçagens biológicas e culturais, sobretudo das Minas setecentistas.

⁷⁰⁷ PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 178.

Nesse sentido, novamente, não devemos afirmar que apenas os negros compunham a clientela, já que o emprego da qualidade enquanto uma grande categoria poderia se referir a sujeitos que eram identificados e se identificavam de maneiras distintas. Ademais, o bando também menciona a proibição de vendas feitas a pessoas brancas, o que pode ser um indicativo de que essa prática não envolvesse apenas as qualidades daqueles sujeitos incluídos na “grande categoria” de negros.

Por fim, adentramos nas questões referentes às pessoas que vendiam no morro. Segundo os dados coletados a partir das atuações transcritas até o momento, das vinte e sete pessoas abordadas, 17 eram mulheres. Ou seja, cerca 63% dos casos de investigados até o momento, são direcionados para as mulheres. Os números ficam ainda mais interessantes quando nos damos conta de que 14 dessas mulheres foram identificadas como negras e 4 como pretas, pois notamos, novamente, o uso da grande categoria de qualidade nas descrições das vendedoras.

Porém, os dados quantitativos, apresentados dessa maneira, ainda escondem as complexas dinâmicas de atuação, articulação, identificação e classificação desses sujeitos, introduzidas anteriormente, que são melhores analisadas sob a perspectiva das dinâmicas de mestiçagens.

Dinâmicas de mestiçagens no comércio ilegal

As dinâmicas de mestiçagens foram os processos históricos que viabilizaram as misturas biológicas e culturais. Como conceito, formulado por Eduardo França Paiva, as dinâmicas de mestiçagens compõem um mecanismo, uma chave de leitura, para compreender como se davam essas misturas, quais suas condições, como eram definidas e representadas as partes, sobretudo os que se viam e eram vistos como “não mestiçados” (negros, brancos e índios).

Por isso, a escolha pelo conceito de dinâmicas de mestiçagens se justifica, pois tratamos de investigar, sobretudo, as pessoas negras, pretas, brancas e crioulas, nos processos de misturas biológicas e culturais. Ou seja, os direcionamentos da pesquisa não se debruçam sobre os produtos mestiços, mas sobre os sujeitos que se identificavam e eram identificados como “puros” (índios, brancos, pretos, negros e crioulos) na conformação daquela realidade profundamente mestiçada.

Para exemplificar e refletir sobre essas dinâmicas, partimos para o caso de Joana Massangana, presa no morro de Vila Rica, em 13 de novembro de 1731.⁷⁰⁸ Suas identificações são variadas no decorrer do documento. Inicialmente, foi associada pelos escrivães da câmara e do meirinho da Fazenda Real à sua provável origem, com o termo “Massangana”. Assim, temos a referência à categoria de “nação”, um modo comum de se identificar e solidificar a ideia de

⁷⁰⁸ APM - CMOP Cx. 03. Doc. 10

linhagem, origem e “pureza”. Além disso, encontramos uma variação na categoria das qualidades, sendo descrita como negra pelo escrivão da câmara e como preta pelo juiz ordinário.

O documento também nos revela que Joana declarou ser escrava de vários senhores. Como previa o bando, o patrono do acusado era quem deveria arcar com as custas de seu processo. Neste caso, a preta e forra Inácia Lopes foi a patrona responsável por Joana. Inácia reúne um pequeno grupo de procuradores, que intercederam a favor de sua escrava. Desse modo, notamos em primeiro lugar, uma rede de sociabilidades previamente existente em torno de Joana, e de sua senhora liberta, já que se refere a diferentes patronos, cujas qualidades não são mencionadas.

Além disso, houve a articulação de uma outra rede de sociabilidades em torno das duas mulheres africanas envolvendo sujeitos, provavelmente livres, brancos e portugueses como procuradores, conformando as dinâmicas que forjaram a sociedade mineira mestiçada. Ao fim do caso, o juiz ordinário libertou Joana da prisão, concluindo que a escrava estava apenas transportando um cesto com comida pelo morro, e não vendendo, como proibia o bando.

Por fim, outro caso, dentre vários que merecem uma cuidadosa análise, foi de Thereza, julgada segundo o bando de 27 de Abril de 1722.⁷⁰⁹ Em primeiro lugar, encontramos uma certa confusão sobre a condição jurídica e qualidade da autuada. O escrivão da câmara, em 18 de Fevereiro de 1732, mesmo dia de sua prisão, a descreve como negra, escrava de Domingos de Amorim. Logo em seguida, no mesmo dia, o escrivão do Alcaide a descreve como preta e forra. Posteriormente, seu suposto patrono, Domingos de Amorim a descreve como sua escrava, novamente conformando um complexo cenário para os processos históricos aqui investigados. Já a própria Thereza se descreve como preta e forra ao fazer um requerimento, anexado à autuação.

As testemunhas deste caso nos revelam as redes de sociabilidades nas quais a acusada estaria envolvida na região de Antônio Dias.⁷¹⁰ Ao sair da dimensão do registro, se torna palpável que, dentro dessas redes, também existiam relações afetivas, tanto positivas quanto negativas, que podem ser mapeadas entre os sujeitos que se dividiam entre os defensores, e aqueles que contribuíram para sua denúncia da ré.

De acordo com algumas das oito testemunhas que se pronunciaram, Thereza estava se “convalecendo de hua paridura que tivera e que havia poucos dias que se tinha levantado [...] ainda com molestia”.⁷¹¹ Ou seja, a acusada, no momento em que foi autuada e presa pelos oficiais

⁷⁰⁹ APM - CMOP Cx. 03 Doc. 23.

⁷¹⁰ Segundo Paiva, “as dinâmicas de mestiçagens se reverteram em formas de mobilidade, em aportes para sociabilidades e em processos de ascensão social em contextos escravistas”. PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo. p. 295.

⁷¹¹ APM - CMOP Cx. 03 Doc. 23. f. 20v.

camarários, estava se recuperando de um parto, na casa de Domingos de Amorim, o provável pai desta e de outras crianças de Thereza.

A impressão que fica, através da leitura dos relatos, é de que essa rede de sociabilidade foi convertida em uma rede de apoio, já que seis testemunhas discursaram a favor da inocência da acusada, dizendo que ela não praticava as vendas no morro. Por outro lado, apenas dois relatos fortaleceram as denúncias, sendo um deles feito por Alexandre Pinto de Miranda, que ocupava o cargo de rendeiro do ver, cujo objetivo era a arrecadação de uma parte da renda da câmara, como aponta o estudo de Luiz Alberto Ornellas Rezende.⁷¹²

Finalmente, a hipótese é de que Thereza gozava da condição de liberta no momento da autuação, mas mantinha um relacionamento ou uma conformação familiar com Domingos de Amorim, seu patrono ou ex-senhor. Provavelmente, tal relação não teria mudado independente de sua condição jurídica. Nesse sentido, a hipótese ganha força, já que existem 18 menções a Thereza como “forra”, e apenas 4 menções como “escrava”. Além disso, muitas testemunhas relataram que Thereza era vista com frequência na casa de Domingos. Contudo, o documento não nos garante que essa mulher já havia recebido sua alforria naquele momento, porém, se constituiu como um pequeno problema a partir do qual esbarramos com importantes temas historiográficos.

Anexado aos registros, existe a cópia de um recibo retirado do Livro de Receitas da Fazenda Real, reforçado pelo relato de algumas das testemunhas, que apontam que Domingos de Amorim pagou 62 mil réis aos oficiais da câmara. O bando previa que o senhor pagaria por sua escrava, caso fosse contra as ordens. Portanto, ainda é possível que Thereza fosse, na verdade, escrava de Domingos Amorim, experimentando maior mobilidade, assim como outros escravos vivenciaram, como mostram outros estudos.⁷¹³ De qualquer modo, não se descarta a possibilidade de Thereza e Domingos, junto de seus prováveis filhos, terem conformado uma família a partir das vivências afetivas que se estabeleceram enquanto ela ainda estava em situação de cativo, prática comum das dinâmicas que forjaram a sociedade mineira mestiçada, como apontam os estudos de Fabrício Vinhas Manini Angelo.⁷¹⁴

⁷¹² REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736. Dissertação de Mestrado: USP. 2015. p. 63.

⁷¹³ Eduardo Paiva usa o conceito de mobilidade, explorando os sentidos físicos, culturais e materiais, ao utilizar os casos de africanos libertos que experimentaram alguma ascensão social através da mineração. Nesse sentido, cabe utilizar o mesmo conceito de mobilidade para estudar os seus limites à luz dos bandos e autos de achada. Estes documentos determinavam até onde iria a mobilidade física e jurídica quando se tratava das vendas nas áreas de extração aurífera. PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: Idem & ANASTASIA, Carla Maria Junho. O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: AnnaBlume: PPGH/ UFMG, 2002, p. 187-207.

⁷¹⁴ ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. “Pelo muito amor que lhe tenho”: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens em Minas no século XVIII. Jundiá: Paco Editorial, 2021.

Considerações finais

Finalmente, vale ressaltar que os estudos ainda não foram esgotados. Existem documentos a serem transcritos e analisados, cuja potencialidade ainda não pôde ser explorada por completo. Mesmo assim, foi possível ter noção da riqueza de informações fornecidas pelas atuações e bandos, para se observar as dinâmicas que envolveram o comércio ilegal no morro de Vila Rica. A partir das fontes, conseguimos dar início a uma sistematização das dinâmicas jurídicas para o combate ao comércio praticado no morro que, como vimos, não se decaíram exclusivamente sobre as “negras de tabuleiro”. Além disso, foi possível notar alguns aspectos sobre o cotidiano a partir das vendas. Produtos, instrumentos, clientes e estratégias são reveladoras de complexas dinâmicas que forjaram esse comércio. Ademais, as investigações desses casos também nos colocam frente a conformação e atuação de redes de sociabilidades, relações pessoais de trocas, trânsitos, coexistências e experimentações de mobilidades físicas, jurídicas e sociais – fatores importantes para a conformação da sociedade mineira escravista.

Brechas de ‘autonomia’ escrava em Uberaba e o modo de produção escravista (1835-1872)

João Pedro Passos de Barros Borges

Resumo: A pesquisa tem por objetivo identificar aspectos econômicos e sociais de Uberaba durante o escravismo colonial a partir de escrituras e cartas de alforria, levando em conta o debate historiográfico clássico que levantou-se para analisar os aspectos do movimento e dos circuitos mercantis durante o período por parte de escravizados. Além disso, analisar como o conceito de “brecha camponesa” - a partir da compreensão do conceito de modo de produção escravista colonial - e o conceito de autonomia escrava – como forma de resistência – podem ser instrumentos necessários e fundamentais para a reconstrução do período. Por conseguinte, o trabalho pretende estabelecer a reflexão a partir das fontes da vida econômica-social dos escravizados em Uberaba-MG e, em alguma medida, contribuir para o debate historiográfico em âmbito nacional.

Introdução

Considera-se uma necessidade, compreender o papel e a ação dos escravizados nas mais variadas dinâmicas das lutas de classes. Para isso, recorre-se a uma análise que apresenta uma contradição que não é principal ao modo de produção escravista colonial. O conflito entre as classes médias proprietárias e as classes escravizadas urbanas.

Afirma-se também, modo de produção escravista colonial, pois vê nessa designação teórica os recursos suficientes para a superação do historicismo, podendo afirmar um conjunto de contradições que têm diferentes desenvolvimentos e assumem materialidade sobre a concepção de uma sobredeterminação. Tais classes e movimentos não são nem podem ser compreendidos sobre qualquer contexto, para isso, recorta-se Uberaba, a cidade que se forma no Brasil Império, que assume prosperidade econômica na decadência do império e não é um núcleo exportador de matérias primas do sudeste brasileiro. É neste acúmulo de contradições, que é como a história se apresenta, que pretende-se investigar como alguns cativos obtiveram propriedades e um caso específico e incomum aos registros cartoriais gerais, um registro de compra e venda de um imóvel de um escravizado.

São tais metodologia, fontes e recursos, os quais apresentam o pano de fundo da análise. Apresentando caminhos para a contribuição à teoria de um modo de produção único nas

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Américas, cujos pioneiros são Ciro Flamarion S. Cardoso e Jacob Gorender. Contudo, diferentemente deles, tal contribuição está lastreada na leitura de Louis Althusser⁷¹⁵ do marxismo como ciência histórica.

Contexto das determinações que atravessam Uberaba-MG

Minas Gerais é reconhecida como parte do processo de interiorização de uma experiência colonial que fazia desse país, antes de tudo, uma experiência econômica de exploração. Assim está, em Caio Prado Jr.⁷¹⁶, e é de notável postulação primária, o entendimento de uma interiorização no território colonial que não se planeja economicamente, contudo seus desdobramentos internos não podem se resumir a isso.

Portanto, retoma-se Jacob Gorender que diz a respeito da reorganização que a prática da mineração faz no interior do modo de produção. Diga-se de passagem, o aumento do número de escravizados que atrofia os preços e provoca alforrias e o fato central de que se a plantagem é existente em todo o escravismo, a mineração existiu de três à quatro séculos durante o escravismo, provocando mudanças estruturais na região:

São por demais notórios os efeitos próprios da economia mineradora: aumento rápido da população colonial, ampliação da ocupação territorial em direção ao interior, propensão marcante à urbanização, formação de ponderável mercado interno, acentuação da divisão social do trabalho e estreitamento dos vínculos econômicos inter-regionais, influência na história de Portugal e repercussão na economia europeia, em particular na Inglaterra, enfim, aguçamento das contradições entre colônia e metrópole.⁷¹⁷

Os tensionamentos que a economia mineradora colocou, não obstante, são incapazes de reduzir Minas Gerais, de tal maneira que “Há muito tempo, porém, Minas Gerais já não era somente mineração de ouro e diamantes.”⁷¹⁸, pois ela tenderiam a especialização das práticas, principalmente quando se fala da pecuária, que não se encontra como um vestígio da morte da mineração, mas como prática existente em 1765, como também a existência de atividades

⁷¹⁵ Cf. ALTHUSSER, Louis. Por Marx. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015. ALTHUSSER, Louis. O objeto de O Capital. In: ALTHUSSER, L et al. Ler O Capital II, p. 7-113. ALTHUSSER, Louis. Escritos sobre a História: 1963-1986. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022.

⁷¹⁶ PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

⁷¹⁷ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016. p. 465. a

⁷¹⁸ Ibid., p. 486.

comerciais nas chamadas *fazendas mistas*. Todas essas colocações de Gorender demonstram sua afirmação anterior de um mercado interno expandido em Minas Gerais pela mineração, mas além dessa afirmação, há em Cláudia Maria das Graças Chaves a contraposição às teorias tradicionais que a mineração deixaria somente pobreza e a postulação de que o fim da “era do ouro” ampliaria o mercado interno colonial.

Em Minas Gerais, durante o século XVIII, temos uma sociedade constituída em torno de uma atividade mercantil exportadora, a mineração. Esta definiu a forma de povoamento e colonização, mas foi através da atividade agrícola e comercial que a sociedade mineira de Setecentos se consolidou. (...) Estes agentes comerciais predominaram no mercado mineiro, a partir da segunda metade do século XVIII. Neste período, quando a atividade mineradora havia entrado em declínio, o comércio tornava-se uma atividade essencial, tanto para o abastecimento da população quanto para o incentivo às unidades produtivas.⁷¹⁹

À medida em que o declínio se acentuou, Chaves constata que as instâncias reguladoras das capitânicas se transformavam. O que possibilitou a documentação foi a regulação dos comerciantes para acumular sobre o engendramento da proto-indústria e das atividades agrícolas e comerciais. De todas as práticas, denota-se a baixa especialização e a diversificação de comerciantes, exceto na pecuária que possuíam pela sua lógica um consumidor estável e uma atividade monopolista. Após essa rápida história precedente do império mineiro (a colônia), que é quando se constitui Uberaba, região que nasceu cidade e recebe um fluxo de escravizados na dita decadência do escravismo.

Por conseguinte, cabe destacar os estudos de Uberaba sobre a escravidão, sendo assim, no período correspondente ao da pesquisa – visto que o artigo trata de 1836 até 1888 e a pesquisa aqui proposta trata de 1835 até 1865 – foi mapeado por Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior toda as *Dimensões da liberdade*, as quais, revela que havia o forte paternalismo que é posto com a brecha camponesa⁷²⁰, como também pelas promessas de liberdade que movimentam os sentidos da resistência cativa, ressaltando também esse duplo caráter, no qual os dois pólos ativamente influenciam na disputa. Ou, como expõe ao caminhar para a conclusão:

⁷¹⁹ CHAVES, Cláudia Maria de Graças. *Perfeitos negociantes: os mercadores nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 65-66.

⁷²⁰ Cf. CARDOSO, Ciro F. Santana. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. CARDOSO, C. F. Santana. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas américas*. São Paulo: Editora brasiliense, 2004. Mesmo que Cardoso e Gorender tenham traçado um extenso debate sobre o termo, considera-se ele melhor inserido numa dinâmica de economia natural e mercado interno, mas denota-se que a crítica de Gorender sobre, talvez a brecha não apresentar um caráter estrutural em todo o modo de produção ainda é um debate aberto as fontes e a análise destas.

Observa-se, portanto, que os senhores de escravos conseguiram, em certa medida, manter o controle e disciplina sobre seus escravos, utilizando-se das cartas de liberdade como artifício. Os conflitos explicitados nas ações de liberdade, como vimos acima, revelam-se de fato exceções aos padrões de conduta que se observam no exame dessa documentação. Todavia esses registros anunciam mudanças sociais em curso que nos impelem a colocar em movimento os dois pólos da relação – senhor e escravo –, de maneira a apreender como eles se auto-definem e se determinam mutuamente.⁷²¹

Como também, há outros elementos a serem levados em consideração a partir da formação social específica de Uberaba. Alessandra Gomes, em sua dissertação de mestrado, expõe como existem fatores propícios ao paternalismo na região de Uberaba, como a promessa de liberdade, que serve como um elemento que aproxima as relações, de um caráter semelhante ao das brechas camponesas, assim a partir das características demográficas afirma que “Quando se trata da menor posse de escravos, esta garantia o estreitamento da relação senhor - escravo e auxiliava na formação e perpetuação da família escrava, assim como dos acordos que redundavam em alforrias.”⁷²².

É fundamental demonstrar os aspectos paternalistas que fazem parte de uma cidade que em sua formação histórica, cresce o número de cativos ao fim da escravidão e nisso, cria relações de proximidade. Esse ponto é fundamental, pois é nele que a dinâmica das “brechas camponesas” se insere. Logo, com as características regionais e as reflexões gerais servem para reconstruir as possibilidades de relações sociais que levaram os quatro escravizados a conquistarem a liberdade, assim como, o outro a vender um imóvel.

Por conseguinte, destacando também, os aspectos das elites socioeconômicas da época, como mapeia Flávio Saldanha, que traz atenção à cidade de Uberaba pelo excepcional crescimento econômico e pela maior densidade populacional de MG em relação ao país. Assim sendo, destaca-se que mesmo com a abundância, poucos eram os perfis registrados com mais de vinte escravizados, o que demonstra ainda mais a possibilidade do caráter patrimonialista e com figuras que - nessa confusão de formação entre o público e o privado - acumulavam cargos públicos e com uma concessão de cargos de nobreza que tinha o interesse de agatanhar para o Estado. Destacando que, a relação de poucos escravizados se justifica, pois:

Diante destas observações faz-se necessário investigar a fundo a relação entre a posse de escravos e os mandatos dos vereadores uberabenses. A título de conjectura, bem sabemos que, a partir da segunda metade dos oitocentos, o número de cativos já

⁷²¹ JÚNIOR, Florisvaldo Paulo Ribeiro. Dimensões da liberdade: Borges Sampaio e os escravos na cidade de Uberaba, 1836/1888. Olhares & Trilhas, v. 6, n. 1, 2005. p. 84.

⁷²² GOMES, Alessandra Caetano. Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888. 2008. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. p. 76.

não figurava mais como meio de angariar status social se levarmos em conta os anos finais da escravidão. De certo modo, com a proibição do tráfico internacional de escravos, o cativo passava a representar, ao menos, aos olhos dos fazendeiros das áreas mais dinâmicas da economia do Império um capital imobilizado. Afinal, o escravo era uma mercadoria que se depreciava e, conseqüentemente, estava com seus dias contados. Dito em outras palavras, para estes proprietários rurais não importava comprar escravos, mas sim dispensá-los.⁷²³

Além das indispensáveis contribuições para pensar a liberdades, recorre-se a uma consideração da análise de Saldanha, ele utiliza o perfil socioeconômico em um sentido próximo a uma análise weberiana da história, como os demais autores, reforçando o paternalismo. Contudo, aqui volta-se atenção ao marxismo e, portanto, à luta de classes e como ela se apresenta. Décio Saes⁷²⁴ afirma que a classe média, os militares posteriormente a guerra do Paraguai e os escravizados, compuseram o fim do escravismo colonial, nesse sentido, a identificação da classe média urbana como proprietária, se faz fundamental e a análise de Saldanha coloca Uberaba e sua classe política e proprietária nesse paradigma de classe média, o que será importante para a análise posterior de fontes.

Apresentação de fontes

A pesquisa propõe-se a um estudo de caso que visa relacioná-lo à dinâmica estrutural. Assim, será exposto de maneira descritiva a fonte e depois relacioná-la-á a um conjunto de documentos levantados. Há muitas coisas que se repetem no ofício do escrivão, as hipotecas e manumissões, por exemplo, são das documentais mais vastas encontradas nos livros cartoriais. Visto que, não se fazia, surpresa, escravizados proprietários de moedas ou, mas em menor medida, peças de gado, para adquirirem liberdade, dada fartura de documentos encontrados no Arquivo Público de Uberaba.

O sobressalto e destaque vai de encontro ao ano de 1865, quando, um senhor identificado em outros documentos com o título de coronel, este sim, Carlos José da Silva, adentra o cartório com seu escravizado Joaquim Crioulo. Pela observação do escrivão, percebe-se que não era um fato comum os escravizados terem acesso, dado que é registrado a permissão que o seu senhor dá ao escravizado. Mas ele não somente adentrou aquele espaço, ele foi vender um imóvel.

⁷²³ SALDANHA, F. H. D. Administrar seus ofícios e o bem comum: o perfil socioeconômico das elites regionais no Sertão da Farinha Podre (1852-1888). *Locus: Revista de História*, v. 22, n. 1, 2016. p. 267.

⁷²⁴ SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Assim, no dia vinte e sete de setembro de 1865 um imóvel num valor não tão distante das alforrias negociadas naquele mesmo cartório, estava sendo vendida por um escravizado que em nenhum outro documento aparece liberto por acúmulo de pecúlio, concessão condicionada, nem nenhuma das práticas citadas anteriormente. No valor de quatrocentos mil réis ele vende um imóvel, cem mil réis de diferença do valor da compra do escravizado ladino, João de Nação, comprado pelo proprietário de Joaquim Crioulo, Carlos José da Silva, dia treze de março de 1843. Mas, para além do resumo da fonte, sua transcrição revela mais aos olhos dos historiadores.

Junto à venda de um imóvel por um escravizado, há um desconhecido que o compra, ele não aparece como coronel, proprietário, escravizado; não há nada que o liga à condição alguma. Mas esse homem, não está nas mesmas condições de poder e hierarquia do proprietário de Joaquim Crioulo e esta diferença não está (somente) no título de coronel, está no fato de que as testemunhas que assistiram e registraram a compra e venda do imóvel, testemunharam para dois homens analfabetos. Assim, fora de *Vidas Secas*⁷²⁵, a língua importa para homens que vão a um estabelecimento de um tipo burocrático específico e não podem usufruir da legalidade normativa e posta, pois não podem assinar seus nomes.

Infelizmente, o comprador analfabeto, Cândido José Maria, não aparece em mais nenhum documento respectivo ao catálogo para estudos da escravidão⁷²⁶. Poderia ele, então, mais que um escravizado, ser um branco pobre. Já Joaquim Crioulo e seu proprietário aparecem em uma ficha criminal. Pois, aparentemente, no fim daquele mesmo ano, nove de novembro de 1865, um escravizado roubou gado que estava em poder do Joaquim.

O roubo foi na casa de propriedade do escravizado, Joaquim Crioulo, e como a ficha criminal afirma, permitida pelo seu senhor. O roubo foi para sanar uma dívida no valor de quarenta e sete mil e tantos réis, este sim, bem superior a muitas manumissões e até hipotecas da época e, essa estratégia contraditória, visava vender quatro rezes, duas vacas e dois garrotes. Mais interessante que a dívida, é o outro escravizado estar pensando em vender ao Tenente, fato que se efetou, mas consumiu uma das vacas e vendeu o restante. A outra única certeza que temos sobre o escravizado, é seu posto, cadete.

O cativo jurídico e a autonomia perante as classes médias proprietárias

⁷²⁵ RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

⁷²⁶ UBERABA, Catálogo Documental para o Estudo da Escravidão em Uberaba. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, 2018.

As fontes sempre demonstram a complexidade da conjuntura. Neste caso, não é diferente. As condições de negociação não são somente uma “brecha camponesa” na atividade pecuária, do qual Joaquim Crioulo foi furtado, mas uma propriedade que comprada ou não com o pecúlio da atividade rural que tentaremos demonstrar que é o mais provável, representa um sentido que não o da liberdade.

O patrimonialismo foi destacado por outros pesquisadores de Uberaba e, certamente não exageraram, na medida em que é possível constatar ciclos de alforrias compradas e, para a surpresa dos ideólogos legalistas do império, tais práticas precederam a Lei do Ventre Livre, que permitia tal prática. Retoma-se, portanto, Décio Saes⁷²⁷ e sua análise sobre o Estado Imperial e a centralização dos poderes constitucionais e as legislação abolicionista como práticas necessárias para postergar as determinações econômicas de uma estrutura produtiva erigida sobre o escravismo colonial. Para dar maior ênfase, utiliza-se da tese de doutorado de Marcos Queiroz⁷²⁸, que para não gastar demasiadas linhas, apresentou como que o medo da revolução haitiana em face da Revolução Pernambucana de 1817, de Palmares, das insurreições mineiras de 1765 até as vésperas da independência, instaurou um clima de medo na constituinte que se não transpassou ao texto constitucional a palavra “escravo”, centralizou os poderes constituintes para tentar salvaguardar a escravidão na forma das práticas institucionais. Assim, as alforrias e práticas que são legalizadas no restante do texto de cada lei que se aproxima da abolição, é uma tentativa de ceder aos escravizados para manter a ordem vigente.

Como afirma Queiroz, o sujeito de direito da constituição de 1824, é um branco proprietário e sem a universalização de uma relação social jurídica que só pode vir com o capitalismo. A necessidade intrínseca ao escravizado de não ser coisificado, o fez eventualmente sujeito de direito, caminhando a ferro e fogo nos meios rurais para a abolição e abrindo margem para a negociação para que evitassem fugas nas cidades. Como debate Von Erkert, as relações de “brecha camponesa” eram submetidas as relações sociais escravistas, portanto a integração do cativo como sujeito de direito era eventual :

A condição real observada na concretude das condições sociais, precede o arranjo político-jurídico que permite ao capitalismo a aplicação de sua força total na circulação e acumulação de riqueza. Neste sentido, não seria correto afirmar, por exemplo, que a abolição da escravidão, em 1888, tenha acontecido em

⁷²⁷ SAES, Décio. A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

⁷²⁸ QUEIROZ, Marcos. Constitucionalismo brasileiro e o atlântico negro: a experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Hatiana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

atencipação e preparação para a implementação de um novo modo de produção prevalente e capitalista no País, mas antes ao contrário. Inserido como nunca deixou de estar o Brasil no cenário mundial, apesar de apresentar a especificidade do modo de produção escravista colonial, reverberou as mudanças históricas que avizinhavam o capitalismo, e é possível dizer que, neste momento, algumas de suas características concretas de funcionamento estavam presentes.⁷²⁹

É a sobredeterminação específica do império, que, rompido os laços com as classes metropolitanas portuguesas, têm na Inglaterra uma pressão por um mercado consumidor e uma ampliação das forças produtivas para o encaminhamento de uma transferência de matérias primas e, portanto, a antiga tese pradiana. Só que agora, tal tese assume o verniz das contradições internas de classe, dada a insustentabilidade das classes coloniais no Brasil e das classes burguesas na Inglaterra. Tal pressão, reveste o Estado brasileiro, não de uma alienação, mas de suas determinações materiais internas que não enxergam a finalidade abolicionista ou capitalista. Portanto, legaliza práticas de resistência individual que caminham para uma sujeição incompatível com as necessidades do escravismo colonial, ampliando então, o mercado interno.

Contudo, as contradições, como exposto anteriormente, não se desenvolvem em pé de igualdade, como uma totalidade com um presente ontológico, pelo contrário a classe escravizada rural era a contradição principal do escravismo colonial, a qual se defrontava com a classe fundiária e à economia mercantil-exportadora. Já, a urbana, é uma classe que se encontra majoritariamente e aqui se confirma, com a classe média.

Mesmo assim, levanta-se questionamentos a respeito do espírito abolicionista dessa classe, pois em Uberaba as determinações do escravismo colonial não parecem um resquício, mas constituem a lógica e a racionalidade econômica. Na medida em que observa-se uma fiança feita na garantia do corpo de um escravizado em 1867, depois dos eventos do caso estudado e da Lei Eusébio de Queiroz, como também, uma data extremamente próxima da Lei do Ventre Livre; não obstante, as hipotecas, mesmo que fiquem recessivas às vésperas da abolição, caminham com estabilidade relativa e, ocorrem majoritariamente após a abolição do tráfico negreiro, o que já indicaria uma suposta “virtude abolicionista” se fosse o caso; para além, a penhora de escravizados que não denota expressivo número, sendo somente seis, apresenta documentação em 1880.

Logo, não é possível falar que tais contradições ensejassem qualquer interesse abolicionista por parte das classes médias, pois caso contrário, nenhum devedor aceitaria dívida feita em tal

⁷²⁹ VON ERKERT, Jonathan Erik. Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica. São Paulo: Ideias e Letras, 2018. p. 133.

unidade de valor ou garantia. O que reforça tais atitudes dos escravizados, ao se inserirem ou no mundo jurídico ou no mercantil, como uma prática de resistência pela própria melhora na condição de vida, colocando-se em antagonismo com a exploração de seu corpo e mão-de-obra. Agora, os próprios denominados ciclos, que foram assim escolhidos pelos buracos que se encontram no levantamento, revelam informações interessantes. Pois, quando observa-se a totalidade de hipotecas, descobre-se que ela é de razão inversa ao número de alforrias compradas, estas que variam entre renda monetária e peças de gado, implicando que há grandes chances do peculium partir de trabalhos feitos e comercializados a partir do gado, ou da própria venda deste.

Assim sendo, mesmo que as liberdades tenham sido esparsas em todo o período imperial, chegando até um ano antes da abolição por lei, há um desencontro específico nos momentos mais massivos das hipotecas em relação às liberdades compradas. Para maior clareza, partindo de modo regressivo, entre 1877-1879, não há liberdades compradas, mas há cinco hipotecas; no ciclo mais expressivo de hipotecas, entre 1861-1867, há uma única liberdade comprada e vinte e quatro hipotecas; e, mesmo sendo esparsas, as liberdades que começam antes, começam em um padrão de duas por ano, enquanto a hipoteca começa em uma. Podendo inferir uma relação de contradição curiosa no momento do caso estudado.

A suposição feita aqui, é que, se o perfil não é um abolicionista e as operações ainda se mantêm sobre uma razão escravista, o imóvel é parte de uma concessão maior para salvaguardar as determinações de produção. O binômio acomodação-resistência olhado sobre a óptica das forças produtivas e relações de produção (baixa densidade populacional equivale a baixo nível de forças produtivas), revela que o senhor não quer perder seu cativo e em momento de maior proeminência das liberdades, negocia. Há também o fato de que a escassez poderia agudizar a contradição principal do escravismo colonial: a lei da inversão inicial de aquisição do escravo. Como especifica Gorender:

Do exposto acima, decorre uma lei específica ou monomodal do modo de produção escravista colonial, assim formulada: *a inversão inicial de aquisição do escravo assegura ao escravista o direito de dispor de uma força de trabalho como sua propriedade permanente e simultaneamente esteriliza o fundo adiantado neste puro ato de aquisição, repostos à custa do excedente a ser criado pelo mesmo escravo.*⁷³⁰

⁷³⁰ Op cit., 2016. p. 221

Tal proposição de escassez, no sentido estrito dos preços e não do medo dos proprietários, corresponde a um cenário instável em que condições outras determinam os preços das hipotecas, o que explica que no início da década de 1860 até 1862 os escravos hipotecados possuam um valor tão alto, e, posteriormente, decaem e sejam adicionadas propriedades de terras que atrapalham o cálculo do valor, mas que creditando Saldanha, os preços dos escravizados tendem a cair até a abolição. No entanto, o repentino aumento dos preços depois de um ciclo de liberdades, configura que tal hipótese, impulsionada por demais fatores, apontam para a essência de um mesmo fenômeno.

Deste fruto, o escravizado urbano pôde assumir uma personalidade jurídica, possuindo propriedade privada, que denota uma posição de resistência individual impulsionada por uma resistência da classe escravizada rural. Assim, a sobredeterminação nas formações sociais urbanas permitia tais fenômenos na medida em que dentro do modo de produção escravista colonial dominante sobre o modo de produção dos cultivadores não-escravistas, emergia uma formação social plantacionista latifundiária⁷³¹ que abriria espaço para um modo de produção com marcantes traços de coronelismo e dependência não-escravista. De tal modo, que no ano da abolição existem três contratos de locação de serviço, estes todos, de escravizados que devem a seus senhores e, livres, vão trabalhar em suas propriedades, revelando o coronelismo e a liberdade não-assalariada e dependente, sim dependente.

Conclusão

Conclui-se, portanto, que para encarar os desafios do presente: o racismo, as mentiras dos ideólogos e a emancipação. O estudo do modo de produção é fundamental, visto que pensar seu fim é pensar como a transição opera, pensar sua articulação com o racismo é pensar a formação social brasileira e seus desafios e posto tudo isso, pensar a resistência dos escravizados é um ponto de referência que não pode ser resumido a uma acomodação, como se esta fosse o limiar das possibilidades.

Do caso citado, sua exclusividade demonstra um momento de crescimento de escravizados hipotecados em relação às liberdades compradas, o que, em Uberaba, apresenta uma relação de razão inversa. Considera-se, portanto, que há uma contradição agudizada entre a classe escravizada

⁷³¹ GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org). A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

urbana e a classe média proprietária de mão-de-obra escrava, pois o tensionamento das liberdades compradas, que começam pela década de 1840, tendo como registro mais antigo 1835, no caso da Alessandra e vão até o final do império apresentam ciclos espessos dentro dos esparsos documentos e fora da espessura tais buracos são coincidentes com os atos de hipoteca.

Dito isto, revela-se não uma relação mecânica entre as práticas, mas sim a sobredeterminação. Quando se fala, então, da venda de uma propriedade privada, de um escravizado, está se referindo a um ciclo cujas hipotecas expandiram-se e o número de escravizados comprando suas liberdades decaiu, e de todos os cenários, é nesse momento específico da compra e venda do imóvel, que esse fluxo se tornou mais distante, o que revela uma maior agudização das contradições urbanas antes da Lei do Ventre Livre.

Por fim, enuncia-se resultados: a classe média proprietária não tinha em Uberaba, interesses abolicionistas; a maior parte das “brechas” que explicariam a presença de renda por parte dos escravizados se relaciona a pecuária, forte desde a mineração e seu fim; as “brechas” afetaram a lei de inversão inicial de aquisição do escravizado, tensionando a luta de classes; as possibilidades jurídicas de emancipação não foram de todos e ainda se mantinham resistras, necessitando de uma agudização provocada pelas liberdades compradas para que ocorresse a sujeição jurídica de uma propriedade privada, podendo então vendê-la em um ato de resistência individual.

É nesse emaranhado de contradições que um escravizado cadete rouba outro escravizado por dívida. São nessas circunstâncias que todos os movimentos, para evitar moralização e reducionismos psicológicos devem habitar o conceito de modo de produção A contribuição presente é demonstrar um ciclo estruturais como explicação de um elemento cotidiano e então, questionar para postulações futuras, qual o imbricamento possível entre as relações de penhora, hipoteca e fiança com o binômio acomodação-resistência.

A escravidão brasileira em fins do século XIX, pela visão da alemã Ina Von Binzer

Maráisa Assis

Resumo: Ina Von Binzer foi uma preceptora alemã que veio para o Brasil no ano de 1881, e permaneceu até 1883. Ao longo de sua estadia nos trópicos, Ina escreveu inúmeras cartas destinadas à sua amiga Grete, que mais tarde foram publicadas na Alemanha no formato de um livro intitulado *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien*. A obra foi traduzida para o português e publicada no Brasil no ano de 1956. Ao longo das cartas a preceptora dormula e modela dadas visões sobre o Brasil e a cultura brasileira em fins do século XIX, sendo o sistema escravocrata brasileiro e o povo negro um dos principais temas tratados em seus relatos. Mediante a isso, o presente estudo visa promover uma investigação analítica e reflexiva sobre a visão de Ina acerca da escravidão brasileira a qual, de acordo com a educadora, caminhava para seu inevitável fim. Como aparato metodológico, foi realizada uma revisão bibliográfica e a análise das cartas escritas por Ina, além disso buscou-se demarcar como, em alguma medida, tais correspondências colaboraram e reafirmaram as representações e descrições dos sujeitos marginalizados na ordem discursiva euro-ocidental. Portanto, o trabalho pretende abrir espaço para pensar tanto sobre uma visão estrangeira alemã da escravidão brasileira em fins do século XIX, quanto sobre as práticas discursivas europeias de representação do Outro, além de refletir sobre a escrita feminina no final do século XIX, escrita essa demarcada por questões de gênero.

Palavras-chave: Ina Von Binzer, Escravidão brasileira, Gênero.

Notas introdutórias

O século XIX foi marcado por modificações nas configurações globais, sobretudo na percepção do homem sobre o mundo. Essas transformações foram estruturadas, principalmente, a partir do encontro com o Outro, por meio das viagens realizadas com destino a territórios estrangeiros pouco explorados até o momento⁷³². Assim, se estabeleceria o período que ficou conhecido como “o século dos viajantes”⁷³³. Segundo Eneida Sela: “cada um à sua maneira registrou sua permanência (às vezes longa, outras muito breve) e descreveu de modo mais ou

⁷³²O final do século XVIII e início do século XIX, demarcou o que conheceríamos por Capitalismo Industrial que ocasionou crescentes e numerosas inovações tecnológicas, destacando-se as modificações e os aprimoramentos no campo da comunicação e do transporte, o que impulsionou a realização de viagens na busca de conhecer novos territórios e espaços. Principalmente a partir do século XIX, houve um considerável aumento no número de viajantes com destino ao continente americano tendo como objetivo “desbravar” o “Novo mundo”, e suas potencialidades.

⁷³³RITZKAT, Marly. Gonçalves. Bigalho. A vida privada no segundo Império: pelas cartas de Ina Von Binzer (1881-1883). São Paulo: Atual, 1999, p.10.

menos proposital, as viagens que realizou⁷³⁴. Destaca-se ainda que, no referido século, um destino muito comum dessas viagens foram os trópicos brasileiros, nos quais ainda se tinha muito a conhecer e a explorar.

A partir dessas viagens, foram produzidos inúmeros relatos, elaborados por homens e mulheres que se aventuravam em jornadas, muitas vezes, com destinos e propósitos diferentes. Os escritos produzidos podiam ter, dentre numerosas tipificações: o caráter científico, como no caso dos viajantes naturalistas, como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire; ou o caráter educacional, haja vista que, como nos mostra Tania Quintaneiro, o mundo passou a ser visto como uma escola e o seu desbravamento foi posto como essencial no processo de amadurecimento intelectual dos sujeitos, de modo que passou a ser amplamente incentivado que os indivíduos fossem estudos fora do seu país de origem. Esse incentivo, muitas vezes, era feito exclusivamente para homens⁷³⁵. Na época moderna, essas viagens eram estimuladas como forma de aquisição de novas perspectivas culturais e de ampliação da visão sobre o outro. Tais experiências se apresentavam, majoritariamente, como essenciais ao homem moderno.

Não menos importante, as viagens também foram, por um longo período, realizadas por profissionais da educação que viajavam para outros países com o objetivo de ocupar cargos de preceptores. No Brasil oitocentista se apresentava como algo comum que viajantes, principalmente mulheres, viessem e se abrigassem nos lares brasileiros com o intuito de cuidar da educação das crianças e dos jovens dessas famílias. Como exemplificação dessas viajantes, encontra-se Ina Von Binzer, objeto de análise do presente trabalho, a qual “chegou ao Brasil em 1881, e foi com olhos de quem vem de fora, com um olhar estrangeiro, que ela observou e registrou o cotidiano brasileiro em fins do século XIX”⁷³⁶. Enquanto permaneceu em terras brasileiras, durante os anos de 1881 a 1883, Ina escreveu 40 (quarenta) cartas⁷³⁷, que foram destinadas à sua amiga Grete, na Alemanha.

Ina Von Binzer nasceu em 03 de dezembro de 1856, na cidade de Lauenburg, ao norte da Alemanha. Sua educação escolar se deu em Arriberg, na Vestfália. Durante o período de um ano, frequentou um colégio interno, em Soest (Vestfália), onde teve sua formação para atuar como

⁷³⁴SELA, Eneida Maria Mercadante. Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008, p. 20.

⁷³⁵QUINTANEIRO, Tania. Retratos de mulher: a brasileira vista por viajantes ingleses e norte-americanos durante o século XIX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

⁷³⁶RITZKAT. A vida privada no segundo Império, p. 19.

⁷³⁷A partir de um compilado dessas cartas escritas por Ina Von Binzer, foi publicado na Alemanha, no ano de 1887, o livro intitulado: *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien* (Disponível: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2697>> Acesso: 15 de março de 2022). A obra foi traduzida para o português e publicada no Brasil no ano de 1956, com o título: “Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil”.

professora⁷³⁸. Após a morte de sua mãe, a jovem alemã viu-se obrigada a cuidar de sua família. E, somente depois de um ano, seguiu a profissão de professora, inicialmente na cidade de Königsberg, na Prússia. No ano de 1881, Ina desembarcou no Brasil⁷³⁹ mediante um contrato estabelecido com um importante fazendeiro no interior do Rio de Janeiro, pelo qual trabalharia como preceptora e educadora dos sete de seus doze filhos⁷⁴⁰.

Posto isso, o presente artigo se propõe a analisar e compreender como a preceptora Ina classifica e constrói uma narrativa discursiva acerca do negro e do sistema escravocrata brasileiro, buscando demarcar como, em alguma medida, suas cartas colaboravam e reafirmavam parte das representações e descrições dos sujeitos marginalizados na ordem discursiva euro-ocidental. Para isso, foram utilizadas como principais fontes análise duas correspondências escritas por Ina⁷⁴¹: S. Francisco, 14 de agosto de 1881 e São Sebastião, 17 de novembro de 1882. Autores como Mary Louise Pratt e Michel Foucault foram essenciais nas reflexões que perpassam a formulação de práticas discursivas da alemã sobre o Outro. Ademais, para compreender a influência da condição de mulher de Ina sobre suas experiências enquanto viajante e escritora, utilizou-se a conceituação de gênero proposta por Louise Tilly. Para a autora, a História das Mulheres, pautada nas relações de gênero, deveria ter o compromisso de descrever as experiências vividas por mulheres ao longo da história, sem tirar de vista as interpretações e explicações, de modo que o foco de análise estaria na prática e não nas construções das representações sócio-históricas do feminino⁷⁴².

A formulação de uma escrita sobre o Outro: a ordem discursiva euro-ocidental

⁷³⁸RITZKAT. A vida privada no segundo Império, p. 22-23.

⁷³⁹No final do século XIX, o sistema educacional público alemão preferia realizar a contratação de professores do sexo masculino para os cargos públicos. E, assim, para as mulheres professoras, sobravam os institutos educacionais particulares e/ou os cargos de preceptora. Evidencia-se que, a partir da segunda metade do século XIX, na Alemanha, o cargo de preceptora se estabeleceu como uma profissão um tanto promissora, de modo que inúmeras famílias da burguesia, seguindo o exemplo da aristocracia, faziam a contratação dessas profissionais para cuidarem da educação de seus filhos. Cabe ressaltar que inúmeros fatores podiam contribuir para que professoras alemãs tentassem a sorte em países estrangeiros como preceptoras. Além de serem muito bem-conceituadas no ramo da educação, “o salário era o que mais se atraía a se aventurar em terras distantes. Se na Alemanha o salário de uma preceptora variava entre 300 e 1500 marcos, no exterior as promessas de ganho eram bem maiores”. RITZKAT. A vida privada no segundo Império, p. 23.

⁷⁴⁰RITZKAT. A vida privada no segundo Império, p. 23.

⁷⁴¹As duas correspondências selecionadas fazem parte do livro que reúne as cartas escritas por Ina Von Binzer durante sua estadia no Brasil, nos anos de 1881 a 1883. Segue a referência bibliográfica do livro que as cartas foram tiradas: BINZER, INA VON. Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 2º ed. Trad. Alice Rossi e Luisita da Gama. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁷⁴²TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu, Campinas, n. 3, p.29-62, 1994.

No século XIX, a literatura de viagem sobre o Brasil se tornava cada vez mais ampla, e o país tropical era uma verdadeira atração para os países europeus e os Estados Unidos da América. A teórica Karen Lisboa explica que esse considerável fluxo de viajantes pode ser explicado mediante algumas razões de ordem prática, ao expor que:

em relação ao restante da América Latina, viajar no Brasil era mais seguro devido à relativa estabilidade política e a presença de muitos estrangeiros; igualmente era possível fazer-se uma longa viagem, passando por regiões muito diversas, sem o transtorno de cruzar fronteiras. A melhoria dos meios de transporte e de comunicação e a difusão de notícias acerca das riquezas e das possibilidades econômicas do país também motivaram a vinda de muitos estrangeiros, além do apoio que os naturalistas e exploradores recebiam de D. Pedro II.⁷⁴³

Em relação às razões menos práticas, que motivavam a vinda dos estrangeiros para os trópicos, estava a magnitude de estudos da natureza e da multiplicidade étnica possíveis no país que vinha ganhando um importante espaço nas análises e estudos de pesquisadores oitocentistas, que tinham o Brasil como um verdadeiro laboratório de análise e pesquisa⁷⁴⁴. Por meio dessas ditas literaturas de viagem, aos poucos, foram se formulando e constituindo um imaginário estrangeiro sobre o Brasil, que se espalharia cada vez mais pela Europa.

Conforme aponta Eneida Sela, os registros de viagem eram marcados por “vigas intelectuais”⁷⁴⁵ próprias de cada viajante e de sua respectiva bagagem cultural, a qual conduziria e constituiria o olhar e registro sobre o estrangeiro. Além disso, os escritos eram demarcados por uma alteridade, uma vez que ao escrever sobre o Outro buscavam, recorrentemente, se diferenciarem, projetando-se, recorrentemente, como superiores. No entanto, não podemos deixar de ressaltar que esses indivíduos eram observadores um tanto privilegiados da realidade do outro, haja vista que podiam fazer o exercício de estranhamento dos códigos culturais⁷⁴⁶ estabelecidos pela cultura estrangeira postulando, assim, a construção de um olhar sistemático sobre a cultura alheia, mesmo diante das limitações que perpassavam tal observação.

⁷⁴³LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 271.

⁷⁴⁴LISBOA. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX, p. 272.

⁷⁴⁵Conceito utilizado por Eneida Sela em sua obra: *Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Segundo a autora, as observações e os relatos produzidos pelos viajantes constituíam-se por meio de “vigas intelectuais”, as quais conduziam os seus olhares e moldavam a formulação dos registros produzidos sobre o outro e seu espaço cultural. SELA. *Modos de ser, modos de ver*, p.21.

⁷⁴⁶GEERTZ, Clifford. *A Interpretação da Cultura*. 1ªed. 13ªreimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

A literatura de viagem sobre os trópicos brasileiros foi, recorrentemente, publicada em livros e folhetins, e difundidas por toda a Europa que, a partir desses relatos, ia arquitetando-se uma visão eurocêntrica e estereotipada sobre o Brasil, seus habitantes, hábitos culturais e sociais. Essas descrições nem sempre eram verídicas e condizentes com a realidade estrangeira observada; Ina von Binzer, por exemplo, em sua primeira carta escrita sobre o Brasil, datada de 27 de maio de 1881, descreve uma certa frustração ao se deparar com uma situação diferente do que esperava encontrar, a preceptora relata:

A segunda desilusão vai ser para vocês minha viagem do Rio de Janeiro até cá: não lhes poderei contar nenhum assalto dos indígenas e nem mesmo uma luta contra os tigres, quando no mínimo vocês esperavam uma descrição de cobras gigantes. Tendo chegado até cá sem incidentes, reconheço, de antemão a inferioridade em que me encontro diante de vocês, comparando-me a outros viajantes dos trópicos [...] se ao menos pelo caminho se tivesse partido uma das rodas ou se o cocheiro preto este sim, um autêntico escravo tentasse jogar-nos num despenhadeiro para vingar-se de algum castigo recebido! Mas, devo confessar humildemente que ele nos observava com bondade, olhando-nos de cima do seu narigão chato, sem pensar em nenhum precipício.⁷⁴⁷

Observa-se que nesse pequeno trecho emerge o que podemos considerar como uma retórica abolicionista-humanitária. Isto é, Ina relata “não ter visto” o que esperava, ou seja, a natureza bravia, mas ironicamente viu o que já esperava a partir de um discurso liberal da época, o qual pregava a desumanidade da escravidão. Diante disso, seu relato se mostra como um indicativo tanto das “fantasias” que foram frustradas, quanto daquelas as quais ela “confirmou. Tal fato nos mostra e reafirma a ocorrência de um caráter um tanto ilustrativo e fantasioso o qual era recorrentemente descrito sobre o Novo Mundo nos relatos de viagem, e que, em alguma medida, iam moldando os olhares e as expectativas dos sujeitos acerca do que poderiam encontrar nos trópicos.

Diante da formulação de tais narrativas, a fim de entender as construções discursivas europeias sobre outro, pode-se, inspirados pela teoria foucaultiana que propõe uma arqueologia do discurso⁷⁴⁸, utilizar o conceito da episteme para poder pensar e compreender as produções de tais práticas discursivas presentes nos relatos de viagens, de modo que seria a partir de tal conceito que talvez possamos pensar sobre uma coerência de discursos colônias que se formularam sobre o

⁷⁴⁷BINZER. Os meus romanos, p. 17.

⁷⁴⁸Michel Foucault (1929-1984) se debruçou sobre as relações entre o poder e o conhecimento, buscando examinar como eles exerceriam conjuntamente uma forma de controle social através das instituições sociais. Posto isso, o teórico considera a noção de episteme como um conjunto de regras que orientam a produção do saber em uma dada época. In: FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Brasil ao longo do século XIX, e que propiciavam a projeção de uma certa ordem discursiva euro-ocidental, responsável pela constituição de uma imaginário sobre o dito Novo Mundo.

Ademais, Pratt (1999) mobiliza outros conceitos que também contribuem na para a compreensão dos viajantes e suas formas de relatar e mesmo classificar o que experimentaram em territórios estrangeiros. A autora traz uma reflexão sobre os perigos da escrita no que ela denomina por “zona de contato”⁷⁴⁹, caracterizada pela presença de sujeitos antes historicamente e geograficamente separados se encontram e, em alguma medida, interagem entre si, pensando nesse caso nos encontros coloniais. No decorrer do encontro com o outro o relato do viajante é moldado e demarcado, não só a partir do que esse tem conhecimento, mas também por meio daquilo que vê e ouve dos indivíduos e dos lugares os quais analisa, logo o viajante faz, por meio dos seus escritos, uma “transculturção”⁷⁵⁰ que depois, em forma de literaturas de viagem, esse conhecimento colhido é estruturado e difundido pela Europa.

Visões interculturais alemãs sobre o sistema escravocrata brasileiro

Apesar dos inúmeros empecilhos enfrentados por Ina Von Binzer, devido a sua condição de mulher que também, resgatando as teorias de Louise Tilly, teriam implicado na determinação de sua trajetória e experiência, a alemã, em território brasileiro, pode usufruir de uma visão privilegiada. O fato de ser preceptora de crianças e jovens lhe permitia conhecer as intimidades das famílias brasileiras com as quais estabeleceu contato, e isso a possibilitou que escrevesse tanto sobre a vida privada, quanto sobre alguns aspectos da vida pública. Observa-se, portanto, que, Ina possuía consciência do privilégio de observação que detinha, ao registrar:

Neste particular nós, as professoras levamos vantagem em relação aos comerciantes e outros europeus dentre os quais muito poucos se afastam das cidades marítimas, e a maioria depois de dez ou vinte anos retorna à Europa sem conhecer o reto do país e muito menos a vida real dos brasileiros, ao passo que, convivendo na intimidade deles temos a ocasião de observar de perto toda a trama.⁷⁵¹

⁷⁴⁹PRATT, Mary. Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturção. Trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. São Paulo: EDUSC, 1999.

⁷⁵⁰O conceito de “transculturção” formulado na década de 1940 pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz, foi retomado na obra de Pratt (1999) para a compreensão dos relatos de viajantes sobre o outro. Segundo esse conceito, no contato com o outro, acontece um movimento de transformação cultural bilateral, isto é, ocorrem alterações na cultura do colonizado e na cultura da metrópole. A transculturção é um fenômeno da zona de contato. In: PRATT. Os olhos do império.

⁷⁵¹BINZER. Os meus romanos, p. 119.

Ademais, é importante ressaltar que, como aponta Lisanea Machado,

Ina atravessou não só as fronteiras geográficas, históricas políticas, econômicas e sociais, mas também fronteiras culturais. Sua escrita cumpre, então, um papel de afirmação cultural, à medida que a autora se torna agente construtora de identidade e alteridade das culturas alemãs e brasileiras.⁷⁵²

Posto isso, dentre os relatos que Ina fez sobre a sociedade brasileira oitocentista, neste trabalho, como foi posto, será analisado exclusivamente as questões que a preceptora formula sobre o negro e o Sistema Escravocrata brasileiro, buscando mapear sobretudo o modo como Ina viu, descreveu e classificou o negro, tomando como ponto de partida a análise do que efetivamente registra em suas cartas, bem como os pressupostos implícitos em seus escritos. Dito isso, para iniciar as discussões, a teórica Ilka Leite propõe que de maneira geral, o europeu:

será sempre um branco vindo de países civilizados, que se considera superior aos brancos do lugar e procura entender as diferenças. O negro, este entra de modo lateral (...) No país desconhecido, há diversos graus de ser “outro”, e o “negro” seria um grau bem inferior.⁷⁵³

De modo geral, o negro não era palco central dos discursos e registros de viajantes europeus, no entanto, recorrentemente, apareciam nos relatos mesmo que de forma secundária, haja vista que tais personagens integravam parte significativa da realidade brasileira oitocentista. Tais aparições aconteciam seguindo um dado padrão, que os inferiorizavam mediante a sua condição escravista e racial. Nas cartas aqui analisadas, essa inferiorização do negro fica claro quando Ina afirma que:

não se pode exigir dessa raça que se acha escravizada há tantas gerações, concepções pessoais altamente civilizadas, nem pretender que adotem nossos conceitos sobre liberdade, em relação ao homem, e de honra em relação à mulher, o que seria uma aparição vã ou poética.⁷⁵⁴

Nesse trecho, fica nítido como Ina inferioriza o negro, ao colocar em evidência, por exemplo, aspectos sobre a noção de civilização, formulada pelos preceitos europeus, apontando como essa era distante da realidade desses sujeitos, e como não poderia ser alcançada por eles, haja vista a sua condição racial e de escravização por um longo período. Os viajantes tendiam a registrar

⁷⁵² MACHADO, Lisanea Weber. O romance epistolar de Ina Von Binzer: um documento de interculturalidade brasileiro-alemão. Dissertação (Mestrado em Literaturas Modernas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2010, p. 32.

⁷⁵³ LEITE, Ilka Boaventura. Antropologia da viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996, p.03.

⁷⁵⁴ BINZER. Os meus romanos, p. 38.

aquilo que lhes parecia exótico no mundo estrangeiro, afim de delimitar, em linhas claras, uma diferença entre outro e o europeu. Segundo afirma Ilka Leite:

A população negra foi aprioristicamente abordada como diferente do resto da população por sua procedência – tomada como origem e fenótipo – principalmente a cor da pele (...) A marca da escravidão estava na pele, nos traços fisionômicos e em toda parte. Carregava significados visíveis e rapidamente detectados pelos europeus que por aqui chegava.⁷⁵⁵

Contudo, apesar dessa inferiorização um tanto recorrente nos relatos de viagem do século XIX, e que como foi posto presentes também nos escritos de Ina, os negros não deixavam de ser reconhecidos como essenciais pelo seu trabalho desenvolvido na sociedade brasileira, ou seja, “os viajantes em geral compreendiam bem o papel econômico do negro e sua função essencial na vida do País, isto não os impedia de julgá-los ao mesmo tempo indolentes, desagradáveis, subhumanos”⁷⁵⁶. Conforme Ina registra:

Neste país, os pretos representam o papel principal; acho que no fundo, são mais senhores do que escravos dos brasileiros. (...) Todo trabalho é realizado pelos pretos, toda riqueza é adquirida por mãos negras, porquê o brasileiro não trabalha, e quando é pobre prefere viver como parasita em casa dos parentes e de amigos ricos, em vez de procurar ocupação honesta.⁷⁵⁷

Sobre esse trecho da carta, cabe a reflexões sobre um aspecto que parece central nas discussões: O que Ina considerava como trabalho? Pelos seus escritos a noção de trabalho perpassa uma ideia de atividades manuais que eram realizados exclusivamente pelos negros, e que era pouco valorizado socialmente no Brasil que, como observado por ela mesmo, os pobres preferiam viver como “parasitas” a arrumarem uma ocupação tida como honesta, o que demonstra uma outra faceta da noção de trabalho para Ina posta enquanto algo edificante para o sujeito, noção essa que diverge com aquela que ela observa no Brasil. Sabe-se que, em relatos de viagem, era comum que “além da procedência e da cor – que indicavam a ‘inferioridade natural’- o negro era diferente por seu trabalho e por sua (falta de) cultura”⁷⁵⁸

Sobre o Sistema Escravocrata brasileiro, Ina expõe visões que exprimem e reafirmam, em alguma medida, um discurso euro-ocidental sobre a escravidão nos trópicos, ao expor o que ela caracteriza como uma “impressão global”. Nas palavras da alemã:

obedecendo a uma impressão global, verifica-se que a gente preta é um peso para o Brasil, formando a escravidão uma verdadeira chaga, ainda pior para os

⁷⁵⁵ LEITE. Antropologia da viagem, p. 99.

⁷⁵⁶ LEITE. Antropologia da viagem, p. 04.

⁷⁵⁷ BINZER. Os meus romanos, p.34.

⁷⁵⁸ LEITE. Antropologia da viagem, p. 99.

senhores do que para os próprios escravos; e isso mais se nota atualmente, nas vésperas de ser extinta⁷⁵⁹

Ademais, nesse pequeno trecho, quando Ina caracteriza a escravidão como uma “verdadeira chaga”, podemos observar marcas de um discurso liberal da época que, como foi posto anteriormente, pregava a noção de desumanidade da escravidão. A alemã também reafirma esse discurso liberal quando relata, em sua correspondência do dia 14 de agosto de 1881, a situação de dois escravos que pedem que sejam comprados pelo senhor Romeiro – dono da fazenda na qual Ina se encontra hospedada nos primeiros meses em que permaneceu no Brasil - pois viviam em condições deploráveis na fazenda a qual pertenciam. Diante de tal situação, Ina questiona Sr. Romeiro:

“Existem então fazendas onde ainda se encontram as condições horríveis da Cabana do Pai Tomás? Perguntei.

-Tão terrível assim, não será em parte alguma e talvez nunca tenha sido. O brasileiro é mais bondoso do que o norte-americano e entre nós a gente preta tem condição bem diversa. Veja: quando aqui se liberta um preto, concedem-lhe direitos iguais aos dos brancos: temos professores de cor, artistas, médicos, deputados e até ministros. E quem está dirigindo essa dança é a princesa Isabel. O desprezo de um lado e o sentimento de amargura do outro não são aqui tão grandes como entre os nossos irmãos do norte. Evidentemente, temos criaturas brutais que maltratam os pobres pretos como ainda vimos há pouco.⁷⁶⁰

Nesse momento, podemos observar que quando o senhor Romeiro nega a existência de situações tão violentas como Ina esperava, ao tomar como exemplo o caso da Cabana do Pai Tomás⁷⁶¹, há o que podemos caracterizar como uma quebra de expectativas que, em alguma medida, talvez podemos considerar como parte de um discurso euro-ocidental, que abarcado por um ideal liberal, generalizava as formas de escravidão, sem considerar suas especificidades locais, e mesmo desconhecimento do europeu sobre a real situação do sistema escravocrata no Brasil. Essa hipótese se reafirma, por exemplo quando Ina escreve que: “Na nossa Europa muito pouco se sabe a respeito da lei referente a esse assunto e imaginávamos que a escravidão fora abolida.”⁷⁶²

Não menos importante, na correspondência do dia 17 de novembro de 1882, Ina, ao entender que o fim da escravidão brasileira estava próximo, relata alguns aspectos um tanto pertinentes, ao registrar que:

Segundo o que venho observando, tenho a impressão de que o Brasil logo de início irá sofrer horrivelmente com a abolição da escravatura, porque ainda não

⁷⁵⁹ BINZER. Os meus romanos, p. 121.

⁷⁶⁰ BINZER. Os meus romanos, p. 37.

⁷⁶¹ “A Cabana do Pai Tomás”, é um romance que retrata aspectos sobre a escravatura no Estados Unidos. A obra foi escrita pela autora norte-americana Harriet Beecher Stwe, e foi publicada 1852.

⁷⁶² BINZER. Os meus romanos, p. 34.

se decidiram aqui pela emigração europeia, nem ofereceram aos mais uteis emigrantes – os germânicos - condição bastante favoráveis.⁷⁶³

Nesse trecho, além de augurar que o fim do sistema estava se aproximando, a alemã apresenta uma certa preocupação no que se refere ao destino econômico do país após o fim da escravidão que, como ela tinha em mente, era crucial para a economia brasileira se manter. Além dessa preocupação com fins econômicos, em outro trecho dessa mesma carta, Ina clama: “Só Deus sabe o que irá acontecer a esses milhões de pretos que vivem aqui”⁷⁶⁴, o que demonstra uma inquietação da educadora no que se refere ao destino desse povo escravizado, após a abolição.

Considerações finais

Como foi posto, com o tempo o número de leitores dos escritos de viagem foram se intensificando, de tal forma que tais produções se mostravam como importantes documentos, compostos por fontes de informação que, em alguma medida, tinham a:

[...]capacidade de espelhar impressões e sentimentos gerados pelo impacto de uma realidade cultural pouco conhecida em virtude dos escassos contatos mantidos até então entre tais povos. Ao escreverem sobre nós, eles diziam também a respeito deles próprios, julgavam desde a perspectiva de sua sociedade, o pano de fundo contra o qual comparavam e avaliavam suas percepções, compreendiam e organizavam suas emoções, procuravam o sentido das experiências que viviam, mas principalmente situavam-se a si mesmos, expressando, reafirmando ou colocando em questão sua própria cultura.⁷⁶⁵

Esses escritos ilustraram e produziram, por muito tempo, a imagem que o europeu tinha sobre o mundo não europeu, principalmente, no que diz respeito à imaginação que se tinha sobre o dito Novo Mundo. Como explicita Michel De Certeau⁷⁶⁶, os leitores se configuram cada qual a seu modo também como viajantes, ao se empreitarem nas ilustrações e questões ornamentadas e expostas pelo autor. Diante disso, através desses relatos, foi se formulando um imaginário um tanto estereotipado e ilustrativo sobre o não europeu que, muitas vezes, não condizia com a realidade do sujeito observado, o que acarretava uma análise um tanto deturpada sobre o Outro e suas vivências culturais. Poderíamos dizer, portanto, que os viajantes passaram a ser como as lentes europeias sobre o mundo naquele momento, e as cartas de Ina, sem dúvidas, podem ser

⁷⁶³ BINZER. Os meus romanos, p. 123.

⁷⁶⁴ BINZER. Os meus romanos, p. 121.

⁷⁶⁵ QUINTANDEIRO. Retratos de mulher, p. 17.

⁷⁶⁶ CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

consideradas como parte formuladora dessas visões formuladas sobre o outro, de modo que acabam por apontar, em alguma medida, permanências e rupturas acerca do discurso euro-ocidental vigente no contexto oitocentista e, no caso da análise aqui proposta, especificamente acerca do negro e do Sistema escravocrata brasileiro.

Portanto, esse artigo se apresenta como um espaço de reflexão para se pensar tanto sobre uma noção do sistema escravocrata brasileiro que fazia parte de um discurso euro-ocidental no qual é reafirmado e, em algumas instâncias, rompido pelas formulações narrativas de Ina, quanto sobre a escrita da mulher na segunda metade do século XIX, escrita essa naturalmente demarcada por questões de gênero.

ST22 - Memória e história no Cone Sul: ditaduras e violências nos séculos XX e XXI

Caroline Rios Costa

carolriosc@gmail.com

Pedro Gabriel Torres de Assis

ptorres735@gmail.com

Bárbara Pereira da Cunha

bbarbarapcunha@gmail.com

Flávia Pereira Martins

flavia.barken@gmail.com

Isadora Silva Gomes

isadoramanes@gmail.com

Maria Eduarda Kersting Faria

dudakersting@gmail.com

Dirson Fontes da Silva Sobrinho

dirsonfontesaula@gmail.com

Qual papel deve cumprir a História nos trabalhos de memória e estudos de fenômenos, tais como a violência? A violência desempenhada pelos grupos oprimidos configura-se como um fenômeno distinto daquele praticado pelo Estado, uma vez que esta se trata de uma violência institucionalizada e com forte aparelhamento.

As ditaduras militares do Cone Sul não configuraram exceção nesse caso. Na segunda metade do século XX, a região foi marcada por golpes e violações de direitos. Assim como tais situações se deram concomitantemente, também foram os processos de transição democrática e justiça de transição. Em tal panorama, familiares de mortos e desaparecidos, setores militares, elites políticas, movimentos sociais e o próprio Estado protagonizam disputas em torno do que lembrar ou esquecer, como e porque lembrar ou não e como lidar com as transformações causadas nesse tempo, reavivando a tensão entre memória oficial e memória social da repressão.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Nesse sentido, a História pode e deve ocupar um papel importante nos trabalhos de memória e estudos de fenômenos como a violência. Percebemos a multiplicidade das formas tanto de enfrentamento quanto de expressão, que pode se manifestar através da literatura, cinema, artes visuais ou testemunhos, em que os sujeitos tornam-se sensíveis não só às imagens, mas aos relatos e fragmentos construindo pontes para compreender aqueles “outros” que os rodeiam.

Essa nova mirada historiográfica busca agregar distintos grupos sociais e personagens atingidos pela violência de Estado, tais como os trabalhadores urbanos e rurais, as políticas moralizantes à grupos LGBTQIA+ e de mulheres, o aumento da desigualdade social e conflitos nas periferias, além de análises de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade. As novas perspectivas, evidenciando silenciamentos e esquecimentos em torno das “reconciliações nacionais”, vem multiplicando as reflexões acerca de sujeitos e processos, abarcando aspectos até então negligenciados pela historiografia hegemônica do período.

Atualmente, novamente as direitas sul americanas criam instabilidades em governos democraticamente eleitos, e até mesmo se consolidam com suas políticas de ódio e de morte no século XXI. Assim, é possível traçar relações entre o passado recente, um “passado que não passa”, e os mecanismos das ditaduras que permaneceram nos tempos atuais, se tornando uma “democracia excludente”, como nomeia Alfredo Pucciarelli.

Tendo os elementos elencados em vista, o recorte pós 1950, no contexto brasileiro e sulamericano, serão bem-vindos trabalhos para debater: os regimes ditatoriais e autoritários; as diferentes configurações da violência, inclusive suas formas atuais; os papéis das Comissões da Verdade; os debates sobre o conceito de vítima; os processos de transição e/ou justiça de transição; as permanências das ditaduras; pesquisas sobre os usos da memória, sobretudo as subterrâneas e interpretações a partir da literatura, cinema e artes visuais.

Nas tramas de mnemosine: a constituição de uma memória sobre a ditadura militar brasileira.

Rodrigo Musto Flores⁷⁶⁷

Resumo: Os regimes ditatoriais que emergiram por todo o mundo no século passado, mais precisamente as ditaduras militares, vivenciadas na América Latina, deixaram uma série de testemunhos e depoimentos, relacionados à repressão política, que chegam ao público através de documentários, filmes e entrevistas. Estes depoimentos acabaram se consolidando como elementos cruciais para a formação de uma memória crítica às ditaduras, enfatizando, sobretudo, as violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado, durante esses períodos, e disputando espaço no debate público em busca de uma vitória sobre seus perpetradores, nem que seja no campo de batalhas da memória. Nesse sentido, quando se trata de uma possível abordagem sobre a construção de uma memória da ditadura militar brasileira (1964-1985), acabamos esbarrando em questões e disputas ainda muito latentes e peculiares. Interpretações historiográficas já consolidadas sugerem que memória social sobre a experiência ditatorial brasileira é fruto de um processo de construção que uniu dois grandes paradigmas de memória inconciliáveis: a memória das esquerdas, vítima das violações de direitos humanos cometidos durante o período, e a memória liberal, alicerçada no rompimento com os traços autoritários do regime, principalmente após o ato institucional nº 5, mas também crítica às lutas armadas. Os dois regimes de memória supramencionados formam uma memória social hegemônica sobre o período que, apesar de propor uma crítica, acaba por suprimir outras narrativas. A consolidação desse discurso hegemônico é o que vai pautar as ações do Estado no desenvolvimento de políticas de memória a partir da década de 1990 e, mais recentemente, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei nº 12.528/2011, que ainda gera debates calorosos que opõem: de um lado, aqueles herdeiros do regime que criticam sua legitimidade, discordando de sua instituição. De outro lado, o grupo submetido às violações de direitos humanos que questiona a falta de autoridade da CNV em punir criminalmente os envolvidos. Nesse sentido, a presente comunicação propõe analisar esse campo de batalha sobre a construção de uma representação sobre o passado ditatorial brasileiro, enfatizando as disputas, as políticas e as narrativas de memória, bem como os usos e abusos de uma narrativa sobre o período.

Palavras chave: Memória, Ditaduras militares, Justiça de transição

⁷⁶⁷ Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), contato: rodrigomustoflores89@gmail.com

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Os esforços para delimitar uma narrativa de memória sobre a recente experiência ditatorial brasileira, se iniciaram antes mesmo da conclusão do processo de abertura política. Nesse sentido, surgem os primeiros relatos de memória, produzidos por ex-integrantes da luta armada, como forma de denunciar as atrocidades do regime e seus envolvidos. Livros de Renato Tapajós e Fernando Gabeira, lançados ainda durante a ditadura militar, são as primeiras obras que iniciam a movimentação de um discurso crítico à ditadura no campo de batalha da memória, tornando-se precursoras de outros relatos, igualmente importantes. Estas produções, encaradas como revanchismo por integrantes do aparato repressor, foram importantes, já que abriram caminho para inúmeras outras, colocando como ordem do dia a memória dos sobreviventes das perseguições políticas. Segundo João Roberto de Martins Filho, essas duas obras possuíam tons diferentes, mas funções parecidas: narrar as trajetórias pessoais dos autores e dar luz à guerra suja, característica da ditadura militar.⁷⁶⁸

Apesar da divulgação dessas obras, o divisor de águas é marcado pela divulgação da obra “Brasil: nunca mais”, lançada em 1985 pela editora Vozes. O relatório é tido como o primeiro esforço de recuperação sistematizada e reunião de um aporte documental com o intuito de denunciar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. A obra, fruto de um projeto homônimo, conduzido pela arquidiocese de São Paulo, pretendia dar voz aos atingidos pelo aparato repressor do regime.⁷⁶⁹ Lançado em meio ao processo de abertura política, “Brasil: nunca mais”, gerou protestos por parte das Forças Armadas, mas foi um importante esforço de divulgação e catalogação de processos e relatos que ainda hoje servem como fontes quase indispensáveis para pesquisas sobre a ditadura militar. Todavia, a disseminação de relatos das vítimas atua, com igual potencial, como mola propulsora para a divulgação de testemunhos dos perpetradores e ex-agentes do aparato repressivo, que almejam consolidar sua própria representação do passado, buscando a vitória em meio ao campo de batalhas da memória. Um

⁷⁶⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória – A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002, p. 184.

⁷⁶⁹ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 23

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

exemplo da movimentação das forças conservadoras que tomaram o poder em 1964 é a publicação do chamado “Projeto Orvil” (livro ao contrário), um volumoso relatório contendo a versão dos militares para o golpe e a ditadura, pontuando esta última como recurso legítimo para combater as ações esquerdistas. Organizado a partir dos esforços do ministro do exército Leônidas Pires Gonçalves, atualmente, o Projeto Orvil pode ser facilmente encontrado em qualquer site de buscas na internet. Essa difusão profícua colabora para que esta obra, juntamente com o já conhecido relato escrito pelo notório torturador Carlos Alberto Brillante Ustra, embasa a maioria dos discursos laudatórios à ditadura militar.

Com efeito, mesmo com esforços de ambos os lados e, recentemente, com a tentativa, transformada em projeto político, de consolidar uma narrativa laudatória sobre a ditadura militar, é possível afirmar a existência de uma memória hegemônica crítica à ditadura. Em um exame mais pormenorizado, Marcos Napolitano afirma que essa memória é elaborada a partir da junção de dois paradigmas de memória: a memória das esquerdas e a memória dos liberais. A conciliação de elementos à primeira vista inconciliáveis fez emergir uma narrativa que ressalta as violações de direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, propõe uma crítica às ações armadas dos grupos revolucionários. Essa narrativa, hegemônica, segundo o autor, acaba por suprimir outras narrativas, que permanecem em meio a essas batalhas clandestinas e escondidas nos interditos.⁷⁷⁰

A consolidação desse discurso hegemônico procurou no contexto de abertura política acentuar a natureza democrática da sociedade brasileira, conceituando a ditadura militar e os anseios autoritários como um corpo estranho em meio a essa sociedade, um tempo de trevas, uma longa noite, mas que estava dando lugar, novamente, ao dia, a democracia, ocultando as reais bases sociais que colaboraram com a legitimação do golpe e da ditadura.⁷⁷¹ Dessa forma, essa visão conciliatória e apaziguadora de memória, na visão de Reis, colaborou para uma imprecisão em relação ao fim, de fato, do regime ditatorial. Ou seja, a manutenção de parte do aparato repressor, a inexistência de punições aos perpetradores caracteriza um processo de abertura política marcada, sobretudo, por continuidades com o passado ditatorial.

Nesse sentido, o caminho mais tranquilo, apaziguador e politicamente eficaz acabou, acabou com o passar do tempo, tornando-se mais tortuoso e complexo. As recentes práticas de

⁷⁷⁰ NAPOLITANO, Marcos. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. *Saeculum*, n. 39, 2018, p. 213.

⁷⁷¹ REIS, Daniel. Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014, p. 08.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

revisão promovidas a partir do próprio Estado, como por exemplo: as práticas de comemoração em homenagem ao 31 de março de 1964 ou manifestações em defesa de uma intervenção militar fazem parte de uma disputa pela memória, caracterizada por alto grau de revanchismo. Além disso, a intervenção do Estado nessas disputas, encorajando essas manifestações, colocam o Estado como principal agente de um discurso laudatório que tem por principal objetivo deslegitimar o testemunho da vítima. Segundo Márcio Seligman-Silva, a disputa por espaço público protagonizada por antigos membros do aparato repressor indica os elementos de uma estratégia bem elaborada, que visa a eliminação total das provas. Na visão do autor, o crime perfeito não consiste somente em eliminar a vítima, mas, sobretudo, em obter o silêncio das testemunhas, a surdez dos juízes, acusando, publicamente, os sobreviventes de insanidade.⁷⁷²

Essas movimentações, efetuadas no campo simbólico, ganham contornos mais nítidos quando coordenadas com movimentações no campo material. Desde junho de 2020, por exemplo, tramitam processos de anulação de anistias concedidas a indivíduos e grupos atingidos pelos atos institucionais. A tentativa de anulação de anistias concedidas entre 2002 e 2005 a cabos da aeronáutica atingidos pelo AI-1, através do decreto assinado pela chefe da pasta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministra Damare Alves, exemplifica bem essa questão. O decreto, recentemente anulado, por determinação da ministra Carmen Lúcia, assinala para o aprofundamento desse tipo de processo incorrendo, diretamente, na deslegitimação pública das vítimas.

Essas práticas, são acompanhadas pelo prosseguimento de um silêncio conivente por parte das Forças Armadas. Nesses ambientes, as comemorações acabam por ressaltar determinados pontos referentes à ditadura militar brasileira, que dentro do universo comum compartilhado pelos indivíduos pertencentes ao grupo, atuam sedimentando ideais políticos e ideológicos, a partir de um processo ativo de seleção da memória. Além disso, essa manipulação apaga as situações constrangedoras, ao mesmo tempo em que, engendra uma determinada representação sobre o passado, sacralizando uma narrativa sobre o período. Além disso, as Forças Armadas, se nutrem de um imenso aparato burocrático herdado do regime, resquícios do período são muito presentes no imaginário militar, sendo evidenciados nos cursos de formação de novos militares e,

⁷⁷² SELIGMAN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, 2010, p. 16.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

principalmente, na ausência da temática da ditadura no conteúdo programático de concursos para ingresso nas academias militares.

Enquanto para determinados quadros de militares da ativa as manifestações políticas são desencorajadas e, até certo ponto, punidas pelos regulamentos de hierarquia e disciplina, uma parcela de militares – em geral do alto oficialato – e militares da reserva não possuem as mesmas amarras. Nesse sentido, o próprio clube militar atua como uma espécie de porta-voz de seus associados difundindo, sem o mínimo de pudor, sua memória saudosista e laudatória referente à ditadura militar, organizando solenidades em comemoração ao golpe de 1964 e manifestos, criticando publicamente políticas de memória como a Comissão Nacional da Verdade.

Segundo Bruno Groppo, pensar em políticas de memória que convidam à reflexão e ao combate ao esquecimento significa lembrar as vítimas das violações de direitos humanos, mas, sobretudo, entender as heranças dos regimes ditatoriais, tais como: a imposição de um regime neoliberal radical, a desindustrialização, a especulação financeira e as desigualdades sociais profundas, herdadas desses períodos.⁷⁷³ Nesse sentido, a preservação da memória e o combate ao esquecimento deliberado em relação às violações de direitos humanos, não é algo que interessa somente aos que sofreram perseguições políticas ou seus descendentes, mas sim à toda sociedade, na medida em que algumas consequências do período ditatorial são percebidas até os dias atuais.

No entanto, mesmo com os avanços possibilitados com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade percebe-se ainda entraves muito nítidos que dificultam o processo de elaboração de uma memória sobre o passado ditatorial. As políticas de memória, ressaltadas acima, fazem parte de um repertório de políticas públicas tomadas por parte do Estado após períodos caracterizados por violações de direitos humanos. Segundo Renan Quinalha, nas ditaduras militares no cone-sul foi característico um processo de rompimento que buscou como referencial o restabelecimento do ou retorno simplório ao *status quo* anterior. Essa questão acabou por comprometer a elaboração de uma memória, dado que permaneceu a tensão entre uma demanda por justiça, por parte daqueles que sofreram as perseguições, de um lado, e do outro a busca por uma reconciliação.⁷⁷⁴

⁷⁷³ GROPPPO, Bruno. Las Políticas de la Memoria. *Sociohistórica*, La Plata, n. 11-12, 2002, p. 188.

⁷⁷⁴ QUINALHA, Renan Honório. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (Orgs.). Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 254.

Com efeito, o processo de justiça de transição está alicerçado sob três pontos fundamentais: memória, verdade e justiça. O processo iniciado no Brasil de forma tardia tem se ocupado, prioritariamente, com a memória e a verdade, deixando a justiça em segundo plano. Nessa perspectiva, a questão relacionada à falta de uma punição efetiva aos integrantes do aparato repressor encontra na Lei da Anistia de 1979, seu principal embasamento. O reaparecimento de um discurso laudatório sobre a ditadura, antes restrito a determinados circuitos sociais, se beneficiou com a impunidade e a manutenção de elementos relacionados ao aparato repressor após a abertura política. Nesse sentido, as principais críticas à CNV estão relacionadas à sua falta de gerência sobre a questão da justiça, ou seja, a comissão cumpriu um importante papel na investigação das violações de direitos humanos, mas essas investigações não levaram a punição efetiva dos perpetradores.

No que diz respeito à memória, tem se claro que esta é um dos principais canais de acesso às experiências passadas. Além disso, entende-se que a memória deve ser analisada não somente a partir de uma construção individual, mas, sobretudo, como um produto social. Aquilo que construímos como uma forma de representação do passado são junções de memórias inseridas em diversos contextos. Nesse sentido, a clássica interpretação sociológica da memória de Maurice Halbwachs pontua que a memória coletiva se apresenta como um campo que irá vincular o indivíduo ao grupo e, assim como a partitura vincula o músico à orquestra, ela confere sentido ao relato de experiência do indivíduo.⁷⁷⁵

Compreender a memória coletiva se torna um exercício pouco produtivo ao se desconsiderar seus materiais, ou seja, seus elementos de transmissão. Com efeito, a memória coletiva é resultado da comunicação e para tanto é fundamental a participação de uma força externa que atue na motivação do processo de recordação. As recomendações da Comissão Nacional da Verdade atuam, diretamente, na questão da memória. Assim os monumentos e lugares de memória instituídos a partir das recomendações da referida comissão tocam em questões relacionadas às memórias traumáticas, deslocando essas narrativas para o espaço das cidades e instituindo marcos de memória para homenageá-las. Nesse sentido, é evidente o papel dos “lugares” no processo de elaboração de uma memória sobre a ditadura militar, uma vez que atuam como elementos de

⁷⁷⁵ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p. 23.

transmissão. O lugar de memória tem o poder de reativar a recordação assim como, a recordação de ativar o lugar.

Nesse sentido, o monumento aos militares cassados, elaborado pela artista plástica Cristina Pozzobon e inaugurado em 2014 na Cinelândia, Rio de Janeiro, se insere no arcabouço dessas políticas de memória, sendo uma das cinco obras do conjunto de “Monumentos ao Nunca Mais”, inauguradas em: Curitiba, Belo Horizonte, Recife, São Paulo e Porto Alegre.

Figura 01: Aspecto do Monumento aos militares cassados, inaugurado na Cinelândia em 2014.

Com cerca de 3 metros de altura a proposta do monumento, segundo a artista, é de representar uma bandeira do Brasil desconstruída na qual as 100 estrelas, posicionadas no chão e ao lado do monumento, representam os exilados durante o período. A escultura, posicionada próxima ao Clube Militar na cidade do Rio de Janeiro, como já demonstrado, o principal portavoce de uma memória laudatória da ditadura militar, destaca a memória dos militares cassados, propondo uma reflexão e trazendo luz às narrativas de memória deste grupo, ainda pouco conhecidas.

Figura 02: Aspecto lateral do monumento

Mais que uma simples visualidade, o monumento em destaque evoca uma memória traumática e desperta reflexões sobre o papel das artes plásticas na elaboração de uma memória sobre a ditadura militar brasileira. A memória é um dos principais canais de acesso às experiências passadas para que possamos acessá-la, necessitamos de uma força externa que atue na motivação do processo de recordação. Assim, é evidente o papel dos “lugares de memória” nesse processo de recordação, atuando como elementos de transmissão, o lugar de memória tem o poder de reativar a recordação assim como, a recordação de ativar o lugar. Dessa forma, como nos lembra Paul Ricoeur, o verbo “lembrar” remete, diretamente, ao substantivo “lembrança”, tornando o ato “lembrar” um exercício ativo, que extrapola o acolhimento determinada imagem do passado. Recordar é, sobretudo, fazer alguma coisa com a imagem, exercitar a memória.⁷⁷⁶

⁷⁷⁶ RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 71.

Figura 03: Aspecto da placa instalada no chão, ao lado do monumento.

Os marcos de memória, recomendados no relatório da CNV, se apresentam como uma parte fundamental das políticas de memória relacionadas à ditadura militar. Se a punição aos agentes do Estado é impossibilitada pela Lei de Anistia, a institucionalização de monumentos e museus tem por objetivo combater o esquecimento deliberado dessas memórias, processo que beneficia, principalmente, os perpetradores. Dessa forma, o patrimônio perde a sua função estritamente contemplativa e passa também a exercer uma função ativa na elaboração e suporte de uma memória social. Segundo, as políticas de memória e a escolha daquilo que merece a chancela ou não de patrimônio histórico, são frutos de disputas incessantes entre atores políticos, sociais e agentes de memória. Nesse sentido, o patrimônio não é um sujeito passivo em meio à selva de pedras das grandes cidades, ele interroga, dialoga, se relaciona com os espaços das grandes cidades, problematiza e produz significados.

Dentre essas medidas, o relatório produzido deixa claro na recomendação nº 28 a importância da adoção de medidas para preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV e, da memória de todas as pessoas que foram vítimas dessas violações. Nesse sentido, o relatório final recomenda ações práticas que tocam a preservação e identificação de imóveis urbanos ou rurais nos quais ocorreram violações de direitos humanos, bem como a institucionalização de um Museu da Memória, em Brasília. Outras recomendações chamam atenção, uma vez que, se referem, diretamente, à memória das Forças Armadas, propondo a cassação de homenagens e honrarias concedidas a agentes públicos ou particulares, que tenham colaborado com o regime. Além disso, a proibição de comemorações públicas ao golpe militar de 1964, a reformulação do conteúdo programático nos concursos públicos para as academias militares, bem como no conteúdo ministrado aos alunos dessas instituições, valorizando nestes os preceitos de democracia e direitos humanos.

Demarcar na paisagem das cidades um lugar em homenagem à memória daqueles que, inseridos em diferentes lutas sociais ousaram questionar a ordem estabelecida, deixa ainda mais evidente a importância dessas políticas de memória, principalmente, em torno do combate ao esquecimento social. Dessa forma, entende-se que existe um imperativo ético na produção de imagens e objetos de arte que remetam a memórias relacionadas a eventos traumáticos. Esse imperativo, está diretamente ligado a um esforço de esclarecimento da população, para que experiências como estas não voltem a ocorrer. De acordo com Pedro Hussak, essa dimensão ética,

que embasa a promoção de políticas de memória, chama à atenção para o papel das artes plásticas na elaboração de uma memória social da barbárie. Nesse sentido, a memória social da ditadura militar brasileira dialoga de forma muito próxima com as questões suscitadas que se relacionavam à possibilidade de representação da barbárie do Holocausto/Shoah.⁷⁷⁷

Considerações finais:

A presente comunicação é parte integrante de um trabalho ainda em desenvolvimento, o qual, como já pontuado, tem como objetivo entender as dinâmicas de constituição de uma memória sobre a Ditadura Militar, cujos militares atingidos pelos atos institucionais são os agentes. De fato, lidamos com um problema de representação e elaboração de uma memória social acerca da ditadura militar. Essa “constatação” é resultante de uma saída, demasiadamente, conciliatória da ditadura militar, que hesitou em punir os responsáveis pelas violações de direitos humanos, optando por manter estruturas herdadas do aparato ditatorial, conservando como principais atores do processo de redemocratização, aqueles que mais haviam se beneficiado com o sequestro da democracia.

Dessa forma, a preservação das memórias e o combate ao esquecimento social, principalmente àquele advindo do silêncio do Estado, interessa ao corpo social como um todo. A elaboração dessas políticas provoca uma vigília permanente no presente, tornando a memória uma ação política de luta contra a barbárie. Evidentemente, a memória é objeto de toda sorte de disputas, dado seu constante processo de construção e reconstrução, mediante as demandas existentes no presente. Não se trata aqui de apontar a existência de memórias autênticas ou mentirosas. O propósito desta comunicação é, tentar refletir criticamente sobre essas batalhas pela memória do passado recente, apontando suas dinâmicas e buscando refletir o porquê determinados exercícios de memória têm sido empreendidos, bem como os usos do passado promovidos por eles.

Anexos:

Figura 1

⁷⁷⁷ HUSSAK, Pedro. A memória do que não passou: Leila Danziger e a elaboração da memória da ditadura brasileira nas artes visuais. *Viso - cadernos de estética aplicada*, n. 23, jul-dez 2018, p. 43.



Aspecto do Monumento aos militares cassados, inaugurado na Cinelândia em 2014.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rj-inaugurado-monumento-a-militares-cassados-pela-ditadura,b74d5c2347e15410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 06 jul. 2022.

Figura 2



Aspecto lateral do monumento

Fonte: <https://artsandculture.google.com/>. Acesso em: 06 jul. 2022.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Figura 3



Aspecto da placa instalada no chão, ao lado do monumento.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rj-inaugurado-monumento-a-militares-cassados-pela-ditadura,b74d5c2347e15410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 06 jul. 2022.

As relações entre o movimento sindical e a ditadura civil-militar no Brasil.

Victória Ferreira Cunha,
mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: victoriaferreiracunha@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as principais diretrizes manifestadas pelo governo militar, direcionadas aos trabalhadores e sindicalistas ao longo da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Com o mandato de Castelo Branco, as principais decisões do Ministério do Trabalho se estabeleceram ao consolidar a Lei de Greve, a constituição do FGTS e a política do “arrocho salarial”. Essa política trabalhista, que atingiu amplamente a classe trabalhadora desde a deflagração do golpe de 1964, determinou a intervenção de vários sindicatos e caçou lideranças e chapas reconhecidas como combativas, na intenção de excluir toda e qualquer oposição. Dando ênfase ao período anterior à 1978, compreendido como “novo sindicalismo”, buscamos estabelecer ao longo do debate algumas permanências na estrutura oficial do sindicato, assim como em algumas ações do Estado, como as repressões e intervenções às entidades. Uma vez que as discussões no eixo da História Social do Trabalho têm passado por uma série de mudanças em suas abordagens, nossa discussão buscou dialogar com alguns autores que anunciam essas novas matrizes discursivas.

Palavras-chave: Trabalhadores; Sindicatos; Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Introdução

O presente ensaio tem como objetivo discutir os impactos das ações do Estado ditatorial voltadas para o movimento sindical e seus trabalhadores, dando ênfase ao período anterior ao “novo sindicalismo” (1964-1978). Uma vez que os trabalhadores foram atingidos pelo golpe militar desde o início, nos deteremos a discutir a relação entre esses dois sujeitos, o Estado e o movimento sindical.

Fontes e Fortes e Mayer⁷⁷⁸, elucidam a relevância das pesquisas brasileiras na área de História Social do Trabalho, permeadas por inovações nas abordagens dentro do campo historiográfico, dentre elas a introdução das discussões de raça e gênero, nos mais diversos contextos históricos do país. Ao refletirmos sobre a produção desse eixo especificamente no

⁷⁷⁸ FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; MAYER, David (orgs). Brazilian Labour History in Global Context: Some Introductory Notes. *IRSH* 62 (2017), Special Issue, pp. 1–22 doi:10.1017/ S0020859017000645.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

contexto da ditadura militar no Brasil, concordamos com Negro, Corrêa e Fontes⁷⁷⁹, ao destacarem que apesar do elevado número de pesquisas e publicações em torno do período, é evidente a lacuna sobre as investigações voltadas para a classe trabalhadora. Em artigo posterior elaborado por Corrêa e Fontes⁷⁸⁰, os autores sublinham novamente “um certo apagamento” de análises em torno dos trabalhadores e de suas organizações representativas de classe nas narrativas sobre a ditadura, principalmente entre os anos de 1964 e 1978.

Negro, Corrêa e Fontes⁷⁸¹, apontam que, com a ascensão dos militares a partir do golpe, foi notável a queda das mobilizações do movimento operário, que desde o final do Estado Novo encontrava-se em ascensão, sendo os trabalhadores considerados o centro do cenário político. A queda de João Goulart, que teve um mandato marcado pela ampla participação dos movimentos sociais, significou o início de uma era de dura repressão aos sindicatos e trabalhadores. Da década de 1950 ao ano de 1964 com o golpe, é evidente a importância da atuação do movimento sindical ao se articular e participar de maneira ativa nos embates políticos da sociedade. É justamente essa atuação que incomodaria a classe empresarial brasileira e os segmentos mais conservadores do país.

Com o pacto entre militares e empresários, o golpe em marcha foi sentido por algumas classes. Apesar do relacionamento constituído entre altos e baixos com o governo de João Goulart, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e o movimento operário organizado articularam estratégias de resistências, chegando a convocar uma greve geral. Apesar dos esforços, o golpe militar se concretizou, atingindo os sindicatos, os trabalhadores e seus movimentos duramente. Fontes⁷⁸², nesse sentido, destaca que os “mundos do trabalho” constituíram algumas das principais preocupações da ditadura. Sob um discurso retórico e anticomunista e em ataque direto aos operários e suas organizações, os militares justificaram o golpe sob o argumento de impedir uma “República Sindicalista”.

Outra contribuição que revela diferentes aspectos que contribuíram para o decorrente golpe é evidenciado por Motta, dado que aponta que o golpe militar ocorreu mediante fatores internos e externos, resultado tanto do contexto da Guerra Fria e do impacto causado pela

⁷⁷⁹ NEGRO, Antonio; CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. Trabalhadores e Ditadura. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v.6, n° 11, p.5-9, jan./jun. 2014.

⁷⁸⁰CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**. Porto Alegre, v.23, n. 43, p.129-151, jul. 2016.

⁷⁸¹PRESOT. Trabalhadores e Ditadura, p.5.

⁷⁸²FONTES, Paulo. Prefácio. In: NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria: O Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

Revolução Cubana – e da possível influência que esta poderia causar na América Latina –, quanto do contexto vivido internamente no Brasil, marcado pelo aumento das bandeiras esquerdistas e do apoio às mudanças sociais⁷⁸³.

As transformações iniciais: Política Salarial, Lei de Greve e FGTS

Nagasava⁷⁸⁴ evidencia que a classe trabalhadora sofreu os ataques e a imposição da ditadura desde o seu primórdio. As intervenções, amplamente utilizadas para conter e controlar a classe trabalhadora, ocorreram em grande parte dos sindicatos em todo o país, principalmente naqueles reconhecidamente combativos. Diante da aspiração de transformar o modo de atuação dos trabalhadores, o “novo trabalhismo”, termo cunhado por Roberto Campos, visou criar uma nova atuação para os sindicatos, baseada em ações assistencialistas e na execução de projetos do governo. Convém, desse modo, destacar as considerações de Alves sobre tais atribuições aos sindicatos,

O Ministério do Trabalho deu início a um programa de “renovação sindical” destinado a ampliar as funções previdenciárias dos sindicatos, impondo a suas burocracias a tarefa de mediar entre o Estado e a classe trabalhadora. Estipula a Consolidação das Leis do Trabalho que os sindicatos devem “colaborar com o governo central”. Tal colaboração é assegurada pelo mesmo código ao autorizar o ministério a cobrar dos sindicatos impostos compulsórios sobre os salários, que lhes são em seguida redistribuídos. As percentagens a serem gastas em funções específicas podem ser fixadas por lei. Pelo novo programa, eram elevadas as percentagens destinadas a tratamentos médicos e dentários e a programas permanentes de educação, ficando os sindicatos obrigados a assumir cursos sociais com que o Estado de Segurança Nacional já não queria arcar.⁷⁸⁵

Vale salientar que impedir o avanço e a ação do movimento sindical foi de igual interesse do empresariado e, para concretizar os anseios dessa classe, as ações imediatas ao golpe se deram a partir de violentas intervenções nos sindicatos e mediante a execução de uma “operação limpeza” nesses espaços.

Como elucidado por Nagasava, o mandato de Arnaldo Sussekind enquanto Ministro do Trabalho, estabeleceu as principais bases da ditadura sob o âmbito trabalhista, atuando de maneira repressiva através dos mandatos de intervenção, e ao consolidar as diretrizes do “arrocho salarial”,

⁷⁸³MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 288.

⁷⁸⁴NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria**: O Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiá: Paco Editorial, 2018.

⁷⁸⁵ALVES, Maria Helena Moreira. O sindicalismo na oposição. In: **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989, p. 119 e 120.

apesar da proposta ser derivada das pastas do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda, que atuavam em conjunto.

A necessidade de manter uma aparência de legalidade nos primeiros anos ditatoriais ficou evidente, visto que “Castelo buscava dispositivos jurídicos que justificassem o estado de exceção recém-criado”⁷⁸⁶. Sussekind, que participou do grupo encarregado pela construção da CLT, foi também responsável por fundamentar os instrumentos legais para modificar a legislação trabalhista, alterando a Lei de Greve e a política salarial.

Apesar da política de estabilidade ter sido a primeira a ser questionada, esta só seria modificada com a criação do FGTS em 1966. A política inicial que consagrou o arrocho salarial, ocorreu após empréstimo adquirido pelo governo Castelo Branco com o Fundo Monetário Internacional (FMI), possível após a aceitação de algumas condições, estando entre elas a elaboração de uma política salarial de arrocho. Tal política também foi justificada enquanto medida para a contenção da inflação ao diminuir o poder de consumo da classe trabalhadora.

Se inicialmente o congelamento dos salários competia apenas aos trabalhadores da esfera pública, a garantia da política de não atingir a esfera privada durou pouco. Ainda na esfera econômica, o fracionamento do décimo terceiro salário se consolidou sob a justificativa de proteger as empresas de futuros prejuízos, na medida em que o direito ao décimo terceiro obrigaria os empresários a recorrerem a empréstimos, visto os altos custos de produção do período.

Buscando impedir críticas que partiram da classe trabalhadora e ao mesmo tempo evitando não obrigar o empresariado a cumprir com o pagamento do décimo terceiro salário, o governo optou por tornar o direito da classe trabalhadora uma gratificação. Além disso, como destaca Nagasava, Castelo Branco exigiu que os trabalhadores apresentassem uma proposta de parcelamento do benefício, como se fosse um apelo da categoria, e não uma imposição governamental, como era o caso⁷⁸⁷.

No tocante à Lei de Greve, Nagasava aponta que o projeto de alteração da lei estava traçado desde 1962 com a proposta de um substitutivo da lei, do senador Jefferson de Aguiar. Entretanto, a autora destaca que a aspiração de modificar a norma se iniciou em 1949, tramitando por mais de dez anos. O resultado foi um decreto completamente diferente do proposto inicialmente, que defendia e ampliava o direito dos trabalhadores em torno da ação paretista. “A lei n.º 4.330, de 1º

⁷⁸⁶PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p. 13.

⁷⁸⁷PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p. 113.

de junho de 1964, revogava o decreto-lei n.º 9.070, de 15 de março de 1946” e, ao burocratizar “os procedimentos e prazos a serem adotados no caso de deflagração de greve” praticamente a inviabilizou⁷⁸⁸.

A Lei de Greve diminuiu o poder de manobra e barganha dos trabalhadores e se instituiu enquanto base legal para a repressão. A modificação, como Nagasava elucida, também deve ser avaliada enquanto um “artifício do regime para legitimar suas ações diante dos trabalhadores e mostrar que o governo estava interessado em mediar os conflitos entre estes e os empresários”⁷⁸⁹.

A política salarial, citada anteriormente, tinha ligação direta com a Lei de Greve e foi anunciada em conjunto com a aprovação da mesma, pois

Desde o início da ditadura, o plano econômico estava traçado e poucas concessões foram feitas para a área trabalhista. Antes do lançamento oficial do Paeg, em novembro de 1964, as políticas salariais foram colocadas em prática, testando os limites suportados pela classe trabalhadora e, não por acaso, vinculando-se à regulamentação da Lei de Greve. Castelo Branco afirmou, desde o início, que garantiria as leis trabalhistas, contanto que os trabalhadores assumissem sua parcela de sacrifício necessário para a estabilidade financeira. Porém, quando o tema era política econômica, a área trabalhista nunca teria garantias.⁷⁹⁰

No que se refere aos direitos e garantias atingidos, a criação do FGTS que culminou no fim da estabilidade, instituiu-se como outro ataque aos direitos dos trabalhadores visando privilegiar o âmbito econômico. A estabilidade no trabalho era atingida quando um funcionário completava dez anos na mesma empresa, não sendo possível, após esse período, serem demitidos sem justa causa – caso ocorresse, havia o pagamento de uma indenização “a um mês de salário para cada ano de trabalho na empresa”⁷⁹¹. Com a estabilidade adquirida, o empregador só poderia demitir o funcionário mediante uma falta grave deste, e perante a apresentação de provas na Justiça.

A aprovação do FGTS culminou no incentivo à alta rotatividade de mão de obra por parte dos patrões e dificultou a ação sindical mais combativa a partir dos locais de trabalho⁷⁹². Uma vez que as confederações repudiaram a nova medida, o governo optou por flexibilizar o sistema, de modo que os trabalhadores poderiam optar por aderir ou não ao FGTS⁷⁹³. No entanto, Nagasava afirma que essa “opção” ocorreu apenas na teoria, visto que os trabalhadores que não aderiram ao

⁷⁸⁸PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p. 52.

⁷⁸⁹PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p. 52.

⁷⁹⁰ PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p.105.

⁷⁹¹ PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p.204.

⁷⁹² SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e a resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática (Dossiê). **Política & Sociedade**, Santa Catarina, n. 13, 2008, p. 281.

⁷⁹³ PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p.206.

FGTS tinham mais dificuldade para serem contratados. Além do salário insatisfatório e baixo diante do arrocho salarial, o trabalhador ainda precisou lidar com outro encargo, ou seja, o desconto de 8% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A justificativa relacionada à contribuição do FGTS era a de que o valor seria repassado para o BNH (Banco Nacional de Habitação), ao reaplicar o desconto “na melhoria da condição de vida do trabalhador”. Porém, essa melhoria foi repassada para outra classe – uma vez que o arrocho não permitia que as classes mais baixas tivessem renda o suficiente para adquirir essas moradias –, na medida em que o projeto inicial do BNH foi modificado, passando a atender classes com rendas maiores “capazes de gerar fundos para o BNH”⁷⁹⁴.

Sob a repressão institucional e militar: As intervenções nos sindicatos e no Ministério do Trabalho

Heliene Nagasava recorre à Argelina Figueiredo e Maria Helena Moreira Alves para tratar do número de intervenções ocorridas no período ditatorial. Enquanto para Figueiredo os dados apresentaram um total de 536 intervenções entre 1964 e 1970, incluindo sindicatos, federações e confederações, para Alves, a quantidade seria de 1.045 intervenções, sendo 831 no período pós-golpe⁷⁹⁵. Para Nagasava, apesar das autoras pesquisarem na mesma fonte, Alves utiliza um conceito mais amplo de intervenção, ultrapassando as definições formais.

Concordamos com os dados apresentados por Alves, por considerar seu entendimento amplo em torno das intervenções. Compreendendo que as alterações pontuais ocorriam com sujeitos ou diretorias que articulavam ações dentro das instituições sindicais, levantamos a hipótese de que as entidades sentiram as mudanças efetivadas pelo governo, em virtude da possibilidade da intervenção transformar o cotidiano daquele dado espaço ou mesmo de sua forma de atuação.

As intervenções, que ocorridas desde o primeiro dia do golpe, tinham como objetivo afastar toda a oposição, isso incluiu o Ministério do Trabalho pois, se antes o sistema previdenciário permitia a participação dos trabalhadores na perícia e decisão dos trâmites, com a unificação da previdência, o Estado passou a administrar o setor sozinho.

A intenção de reformular as diretrizes do movimento sindical em diálogo com as ambições do governo foi evidente, pois era preciso que essas entidades estivessem dispostas a implantar o

⁷⁹⁴ PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p. 232.

⁷⁹⁵“Alves também considerava a destituição de diretorias, a anulação de eleições e a dissolução de entidades como métodos, na prática, intervencionistas”. PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p. 222-223.

“novo trabalhismo”. Para isso, as Forças Armadas se consolidaram em vários espaços da máquina estatal, reforçando as intervenções nos sindicatos.

O golpe abriu espaço para o arbítrio dos órgãos de segurança, permitindo a sua infiltração em locais onde caberia apenas a atuação do Ministério do Trabalho. O Exército e as polícias políticas invadiram sindicatos, destruíram documentos e sedes, prenderam e perseguiram sindicalistas sob a acusação de subversão e corrupção – sem provas, sem mandatos de prisão e sem investigação. As Forças Armadas intervieram, inclusive, nas delegacias regionais do trabalho, provocando uma intervenção em massa nos sindicatos sob a sua jurisdição.⁷⁹⁶

A autora, ao destacar alguns processos de intervenção nas entidades no período pré- golpe, expõe que o ato era feito com cautela e concretizado apenas em situações extremas, ocorrendo anteriormente, um processo de análise do sindicato a sofrer intervenção. Em direção contrária, as intervenções ocorridas após o golpe, apesar de buscarem se dispor de aparatos que os legitimassem perante a lei, seguiam o protocolo à sua maneira nos sindicatos que almejavam intervir, buscando erros no âmbito contábil e traços de má conduta das diretorias instituídas.

De acordo com Sussekind, os sindicatos poderiam sofrer intervenção diante de três situações: o caso da fuga dos dirigentes sindicais, na eventualidade da prisão dos seus dirigentes, ou quando os sindicatos fossem objetos de intervenção militar resultante de denúncias sobre subversão. Após investigação, os interventores deveriam especificar nos seus relatórios a existência de atividade subversiva e os problemas financeiros causados pelas diretorias. A presença de outros problemas poderia justificar a intervenção, mas, comumente, um processo que não apontasse pelo menos um desses motivos era devolvido para maiores análises.⁷⁹⁷

Nagasava ainda evidencia que a “aura de legalidade” do processo se desfaz quando observado que não havia qualquer critério para determinar as intervenções “sendo estas muitas vezes baseadas em burburinhos e fofocas, na articulação patronal e na perseguição das forças armadas, e não nas três razões apontadas”⁷⁹⁸.

No entanto, a autora em sua pesquisa sobre a atuação do Ministério do Trabalho no período ditatorial apresenta, ao discutir sobre as intervenções, as ações heterogêneas em relação à atuação dos interventores, dado que alguns não agiram em acordo com os interesses dos militares, demonstrando que a estrutura política do Ministério não pode ser compreendida como um monopólio. Ocorre que, quando os interventores indicavam não haver nenhuma suspeição no

⁷⁹⁶ PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p. 230.

⁷⁹⁷ PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p.136-137.

⁷⁹⁸ PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p.137.

sindicato, o relatório – prova legal necessária para justificar as ações dos golpistas – retornava para que seu autor o modificasse.

Ao abordar a presença dos militares nos trâmites trabalhistas, Mattos expõe a abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPM's) contra os principais líderes sindicais, o que objetivava a cassação de seus direitos políticos, visando o distanciamento desses sujeitos do âmbito sindical e das diretorias dos sindicatos sob intervenção. As alternativas para os líderes que conseguiram escapar da prisão foram duas, o exílio ou a clandestinidade⁷⁹⁹.

Parte dos interventores eram constituídos por antigos dirigentes sindicais, que perderam cargos de direção das entidades para “militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam o golpe”. Vinculados a círculos operários católicos e a entidades ligadas ao sindicalismo norte-americano, parte desses dirigentes se utilizaram da máquina sindical sob processo de intervenção para “concretizar dois objetivos: apresentar-se como ponto de apoio dos primeiros mandatários da ditadura civil-militar e caçar com esmero seus antigos adversários, agora tachados de perigosos subversivos”⁸⁰⁰.

Essa relação com o sindicalismo estadunidense se vinculava ao programa “Aliança para o Progresso”, que visava “direcionar as nações vizinhas para o caminho da prosperidade, da liberdade e da autoconfiança” em pleno desenvolvimento capitalista⁸⁰¹. Uma das instituições responsáveis por dialogar com os trabalhadores no período, ao oferecer cursos de formação sindicalista e de liderança sindical foi o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), que criado em 1963 foi alocado em São Paulo de maneira proposital, visto que havia ali uma forte presença do Partido Comunista do Brasil (PCB).

A criação do ICT se insere nesse contexto de transformação das relações trabalhistas no Brasil e da cultura sindical, junto a IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), financiados pelo governo estadunidense e por grandes corporações desse país. O objetivo era difundir a proposta de um sindicalismo “livre e democrático”, como nos moldes da AFL-CIO (Federação Nacional do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais).

⁷⁹⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 49.

⁸⁰⁰ PRESOT. O sindicalismo brasileiro após 1930, p. 49-50.

⁸⁰¹ É interessante apontar um dos questionamentos feitos por Côrrea acerca da contradição presente nesses princípios de democracia e liberdade. Afinal, como uma instituição que pregava o sindicalismo “livre e democrático” podia ao mesmo tempo apoiar um regime ditatorial? CORRÊA, Larissa. **Disseram que voltei americanizado: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar**. Campinas: Editora Unicamp: 2017. p. 31-32.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Logo, é evidente compreender alguns direcionamentos voltados para o movimento operário no período, uma vez que, se de um lado os sindicatos se encontravam sob ataque direto do governo militar na limitação da sua liberdade e na diminuição dos seus direitos, por outro lado, ocorre a influência das diretrizes sindicais norte americanas, que tinham o objetivo de transformar as relações trabalhistas no Brasil, criando um tipo de equilíbrio entre o capital e o trabalho, refutando a prática mais tradicional do sindicalismo brasileiro que se constituía nos movimentos paredistas.

Ainda sobre os processos de intervenção e do afastamento de “toda e qualquer oposição”, a perseguição dos militantes das correntes de esquerda, e dos diretores e presidentes que compunham a última chapa eleita, ocorreram a partir da instauração de inquéritos para, após a reunião de provas, incriminarem antigas lideranças⁸⁰². O resultado foi o esvaziamento dos sindicatos e as antigas reivindicações, que localizadas principalmente no âmbito econômico e político, se voltaram ao setor assistencial via ampliação do patrimônio físico dos sindicatos e prestação de serviços aos associados através desses, utilizando as verbas do imposto sindical para a realização de algumas dessas ações.

A primeira fase das interventórias não conseguiria, entretanto, calar completamente a voz dos ativistas mais combativos, nem tampouco apagar da memória das categorias os avanços significativos do período anterior ao golpe, o que ficaria provado com a vitória eleitoral de chapas oposicionistas, tão logo novas eleições sindicais fossem convocadas.⁸⁰³

Sussekind não aspirava acabar com os sindicatos, mas almejava controlar quem os dirigia. Para isso, o Ministério do Trabalho tomou algumas medidas ao criar regulamentos e normativas, que exigiam os antecedentes dos candidatos às eleições nas entidades. Antecedentes esses, cedidos pelo DOPS e DEOPS, que produziam relatórios baseados em fofocas, denúncias sem comprovação e até mesmo em informes extraídos através de torturas.⁸⁰⁴

O que destacamos, é que não importavam os meios ou mesmo a falta de critérios para que o governo militar atingisse seus objetivos para expulsar as oposições. Entretanto, como afirmado por Nagasava, esse Estado não deve ser compreendido como uma estrutura monolítica, e acrescentamos, imbatível. Como Mattos afirma, uma série de lideranças combativas saíram

⁸⁰² Como indicado por Mattos, as provas poderiam ser “telegramas de cumprimentos a Prestes e do embaixador soviético ao sindicato; compromissos agendados pelos diretores (como comparecimento a atos de solidariedade ao povo cubano); ou a presença de um livro de Ferreira Gullar na biblioteca do sindicato” como foi no caso do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro em junho de 1964. PRESOT. O sindicalismo brasileiro após 1930, p. 50-51.

⁸⁰³ PRESOT. O sindicalismo brasileiro após 1930, p. 51 e 52.

⁸⁰⁴ PRESOT. O sindicato que a ditadura queria, p. 173-174.

vitoriosas das eleições sindicais, mesmo com todos os mecanismos instaurados pela ditadura para impedir que isso ocorresse.

Conclusão

A história do movimento operário e sindical no Brasil constituiu-se de lutas por melhorias na condição de trabalho e de vida dos trabalhadores, de resistência diante a repressão e às imposições dos diferentes governos desde o início do século XX. A relação entre os operários e o Estado pode ser considerada enquanto um movimento fluido, na medida em que apresenta não uma ação contínua, mas repleta de nuances e de constante movimento.

Com o advento do golpe, os trabalhadores foram duramente atingidos em suas vidas particulares e em suas organizações sindicais. O período marcado pela repressão, entretanto, não significou o fim da luta do movimento operário, que permaneceu a resistir e a enfrentar o governo, no limite de suas possibilidades. Como foi possível perceber, o movimento sindical foi configurado por sujeitos plurais, que longe de constituírem uma atuação uníssona, permeou o período de embates, que contou com sujeitos envolvidos na luta armada, por sujeitos que apoiaram uma ação mais colaborativa dentro dos sindicatos, e até por apoiadores do governo militar.

Todavia, como concebido ao longo do ensaio, acreditamos que tanto a ação do Estado quanto a ação dos operários não se constituíram de forma homogênea ao longo da ditadura no país, havendo a existência de momentos de negociação, apesar de não se tratar de uma negociação democrática ou igualitária, como apresentado no segundo tópico com relação ao FGTS e ao décimo terceiro salário. As confederações, nesse sentido, apesar de parecerem submissas ao governo, souberam expressar em alguns momentos os anseios e pontos de vista dos trabalhadores.

As diretrizes do regime, como discutido, atingiram os trabalhadores e suas instituições, entretanto, não se consagraram como imbatíveis, como pôde ser observado com as vitórias de algumas chapas oposicionistas nas eleições sindicais. É válido destacar que o movimento sindical resistiu à sua maneira, ao “acomodar-se”⁸⁰⁵ muitas vezes nos parâmetros impostos pela ditadura, mas se utilizando das brechas para atuar em prol da classe operária.

⁸⁰⁵ A acomodação é um dos conceitos utilizados pelo pesquisador Rodrigo Patto de Sá Motta. Juntamente a esse conceito, o historiador também utiliza os conceitos de adesão e acomodação para compreender em parte os comportamentos diante a ditadura no Brasil, fugindo dos binarismos de adesão e resistência. Ao abordar o termo acomodação, Motta o caracteriza como parte da cultura política brasileira e enquanto um “jogo de mão dupla”, para além da noção de acomodação enquanto adaptação à ditadura. MOTTA, Rodrigo P. Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas**. Ano 8, nº 17, mai./ago. 2016.

Por fim, enfatizamos a abordagem de Corrêa a Fontes⁸⁰⁶, que reforçaram que o surgimento do “novo sindicalismo” só foi possível devido à “luta silenciosa e a resistência cotidiana” nos anos anteriores, marcada pelo amplo diálogo com a sociedade, o que reforça a ideia de um movimento anterior à 1978, atuante, apesar de cauteloso. Aproveitamos para elucidar outra observação dos autores, que evidencia a carência de pesquisas sobre o movimento sindical e o universo do trabalho no período compreendido entre 1964 e 1978.

Assim, é necessário salientar a importância de pesquisas voltadas para o período anterior ao “novo sindicalismo”, buscando compreender de maneira mais detalhada, as características de atuação e expressões políticas que marcaram o contexto. É compreensível que essa atuação tenha sido mais silenciosa que as ações grevistas, e que se apresentam tanto em embates no âmbito burocrático – como nos processos entre os sindicatos e o governo –, quanto às articulações engendradas pelos sindicatos e os trabalhadores, na defesa de seus anseios e direitos.

⁸⁰⁶ PRESOT. As falas de Jerônimo, p. 138.

Movimentos negros brasileiros em documentos do SNI: um discurso de subalternização (1978-1985)

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares

RESUMO: O presente artigo busca analisar a produção documental oriunda da vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) aos movimentos negros brasileiros, durante a ditadura militar brasileira, especificamente entre 1978 e 1985. Para tanto, utilizo como fontes os documentos do Fundo SNI – Agência Recife e parto de um aporte teórico-metodológico base para alguns dos chamados estudos “pós-coloniais”, especificamente, Jacques Derrida (2017) e Gayatri Spivak (2010), bem como de uma revisão bibliográfica acerca dos movimentos negros brasileiros durante o período indicado. O objetivo do artigo é analisar os documentos do SNI e seus discursos de modo a observar como os movimentos e seus participantes eram compreendidos e relatados pelos militares.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; SNI; Movimentos Negros; Discurso; Subalternos.

INTRODUÇÃO

Ao longo deste trabalho, buscarei apresentar e discutir alguns entendimentos apreendidos ao longo da disciplina “Tópico Especial I – História e Pensamento Pós-Colonial”⁸⁰⁷, que discutiu, de maneira introdutória, os chamados estudos “pós-coloniais”, dos quais, acredito que alguns podem dialogar com a pesquisa que desenvolvo como estudante de Doutorado em História vinculada ao PPGH/UFMG⁸⁰⁸. Este diálogo se dará especificamente por meio da análise da principal fonte de minhas pesquisas, os documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI)⁸⁰⁹, em especial, para este artigo, aqueles que versam acerca dos movimentos negros durante a ditadura militar brasileira.

⁸⁰⁷ Disciplina ministrada pelo professor doutor Alexandre Almeida Marcussi, durante o período 2021.2 do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

⁸⁰⁸ O objetivo principal da pesquisa de doutorado é analisar a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o campo político dos estados de responsabilidade de sua Agência Recife, respectivamente Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, durante os anos da ditadura militar, entre 1964 e 1985. Pesquisa vinculada a linha História e Culturas Políticas, sob a orientação da Prof. Dra. Priscila Brandão.

⁸⁰⁹ Principal órgão de informação de contrainformação da ditadura militar, organizando-se por uma Agência Central (AC) e mais 12 Agências Regionais (AR) espalhadas pelo território nacional. Criado em 13 de junho de 1964 pela Lei Nº 4.341. Captado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm Acesso em: 20 de jan. de 2022.

A fonte histórica aqui objeto de análise e discussão compõe o chamado Fundo SNI – Agência Recife, um acervo que totaliza mais de 7.000 mil arquivos digitalizados de microfilmes, relativos à vigilância realizada por esta Agência Regional do SNI aos estados sob sua responsabilidade: Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte⁸¹⁰. Trata-se dos chamados Arquivos Cronológicos de Entrada (ACEs), um tipo documental específico criado pelos militares para fins de arquivamento, que se caracterizam como “dossiês” compostos por vários documentos relativos “a um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato, produzidos ou recebidos pelo SNI”⁸¹¹.

Quanto à temática dos movimentos negros no Brasil, segundo a historiografia, tem-se que estes se dividem em três fases: a primeira, entre 1889 e 1937; a segunda, entre 1945 e 1964; e, uma terceira, entre 1978 e 2000⁸¹². De modo que, as discussões aqui realizadas se inserem mais marcadamente nesta terceira fase, delimitando, portanto, em adequação com o período da ditadura militar brasileira (classicamente demarcada pela historiografia de 1964 a 1985), nossas exposições e discussões entre 1978 e 1985.

MOVIMENTOS NEGROS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Petrônio José Domingues e Amílcar Pereira Araújo destacam que o ano 1978 é um marco na história do “movimento negro contemporâneo” do Brasil devido a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) em 18 de junho, mais tarde, naquele mesmo ano, em 23 de julho, recebeu o acréscimo da palavra “Negro”, passando a se chamar Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR)⁸¹³. Em 1979 sua nomenclatura foi novamente alterada, chamando-se então Movimento Negro Unificado (MNU). Este existe até hoje e “parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades”⁸¹⁴.

⁸¹⁰ Esta documentação foi entregue pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) em 4 de abril de 2016 e, desde o fim dos trabalhos da referida Comissão, encontra-se sob a guarda do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (João Pessoa-PB).

⁸¹¹ ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 60.

⁸¹² DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v.12, 2007, p.100-122. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022. DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. In: Dimensões, v. 21, 2008, p. 101-124.

⁸¹³ DOMINGUES, Movimento negro brasileiro, 2007. PEREIRA, Amílcar Araújo. “O mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 268 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2010.

⁸¹⁴ PEREIRA. “O mundo Negro”, p. 165.

O lançamento do MUCDR ocorreu em um ato público em São Paulo no dia 7 de julho de 1978. Na ocasião, foi lançada a “Carta aberta à população” que apresentava as seguintes frases de ordem: “Contra a discriminação racial. Contra a opressão policial. Pela ampliação do movimento. Por uma autêntica democracia racial.”⁸¹⁵. O MUCDR e suas designações posteriores, procedem de uma rearticulação das organizações e lideranças negras da primeira metade da década de 1970, momento em que as informações e relações se intensificaram, ao passo que se ampliavam as próprias redes de relação entre os grupos negros.⁸¹⁶ Entretanto, nem todos os grupos presentes ao ato de 1978 tiveram relações com iniciativas mais antigas de organização da população negra como, por exemplo, a Frente Negra Brasileira (FNB).

Desde sua fundação o MUCDR buscou aproximar-se a outros grupos da sociedade brasileira, de modo que a primeira intenção foi dialogar com as comunidades afro-brasileiras. Tendo em vista o contexto político brasileiro do período e “visando ampliar a discussão do racismo e conquistar simpatizantes para sua causa”⁸¹⁷, o MUCDR buscou também integrar-se aos debates democráticos mais amplos da sociedade brasileira, como a Campanha pela Anistia Política⁸¹⁸ entre 1978 e 1979, e a Campanha das “Diretas-Já”⁸¹⁹ no ano de 1984.

Petrônio Domingues assiná-la que a rearticulação das organizações e lideranças negras daquele período vivera o seu ápice em 1979 com o MNU que, em um contexto nacional de ditadura militar, contou com forte influência da chamada Convergência Socialista (CS)⁸²⁰, uma organização marxista de orientação trotskista criada em 1974 após a fusão com organizações de operários, e cuja primeira convenção nacional ocorreu apenas em 1978. A CS concretizou-se assim, como a mais importante organização de esquerda para os movimentos negros no período da ditadura militar.⁸²¹

⁸¹⁵ PEREIRA. “O mundo Negro”, p. 164.

⁸¹⁶ PEREIRA. “O mundo Negro”, p. 165.

⁸¹⁷ KÖSSILING, Karin Sant’Anna. As lutas anti-racistas de Afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983). 314 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2007, p. 223.

⁸¹⁸ Movimento da sociedade civil brasileira em prol da anistia ampla, geral e irrestrita aos atingidos pelos atos de exceção praticados pela ditadura militar iniciada em 1964.

⁸¹⁹ Movimento político suprapartidário, e da sociedade civil brasileira, em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República já em 1985.

⁸²⁰ Sobre Convergência Socialista ver: FARIA, Marcos Moutta de. A experiência do movimento Convergência Socialista. In: Trotskismo. Cadernos AEL, v.12, n.22/23, 2005, p.219-260. Captado em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2525> Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

⁸²¹ DOMINGUES, Movimento negro brasileiro, 2007, p. 113.

As reuniões de estudo e discussão sobre as lutas históricas dos negros no Brasil, na África e nos Estados Unidos da América, eram também uma das principais táticas de mobilização dos movimentos negros entre as décadas de 1970 e 1980. Boa parte destas reuniões foram organizadas por uma “elite intelectual negra que desempenhou uma função pedagógica”, estes eram fruto do “boom do ensino universitário privado, responsável por um grande número, proporcional, de negros graduados.”⁸²².

Devido essa formação universitária de alguns dos integrantes dos movimentos negros, estes tinham então contato a União Nacional dos Estudantes (UNE) que, mesmo na ilegalidade desde 1964, ainda se fazia presente clandestinamente no meio estudantil brasileiro com influência de movimentos trotskistas e católicos, sendo fundamental na luta contra a ditadura militar. No meio universitário também existia a influência das organizações de esquerda, algumas com ligações com a UNE, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que tinham em seus programas a chamada “questão racial”; e, com menor influência havia ainda o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Como evidenciei até aqui, a reorganização dos movimentos negros do Brasil em torno do MNU entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, coincide justamente com o período da chamada “distensão” política (1974-1979) e, em seguida, a “abertura lenta, gradual e segura” da ditadura militar (1979-1985). Contudo, como veremos pelos documentos a seguir, isso não significou o abrandamento da vigilância do SNI aos movimentos negros.

MOVIMENTOS NEGROS EM DOCUMENTOS DO SNI

No Fundo SNI – Agência Recife identifiquei ao menos 17 dossiês (os Arquivos Cronológicos de Entrada) com diversos tipos documentais que informam acerca de atividades de movimentos negros e/ou populações negras. Devido à grande extensão de alguns desses documentos, decorrente da repetição de informações e da presença de vários anexos (cadernos e panfletos de eventos, matérias jornalísticas, dentre outros), apresentarei aqui apenas 2 dos documentos, compreendendo que estes são bastante elucidativos sobre o entendimento e discurso do SNI e dos militares, acerca dos movimentos negros.

Assim, inicio pelo documento que versa particularmente sobre o Movimento Negro Unificado (MNU) e que apresenta um discurso comum entre os militares da ditadura. Tal documento é datado de 24 de outubro de 1979, foi produzido pela 6ª Região Militar (integrante

⁸²² SANTOS apud PEREIRA. “O mundo Negro”, p. 175.

do Comando Militar do Nordeste que possui sede na capital pernambucana) e remetido à Agência Recife do SNI.⁸²³ Neste “percurso” do documento, de sua origem em um aparato militar para um órgão civil, ficam manifestas duas importantes questões: primeiramente, o caráter centralizador que o Serviço possuía, de modo que todas as informações entendidas como de “Segurança Nacional” deveriam ser enviadas ao SNI, independente do órgão produtor, civil ou militar; em segundo lugar, e, em decorrência desta primeira ponderação, evidencia-se que o MNU era considerado pelos militares como um assunto de “Segurança Nacional”, com a observação do discurso contido no documento veremos a razão para essa “classificação”.

Partindo para as informações contidas no documento, este apresenta um resumo das mobilizações de movimentos negros no Brasil entre os anos de 1978 e 1979, exibindo dados sobre tais grupos, bem como os eventos por eles organizados até então. Destarte, tal documento já se inicia com o seguinte discurso:

A partir de 1978 apareceu um novo ponto de interesse da subversão no País, particularmente nos Estados do RJ e, com mais ênfase, na BAHIA: a exploração do tema racismo, procurando demonstrar a sua existência e colocar o grupo negro brasileiro como motivo de discriminação. O método utilizado foi a infiltração em entidades dedicadas ao estudo da cultura negra, por meio de palestras em reuniões e simpósios⁸²⁴.

Este pequeno fragmento acima nos proporciona uma série de considerações e reflexões. Primeiramente, temos a presença do termo subversão, de modo que é preponderante compreender que para os responsáveis pela ditadura militar e pelo SNI, eram intuídos como subversivos aqueles grupos e sujeitos contrários à ideologia e à política do regime, portanto, em sua imensa maioria, as esquerdas políticas. Essas eram entendidas como vinculadas a um projeto subversivo para “minar a estrutura militar, econômica, social, moral e política de um regime” e instalar o comunismo, agindo justamente por meio de ações subversivas, que “possuíam caráter predominantemente psicológico, buscando conquistar as populações para um movimento político-revolucionário pela destruição das bases fundamentais da comunidade que o integram”⁸²⁵. Portanto, a partir desta compreensão comum e dirigente entre os militares, da vinculação entre subversão e comunismo, de agora em diante neste texto, quando falar subversivos, saberemos que estará se falando de esquerdas e de comunistas.

⁸²³ Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ ACE_687_80; 1979.

⁸²⁴ Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ ACE_687_80; 1979.

⁸²⁵ ISHAQ; FRANCO; SOUSA. A escrita da repressão e da subversão, p. 279.

Em segundo lugar, em decorrência dessa presença do termo subversivo e, seguindo a lógica de produção de documentos dos OIs da ditadura militar – de interesse de observação e controle social, suspeição, imputação de culpa e retroalimentação de informações sobre subversão⁸²⁶ – o que está sendo comunicado é que a temática do racismo, particularmente a exploração deste tema junto ao “grupo negro brasileiro”, é uma “invenção” a serviço do projeto político-revolucionário da subversão, das esquerdas, do comunismo. Por fim, informa-se, inclusive, os métodos utilizados pelos subversivos no desenvolvimento de suas ações neste seu novo campo de interesse: “o grupo negro brasileiro”, assentando a cultura negra e seu estudo apenas como um espaço de (e para) infiltração de subversivos.

Compreendo que o que temos no trecho citado é a presença de um discurso que situa o chamado “grupo negro brasileiro” em uma posição subalterna quanto aos subversivos; bem como, de uma maneira que torna invisível a heterogeneidade do grupo, visto que os negros no Brasil são apresentados inicialmente no singular, apenas posteriormente no documento é que são citadas organizações e movimentos negros diversos, mas que continuam sendo apresentados apenas como um bloco unitário de sujeitos que possuem pele negra. “Padrão discursivo” esse, que se repete e se completa ao citar o estudo da cultura negra como âmbito suscetível de infiltração subversiva, o sujeito ativo é o que infiltra, o sujeito que participa de entidades e eventos de estudo da cultura negra apenas constitui organismos passíveis de infiltração.

Mais a diante no documento, temos outro momento que corrobora esta compreensão. Informa-se que o Movimento Negro de Salvador (MNS) “vem elaborando uma campanha artificial contra a discriminação racial no BRASIL e, em particular, na BAHIA”⁸²⁷. Aqui temos mais considerações a serem realizadas a partir da menção ao MNS, de modo que, o bloco unitário inicial, “grupo negro brasileiro”, “ganha” uma sigla que o integra. Sim, pois, sobre o Movimento Negro de Salvador, ainda que, mais uma vez, sejam citados os grupos que o integram –como o “IALÊ, MALÊ, ZUMBI, ILIAIÊ, CULTURAL AFRO-BRASILEIRO”⁸²⁸ – a ele é logo em seguida atribuída uma ação que seria falsa, dissimulada, inventada. Assim, segundo o documento, o negro brasileiro faz parte de um grupo, que até pode ter uma certa diversidade, entretanto, que não possui

⁸²⁶ Sobre a lógica de produção de documentos da ditadura militar, ver: LONGHI, Carla Reis. Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar. CADERNOS DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014, p. 92-113. Captado em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/P.2237-8871.2014v15n22p92/7013>. Acesso em: 05 de fev. de 2022.

⁸²⁷ Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ ACE_687_80; 1979.

⁸²⁸ Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ ACE_687_80; 1979.

autoridade (com relação aos comunistas) e autenticidade (em suas ações e pautas), não possui poder, não realiza poder em suas ações.

Finalizando este primeiro documento, temos o discurso empregado para comunicar acerca do “Primeiro Seminário sobre a História Política e Social do Negro no Brasil”, indicado como realizado na Bahia, entre 20 de setembro de 05 de outubro de 1978, pelo Núcleo Afro-Brasileiro do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).⁸²⁹ Segundo o documento, as palestras do evento teriam sido proferidas por professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, assim como os debates realizados, teriam apresentado as seguintes características:

- Toda a argumentação utiliza como premissa básica o chamado “mito da democracia racial no BRASIL”, cuja comprovação sequer é cogitada;
- a análise do “problema do negro” procura adaptar-se a crítica marxista da sociedade brasileira;
- nessa análise, notam-se duas tendências: uma, dominante, porém com argumentos pouco convincentes (pela dificuldade em justificar causas unicamente sociológicas), que define o problema como apenas racial. A outra, minoritária, colca-a no contexto da luta de classes, dando-lhe conotação econômica⁸³⁰.

Este trecho apresenta uma série de problemáticas que expressam como o SNI e a ditadura não compreendiam os movimentos negros brasileiros e suas lutas. Primeiramente coloca-se que as falas do movimento negro partem do entendimento do “mito da democracia racial no Brasil”, fazendo crer que estes movimentos poderiam compartilhar deste mito, entretanto, fica evidente o desconhecimento do agente de informação responsável pela escrita do documento, visto que, na verdade quem compactua com o mito da democracia racial brasileira são os militares, que inclusive, põem a questão do racismo aos negros no Brasil como uma invenção do comunismo para abalar a harmonia social natural do país, como veremos adiante.

Em segundo lugar, mais uma vez realiza-se uma sobreposição, uma subordinação: é a análise do “problema do negro” que se adapta à crítica marxista, o papel de direcionar, de coordenar, parte do comunismo marxista e não dos movimentos negros e seus sujeitos, mesmo que estes organizem eventos diversos para discutir a situação racial e sociopolítica do Brasil, eles se adaptam a algo que os precede, que vem de fora, que busca dominá-los: o comunismo.

⁸²⁹ Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ACE_687_80; 1979.

⁸³⁰ Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ACE_687_80; 1979.

Finalizando este documento, no terceiro ponto da citação, podemos dizer que a problemática da incompreensão pelo ato de tornar invisível se instala de vez. O “problema do negro” não é visto como o problema de fato, mas sim a relação desta discussão (tida como inventada) com tendências entendidas como de cunho subversivo. A população negra, suas formas de organização e de resistência ao racismo, ao autoritarismo e ao capitalismo, não é identificada como grupo heterogêneo que exerce poder de resistência, o poder pertence apenas ao comunismo que adentra a este grupo por meio de tendências “pouco convincentes” ou “minoritárias”.

O segundo documento a ser apresentado comunica sobre o “I Encontro da Cultura Negra Brasileira”, ocorrido entre os dias 04 e 10 de novembro de 1978, na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte.⁸³¹ Pelos dados e informações contidas (número de presentes, conferencistas, programação, cópia de materiais distribuídos etc.) fica evidente que havia agentes de informações vigiando o evento e reportando as discussões que estariam sendo realizadas. Por exemplo, vejamos o trecho abaixo:

Evidenciou-se em cada dia uma movimentação surda, lenta e gradual, mas firme e decidida no sentido de mudar profundamente todo o lastro cultural brasileiro sobre o homem de cor. Essa mudança está sendo manipulada por um grupo de intelectuais, sociólogos e estudiosos do assunto. Aham que tem de haver uma alteração radical na cultura nacional, posto que, segundo dados da ONU, a população do BRASIL é composta, no seu todo, de mais de 50% de negros. Afirmam inclusive que o negro no BRASIL é simplesmente manipulado e relegado a segundo plano, formando-se grupos de cidadãos de segunda classe no contexto social da Nação; que o BRASIL é a maior nação africana fora da ÁFRICA; que o negro brasileiro construiu o País econômica e culturalmente; e que o negro precisa despertar como ser político, com reivindicações específicas, pois continua sem representatividade e sem voz⁸³².

Acima vemos a mescla de dados informativos sobre o que era discutido no evento com as convicções sociopolíticas compartilhadas e ensinadas pelo regime militar através da Escola Nacional de Informações (EsNI)⁸³³, que formava os agentes que trabalhavam no SNI e em demais OIs. O ambiente cultural do negro não é apenas um ambiente de manipulação para/pelo subversivo comunista, como vimos no documento anterior, neste, altera-se essa figura, trata-se agora dos intelectuais – dois quais muitos sejam compreendidos pela ditadura como comunistas. O que não se altera é a posição do negro como subalterno e passivo. De modo que não se

⁸³¹ Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ ACE_177_79_001; 1979.

⁸³² Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ ACE_177_79_001; 1979.

⁸³³ Sobre a EsNI, ver: ANDRADE, Fabiana de Oliveira. A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, Franca, 2014. Captado em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_3e841bf06ecdf63cb4d38c824782851f. Acesso em: 05 de fev. de 2022.

compreende como resistência, como chamamento à luta, o discurso crítico dos movimentos, o posicionamento de chamada ao combate por seu espaço no projeto de nação e por suas reivindicações, a crítica a não representatividade e a uma ausência de voz, citadas no documento e apresentadas acima.

Seguindo adiante no documento, este apresenta a seguinte conclusão:

Enfim, tenta-se com tais movimentos [o encontro] e afirmações [que o negro precisa de representatividade] formar uma conscientização nacional de que o negro é diferente, provocando e criando no seio da sociedade brasileira um clima de separatismo entre irmãos, com o surgimento lento e gradual de forma sub-reptícia de um racismo deliberado e indesejável. Não se deve permitir que surjam afirmações tais como a de que "um legítimo governo de maioria no BRASIL teria de contar essencialmente com a presença marcante do negro"⁸³⁴.

Trata-se de um desfecho em concordância com todo o discurso constante nas citações que expus aqui. Neste epílogo, o negro é: um sujeito uniforme que não deve organizar-se em grupos ou movimentos representativos por demandas sociopolíticas; um sujeito que usufrui no Brasil dos mesmos direitos que os brancos, sendo ambos “irmãos” que não devem seguir pelo caminho do separatismo proveniente dos discursos antirracistas (que são entendidos pelos militares como racistas); e, evidentemente, os negros não devem galgar representação política, de modo que não se deve nem permitir tal pensamento. Ou seja, pelo discurso dos documentos de vigilância do SNI, e, portanto, da ditadura militar, o sujeito negro brasileiro deveria aceitar o local de subalterno. Entretanto, nem isso os militares o admitem conferir, visto que o Brasil seria uma “democracia de irmãos brancos e negros” que deveria se manter alerta ao perigo do comunismo, da subversão, estes sim, os inimigos a serem combatidos, pois, infiltram ao movimento negro e o manipulam para semear o projeto de subversão do regime de ordem nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este texto apresentando o que me trouxe até ele: a identificação de documentos do Fundo SNI – Agência Recife que relatam acerca de movimentos negros durante a ditadura militar brasileira. Ou seja, o problema partiu da existência de fontes históricas, compreendidas como “sensíveis”⁸³⁵, pois, foram produzidas por órgãos de aparelhos repressivos em períodos não democráticos, que apresentam como função informar à ditadura militar sobre os movimentos negros e seus integrantes, especificamente aqui, entre 1978 e 1985. Entretanto, ao me ver

⁸³⁴ Fundo SNI – Agência Recife. ARE_ ACE_177_79_001; 1979.

⁸³⁵ Sobre “documentos sensíveis”, ver: BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015, p. 173-193.

novamente lendo estes documentos e, ao observá-los agora com as compreensões apreendidas ao longo da disciplina “Tópico Especial I – História e Pensamento Pós-Colonial”, especialmente os textos de Gayatri Spivak⁸³⁶ e Jacques Derrida⁸³⁷, novas reflexões e compreensões me surgiram, das quais algumas expus ao longo do texto e outras achei mais oportuno trazer apenas neste momento final, pois, não estão conclusas, sendo algumas questionamentos e possibilidades que os textos citados me suscitaram.

Deste modo, parto da reafirmação de uma compreensão que já exibi ao longo do artigo, mas que foi uma das novas reflexões que a disciplina me proporcionou, especialmente o texto de Spivak⁸³⁸. Trata-se do entendimento de que os militares concebiam (e dispunham em seus documentos) os movimentos negros em posição subalterna às organizações comunistas, em posição a reboque de grupos compreendidos como subversivos. Posicionamento ou “padrão discursivo” este que me faz questionar: os documentos de informação sobre os movimentos negros, realmente informam sobre esses, ou apenas os dispõem como mais um grupo manipulado pelo inimigo comunista que possui um poder maléfico e contra o qual toda forma de poder a disposição do Estado deve ser utilizada?

Trata-se de um questionamento que na minha concepção não possui resposta simples. Isto porque, de maneira direta, os documentos informavam dados objetivos acerca dos movimentos, suas organizações, seus eventos, participantes, discussões etc. Estas informações eram oriundas de atos de vigilância política que tinham como intuito monitorar as áreas que compunham a sociedade brasileira, em particular os setores de possível tensão social, como o âmbito dos movimentos sociais, onde se encaixam os movimentos negros. Havia assim, ações, respostas e consequências práticas e objetivas que resultavam da vigilância e dos documentos oriundos desta.

Entretanto, também na prática, estes documentos e muito do discurso neles contidos, me fazem refletir que os militares possuíam todas as informações possíveis sobre os movimentos negros, mas ainda assim não compreendiam de fato estes movimentos. E por que isto? A meu ver, tanto porque talvez isso não seja plenamente possível, visto o local social dos militares; e porque os estes militares não partiam dos movimentos, não partiam dos sujeitos negros e suas organizações, realidades, problemáticas etc.; as populações negras já eram “subalternizadas” na

⁸³⁶ SPIVAK, Gayatri Chakravory. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra R. G. de Almeida, Marcos P. Feitosa, André P. Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

⁸³⁷ DERRIDA, Jacques, *Linguística e gramatologia*. In: *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 33-90.

⁸³⁸ SPIVAK. *Pode o subalterno falar?*

consciência dos militares antes mesmo destes últimos datilografarem as palavras, as informações, o relato da vigilância.

O que me levou a tal compreensão foram justamente as reflexões de Derrida⁸³⁹ sobre o rastro, o sujeito, a consciência e a linguagem, e, principalmente de Spivak⁸⁴⁰ sobre o interesse, a subjetividade, a identidade, a consciência do subalterno. De modo que o mais importante para minha “nova” (ou ampliada) percepção destes documentos e de seus discursos, foi a demonstração de Spivak⁸⁴¹ de que as formas de expressão estão inseridas em um jogo político de interesses, onde os interesses dos grupos subalternos (ou não) vão o sendo constantemente deslocados pela sua apropriação num campo ideológico mais amplo. No caso aqui, o campo ideológico era, ainda por cima, marcado pelo autoritarismo e violência institucional do Estado.

O rastro – buscando este conceito de Derrida⁸⁴² – das ideologias de cunho autoritário, dos interesses capitalistas, do racismo estrutural de uma sociedade que tem suas bases históricas no sistema escravista perpetrado por europeus e nas diversas ideologias racistas dos períodos pós-abolição, no Brasil e na Europa (um discurso novo, criado no século XIX e deliberadamente empregado para criar novas formas de discriminação racial no mundo pós-iluminismo); estes rastros estão presente nos documentos, no discurso, no pensamento dos militares (e certamente da maior parte da sociedade brasileira daquele período, e infelizmente, talvez até de hoje em dia).

⁸³⁹ DERRIDA. Linguística e gramatologia.

⁸⁴⁰ SPIVAK. Pode o subalterno falar?

⁸⁴¹ SPIVAK. Pode o subalterno falar?

⁸⁴² DERRIDA. Linguística e gramatologia.

Detidos-desaparecidos: a representação de desaparecimentos forçados na arte

Mônica Vaz da Costa

RESUMO: Durante os regimes militares, no Cone Sul, os desaparecimentos forçados de pessoas foram frequentemente utilizados como estratégia de terror e como política de segurança nacional. Mais do que “desaparição” é “desaparição forçada”. É como se, de repente, a pessoa sumisse. Ninguém sabe o que aconteceu porque, se em muitos casos há testemunhas dos sequestros, por outro lado não há registros por parte dos órgãos repressores e o que se tem é uma negação constante. Portanto, os sequestrados mantidos nos centros de detenção (clandestinos ou não) não são apenas desaparecidos, são detidos-desaparecidos, pois seu paradeiro é conhecido, mas insistentemente negado. Muitos detidos-desaparecidos não retornaram ao final dos períodos militares e seu desaparecimento passa a ser equivalente à morte. As artes visuais ocupam um importante papel nos trabalhos de memória e estudos da violência. Cabe também a elas mobilizar, denunciar e questionar a violência praticada pelo Estado em qualquer regime, pois é também por meio da arte que outra história (aquela que não é a oficial) pode ser contada.

Por meio de três trabalhos dos artistas Marcelo Brodsky (Argentina), *Buena Memoria*, de 1996; Cristian Kirby (Chile), *119*, de 2013; e Enrique Ramírez (Chile), *Los durmientes*, de 2014, propomos refletir sobre a história de perseguição, violência e violação dos direitos humanos comum aos países da América do Sul que estiveram sob regimes truculentos, que viam o sangue daqueles que consideravam inimigos como medalhas e a matança era um ato de heroísmo.

No atual momento de perigo em que nos encontramos, no qual vimos emergir e circular novamente os discursos de ódio, de intolerância e principalmente de negação da história em países da América do Sul, é imprescindível que essas imagens do passado relampejem no presente, e que sejam evidência do *isso foi*, daqueles que não se calaram em face do horror e que por isso foram torturados e executados, para tentarmos garantir que não se repita, que nunca mais aconteça.

PALAVRAS-CHAVE: Desaparecimentos forçados, arte e violência, arte contemporânea, arte e política.

Os desaparecimentos forçados de pessoas são frequentemente utilizados como estratégia de terror em uma sociedade. Na América Latina, essa prática foi empregada como política de segurança nacional, durante os regimes militares. De acordo com a Organização das Nações Unidas,

[s]ão consideradas formas de desaparecimento forçado a prisão, detenção, sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade por agentes do Estado ou pessoas e grupos agindo com a autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguindo-se a isso a recusa do reconhecimento da privação da liberdade ou o encobrimento de destino ou localização de pessoa desaparecida, privando a pessoa da proteção da lei.⁸⁴³

Mais do que “desaparição” é “desaparição forçada”. É como se, de repente, a pessoa sumisse. Ninguém sabe o que aconteceu porque, se em muitos casos há testemunhas dos sequestros, não há registros por parte dos órgãos repressores e o que se tem é uma negação constante. Portanto, os sequestrados mantidos nos centros de detenção (clandestinos ou não) não são apenas desaparecidos, são detidos-desaparecidos, pois seu paradeiro é conhecido, mas insistentemente negado.⁸⁴⁴ Contudo, como afirma Enrique Serra Padrós, muitos detidos-desaparecidos não retornaram ao final dos períodos militares e seu desaparecimento passou a ser equivalente à morte.

Concretamente, no final das ditaduras, salvo raríssimas exceções, os desaparecidos não apareceram nem com a abertura das prisões nem com as leis de anistia que possibilitaram o abandono dos esquemas protetores da clandestinidade ou do exílio. Isso significou reconhecer que a possibilidade da existência de detidos-desaparecidos em mãos do Estado havia deixado de existir. A partir daí, verificou-se que, diferentemente do ocorrido com detidos-desaparecidos soltos ou legalizados como presos políticos, a maioria não voltou. Passaram a ser denominados desaparecidos no sentido estrito ou, simplesmente, “os desaparecidos”. Com o início da redemocratização, rapidamente concluiu-se que desaparecimento era sinônimo de morte violenta (execução) cometida em nome do Estado e da Segurança Nacional.⁸⁴⁵

Esse é um processo institucionalizado, administrativo e burocrático. O regime recrutou e treinou agentes, estabeleceu lugares de detenção e tortura, disponibilizou e direcionou verba e fiscalizou o serviço. A prática do desaparecimento alicerçou-se na impunidade que partia de uma ficção idealizada e tornada premissa básica: se não havia corpo, não havia vítima; e se não havia

⁸⁴³ Captado em: <https://nacoesunidas.org/nova-convencao-sobre-desaparecimentos-forcados-entra-em-vigor/>. Acesso em: set. 2020.

⁸⁴⁴ Apesar das denúncias de testemunhas e da existência de indícios que apontavam para o desaparecimento forçado de pessoas durante as ditaduras militares no Cone Sul, a negação da detenção por parte do Estado fez surgir a condição de detido-desaparecido.

⁸⁴⁵ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do Pacheato à ditadura civil-militar*. 874 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 641.

vítima, não havia crime. A censura à imprensa imposta por esses regimes ajudou a respaldar a ideia de que não havia desaparecidos políticos.

A América do Sul foi uma das regiões onde a política de desaparecimento como método de terror de Estado se impôs com grande impacto e eficiência. Aos desaparecimentos forçados somam-se outras modalidades repressivas como torturas e extermínios. Além disso, esses sequestros afetam não só suas vítimas diretas – os sequestrados –, mas também aqueles que permanecem sem notícias sobre seu paradeiro. São esposas que não podem reivindicar pensões, filhos que não têm direito à herança, familiares e amigos que permanecem na angústia e expectativa por notícias e que não têm sequer a confirmação da morte, uma vez que não há corpo. Esses corpos, com vida ou não, foram e continuam a ser reivindicados por familiares.

A seguir, nos deteremos nos trabalhos de três artistas que, em suas obras, contam histórias não-oficiais de seus respectivos países e, por essa razão, ocupam um importante papel nos trabalhos de memória e estudos da violência.

Marcelo Brodsky, Buena memoria, 1996 – Argentina

Claudio e Martín

Trinta e dois jovens estão sentados em uma arquibancada, dispostos em quatro fileiras. Aparentam ser pré-adolescentes e todos eles vestem uniforme escolar: os rapazes usam paletó e gravata, as garotas, saia, algumas vestem casaco sobre a blusa branca de gola. Uma menina que sorri na primeira fileira carrega no colo (ajudada pela colega de sala) uma placa identificando ano e local eternizados pela fotografia: Colégio Nacional de Buenos Aires, 1967. Alguns olham diretamente para a câmera, outros têm o olhar em algo ou alguém atrás da lente, uns sorriem e poucos mantêm-se sérios e com postura ereta para o registro daquele instante. Sobre a imagem em preto e branco, há vários escritos coloridos, indicando onde cada um vive, sua profissão, quantidade de filhos e algumas lembranças corriqueiras daquele ano e do convívio com aquele grupo de jovens: “Gabriel trabalha com produção audiovisual”, “Ruth vive em Viena”, “Alicia tem um monte de filhos”, “Maria Teresa mentia, mas ninguém acreditava nela. Vive”, lê-se em algumas anotações. Sobre três rostos há círculos cortados, indicando que aqueles alunos estão mortos. Sob o círculo branco: “Pablo morreu de uma doença incurável”. Nos outros dois, em vermelho, as observações: “Mataram Claudio em um confronto”, diz em uma; “Martín foi o primeiro que levaram. Não chegou a conhecer seu filho Pablo, que hoje tem 30 anos. Era meu amigo, o melhor”,

afirma na outra. No canto inferior direito a assinatura do artista e o ano e local em que fez aquelas anotações: Buenos Aires, 1996.

No aniversário de vinte anos do último golpe civil-militar na Argentina (de 1976 a 1983, conhecido como “Processo de Reorganização Nacional”), o “artista e ativista pelos direitos humanos” (conforme sua própria descrição em seu *site*) Marcelo Brodsky parte da fotografia feita no Colégio Nacional⁸⁴⁶ e concebe *Buena memoria*, “um ensaio visual que trata da memória coletiva durante os anos da ditadura, inspirado nas emoções e experiências pessoais de quem as viveram”, nas palavras do próprio artista. A exposição traz inúmeras fotografias de seu acervo pessoal, imagens de seu álbum de família, outras que tira para a exposição e se apropria de apenas uma imagem que não faz parte de seu arquivo (o retrato resgatado por Víctor Bastera de Fernando, irmão de Marcelo, desaparecido no dia 14 de agosto de 1979, aos 22 anos).

Na imagem do Colégio, passado e futuro encontram-se por meio das anotações de Brodsky. Nada no olhar, na postura ou nos gestos e sorrisos daqueles jovens nos aponta para qualquer pista a respeito do que vai lhes acontecer. O artista, personagem presente na imagem de 1967, retoma a fotografia 29 anos depois com os olhos do futuro e registra seus destinos em poucas palavras, nos diz quem permanecerá vivo e quem será morto. Existe, assim, uma inocência na imagem fotográfica justamente por esse desconhecimento, por ignorar o por vir que sequer desponta no horizonte.

Nelly Richard, a respeito das imagens de desaparecidos políticos, escreve:

A foto da vítima retrata a inocência de um *antes* que desconhece o mal, e que traz agora vibrações auráticas porque designa o “único” e “irrepetível” do momento de vida em que esses sujeitos acreditavam estar definitivamente *a salvo*. A tensão latente entre o rosto despreocupado do tempo passado da fotografia que não sabe da iminência do drama e do tempo presente no qual olhamos tragicamente a foto de alguém logo convertido em vítima da história, compõem um desesperado *punctum* que emociona e choca essas fotos de álbum de desaparecidos.⁸⁴⁷

⁸⁴⁶ Fundado em 1863, o Colégio Nacional de Buenos Aires é referência no ensino público argentino. As vagas são disputadas em um duro processo de seleção entre aqueles que buscam um ensino de excelência. Entre os alunos egressos figuram quatro presidentes e dois prêmios Nobel. Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/27/internacional/1430093261_978920.html. Acesso em: set. 2020.

⁸⁴⁷ RICHARD, Nelly. *Políticas y estéticas de la memoria*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2000, p. 168.

O que Brodsky faz com suas anotações é tensionar passado e futuro, confrontar o “rosto despreocupado” com a realidade que se aproximará: você será morto. Quando o artista escreve que Martín foi o primeiro a ser levado e que Claudio morreu em um confronto, ele nos revela que ambos foram vítimas de um ato violento. Sabemos, porque conhecemos a história daquele país, tratar-se do terrorismo de Estado, da ditadura civil-militar que matou e desapareceu cerca de 30.000 pessoas nos períodos que foram de 1966 a 1973 e de 1976 a 1983. Os militares alegam terem matado “apenas” 8.000.

Em 1976, León Ferrari⁸⁴⁸ iniciou a série *Nosotros no sabíamos*. O artista recortava notícias de jornais argentinos que, de alguma maneira, passaram pela censura imposta pelo regime militar e noticiavam, entre outras atrocidades do Estado, os cadáveres que apareciam às margens do Rio da Prata ao longo daquele primeiro ano do Processo de Reorganização Nacional (1976-1983). Esse trabalho consiste em oitenta e duas folhas no formato A3 (42 x 29,8 cm) contendo os recortes acompanhados da data em que foram publicados (em 2007 seria publicado em forma de livro). O título da série confronta o descaso da população em geral em relação ao terror de Estado, que argumentava desconhecer a violência daquele governo. “Nós não sabíamos”, eles diziam, ainda que, apesar da censura, os jornais tenham noticiado as atrocidades.

Enrique Ramirez, *Los durmientes*, 2014 – Chile

Em *Los durmientes*, vídeo de 2014, o artista chileno Enrique Ramirez⁸⁴⁹ trata também desses corpos sequestrados, desaparecidos e jogados à água por agentes da DINA (Dirección de Inteligencia Nacional — polícia secreta do governo de Augusto Pinochet), muitos ainda com vida. A palavra em espanhol *durmientes* refere-se tanto ao corpo sonolento devido à anestesia dada por um médico a bordo da aeronave das Forças Armadas chilena, quanto aos dormentes ferroviários a que essas pessoas eram amarradas como forma de garantir que, uma vez lançados ao mar do Pacífico, os cadáveres não boiriam e não retornariam como os mortos argentinos. O vídeo foi filmado nas costas de Puerto Viejo, Horcón e Quintero. Nesta última praia foram encontrados, em 2004, os primeiros dormentes utilizados para amarrar aos corpos dos detidos-desaparecidos.

⁸⁴⁸ Nascido em Buenos Aires, Argentina, em 1920. Exilou-se no Brasil entre 1976 e 1991. Faleceu em 2013 na capital argentina.

⁸⁴⁹ Nascido em Santiago, Chile, em 1979, filho de um confeccionador de velas para barcos, o artista vive e trabalha em Paris, França.

Estima-se que foram lançados ao Pacífico mais de 400 corpos de militantes opositores ao regime militar.⁸⁵⁰

Dividido em três partes independentes e exibidas simultaneamente em três telas distintas, predominam, no filme de Ramirez, o som do helicóptero misturado ao barulho das ondas do mar, e a cor azul das águas e do céu. Em uma das telas, a câmera sobrevoa o mar, mostrando suas águas ondulantes. Em outra, um homem mais velho, vestindo terno, anda pela praia e traz um peixe morto em suas mãos. Ele encontra um homem mais novo, um encontro de duas gerações, uma coexistência de passado e futuro. Na terceira tela, vemos cruzeiros boiando na superfície do mar. Uma voz em *off* narra: “Saltar / correr / mirar / respirar / Mirar/ mirar el fondo / mirar cómo se deshace todo / mirar cómo desaparece / mirar el silencio / la boca con sal / Fabrica la vida / el silencio / el miedo / la búsqueda”. Ao final, a câmera é lançada à água e, nas piruetas que faz até alcançar a “tumba inexistente”, céu e mar se confundem. Vemos aquilo que os sequestrados pelo regime de Pinochet, dormentes, devem ter visto pela última vez, se estivessem ainda vivos. Na obra de Enrique Ramirez, o mar é, frequentemente, um protagonista. Em *Los durmientes* é esse personagem imponente quem engole para sempre e dá repouso para os mortos.

Cristian Kirby, 119, 2013 – Chile

Em 2013, o artista também chileno Cristian Kirby criou a série *119*. A obra é parte de uma investigação que consistiu em um registro de todos os lugares em que desapareceram os 119 militantes de esquerda sequestrados e assassinados pela DINA entre os anos 1974 e 1975. Esse trabalho apresenta o caso da “Lista dos 119”, uma operação articulada entre o governo e a Operação Condor,⁸⁵¹ que contou com o apoio decisivo da imprensa à Operação Colombo (considerada o primeiro episódio da Operação Condor). Em 1975, em uma operação articulada com os meios de comunicação de massa do Chile, Brasil e Argentina foram divulgadas as versões oficiais do governo chileno, noticiando que 119 desaparecidos políticos chilenos estariam no exterior e afirmavam que muitos deles haviam sido “mortos como ratos” pelos próprios companheiros de organização ou por confrontos com forças de segurança estrangeiras.

⁸⁵⁰ Cf. <https://www.emol.com/noticias/nacional/2004/09/22/159209/buzos-extraen-rieles-con-que-fueron-hundidos-cuerpos-de-dddd.html>. Acesso em: set. 2020.

⁸⁵¹ A Operação Condor, cujo nome faz referência à ave andina que se alimenta exclusivamente de animais mortos, foi uma aliança formalizada em outubro de 1975 entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai –, com conhecimento da CIA, para realização de atividades coordenadas clandestinas, com o objetivo de vigiar, perseguir, sequestrar, torturar, assassinar e desaparecer militantes opositores dos regimes ditatoriais desses países. Cf. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: dez. 2021.

A circulação de notícias falsas nos meios de comunicação de massas tinha como objetivo acobertar os agentes do Estado responsáveis pelas mortes e, ao mesmo tempo, ampliar o repúdio aos grupos guerrilheiros na América do Sul e desqualificar as organizações que se opunham ao governo. Essa operação (Colombo) culminou com a publicação de duas listas em 1975, uma no Brasil e outra na Argentina, com os nomes de 119 opositores que estavam desaparecidos. As manchetes dos periódicos chilenos anunciavam que eles se encontrariam no exterior, afirmando que muitos deles haviam morrido pelos próprios companheiros de organização ou por confrontos com forças de segurança estrangeiras.

A manipulação das manchetes, dos fatos e, logo, da memória de uma população é uma estratégia cruel e efetiva de poder e de dominação. A esse respeito, Jacques Le Goff escreve:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores deste mecanismo de manipulação da memória coletiva.⁸⁵²

Assim, ao falsear as notícias da imprensa, o governo, “senhor da memória”, garantiu que apenas sua versão seria contada oficialmente e difundida entre seus leitores, criando um sentimento de repúdio aos “terroristas assassinos inimigos do Estado”.

Na série, Kirby executou uma espécie de álbum cartográfico, uma colagem, fusão, do retrato de família com a cartografia de Santiago, imprimindo a foto sobre o mapa ou sobre o índice das ruas daquela cidade, no local exato onde cada vítima fora sequestrada. Na realização do projeto, o artista apropriou-se de imagens de arquivo dos retratos dos 119 detidos-desaparecidos, que são aqueles que seus familiares carregavam, buscando verdade e justiça, criando 120 obras.⁸⁵³ O artista cria por meio da sobreposição de imagens uma relação de presença e ausência dos corpos, recolocando-as naquele que seria o endereço de seu desaparecimento, da sua ausência. Durante anos esses retratos pertenceram ao âmbito privado, compondo os álbuns de família de onde foram arrancados para peregrinarem por hospitais, centros de detenção e necrotérios nas mãos das mães que procuravam por seus filhos. No presente, essas lembranças familiares compõem pequenos objetos de memória e de denúncia do Estado.

⁸⁵² LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e memória*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996, p. 426.

⁸⁵³ As fotografias das quais Kirby se apropriou podem ser encontradas em: <http://archivochile.com/entrada.html>, assim como outras informações sobre os 119 detidos-desaparecidos. Acesso em: fev. 2022.

Nas palavras do artista, “o retrato nos singulariza e nos diferencia como indivíduos. O retrato nos identifica como únicos e irrepetíveis. Representa nosso pertencimento e testemunha nossa existência”.⁸⁵⁴ Assim, o recurso das imagens dos desaparecidos não só opera como estratégia de evocação dos ausentes, como é também uma maneira de ressaltar o vazio deixado por eles. “Nós um dia existimos e deixamos de existir quando fomos desaparecidos nestes endereços onde fomos vistos publicamente pela última vez” é o que as colagens de Kirby parecem nos dizer. 119 é um número pequeno perto dos números oficiais da ditadura chilena: 3.200 pessoas mortas pelo Estado, das quais 1.192 seguem desaparecidas e mais de 33.000 sequestradas e torturadas.

Conclusão

Por meio da arte, Brodsky, Ramirez e Kirby como tantos outros artistas contemporâneos, rejeitam a indiferença em relação à violência de Estado. Percebem as sombras da história e as encaram de frente em busca de luz, de conhecimento, produzem imagens, nos oferecem vestígios visuais, sacodem o observador com intuito de acordá-lo de uma possível apatia social e de fazê-lo enxergar aquilo que não está visível na superfície da imagem ou na narrativa histórica e cobram um posicionamento do espectador, pois, uma vez que se olhou para a sombra, não é mais possível ser indiferente em relação a ela.

Portanto, *apesar de tudo* – do silenciamento de inúmeras vozes, da obliteração de memórias e da crueldade praticada sobre corpos e sociedades –, mas também *por causa de tudo*, os artistas nos apresentam as imagens da violência de Estado. Para nos fazer ver, nos fazer conhecer, para que estejamos alerta diante do perigo, para garantir que não esqueçamos. É preciso conhecer as imagens que os artistas nos apresentam para resistir frente aos discursos que vemos aflorar de negação das torturas e assassinatos ocorridos no passado recente e ao absurdo culto e defesa da violência por parte de chefes do poder executivo ao redor do mundo. Cabe aos artistas não derrubar governos, mas o gesto de estimular um questionamento a partir de imagens e de representações daquilo que não devia ser dito. Apesar de tudo e por causa de tudo, é urgente ver para produzir reflexão, sentido, inteligibilidade e ação em relação ao que passou e ao agora para que, quem sabe, consigamos construir um futuro menos violento.

⁸⁵⁴ Cf. <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br>. Acesso em: set. 2020.

As relações entre Feminismo Chileno e Igreja Católica durante a ditadura militar

Iasmin do Prado Gomes

Mestranda em História - Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP

RESUMO

A seguinte investigação objetiva analisar as relações entre o Feminismo Chileno e a Igreja Católica materializadas na revista *Mensaje* durante o período de 1983 a 1990. O recorte temporal sinalizado corresponde ao momento de criação do slogan “Democracia no país e em casa”, construído pelo movimento feminista chileno e o fim da ditadura militar de Augusto Pinochet. As feministas chilenas foram agentes de destaque na luta pela democracia diante do cenário autoritário: se organizaram coletivamente em prol da formação de entidades, grupos de estudos, publicações de livros, artigos e panfletos, passeatas e centros de informação que defendiam a igualdade entre os gêneros nos espaços público e privado e o fim do governo ditatorial.

Como os impressos consistiram em importante instrumento de resistência feminista e denúncia do autoritarismo no Chile e em outros países da América Latina, a fonte escolhida para o estudo é *Mensaje*, uma revista católica fundada pelo jesuíta Padre Hurtado em 1951 e que é publicada no Chile até os dias atuais. Como duas instituições distintas e produtos de seu espaço-tempo - Feminismo Chileno e Igreja Católica - articularam suas demandas em contexto de repressão? Quais acontecimentos da história chilena e latino-americana contribuíram para tal aproximação? O presente trabalho buscará responder estas questões.

Palavras-chave: Feminismo, Igreja Católica, Ditadura Militar, Chile, *Mensaje*

Introdução

A América Latina da segunda metade do século XX vivenciou um contexto de circulação de ideias e projetos individuais e coletivos inspirados pela Revolução Cubana, liderada por nomes como Che Guevara e Fidel Castro. Esse cenário, marcado por ideologias comunistas e socialistas, impulsionou a criação de impressos que buscavam trazer ao seu público conteúdos que almejavam a conscientização política e o questionamento da estrutura capitalista que explora os povos latino-americanos⁸⁵⁵.

⁸⁵⁵ BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. Utopía y Praxis Latinoamericana / Año 8. N° 20, 2003, pp. 105-115.

É interessante destacar que a crítica ao capitalismo também foi desenvolvida por órgãos da Igreja Católica no continente americano. Setores progressistas do catolicismo se propuseram a refletir sobre novas formas de “ser Igreja”, influenciados pela Teologia da Libertação - movimento que aproximou cristianismo e marxismo e contestou as ações e hierarquias existentes na instituição eclesiástica. O ponto de partida para que cristãos progressistas aderissem à Teologia da Libertação foi a realidade latino-americana historicamente marcada pela pobreza fomentada pelo sistema capitalista⁸⁵⁶.

Entenderemos a fonte desta pesquisa, a revista *Mensaje*, como um agente político e produto de seu espaço-tempo que atuou nesse contexto de disseminação de ideias que possibilitaram que a política e a religião fossem pensadas de maneira não tradicional. Como já dito, o impresso foi fundado em 1951 pelo jesuíta Padre Hurtado e circula no Chile até a atualidade. Um de seus objetivos consiste em retratar para os seus leitores as realidades nacional e internacional a partir de uma perspectiva crítica e cristã⁸⁵⁷.

Apesar de se posicionar como defensora do Humanismo Cristão, uma corrente alternativa ao comunismo ateu e ao capitalismo explorador, *Mensaje* apoiou o Primeiro Encontro dos Cristãos pelo Socialismo (CPS). O evento ocorreu em Santiago durante o governo do médico e marxista Salvador Allende e defendeu a luta de classes como um compromisso cristão, rompendo com a ideia de que política e religião são áreas distintas. O grupo “Cristãos pelo Socialismo” se expressou durante os anos de 1971 a 1973 no interior da Igreja Católica do Chile, reivindicando o fim do capitalismo que oprimia o povo pobre e trabalhador⁸⁵⁸.

Ao longo de sua trajetória, a revista contou com um corpo editorial múltiplo que se aproximou da Teologia da Libertação e da Democracia Cristã⁸⁵⁹ em diversos contextos históricos.

⁸⁵⁶ LOWY, Michel. O que é o cristianismo da libertação: religião e política na América Latina. In: Cap.2. O cristianismo da libertação na América Latina, Ed.1, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016, pp.73-140.

⁸⁵⁷ Sobre Nosotros - Revista *Mensaje*. Captado em: <https://www.mensaje.cl/sobre-nosotros/>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

⁸⁵⁸ AMORÓS, Mario. La Iglesia que nace del pueblo. Relevancia histórica del movimiento Cristianos por el Socialismo. In: VALLEJOS, Julio (coord.). Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular. LOM Ediciones. Santiago de Chile, 2005.

DIANNA, Eduardo. Com Deus e pela transformação social: notas sobre o “cristianismo subversivo” chileno no início dos anos 1970. Temporalidades - Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1, jan./abril. 2018.

⁸⁵⁹ O Partido Democracia Cristã foi fundado em 1957 e contou com a coalização de grupos de centro e de direita que se identificavam com o conservadorismo e o cristianismo. A instituição se colocou como uma alternativa ao comunismo e ao capitalismo e propôs percorrer o seu próprio caminho no campo político chileno. Em 1964, elegeu Eduardo Frei Montalva como presidente da República sob o slogan “Revolução em Liberdade” e se expandiu consideravelmente diante das eleições parlamentares e municipais, tornando-se o partido mais influente do país. O processo eleitoral, cujo Salvador Allende conquistou a vitória como presidente, causou uma divisão interna entre os

O fato em questão evidencia que *Mensaje* consiste em um agente político que atuou nas conjunturas chilena e latino-americana de maneira não homogênea. Estudar os impressos demanda que saibamos que nunca teremos ao nosso alcance todos os detalhes envolvidos em sua criação e circulação. Dessa forma, devemos assumir a complexidade de trabalhar com esse tipo de fonte e reconhecer que, muitas vezes, não conseguimos estudar a sua totalidade. Por isso, enfatizamos que encaixar a revista em uma corrente ideológica ou outra não se encontra entre os objetivos desta investigação, assim como entender qual a recepção de seu público diante dos conteúdos expressos no material.

***Mensaje* durante a ditadura militar**

Até o momento, os únicos estudos que encontramos sobre a fonte correspondem à coletânea “Chile e o mundo com os olhos de *Mensaje*” composta por três livros escritos por René Muller Menares, Luis Enrique Poblete Belmar e Miguel Ramírez Leiva, pesquisadores vinculados à revista. Os livros recebem os seguintes títulos: Os sabores da história (1951-1962), Esperanças e rompimentos da história (1963-1974) e Silêncios e reencontros (1975-1988). As obras abordam a história do impresso da sua fundação até o momento em que o “no” triunfou no plebiscito que votou pelo fim da ditadura militar de Augusto Pinochet e o processo de abertura democrática. Infelizmente, ainda não conseguimos obter contato com esse material. Assim, recorreremos ao próprio repositório digital da revista para tecermos o seu percurso durante o recorte temporal que contempla essa pesquisa. Foi desenvolvida uma busca de artigos publicados por *Mensaje* nos anos de 1983 a 1990 e posteriormente pelas suas edições comemorativas de aniversário datadas das décadas de 2000 e 2010. As últimas trazem detalhes sobre a atuação do impresso durante a ditadura militar e são essenciais para o entendimento do nosso objeto.

De acordo com as informações analisadas, a edição de setembro de 1973 da revista sofreu atrasos devido ao golpe do dia 11 daquele mês, fazendo com que a sua publicação ocorresse de maneira mensal e bimestral. Como era de se supor, o *Mensaje* sofreu censura do governo militar. Entre as punições submetidas à revista se encontram ameaças de fechamento, edições extraviadas pelos correios, perda de patrocínios e o uso de codinomes por autoras/os dos textos que a compunham. Além disso, Renato Hevia, um de seus diretores, foi preso em 1985 acusado de

seus componentes: alguns formaram o Partido Esquerda Cristã para apoiá-lo, enquanto a maioria realizou uma aliança com a direita em prol da derrota da Unidade Popular (Memória Chilena - Partido Demócrata Cristiano (1957-2004). Captado em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3643.html>. Acesso em: 21 de jun. 2022).

infringir a Lei de Seguridade do Estado após escrever um editorial sobre a DINA, Direção de Inteligência Nacional, a polícia política de Pinochet.

No geral, durante o período de 1983 a 1990, *Mensaje* denunciou a violação aos direitos humanos cometidas pelos militares e o exílio de forma crítica e cristã. É digno de nota que a revista contou com leitores no exterior, o que diz muito sobre o seu alcance nacional e internacional em tempos de censura e repressão no Chile e em outros países da América do Sul. Apesar das ameaças sofridas, não foi fechada durante a ditadura e recebeu apoio de setores da Igreja Católica no que tange a sua condição enquanto importante agente da luta contra a repressão. Vale ressaltar que o *Mensaje* também recebeu críticas das hierarquias eclesiais. Afinal, a instituição católica era composta de indivíduos cujas intencionalidades e ideologias apresentavam divergências entre si.

Movimento Feminista Chileno

A instauração da ditadura militar no Chile, gerou mecanismos para a eclosão do movimento feminista no país e o fim do período denominado por Julieta Kirkwood como “Silêncio Feminista”. De acordo com a autora, esse silêncio se deu com a conquista do voto feminino em 1949 e perdurou até o golpe de Pinochet. Nesse momento, a participação de mulheres em cargos políticos não foi tão expressiva⁸⁶⁰. Julieta Kirkwood (1937-1985), é uma socióloga e cientista política que estudou a História das Mulheres Chilenas a partir da perspectiva marxista. É considerada a precursora da segunda onda do movimento feminista do Chile e fundadora dos estudos de gênero no país⁸⁶¹.

É importante termos em mente que a segunda onda do feminismo chileno é dividida em três fases: em seus anos iniciais reivindicou a defesa da vida e a luta por justiça para com os sujeitos que tiveram os direitos humanos violados pelos militares. Entre fins da década de 1970 e o início da de 1980, fomentou os primeiros grupos feministas e encontros de mulheres da América Latina e do Caribe, etapa caracterizada por problematizações que englobavam exclusivamente a categoria de gênero. Já entre 1982 a 1986, desenvolveu intensa mobilização contra a repressão do Estado, ampliou o contato com o feminismo latino-americano e contou com a presença de importantes coordenadoras de grupos de mulheres⁸⁶².

⁸⁶⁰ KIRKWOOD, Julieta. Ser política em Chile: Los nudos de la sabiduría feminista, 2.ed, Santiago, Cuarto Proprio, 1990.

⁸⁶¹ Memoria Chilena. Julieta Kirkwood y los saberes feministas (1937-1985). Captado em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3494.html>. Acesso em: 21 jun. 2022.

⁸⁶² WOITOWICZ, K. PEDRO. J. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. Ano X, n. 21, 2º. Semestre, 2009, pp. 43-55.

Para Sepúlveda (2013), não é errado dizer que as práticas de resistência do movimento feminista se encontram na base do processo de redemocratização do Chile. Em 1983, as mulheres chilenas criaram o slogan “Democracia no país e em casa” que reivindicou o fim das opressões de gênero inseridas nos âmbitos público e privado e denunciou a violação aos direitos humanos cometidas pelos militares. O feminismo aqui abordado entendia que o pessoal é político, rompendo com a dicotomia público-privado e com valores tidos como tradicionais pela conservadora sociedade chilena⁸⁶³.

Estudar o movimento feminista do Chile durante a ditadura militar (1973-1990) implica em dizer que a sua atuação se deu em forma de passeatas, grupos de formação, boletins, livros e uma série de instituições criadas em prol do acolhimento e conscientização de mulheres perante o cenário autoritário. Uma delas é o Círculo de Estudos da Mulher, criado em 1979 sob a tutela da Academia de Humanismo Cristão, órgão fundado em 1975 pelo cardeal Raúl Silva Henríquez com o objetivo de subsidiar estudos relacionados às ciências sociais censurados pelos militares. O Círculo tinha como um de seus propósitos a escrita da História das Mulheres no Chile e contou com a destacada participação de Julieta Kirkwood. Em 1983, o mesmo ano de construção do slogan “Democracia no país e em casa”, a entidade foi expulsa da Academia de Humanismo com a justificativa de que as suas componentes tratavam de temas imorais no periódico por elas publicado, o *Boletín*. Os assuntos abordados envolviam o aborto e o divórcio, questões caras para a Igreja Católica da América Latina⁸⁶⁴.

Feministas em *Mensaje*

Para a execução deste tópico do trabalho, realizamos um mapeamento no próprio repositório digital de *Mensaje*⁸⁶⁵. Por meio da busca de termos como “feminismo”, “gênero” e “ditadura militar” durante o recorte temporal de 1983 a 1990, encontramos artigos publicados por mulheres que materializaram as discussões propostas pelo movimento feminista chileno e suas relações com o catolicismo. É digno de nota que até o momento não foram encontrados entre esses textos a abordagem de temáticas como o aborto, o divórcio e a sexualidade feminina. A

⁸⁶³ SEPÚLVEDA, Vanessa. Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1990). Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013), p. 96-117.

⁸⁶⁴ MARQUES, Gabriela. As feministas na Igreja Católica: uma análise do Círculo de Estudios de la Mujer na Academia de Humanismo Cristiano do Chile (1979-1983). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011, pp.1-15.

⁸⁶⁵ Arquivo Histórico - Revista *Mensaje*. Captado em: <https://www.mensaje.cl/archivo-historico/>. Acesso em 21 jun. 2022.

extinção do Círculo de Estudos da Mulher em 1983 pode ser entendida como um alerta para as mulheres que estudavam gênero e precisavam da tutela de órgãos eclesiásticos para se proteger da censura da ditadura militar. Afinal, receber o apoio de uma entidade forte como a Igreja Católica durante a repressão significava para muitas sujeitas não ser perseguida pelos militares, o que poderia ser a sua melhor opção mesmo que isso implicasse a não retratação de determinadas questões.

Segundo Woitowicz e Pedro (2009), a segunda onda do feminismo chileno não explorou com afincos assuntos como a reprodutividade e a sexualidade. O fato se deve ao conservadorismo característico da sociedade chilena, a influência dos órgãos católicos e a forte ligação do movimento com os partidos de esquerda⁸⁶⁶. Isso não indica que tais temáticas não eram discutidas clandestinamente em encontros feministas e nos bastidores por trás da criação e circulação das edições de *Mensaje*.

Quais fatores corroboraram para a aproximação entre feminismo e catolicismo manifestada na revista? Acreditamos que as intensas mobilizações populares contra a ditadura iniciadas em 1983 contribuíram para a atuação das feministas no impresso. De acordo com Cruz (2015), esse cenário de insatisfação diante do autoritarismo possibilitou espaços para que a Igreja Católica tivesse maior diálogo com os movimentos sociais⁸⁶⁷. É inegável que as organizações feministas tiveram um importante papel perante a luta pelo processo de redemocratização e por mais que vivessem conflitos com os religiosos, apoiá-las implicava em assumir publicamente um compromisso contra a ditadura militar.

Além disso, o *Mensaje* tinha como um de seus pilares a valorização da intelectualidade nacional e internacional. A escrita da História das Mulheres do Chile desenvolvida no Círculo de Estudos da Mulher e em outros espaços correspondia à uma grande contribuição das feministas para a intelectualidade chilena e latino-americana. Afinal, elas propuseram pensar a História do Chile por meio da categoria de gênero, trazendo inovação para a ciência do país e os estudos feministas latino-americanos. Para a Francesca Gargallo (2010), uma das maiores estudiosas dos feminismos da América Latina, Kirkwood é uma das referências da teoria feminista no continente americano por sua originalidade e influência exercida sobre o pensamento feminista de *Nuestra América*. A filósofa também afirmou que intelectuais como Urania Ungo do Panamá e Dora

⁸⁶⁶ WOITOWICZ, PEDRO. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile, pp. 43-55.

⁸⁶⁷ CRUZ, María. A Igreja Católica, a ditadura e os dilemas da memória no Chile. QUADRAT, S; ROLLEMBERG, D. (org.). In: História e Memória das ditaduras do século XX. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, pp. 369-393.

Barrancos da Argentina têm se apoiado na produção teórica da autora “como un paradigma de la resistencia política feminista a las dictaduras y al patriarcado en América Latina”⁸⁶⁸

Julieta Kirkwood (1990), dizia que não haveria feminismo sem a democratização da condição da mulher⁸⁶⁹. Os ensinamentos da líder da segunda onda do feminismo chileno estiveram presentes em nossa fonte. Segundo Patricia Verdugo, em um texto escrito para *Mensaje* em 1986, Kirkwood (1990) era a liderança intelectual do feminismo chileno. Ao destacar a obra mais famosa da autora, “Ser política no Chile: as feministas e os partidos”, Verdugo (1986) evidenciou uma fala da socióloga sobre a importância do livro para uma leitura feminista da história das mulheres engajadas na luta por emancipação política.

Vale ressaltar que o slogan “Democracia no país e em casa” se fez presente entre os textos publicados pelas feministas na revista. Observa-se que o rompimento com a dicotomia público-privado estava entre os objetivos dessas mulheres que enxergavam no governo de Augusto Pinochet uma espécie de “autoritarismo patriarcal”. É interessante que essas sujeitas entenderam que o próprio fato da ditadura militar ter um homem como símbolo de organização cívica e amor à pátria indicava a existência de uma estrutura machista que outorgava ao gênero masculino a responsabilidade de representar toda uma população no espaço público. Questão que não acontecia com o gênero feminino que era historicamente concebido como o representante da esfera privada.

Entre as preocupações das feministas atuantes em *Mensaje* também estava a inserção feminina em cargos públicos e partidos políticos. Em “Acerca do lugar das mulheres na política: uma mulher presidente?” de autoria de Josefina Rosseti (1988), foi discutido o fato de que as mulheres correspondiam a metade do público eleitoral chileno e ainda assim não participavam das análises políticas da conjuntura. A autora também questionou a hierarquia de gênero presente em partidos de esquerda que, muitas vezes, destinavam às mulheres as tarefas de reprodução social. Muitos segmentos das esquerdas chilena e latino-americana acreditavam que o feminismo era uma pauta secundária e com a instauração do socialismo todos os indivíduos seriam concebidos como

⁸⁶⁸ AQUEA, Cherie. Marxismo y feminismo – Julieta Kirkwood, una socióloga intrusa en la filosofía chilena a las puertas de integrar el canon de la Filosofía de Liberación Latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, vol. 24, núm. 85, pp. 164-177, 2019.

⁸⁶⁹ KIRKWOOD. *Ser política no Chile*.

iguais, não havendo a necessidade de entender o movimento de mulheres como algo político e que deveria caminhar em conjunto com a revolução⁸⁷⁰.

Observa-se nos escritos desenvolvidos no impresso, a necessidade de destacar produções protagonizadas por intelectuais feministas. A valorização da escrita da História das Mulheres no Chile se fez presente, assim como nos estudos fomentados pelo Círculo de Estudos da Mulher. Uma das obras citadas pelas feministas em *Mensaje* foi “A outra metade do Chile”, organizada por Angelica Meza. O livro discute o quanto a ditadura militar oprimia homens e mulheres, ressaltando que a luta feminina era necessária para o benefício de todo um coletivo. Além disso, conta com entrevistas de nomes como Ana Vásquez, Isabel Allende e Julieta Kirkwood.

É digno de nota que esses escritos resgataram aspectos da História das Mulheres do Chile como a conquista do voto feminino em 1949, inserindo o movimento feminista na história do país e o entendendo como um agente político que se organiza coletivamente em prol de transformações sociais. Além de divulgar e discutir sobre obras escritas por mulheres, as feministas em *Mensaje*, trouxeram para os seus textos os nomes e as ações de instituições feministas que almejavam dar suporte às mulheres chilenas e reivindicar o processo de redemocratização. O MIEL: Mulheres Integradas pelas Eleições Livres foi uma das organizações destacadas por essas sujeitas, a entidade tinha como objetivo promover a consolidação de ações afirmativas para mulheres em cargos políticos e debatia sobre a importância de prepará-las para a atuação nesses espaços de poder.

À medida que o processo de abertura democrática se aproximava, discussões sobre redes de informação e educação da mulher e cotas para a inserção feminina em partidos políticos se tornaram mais presentes em *Mensaje*. Questão que indica o quanto as sujeitas que estavam presentes no corpo editorial da revista se preocupavam em resgatar o passado feminino no Chile, escrever o presente e o futuro, conectando temporalidades e as demandas de gênero historicamente reivindicadas pelas mulheres chilenas.

Considerações finais

Nota-se que os contextos históricos chileno e latino-americano corroboraram para a articulação entre feminismo e catolicismo existente em *Mensaje*, possibilitando que duas instituições com valores distintos se aliassem diante da luta contra a ditadura militar. É válido destacar que a aproximação entre as organizações de mulheres e os setores eclesiásticos, evidenciaram as

⁸⁷⁰ BRITO, Ângela; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis - SC - Brasil, 2007.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

intersecções entre feminismo, política e religião; rompendo com dicotomias e estereótipos de gênero. Além disso, ofereceram mecanismos para a escrita e a disseminação da História das Mulheres no Chile e o fortalecimento da concepção de que o indivíduo feminino consistia em agente político atuante nas esferas pública e privada da sociedade chilena.

Trabalho doméstico não remunerado e resistência à Ditadura Civil-Militar brasileira

Layana Sales de Oliveira

Resumo: A partir dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e do Movimento Custo de Vida, posteriormente Movimento contra Carestia, busca-se compreender como as experiências e cotidianos das donas de casa periféricas culminaram em uma nova maneira de resistência à Ditadura Civil-Militar brasileira. Para isto, analisaremos a formação dos Clubes Mães em 1972 e também o surgimento do Movimento Custo de Vida, recobrando como o dia a dia das mulheres é uma questão central para a história.

Palavras-chaves: Resistência; Trabalho de cuidado não remunerado; Movimento Custo de Vida; Clubes de Mães; Ditadura Civil-Militar brasileira.

Considerações iniciais.

Muito se fala sobre as mulheres na história, porém pouco se coloca sobre seu cotidiano e seu modo de vida. As mulheres são parte imprescindível da história da humanidade, são mais da metade da população mundial⁸⁷¹. Desta maneira, se faz necessário contar a história das mulheres não só compensando a falta dessas agentes sociais, mas analisando e determinando suas particularidades e experiências. Então, para compreender seus cotidianos é preciso entender as experiências que essas mulheres tiveram, não só narrá-las, mas analisá-las como parte de uma sociedade complexa. Assim, entendemos que quando mulheres mudam o mundo muda com elas.

A partir disto, apresentaremos sobre as mulheres periféricas e a resistência à Ditadura Civil-Militar, partindo do pressuposto que não existiria apenas uma resistência armada ao Governo Militar, mas se formariam resistências trabalhistas e civis. Particularmente, serão debatidas as demandas dos movimentos “Custo de Vida”, posteriormente “Contra a Carestia” e dos “Clubes de Mães” da Zona Sul de São Paulo, abrangendo as semelhanças que levaram as mulheres a se unirem.

⁸⁷¹ Segundo a ONU em seu relatório de 2019, existem 7,8 bilhões de pessoas no mundo e dentre estas 5,6 bilhões são mulheres. In: UNITED NATIONS. World Population Prospects 2019: Highlights. Nova Iorque, 2019.

Os Clubes de Mães como forma de luta política surgiu em 1972 e formulou o Movimento Custo de Vida em 1973, este movimento e os Clubes estiveram presentes na história de São Paulo até 1988, sendo a principal pauta o aumento dos preços dos alimentos básicos e do custo de vida na capital paulista. Assim, a partir das fontes produzidas pelas mulheres serão expostas as discussões no cerne do grupo e como foi se deu a formação política destas agentes.

Posteriormente, desenvolveremos a particularidade da periferia e do trabalho do lar, já que, grandes partes das reivindicações dos movimentos se fundamentaram em pesquisas e experiências das mulheres donas de casa. O termo “dona de casa” adotado aqui não diz respeito apenas à mulher que trabalha nas dimensões privadas, mas as mulheres trabalhadoras que possuíam duplas ou triplas jornadas – uma na esfera da produção e outra da reprodução.

Por conseguinte, serão determinadas como as questões vigentes na esfera privada e da mulher foram de demasiada importância para a formulação da resistência das mulheres da periferia. Sendo assim, demonstraremos a importância de delimitar uma história das mulheres pautada numa interseccionalidade das experiências.

Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e Movimento Custo de Vida: resistência, periferia e mulheres.

Nos anos 1950 e 1960, a cidade de São Paulo estava em constante desenvolvimento, grandes empresas se alocavam na região, a industrialização era crescente com o advento do neoliberalismo. Todavia, na periferia da capital o cenário era outro: os bairros periféricos eram em maioria rurais, não havia quase nenhuma infra-estrutura. Não havia coleta de lixo, saneamento básico e transporte público de qualidade na Estrada do M’Boi Mirim – onde posteriormente surgiriam os bairros dos Clubes de Mães⁸⁷².

Para as chefas de famílias, que incluía uma diversa gama de mulheres como: trabalhadoras assalariadas; donas de casa e mães, o dia a dia era permeado por esforços sobre-humanos. Elas buscavam água no poço da região, andavam até os longínquos pontos de ônibus; não havendo creches era necessário cuidar dos filhos, ao mesmo tempo que trabalhavam (tanto em casa quanto fora de casa). Eram, até mesmo, destituídas de sua religiosidade, pois não havia paróquias nos bairros, privando-as de exercer o catolicismo quando sua fé era essa.

⁸⁷² DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988). 2018. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de História e Sociedade, UNESP, Assis, 2018.

A partir das décadas de 1970 e 1980 a periferia começou a se reconstruir e tomar o formato do que conhecemos nos dias atuais, ou seja, uma localidade, onde o Governo não alcança, sem apoio e sem estrutura. Os parques industriais cresceram em volta do M'Boi Mirim, contudo as estruturas eram as mesmas que antes.

Com o crescimento desenfreado da cidade muitos imigrantes do interior paulista e das áreas rurais de outros Estados vinham para São Paulo em busca de trabalho nas grandes empresas. Este fluxo migratório acabara por intensificar a pobreza nas periferias, famílias inteiras de desempregados dormiam em barracos de lona e madeira dependendo inteiramente da Igreja Católica e dos vizinhos.

Os Clubes de Mães da Zona Sul (CMZS) foram formados na década de 1950, em um primeiro momento serviam como um lugar de troca de saberes. As mulheres da classe média, principalmente as do *Lions Club*, ensinavam as mulheres periféricas a bordar e costurar para complementar a renda, como também ensinavam hábitos de higiene⁸⁷³. Todavia, tudo muda com a chegada dos religiosos pautados na teoria da libertação. Em 1972, as mulheres se desvinculam das outras da classe média e passam a reger os CMZS da sua maneira e a partir das suas demandas.

Eder Sader⁸⁷⁴, em entrevista a uma das participantes dos CMZS, chamada Odette, afirma que:

(...) há um acontecimento que é reiteradamente citado, como se fosse um desses “mitos fundadores”: era um bazar de fim de ano, quando as moradoras resolvem dispensar o trabalho das senhoras que faziam o trabalho benevolente e assumir elas mesmas a organização das atividades. Vejamos, pois, a descrição desse acontecimento pela boca de uma de suas participantes [Odette]. “naquele tempo a gente não tinha ainda os clubes que só surgiriam da própria base, a gente tinha mulheres que vinham de fora para dar aí para a gente uma aula de bordado, de culinária, de higiene, de educação (...). Foi um dia, um fim de ano, elas fizeram uma festinha, trouxeram muita coisa (...) arrumaram assim uma mesa muito bonita (...) tiraram muitas fotos: nós expondo os trabalhos, a gente com as crianças, a mesa, a gente comendo. E o padre Egídio muito de fora, percebendo as coisas e vendo como tudo estava acontecendo. Então nesse dia o padre Egídio achou assim muito ruim a posição delas não se misturarem com a gente assim. Nem retratos com a gente elas tiraram, elas só tiraram da gente.”

⁸⁷³ A problemática da higiene está altamente ligada ao projeto de marginalização da população disfarçado de higienização urbana. As mulheres ricas achavam, por bem, que as mulheres pobres eram sujas. Por isso, as ensinavam a ter higiene. Todavia, estas mulheres não eram sujas e muito menos fedidas, eram mulheres sem respaldo social, que para conseguir água para o banho tinham que caminhar quilômetros.

⁸⁷⁴ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Editora Paz e Terra: São Paulo, 2010, p. 200-201.

A partir desta incisiva do padre Egídio e da atitude das mulheres pobres, o CMZS torna-se cada vez mais político. As iniciativas a partir de 1972 iam além das aulas de costura: agora discutiam-se os problemas dos bairros, das periferias e os altos preços dos alimentos. Então, vê-se que os clubes se tornaram muito mais do que um lugar de aprendizado para um complemento de rendas, mas tornou-se um local de troca de experiências. Conversava-se sobre tudo: filhos; maridos; alimentação; trabalho; ônibus. Existiam três motivos principais para a participação das mulheres nos clubes: a socialização com outras donas de casa, o acesso ao lazer e a participação nos cursos e formações⁸⁷⁵. Logo, em meio a essa troca de experiências surge o Movimento Custo de Vida (MCV).

O MCV foi baseado no “Movimento Panela Vazia”, sendo este último advindo das “Passeatas das Panelas Vazias” dos anos 1950, estabelecidas pela “Comissão de Combate à Carestia de Vida”, qual era integrante de uma ala do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tanto em 1953, quanto em 1954, houve uma greve dos operários contra a carestia, fazendo com que em 1955 o PCB lançasse o Movimento Panela Vazia para que houvesse a candidatura de políticos ligados a essa movimentação (o que levou a repressão de alguns candidatos pela Polícia Política). Todavia, o MCV não foi mera continuação ou cópia do Movimento Panela Vazia, ele fez parte dessa estrutura dos movimentos contra a fome em São Paulo, mas teve suas particularidades. A priori, a maior distinção se dá pela organização diversa do MCV, diferente da movimentação dos anos 1950, que foi estruturada totalmente pelo PCB⁸⁷⁶.

O surgimento da pauta do custo vida começou em uma reunião dos Clubes de Mães em 1972, no Jardim Nakamura. Segundo as mulheres da Estrada do M’Boi Mirim, nesta reunião comentaram sobre o preço de se viver em São Paulo e esta temática perpassou os outros clubes de mães. Isto pois, a relação entre o congelamento dos salários, a inflação vindo do milagre econômico e o aumento do custo vida era intrínseca a todas as mulheres da periferia.

Dessa forma, com auxílio dos párocos e da irmandade da Paróquia, elas fizeram uma pesquisa sobre os preços dos alimentos entre outubro de 1972 e outubro 1973. A partir desta pesquisa, enviaram cartas às autoridades do país pedindo para que os preços fossem diminuídos. Não tendo seus pedidos atendidos, as mulheres organizaram um abaixo assinado contendo quase

⁸⁷⁵ DINIZ. O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia, p. 86.

⁸⁷⁶ MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. “Como pode um povo vivo viver nessa carestia”: o Movimento Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). 2015. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, USP, São Paulo, 2015.

1,3 milhões de assinatura, como também uma assembléia na Praça da Sé para entregá-lo as autoridades. Contudo, a entrega do documento não ocorreu, mas o espaço foi policiado com intenção de reprimir o movimento.

O MCV foi muito além de uma movimentação da periferia. A partir de 1979, este movimento troca seu nome tornando-se Movimento Contra a Carestia (MCC), tomando características sindicais e juntando-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Assim, ademais das propostas para os bairros da periferia, pediam melhorias trabalhistas, aumento dos salários, diminuição da jornada⁸⁷⁷.

Assim, abria-se uma disputa pela hegemonia do movimento, que não era nem da Igreja Católica, nem do PCdoB, esse movimento foi formulado e apropriado pelas mulheres da periferia. Muito além do sindicalismo e do partidarismo, como também das reivindicações morais da teologia da libertação, as exigências eram das mulheres. Suas acumulações de experiências eram responsáveis pelas ações ali propostas.

Trabalho de cuidado não remunerado: as experiências das donas de casa dos CMZM no MCV e a luta por direitos.

Como visto anteriormente, as experiências das mulheres foram essenciais para a criação dos CMZS e também do MCV. Mas quais eram essas experiências em comum? O que elas pensavam? Como se organizavam para reiterar seus direitos?

A socialização entre essas donas de casa foi um dos fatores mais importantes para extensão que tomou o MCV. Elas se uniam em detrimento de um objetivo em comum: melhorar a qualidade de vida nos bairros periféricos. Porém, com ajuda da Igreja e do PCdoB compreenderam que a luta era também por direitos trabalhistas.

Dessa forma, ressaltamos que a suas experiências conjuntas e individuais, como também seu cotidiano, foi de extrema importância para a formação do movimento. A participação política das mulheres, assim como o direito as creches e a diminuição do preço dos alimentos foram reivindicações que só quem vive o cotidiano das mulheres e entende sobre a economia doméstica poderia compreender. Dessa forma, entende-se a profundidade das reuniões do CMZS.

Vemos, na seguinte imagem que, muitas vezes, as participantes do MCV recorriam à figura da maternidade, da mãe sofrida, para tentar fazer um acordo com as autoridades:

⁸⁷⁷ MONTEIRO. “Como pode um povo vivo viver nessa carestia”, 2015.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Imagem 1

O cuidado com os filhos e com a família era sempre tido como o motivo maior para as reivindicações. Via-se também, que os costumes da periferia como comer o arroz e o feijão eram reivindicações, as mães eram as figuras principais do movimento. Elas eram as subversivas, pois tinham que trabalhar e deixavam seus filhos sozinhos tornando-os “marginais”⁸⁷⁸, eram também as santas, porque eram mães e associadas pela moralidade e religiosidade à Maria, mãe de Deus.

Elas, mesmo envolvidas com a teologia da libertação – alvo católico do Governo Militar – e com o PCdoB – também alvo da repressão -, usavam do desespero pela comida e da figura mãe como apelo para os governantes. Todavia, isto não funcionava, pois a assembléia na Praça da Sé foi reprimida. Isto se dava, porque a mãe trabalhadora (principalmente da periferia) era tida socialmente como a responsável pelos desvios de conduta dos filhos, mesmo se estes não fossem subversivos. O tempo longe de casa, fazendo coisas de homem, ou seja, trabalhando e não cuidando das suas proles era taxado socialmente de desordem, já que o papel da mulher era no lar, educando seus filhos. Contudo, reivindicando os seus direitos não estavam tentando ficar em casa com seus filhos? Os direitos à comida, a infra-estrutura e ao aumento salarial faziam parte demanda pelo direito de escolha da mulher, traduzido na vontade ou não de ser dona de casa. É possível entender esta dualidade na carta das mães de 1975:

Imagem 2

Consequentemente, observa-se pelas duas cartas, que as demandas por melhorias eram baseadas nas suas experiências em comum como donas de casa. A partir da documentação expostas, vemos que a maior parte das reivindicações vinham dessas experiências:

Empregadas Domésticas:

- a) Problemas levantados: - falta de organização; - exploração por parte das patroas; - poucos direitos; - salários baixos; - trabalho não valorizado; - profissão não reconhecida;

⁸⁷⁸ MELLO, Soraia Carolina de. Lugar de mulher é onde ela quiser? Feminismo, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990). In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 75-99. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257>. Acesso em: 23 jun. 2022.

- falta de orientação por parte da associação dos empregados domésticos; - falta de divulgação.

- b) Propostas: - mais união entre a classe; - lutar para obter reconhecimento como categoria profissional; - promover a participação maior dos empregados nas associações de classe; - marcar maior número de reuniões para orientação dos empregados.

Donas-de-casa:

- a) Problemas levantados: - excesso de trabalho; - trabalho não valorizado pela família; - não participação e proibição dos maridos nas atividades político-sociais fora de casa; - pouca participação nos movimentos dos bairros como: creche, posto de saúde, saneamento básico, etc; - precárias condições de ensino e higiene nas escolas. Muitas escolas pedem para as mães para elas realizarem a limpeza do prédio.

- b) Propostas: - maior divulgação dos Clubes de Mães; - maior participação nos mesmos; - procurar conhecer melhor Clubes de Mães e Sociedades Amigos do Bairro; - menos acomodação; - maior participação nas lutas do bairro: creches, palestras nas comunidades, postos de saúde.

Mulheres que trabalham fora:

- a) Problemas levantados: - falta das creches para os filhos; - reclamações do marido quando chega em casa e os afazeres domésticos estão por fazer; - a falta de auxílio por parte dos maridos; - falta de higiene nas empresas; - tempo curto para ir ao banheiro; - impossibilidade de comunicação entre os colegas; - não remuneração de horas extras; - falta de tempo para estudos; - salários baixos; - preconceito das empresas quanto a admissão de mulheres casadas; - muitas firmas realizam exame para verificar se as mulheres estão grávidas; - as mulheres trabalham três vezes mais que os homens; - falta de respeito por parte dos chefes; - desemprego; - pouca participação da mulher na política; - exigência no setor de produção das indústrias; - falta de orientação por parte dos sindicatos; - sindicatos pelegos; - grande parte dos empregados não são sindicalizados; - falta de iniciativa; - falta de apoio por parte dos maridos.

- b) Propostas: - conscientização das mulheres como mulher e como ser humano; - conscientização dos maridos da necessidade de colaboração deles no trabalho doméstico; - educar os filhos para ambos (meninos e meninas) auxiliarem nos trabalhos de casa; - conscientizar os maridos para participação maior nas lutas; associar-se e participar do sindicato; - lutar pelos seus direitos; - valorizar o trabalho, não só para ajudar na economia doméstica.

Demonstra-se, que elas não estavam apenas preocupadas com as questões trabalhistas ou dos bairros, mas com sua própria existência como mulheres e seres político-sociais. Se preocupavam e pediam sua própria emancipação, atribuindo problemáticas que apareciam nos movimentos feministas da época, mas com outra estrutura. As feministas apresentavam o trabalho do lar como uma falha, medindo a emancipação da mulher a partir do trabalho assalariado. Estas mulheres, diferentemente das do movimento feminista, se apropriavam do discurso da escolha, pedindo divisão de tarefas e políticas públicas para diminuição da dupla jornada.

Considerações finais.

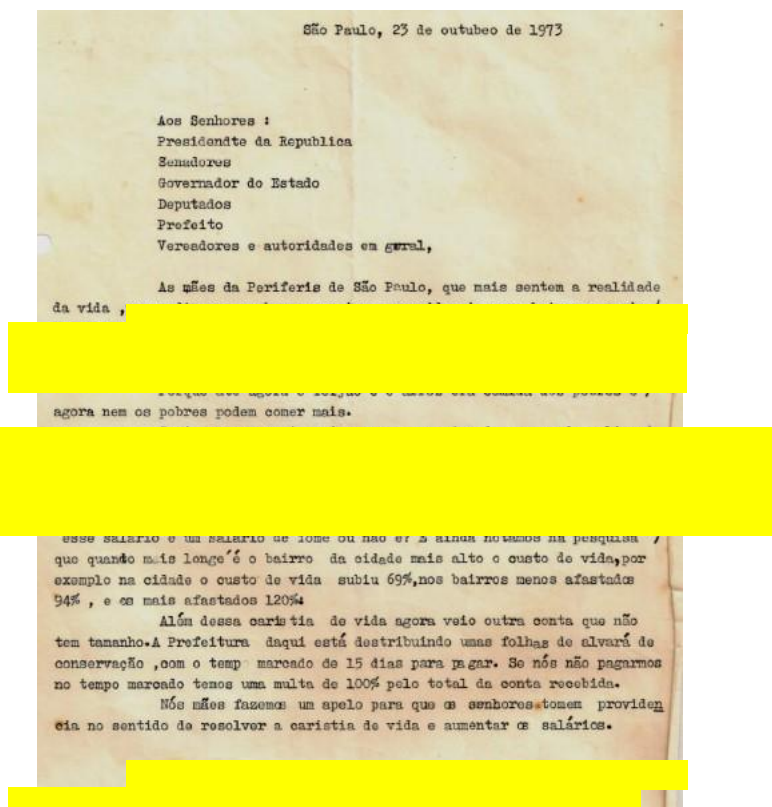
Por fim, entende-se que a hegemonia do Movimento Custo de Vida, assim como do Movimento Contra Carestia, não foi da Igreja ou do PCdoB. Mesmo com a apropriação do

movimento por essas instituições, como expõe Monteiro⁸⁷⁹ ao dizer que o MCV era “(...) um movimento popular que teve sua hegemonia disputada por três grupos (...): comunidades de base ligadas à Igreja Católica; representantes de “novo sindicalismo”; e membros de uma “nova esquerda em crise”. O MCV foi hegemonicamente pertencente às mulheres da periferia.

Por conseguinte, a disputa de valores imposta pelo movimento estava intrinsecamente ligada às experiências e aos cotidianos das mulheres e este ligado às funções domésticas da mulher. Dessa maneira, conclui-se que a relação do movimento com o cotidiano do lar foi de extrema importância para imputar as discussões nos Clubes de Mães, trazendo questões sobre a interseccionalidade da raça, da classe e do gênero para o meio trabalhista. Além disso, a resistência a ditadura militar esteve presente tanto no modo de vida dessas pessoas, como também na ampla adesão à sua movimentação, demonstrando que o Governo Militar não foi estável, não havendo milagre econômico e muito menos políticas de respaldo às classes baixas.

Anexos

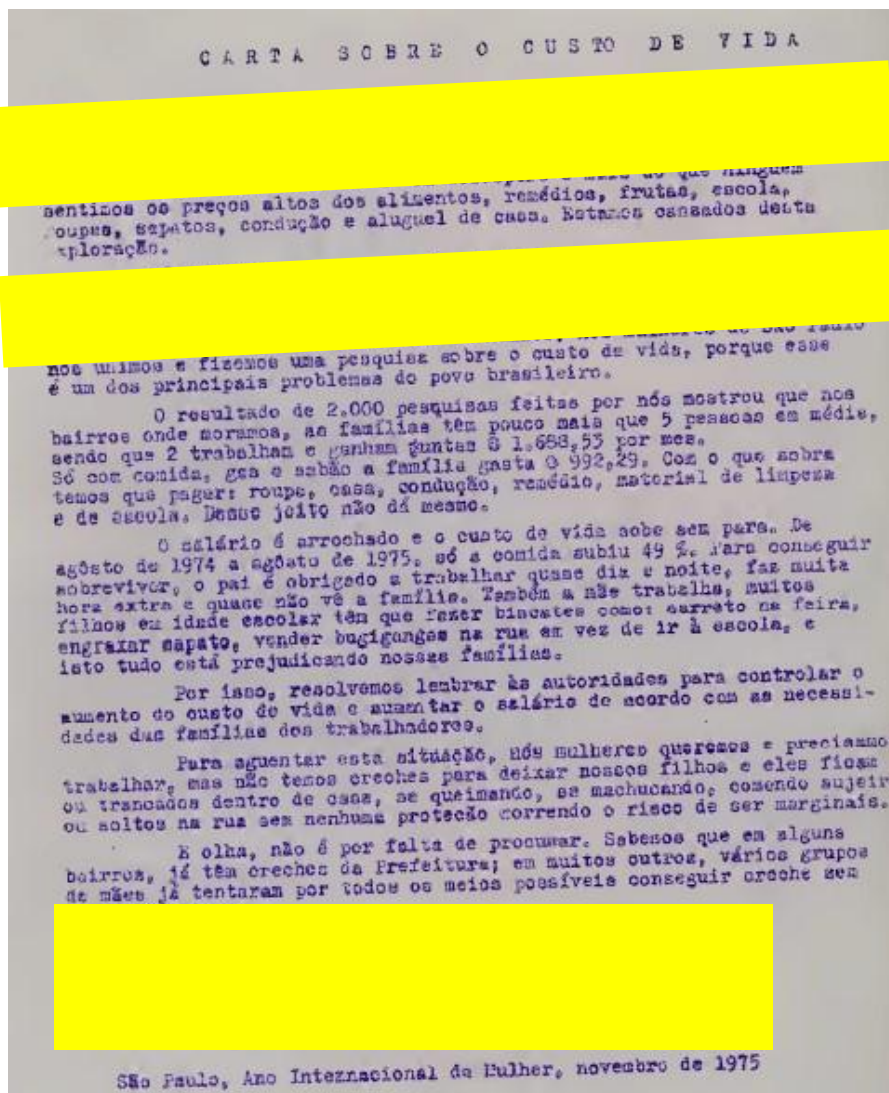
Figura 1



⁸⁷⁹ MONTEIRO. “Como pode um povo vivo viver nessa carestia”, p. 14, 2015.

Carta das Mães da Periferia de São Paulo, 1973. CEDEM: Fundo Santo Dias.

Figura 2



Carta sobre o Custo de Vida, novembro de 1975, Fundo CMZS, CEDEM.

As mulheres foram à luta: A participação feminina no movimento estudantil

*Bruna Ferreira Lopes*⁸⁸⁰

Resumo: A partir dos debates realizados no campo do feminismo e os avanços provocados pelo mesmo, tornaram possíveis os questionamentos acerca da participação feminina ao longo da História, contudo, ainda há muito que se fazer para dar voz àquelas que foram silenciadas e obscurecidas durante tanto tempo. Pouco é mencionado sobre essas contribuições. Com efeito, os questionamentos acerca da presença dos lugares ocupados pelas mulheres visam ao resgate de memórias silenciadas, de modo a possibilitar a proposição de novos caminhos para análise sobre sua participação nos cenários políticos. Nesse sentido, o presente estudo busca investigar a respeito da participação feminina na militância estudantil, durante as décadas de 1960 e 1970, no contexto da Ditadura Militar, buscando mapear as desigualdades de gênero através da atuação das mulheres no Movimento Estudantil, importante frente da resistência ao regime ditatorial. Por meio da análise de fontes bibliográficas produzidas sobre o Movimento Estudantil, busca-se compreender a participação destas na militância política. O objetivo é interrogar sobre, os modos como a Ditadura Militar aprofundou as desigualdades históricas existentes entre homens e mulheres, através de estereótipos baseados em condições de gênero, seja por aqueles que apoiaram o regime ou pela militância que não aderiu por completo às questões abordadas pela pauta feminista. Espera-se que este estudo possa contribuir para refletir sobre a participação da mulher fora dos espaços pré-definidos pela sociedade, o que teria resultado na reestruturação da vida pública.

Palavras-Chave: Ditadura militar; movimento estudantil; cultura política; protagonismo feminino; memória.

⁸⁸⁰ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, Unidade Passos
E-mail de contato: brunaferreira4453@gmail.com

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Introdução

A ditadura militar instaurada no Brasil, em 1964 trouxe inúmeras rupturas no processo histórico experimentado pelo país, não apenas na cultura política, mas nas estruturas sociais que persistiam até então. O projeto de República popular parecia cada vez mais distante, como aponta o historiador Daniel Aarão Reis, ao afirmar que a aliança entre Estado e as classes operárias experimentavam o sabor estranho de uma derrota antes de sua real consolidação⁸⁸¹.

Ao assumir o poder em 1964, as Forças Armadas conseguiram apoio de diversos setores da sociedade. Mesmo aqueles que não apoiavam diretamente a ascensão de uma ditadura, encontravam uma pauta em comum: manter o tradicionalismo nas relações político-sociais. Diversos setores das elites e dos grupos conservadores, sobretudo da Igreja, encaravam o governo de João Goulart e sua proposta de realização das “Reformas de Bases” como verdadeiras afrontas à moral e aos bons costumes, assim como uma ameaça aos seus privilégios. Com o desencadeamento de forte repressão, diversos grupos políticos emergiram, a fim de manter uma frente de oposição ao golpe, que tinham “como projeto, em geral, não só derrubar a ditadura, mas caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe, embora houvesse divergência entre as organizações”⁸⁸² a respeito desse aspecto, como assinalado por Marcelo Ridenti.

Nesse contexto, as universidades brasileiras se tornaram importantes frentes de atuação na resistência à ditadura. A atuação dessas organizações no Movimento Estudantil transformou-o em um dos grandes protagonistas do cenário político, o qual estava centrado “em dois eixos fundamentais: a luta anti-ditatorial e a campanha pela transformação da universidade”⁸⁸³. Vale destacar, porém, que ao buscar os relatos sobre a atuação do movimento estudantil nesse período, é possível verificar o silenciamento acerca da participação feminina, onde “militantes políticas que passaram por situações semelhantes, ou muito difíceis, tanto na clandestinidade como nos cárceres da ditadura. No entanto, “são pouco lembradas e reconhecidas”,⁸⁸⁴ conforme assinalado pela feminista Maria Amélia de A. Teles

⁸⁸¹ REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In: A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 09-29.

⁸⁸² RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2º Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 65

⁸⁸³ RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O Fantasma da Revolução Brasileira**, p. 126

⁸⁸⁴ TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV**, v. 11, 2015, p. 507.

Quando invocamos a figura do militante da década de 1960, surgem imagens de homens fortes à frente da luta pelos seus ideais, até mesmo de maneira pitoresca. Não obstante, também existia a participação de mulheres nesse cenário predominantemente masculino. Essas mulheres, que emergiam no cenário público, ganharam espaço às margens do debate, tornando-se categorias secundárias, o que levou à construção de uma memória de sua atuação negligenciada. Neste contexto, Joan Scott afirma que “a conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa”⁸⁸⁵.

Ao nos propormos a analisar a figura social da mulher estudante e militante devemos antes entender como eram representadas, tanto pelas oposições quanto pelos seus próprios companheiros, onde suas demandas foram julgadas pelos grupos de esquerda onde atuavam. Estas demandas eram vistas como irreconciliáveis em relação às principais pautas de seus partidos de atuação, os quais defendiam que a busca pelos direitos das mulheres esvaziaria a militância por representarem valores próximos às mulheres burguesas. Desse modo, o presente estudo se divide na contextualização da década de 1960, o papel das universidades durante a ditadura militar, e a introdução da participação feminina no ambiente acadêmico e no movimento estudantil.

A cultura política após golpe

No contexto da efervescência da década de 1960, o presidente João Goulart pertenceu a um dos mais emblemáticos contextos políticos da república brasileira. Ao assumir o comando do país em meio aos receios da elite brasileira, Jango, como ficou conhecido o presidente, encarou desde o início o desconfiança dos setores conservadores, o presidente era considerado pelas frentes populares assim como as lideranças de teor eletista, como um sucessor dos ideias de Vargas,⁸⁸⁶ como visto por Ferreira e Gomes e completado por Carlo Fico ao dizer que

os comandantes das Forças Armadas (que na época tinham o status de ministro) logo declararam que não aceitariam o retorno de Goulart ao Brasil para ser empossado como novo presidente da República. Três dias após a renúncia de Jânio, Ranieli Mazzilli aceitou em enviar uma mensagem ao presidente do Congresso dizendo que os ministros da guerra manifestavam inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João

⁸⁸⁵ SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 64

⁸⁸⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 22

Belchior Marques Goulart ⁸⁸⁷

Segundo Fico, os comandantes das Forças Armadas logo afirmaram que não aceitariam o retorno de Goulart⁸⁸⁸. Desse modo, após da renúncia de Jânio, o presidente da câmara Paschoal Ranieri Mazzilli, deputado federal de São Paulo pelo Partido Social Democrático (PSD), assumiu a posição de presidente da República. Goulart tinha sua imagem vinculada às tensões da Guerra Fria, principalmente após sua estadia em território chinês na qualidade de vice-presidente da República ⁸⁸⁹, o que trouxe consequências para sua imagem. Entre elas os receios quanto as suas posições políticas, o que os militares chamaram de “fantasma do comunismo”, presente deste o período Vargas, causava bastante preocupação, principalmente após 1959 quando a guerrilha liderada por Fidel Castro assumiu o comando de Cuba.

João Goulart mesmo ao assumir o poder simbolicamente em 7 de setembro de 1961, após inúmeras tentativas de impedir o acontecimento, teve seu poder limitado por meio da implantação do parlamentarismo, representado pela resistência de um congresso conservador e polarizado, o que confrontava com a urgência das demandas da sociedade brasileira.

a adoção do parlamentarismo no Brasil foi imaginada em função das difíceis circunstâncias políticas que o país vivia. Esse regime não era desejado nem pela Junta Militar nem pelo Congresso nem por Goulart. Todos aceitaram como um mal menor. Seu maior objetivo, impedir a guerra civil garantindo a posse de Goulart, só se cumpria com a diminuição dos poderes do presidente da República⁸⁹⁰.

Desta forma o parlamento caminhou a passos largos para um total fracasso o que possibilitou Jango de assumir plenos poderes em 1963, e em consequência colocando em prática as chamadas reformas de base. As mediadas defendidas por Jango eram vistas como radicais e após o seu discurso no Comício da Central, eclodiram no país diversos movimentos para a sua queda. Para Motta medo e a insegurança faziam parte da realidade política ⁸⁹¹, a elite brasileira via seus privilégios colocados em jogo e deste modo propôs a eliminar qualquer ameaça aos seus interesses,

⁸⁸⁷ FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Editora FGV, 2014. p. 16

⁸⁸⁸ FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. 2014. p. 16

⁸⁸⁹ FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. 2014. p. 13

⁸⁹⁰ FERREIRA, GOMES, **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**, 2014, p. 55.

⁸⁹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014. P. 23.

mesmo que essa violasse a ordem constitucional.

De início, um levante militar foi deflagrado contra o governo antes de Jango deixar o país. Auro de Moura Andrade (1915-1982), o presidente do Senado, declarou que a presidência estava vaga. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (1910-1975), assumiu a presidência conforme previa a constituição de 1946. Entre 31 de março e 2 de abril de 1964 terminou o governo de João Goulart, após a orquestração de uma campanha visando sua desestabilização, organizada por meio das perseguições de seus opositores, liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas, autoritários que receberam com alívio o golpe, pois, haviam perdido a confiança no governo de João Goulart ⁸⁹². Sua queda representou não apenas o fim de seu governo, mas a manutenção dos privilégios da elite e o início da perseguição a qualquer um que não concordasse com tal perspectiva.

Com a queda de Goulart, nos primeiros dias após o golpe, iniciou-se uma busca de imediato a qualquer vestígio de possíveis ideais vinculados às esquerdas e de seu governo. O período corresponde às décadas de 1960 e 1970 foi marcado pela censura e a repressão. Desde o início, organizou-se a coleta de informações de qualquer ação “potencialmente inimiga”, desencadeando em uma série de prisões, “estima-se que, somente nos primeiros meses após o golpe, entre 30 e 50 mil pessoas tenham sido presas”⁸⁹³

Nem todos os que participaram do golpe de Estado tinham por objetivo dar início a uma ditadura. Contudo, havia em comum o desejo de realizar uma “limpeza” na política, o que para elite, conservadores e apoiadores do golpe de Estado, consistia em afastar qualquer possibilidade de fortalecimento do comunismo no Brasil. “Os responsáveis pela derrubada do governo João Goulart em 1964 se uniram em torno de uma pauta negativa: estavam juntos para lutar contra o que não queriam” ⁸⁹⁴ Organizações que se fortaleciam junto às propostas de Base de Goulart agora vinham à beira do seu fim ou então sem autonomia, submetidos a órgãos estaduais, como afirma a historiadora Janaína de Almeida Teles.

Entre 1964 e 1965 ocorreram ao menos 810 intervenções sindicais no país. Paralelamente, as Ligas Camponesas foram destruídas e a maioria dos sindicatos rurais, organizados entre 1963 e 1964, foi extinta. A estrutura sindical rural foi reestruturada e submetida à CLT, ficando sob controle do Ministério do

⁸⁹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária, p. 12

⁸⁹³ TELES, Janaina de A. “Eliminar, sem deixar vestígios”: a distensão política e odesaparecimento forçado no Brasil”. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, v. 5, n. 10, 2020, p. 297

⁸⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária, p. 73

O que tornava evidente que qualquer manifestação contrária à colisão golpista de 1964 teria como resposta a repressão violenta, o medo tornava-se uma realidade do cotidiano e muitos órgãos que antes faziam parte do dia a dia de muitas pessoas agora viam-se ameaçados, entre eles encontravam sindicatos, organizações de esquerda e por fim o movimento estudantil.

O Movimento estudantil

O meio acadêmico tornou-se foco da ação militar, simbolicamente iniciado no dia do golpe com o incêndio na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) na noite do dia 31 de março e 1º de abril na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. As universidades eram vistas como ninhos de ideais comunistas, ao olhar da onda de repressão, contudo também serviam como oportunidade para frente capitalista pôr em prática o plano de modernização liberal, por meio da formação de mão de obra especializada. Em meio aos conflitos nas Universidades, o Movimento estudantil que já era reconhecido como importante frente de engajamento político, se fortalecia com as novas reivindicações que surgiam após o golpe de 1964, onde as pautas deixavam de ser exclusivamente estudantis e passando a assumir a luta antiditatorial, “uma vez que o próprio movimento estudantil se orientava e agia politicamente” ⁸⁹⁶ como assinalado por Ridenti

Segundo a historiadora Angélica Muller, os estudantes que presenciavam o novo cenário que imergia de forma preocupante utilizaram o que tinham a mãos para se mobilizarem, refletindo a própria estrutura organizacional da universidade⁸⁹⁷. Utilizando-se de meios de comunicação, tais como os murais, cartazes, panfletos e principalmente, os jornais que “serviram de ‘tubos de ensaio’ para novas experimentações em linguagens e formatos gráficos.” ⁸⁹⁸As capas dos jornais costumavam trazer desenhos e caricaturas, que evidenciavam o conteúdo crítico à ditadura militar.

O cotidiano estudantil tornou-se uma verdadeira ação de sobrevivência, um porta-voz de

⁸⁹⁵ TELES, Janaina de A. “Eliminar, sem deixar vestígios?: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil”, p. 297

⁸⁹⁶ RIDENTI, Marcelo Siqueira. O Fastasma da Revolução Brasileira, p. 120

⁸⁹⁷ MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 2021-10-23, p. 79.

⁸⁹⁸ MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). 2010. P. 79

grupos de esquerdas que tinham nos corredores dos centros universitários uma possível esperança de organização frente a luta pela restauração de democracia, como afirma Ridentil ao dizer que “a ligação entre o movimento estudantil e as organizações de esquerda se estreitavam entre 1967 e 1968.”⁸⁹⁹

A morte do estudante secundarista, Edson Luis Lima e Souta após ser atingido por disparos providos da ação policial no ano de 1968 no restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, provocou um verdadeiro rastro de pólvora entre as entidades estudantis por representar a violência crescente no cenário político brasileiro. Uma onda de indignação no movimento estudantil tornou-se a frente de recrutamento de jovens para a luta política. Muitos jovens viam as universidades como a busca por melhores oportunidades para seu futuro, entre eles, as mulheres que ocupavam cada vez mais as salas de aulas e tinha naquele espaço a oportunidade de desafiar as estruturas persistentes na sociedade onde pré-dispõem a quais papéis estas devem atuar no dia a dia. Ao trabalhar sobre mulheres é necessário pensar “em uma estrutura social que constrói relações desiguais e legítima a desigualdade na participação política, social e econômica entre homens e mulheres”⁹⁰⁰

A representatividade da mulher por meio do movimento estudantil

Para pensa-se na participação feminina nas frentes políticas e no movimento estudantil é necessário entender qual o papel da mulher durante as décadas de 1960 e 1970. Com os diversos grupos presentes nas frentes de atuação, a adesão feminina estava cada dia mais consolidada. Contudo, ainda são falhos os registros acerca da participação feminina no Movimento Estudantil. Outro ponto a destacar-se é o papel do feminismo militante que era colocado como um desvio das pautas centrais, algo a ser visto depois ou então como “um luxo burguês”, o que resultou na negação do espaço que lhe cabia.

Assim a presença feminina na vida pública deveria vir em conjunto com os lugares pré-dispostos, “a norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mãe-esposa-dona de casa” como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964”⁹⁰¹

A onda conservadora do golpe de 1964 reforçou os papéis tradicionais. Em contrapartida,

⁸⁹⁹ RIDENTI, Marcelo Siqueira. O Fantasma da Revolução Brasileira, p. 127

⁹⁰⁰ TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero, p. 507

⁹⁰¹ RIDENTI, Marcelo Siqueira. O Fantasma da Revolução Brasileira, p. 197

o crescente ingresso destas no mercado de trabalho e a sua presença cada vez mais visível no cenário público possibilitou reivindicações por maiores espaços de expressão e engajamento político. A presença feminina nos movimentos públicos influenciou o questionamento da repressão política, mas também, segundo Rodeghero, possibilitou repensar “quais os espaços que poderiam frequentar, qual o nível de autonomia que poderiam ter.”⁹⁰²

Sem dúvidas, as mulheres foram o segmento da população que mais apresentou mudanças nas suas relações com o trabalho, a família, os homens e também no campo da política. Já que a política era assunto proibido. As mudanças políticas, econômicas e sociais, ocorreram, tão bruscamente, em decorrência da implantação da ditadura.⁹⁰³

As mulheres passaram a reivindicar seu espaço não apenas nas universidades, ou no ambiente de trabalho, mas na construção política da sociedade contestando a ordem política, imposta desde 1964, logo consolidando o movimento feminista brasileiro que nascia como “conseqüência da resistência das mulheres à ditadura”⁹⁰⁴, como assinalado por Sarti e tendo em vista que Joana Maria Pedro ao afirma que

O que queremos destacar é que a identificação com o feminismo nos países do Cone Sul não foi feita da mesma maneira do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O contexto político tornou difícil, senão quase impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, planfletagem e reivindicações⁹⁰⁵

A participação feminina na militância política também representou tipos específicos de violência voltadas ao corpo feminino, onde a sexualidade e até mesmo a maternidade foram colocados como instrumentos de tortura⁹⁰⁶. Vale ressaltar que a desigualdade de gênero estava presente também em agrupamentos de esquerda, as militantes passaram a assumir exigências provenientes do imaginário masculino, desta forma moldando o corpo feminino para o que se

⁹⁰² RODEGHERO, C. S.; MACHADO, V. Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura. **História Oral**, [S. l.], v. 20, n. 2, p.43.

⁹⁰³ TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero, 2015, p. 508

⁹⁰⁴ SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, 2014, p. 37.

⁹⁰⁵ PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina (orgs). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p.116.

⁹⁰⁶ SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, 2014.

esperava de um militante, sendo necessário, de acordo com Briggmann e Wolf, “muitas vezes se comportar como ‘homem’, ‘macho’”⁹⁰⁷ anulando suas particularidades e sustentando a imagem de homens heroicos prontos para lutar.

O ingresso feminino no meio acadêmicos não diminuiu a discriminação de gênero, mas estabeleceu na relação direta como a politização da mulher. Com a chegada das décadas de 1960 e 1970 a efetiva entrada das mulheres nos cursos universitários, historicamente masculinos, influenciando diretamente a construção de novas identidades sociais. Este “fenômeno reflete um quadro mais amplo de mudanças nas relações de gênero, reforçando-as e estruturando-as ao instaurar novos elementos na realidade social”,⁹⁰⁸ como afirmado por Kleim.

Ao invocar a memória e a historiografia acerca do período, há poucas referências disponíveis sobre a participação feminina. Dificilmente pensava-se em mulheres com armas nas mãos ou confrontando grupos policiais e potencialmente agressivos. E dado a esse contexto, resulta na construção de representações sociais acerca das mulheres, no qual o papel exercido por estas na política e seus desdobramentos foram marginalizados, cujas especificidades históricas buscamos recuperar na presente investigação.

A título de considerações finais

Ao propor uma investigação sobre a participação destas mulheres, atuantes do movimento estudantil, encontramos desafios relativos à construção de uma memória social, seja pela falta de narrativas ou pela presença de histórias pouco esclarecedoras, ou seja, que retratam a participação feminina secundariamente, sem observar com profundidade o significado que a presença feminina carrega naquele espaço, resultando na anulação de suas particularidades na condição de ser mulher.

Embora o engajamento político das mulheres ter sido considerado um novo meio de pensar a militância, sua participação e atuação, contudo, parte dos estudos historiográficos acerca do período ditatorial, tanto nas universidades quanto no Movimento Estudantil prevale-se a

⁹⁰⁷ BRIGGMAN, Luisa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. **WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO Soraia Carolina de (Orgs.). Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985).** Curitiba: Appris, p. 6412-6835, 2019.

⁹⁰⁸ KLEM, Bruna Stutz. Historiadoras: Aproximações femininas à história da historiografia brasileira. Orientador: André de Lemos Freixo. 2019. 93 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Ouro Preto, 2019.

imagem do militante desvinculado das suas subjetividades de gênero. Ao realizar esta pesquisa, ficou evidente a carência de arquivos e estudos sobre o tema, tornando a coleta de informações e análises um desafio difícil de ser superado.

Embora o tema possa ser abordado pela História do tempo presente, o que possibilita o contato com os agentes históricos do período estudado, na prática, não foi possível encontrar muitos testemunhos e estudos sobre essas mulheres, parte devido aos traumas da ditadura causados pela violência aos corpos femininos. Ao consultar possíveis fontes como o Arquivo Nacional e dossiês presentes na Comissão Nacional da Verdade (CNV), pode-se notar que inúmeros documentos não estão mais.

Falar sobre a subjetividade das mulheres militantes, nos aproximamos a uma realidade contemporânea na qual se reafirmar como mulher, seja nas universidades, na política ou no dia a dia necessário para que a memória desta seja respeitada como também suas particularidades sejam colocadas como pautas centrais dos debates acerca dos desafios a serem enfrentados pela sociedade em busca de mapear e superar as desigualdades de gênero, tão enraizados no pensamento cultural e na própria escrita historiográfica.

Deste modo, compreendemos a necessidade de explorar a condição do gênero feminino durante as décadas de 1960 e 1970, suas reivindicações, papéis esperados tanto pela sociedade conservadora como pelos seus colegas de militância para que assim possibilitássemos desvendar um pouco desse quebra-cabeças que chamamos de atuação feminina na militância política.

ST23 - Museus, patrimônio e ensino de história: diálogos, desafios e perspectivas

Amanda Dabéss de Carvalho

amanda.dabess@gmail.com),

Lucinei Pereira da Silva

lucinei.pereira28@gmail.com

Marina Fares Ferreira

marinafaresferreira@hotmail.com

Carolina Pedro Soares

carollsoares@gmail.com

Leonardo Gonçalves Ferreira

leoams585@gmail.com

Esta proposta de simpósio temático pretende articular investigações acadêmicas e reflexões em torno da memória, da museologia, do patrimônio cultural, da educação museal e patrimonial e suas intersecções com o ensino de História. Vale ressaltar que os debates acerca das concepções de museus e de patrimônio têm adquirido uma significativa visibilidade nas últimas décadas. Ao analisarmos as transformações deste período, observa-se que o museu e o patrimônio cultural, em seus sentidos cada vez mais amplos, assumiram também lugar privilegiado nas políticas públicas específicas deste campo.

No Brasil, observamos uma série de estudos importantes que nos fornecem análises instigantes sobre a constituição da narrativa de memória, dos museus e do patrimônio cultural, sua relação com as instituições acadêmicas e seu papel social e educativo, tais como: Regina Abreu; José Reginaldo Gonçalves; Myrian Santos; Ulpiano Bezerra Meneses; Antônio Nogueira; Márcia Chuva e Mário Chagas. Contudo, se houve muito avanço em termos acadêmicos e de políticas públicas, ainda convivemos com perdas irreparáveis do nosso patrimônio cultural e muitas instituições museológicas ainda sofrem com a falta de investimento e o descaso.

Sabe-se também que o avanço da tecnologia implicou em mudanças no comportamento humano, nas relações sociais, no acesso e consumo de informação. Da mesma maneira, o trabalho

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha

31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

do historiador e do pesquisador do campo do patrimônio cultural se viu afetado, seja na pesquisa de dados primários e secundários, seja no estabelecimento de relação com comunidades ou no exercício profissional em diferentes espaços de atuação e mediação, onde discussões dessa natureza possam encontrar ressonância em um público mais ampliado. Considera-se aqui a sociedade civil, professores, coletivos, agentes públicos, etc.; que contemplem experiências dos agentes que refletem, vivenciam e reivindicam cotidianamente as práticas ligadas ao patrimônio, ao museu e à educação.

Sabendo que a atividade humana adquiriu novos formatos, especialmente no contexto pós-pandemia, faz-se necessário compreender de que maneira o (re)fazer histórico vem ocorrendo desde então, considerando o patrimônio cultural em suas diferentes naturezas, matrizes e dimensões.

A partir destas considerações, pretende-se abraçar neste simpósio, pesquisas que discutam a memória seus mecanismos de registro, a história oral, os museus, as instituições, as políticas públicas e a patrimonialização de lugares, de saberes e de fazeres, incluindo aí a educação patrimonial e museal e o ensino de História. Espera-se que as reflexões contribuam para a compreensão sobre como as metodologias se adaptaram e continuam em adaptação para a nova realidade, colocando, perante uma perspectiva multidisciplinar, o pesquisador das diferentes áreas de conhecimento diante de novos desafios que auxiliem na valorização, promoção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Narrativas para além da escrita: o colecionismo como forma de fazer história

Luíza Vasconcellos Pedrosa

RESUMO: Talvez a única certeza que tenhamos sobre a história é que o passado é uma terra estrangeira. Nós o visitamos tal qual forasteiros e trazemos pequenos fragmentos, como se fossem *souvenirs* de um tempo que apenas podemos visitar pela memória. O diálogo com esses signos da ausência arrancados de seu tempo, tal qual caracterizou Fernando Catroga, re-presentificam o pretérito e instituem diálogos entre as temporalidades. Assim, esse ausente que não está mais inserido no passado e tampouco nos pertence, habita o presente por uma terceira via, a escrita⁹⁰⁹. Os lugares que designamos para esse “entre-dois” equivalem às formas em que dotamos o passado de inteligibilidade por meio do ato de escrever, e talvez, colecionar.

Tal é a proposta desse trabalho, pensar o ato colecionador em consonância com a escrita da história. Para isso, compreendemos que colecionar atravessa o campo do prazer estético para compor uma forma de falar sobre um Outro, entrelaçando a mística, a memória e a representação. Assim como re-presentificar o passado pela escrita da história, as representações a partir de coleções instituem diálogos com a memória para operar um jogo de construção de um imaginário comum, que liga o passado ao presente e, desse diálogo, possibilita a construção da ipseidade a partir de aproximações e afastamentos do Eu com o Outro.

Ocupando um lugar que não é propriamente o da história e nem o da ficção, a prática colecionista compõe um objeto de pesquisa por vezes esquecido pelo historiador. Nesse sentido, pretendemos debater como o colecionismo se aproxima da Operação Historiográfica teorizada por Michel de Certeau, empreendimento possível na medida em que entendemos que assim como a prática de historicizar o passado, o colecionismo também pressupõe uma desnaturalização do tempo, uma vez que põe em evidência a ruptura entre o que foi e o que é. Outrossim, partindo das aproximações entre a operação historiográfica e a prática colecionista, ambicionamos questionar como as coleções constituem-se como formas de exercer poder a partir da criação de narrativas unificadoras e que moldam o imaginário social.

Esse debate proposto parte do entendimento que por meio do estudo sobre a prática colecionista podemos pensar sobre outras formas em que o tempo foi e ainda é historicizado e conseqüentemente, habitado. Desse modo, pretendemos analisar as relações entre o colecionismo, a história e a memória.

Palavras-chave: Colecionismo; Historiografia; Operação Historiográfica.

INTRODUÇÃO

O discurso místico transforma o detalhe em mito; ele se agarra nisso, ele o exorbita, ele o

⁹⁰⁹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 1. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 2

multiplica, ele o diviniza. Ele faz disso sua historicidade própria.⁹¹⁰

O ausente que não se situa na escrita tampouco no diálogo, sua presença faz-se somente na representação do morto, que se significa a partir do contato com um Outro. Seu lugar estabelecido nesse “entre-dois” evoca tanto um passado dado como morto, como um presente que não sessa de se reinventar. Tal é o papel das coleções, marcar no presente a nostalgia referente a outras regiões históricas. O que elas escancaram não é, pois, a tentativa vã de estabelecerem-se como pináculos da memória, mas as descontinuidades e os ausentes da história.

Mas, como então caracterizar, sem, no entanto, perder de vista esse entre lugar compostos por heteróclitos? Na definição de Krzysztof Pomian, o que iguala tantos objetos díspares em um mesmo sentido é a perda da utilidade para o qual foram feitos. Em uma coleção,

As locomotivas e os vagões reunidos num museu ferroviário não transportam nem os viajantes nem as mercadorias. As espadas, os canhões e as espingardas depositadas num museu do exército não servem para matar. Os utensílios, os instrumentos e os fatos recolhidos numa coleção ou num museu de etnografia não participam nos trabalhos e nos dias das populações rurais ou urbanas⁹¹¹.

O esvaziamento total de suas atribuições, em resumo, é isso que une os objetos de museus, arquivos e coleções dos mais diversos gêneros. É preciso primeiro matar, figurativamente, os objetos, para que assim, vazios de funções, possam ser carregados de significados. Esse é o segundo ponto levantado por Pomian: as peças de uma coleção não foram reunidas para decorar um ambiente, mas para serem expostas ao olhar, para que dessa maneira possa surgir uma narrativa íntima entre a coleção e observador. O valor de cada objeto é associado, então, à carga representativa que ele adquire para a sociedade, ou em outras palavras, à capacidade de estabelecerem diálogos com o invisível. Esse invisível, nas palavras de Pomian,

é o que está muito longe no espaço: além do horizonte, mas também muito alto ou muito baixo. E é aquilo que está muito longe no tempo: no passado, no futuro. Além disso, é o que está para lá de qualquer espaço físico, de qualquer extensão, ou num espaço dotado de uma estrutura de facto particular⁹¹².

A representação em diálogo com a memória opera um jogo de construção de um imaginário em comum que liga o passado ao presente e, com esse diálogo, possibilita a construção da ipseidade a partir de aproximações e afastamentos entre o Eu e o Outro.

⁹¹⁰ CERTEAU, Michel de. A fábula mística: Séculos XVI e XVII. Trad. Abner Chiquieri. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, 2015, p. 13

⁹¹¹ POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984, p. 52

⁹¹² POMIAN. “Coleção”, p. 66

Mortos para o mundo, esses objetos transformam-se em semióforos, pois em diálogo com os signos da ausência, eles são capazes de moldar as compreensões da realidade ao mesmo tempo em que dependem dela para ter significado. É por meio desse jogo de representações que podemos aproximar a prática colecionista do fazer histórico, já que a historiografia é “uma maneira contemporânea de praticar o luto. Ela se escreve a partir de uma ausência e só produz simulacros [...] Ela coloca uma representação no lugar de uma separação”⁹¹³. Quais seriam as finalidades das coleções em fim último de instaurar representações a partir de simulacros?

Tomando o tempo como o Ator, podemos pensar em aproximações entre a prática colecionista e a escrita da história, finalidade na qual esse trabalho foi elaborado. Isso somente foi possível na medida em que entrelaçamos conceitos tão caros à historiografia – tempo, memória, narrativa, poder – para historicizar esse fazer. A partir desse cruzamento nasce o lugar no qual esse trabalho se circunscreve. Se a historiografia é uma forma de praticar o luto ou, em outras palavras, se “escrever é encontrar a morte que habita este lugar, manifestá-la por uma representação das relações do presente com seu outro, e combatê-la através do trabalho de dominar intelectualmente a articulação de um querer particular com forças atuais”⁹¹⁴ o colecionismo é a presentificação desse morto.

PARTE I

Os objetos dispostos em lugares específicos contam uma história. Essa história não se constrói somente pelo objeto em si, mas pelo que ele representa. Segundo Sandra Makowiecky: “A representação é uma referência e temos que nos aproximar dela, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou o imaginário é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo”⁹¹⁵. Logo, representar pode ser entendido como suplantando a ausência por intermédio de objetos que equivalem àquilo que representam, mesmo que não o façam de forma idêntica. Para a coleção tornar-se inteligível, portanto, ela deve dialogar com signos do conhecimento, estabelecendo uma ponte entre o real e o imaginário para desse modo, atribuir sentido a realidade.

Por outro lado, a narrativa se elabora no plano presente enquanto ressignifica e atribui um lugar ao passado. Nesse sentido, o colecionismo enquanto objeto de análise faz refletir sobre as

⁹¹³ CERTEAU. A Escrita da História, p. 15

⁹¹⁴ CERTEAU. A Escrita da História, p. 21

⁹¹⁵ MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. Caderno de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas, 53. 2003, p. 4

formas pelos quais os homens e mulheres habitam o presente e significam o tempo. Isso porque, as escolhas sobre o que deve ser guardado, preservado, ou mesmo que pode ser destruído, revelam as formas por meio das quais as sociedades doam ao passado um lugar no presente ao mesmo tempo em que restringem o espaço que esse lugar pode ocupar. Nas palavras de Hartog:

Que relações manter com o passado, os passados certamente, mas também, e muito, com o futuro? Sem esquecer o presente ou, inversamente, correndo o risco de nada ver além dele: como, no sentido próprio da palavra, habitá-lo? O que destruir, o que conservar, o que reconstruir, o que construir, e como? Decisões e ações que implicam uma relação explícita com o tempo, que salta aos olhos a ponto de não se querer ver?⁹¹⁶

Outrossim, as narrativas construídas pelos semióforos são também uma forma de marcar a alteridade, na medida em que entre o passado – morto nas coleções – e o presente, instaura-se uma ruptura, mesmo quando simulando uma continuidade. Essa ruptura entre o Eu e o Outro marca uma identidade, possível a partir de afastamentos e aproximações:

Reconhecendo-se, estranhando-se ou distanciando-se do que foi, o sujeito actualiza, sem cessar, a sua ipseidade (que também a diferencia dos *outros*) em diálogo (passivo, ou não) com passados comuns e na *retro-projecção* de um determinado sentido para a vida⁹¹⁷

Apontando os tensionamentos no tempo e cedendo um lugar ao passado na vida cotidiana, a prática colecionista se aproxima do fazer historiográfico e, como tal, também é marcada pelo lugar social em que é produzida. As ressignificações que as coleções sofrem ao longo do tempo nos revelam as maneiras pelas quais os sujeitos experimentavam o tempo e as relações que mantêm com o passado. Como tal, elas se assemelham aos trabalhos historiográficos, compreendidos, nas palavras de Fernando Catroga, como “uma actividade *epocal*, desencadeada a partir de horizontes de pré-compreensão, húmus de onde emergem os problemas a historiografar propriamente ditos”⁹¹⁸. Logo, as coleções são janelas em que podemos vislumbrar o modo como o passado foi e ainda é reelaborado para se encaixar no presente para, por fim, organizar os horizontes de expectativas para o futuro. Agindo tal qual uma forma particular de linguagem, deve-se pensar no sistema social em que a coleção está inserida, pois enquanto uma ferramenta utilizada para interpretar a história, ela própria faz parte de uma construção histórica.

⁹¹⁶ HARTOG, François. Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Souza de Menezes; Bruna Beffart; Camila Rocha de Moraes; Maria Cristina de Alencar Silva; Maria Helena Martins. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 30

⁹¹⁷ CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2015, p. 3

⁹¹⁸ CATROGA, Fernando. O Valor Epistemológico da História da História. In. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Outros Combates pela História. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 24

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Desse modo, considerando o lugar social que o historiador ou o colecionador ocupa, é possível perceber que a narrativa integra a realidade em que foi criada, e os signos que ela mobiliza só podem ser decifrados a partir da lógica de sua criação. É a partir desse lugar que se “instauram métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam”⁹¹⁹. As particularidades do discurso apenas podem ser compreendidas se partimos do lugar em que foram forjadas, já que “seria ilógico que o historiador se julgasse situado num não-lugar e num não-tempo”⁹²⁰. A percepção do tempo e do lugar como parte integrante do discurso nos guia ao terreno dos não-ditos, dos recalques, das afetividades e das subjetividades que atravessam a narrativa e levantam novas problemáticas. É devido também a essa particularidade da escrita da história que operam as escolhas sobre o que resguardar e narrar, e o que relegar ao plano do esquecimento, dado que: “Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna outras impossíveis*”⁹²¹. A narrativa do passado constrói-se, então, pela conjugação do papel do sujeito epistêmico, o poder de convencimento da narrativa e o receptor desse discurso.

Relacionando a escrita da história com a prática colecionista, temos que considerar as coleções também estão circunscritas pelo lugar em que foram criadas. Decisões sobre o que resguardar, como armazenar e, mesmo, a disposição dos objetos para exposição estão intimamente relacionadas às perguntas que as sociedades lançavam ao passado e à forma como elas o interpretavam. Outrossim, o observador tem um papel central para o desempenho da função social das coleções. É com ele que a coleção estabelece um diálogo por meio do deciframento dos signos da ausência. Sem o olhar atento de seus visitantes, a representação que os objetos carregam, mesmo que essa mude recorrentemente com o passar do tempo, ficaria perdida, os semióforos seriam apenas objetos sem utilização. As práticas de experimentar o tempo, portanto, ditam o modo como as coleções são significadas e os diálogos que estabelecem com o horizonte distante. Logo, cabe o questionamento: até que ponto o colecionador não assume a função de historiador ao selecionar representações do passado? Movimentando-se nesse jogo de escolhas, o colecionador emprega um conhecimento preestabelecido para dar conta do pretérito e, para isso, faz uso de técnicas

⁹¹⁹ CERTEAU. A Escrita da História, p. 47

⁹²⁰ CATROGA. O Valor Epistemológico da História da História, p. 25

⁹²¹ CERTEAU. A Escrita da História, p. 76

específicas, tal qual o historiador. A técnica é, então, o que possibilita a desnaturalização do tempo por meio da instauração de um corte, e transforma o objeto natural em histórico.

PARTE II

Falar sobre coleções é falar sobre um modo de habitar o passado. Trazendo para o plano do tempo presente, os historiadores podem lançar inúmeras questões para as coleções e inúmeras formas de interpreta-las, na medida em que “cada presente construa a sua própria história dentro do horizonte de possibilidades que ele é”⁹²². Nesse sentido, cada pergunta nos mostra um viés diferente no qual podemos analisar e historicizar esse agrupamento de semióforos. Tendo isso em mente, a análise de teses e dissertações abre um campo de possibilidades para analisarmos como a historiografia vem se servindo do colecionismo para pensar suas próprias práticas e narrativas, dado que esses trabalhos são os principais meios de divulgação de pesquisas recentes e nos apontam os novos rumos que as ciências estão tomando. Entretanto, ao realizar o levantamento em repositórios institucionais nas faculdades cujo campo historiográfico fosse abrangente, o resultado surpreende: pouquíssimos trabalhos se propõem a tratar da prática colecionista. O gráfico a seguir ilustra o número de trabalhos encontrados em cada universidade pesquisada.

Gráfico 1

A partir dessa constatação, pudemos perceber como o colecionismo é quase que inexpressivo em comparação com outros temas mais trabalhados. Contudo, ainda nos resta indagar como cada pesquisador trabalhou esse objeto, colocando ou relevando certos aspectos para construir suas argumentações⁹²³. Pudemos perceber três formas principais de tratamento do tema, nas quais os pesquisadores guiaram suas pesquisas e objetivos.

A primeira forma em que a prática colecionista foi abordada, foi o colecionismo como expressão de poder, no qual as autoras se preocuparam em mostrar o colecionismo como forma discursiva, por meio da ligação entre a coleção e o meio científico e, portanto, como ela encontra-se submersa nas relações de poder. Para a construção argumentativa, o colecionismo foi tomado

⁹²² CATROGA. Memória, história e historiografia, p. 26

⁹²³ Foram analisadas 6 teses e dissertações; “O ato colecionador” (2015), de Leonardo Vasconcelos Renault; “Do Kemet para o Novo Mundo: O colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)”, de André Onofre Limírio Chaves; “Ciência, colecionismo e poder à luz dos documentos de Johann Natterer” (2016), de Fernanda Silva Dias de Aquino; “Um naturalista e seus múltiplos: Colecionismo, projeto austríaco na América e as viagens de Johann Natterer no Brasil (1817-1835)” (2016), de Rita de Cássia Melo Santos; “Colecionar, escrever a história: A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado” (2007), de Ana Paula Sampaio Caldeira; “Entre objetos e palavras: o Museu de Artes e Ofícios como experiência historiográfica”, de Vanessa Gonçalves de Vasconcelos.

como um tipo particular de linguagem, na qual o poder se manifestaria pelo jogo operado entre silenciamentos e vozes e principalmente, pela construção de um saber sobre o Outro. O conhecimento gerado que encontra legitimação pela ciência, desloca o papel de detentor do saber da comunidade da qual se refere, para a autoridade científica, conferindo-lhe poder discursivo.

Já a segunda maneira pela qual o colecionismo foi analisado, considerou as relações do fazer científico e os intercâmbios culturais nos quais os colecionadores estavam inseridos, tomando essas relações como condições necessárias para o fazer científico. Assim, evidenciam-se as trocas culturais e apropriações feitas sobre um outro como forma de construção da própria identidade, que se daria por meio de um processo de ipseidade. Nesse sentido, apesar das pesquisas focarem nos aspectos sociais e culturais dessa prática, percebemos que o poder permanece como um aspecto relevante. Isso porque, como analisa Foucault: “O poder não é senão um tipo particular de relações entre indivíduos. E essas relações são específicas: dito de outro modo, elas nada têm a ver com a troca, a produção e a comunicação, mesmo se elas lhe são associadas”⁹²⁴.

Por fim, pudemos abordar algumas pesquisas sobre colecionismo nas quais foram evidenciadas a relação entre a coleção e o tempo. Nesse sentido, as análises se baseiam nas mudanças de significados sofridas pelos semióforos, e como eles expressavam uma certa forma de experimentar, ou podemos dizer, habitar o presente. Assim, os objetos presentes nas coleções foram analisados de acordo com a configuração do imaginário de cada época e como esses objetos configuram-se como expressões desse imaginário na busca de dar significado à experiência humana. Nesse sentido, as coleções

narram visões de mundo do conhecimento e da compreensão moral em relação ao herói ou à heroína individuais, à família e à sociedade, ao passado e ao exótico. Como em uma ficção, também, suas maneiras de criar o fluxo da narrativa encontram-se abertas para análise, demonstrando não ser um reflexo da natureza das coisas, mas uma construção social em que o sentido aparente é criado a partir de um leque de possibilidades e descontinuidades⁹²⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colecionar é uma forma de narrar e desnaturalizar o tempo, na medida em que dialogando com os signos da ausência, estabelece o que pertence ao passado e, portanto, não cabe mais ao tempo atual. Essa ruptura possibilita que o passado seja inventado e dessa forma, torne-se objeto

⁹²⁴ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p.384

⁹²⁵ RENAULT, Leonardo Vasconcelos. “O ato colecionador”. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.177, 2015, p. 32

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

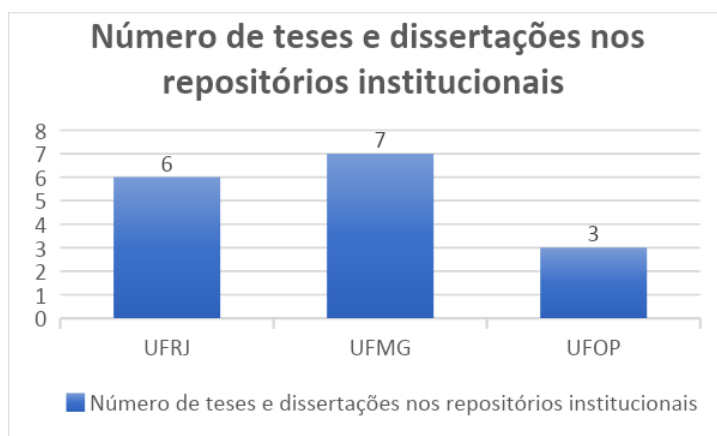
de estudo. Assim como nas coleções, a história também promove um corte na temporalidade. A partir dessa constatação, pudemos aproximar essas duas práticas, já que

a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção⁹²⁶.

A partir do diálogo entre esses dois modos de presentificar o passado, pudemos pensar em novas formas em que os homens e as mulheres experimentaram o tempo e criaram significado ao presente e a própria condição humana. Fugindo dos textos escritos, as coleções nos apontam para as diversas representações que fazemos de um mesmo tempo, a memória que é valorizada e que desembocam em narrativas significadoras da vida cotidiana.

Anexos

Gráfico 1



O papel dos lugares de memória: Análise das narrativas identitárias dos espaços museológicos da cidade de Brumadinho - MG

Leticia Peixoto Silva

⁹²⁶ CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. 1. Ed. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 12

Resumo: Os lugares de memória, como foram denominados por Pierre Nora (1993), são, muitas das vezes, um dos poucos espaços a possibilitarem um maior acesso a memória, especialmente no âmbito da história local. A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa teve por objetivo a análise da memória social e a identidade da cidade de Brumadinho – MG, a partir da relação conflituosa existente entre os diferentes espaços de memória que compõem a cidade, investigando se há uma narrativa que una as trajetórias e os diferentes sujeitos brumadinhenses. Dessa forma, o processo teórico-metodológico perpassou pelo estudo das políticas municipais de memória, análise dos materiais de educação patrimonial oferecidos pela Casa da Cultura Carmita Passos e organizados pela Secretaria de Turismo e Cultura, as atividades exercidas pelo CIMP (Centro Inhotim de Memória e Patrimônio) e o grupo do Facebook “Memorial de Brumadinho”, organizado voluntariamente pela sociedade civil. Assim como uma revisão de literatura de autores como Pierre Nora (1993), Mário Chagas (2012) e Paulo Peixoto (2004) que se empenham em debater a engrenagem que move a memória e o poder nesses espaços de caráter museológico. Entende-se, ainda, que a narrativa composta nessas políticas de memória e materiais patrimoniais foram constituídos de forma a escamotear memórias constitutivas para a identidade brumadinhense, evidenciando uma contraposição com o surgimento do Memorial de Brumadinho que se expressa enquanto um “museu comunitário” na conceituação de Hugues de Varine (2012) sendo uma iniciativa da comunidade, em um espaço virtual, de resgatar sua memória e história local.

PALAVRAS-CHAVE: Brumadinho, História local, Memória, Museologia social.

Introdução

Toda cidade é histórica. Mas nem toda cidade conhece sua própria história, e é assim, que se institui o que foi comumente denominado como lugares de memória.⁹²⁷ Tais espaços possuem a capacidade de ferir e curar memórias, de construir e desconstruir identidades, de tornar à vista ou ocultar-se acontecimentos, enfim, de lembrar e esquecer. A partir desta reflexão, o presente artigo é resultado da pesquisa construída em 2019 e apresentada em formato de trabalho de conclusão de curso em 2021, no curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).⁹²⁸

A pesquisa buscou uma análise dos espaços museológicos da cidade de Brumadinho-MG, sendo estes: Casa de Cultura Carmita Passos, Arquivo Público de Brumadinho e o Centro Inhotim de Memória e Patrimônio (CIMP), assim como, a iniciativa da sociedade civil, o grupo do

⁹²⁷ NORA, Pierre. *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*. Revista Projeto História, n. 10, p. 7-28, São Paulo, 1993.

⁹²⁸ SILVA, Leticia Peixoto. *Memória e identidade brumadinhense: Análise da experiência na construção de um museu comunitário*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual de Minas Gerais, Divinópolis, 2020.

Facebook Memorial de Brumadinho. Ainda, buscou compreender a relação entre esses espaços e suas respectivas narrativas, se apoiando na revisão de literatura de autores que estudam os processos mnemônicos em uma perspectiva polissêmica, plural e quase sempre, conflituosa.

Leis e lugares na memória local

Para que se entenda a memória local é preciso entender que Brumadinho é uma cidade que se constitui territorialmente como uma “colcha de retalhos”, isto é, em sua emancipação enquanto município, ocorrida no ano de 1938, há uma anexação de territórios e comunidades que já possuíam, em si, suas funcionalidades e *modus operandi*. Assim, os quatro distritos que compõe a cidade: Conceição de Itaguá (Brumado/Brumado Velho⁹²⁹), Aranha, São José do Paraopeba e Piedade do Paraopeba, são povoados desde o século XVII⁹³⁰ e passaram por várias jurisdições até 1938, quando se tornam parte do município. Evidentemente, a territorialidade não significa por si só, pertencimento. Além disso, o processo constitutivo da identidade de Brumadinho é, assim como a própria ideia de identidade, complexo. Dessa forma, teve-se por objetivo entender quais narrativas engendram estes espaços e se tais narrativas abarcam essa pluralidade de seres, de comunidades e de sujeitos.

A partir deste contexto, é importante alavancar o ano de 2013, onde, o município avançou significativamente nas políticas voltadas para a memória local com a criação, em lei, de um Centro de Memória⁹³¹, constituído juntamente com outros três espaços: o Arquivo Público, a Casa da Cultura e o Museu Histórico. Este documento também direciona a responsabilidade de cada espaço, sendo que, o Arquivo seria o órgão receptor, responsável por abrigar os documentos, o Museu Histórico, um órgão colecionador e expositor que abrigaria os objetos, tendo também, uma função educativa e por fim, a Casa da Cultura abrigaria exposições de curta e longa duração, sendo também responsável pela qualificação de agentes culturais e da população local.

⁹²⁹ NOTA EXPLICATIVA: O nome deriva do primeiro povoado desta região, ainda que, a alteração do nome para Conceição de Itaguá ocorreu em 1914, o distrito ainda é comumente conhecido por Brumado e/ou Brumado Velho.

⁹³⁰ NOTA EXPLICATIVA: Piedade do Paraopeba foi fundado no século XVII, com as expedições bandeirantes lideradas por Fernão Dias Pais e foi um povoado de abastecimento para as regiões mineradoras, ao longo de sua história. São José do Paraopeba – fundado São José do Salto do Paraopeba – nos séculos XVIII e XIX, fez parte de outros territórios antes de ser anexado a Brumadinho, como Ouro Preto e Itabirito. Aranha – fundado Jesus, Maria e José da Boa Vista do Aranha - recebeu o nome em homenagem ao proprietário de terras local, José de Cerqueira Aranha. Em 1884, foi elevado ao status de Paróquia, ainda passou a pertencer, na década de 1920, a cidade de Itabirito e só então, com a emancipação de Brumadinho, foi anexado ao novo município. Ver: JARDIM, Décio Lima. JARDIM, Márcio Cunha. *História e Riquezas do Município de Brumadinho*. Brumadinho: Prefeitura Municipal de Brumadinho, 1982.

⁹³¹ BRUMADINHO. Lei Municipal nº 2.007 de 24 de outubro de 2013: Dispõe sobre a criação do Centro de Memória de Brumadinho/MG e dá outras providências.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Em contínuo, a Casa da Cultura Carmita Passos já existira antes como um espaço cultural⁹³², seu prédio abrigou uma das primeiras escolas da cidade – Grupo Padre Machado – e seu nome homenageia uma das professoras desta escola. Hoje, além do funcionamento da Casa da Cultura, também abriga a Secretaria de Turismo e Cultura da cidade, porém, seu acervo é fechado para o público e, aparentemente, em permanente manutenção. Não se possui, também, um balanço provisório da composição deste acervo, ou planos de ação e/ou museológicos, tornando difícil averiguar quais memórias estão resguardadas no local.

O Arquivo Público da cidade segue o mesmo exemplo, ainda que legalmente tenha se instituído em 2013, se encontra em estágio de organização inicial. Seu prédio é, também, parte da história da cidade, já que, está alocado na Estação Ferroviária de Brumadinho, construída em 1917, e responsável pelo primeiro povoamento no que viria a ser a sede do município. Porém, seu acervo também é fechado ao acesso, seja para pesquisa ou apenas, visitação. Tal problemática contrapõe seu objetivo de democratização de acesso. Conseqüentemente, não se consegue ter acesso às tipologias documentais do acervo, assim como às narrativas que o compõe, e o Museu Histórico não foi construído até o presente momento deste artigo.

O CIMP (Centro Inhotim de Memória e Patrimônio) assim como os lugares de memória governamentais, também não possui acesso ao público desde antes da pandemia⁹³³. Porém, seu acervo e estudos são de conhecimento público graças as publicações feitas por professores e estudantes que compuseram a equipe. O CIMP foi criado a partir da Diretoria de Inclusão e Cidadania, em 2007, com o objetivo de realizar trabalhos não somente em Brumadinho, como também, nas cidades próximas. A partir dessas publicações, pôde-se constatar que o acervo compõe tanto sobre o Instituto Inhotim, quanto também, sobre a história da cidade. Os dados levantados apontam que possuem cerca de 100 depoimentos de moradores da região, 80 partituras pertencentes às corporações musicais locais, documentos cartoriais, 50 registros de manifestações

⁹³² BRUMADINHO. Lei Municipal nº 1.419 de 22 de abril de 2004: Denomina ‘Carmita Passos’ a Casa da Cultura de Brumadinho.

⁹³³ NOTA EXPLICATIVA: A pandemia do Corona Vírus, conhecido como Covid-19, assolou o Brasil e o mundo desde o fim de 2019. É importante ressaltar que a pesquisa foi iniciada entre os meses de Maio/Junho de 2019, enquanto o país apenas adotou a quarentena em Março de 2020, assim, é constatável que todos os acervos já estavam fechados anteriormente ao período de quarentena estipulado pelo governo brasileiro, como contenção de contaminação pelo Covid-19.

loais e cerca de mil fotografias⁹³⁴, porém, é relevante citar que tal balanço foi publicado em 2011, e assim, não se pode constatar se atualmente o acervo possui as mesmas características e tipologias.

Diante disso, é perceptível que a criação desses espaços por meio legal ou por iniciativa privada não foi igualmente acompanhada da implementação, desenvolvimento ou de uma política de ação junto à comunidade, ou melhor, das comunidades. Assim, mesmo que essas memórias existam e estejam guardadas nestes lugares, mesmo que estejam nos fundos dos armários municipais ou dos acervos particulares, o seu acesso não é permitido, dificultando a afluência de informações sistematizadas sobre o volume e características dessa documentação, desses registros e vestígios do passado. Por consequência, a memória social é impedida de exercer seu papel e o que se vê é um “jogo social da constituição das narrativas identitárias”⁹³⁵ que dificulta que a comunidade veja o seu cotidiano, suas tradições, seus saberes e sua história como parte integrante do patrimônio local.

Educação patrimonial e identidade local

Devido à dificuldade encontrada nos espaços museológicos e a busca incessante do ser brumadinhense, a pesquisa se voltou para análise de materiais de educação patrimonial. As cartilhas e/ou materiais de educação patrimonial encontradas foram produzidas a partir do ano de 2013, e desta forma, passaram por várias gestões municipais, e, conseqüentemente, diversas narrativas. Também, a maior parte possui ausência da data de produção e da distribuição pelos órgãos locais, sendo produções desordenadas e aleatórias, e não um conjunto de ações adotadas pelos espaços museológicos da cidade.

Nesse sentido, a pesquisa analisou os materiais entre os anos de 2013 e 2021, sendo encontradas algumas produções da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e da Secretaria de Educação. Os anos de 2015 e 2021 foram os mais proveitosos em termos de materiais analisados, sendo que, no primeiro foram desenvolvidos dois materiais voltados para educação patrimonial: “Coletânea Explorando e Conhecendo Brumadinho”⁹³⁶ e “Conheça Brumadinho”⁹³⁷, enquanto no

⁹³⁴ SENA, Roseni; LOPES, Rosalba; GAZZINELLI, Juliana, *Desenvolvendo um território com inclusão e cidadania*. Inc. Soc., Brasília, DF, v.4, n.2, p, 91-102, 2011. Captado em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/download/1659/1865>. Acessado em: dezembro de 2019.

⁹³⁵ TOLENTINO, Átila Bezerra. *Espaços que suscitam sonhos: Narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho no Tempo*. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa, 2016, p. 30-77.

⁹³⁶ BRUMADINHO. Secretaria Municipal de Educação. *Coletânea Explorando e Conhecendo Brumadinho*. 2015

⁹³⁷ BRUMADINHO. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. *Conhecendo Brumadinho*, 2015

segundo, foram produzidos materiais envoltos do projeto “Redescobrimo Brumadinho”, que incluiu o “Circuito Terra de Brumas”.⁹³⁸

A Coletânea “Explorando e Conhecendo Brumadinho” foi realizada em 2015 pela Secretaria de Educação. Seu objetivo associa-se a de um material didático para os professores da rede pública de ensino e dedica-se a conteúdos voltados para atribuições geográficas, populacionais e culturais da cidade. Além disso, seu último tópico apresenta um “roteiro cultural” da cidade, sobre a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, Igreja do Belo Ramo, as corporações musicais: Banda Santa Efigênia, Banda São Sebastião, Banda Santo Antônio de Suzana e Banda Nossa Senhora da Conceição.

Este mesmo material apresenta, também, um resumo sobre o surgimento das manifestações de congado e Moçambique da região e sobre os patrimônios locais como a Casa da Cultura, a Fazenda dos Martins, a Estação Ferroviária, o Sítio Histórico do Quilombo do Sapé, a Serra da Calçada e o Inhotim. Em termos didáticos, a cartilha da Secretaria de Educação cumpre o seu papel, entretanto, não houve novas publicações, o que torna as informações relevantes do material, desatualizadas, o que talvez, evidencie, que os processos de patrimonialização ou mesmo, os processos de educação patrimonial nem sempre estão preocupados com a preservação de uma identidade.⁹³⁹

Já o texto “Conheça Brumadinho”, publicado no mesmo ano pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, é dividido nos seguintes tópicos: Atrativos Naturais, Patrimônio Histórico-Cultural, Manifestações Culturais, Atividades Ecoturísticas e Gastronomia. Este, por outro lado, parece optar por alavancar um desserviço quanto às questões didáticas-patrimoniais, isso porque, em sua apresentação dos pontos da cidade, o que se denota é um foco turístico-predatório, em que se escreve para o visitante e não para o nativo. Pode-se exemplificar pela apresentação da encosta da Serra da Moeda onde tem-se que “A região possui diversas opções de hospedagens e restaurantes com uma gastronomia variada [...]”⁹⁴⁰ ou a apresentação dos Mirantes do Topo do Mundo, na qual encontra-se “Entre as montanhas, o **turista** [grifo meu] se depara com locais fascinantes”⁹⁴¹.

⁹³⁸ BRUMADINHO. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Passaporte Cultural: Circuito Terra das Brumas, 2021.

⁹³⁹ PEIXOTO, Paulo. *A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização*. Revista Crítica de Ciências Sociais 70, 2004, p. 183-204. Captado em: [Http://journals.openedition.org/rcca/1056](http://journals.openedition.org/rcca/1056). Acessado em: abril de 2020.

⁹⁴⁰ BRUMADINHO, Conheça Brumadinho, 2015.

⁹⁴¹ BRUMADINHO, Conheça Brumadinho, 2015.

Não obstante, não há uma preocupação com um desenvolvimento sustentável deste turismo, ou mesmo, a reflexão da possibilidade de um turismo de base comunitária. Pelo contrário, a pesquisa de Thaís Mendes Alves⁹⁴² demonstra que há um processo de gentrificação na cidade devido a este turismo, além de, um processo de deturpação da economia local destas comunidades que saem da subsistência e da agricultura familiar para as pousadas, casas e condomínios construídos para quem se cansa das grandes metrópoles.

Podia-se considerar a desatualização deste material, e por isso, a inviabilidade do argumento exposto nesta pesquisa, porém, o “Circuito Terra das Brumas” é uma publicação da gestão atual (2020-2024), incluso no projeto “Redescobrimdo Brumadinho”, pertencente à Secretaria de Cultura e Turismo. O circuito terra das brumas é um passaporte cultural destinado, novamente, mais para os visitantes do que para os moradores. Este expõe os pontos históricos e turísticos da cidade - como o Inhotim, Estação Ferroviária, a Casa da Cultura, Sítio do Sapé, Topo do Mundo, Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Porém, quanto as festas locais, fruto da tradição agropastoril e religiosa da cidade denomina-se “Festas Populares”, sendo possível o carimbo em qualquer festa da região, seja religiosa ou as festas que acontecem nas comunidades rurais. Assim, ainda que os pontos acima tenham sido apresentados, quando se trata da cultura local como as festas, não houve, no material, nenhuma preocupação de apresentar as origens destas festas, aparecendo, assim, de forma genérica e homogeneizante, retirando as especificidades locais.

Dessa forma, o que se observa diante desses materiais, tidos como base para o entendimento da identidade brumadinhense, é que ser de Brumadinho é conhecer seus pontos turísticos, e conhecer Brumadinho é conhecer estes mesmos pontos. Ou seja, as únicas fontes de informação veiculadas estão estruturadas sob uma lógica reducionista, com pouca preocupação cultural, social ou afetiva, estando voltadas exclusivamente para o turismo de massa. Nesse sentido, Hugues de Varine reflete que existe um desvio “[...] ligado à exploração puramente econômica e comercial do patrimônio, sem verdadeiro respeito de seus aspectos culturais e de sua significação para a comunidade de pertencimento”.⁹⁴³

⁹⁴² ALVES, Thaís mendes. *Brumadinho-MG e Inhotim: Entre a memória, o museu e o turismo*. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) – UNILA, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Foz do Iguaçu, 2018.

⁹⁴³ VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta, Porto Alegre: Medianiz, 2012.

O turismo, por si só, não é um inimigo, porém, é importante que se trabalhe a concepção de um turismo da cultura viva, do cotidiano, onde o patrimônio e a comunidade comunguem juntos os frutos desse turismo cultural. Dolorosamente, essas ações patrimoniais do município não demonstram efetividade no envolvimento e na valorização da memória e história da(s) comunidade(s). Na maior parte das vezes, o que se percebe é que há uma preocupação maior em realizar a formalização burocrática e “sem vida”, apenas para cumprir o envio anual dos relatórios de ações de Patrimônio Cultural ao IEPHA, para fazer jus ao recebimento do ICMS Cultural.⁹⁴⁴

Memorial de Brumadinho: uma luz no fim do túnel?

O papel do grupo “Memorial de Brumadinho” dentro da dinâmica de memória social e identidade que envolve a cidade pode ser observada como um processo de desejo de memória dessa comunidade e, ao mesmo tempo, como uma diferença de perspectiva daquilo que é lembrado e valorizado pela comunidade, em detrimento da política de memória implementada pelo município. Organizado e frequentado pela sociedade civil, nesse espaço virtual de memória, os participantes realizam postagens de momentos nostálgicos e memoráveis de suas trajetórias pessoais e coletivas na cidade, dando destaque a momentos, atores e grupos que, na maior parte das vezes, não ganham a atenção dos gestores da política de patrimônio local.

O grupo do Facebook “Memorial de Brumadinho” surgiu em 23 de junho de 2013. O objetivo exposto é “levantar o acervo fotográfico da história de Brumadinho e do seu povo”⁹⁴⁵. Outro ponto é que o próprio grupo expõe que aquele lugar [de memória] é um lugar de “amizade, respeito e matar a saudade daqueles que não vivem mais em Brumadinho”⁹⁴⁶. Para mais, o memorial foi passado de um grupo aberto, isso é, no qual pessoas que não fazem parte do grupo vejam suas postagens, para um grupo fechado, onde, apenas os membros do grupo podem publicar e visualizar o que foi publicado.

Dessa maneira, para se ter acesso ao material publicado no grupo, é preciso que se responda três perguntas, sendo elas: “Você é de Brumadinho?”, “Por que se interessou pelo Memorial?” e

⁹⁴⁴ NOTA EXPLICATIVA: Brumadinho atualmente tem uma das maiores pontuações de Minas Gerais no ICMS Cultural, pontuando 17,55 no exercício 2021. Tal pontuação, porém, tem um valor expressivo em relação aos quadros relacionados a tombamentos (IIB- IIIA) e investimentos e despesas (IB), chegando a fechar a pontuação deste último, enquanto uma pontuação pouco expressiva em inventários (IIA) 0,70, mediana em política cultural (IA) 2,80 e possui apenas 2 bens registrados.

⁹⁴⁵ BRUMADINHO, Memorial de. Sobre este grupo. Captado em: <https://www.facebook.com/groups/143708579158231/about>. Acessado em: fevereiro de 2021.

⁹⁴⁶ BRUMADINHO, Memorial de. *Sobre este grupo*.

“Como você acha que pode contribuir nesta história?”. Acerca disso, é preciso elencar, especialmente, a primeira pergunta. Há ali, um objetivo intrínseco do grupo: a valorização e o acesso à memória pelo próprio brumadinhense, evidentemente demonstra-se uma preocupação do grupo em manter os valores incorporados em sua descrição, evidenciando que a sua função, assim como nos museus, é eminentemente social, estabelecida no desejo e no direito à memória local.

Quanto as postagens, a maior parte das representações dessas memórias, socializações e referências culturais envolve os sujeitos sociais da cidade que viveram e compartilham essas questões, tanto que se pôde perceber, nesta pesquisa, uma repetição de eventos, lugares e sujeitos como o Carnaval, a rodoviária, as estações ferroviárias, as igrejas e manifestações religiosas, as vendas comerciais, os desfiles cívicos, os sujeitos que permearam a vida social brumadinhense, as famílias, a tradição rural agropecuária com as festas rurais, as pescas – e pescadores – do Rio Paraopeba, assim como também, as memórias traumáticas com as enchentes de (1992/1997) e a tragédia-crime da Vale (2019).

É possível refletir que o memorial possibilita a expansão da percepção de patrimônio da cidade, a vista que, majoritariamente, “quando falamos de nossa casa, de nossa cidade ou de nosso bairro, de fotografias de nossos avós, de pratos ou vinhos consumidos ontem à noite, de canções que cantarolamos, da igreja paroquial vizinha, etc., não pensamos que isto se trata de um patrimônio”⁹⁴⁷, pois são exatamente estes locais, falas e objetos que se evidenciam nas postagens e que possuem maiores reações/curtidas e comentários, dos mais variados sujeitos que compõe o grupo. Entretanto, a luz do fim do túnel se faz distante, em vista que, as postagens e histórias se perdem na rolagem infinita do *feed*, somos cercados por novas tecnologias sociais que aos poucos vão substituindo umas às outras, e assim, o risco de perda deste material que não foi documentado e preservado, e conseqüentemente de suas memórias, é eminente.

Considerações finais

Os processos que permeiam a memória enquanto elemento social perpassam por meio de uma socialização política e histórica⁹⁴⁸, que permite em seu mais alto grau, o sentimento de pertença. Tais processos herdados são exemplificados, ou expostos nesses lugares de memória, que corroboram com narrativas capazes de evidenciar memórias, na mesma medida que podem também, apagá-las.

⁹⁴⁷ VARINE, 2012, p. 83.

⁹⁴⁸ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p- 200-2012.

Dessa maneira, o grupo do Memorial de Brumadinho demonstra em essência que “[...] sujeitos sociais comumente silenciados ou inexistentes em narrativas e práticas museológicas tipicamente elitistas e excludentes [...] – dão sobre o seu papel como atores sócio-históricos na construção das identidades e memórias do local onde nasceram ou vivem”⁹⁴⁹. Dessa forma, mesmo sem uma organização sistemática de seu acervo, composto por vários sujeitos da comunidade, exerce de forma mais ativa que os espaços museológicos governamentais, a função social de exibir a pluralidade da memória social local, assim como de um lugar de memória, capaz de constituir a identidade brumadinhense, partindo de suas referências culturais, sociais e históricas pela própria comunidade, ou ao menos, parte dela.

Evidentemente, é preciso que se discuta e se aprofunde nos processos de educação patrimonial e dos espaços museológicos locais, em vista que, todo patrimônio, antes de ser ou se tornar nacional, é local⁹⁵⁰. Ainda, a identidade se faz em campo denso, ardoroso, dialético e de conflitos latentes, considerando que “[...] a formação de uma consciência patrimonial é um processo fortemente identitário”⁹⁵¹, a relação entre patrimônio, memória e identidade estão intimamente ligadas, são, assim, os três poderes da sociabilidade humana, constituem-se de forma independente mas interligados, participam de uma rede de poder e disputa que os colocam em xeque, especialmente quando se pensa no ato de acessar e compartilhar este patrimônio.

Por fim, tendo em vista que os museus são herdeiros tanto da memória quanto do poder⁹⁵², não se pode ignorar a complexidade e o caráter heterogêneo da(s) comunidade(s) nesse processo de constituição de memórias e identidades que se faz dentro do espaço museológico, percebendo que, buscar um discurso homogeneizante ou inibir o acesso a qualquer discurso que seja, como foi o caso demonstrado por este artigo, são, ambos, formas de silenciamento e apagamento, permitem que o outro (este outro, dotado de poder) diga quem é você, quem é Brumadinho e quem são os brumadinhenses, sem os permitir a chance de dizer quem são.

⁹⁴⁹ TOLENTINO, 2016, p. 135.

⁹⁵⁰ VARINE, 2012.

⁹⁵¹ PEIXOTO, 2004, p. 185.

⁹⁵² CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. Cadernos de sociomuseologia, n. 19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2012, p. 43-81. Captado em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acessado em: novembro de 2020.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Patrimônio e historiografia: disputas em torno do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana

Riler Barbosa Scarpati

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender algumas relações entre o patrimônio e a historiografia. Transitar-se-á mais ou menos livre ao longo das décadas de 1920 a 1960. Para essa finalidade, tomam-se dois casos: O primeiro se refere ao edifício, denominado “Aljube”, no qual foi instalado o Museu, um patrimônio imóvel; já o segundo está ligado à trajetória museográfica de um objeto, o “Desposório de São José” ou “Esponsais de Nossa Senhora e São José, ou seja, um patrimônio móvel. O tema central em discussão é a memória. Nesse sentido, este trabalho incorpora algumas das críticas feitas ao conceito de “lugar de memória” de Nora e reafirma-se sua operacionalidade, além de compreender a historiografia e o patrimônio como formas de memória, mas também como construções sociais, abertas e em constante reelaboração. Procura-se aqui tecer alguns comentários sobre as discussões e políticas patrimoniais no Brasil, bem como breve discussão sobre a trajetória e o perfil da historiografia feita por Cônego Raimundo Trindade. O Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, fundado 08 de abril em 1961 e inaugurado 22 de setembro de 1962, na antiga Vila de Ribeirão do Carmo, trazia para o plano das instituições uma memória já circulante no espaço de atuação da Arquidiocese em outros meios como a historiografia. Essa memória ancorava-se em um discurso do pioneirismo da Arquidiocese e do município de Mariana ao serem, respectivamente, “primeira vila, primeira cidade, primeira capital de Minas Gerais” e “primeiro bispado, primeira diocese, primeira Arquidiocese de Minas”. Algumas questões nortearão esse trabalho: como se dão os empréstimos e transferências entre essas múltiplas formas de memória? Qual (is) papéis o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana assume nessas discussões envolvendo patrimônio e historiografia? Utilizar-se-á como corpo documental as correspondências institucionais e pessoais e a *Revista do Patrimônio*. Por fim, nosso pressuposto é de que o museu assumia o papel de promover estabilidade frente às discussões patrimoniais e historiográficas ao atualizar o discurso de pioneirismo de Mariana e da Arquidiocese em seu espaço de atuação.

Palavras-Chave

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Memória; Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana; patrimônio; historiografia; Arquidiocese de Mariana.

Introdução

À pergunta de o porquê uma Arquidiocese do interior de Minas Gerais criar um museu dedicado à arte e à história no início da década de 1960 implica uma resposta cuja linha passa pela constatação de que se tratava de uma atualização do discurso de pioneirismo dela mesma e de Mariana no seu espaço de atuação. Mariana e Arquidiocese nela sediada, com a criação desse *lugar de memória*, atualizaram para a área patrimonial o discurso de “primeira vila, primeira cidade, primeira capital de Minas Gerais” e “primeiro bispado, primeira diocese, primeira Arquidiocese de Minas⁹⁵³”, ação que teve no arcebispo D. Oscar de Oliveira (1960-1988) uma figura de protagonismo.

Já a noção de *lugar de memória*, elaborada inicialmente por Pierre Nora, e difundida em grande parte do mundo ocidental, define que eles “[...] são, antes de tudo, restos.”. O autor francês cita alguns exemplos de *lugares* como “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]”, em sequência enuncia os motivos de seu aparecimento “[...] nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” e finaliza mostrando que eles exigem lembrar e comemorar o passado, haja vista que “Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações.”⁹⁵⁴

As críticas a essa noção trilharam dois caminhos, brevemente esmiuçados a seguir. O primeiro questiona uma pretensa unidade e homogeneidade da memória. De certa forma, depreende-se da leitura dos trabalhos de Nora um tratamento dos grupos sociais como entidades essenciais, estáticas e estanques na realidade social. Essas críticas se deram tanto no plano teórico quanto empírico e foram enunciadas por diferentes autores de diversas perspectivas.

O segundo caminho vai no sentido de questionar o tratamento da memória como fenômeno meramente tangível ou palpável. Criar *lugares* como um museu consiste em ação no presente que seleciona aspectos do passado, de certo passado, em busca de legitimação. A memória é uma forma de representação do passado⁹⁵⁵. Jacy Seixas pontua que ela promove uma

⁹⁵³ Ata de fundação e dos estatutos do Museu Arquidiocesano de Mariana. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (doravante AEAM). Arquivo 6. Gaveta 2. Pasta 20: Museus. 23/07/1962.

⁹⁵⁴ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12-14. 1993.

⁹⁵⁵ RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

reatualização no presente de um passado. Nesse sentido, trata-se de uma atualização do passado das experiências vividas, incorporando suas descontinuidades para torná-las contínuas⁹⁵⁶.

Consideradas as críticas acima à proposta de Nora, considera-se que o conceito de *lugares de memória* seja ainda bastante operatório para os fins deste trabalho na medida em que ele é um ponto de partida para uma discussão mais ampla sobre formas de circulação diferentes de memória. Sendo assim, faz-se necessário avançar no estabelecimento das relações a historiografia e o patrimônio, a partir de um entendimento das duas como formas de memória⁹⁵⁷. As relações aqui vão apontar para duas questões: a primeira é sobre como se dão as transferências e os empréstimos entre essas formas de memória⁹⁵⁸ e a segunda diz respeito ao papel que o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana pretendia assumir frente essa dinâmica, usando os casos do “Aljube” e da pintura “Desposório de São José”⁹⁵⁹. Além disso, historiografia e patrimônio são tomados não como categorias estanques, fechadas em si mesmas, mas como construções histórico-sociais, forjadas na realidade e nas relações entre grupos sociais e instituições.

O “Aljube”

Para discutir as questões do patrimônio imóvel e do “Aljube”, uma personagem importante nas relações com o Museu Arquidiocesano e a Arquidiocese era Cônego Raimundo Trindade. Uma de suas particularidades foi o fato de transitar no bojo de instituições voltadas ao patrimônio e à memória tanto na Igreja quanto no Estado, seja como diretor do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (1923-1944) e seja como diretor do Museu da Inconfidência (1944-1959). Atuou também como historiador da Igreja e foi importante interlocutor com as lideranças do Museu Arquidiocesano, basicamente Pedro Terra⁹⁶⁰ e D. Oscar de Oliveira.

⁹⁵⁶ SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: Stella Bresciani e Márcio Naxara. **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2ªed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004. P.37-58.

⁹⁵⁷ GUIMARÃES, M. S. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012. _____. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo. (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de História. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 24-41. NOGUEIRA, A. G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. de 2014; RICOUER, **Memória, história e esquecimento**.

⁹⁵⁸ ABREU, M.; BIANCHI, G.; PEREIRA, M. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279 - 315, abr./jun. 2018.

⁹⁵⁹ Uma parte das reflexões sobre o “Aljube” e o “Desposório São José” foi feita por mim em: SCARPATI, R. B. **Para a glória da Roma Mineira**: Museu Arquidiocesano de Mariana (1926-1964). 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – ICHS/UFOP, Mariana, 2014.

⁹⁶⁰ Primeiro diretor do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana.

Iniciemos, porém, com uma correspondência de um certo padre Danilo ao diretor do Museu Arquidiocesano, datada de 22 de agosto de 1962, ou seja, algumas semanas apenas antes da inauguração do *lugar de memória*, onde a questão do “Aljube” emerge. Eis o trecho

“Muito me alegrou saber que tal empreendimento seria entregue aos seus cuidados. Tal obra será muito bem sucedida, sob a direção de um intelectual de seu naipe. [...] Desejaria apenas saber se se trata somente de arte sacra, ou se o futuro museu *a se instalar no ex-aljube* [?] abrirá suas portas, também, às outras espécies de arte. [Grifo nosso.]”⁹⁶¹

Desta forma, a questão do lugar onde o Museu seria instalado parecia envolver questões outras que não apenas um espaço que fosse adequado do ponto de vista das instalações físicas para a exposição dos objetos. O edifício do “Aljube” é também conhecido como Casa Capitular. Seu processo de construção data do século XVIII, por iniciativa dos cônegos da Sé de Mariana que necessitavam de local para realização de reuniões do Cabido. Coube ao mestre José Pereira de Arouca, a partir de 1770, os trabalhos de construção, obedecendo aos riscos do Cabido. O prazo para realização da tarefa seria de 18 meses a contar da data do contrato, no entanto ela acabou se estendendo por vários anos. Em 1793, o Cabido move ação contra o mestre Arouca, sendo que o processo judicial duraria até 1800 e Arouca havia falecido em 1795. Não se conhece a data de finalização da obra. Em 1926, o Cabido doou o edifício à Mitra Arquidiocesana, que aí instalou a Cúria e o Arquivo Eclesiástico; em 1961, passou a sediar o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana⁹⁶².

Voltemos ao Cônego Raimundo Trindade. Que tipo de historiografia ele produzia? O foco principal de seus estudos historiográficos foi a história da Arquidiocese de Mariana. Segundo Santos⁹⁶³, o prelado exercia a função de Tesoureiro-Mor do arcebispado quando convidado, na segunda metade da década de 1920, por D. Helvécio Gomes de Oliveira – arcebispo de Mariana entre 1922-1960 -, para escrever um estudo historiográfico sobre a trajetória da Igreja Católica em Minas Gerais. Esse pedido partia da constatação do prelado da ausência de trabalhos historiográficos de peso que descrevessem a importância da cidade de Mariana como primeira sede do bispado (1745), primeira sede do arcebispado (1906) e o papel dessa mesma Igreja num

⁹⁶¹ Carta de Danilo (?) a Cônego Pedro Terra. In: **AEAM**. Arquivo 5. Gaveta 2. Pasta 19: Museus. Belo Horizonte. 22/08/1962.

⁹⁶² As informações sobre a trajetória do “Aljube” ou “Casa Capitular” foram retiradas de TRINDADE, Raimundo (Cônego). Casa Capitular de Mariana. **Revista do Patrimônio**. Nº 9, 1945. Pág. 217-250..

⁹⁶³ SANTOS, L. C. A. dos. **Raimundo Trindade: igreja, política patrimonial e museografia em Minas, décadas de 1920/1950**. Dissertação (Mestrado em História). ICHS, UFOP, Mariana. 2019.

processo de civilização da população local e mineira. Desse pedido, surgiu uma obra grandiosa, em 3 volumes, a “*Arquidiocese de Mariana – subsídios para sua história*”, publicada entre 1928-1929.

Trindade também escreveu, entre os anos 1920 e 1960, outras obras importantes sobre a história da Igreja em Minas. Destacam-se, entre outras, *Biografia De Dom Silvério Gomes Pimenta: 1º Arcebispo de Mariana* (1940), *Titulares de Igrejas e Patronos de Lugares* (1944), *Criação Do Bispado De Mariana* (1945), *Breves Notícias Dos Seminários De Mariana: Publicação Comemorativa do Bicentenário Do Seminário E Cinquentenário Sacerdotal De Dom Helvécio Gomes* (1953) e *Cômputo Eclesiástico* (1963).

A quantidade de obras que Trindade publicava pode ser um indício do quanto sua historiografia era reconhecida nos meios católicos. Um indício importante dessa inserção em meios leigos são os seus artigos publicados na *Revista do Patrimônio*. Fundada em 1937 para dar publicidade aos trabalhos de valorização do patrimônio que o SPHAN levava a cabo, a *Revista* funcionou como importante polo de discussão historiográfica e patrimonial. Em suas 15 primeiras edições (1937-1961), Trindade publicou 6 artigos sobre a história da Igreja, da Arquidiocese e de Minas Gerais.

Parte de sua produção historiográfica será usada aqui como fonte para discussão proposta. Focaremos em uma nota de rodapé de um artigo em específico, “A Casa de São Francisco em Mariana” publicado no número 8 da *Revista do Patrimônio*, em 1944, onde ele argumentava que a Casa Capitular de Mariana nunca havia sido um “Aljube”, ou seja, uma prisão de padres. Cito-o:

“O bispo se referia à sala Capitular que ainda atualmente serve ao Cabido, unida à Sacristia da Sé. Com relação à Casa Capitular, *erradamente chamada de aljube e nesciamente de ‘prisão de padres’* [...] Aljube é, propriamente, qualquer cárcere escuro [...] no sentido, porém, em que geralmente o empregamos, significa prisão da justiça eclesiástica [...] Em Mariana, por falta de cárcere próprio, os réus eclesiásticos tinham por aljube as prisões comuns do Estado. [...] *Dom Frei Manuel*⁶⁴ *projetou a construção do Aljube. [...] Não foi realizado o projeto, nem se alugou a casa para aljube.*⁶⁵” [Grifo nosso]

Analisemos o trecho. Trindade segue de uma situação mais geral, de uma definição mais ampla até chegar ao caso específico de Mariana e de não ser o edifício onde foi instalado o Museu Arquidiocesano um *aljube* e onde era naquele momento a Casa Capitular que servia às reuniões do Cabido da Arquidiocese. Depois, afirma que havia projeto da parte de Dom Frei Manuel da Cruz, mas que o mesmo não teve prosseguimento, sendo, portanto, uma inverdade que o edifício teria sido uma “prisão de padres”. Em outro artigo na mesma *Revista do Patrimônio*, um ano após este (o

⁶⁴ Refere-se a Dom Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana (1748-1764).

⁶⁵ TRINDADE, Raymundo (Cônego). A Casa de São Francisco em Mariana. **Revista do Patrimônio**. Nº 8, 1944, p. 316-317.

já citado *Casa Capitular de Mariana*), ele diz que “a lenda” sobre o “aljube” viria de uma falsa tradição que “insinuando-se jeitosamente em livros e gazetas e propagando-se sorrateiramente através de gravuras e postais, pretende impor-se com a chancela da verdade.⁹⁶⁶”

Ora, nos trechos mencionados, duas questões parecem sobressair: a primeira se refere ao fato de seu texto historiográfico fazer defesa das lideranças eclesiásticas da Arquidiocese, no caso do primeiro bispo de Mariana, e a segunda vai no sentido de pensar e expor os meios pelos quais essa falsa atribuição se propagaria: livros, gazetas, gravuras e postais.

Em 1945, Mariana torna-se *Monumento Nacional*. Passados (quatro) anos, em 06 de dezembro de 1949, o prédio da *Casa Capitular* seria tombado pela DPHAN, com inscrição no livro de Belas Artes nº 336, como patrimônio material. O mais interessante é perceber a descrição utilizada pela instituição dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre o edifício. O argumento do cônego e diretor do Museu da Inconfidência Trindade aparece incorporado na descrição feita. Cita-se:

“Ignora-se a data de conclusão das obras que, segundo parece, não obedeceram exatamente o projeto original. O edifício da Casa Capitular é, às vezes, referido indevidamente como ‘*Aljube*’, ou seja, *prisão de padres*. O equívoco surgiu em decorrência de uma petição do primeiro Bispo de Mariana ao rei D. João V, solicitando autorização para se construir na nova Diocese uma prisão eclesiástica, o que ficou apenas na intenção. Destinação original foi, portanto, desde o início para servir de sede ao Cabido Diocesano.⁹⁶⁷”

Assim, percebe-se claramente que a historiografia produzida por Trindade ajudou a nortear ações e definir os contornos de sua narrativa acerca do patrimônio material, ideia que estava em franca gestação no Brasil entre os 1920 e 1970⁹⁶⁸. Evidencia-se, deste modo, algumas das transferências e empréstimos entre essas formas distintas de memória⁹⁶⁹. Nota-se, por outro lado, certa confluência de princípios e ações na defesa de valores comuns entre a instituição religiosa e a estatal.

Se, como destacou José Reginaldo Gonçalves, a narrativa patrimonial no Brasil apresentou uma linha de continuidade em dois momentos distintos, ambas, no entanto, recorrendo a uma

⁹⁶⁶ TRINDADE, Raymundo (Cônego). *A Casa Capitular de Mariana*, p. 217.

⁹⁶⁷ IPHAN. Arquivo Noronha Santos. Patrimônio material. Livro das Belas Artes. Inscrição:336. Nº Processo: 0410-T-49. 1949. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/>. Acesso em: 01 de mai. 2021.

⁹⁶⁸ NOGUEIRA, A. G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. de 2014. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História, memória e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.

⁹⁶⁹ ABREU, M.; BIANCHI, G.; PEREIRA, M. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279 - 315, abr./jun. 2018.

retórica da perda, ou seja, a ideia de que a perda constituía uma categoria fundamental para entender os discursos patrimoniais no Brasil⁹⁷⁰, se a primeira dessas narrativas esteve claramente associada à figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade e ao SPHAN/DPHAN, tornando-se hegemônica entre os anos 1930 e 1970, se os dois conceitos norteadores que a mobilizaram foram o de civilização e o de tradição e se seu objetivo era inserir o Brasil no rol das nações civilizadas, nota-se claramente que nesse processo, a Igreja e algumas lideranças eclesiais possuíram papel importante e ativo na definição do que seria o patrimônio de pedra e cal⁹⁷¹ a ser preservado.

O “desposório de São José”

Em 1955, Cônego Raimundo Trindade escreve uma carta a D. Oscar de Oliveira, nessa época bispo coadjutor de Pouso Alegre, em que narra a seguinte situação

Eis o caso: Monsenhor Castilho, voltando de uma viagem cá abaixo encontra-me em plena rua e, indiscreto, atirou-me esta em presença de várias pessoas “Eh, Trindade, o Homem⁹⁷² está danado com vocês (Rodrigo⁹⁷³ e Eu), porque vocês lhes roubaram o Desposório de São José”. Êsse “roubaram” deixou-me estarecido. Ladrão ao fim da vida! O Desposório de São José é uma pintura, característica da arte colonial mineira, de autoria de um pintor ouropretano. Oscar lembrar-se-á de tê-la visto no Seminário Maior. Tivemos a idéia de expô-la neste Museu à admiração de nossos visitantes e aos estudos dos artistas que transitam por esta velha Vila Rica. S. Excia. assentiu nos nossos desejos e no-la emprestou. Acusa-nos agora de havemo-la roubado⁹⁷⁴. (Grifo no original)

Ora, que pintura seria essa e o que a análise da carta nos diz sobre algumas disputas envolvendo a definição dos contornos do patrimônio móvel no espaço de Minas Gerais? O “Desposório de São José” é uma pintura de forro que se encontrava no forro primitivo da capela-mor da Igreja de São José, em Ouro Preto. Sua autoria é atribuída a Manuel Ribeiro Rosa, artista nascido na antiga Vila Rica. Não sabemos ao certo em que período, mas o forro da Igreja ruiu, provavelmente pela falta de cuidados no tabuado. O “Desposório” é parte de uma pintura maior; foi retirado e recortado somente sua parte, pois era o pedaço principal da imagem, de modo a

⁹⁷⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

⁹⁷¹ Idem. P. 43.

⁹⁷² Refere-se a D. Helvécio Gomes de Oliveira que ainda exercia a função de Arcebispo, mas, de acordo com Mabel Pereira, o prelado já se encontrava em péssimas condições de saúde desde 1952 e, em 1955, ele já contava com 79 anos de idade. PEREIRA, Mabel. **Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado**: artífice da Neocristandade (1888-1952). Tese (doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2010. p.15.

⁹⁷³ Refere-se a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da DPHAN.

⁹⁷⁴ Carta (manuscrita) de Cônego Raimundo Trindade a D. Oscar de Oliveira. In: AEAM. Arquivo 6. Gaveta 1. Pasta 10: Correspondência ativa e passiva com Monsenhor Trindade. Ouro Preto, 09/09/1955.

torná-la uma pintura móvel. Após essa remoção, o quadro permaneceu na própria Igreja de São José por algum tempo, sendo utilizado na devoção religiosa.

Posteriormente, o quadro foi retirado da Igreja e transferido para o Seminário Maior em Mariana, por ordem do arcebispo D. Helvécio Gomes de Oliveira. No ano de 1952, o Museu da Inconfidência solicita ao prelado o empréstimo da peça para que a mesma possa ser restaurada e estudada pelo museu de Ouro Preto, além de ficar exposta por algum tempo. Observa-se que a peça, então, adquire um novo sentido; torna-se um objeto museal. Essa prática, de emprestar objetos às instituições do Estado (particularmente ao SPHAN/DPHAN), parecia comum no episcopado de D. Helvécio de Oliveira, como ressaltou Mabel Pereira⁹⁷⁵.

Voltemos à carta. Duas questões parecem sobressair: a primeira diz respeito ao tempo em que a peça já estava sob custódia pelo Museu da Inconfidência, 3 (três) anos; a segunda, e talvez como desdobramento da primeira, tem a ver com o fato de a fala ter sido “em plena rua” e “em presença de várias pessoas”, ou seja, em público.

Em outro trecho da mesma Carta, Cônego Trindade transcreve trechos de uma carta sua a D. Helvécio indagando sobre tal atitude do Salesiano (epístola que teria ficado sem resposta) e, conforme se vê, sua insatisfação parece ser por ter tornado o episódio público ou, pelo menos, falado dele “na rua”

Escrevi-lhe. Entre outras coisas disse-lhe: “Custa-me a crer que V. E. tenha proferido tão impulsiva sentença, visto como não o julgo de tal modo já privado de memória que se não lembra de nos haver emprestado tal pintura com apreço”. E comprovei o empréstimo com o impresso incluso⁹⁷⁶.

O que queremos afirmar é, por um lado, que as disputas e tensões em torno da peça entre a Arquidiocese e o Museu da Inconfidência pareciam se dar no âmbito privado. Em público, as partes sempre reafirmavam seus princípios de cooperação e visão de mundo próxima, sendo que a coesão das partes estremeceu-se justamente quando as disputas existentes entre essas duas instituições se tornaram públicas; por outro, o texto de Trindade sinaliza para os intrigados processos de transferências e empréstimos entre formas de memória diferentes como a historiografia e o patrimônio.

Conclusão

As trajetórias do “Aljube” e do “Desposório de São José” abordadas sucintamente nesse

⁹⁷⁵ PEREIRA, Mabel. **Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)**. P. 297.

⁹⁷⁶ Carta (manuscrita) de Cônego Raimundo Trindade a D. Oscar de Oliveira. In: **Op. Cit.**, Ouro Preto, 09/09/1955. X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

trabalho apontam em algumas direções importantes. A primeira tem a ver com o fato de explorar algumas relações pouco evidenciadas nos estudos sobre o patrimônio, falo aqui da sua relação com a historiografia, ou pelo menos, de certa historiografia produzida no período. Como se viu, enquanto formas distintas de memória, historiografia e patrimônio proporcionavam intensos empréstimos e transferências, sendo importante analisar seus apagamentos e suas linhas de continuidade.

Em relação ao Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, instituição dedicada à recordação social configurada fora da estrutura estatal, duas questões valem nota: primeira, a escolha do local onde o Museu seria instalado dialogava com todo um debate historiográfico que se passava desde pelo menos os anos 1940 e que se tratava antes de uma decisão com o intuito de buscar no passado elementos para valorizar o clero marianense e a figura do arcebispo Dom Oscar de Oliveira, destacar o pioneirismo da Arquidiocese de Mariana e da Igreja Católica no seu espaço de atuação⁹⁷⁷, servindo como *lugar* capaz de promover uma resposta estável a certas discussões que se apresentavam em voga; a segunda, que as fronteiras entre instituições estatais e religiosas, na área patrimonial em constituição, eram um tanto quanto fluídas – o caso do Cônego Raimundo Trindade o confirma - e, ao mesmo tempo, permeadas de tensão e disputa.

⁹⁷⁷ SCARPATI, Riler B. **Para a glória da *Roma Mineira***: Museu Arquidiocesano de Mariana. 2014.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Biografia é História: os fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte

Luiz Henrique Ramos Diniz

José Francisco Guelfi Campos

Ráisa Mendes Fernandes de Souza

Resumo: A biografia, gênero historiográfico considerado por muitos como inferior, constitui recurso essencial para a compreensão das trajetórias dos sujeitos da História. Nesse sentido, fica claro que as singularidades são elementos centrais a partir dos quais os pilares biográficos são construídos, tornando a biografia uma modalidade surpreendente do discurso historiográfico. A partir do desenvolvimento do projeto “Arquivos pessoais e memória: educação patrimonial em história da saúde a partir dos fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte”, iniciado no ano de 2020, no Centro de Memória da Medicina, foi possível reconstituir parte das histórias de vida de 13 personagens envolvidos na fundação da primeira faculdade de Medicina de Minas Gerais e que deram, cada um a seu modo, contribuições importantes para o desenvolvimento da Medicina no estado, a saber: Alfredo Balena, Cornélio Vaz de Mello, Zoroastro Rodrigues de Alvarenga, Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, Otávio Machado, Eduardo Borges Ribeiro da Costa, Hugo Furquim Werneck, Samuel Libânio, Antônio Aleixo, Ezequiel Caetano Dias, Honorato Alves, Aurélio Egydio dos Santos Pires e Olyntho Deodato dos Reis Meirelles. A pandemia de Covid-19 e o trabalho remoto impuseram dificuldades à pesquisa, especialmente no que tange ao acesso aos arquivos e à seleção das fontes. No entanto, o projeto culminou com a montagem de 13 exposições virtuais, difundidas por meio de rede social. A partir da análise da movimentação de cada fundador em torno da criação da Faculdade de Medicina, foi possível perceber a centralidade dos jogos de influências e das articulações individuais para o êxito da consolidação do projeto de criação da Faculdade.

Palavras-chave: Biografia, História da saúde, Faculdade de Medicina de Bello Horizonte, Faculdade de Medicina da UFMG.

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo que envolveu a criação e consolidação das bases da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais,

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

diversos personagens se mobilizaram para que o projeto pudesse se tornar realidade. Entre essas personalidades, 13 nomes se destacam: Alfredo Balena; Antônio Aleixo; Aurélio Pires; Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues; Cornélio Vaz de Mello; Eduardo Borges Ribeiro da Costa; Ezequiel Caetano Dias; Honorato Alves; Hugo Furquim Werneck; Octávio Machado; Olyntho Deodato dos Reis Meirelles; Samuel Libânio e Zoroastro Rodrigues de Alvarenga. Todos eles foram eternizados na Imagem 1, que registra simbolicamente o momento da assinatura de fundação da Faculdade.

IMAGEM 1

Esses homens, além de fundadores desta que foi a primeira Faculdade de Medicina do Estado de Minas Gerais e a quarta implantada no Brasil,⁹⁷⁸ também contribuíram fortemente para o desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte, seja por meio da participação de alguns deles na vida política, seja pela atuação em outros segmentos que não apenas aqueles que mantinham relação direta com a saúde.

Apesar de a Faculdade passar ter passado por inúmeras reformas prediais e descarte de documentos antigos ao longo de sua existência, um expressivo acervo museológico, arquivístico e bibliográfico foi mantido preservado e atualmente protegido pelo Centro de Memória da Medicina (Cememor) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A Imagem 2 mostra uma das últimas fotos tiradas da Faculdade antes de sua primeira reforma.

IMAGEM 2

O Centro de Memória da Medicina (Cememor) da UFMG, inaugurado na década de 1970, é atualmente o responsável pela salvaguarda dos acervos pessoais de parte desses fundadores. Em 2020 o setor formalizou o início do projeto de extensão “Arquivos pessoais e memória: educação patrimonial em história da saúde a partir dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte” que tem como objetivo geral tratar a documentação presente no setor sobre essas personalidades e levá-la para comunidades externas à Faculdade de Medicina. Trata-se de uma coleção que contém fotografias em diversos suportes registrando os primórdios da capital mineira e da situação da medicina na época, além de publicações, cartas pessoais e documentos administrativos, tornando-se uma documentação de inestimável valor para a história da Instituição e da própria cidade.

⁹⁷⁸ FACULDADE DE MEDICINA DA UFMG, 2019. Institucional. Disponível em <<https://www.medicina.ufmg.br/institucional/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Com o início da pandemia e, conseqüentemente, do trabalho remoto, as atividades a serem realizadas no âmbito desse projeto, antes previstas como essencialmente presenciais, precisaram ser adaptadas para a nova realidade. Assim, serão apresentados a seguir o delineamento da discussão sobre a biografia enquanto gênero historiográfico, bem como os procedimentos metodológicos aplicados perante os desafios impostos pelo isolamento social.

A BIOGRAFIA E SUA IMPORTÂNCIA ENQUANTO GÊNERO HISTORIOGRÁFICO

A biografia, uma das primeiras maneiras de se fazer e registrar a história, tem chamado cada vez mais a atenção dos historiadores. Entretanto, segundo Mary del Priore, “a moda da biografia histórica é recente”⁹⁷⁹, tendo despertado de maneira mais contundente na segunda metade do século XX. O gênero biográfico afirma sua importância para a escrita da história por ser um mecanismo através do qual se registram os descontínuos da vida humana a partir de pontes construídas em temporalidades diversas⁹⁸⁰, permitindo a convergência entre os gêneros histórico e biográfico, o que possibilita o uso categórico dessas ferramentas, essenciais para a produção e o ensino de história. Tendo isso em vista, a captura dos homens enquanto objetos da história no quadro das sociedades às quais pertencem é basilar no processo de elaboração de uma categoria biográfica que se debruça sobre o indivíduo, ao mesmo tempo em que considera a coletividade e seus impactos na produção de material historiográfico. Biografar é, portanto, descrever a trajetória de um ser único, original e idiossincrático, traçando-lhe um perfil identitário por meio da atribuição de sentido às suas palavras e ações, valorizando a ideia do singular, um dos pilares centrais do processo de constituição do imaginário cultural de quaisquer sociedades e civilizações⁹⁸¹.

É notório, desde a antiguidade, o interesse dos homens em narrar grandes feitos e acontecimentos a partir de um personagem principal, ao qual comumente atribui-se o papel de benfeitor, diferenciando suas ações dos demais de maneira épica. Nos tempos dos antigos, a narrativa era o principal constituinte do imaginário cultural das sociedades ocidentais. No caso grego, as narrativas de Heródoto e Tucídides, histórica e retórica, respectivamente, possuíam maior preocupação com os efeitos literários causados do que com a precisão das informações. Com efeito,

⁹⁷⁹ DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul.-dez. 2009, p. 7.

⁹⁸⁰ CARDOSO, Michele Gonçalves. Biografia e temporalidades: prática historiográfica e o ensino de história. *Educação & Sociedade*, ano XX, v. 37, n. 67, p. 1-16. abr. 2021, p. 2.

⁹⁸¹ CARINO, Jonaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 67, p. 153-181, ago.1999, p. 154.

os fatos históricos eram recheados de informações fictícias, que os engrandeciam e valorizavam, o que curiosamente permitia a seus atores a possibilidade de contribuir no processo narrativo por meio da análise de suas próprias ações. Esse *modus operandi* do processo narrativo inspirou também historiadores romanos, como Tito Lívio, que preenchia diversos de seus textos literários com elementos imaginários, a fim de evidenciar a grandeza psicológica das figuras retratadas. A partir do século XII, a trajetória dos santos passou a ser compreendida como exemplo de retidão, modelo de orientação para uma vida íntegra, de acordo com os princípios dogmáticos e morais estabelecidos pela Igreja Católica e que vieram a contribuir vigorosamente para que os relatos sobre a vida de cavaleiros dominassem a produção narrativa na Idade Média, inaugurando um período de contos heróicos, similar àquelas de Tucídides, na Grécia Antiga.

Embora fundamentalmente diferente do aparato teórico e metodológico praticado pela historiografia atual para confecção da produção do gênero biográfico, ainda é possível encontrar semelhanças com a produção narrativa histórica antiga e medieval em alguns sentidos. A função do historiador enquanto agente responsável pela captura dos homens enquanto objetos da história sob o ponto de vista social, por meio da biografia, permanece importante, tendo em vista as diferentes perspectivas através das quais um fato ou evento pode ser apresentado, o que acaba por unir narrativa e narrador. Paul Ricoeur afirma que o historiador não é apenas um simples descritor dos fatos, mas também dá razões para explicar suas escolhas acerca de tal e qual fator em detrimento de outro, quando se trata de um fato histórico⁹⁸². Isso implica dizer que a história - e a narrativa - constitui-se como prática social, uma vez que historiadores escrevem para pessoas que os lêem e atribuem valor - figurativo e real - a essa prática, o que permite localizar e compreender sua importância ao longo da história.

Sendo assim, o gênero biográfico se mantém intrinsecamente ligado à História e àqueles que ao elaboram, uma vez que são produtos de uma exegese projetada, o que eleva a produção e descrição de eventos ao *status* de prática social, sendo os historiadores seus agentes, o que os imbuí da responsabilidade de contribuir para formação daqueles que os lêem e que serão os responsáveis pela atribuição de seu reconhecimento social. Isto posto, o texto biográfico, assim como qualquer produto historiográfico, é formado através das condições sociais, econômicas e culturais às quais se encontra submetido em seu tempo. O autor é responsável por dar-lhe vida, enquanto o leitor o ressignifica, constituindo uma relação harmônica interespecífica na qual a única diferença visceral tem a ver com o ofício do historiador, caracterizado pelo aporte metodológico estrutural constituído da pesquisa, da

⁹⁸² Paul Ricoeur, *Temps et Récit*, t. I, Paris, 1983, p. 147.

crítica e da interpretação das fontes, até que haja, finalmente, o preenchimento de uma lacuna⁹⁸³. A importância da biografia pode ser verificada através de sua resistência ao longo dos séculos. Sua longevidade, apesar dos diferentes sentidos que lhe foram atribuídos com o passar do tempo, é indício suficiente para atestar a importância do gênero para melhor compreensão das sociedades e dos indivíduos que a integram. A partir desta constatação, a necessidade de refletir sobre o papel da biografia histórica na atualidade ganha um novo realce, tendo em vista sua utilidade para o conhecimento do passado e de seus personagens. Logo, fica clara a importância de compreensão das elaborações e reelaborações da história por intermédio das biografias, uma vez que a partir delas é possível refletir sobre a intencionalidade daqueles que as produzem, o que pode servir como mecanismo para um exame mais preciso do tempo presente e de seus constituintes, pelas lentes daqueles que narram a história a partir da vivência de outrem.

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos que sustentaram a pesquisa no âmbito do projeto sobre os fundadores da Faculdade de Medicina.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa cumprida foi a elaboração de pequenas biografias, construídas a partir de publicações e documentos fontes disponíveis na internet. Assim, foram elencadas algumas instituições de memória de maior destaque em Belo Horizonte e no país na tentativa de recuperar dados sobre a trajetória dos fundadores.

Para sistematizar esta busca e as bases que continham informações relevantes, elaborou-se uma planilha contendo todas as bases consultadas, suas instituições de origem e quais apresentaram um resultado satisfatório. Essa planilha encontra-se disposta na Imagem 3.

IMAGEM 3

A coleta de dados biográficos foi primordial para a investigação da relevância desses personagens no desenvolvimento da saúde na capital do Estado de Minas Gerais, bem como sua participação nas demais esferas de atuação da vida pública. O processo de pesquisa acerca das trajetórias individuais dos fundadores da Faculdade de Medicina foi realizado quase inteiramente de maneira *online*, a partir da busca em bases de dados de diversas instituições de memória disponíveis na *web*, a saber:

- Academia Mineira de Medicina⁹⁸⁴

⁹⁸³ DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história, p. 14.

⁹⁸⁴ Disponível em: <http://www.acadmedmg.org.br/>

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

- Arquivo Nacional⁹⁸⁵;
- Arquivo Público Mineiro⁹⁸⁶;
- Biblioteca Nacional⁹⁸⁷;
- Fundação Ezequiel Dias⁹⁸⁸;
- Fundação Getúlio Vargas⁹⁸⁹;
- Fundação Oswaldo Cruz⁹⁹⁰;
- Sistema de Bibliotecas da UFMG⁹⁹¹;
- Dicionário Histórico das Ciências da Saúde BR⁹⁹²;
- Biblioteca Virtual Carlos Chagas⁹⁹³;
- Biblioteca do Senado⁹⁹⁴;
- Biblioteca de Obras Raras da Fiocruz⁹⁹⁵;
- Revista Médica de Minas Gerais⁹⁹⁶

Ademais, foram realizadas buscas sobre pontos logradouros públicos e instituições localizadas na cidade de Belo Horizonte e região que carregassem o nome dos fundadores, identificando, assim, as possíveis homenagens feitas pararecebidas por tais personagens.

OS FUNDADORES DA FACULDADE DE MEDICINA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ALÉM DA SAÚDE

É fato que todos os fundadores contribuíram de alguma forma para a área da saúde em Belo Horizonte, seja em iniciativas isoladas, seja na própria fundação da Faculdade. Porém, a trajetória destes homens não se limitou a apenas esse campo.

A atuação política foi o aspecto mais relevante encontrado em comum na vida dessas personalidades. Foi o caso, por exemplo, de Antônio Aleixo, eleito vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, tornando-se posteriormente seu presidente, entre 1936 e 1937; Cornélio Vaz de Mello, que elegeu-se senador estadual por Minas Gerais no ano de 1899 e prefeito de Belo Horizonte,

⁹⁸⁵ Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

⁹⁸⁶ Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php

⁹⁸⁷ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>

⁹⁸⁸ Disponível em: <http://www.funed.mg.gov.br/>

⁹⁸⁹ Disponível em: <https://sistema.bibliotecas.fgv.br/>

⁹⁹⁰ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/>

⁹⁹¹ Disponível em: <https://catalogobiblioteca.ufmg.br/>

⁹⁹² Disponível em: <http://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/>

⁹⁹³ Disponível em: <http://www.bvschagas.coc.fiocruz.br/>

⁹⁹⁴ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4>

⁹⁹⁵ Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/index.php>

⁹⁹⁶ Disponível em: <http://rmmg.org/Home>

assumindo o cargo em 1914; Honorato Alves, eleito deputado federal em Belo Horizonte; Olyntho Deodato dos Reis Meirelles, que elegeu-se prefeito de Belo Horizonte, no ano de 1910 e Zoroastro Rodrigues de Alvarenga, que foi vereador no município de Lavras e, posteriormente, presidente da Câmara Municipal da mesma cidade.

Eduardo Borges da Costa e Samuel Libânio foram os fundadores com mais informações disponíveis *online*, este por sua contribuição ímpar na criação do Instituto Radium⁹⁹⁷ - atual Instituto Borges da Costa - enquanto aquele por ter sido participante basilar na construção do Leprosário Santa Isabel⁹⁹⁸, além do Sanatório Belo Horizonte, referência no tratamento de tuberculose no século XX. O fundador com menos disponibilidade de informações disponíveis *online* foi Zoroastro Rodrigues de Alvarenga, que, embora tenha sido presidente da Câmara Municipal de Lavras, possuía apenas um verbete de um dicionário político da Câmara dos Deputados Brasileiros.

Olyntho Deodato dos Reis Meirelles foi um caso curioso no que diz respeito ao processo de busca a partir do material disponível na *web*, pois seu nome era encontrado de formas distintas, apresentando variações principalmente quanto à ortografia: Olyntho/Olinto - Olinto Deodato/Olinto Deodato dos Reis/Olinto Meireles/Olinto dos Reis Meirelles. No geral, não havia riqueza de informações acerca dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte – com raras exceções - disponibilizadas de forma *online*, o que demandou especial esforço do bolsista para encontrar dados biográficos confiáveis e que pudessem ser incorporados aos trabalhos e exposições virtuais elaborados.

Foram identificados vinte e oito locais que atualmente carregam o nome de algum dos fundadores da Faculdade de Medicina, em sua maioria logradouros públicos, escolas e hospitais de Belo Horizonte. Tantas homenagens evidenciam a importância da atuação dos fundadores para a história da saúde. A relação completa de localidades pode ser observada no quadro abaixo:

QUADRO 1

É interessante perceber a presença dos nomes em cidades do interior de Minas Gerais e até em outros estados, como é o caso de Samuel Libânio, em virtude de sua naturalidade.

⁹⁹⁷ FUNDAÇÃO DO HOSPITAL RADIUM. Academia Mineira de Medicina, 2018. Disponível em <<http://www.acadmedmg.org.br/momento-historico/fundacao-do-hospital-do-radium/>>. Acesso em 21 jun. de 2022.

⁹⁹⁸ DE LIMA, Charles Moraes. Conjunto Arquitetônico da Colônia Santa Isabel. Instituto Histórico - IMPHIC - Betim, 2008. Disponível em <<https://imphic.ning.com/forum/topics/coloniasantaisabel>>. Acesso em 21 de jun. de 2022.

Apesar do caráter suscinto das biografias elaboradas, principalmente pela dificuldade em encontrar conteúdo na internet em quantidade expressiva, esse levantamento inicial sustentou as próximas etapas do projeto, que consistiram na elaboração dos roteiros das narrações dos vídeos que compuseram para as exposições virtuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho remoto impôs desafios ao projeto no sentido de readequação do cronograma de atividades previstas inicialmente, o que atrasou o início do tratamento do acervo físico. Por outro lado, o levantamento de dados biográficos foi primordial para a familiarização da equipe com cada fundador, o que não aconteceria se houvesse a pandemia. O *home office* também impulsionou a equipe a criar uma conta no Instagram para o Cememor, a fim de divulgar as atividades desenvolvidas, o que também fez a equipe se capacitar principalmente sobre audiodescrição de conteúdo para aprimorar a acessibilidade.

Com o retorno do trabalho presencial e, assim, com o início da etapa de descrição da coleção dos fundadores, surgiu a oportunidade de reconhecer documentos que testemunhavam alguns episódios da vida destes docentes já relatados no momento da elaboração das biografias, reforçando o caráter também comprobatório desta documentação. Pela extensão do arquivo pessoal de alguns fundadores, como é o caso de Hugo Werneck, a identificação individual dos documentos irá enriquecer consideravelmente quaisquer conteúdos elaborados para recontar a sua vida trajetória, seja por meio de publicações textuais, seja por meio de exposições físicas ou virtuais.

Além da descrição da coleção dos fundadores, pretende-se buscar aprofundamento em materiais de apoio diversos, como algumas obras de Pedro Nava, que contam a experiência pessoal do autor enquanto aluno dos fundadores, além de outras publicações que possam ser importantes na investigação detalhada da vida destes docentes personagens da História da Medicina mineira.

Imagem 1 - Quadro contendo os treze fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte



Fonte: acervo do Centro de Memória da Medicina

Imagem 2 - Antigo edifício da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte



Fonte: acervo do Centro de Memória da Medicina

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Imagem 3 - Bases de dados consultadas

Nome do fundador	Bases de dados consultadas		Link
Aurélio Pires	Encontrado	Academia Mineira de Medicina	http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/cadeira-29-patrono-aurelio-egidio-dos-santos-pires/
	Encontrado	Arquivo Nacional	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp
	Encontrado	Arquivo Público Mineiro	http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colectoes/brtacervo.php?cid=41
	Não Encontrado	Biblioteca Nacional	https://www.bn.gov.br/
	Não Encontrado	Fundação Ezequiel Dias	http://www.funed.mg.gov.br/
	Não Encontrado	Fundação Getúlio Vargas	https://sistema.bibliotecas.fgv.br/
	Não Encontrado	Fundação Oswaldo Cruz	https://portal.fiocruz.br/
	Encontrado	Pergamum UFMG	https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php
	Encontrado	Dic. Histórico das Ciências da Saúde BR	http://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/ahjpt/verbetes/balalf.htm
	Não Encontrado	Biblioteca Virtual Carlos Chagas	http://www.bvscchagas.coc.fiocruz.br/
	Encontrado	Biblioteca do Senado	http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221689
	Não Encontrado	Biblioteca de Obras Raras FioCruz	https://www.obrasraras.fiocruz.br/index.php
	Encontrado	Revista Médica de Minas Gerais	http://mmg.org/artigo/detalhes/299
	Alfredo Balena	Encontrado	Academia Mineira de Medicina
Encontrado		Arquivo Nacional	https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=alfredo%20balena
Encontrado		Arquivo Público Mineiro	http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/viewcat.php?c_id=527&num=12&ordr
Não Encontrado		Biblioteca Nacional	https://www.bn.gov.br/
Não Encontrado		Fundação Ezequiel Dias	http://www.funed.mg.gov.br/
Não Encontrado		Fundação Getúlio Vargas	https://portal.fgv.br/
Não Encontrado		Fundação Oswaldo Cruz	https://portal.fiocruz.br/
Encontrado		Pergamum UFMG	https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php
Não Encontrado		Biblioteca Virtual Carlos Chagas	http://www.bvscchagas.coc.fiocruz.br/
Não Encontrado		Biblioteca do Senado	https://www2.senado.leg.br/institucional/biblioteca
Não Encontrado		Biblioteca de Obras Raras FioCruz	https://www.obrasraras.fiocruz.br/index.php
Não Encontrado		Revista Médica de Minas Gerais	http://mmg.org/artigo/detalhes/299

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 1 – Lugares que carregam os nomes dos fundadores

Fundador	Lugares nomeados
Alfredo Balena	Avenida Alfredo Balena Diretório Alfredo Balena
Eduardo Ribeiro Borges da Costa	Ambulatório Borges da Costa Avenida Professor Borges da Costa Edifício Borges da Costa Praça Professor Borges da Costa Praça Eduardo Borges da Costa
Cornélio Vaz de Melo	Escola Municipal Cornélio Vaz de Melo Rua Cornélio Vaz de Melo (Contagem - MG)
Samuel Libânio	Hospital das Clínicas Samuel Libânio (Porto Alegre - RS) Rua Doutor Samuel Libânio (Porto Alegre - RS)
Antônio Aleixo	Escola Municipal Antônio Aleixo Rua Professor Antônio Aleixo Avenida Professor Antonio Aleixo (Betim - MG)
Ezequiel Caetano Dias	Fundação Ezequiel Dias Alameda Ezequiel Dias Rua Ezequiel Dias (Bambuí – MG) Rua Ezequiel Dias (Ibirité - MG)
Hugo Furquim Werneck	Praça Hugo Werneck Escola Municipal Hugo Werneck Escola Estadual Hugo Werneck Parque Hugo Furquim Werneck Rua Professor Hugo Werneck (Santa Luzia – MG)
Olyntho Deodato dos Reis Meirelles	Avenida Olinto Meireles
Aurélio Egydio dos Santos Pires	Creche comunitária Aurélio Pires Escola Estadual Aurélio Pires (Gouveia – MG) Escola Municipal Aurélio Pires Rua Professor Aurélio Pires

Fonte: elaborado pelos autores

Perspectivas de ensino no Museu da Inconfidência em Ouro Preto – MG

Guilherme Vidmantas

Graduado em História

Universidade Federal de Ouro Preto

vidmantasguilherme@gmail.com

Resumo: Os estudos decoloniais tem se tornado cada vez mais presentes dentro dos debates acadêmicos e das discussões cotidianas, mesmo que as pessoas não se deem conta dessa presença. Dessa forma, se torna necessário pensar estratégias e alternativas para a incorporação dessas discussões no ensino da história. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é uma reflexão de como trabalhar a decolonialidade em um ambiente tão complexo quanto esse museu. Como transformar a narrativa apresentada pelo museu em outra subvertida? Em outro discurso que valorize o papel das etnias que, desde a colônia, vem sendo colocadas em posição de inferioridade?

Um dos elementos principais da proposta é a utilização do conceito de “visita mediada” para buscar significados novos e subvertidos para o acervo em exposição. A visita mediada possui um caráter de “decodificação” da exposição, o mediador faz um intermédio entre o visitante e os objetos, além disso, considera a perspectiva do próprio visitante como fator essencial para o desenvolvimento do roteiro, em contraposição da tradicional visita guiada, que representa aquele tradicional passeio pelo museu no qual é somente apresentado os objetos, seus usos e algumas vezes sua história.

O trabalho utiliza como base diversos textos e artigos que abordam temas como a decolonialidade e colonialidade, assim como os impactos que esses dois conceitos implicam nos estudos acadêmicos, nas práticas culturais e no cotidiano da sociedade. Para além dessas fontes, também é trabalhado referenciais teóricos na área de museologia e educação museal.

Palavras-chave: Museu, Educação museal, Ensino de história, Mediação;

INTRODUÇÃO

O Museu da Inconfidência reside na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Seu prédio foi construído entre 1785 e 1855, originalmente para funcionar como Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica. Em 1942, exercendo uma política de exaltação da nacionalidade e da república, Getúlio Vargas inaugura o “Panteão”, onde estão guardados os restos mortais dos “inconfidentes”, e no ano seguinte inaugura toda a exposição do Museu da Inconfidência. Desde então, a exposição passou por algumas alterações, inclusive uma significativa reforma no ano de 2006.

Após uma pequena análise, é possível perceber que o Museu da Inconfidência está imerso na colonialidade em pontos muito além de sua história, paredes e adornos. A museóloga Brenda Caro Cocotle, em seu artigo *Nós prometemos descolonizar o museu*, afirma que o museu, enquanto instituição moderna, tem sua razão de ser na lógica colonial, e uma das formas de expressão dessa colonialidade é a “vinculação com a narrativa do Estado-nação”⁹⁹⁹, ou seja, a preferência dada por diversos museus à um discurso oficial, à uma “história única”.

Seguindo esse raciocínio, identifica-se raízes coloniais muito fortes no Museu da Inconfidência, pois, apesar de ter sido idealizado no século XX e criado para exaltar a república, que supostamente rompeu definitivamente com as nossas heranças coloniais, é evidente que o Museu corrobora uma versão oficial e definitiva da história: ele exalta a Inconfidência Mineira e seus participantes como heróis e mártires da pátria; acima de todos eles está Tiradentes, a “vítima fatal da terrível Coroa portuguesa”, o militar que se sacrificou pelo Brasil e idealizava um futuro melhor para nação. Dessa forma, a exposição permanente do museu ouro-pretano ignora quase completamente o papel dos povos indígenas e dos africanos escravizados no processo de formação da cidade.

Porém, o objetivo desse trabalho não é uma discussão acerca da colonialidade ou não do Museu da Inconfidência, mas sim, uma reflexão de como trabalhar a decolonialidade em um ambiente tão complexo quanto esse museu. Como transformar a narrativa apresentada pelo museu em outra subvertida? Em outro discurso que valorize o papel das etnias que, desde a colônia, vem sendo colocadas em posição de inferioridade?

⁹⁹⁹ COCOTLE, Brenda Caro. Nós prometemos descolonizar o museu: uma revisão crítica da política museal contemporânea. **MASP Afterall**, São Paulo, v. 1, p. 1-10, 2019. Captado em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-X87a1s0ahKuQghS3VJ4D.pdf> Acesso em: 24 ago. de 2021.

Afinal, o papel educativo dos museus tem se tornado mais importante desde o século XX e principalmente nas últimas décadas. Isso ocorre devido à uma busca pelos próprios museus de se tornarem mais acessíveis ao público geral, o que se difere muito de séculos passados, nos quais os museus recebiam um público mais específico, de acadêmicos e pessoas que utilizavam esses espaços como “centros de pesquisa”. Sendo assim, além de ser necessária uma linguagem mais acessível, explicativa e pedagógica entre o museu e seus públicos, também é imperativo que o discurso, que a narrativa apresentada se relacione com esse público, para que o museu efetivamente possa aproximar as pessoas da história de seu país, de seu povo e de sua própria história.

VISITA MEDIADA E DECOLONIALIDADE

A hipótese que este trabalho gostaria de levantar é baseada no livro *Educação em Museus: a mediação em foco*, organização de Martha Marandino¹⁰⁰⁰, no qual os autores expõem a importância de uma “visita mediada”, ao invés da tradicional visita guiada. A visita guiada é aquele tradicional passeio pelo museu no qual é apresentado os objetos, seus usos e algumas vezes sua história. Já na visita mediada, há um papel de “decodificação” da exposição, o mediador faz um intermédio entre o visitante e os objetos, além disso, considera a perspectiva do próprio visitante como fator essencial para o desenvolvimento do roteiro.

Ou seja, como muitas vezes alterar a exposição ou os textos explicativos, o uso de recursos midiáticos ou visuais, não está ao alcance do professor, talvez a mediação seja a melhor saída para as limitações pedagógicas impostas pelo museu e pela própria exposição.

Pode-se usar como exemplo a “Sala das Origens”, a primeira sala do Museu da Inconfidência. No contexto dessa sala é possível perceber uma intenção da museografia em mostrar o início da “civilização” na região do ouro, porém, essa origem é representada com enfoque na civilização portuguesa e europeia, deixando de lado os povos originários, como é possível ver na imagem abaixo:

¹⁰⁰⁰ MARANDINO, Martha (org.). **Educação em museus: a mediação em foco**. 1ª Ed. São Paulo, FEUSP, 2008. 38 p.

Imagem 1: Sala das Origens, no Museu da Inconfidência em Ouro Preto – MG

No canto direito da sala estão expostos alguns itens de origem indígena. Na parte superior deste canto estão algumas fechas e instrumentos de batalha e caça e, na parte inferior, uma urna funerária. Essa é toda a representação indígena presente no Museu, que é composto por 16 salas.

Imagem 2: Peças de origem indígena expostos na Sala das Origens

Em uma visita guiada esses objetos seriam basicamente apresentados e explicados de forma consideravelmente “superficial”. Porém, como na visita mediada há uma decodificação do conteúdo exposto, é possível subverter essa falta de representação e peças indígenas para focar no papel dos povos originários na formação da cidade e no desenvolvimento do ciclo do ouro.

É possível apontar essa falta acervo indígena como um “erro” ou uma “seleção excludente dos eventos históricos” e, a partir dessa observação, complementar informações ou trazer conhecimentos e eventos históricos que o museu ignora.

De forma geral, as tribos indígenas, suas culturas e resistência a colonização foi ignorada pela historiografia mineira, principalmente quando se trata do ciclo do ouro durante o século XVIII, como foi apontado por Maria Leônia Chaves de Resende (2007)¹⁰⁰¹:

“Mesmo que a presença dos índios tenha sido, reiteradas vezes, tema das discussões administrativas e eclesiásticas, para a historiografia mineira, eles são completos desconhecidos. Ainda que uns poucos historiadores reconheçam sua participação na história de Minas Gerais, quase sempre antecipam suas ressalvas, ao reduzirem tal atuação aos primeiros contatos, sem os tomar sequer como agentes históricos na formação sociocultural.” (RESENDE, 2007)

O trecho escrito pela autora apenas confirma o que é perceptível dentro da historiografia mineira, afinal, caso fosse ser realizada uma rápida pesquisa entre o público geral e até mesmo

¹⁰⁰¹ RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei**, São João Del-Rei, 2007. Captado em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200002> Acesso em 02 de mai. 2022

historiadores, a história de Minas Gerais se relaciona muito mais com a exploração do ouro, bandeirantes e a Conjuração mineira.

Sendo assim, pouco se fala sobre as contribuições socioculturais feitas pelos povos indígenas à capitania de Minas, muito menos se fala sobre os atos de resistência e luta, assim como sobre a escravização ilegal desses povos na região aurífera. Essa realidade é refletida no acervo e na museografia do Museu da Inconfidência e, há a possibilidade dessas fraturas serem minimizadas pelo trabalho da mediação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é importante ressaltar que a perspectiva da “visita mediada” pode ser integrada no contexto de diversas salas e não apenas para a história indígena especificamente, que foi usada nesse trabalho apenas como exemplo de uma possível subversão ou “decolonização” do Museu citado. Dessa forma, uma das hipóteses que motiva esse trabalho é a de que uma perspectiva decolonial, que valorize os saberes e a cultura dos povos que foram inferiorizados pelos colonos, pode aproximar o Museu da Inconfidência da realidade da comunidade de Ouro Preto e região, uma vez que 70% da população da cidade se autodeclara como negra.¹⁰⁰²

Além disso, os estudos decoloniais tem se tornado cada vez mais presentes dentro dos debates acadêmicos e das discussões cotidianas, mesmo que as pessoas não se deem conta dessa presença. Para o professor argentino Walter D. Mignolo, essa presença se torna cada vez mais constante porque, cada vez mais, as pessoas resistem em serem integradas nesse processo de ocidentalização (que seria a colonização do mundo moderno). Ao contrário, as pessoas começam a “reexistir”. Para o argentino, isso significa imaginar um modo diferente de viver nossas vidas em vez de dar nossos corpos e nosso tempo a corporações, à grande mídia e às grandes corporações.¹⁰⁰³

Anexos

Imagem 1: Sala das Origens, no Museu da Inconfidência em Ouro Preto – MG

¹⁰⁰² Informação retirada da matéria presente no site da prefeitura de Ouro Preto. Captado em: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/490> Acesso em: 24 de abr. 2022

¹⁰⁰³ MIGNOLO, Walter D. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. **MASP Afterall**, São Paulo, v. 2, p. 1-14, 2019. Captado em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9TNKczCD2.pdf> Acesso em: 24 abr. de 2022.



Imagem de autoria do autor.

Imagem 2: Peças de origem indígena expostas na Sala das Origens



Imagem de autoria do autor.

O Museu Casa Padre Toledo: reconstituição de narrativas e o ensino de história

Maria Clara Gonçalves Martins

Yasmin Grigório Silva

Iandry Jessica Ferreira Soares

Resumo: Os museus são importantes instrumentos de valorização da memória, sendo espaços dinâmicos, e colocam em conexão o sujeito (visitante) e os acervos e as realidades que eles procuram representar, sendo também, por isso, importantes instituições educativas. Nesse sentido, o Museu Casa Padre Toledo, integrante do Campus Cultural UFMG em Tiradentes, preenche todos estes requisitos, uma vez que, é reconhecido como um importante lugar de memória sobre a cidade, sua história e de sua população, sobre a Inconfidência Mineira e seus personagens, e especialmente o Padre Toledo, seu mais célebre proprietário e morador. O edifício foi construído no século XVIII, e foi cenário de reuniões dos conspiradores, havendo indícios de que a própria ideia do movimento surgiu ali. A casa reflete a arquitetura do tempo da exploração mineral na Vila de São José, a atual Tiradentes, e apresenta grande relevância social, política e cultural. A atual pesquisa destina-se a fornecer os subsídios históricos necessários à exposição permanente do Museu, e no momento o foco coloca-se na vila de São José del-Rei nos séculos XVIII e XIX. O objetivo deste trabalho é, a partir de intensa análise documental, identificar os moradores, suas ocupações, suas práticas educativas, e as teias de relações entre eles, e assim reconstituir as trajetórias de alguns desses indivíduos, a fim de promover um conhecimento maior sobre a sociedade cotidiana da Vila de São José dentro do ensino de história. A metodologia utilizada é o chamado “método nominativo” conciliado com o tratamento intensivo das fontes, ambos referenciados na micro-história. Esse método consiste na reconstituição das informações dos sujeitos, por meio da pesquisa dos nomes e das relações familiares, profissionais e outras, e do tratamento intensivo das fontes, isto é, da análise minuciosa e descrição densa de documentos. Os documentos analisados até o momento são: Rol dos Confessados (1795), Registro dos Moradores e Imóveis da Vila (Arquivo da Câmara de Tiradentes), além de documentos do Arquivo Público

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Mineiro, do Arquivo Histórico Ultramarino e inventários do Arquivo Histórico de São João Del-Rei, cobrindo o período entre a segunda metade do século XVIII até meados do século XIX. A pesquisa tem se mostrado frutífera para o ensino na medida que já foi possível estabelecer alguns perfis individuais e relações familiares, o que é o nosso objetivo apresentar em Simpósio.

Palavras-chave: Museu Casa Padre Toledo, Vila de São José, História do cotidiano Memória, Ensino de história

Introdução

O Museu Casa Padre Toledo, integrante do Campus Cultural UFMG em Tiradentes, é reconhecido como um importante lugar de memória sobre a cidade, sua história e de sua população, sobre a Inconfidência Mineira e seus personagens, especialmente o Padre Toledo, seu mais célebre proprietário e morador. O edifício foi construído no século XVIII e foi cenário de reuniões dos conspiradores, havendo indícios de que a própria ideia do movimento surgiu ali. A casa reflete a arquitetura do tempo da exploração mineral na Vila de São José, a atual Tiradentes, e apresenta grande relevância social, política e cultural. O papel deste museu se insere em uma ação educativa relativamente recente, que visa ampliar as possibilidades de aproveitamento pedagógico dos acervos¹⁰⁰⁴. Isso significa que as bases escolares não devem estar centradas apenas nas exposições, mas também na relação com o público e os meios objetivos constituintes do espaço museológico. Essa nova forma de educar permitiu que questões como as memórias e a preservação de um passado ganhassem destaque dentro da educação.

Assim sendo, a visita ao Museu Casa Padre Toledo tem o objetivo de contribuir para uma formação intelectual e cultural que desenvolva o espírito crítico e capacidades diversas de cunho criativo, dedutivo, argumentativo, lógico e técnico dos alunos para com o museu. Diante disso, essa pesquisa destina-se a fornecer os subsídios históricos necessários à exposição permanente do Museu e, no momento atual, o foco coloca-se em reconstruir as memórias da sala da vida do cotidiano da Vila de São José del-Rei nos séculos XVIII e XIX. A metodologia utilizada neste projeto possui caráter qualitativo, em que foi usado o “método nominativo” e o tratamento intensivo das fontes, ambos referenciados na micro-história. Esse método consiste na

¹⁰⁰⁴ALMEIDA, Adriana. Desafios da relação museu-escola. Comunicação & Educação. São Paulo, 10, p. 50-56, 1997. Captado em: https://www.researchgate.net/publication/274358785_Desafios_da_relacao_museu-escola. Acesso em 23/06/2022.

reconstituição das informações dos sujeitos, por meio da pesquisa dos nomes e das relações familiares, profissionais e outras, e do tratamento intensivo das fontes, isto é, da análise minuciosa e descrição densa de documentos.

Assim, além de fornecer subsídios históricos suficientes para a exposição da sala Vida do Cotidiano do Museu Casa Padre Toledo, este trabalho concederá aos alunos um maior significado do conhecimento acadêmico por conta da transposição desses saberes eruditos para os didáticos¹⁰⁰⁵. Foram utilizadas fontes bibliográficas sobre os museus e suas funções e a coletados dados para a construção das análises a partir de breves reuniões com a Coordenadora do museu apresentado, a professora Verona Campos Segantini, a professora titular da UFMG e orientadora das iniciações científicas em que se baseia esse trabalho, Thais Nivia de Lima e Fonseca, e com a museóloga integrante da equipe do Campus Tiradentes, Lorena Mello Martins.

Educação e museus

Sobre o poder dos museus para a educação, partimos do pressuposto de que uma visita ao museu começa na sala de aula, ou seja, funciona como uma construção do conhecimento teórico visto em sala de aula. Não há uma visita no vazio, é preciso que o museu e sua exposição façam sentido a partir de um conhecimento prévio do visitante.

Portanto, pensar o museu como objeto de conhecimento, promovendo visitas com possibilidades de pesquisa, discutindo narrativas, analisando exposições e objetos significa relacionar os saberes dos alunos, produzidos em suas vivências, com as várias narrativas que poderão estar presentes nesse espaço, bem como, provavelmente, analisar as vertentes que foram excluídas¹⁰⁰⁶.

Para considerar o museu como um espaço que possibilita um movimento de ensino e aprendizado histórico-crítico, é de grande valia a proposta pedagógica de Paulo Freire, que, em *Pedagogia da Autonomia* (1996), destaca a importância de respeitar os conhecimentos, a capacidade crítica e a cultura empírica de cada aluno¹⁰⁰⁷. Nesse sentido, pensar o museu como uma possibilidade na formação escolar pressupõe dar condições aos estudantes para que

¹⁰⁰⁵ BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 28

¹⁰⁰⁶ COSTA, Júlio. *O Ensino de História mediado pelo museu: tempos, conceitos e patrimônio*. Encontro Regional ANPUH, Minas Gerais: Mariana, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1339765780_ARQUIVO_ensino_de_historia_mediado_pelos_museus_tempos_conceitos_patrimonio_anpuh_2012_doc.pdf>. Acesso em: 09/06/2022.

¹⁰⁰⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. [S. l.]: Paz e Terra, 1996. ISBN 978-85-7753-163-9.

problematizem, levantem hipóteses, construam argumentos e conclusões, com base na exposição presente em tal espaço, claro, da forma que lhes for possível.

Ainda, o próprio contato com essas memórias e narrativas permite aos alunos que deem uma maior significado ao conhecimento por conta também dessa mobilização de afetos e da identificação a partir da análise do que está sendo exposto. Isso se verifica no Museu Casa Padre Toledo na medida em que ele trata de um tema, a Inconfidência Mineira, que já facilmente mobiliza paixões e identificação na população de Minas Gerais. Ainda, a Sala do Cotidiano gera um efeito de aproximação àquele que a observa e analisa, na medida em que não representa somente uma história de quem detém o poder ou dos vencedores, mas sim dos homens daquele tempo em suas vidas comuns, que merecem também o compartilhamento num museu.

As narrativas dentro do Museu Casa Padre Toledo têm se mostrado frutíferas para o ensino de história, já que está inserida na educação patrimonial e também na Base Nacional Comum Curricular. Segundo a Base Nacional Comum Curricular, os alunos necessitam aprender três conceitos no ensino de História. O primeiro é contextualizar o conhecimento histórico, ou seja, saber localizar momentos e lugares específicos de um evento, de um discurso ou de um registro das atividades humanas. Essa é uma tarefa fundamental para evitar atribuição de sentidos e significados não condizentes com uma determinada época, grupo social, comunidade ou território. O segundo é a autonomia de pensamento, onde será estimulado a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais viveram, e isso preserva os hábitos e condutas dessas pessoas de forma que o aluno possa pensar a diversidade e a formação da cidadania. Por fim, o terceiro está ligado com o olhar crítico para a nossa história, e, assim, analisar os verdadeiros fatos ocorridos¹⁰⁰⁸. Esse último conceito também se conecta com os objetivos específicos da BNCC¹⁰⁰⁹, uma vez que relaciona à constituição da noção e da crítica com a identidade, tanto coletiva, quanto individual¹⁰¹⁰.

Outro fator crucial para a construção desse trabalho é a questão da memória, uma vez que entra na proposta da educação patrimonial para o resgate da valorização cultural e da preservação de um passado de sociedades que contribuem para o campo historiográfico. Assim o museu é um dos instrumentos de construção da memória. O museu histórico,

¹⁰⁰⁸ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017, p. 399-401;

¹⁰⁰⁹ BRASIL, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), p. 397-405.

¹⁰¹⁰ BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, Memória e História Local. Criar Educação. Campina Grande (PB), Ediunes, v. 2, n. 2, p. 01-23, Jul-Dez 2013. p. 12. Disponível em <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/1247/1191>>. Acesso em 08/07/2022.

Além de evocar e celebrar o passado, também [deve se organizar] para que uma sociedade determinada possa ser entendida tal como ela se apresenta, isto é, organismo vivo, sujeito a mudanças. Assim o museu histórico pode contribuir para o enriquecimento da consciência histórica, que é a percepção da vida social como o produto da ação humana, que a gera e transforma.¹⁰¹¹

O Museu Casa Padre Toledo para o ensino de História proporciona a experiência com objetos que, em si, podem gerar motivação, curiosidade e questionamento da parte do estudante. Uma visita a ele, e também a todos os museus, pode proporcionar aprendizagem tanto de elementos cognitivos como afetivos. Os ganhos afetivos são os que mais enriquecem a educação em museus, sendo afetivo não só o gostar, está relacionado também a capacidade de gerar entusiasmo e interesse na aprendizagem¹⁰¹². É preciso lembrar que os museus são importantes instrumentos de valorização da memória, sendo espaços dinâmicos, e colocam em conexão o sujeito e os acervos dentro do campo de resgate e de instituições educativas¹⁰¹³. O historiador Jacques Le Goff expõe que os museus junto com a concepção de memória vão se tornar um espaço de significados, de histórias que foram vividas e registradas por determinados indivíduos. É tradição, lembrança e principalmente uma forma de conhecer, uma forma de identificar as experiências humanas ao longo do tempo: nossas comemorações e construções de cidades e sociedades¹⁰¹⁴. Ainda, Jean-Noel Luc diz que:

[...] todo meio, rural ou urbano, está situado no tempo. Possui uma história e essa história deixou suas marcas. Nas memórias e nos arquivos. Mas também no seu entorno. Objetos e edifícios diversos são testemunhos de existências anteriores. São laços de união entre o passado e o presente.¹⁰¹⁵

¹⁰¹¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Para que serve um museu histórico? Museus históricos: da celebração à consciência histórica. In: Como explorar um museu histórico. Universidade de São Paulo, Museu Paulista, 1992, p. 7.

¹⁰¹² ALMEIDA, Adriana M.; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe M. Fernandes (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004, p. 107.

¹⁰¹³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Para que serve um museu histórico?, p. 7.

¹⁰¹⁴ LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão. et al. 5. Ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p.419-475.

¹⁰¹⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos, p. 14.

Em síntese, as marcas do passado são as fontes históricas que se transformam em material de estudo, e conseqüentemente produzem um saber histórico: crítico, cultural, e reflexivo¹⁰¹⁶. Para Pierre Nora:

somos uma sociedade marcada pelo “produtivismo arquivístico”, o vestígio é sacralizado, a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar.” Estes lugares de memória são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. Procuram escapar da história, sendo sua razão fundamental “parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas”.¹⁰¹⁷

Reconstituição de narrativas e reprodução de saberes

Os inventários analisados na pesquisa até o presente momento foram retirados do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de São João del Rey e pertencem ao século XIX. Através deles, foi possível estabelecer narrativas sobre a vida desses indivíduos que viveram na Vila de São José durante esse período. Importante lembrar que os inventários são documentos produzidos por causa do falecimento de um certo indivíduo e, então, a necessidade de avaliação de seus bens e divisão entre os herdeiros, além do pagamento de possíveis dívidas.

Seguindo a ordem cronológica em que foram abertos os processos de inventário, temos primeiro a reconstrução da trajetória do falecido Tenente Coronel Manuel Marques Timudo e dos indivíduos envolvidos em seu processo de inventário. Inicialmente, foi feito um testamento de Manuel Marques em 1824 no Rio de Janeiro, o que nos indica que seu trabalho envolvia viagens mais ou menos frequentes. E, no testamento, sua mulher é indicada como a responsável pelo sepultamento e como testamenteira preferencial do Tenente, sendo explicitado que todas as contas apresentadas por ela deveriam ser aceitas. O tenente faleceu em 1828 na Vila de São José, sem filhos, deixando sua mulher como única herdeira dos bens. Em petição, Dona Maria declarou que os bens do casal eram de pouca monta e talvez não fossem suficientes para pagar as dívidas, então para evitar custos ela requer mandado para os avaliadores da Vila de São José, onde se encontravam os bens. Ao se observar a avaliação dos capitães de 22 de setembro e a cópia realizada pelo Escrivão

¹⁰¹⁶ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos, p. 12-16.

¹⁰¹⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

em 18 de novembro de 1829, constata-se que, na verdade, haviam bens com valor significativo e o montante final passa de um conto de réis. Contudo, as dívidas do casal a serem pagas eram tantas que, ao final do processo, Dona Maria Custódia ficou praticamente sem herança. O processo em si foi aberto em maio de 1828 e seu último registro é de 1831, justamente em uma cobrança do pagamento para fechamento dos autos¹⁰¹⁸.

Outro ponto interessante desse inventário é que não há confirmação direta se Dona Maria sabia ler e escrever e, em algumas páginas, foi possível encontrar um termo em que eram indicados os advogados, procuradores e solicitadores de causas como representantes dela¹⁰¹⁹. Já um problema enfrentado na análise desse inventário foi a deterioração das páginas, chegando a cortar quase metade de várias partes, então algumas informações ficam incompletas ou são hipóteses baseadas nas informações que são possíveis acessar.

Depois, o inventário de Miguel José dos Santos e Ana Thomazia de Almeida solicitado por Francisco José dos Santos¹⁰²⁰. O ano é 1835 e o filho do casal chamado Francisco José dos Santos abre uma petição em urgência para o Juiz Francisco Velozo Carmo, constando que os pais não deixaram nenhum testamento, mas deixaram bens. Por isso, ele está atrás de uma autorização para começar a fazer o inventário para ele e os irmãos terem acesso aos bens.

Em terceiro, a reconstrução da trajetória do falecido José Antônio dos Santos e dos indivíduos envolvidos em seu processo de inventário. Ele faleceu em 1838, mas o processo só foi oficialmente aberto um ano depois. Esse processo será conduzido pelo Juízo dos Órfãos da Vila de São José, pois, o falecido não deixa testamento, mas deixa sua mulher e 10 filhos, dentre os quais um é considerado órfão pela idade. Portanto, todos são herdeiros e legalmente dividem o valor dos bens que foram avaliados. Nesse caso, a mulher é a inventariante, mas, por não saber ler e escrever, quem assina os documentos e a representa é um de seus filhos, Jacinto José Ribeiro. Além disso, é alegado para demora e abertura do inventário que as dívidas do casal seriam um problema, pois os bens seriam de pouca monta, mas isso não é exatamente o que o desenrolar do processo aponta. A avaliação de bens envolveu não só a localidade do termo da Vila de São José, em que o casal morava, mas também uma fazenda no termo de Barbacena e, ao final, haviam mais

¹⁰¹⁸ AH-IPHAN-SJDR. Inventário. Manuel Marques Timudo, fls. 1-18.

¹⁰¹⁹ AH-IPHAN-SJDR. Inventário. Manuel Marques Timudo, fls. 1-18.

¹⁰²⁰ AH-IPHAN-SJDR. Inventário. JO CX 235.

de três contos de réis que foram suficientes para a divisão entre os herdeiros e pagamento das dívidas¹⁰²¹.

Pelos bens identificados e avaliados, é possível perceber que José Antônio dos Santos possivelmente ocupava alguma função relacionada à culturas, pois aparecem vários alqueires com ou sem plantações. Além disso, ele tinha posse de cerca de 8 pessoas escravizadas e alguns animais como vacas, bois e cavalos. Esse processo se estende por alguns anos principalmente pelos acréscimos que são feitos ao inventário e ao órfão que só teve acesso aos seus bens em 1852, antes seu tutor e irmão Jacinto José Ribeiro prestava contas ao Estado periodicamente sobre suas contas e herança¹⁰²².

Por fim, o inventário de Vitoriano José dos Anjos e Isabel Florinda de Oliveira solicitado por Fortunata Messias dos Anjos¹⁰²³. O ano é 1851 e a filha do casal chamada Fortunata Messias dos Anjos toma a iniciativa para ser a inventariante dos seus pais. Então, é aberto então um termo, perante a consciência dela, para que o escrivão possa assumir o seu papel, pois ela não sabia escrever. A situação desse inventário é um pouco mais complexa que a dos outros, já que se relata duas herdeiras, em que uma está viva e a outra faleceu, embora tenha deixado filhos e, no caso, o marido - viúvo - também tinha direito. Maximiliano Albino e Francisco de Paula são os herdeiros juntamente com a Fortunata. Ainda nessa coletânea de inventários é presente o inventário da irmã da mãe de Fortunata, sua tia Anna, que deixou os bens para ela, que serão divididos.

Já os documentos “Rol dos Confessados” (1795) e o “Registro dos Moradores e Imóveis da Vila” (Arquivos da Câmara de Tiradentes), foram analisados em conjunto com documentos do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Histórico Ultramarino, cobrindo o período entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

A partir da análise destas fontes, encontramos algumas relações e informações complementares entre pessoas que aparecem nos documentos da nossa fonte primária, os arquivos da Câmara de Tiradentes. Um exemplo é a figura de José Corsino de Azevedo, nascido em 1780, filho da preta forra Agueda Theresa de Jesus, e que ocupou a cadeira de Primeiras Letras na Vila de São José a partir de 1821. Outro exemplo é o Padre João Gaspar Esteves Rodrigues, que atuou na Vila e foi professor de gramática latina, e em 1808 foi nomeado como procurador do governador para ir ao Rio de Janeiro beijar a mão do príncipe regente. Há ainda muitos outros

¹⁰²¹ AH-IPHAN-SJDR. Inventário. JO CX 539.

¹⁰²² AH-IPHAN-SJDR. Inventário. JO CX 539

¹⁰²³ AH-IPHAN-SJDR. Inventário. CX 510

sujeitos identificados, e a proposta é incorporar suas trajetórias na exposição do Museu, de forma que se possa construir uma representação de como era o cotidiano da Vila e que se possa também conhecer um pouco mais da sociedade do período.

A partir do que foi apresentado, existem alguns pontos interessantes sobre as fontes a serem destacados. Todas as fontes dizem respeito a sujeitos que nasceram e viveram no século XVIII e início do XIX, por isso podem ser utilizados para o objetivo de reconstituir a vida cotidiana na Vila de São José no século XIX. Nesse período, não era uma cidade turística como hoje. O centro da Vila, por exemplo, era habitado por pessoas que viviam, trabalhavam e se relacionavam com a cidade cotidianamente. Além disso, os sujeitos apresentados estão envolvidos em uma rede de relações e sociabilidades ligadas não só a família, mas a profissão, as práticas educativas, a política, a burocracia, aos credores, entre outros. Sobre o Rol dos Confessados especificamente, é importante ressaltar o papel das mulheres como chefes de família.

Outras observações relevantes a partir da análise conjunta das fontes são como 3 dos 4 inventários foram solicitados por mulheres: 2 esposas dos falecidos e 1 filha do casal. Temos confirmado que duas não sabiam escrever e suspeita-se que a outra também não. Todas sempre são acompanhadas e representadas por homens. Ainda, as justificativas para a abertura dos processos de Inventário têm um quê de semelhança (bens de pouca monta, dívidas e tempo de abandono), mas cada processo tem questões únicas sobre os herdeiros, a herança e sua conclusão. Os inventários são processos burocráticos, então tem sempre muitos documentos e cópias que vão e voltam entre os órgãos públicos, como petições, procurações, despachos, juramentos, avaliações, autuações, modificações, e assim por diante, que são resumidamente os autos do processo. São sempre dois avaliadores homens nomeados, aprovados e juramentados. As pessoas que participam dos inventários: viúvas, filhas, filhos, netos, maridos das filhas e das netas.

A Sala do Cotidiano da Vila no Museu Casa Padre Toledo

Diante dessas citações e das contribuições da professora Thais Nivia de Lima e Fonseca e da coordenadora Verona Campos Segantini, confirma-se que o museu Casa Padre Toledo pode cumprir toda essa função educacional, na medida em que é um importante lugar de memória, especialmente do povo mineiro e a sua identificação com o passado. Vale lembrar que a coleta dos dados e os documentos investigados neste projeto pertencem à renovação da Sala do Cotidiano da Vila, um espaço cultural dentro do Museu Casa Padre Toledo.

De acordo com as informações da museóloga, que faz parte da equipe do Campus Cultural Tiradentes, Lorena Mello Martins, para a abertura da exposição, em 2019, foram feitos alguns textos para montar a Sala do Cotidiano, tal qual é possível verificar no tour virtual do Museu Casa Padre Toledo oferecido pelo site do Campus Tiradentes¹⁰²⁴. Esses textos tratavam sobre a fixação da população em Minas Gerais durante o século XVIII e XIX e como isso reflete nas moradias e itens domésticos conforme a vida urbana e a economia vão se fortalecendo. Além disso, existiam textos sobre as ocupações e trabalho, produtos e mercadorias e população da Vila em sua criação. Também foi colocada uma parte sobre os inventários que identificam alguns moradores da Vila de São José no século XVIII e alguns bens que foram avaliados. Diante disso, é possível perceber a ligação entre o trabalho dos historiadores e a educação sobre esse tema, uma vez que, o intenso trabalho sobre as fontes documentais, se torna uma reconstrução do passado para contribuir com novas narrativas dentro do ensino de História. Ainda na breve entrevista com a museóloga Lorena Mello Martins, ela nos diz que:

A sala tem por objetivo apresentar ao visitante um pouco do cotidiano da Vila de São José del Rei nas Minas Gerais colonial. O visitante pode conhecer um pouco da população da vila no século XVII e XVIII, seus costumes, ocupações e trabalhos, comércio, etc. Na sala tínhamos em exposição apenas uma espada colonial, mas a narrativa expográfica continuava na sala do acervo do MCPT onde tínhamos objetos como: tocheiro, almocafre, escarradeira, urinol, gamela, talheres, máquina de ficar, roca e porta jóias datados principalmente do século XVIII. Na Sala da Vila optamos por deixar apenas os textos e imagens sobre a criação da vila e seu território ao longo dos anos, para que os objetos entrassem na sala do Cotidiano e do Acervo.

A exposição da Sala do Cotidiano da Vila atualmente está desmontada, mas, quando ela estiver pronta, com os subsídios históricos fornecidos, pode ser utilizada para o ensino de história justamente para discutir a história do cotidiano e da vida privada da Vila de São José. A museóloga Lorena ressalta ainda que é esperado por todos os profissionais que trabalham no museu que os professores de Tiradentes e São João del-Rei, ou de outros lugares, façam visitas ao Museu Casa Padre Toledo com o objetivo de abordar o tema do cotidiano no século XVIII e XIX e estabeleçam um diálogo com o setor educativo do museu para que a visita promova um aprendizado significativo para os alunos. O Campus Cultural de Tiradentes possui um setor educativo que

¹⁰²⁴Informação disponível neste link da instituição Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): <<https://www.ufmg.br/campustiradentes/index.php/2021/05/27/tour-virtual/>>. Acesso em 09/06/2022.

conta com estagiários do ensino médio e do ensino superior de vários cursos que trabalham com o apoio de um roteiro de mediação e seguem em formação continuada durante todo o estágio. Em resumo, não há uma visita no vazio, é preciso que o museu e sua exposição façam sentido a partir da relação entre o professor, o visitante e os estagiários.

Conclusão

Como vimos, o museu é um importante lugar de memória da preservação do patrimônio cultural que busca modificar o seu significado dentro do ensino de História, uma vez que se destina a uma rememoração das comunidades locais e de seus costumes. Em especial, observamos essas características dentro do Museu Casa Padre Toledo, onde vem se transformando e inovando cada vez mais de acordo com o tempo presente. As análises nos mostram que os subsídios históricos para reconstruir a Sala do Cotidiano estão inteiramente ligados com as propostas de ensino atual. Assim é possível que esses conteúdos sejam debatidos tanto na esfera educacional quanto na social.

A valorização das possibilidades oferecidas pelas instituições museológicas constituem um papel essencial para a valorização da história, visto que, é através do resgate do passado para o presente que se impulsiona o pensar o museu como objeto de conhecimento. Portanto, pensar o museu como objeto de conhecimento, promovendo visitas com possibilidades de pesquisa, discutindo narrativas, analisando exposições e objetos significa relacionar os saberes dos alunos, produzidos em suas vivências, com as várias narrativas que poderão estar presentes nesse espaço, bem como, provavelmente, analisar as vertentes que foram excluídas.

COMUNICAÇÕES LIVRES

História, Educação e Práticas Pedagógicas: História da Educação, Ensino de História e Novas Roupagens do Discurso Historiográfico

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

A oposição à política de cotas raciais no ensino superior por historiadores (as) no Brasil (2006 a 2016)

*Floriza Beatriz de Sena Paula*¹⁰²⁵

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo analisar o discurso histórico que serviu de alicerce a 38¹⁰²⁶ historiadores (as) que se opuseram às iniciativas de políticas públicas de cotas raciais no ensino superior no começo do século XXI. Busca-se descrever e analisar os argumentos historiográficos mobilizados por aqueles profissionais em suas manifestações públicas acerca da questão racial, em particular quando referem-se a passados sensíveis. A partir da leitura de manifestos, artigos de jornal, artigos acadêmicos e outros documentos, procuramos mapear, descrever e analisar os argumentos, conceitos e metáforas que alicerçaram seus posicionamentos. Por fim, buscamos identificar eventuais transformações nos posicionamentos com relação às cotas e ao aparato discursivo ao longo do período estudado.

Palavras-chave:

Introdução:

Faço aqui um levantamento inicial do que vem sendo a minha pesquisa de mestrado (2021-2022), vinculada a linha 2 PPGHIS/UFOP (Ideias, Linguagens e Historiografia), financiada pela CAPES e sob a orientação do professor Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP). Nessa fase tem sido feito um levantamento das fontes e constante conhecimento e reconhecimento destas. Também, tenho feito um levantamento prosopográfico dos signatários desta de modo a identificar algumas possibilidades de mobilização em torno do material enviado ao Congresso Nacional no dia 29 de junho de 2006, cuja missão de entrega foi encabeçada por Bila Sorj, José Carlos Miranda e Yvonne Maggie, levando a carta pública (manifesto contra as cotas)¹⁰²⁷ aos

¹⁰²⁵ Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/5863899137062922>.

¹⁰²⁶ A pesquisa está em processo de construção e, corrigindo, tem-se 37 figuras vinculadas ao campo disciplinar da história, sendo 36 de formação e 1 pessoa sem formação mas vinculada a um PPG em história como docente.

¹⁰²⁷ A íntegra do manifesto contra as cotas raciais. **Congresso Em Foco**, 4 de julho de 2006 às 15:59. Disponível em < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-integra-do-manifesto-contras-cotas-raciais/> >. Acesso em: 08 de julho de 2022. A exemplo, assinaram-no personalidades tais como: Lília Katri Moritz Schwarcz, Antônio X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

presidentes do senado, senador Renan Calheiros, e da câmara, Aldo Rebelo.

O documento analisado fora chamado pelos seus idealizadores de carta pública será aqui mencionado por manifesto, cujo nome teve mais popularidade e adesão. Quanto ao corpo signatário, tivemos 114 assinaturas, dentre elas estamos delimitando melhor o contingente de historiadores (as). Buscando pensar, portanto, nas motivações que levaram estes a aderirem a essa medida bastante conservadora à época. Tiveram, dentre as 114 assinaturas, 37 profissionais ligados (as) à História disciplinar, 36 por formação de graduação, mestrado e/ou doutorado e 1 signatário vinculado a Programa de Pós-Graduação em História.

Portanto, o ensaio apresentará algumas questões que norteiam a presente pesquisa, sendo ao entorno das fontes encontradas até o momento para além do manifesto contra as cotas, sobre os (as) signatários (as) historiadores (as) que se opuseram às cotas raciais em 2006 e, também, projetamos levantar a repercussão deste como aos que voltaram atrás publicamente.

Iniciação às fontes: o manifesto contra as cotas raciais chega ao Congresso Nacional (2006)

Bastante sugestivo, na pesquisa analisarei mais de perto o documento levado ao Congresso Nacional em 2006, popularmente conhecido como o *Manifesto contra as cotas*, evocado por seus idealizadores como carta pública. Dos (as) 114 signatários (as) totais, cujas assinaturas vieram de várias alas da sociedade brasileira, sendo de professores (as), pesquisadores (as), alunos (as), figuras vinculadas à política formal, artistas, articulistas. Através do manifesto, busca-se compreender o discurso de oposição às cotas raciais mobilizado por historiadores (as), sendo estes (as) 37 personalidades.

O primeiro contato direto que tive com o documento foi através do site Congresso em Foco, que traz matéria intitulada por *Segue a íntegra, transcrita do blog do jornalista Reinaldo Azevedo, do manifesto divulgado por diversos intelectuais sobre o polêmico tema das COTAS RACIAIS (...)*, datada de 4 de julho de 2006. Porém, não encontrei a reportagem original vinculada ao blog do jornalista. Mas, no entanto, Reinaldo Azevedo esteve à frente de várias reportagens sobre a temática, como as matérias: *Ainda há esperança: manifesto contra o racismo*, de 29 de junho de 2006¹⁰²⁸; *Uma carta contra*

Carlos Jucá de Sampaio, Cláudia Wasserman e Manolo Florentino.

¹⁰²⁸ Ainda há esperança: manifesto contra o racismo. Veja, 29 de junho de 2006. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ainda-ha-esperanca-manifesto-contra-o-racismo/> > Acesso em: 24 de junho de 2022.

as política racialista e seus signatários¹⁰²⁹; Nas mãos do Supremo, a unidade do país¹⁰³⁰. Também, Reinaldo Azevedo divulgou um outro popular manifesto à época, intitulado por *Cento e treze cidadãos antirracistas contra as leis raciais*¹⁰³¹, no qual este o jornalista fora sigatário.

A título de curiosidade, esse outro documento que foi entregue em 30 de abril de 2008 nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF) fora intitulado por *Cento e treze cidadãos antirracistas contra as leis raciais*¹⁰³² com 113 signatários que a encaminharam ao então ministro Gilmar Mendes, presidente do STF à época. Com a data de 30 de maio de 2006, o material seria publicizado apenas posteriormente, em 2008, para que o texto não se tornasse público antes de chegar ao STF.¹⁰³³ A intenção era que o documento tornasse público com a publicação feita pelo jornalista da matéria *Assine a carta dos cidadão anti-racistas contra o racismo*, de 2 de maio de 2008.¹⁰³⁴ Em nota à reportagem, Azevedo traz que “Optou-se por não fazer, de saída, uma petição porque se pretendeu que o texto não se tornasse público antes de chegar às mãos do Supremo. [...] Agora público, o documento está aberto a novas adesões”.

Retornando, novamente, ao nosso evento de análise, o manifesto de 2006 enviado ao Congresso Nacional. O contexto de entrega do documento é bastante detalhado no livro *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo* (2007)¹⁰³⁵, ao Preâmbulo falam sobre a entrega aos presidentes do Senado e da Câmara, as motivações, uma parábola que motivou-lhes mais ainda, a quê anifestavam-se contrários e algumas consequências – como a repercussão.

Ao livro, de início, trazem Bla Sorj, José Carlos Miranda e Yvonne Maggie, os “encarregados de

¹⁰²⁹ AZEVEDO, Reinaldo. UMA CARTA CONTRA A POLÍTICA RACIALISTA E SEUS DESTINATÁRIOS. *Veja*, 30 de abril de 2008. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/uma-carta-contr-a-politica-racialista-e-seus-signatarios/> >. Acesso em: 24 de junho de 2022.

¹⁰³⁰ Nas mãos do Supremos, a unidade do país. Disponível < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/nas-maos-do-supremo-a-unidade-do-pais/> > Acesso em: 24 de junho de 2022.

¹⁰³¹ Cento e treze cidadãos antirracistas contra as leis raciais. Simon’s Site, 30 de abril de 2008. Disponível em < <https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/cento-e-treze-cidadaos-anti-racistas-contr-a-leis-raciais/comment-page-1/> > Acesso em> 24 de junho de 2022.

¹⁰³² Cento e treze cidadãos antirracistas contra as leis raciais. Simon’s Site, 30 de abril de 2008. Disponível em < <https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/cento-e-treze-cidadaos-anti-racistas-contr-a-leis-raciais/comment-page-1/> > Acesso em> 24 de junho de 2022.

¹⁰³³ AZEVEDO, Reinaldo. ASSINE A CARTA DOS CIDADÃOS ANTI-RACISTAS CONTRA O RACISMO. *Veja*, 2 de maio de 2008. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/cento-e-treze-anti-racistas-contr-a-leis-raciais/> >. Acesso em: 01 de setembro de 2020. AZEVEDO, Reinaldo. Nas mãos do Supremo, a unidade do país. *Veja*, 14 de maio de 2008 às 06:41. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/assine-a-carta-dos-cidadaos-anti-racistas-contr-o-racismo-2/> >. Acesso em: 24 de junho de 2022.

¹⁰³⁴ AZEVEDO, Reinaldo. ASSINE A CARTA DOS CIDADÃOS ANTI-RACISTAS CONTRA O RACISMO. *Veja*, 2 de maio de 2008 às 15:29. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/assine-a-carta-dos-cidadaos-anti-racistas-contr-o-racismo-2/> >. Acesso em: 24 de junho de 2022. A notícia traz que “Optou-se por não fazer, de saída, uma petição porque se pretendeu que o texto não se tornasse público antes de chegar às mãos do Supremo.”.

¹⁰³⁵ FRY, Peter et. al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Editora Record, 2007.

levar” e de “cumprir a tarefa”. Alegam que tiveram uma “experiência histórica e pessoal das mais importantes.” O documento *Todos têm Direitos Iguais a República Democrática* é reproduzido integralmente no apêndice do livro e mencionam isso em nota.

Ao documento, o corpo formado por 114 signatários (as) eram, à época, desconfidados dos projetos de lei sobre Cotas Raciais nas e sobre o Estatuto da Igualdade Racial, PL 73/99 e PL 3.198/2000, respectivamente. E muitos dos argumentos trazidos no manifesto são reproduzidos também no livro, este que possui contendo 9 artigos de 6 dos (as) 37 historiadores (as) signatários (as). Os debates trazidos nos artigos são:

1. José Roberto Góes, 2006, p. 57: “Histórias mal contadas”
2. Ronaldo Vainfas, 2006, p. 83: “Racismo à moda americana”
3. Manolo Florentino, 2002, p. 89: “Da atualidade de Gilberto Freyre”
4. Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio, 2004, p. 161: “Cotas e racismo”
5. Francisco Carlos Palomanes Martinho, sem data, p. 177: “O pomo da discórdia: sobre as cotas raciais e o debate na Uerj”
6. José Roberto Pinto de Góes, 2004, p. 195: “O racismo vira lei”
7. Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Paulo Henrique Almeida Rodrigues, 2006, p. 235: “O SUS é racista?”
8. Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, 2006, p. 287: “Um Brasil de cotas raciais?”
9. Mônica Grin, 2006, p. 293: “O Estatuto da Igualdade Racial: uma questão de princípio”

E perpassam por eles angústias sobre as cotas raciais e sobre o estatuto da igualdade racial, bem como tentativas de demonstrar a ligação de africanos enquanto financiadores da escravidão também e não somente “brancos”, relacionar mesmo que para afastar as realidades entre Brasil e Estados Unidos no debate racial, e debater o quesito racial no Sistema Único de Saúde. Bem como, também, é negado o vínculo de que Gilberto Freyre seria a fonte da ideologia da democracia racial. Para melhor detalhar, Manolo Florentino traz artigo cuja primeira versão foi publicada com o título “DNA do povo brasileiro”, em *Jornal do Brasil*, de 16 de fevereiro de 2002

Por meio da prosa desconcertante e bela de Gilberto Freyre, de abastardante a miscigenação virou elemento civilizacional positivo e válido. E além de válido, valioso. Tão valioso que é no seu *uso* que reside a origem do mito da democracia racial brasileira e da escravidão leniente. Os argumentos de *Casa-grande e senzala* transformaram-se no mais bem elaborado objeto de investimento – por parte dos ideólogos do getulismo, depois pelos de Juscelino e dos governos militares – de como o Brasil deveria se pensar, se querer e se dizer. Deveríamos ser, ou acreditar que éramos, uma democracia racial de idílicas raízes. Nada que surpreenda muito, em se tratando de país no qual proliferam cafetões de talento. Logo, a grande utilidade dos escritos freyreanos para os interessados em fundar

uma identidade brasileira esteve em que, sob esse tentador invólucro, podia se esconder a tão almejada paz social, o outro elemento dito fundamental de nossa identidade.

É um trecho denso mas rico para pensarmos o lugar de Gilberto Freyre dentro desse contemporâneo tema sobre as cotas raciais. Por mais que atualizações estejam sendo feitas na historiografia de modo a tirar do autor a criação direta do mito da democracia racial, em momento algum este negou-lhe em intenções e crenças. Manolo traz que a mansidão que existiu no cativo de Freyre foi mera retórica, porque este conhecia a intensidade da escravidão no Brasil sendo gigante na América latina. E é sobre esse lugar do explícito e implícito que busco compreender algumas fronteiras que formam a argumentação contra as cotas raciais por historiadores (as).

Para compreender melhor esse discurso de oposição que formou-se, Zilda Martins em *Cotas raciais e o discurso da mídia: uma construção do dissenso* (2018)¹⁰³⁶ é bastante útil pelo fato da autora abordar em seu trabalho o "discurso de verdade" que a mídia naturaliza as desigualdades no Brasil e assim hierarquiza valores. Aqui, na presente pesquisa, estuda-se a naturalização de um discurso de verdade sobre questões ético-raciais na historiografia brasileira, cujos profissionais de uma geração reproduziram tropos que reverberam ainda nos dias atuais em duras consequências.

Tenho feito um levantamento do perfil pessoal e profissional que me é possível com as informações públicas que tenho até o momento, e identifico que a maioria de suas formações foram adquiridas em 1980. Penso, pois, nos intelectuais que estariam lendo, as convergências teóricas que encontravam, e nos debates que porventura ocorriam e não chegavam até estes (as). Joaquim Nabuco, por exemplo, é um nome recorrente no livro *Divisões perigosas*, e por que seria? Francisco Martinho em seu artigo do livro, o quinto que elencamos, o caracteriza como "nosso mais destacado militante do abolicionismo". Como, então, o abolicionista poderia estar sendo mobilizado dentro desse discurso de oposição às cotas raciais por historiadores (as)?

Faz-se necessário no projeto contextualizar o discurso de oposição desse grupo de historiadores (as) às cotas raciais no ensino superior para compreender a repercussão gerada após conquistas advindas de reivindicações dos movimentos negros. E mesmo que suas formações possam estar sendo advindas de pactos com o *lusotropicalismo*, por exemplo,

Busco, portanto, compreender as fronteiras que sustentam essa postura mais conservadora destes profissionais à época, e posteriormente, mas é que alguns vieram à público rever sua decisão de 2006. Ao manifesto é perceptível a disputa entre dois projetos políticos distintos de

¹⁰³⁶ MARTINS, Zilda. **Cotas raciais e o discurso da mídia: Um estudo sobre a construção do dissenso**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

República, e essa disputa, ao que demonstramos, pode ser uma disputa racial. Além da década de formação, a pesquisa também vem buscando trazer as sub-áreas e instituições de formação e as instituições de vínculo à época, bem como suas atribuições fenotípicas de acordo com as cinco categorias de “cor ou raça” do IBGE. Os resultados ainda estão sendo apurados, mas ao que podemos admitir até então é uma disputa racial pelo tema cuja representação racial dos (as) historiadores (as) contra as cotas se forma por uma branquitude sob posse desse discurso.

E para a temática levantada pelo projeto, tem sido fundamental revisitarmos alguns mitos históricos fundantes e algumas ideologias do debate racial brasileiro e refletir como e com qual intensidade eles aparecem na argumentação do manifesto e desses docentes e pesquisadores, se aparecem. Para tanto, tenho voltado-me ao livro *Divisões perigosas*, por ora, para melhor compreender a postura de assumirem esse ônus público e político em 2006, que preza, consciente ou inconscientemente, por uma *fraternidade racial*¹⁰³⁷ que nunca existiu.

Ao título do manifesto, trazem um ponto importante: Todos têm Direitos Iguais na República Democrática. Acreditam mesmo que todos têm? Acreditam que todos têm mas que os projetos de lei ameaçam de extinção “o princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos”. Refutam, portanto, que o estado adote medidas de classificação racial como oficiais. Ao longo da argumentação trazem alguns temas históricos, como “A história já codenou dolorosamente estas tentativas” e “A invenção das raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos.”

O uso dessas afirmações no texto sugere um tom punitivo à história, uma história que tem um lado e pune seus dessemelhantes. Nesse momento do documento enviado ao Congresso, o livro *Divisões perigosas* se faz necessário para refletirmos sobre as tentativas a que referem-se esses (as) historiadores (as). Aqui referem-se a eventos tais como o holocausto nazista, à Ruanda dos Belgas, ao *apartheid* em África. E temem veemente que importemos estes modelos, sendo as cotas raciais um perigo pois poderia criar um mal maior. Recohecem em maioria a existência de uma discriminação racial mas o tom da conversa se faz mais em torno de que antes um racismo velado do que o ódio declarado, que a violência em comparação aos eventos acima listados. O tom é de não mexer no *status quo*.

No sexto artigo acima mencionado do livro, José Roberto Pinto de Góes em “O racismo vira lei”, o autor critica reformas educacionais em toro da inclusão de Diretrizes Curriculares para

¹⁰³⁷ DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. Diálogos latinoamericanos, n. 10, p. 0, 2005.

a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Acredita que o ensino de história deva ser a antítese disso, dessa “denúncia e laudatória”. José Goés reconhece a precariedade da rede escolar pública, assim como vários outros autores do livro, estes que acreditam que devemos investir num ensino público amplo para não precisarmos de cotas raciais no ensino superior e nem no mercado de trabalho.

Mas, a exemplo desse artigo, o que seria a expansão do ensino que prezam? A expansão de um ensino com a história dos vencedores apenas? Um ensino que não demonstrasse os genocídios sangrentos e simbólicos que a própria história silenciou? A história também é denúncia, é crítica, o corpo profissional que a constitui deve sim posicionar-se, não num tom de silenciar e nem de sempre superar outras produções mas simplesmente de viver e reviver existências que resistem aos conservadorismos que estipulam qual deva ser o *status quo*.

Conclusões

Como a pesquisa está em fase inicial de coleta e compreensão, o que foi proposto até aqui foi feito na intenção de cohecer um pouco mais sobre essa ação tão potente à época e que repercurte com grandiosidade, principalmente nesse ano de 2022 – ano de revisão das cotas raciais. Fato é que o discurso de oposição às cotas raciais mobilizado por historiadores (as) é amplo e possui argumentações divergentes entre si, demonstrando que à época o tema ainda não estava sólido e hoje ainda divide muito a sociedade. Seguiremos buscando mais sobre as fronteiras que estabilizam e desestabilizam esse discurso na historiografia brasileira.

Ensino de História e História Local: o trabalho com a Fazenda Pedra Negra, em Três Pontas - MG

Brenda Nataly de Paula Castelari

Resumo:

Este projeto tem por finalidade propor um projeto intervenção pedagógica. A escolha por um projeto perpassou o contexto de pandemia da COVID-19, o qual impossibilitou que a aplicação das questões estudadas em nossa pesquisa. Dito isso, a proposta de intervenção consiste em uma oficina a ser ministrada aos alunos do Ensino Médio de uma escola, localizada no município de Três Pontas – MG, que tem como objetivo o ensino de História a partir de uma perspectiva local.

Palavras-chave: História Local; Fazenda Pedra Negra; Ensino de História.

INTRODUÇÃO

A introdução da história do cotidiano como objeto de estudo escolar requer que se explorem as possibilidades inerentes do cotidiano, sem se limitar a constatar o “real” ou as motivações possíveis para alunos pouco sensibilizados com a História escolar mais tradicional. O cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação (BITTENCOURT, 2009 p.168).

Três Pontas é um município brasileiro localizado na região sul de Minas Gerais. A cidade é conhecida pelo cultivo do café, que é sua a maior riqueza econômica. Os primeiros habitantes foram escravos fugidos, os quais reuniram-se em quilombos na região, a exemplo do Quilombo do Ambrósio, destruído entre 1740 e 1746. Com a destruição dos quilombos, veio com a divisão do território em sesmarias, resultando no estabelecimento das primeiras fazendas de café. A principal dessas propriedades é a Fazenda Pedra Negra. Fundada em 1915, possui influência na movimentação social de emigrantes e escravos no final do século XIX.

Na época, cerca de 100 famílias viviam em casas e barracos nos arredores da fazenda e ali desempenhavam um trabalho com a mão-de-obra rural, os próprios trabalhadores construíam o material do trabalho: lavadores, secadores, o terreiro, moedor e pequenos objetos para manutenção dos mesmos. Com o passar dos anos e o crescimento da renda das famílias, as mesmas se mudaram para a cidade em busca de melhores condições de moradia, mas mantiveram o trabalho rural. Hoje

esses instrumentos se tornaram relíquias e são expostos no Museu do Café, localizado na própria fazenda, idealizada pela família herdeira. O poderio dos cafeicultores solidificou a agenda econômica da cidade centrada na produção de café, a qual se estendeu do final do século XVIII ao início do século XX.

Com a crise de 1929, a economia do município entrou em declínio, uma vez que o preço do café despencou, causando enormes prejuízos aos cafeicultores. Então, o café deixou apenas de ser a principal atividade econômica da região, passado a concorrer com a atividade industrial, porém ainda continua a gerar muita riqueza.¹⁰³⁸ Segundo dados oficiais do município:

O café é o principal produto da agricultura trespontana. Em 2011, as lavouras de café representavam 99,9% das lavouras permanentes, enquanto os outros cultivos permanentes do Município, que são banana, goiaba, laranja e tangerina ocupavam somente 0,1%. Entretanto, a área destinada ao café vem diminuindo ao longo dos anos, passando de 23.500 hectares em 2008 para 18.500 hectares três anos depois, mas, ao contrário do que se imagina, a produção aumentou de cerca de 25.300 toneladas para 27.750 toneladas nos respectivos anos. Em 2011 [...] Três Pontas ficou na sexta posição entre os maiores produtores nacionais do fruto [...] e em segundo lugar no estado de Minas Gerais [...].¹⁰³⁹

Apesar dessa grande história de contribuição econômica das riquezas resultantes da exploração do café, o cotidiano da cidade ainda continua marcado por grandes disparidades sociais, resultantes do mundo do trabalho, desde os primórdios dessa economia. No passado, por exemplo, havia a desigualdade racial e social entre senhores e escravos, a qual delimitava o lugar de cada um deles na sociedade e no trabalho: o senhor, dono das terras, era branco e o trabalhador, negro. A essa desigualdade era acrescida outra: a econômica, sendo que alguns brancos possuíam a maior parte das riquezas, enquanto os negros nada detinham. Tais diferenças ainda se conservam na contemporaneidade.

Para que se tenha uma ideia, de acordo com o IBGE¹⁰⁴⁰, o rendimento médio mensal da população trespontana acima de dez anos, que trabalha, é de cerca de 930 reais, abaixo da média

¹⁰³⁸ Utilizamos as informações contidas no site da Prefeitura de Três Pontas-MG: <https://www.trespontas.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/conheca-tres-pontas-terra-da-musica-e-capital-mundial-do-cafe/6497> (Acesso em 19/06/2022).

¹⁰³⁹ Utilizamos as informações contidas no site da Prefeitura de Três Pontas-MG: <https://www.trespontas.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/conheca-tres-pontas-terra-da-musica-e-capital-mundial-do-cafe/6497> (Acesso em 19/06/2022).

¹⁰⁴⁰ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/tres-pontas.html> (Acesso em 19/06/2022)

nacional, sendo que a renda per capita [2017] foi de R\$ 21.971,22. Todavia, ainda de acordo com a Prefeitura, 73,1% da população vive acima da linha da pobreza, isto é, vivendo com mais de meio salário mínimo. Enquanto 21,4% das pessoas vivem entre essa linha e a da pobreza e 5,6% viviam abaixo dessa última linha.

Compreendemos que o conhecimento é uma interação entre o indivíduo, o saber e o mundo. É desta interdependência que se abre uma multiplicidade de significações. Dessa forma, o conhecimento não é algo fora das pessoas e que elas adquirem, como também não é algo construindo de forma autônoma e independente das circunstâncias que as rodeiam e das outras pessoas com quem mantém algum contato. O conhecimento é algo que ocorre na “costura” entre a reflexão formulada pelo indivíduo e a integração/interação sobre/no o mundo. Ele é uma constituição histórica e social, resultado de um movimento complexo, no qual interagem elementos sociais, culturais, políticos, econômicos e psicológicos. Conhecimento produz autonomia dos sujeitos diante de suas tomadas de decisão na vida cotidiana, na sociedade em que vivem e no mundo no qual estão inseridos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

De acordo com Bittencourt (2008, p. 88),

a introdução do currículo científico não afetou significativamente os métodos de ensino, [...] se transformaram em conteúdos mais abstratos e passaram a exigir, [...] a decoração como meio de aprendizagem. A História, assim, continuou com o mesmo método, passando os livros didáticos, cada vez mais, a indicar os rumos da aula, a maneira “correta” de o professor “dar aula”.

Concordando com Bittencourt, Barca (2012, p. 37) comenta que a educação histórica deve ter a preocupação em contribuir para ligar a teoria à prática”. Para tanto, o “ensino de História deve ser realizada por meio de “situações de aprendizagem reais, em contextos concretos”, ou até mesmo a partir do “senso comum”. A isso ela dá o nome de aula-oficina, uma experiência que parte do saber social e histórico como aluno, este reconhecido como agente de sua formação. Ao professor resta os lugares de um investigador social e de organizador de atividades problematizadoras da realidade.

As opiniões das duas autoras são igualmente embasadas na Base Nacional Comum Curricular de 2018. De acordo com o documento, os conhecimentos próprios das Ciências Humanas, em especial a História, são:

noções de temporalidade, espacialidade e diversidade (de gênero, religião, tradições étnicas etc.); conhecimentos sobre os modos de organizar a sociedade e sobre as relações de produção, trabalho e de poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo (2018, p. 547).

A problematização, por sua vez, deve ser realizada tal como a atividade dos historiadores, a saber, a partir da pesquisa. Sendo assim, uma aula-oficina é muito importante para nós, pois é uma metodologia didática que permite o ensino da História Local, no caso a de Três Pontas, usando a documentação local.

O uso dos documentos históricos, por sua vez, é uma atividade que possibilita o desenvolvimento do protagonismo juvenil, o qual para ser alcançado, de acordo com a BNCC (2018, p. 549), exigirá do docente o trabalho “recursos didáticos em diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), selecionar formas de registros, valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.)”. E, na Fazenda, observamos a disponibilidade de fontes históricas muito diversas, a saber: objetos que remetem o tipo de trabalho desenvolvido, livros caixa com registros de pagamentos de funcionários, agendas e anotações dos patrões com relação ao trabalho diário e vendas das sacas de café.

Acerca das relações de trabalho no período, o livro didático utilizado pela escola não apresenta nenhum conteúdo acerca da História Local. Sendo assim, se o desejável para o ensino é uma aula que parta da realidade dos alunos, sendo sustentada pela avaliação de fontes do passado local, falamos de um conhecimento que não é disponibilizado aos Professores e Professoras da região pelas editoras.

A nova aula de História, portanto, deve ser muito mais complexa do que a forma positivista e factual, comumente aplicada. Ela tem que funcionar partir da problematização do tempo e das estruturas sociais, culturais e políticas. Não é à toa que, em meio a tantas questões muito complexas, os pesquisadores da área do Ensino de História têm, cada vez mais, recorrido à História Local, uma História, como vimos, muito mais acessível aos alunos. A partir da aprendizagem

centrada nas questões locais, “os jovens intensificam os questionamentos sobre si próprios e sobre o mundo em que vivem” (BNCC, 2018, p. 548). Desse modo, “podem propor e questionar hipóteses sobre as ações dos sujeitos e, também, identificar ambiguidades e contradições presentes tanto nas condutas individuais como nos processos e estruturas sociais (Idem, p. 548).

Um questionamento importante, o qual é imprescindível para que os alunos entendam as suas próprias historicidades. De acordo com Saviani (2006, p. 8), “a História emerge, pois, como um problema não apenas prático, mas também teórico. O homem, além de um ser histórico, busca agora apropriar-se da sua historicidade”. Escolhemos, por fim, historicizar o mundo do trabalho. Pretendemos, assim, realizar uma atividade que busque trabalhar as diferenças entre o passado e o presente, tendo como foco as mudanças e as permanências no mundo do trabalho. Se não abordarmos como as relações de trabalho são construídas historicamente, a impressão que sempre resistirá é a de que elas são naturais. Esse entendimento contradiz algumas das competências esperadas de um aluno ou uma aluna do Ensino Básico, de acordo com a BNCC (2018, p. 558), a saber:

- Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
- Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
- Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

A justificativa, portanto, reside no campo da legislação educacional, no sentido de que existem objetivos a serem cumpridos (e não estão), bem como na aplicação de uma nova maneira de construir a aula de História, ou seja, a partir da aula-oficina, partindo da experiência dos discentes e usando fontes.

O CONTEÚDO DE HISTÓRIA DO BRASIL CAFEIEIRO DO SÉCULO XIX NOS LIVROS DIDÁTICOS

O livro escolhido para ser utilizado no presente artigo faz parte da coleção “História, Passado e Presente: Do Mundo Moderno ao Século XIX” da Editora Ática, para o 2º ano do Ensino Médio, utilizado nas escolas públicas do município de Três Pontas. Ele traz fatos históricos extremamente resumidos, são poucos os pontos onde os temas abordados podem se encontrar historicamente, são capítulos ‘soltos’ que apesar de certa linearidade, é vazio de informações.

No capítulo 14, página 240, encontramos uma breve abordagem ao café, voltado muito mais ao viés econômico do que ao social, demonstrando a concentração da economia se deslocando da região nordeste onde se cultivava cana-de-açúcar para a região sudeste, com o aumento de plantações que contemplassem o consumo. Há um mapa, onde demonstra a expansão do café nos estados do Rio de Janeiro em São Paulo nos séculos XIX e XX, Minas Gerais também aparece, mas sem destaque. (Vide imagem abaixo)

Imagem 1

Há um breve parágrafo que contempla o processo de expansão:

“[...] muitos quilômetros da mata Atlântica foram derrubados para que fazendas de café pudessem se estabelecer e os indígenas que ali vivam foram dizimados ou expulsos. Os pequenos posseiros que se encontravam na região com suas lavouras de subsistência tiveram um destino similar.” (pág. 241)

Assim, podemos destacar o que foi citado anteriormente, as explicações e comentários são vagos, não abrem espaço para o diálogo e não aprofundam questões que afetam diretamente o ensino sobre a chegada do café na região. Nos séculos citados no mapa, já havia grande produção de café na região sul das Minas Gerais, que havia perdido há tempos força na mineração e buscava melhorar a economia com base na agronomia.

A FAZENDA E AS SUAS FONTES

Em visita realizada no dia vinte de março de 2021, foi possível observar o pacato cotidiano da Fazenda Pedra Negra, que para além de grande produtora de café, se faz também como repouso dos turistas curiosos em entender um pouco mais sobre a região. Logo na entrada, é possível observar o belo prédio que abrigava o Museu do Café – *abrigava* porque há cerca de 2 anos, o museu teve de ser desmontado por falta de recursos – hoje, dá lugar a um espaço novo, utilizado para abrigar diversas festividades do município.

Imagem 2

O prédio por si só já se faz fonte, uma vez utilizado para abrigar um pedaço de memórias e instrumentos de trabalho utilizados na chamada “panha de café”, brevemente citado por Ana Luiza Martins, em seu livro “História do Café”: “[...] elas seguem em caminhões para a ‘panha do café’, expressão usada por elas mesmas para referirem-se à sua atividade na colheita do grão.” (pág. 273)

A autora ressalta nesse capítulo a importância e o trabalho das mulheres nas lavouras de café, e a expressão criada por elas, ainda muito usada nas falas dos trabalhadores desse segmento.

Logo após encontramos a Casa Sede, tida como uma das maravilhas do município, pelo seu azul admirável, que ganha um destaque ao redor de tanto verde vindo das plantações de café e área de reserva. O prédio, datado do final do século XIX resiste bravamente às amarguras do tempo, conforme imagens abaixo, podemos analisar o exterior e interior do prédio, vistos pela minha ótica que buscava nessas fotos a melhor forma de expor os detalhes da Fazenda. Totalmente reformado por fora, agora os donos do local buscam uma forma de restauração das pinturas originais na parte interior, que foram cobertas por diversas camadas de tinta ao longo dos anos.

Imagem 3

Imagens 4 e 5

Os objetos que antes faziam parte do museu, estão espalhados pela Fazenda, de maneira a despertar o imaginário dos visitantes e hóspedes, antigos utensílios de cozinha, objetos de uso do cotidiano nos fazem pensar que também somos partes uma História que deveria estar em sala de aula, deveria estar nos vestibulares e debates sobre o tema.

Busquei fotografar os objetos de maneira a não movê-los dos espaços escolhidos pelos donos da Fazenda, porque de certo modo, aquele local não fora escolhido à toa, ou que fosse, busquei trazer nesse presente trabalho, a realidade da História local e o modo como tratamos as fontes e objetos. Em um dos espaços que concentram parte dos objetos, há um pilão d’água, também conhecido como *monjolo*, no momento das fotos desativado, mas que por anos serviu para socar grãos e alimentar as famílias que vivem ao redor da Fazenda.

Imagens 6 e 7

No antigo museu, havia algumas placas contendo uma breve história sobre o café na região, trabalho inclusive feito em parceria com a UFMG enquanto ainda “campus fundacional”, o ano não é citado, e o dono da Fazenda não se recordava com clareza. Agora essas placas se encontram no paiol.

Imagens 7 e 8

Dessa forma, pode se utilizar de vários locais, objetos, informações e até paredes para que a História da Fazenda seja contada, buscando normalizar cada vez mais o acesso ao nosso passado e a maneira como tratamos ele com relação ao ensino de História.

PLANO DA AULA-OFFICINA

Nosso objetivo principal na aula-oficina é ensinar a História do Brasil do século XIX, a partir da perspectiva local. A esse objetivo acrescentemos:

1. Contribuir para um conhecimento mais amplo e crítico da história, desenvolvendo o autoconhecimento e autoestima dos alunos envolvidos;
2. Explorar fontes históricas na aprendizagem em História;
3. Afirmer valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza.

Desse modo, esse plano é elaborado de forma a despertar o imaginário dos alunos ao tirá-los do ambiente escolar e leva-los diretamente à fonte para buscar conhecimento, utilizando os sentidos tais como visão, tato e olfato ao presenciarem o momento de total contato com a Fazenda, que compõe direta e indiretamente a sua história.

Num primeiro momento seria proposto aos alunos que ficassem descalços para que pudessem ter como dito anteriormente, um total contato com a fonte, despertaríamos ali vários sentimentos, de desconforto, de prazer e indiferença, o que marcaria melhor cada momento vivido e palavra dita. Dando seguimento, atentaríamos os olhares para que marcassem diferentes visões sobre aquele lugar, os deixando livres para caminhar e buscar o que melhor agradaria os olhos, em conjunto com o estímulo a prestar atenção nos diferentes cheiros que o contato direto com a natureza traria.

Nesse ponto, ouvir os alunos seria de total importância para estimular o raciocínio, buscando mostrar que também são detentores e parte de uma história real, dessa maneira o

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

conjunto aplicado passa a ser algo comum a eles, estando próximo e presente, constituindo parte da sua realidade.

Levando em consideração a não existência de um prédio para o museu, e com os objetos colocados em diferentes pontos da Fazenda, conseguimos mostrar aos envolvidos que para serem lembrados, não há necessidade de estarem nos altares e paredes dos museus.

Anexos:

Imagem 1



Adaptado de: ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1996.

Acesso em 21/06/2022 16:30 https://api.plurall.net/media_viewer/documents/1637999

Imagem 2



Antigo Museu do Café. Foto: Brenda Castelari

Imagem 3



Lateral da Casa Sede. Foto: Brenda Castelari

Imagens 4 e 5



Paredes da sala de entrada da Casa Sede, em primeiro teste de restauração.
Foto: Brenda Castelari

Imagens 6 e 7



Tacho de cobre e grandes utensílios que auxiliavam o preparo dos alimentos.
 Foto: Brenda Castelari

Imagens 7 e 8



Placa com agradecimentos e informações sobre o trabalho desenvolvido / Breve história do café no Brasil. Foto: Brenda Castelari

O uso dos Role-Playing Games no ensino de história: um relato de experiência¹⁰⁴¹

Leonardo Marques Tórres

graduando em História na Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Frente à situação da pandemia provocada pela COVID-19, as instituições de ensino buscaram adaptar-se em ordem de dar continuidade às formações escolares e acadêmicas dos discentes. Dessa forma, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi rapidamente adotado como alternativa para a situação atípica. Durante este período, as limitações tecnológicas e a baixa participação dos estudantes destacaram-se como desafios para o ensino. Sendo assim, este artigo discute a utilização de jogos, em especial os Role-Playing Games (RPG), como forma de despertar o interesse dos estudantes. Para isso será feito um relato de experiência de uma aula-aventura, ministrada no ano de 2020, como forma de discutir as potencialidades e limitações desse formato como material didático.

Introdução

O início do ano de 2020 foi marcado por situações atípicas nas variadas esferas educacionais. O fechamento das escolas e universidades, provocado pela pandemia de COVID-19, também fez com que estas ressurgissem em um formato online, cercado de barreiras e incertezas, conhecido como Ensino Remoto Emergencial (ERE)¹⁰⁴². Logo no início, tais barreiras já apareciam, sendo algumas delas o acesso limitado a tecnologias e recursos necessários, dificuldade no manejo destes, no uso das novas plataformas de ensino — seja por parte dos docentes ou dos discentes —, o aumento no número de casos de depressão e ansiedade provocados pelo distanciamento e, por fim, dificuldade de adaptação ao novo formato em que seria necessária mais autonomia e amadurecimento dos estudantes.¹⁰⁴³

Nesse quesito entende-se que as atividades e deveres dos docentes não se limitam a apenas disseminar o conteúdo das grades curriculares, ou seja, além das temáticas previstas nas matérias escolares, também são responsáveis por desenvolver habilidades como a interação, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes.¹⁰⁴⁴ Ainda assim, nesse modelo educacional emergencial, em que o convívio presencial não se faria possível, o desenvolvimento de tais habilidades se mostrou cada vez mais desafiador. Mesmo que não haja uma resposta definitiva acerca de qual caminho seria o ideal a ser seguido, uma das visões que se tinha era de estabelecer um maior protagonismo

¹⁰⁴¹ Este artigo é um resultado parcial de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “Uma História da Educação do Tempo Presente: o Ensino Remoto Emergencial no Centro Pedagógico da UFMG”, financiada pelo CNPq e coordenada pela professora Alessandra Soares Santos (CP/UFMG).

¹⁰⁴² Sigla adotada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o intuito de denominar o momento de ensino remoto que se estendeu pelos anos de 2020 e 2021.

¹⁰⁴³ FONSECA, G. C. da.; SILVA, J. V. F. dos S.; ARANTES, A. L. M.; LIMA, I. F.; ALMEIDA, V. H. C.; PANIAGO, R. N. . As vozes de alunos do ensino médio acerca do ensino remoto emergencial: possibilidades e desafios na aprendizagem. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e32210817436, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17436, p. 2.

¹⁰⁴⁴ PAULINO, Maria Janorma da Silva; SOUSA, Felipe Neris Torres de. A Prática Docente em Tempos de Pandemia: Desafios do Ensino Remoto na Educação Infantil. *Id on Line Rev. Psic.*, Outubro/2021, vol.15, n.57, p. 269-283, ISSN: 1981-1179, p. 273.

por parte dos discentes na construção do conhecimento.¹⁰⁴⁵ É necessário ressaltar, também que este ajuste se deu por conta da dificuldade de contato entre professores e estudantes, não necessariamente uma mudança planejada e que, apesar da necessidade da autonomia dos discentes, não deve ser vista como uma prática de metodologias ativas, pois que a emergência do modelo não possibilitou o desenvolvimento e a atenção às individualidades que permeiam essas práticas.

Dessa forma, notam-se que as metodologias e dinâmicas utilizadas anteriormente em ambiente presencial, rapidamente necessitaram ser reformuladas, haja vista que não necessariamente caberiam num modelo online onde as condições não seriam as mais propícias ao estudo, seja por limitações do próprio meio que exige que as informações sejam mais dinâmicas ou pelas limitações estruturais em que muitas vezes os estudantes não possuíam um ambiente próprio para estudar em casa.¹⁰⁴⁶

Tendo isso em vista, defende-se o estímulo à interação e autonomia dos estudantes por meio do uso de jogos, levando-se em consideração que são uma forma lúdica dos docentes fomentarem tais questões no ambiente escolar — ou remoto —, estimulando o processo de autoconhecimento, relações sociais e culturais.¹⁰⁴⁷ Sendo assim, o presente artigo discute os jogos, em especial o RPG, uma forma lúdica e interativa de trabalhar o ensino de história na educação básica. Para isso, será discutido o uso de jogos como recurso pedagógico, em especial o RPG no ensino de história, por meio do relato de experiência de uma “aula-aventura”, ministrada em 2020, com estudantes do sétimo ano do Centro Pedagógico (CP).

O Centro Pedagógico e a Formação Docente

A partir disso, destaca-se a sala de aula como um lugar de experimentações, onde o docente, juntamente dos discentes, experimentam e desenvolvem novos meios de aprendizagem.¹⁰⁴⁸ O Centro Pedagógico, logo em sua concepção, foi “idealizado para ser um centro de formação e preparação de professores de todos os graus, inclusive de ensino superior”.¹⁰⁴⁹ Apesar de não ter sido explorada a formação docente para o Ensino Superior, a escola se estabeleceu como um colégio de aplicação da UFMG, voltado para a formação de professores da educação básica. Dentre os projetos desenvolvidos no CP, destaca-se o Programa de Imersão Docente (PID), onde os licenciandos experienciam variados âmbitos da docência — seja acompanhando as turmas em sala de aula, momentos de intervalo, reuniões com professores e desenvolvimento dos Grupos de Trabalho Diversificado (GTD)¹⁰⁵⁰ — aprofundando seus conhecimentos e vivências escolares, em um formato de residência pedagógica.

Apesar da inesperada situação, o Centro Pedagógico se mostrou uma escola diferenciada em relação à forma com que lidou com as dificuldades impostas pela pandemia. Logo em março foram disponibilizadas cestas básicas mensalmente para as famílias que necessitassem, assim como

¹⁰⁴⁵ FONSECA et al. As vozes de alunos do ensino médio acerca do ensino remoto emergencial: possibilidades e desafios na aprendizagem, p. 8.

¹⁰⁴⁶ FONSECA. As vozes de alunos do ensino médio acerca do ensino remoto emergencial: possibilidades e desafios na aprendizagem, p. 9.

¹⁰⁴⁷ PAULINO; SOUSA. A Prática Docente em Tempos de Pandemia: Desafios do Ensino Remoto na Educação Infantil, p. 272.

¹⁰⁴⁸ COSTA, Marcella Albaine Farias da. Ensino de história e games: dimensões práticas em sala de aula. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2017. - (Educação, tecnologia e transdisciplinaridade). 125 p.; p. 24.

¹⁰⁴⁹ SANTOS, A. S. “Uma experiência interrompida: o Colégio Integrado do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (1971)”. Cadernos de História da Educação, v.21, p. 1 - 25, e061, 2022 | 2. BOSON, 1998, p. 91 apud SANTOS, 2022, p. 4.

¹⁰⁵⁰ Parte das atividades previstas pelo Projeto Imersão Docente, é um momento dedicado ao graduando em que este oferece um curso para os estudantes, orientado por um professor da instituição, como forma de praticar a docência com turmas de Ensino Fundamental.

também apoio psicossocial para os discentes e familiares. Em relação ao retorno online foram publicados editais de empréstimo de notebooks e de custeio de planos de internet para estudantes que não tivessem os equipamentos adequados. Dessa forma, o CP assegurou que os discentes tivessem plenas condições de participação das atividades remotas ao longo dos anos em que as práticas presenciais não foram possíveis.

Tive a oportunidade de participar desse programa entre 2020 e 2021, acompanhando uma turma de 7.º e, posteriormente 8.º ano. Pelas limitações do formato remoto emergencial, não foi possível vivenciar a experiência do GTD, ainda assim, houve muitas oportunidades para conduzir e elaborar aulas ao longo desse período, como a que será discutida neste artigo.

Uso de jogos na educação básica

Se tratando especificamente dos jogos, é necessário ter em mente que se definem como:

Uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana”.¹⁰⁵¹

Algo interessante de se observar na definição de Huizinga é a necessidade dos jogos de se diferenciarem do que seria a vida cotidiana, pois o uso de jogos como forma de escape — que já era frequente entre os jovens nativos digitais — se mostrou muito presente durante a pandemia, haja vista o crescimento no número de downloads e de usuários ativos simultaneamente em variados jogos ao longo da pandemia.¹⁰⁵² Dessa forma, a incorporação de tais práticas à metodologia de ensino se mostra um meio de despertar o interesse dos discentes — algo desafiador antes da pandemia e principalmente durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE) —, haja vista que seria algo mais próximo da realidade com a qual se inserem.¹⁰⁵³

Ressalta-se, também, que apesar de diferenciar-se do cotidiano, Maria Thereza C. C. de Souza chama atenção para o “brincar simbolicamente”¹⁰⁵⁴ que, segundo a autora, além do exercício do lúdico, por meio da brincadeira, os jogos simbólicos seriam também uma forma de praticar o conhecimento do mundo por meio das representações, podendo, então, desenvolver a socialização e o desenvolvimento afetivo do indivíduo. Aliado a isso, a autora também alerta para o conjunto de normas, onde o indivíduo “gradativamente assimila as regras e as relações sociais”,¹⁰⁵⁵ sendo, portanto, os jogos simbólicos, ou interpretativos, possibilidades de exercitar na criança as noções e interpretações de regras e condutas.

É importante evidenciar a necessidade da dimensão lúdica, não somente na escola como também na vida. Sobre isso, tem-se:

Negar o universo simbólico lúdico, sob o argumento de que esse não é o papel da instituição escolar, é negar o trajeto do desenvolvimento humano e sua inserção cultural. É desviar a função da escola do processo de construção de valores e de um sujeito crítico,

¹⁰⁵¹ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. Tradução: João Paulo Monteiro. Revisão: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora Perspectiva, (1938) 2001. 4 edição - reimpressão, p. 33.

¹⁰⁵² VICENTE, Pedro. *Minecraft, Roblox, Fortnite e os jogos na pandemia*. Showmetech, 2021. Disponível em: <<https://www.showmetech.com.br/jogos-na-pandemia/>>. Acesso em: 10/04/2022.

¹⁰⁵³ MOTA DE OLIVEIRA, F. O uso do role-playing game como material didático nas aulas de história em relatos experimentais de professores-historiadores. *Revista Ensin@ UFMS*, v. 1, n. 5, p. 72-93, 29 dez. 2020, p. 78.

¹⁰⁵⁴ SOUZA, Maria Thereza C. C.. Os jogos e o Simbolismo infantil: Inteligência e afetividade em ação. *Jean Piaget no século XXI: Escritos de Epistemologia e Psicologia Genéticas*. Marília: Oficina Universitária, p. 73-86, 2011, p. 77-78.

¹⁰⁵⁵ SOUZA. Os jogos e o Simbolismo infantil: Inteligência e afetividade em ação. *Jean Piaget no século XXI: Escritos de Epistemologia e Psicologia Genéticas*, p. 80.

autônomo e democrático. É negar, principalmente, as possibilidades da criatividade humana. Por isso, é preciso ousar. Infinitamente ousar brincar na escola.¹⁰⁵⁶

O que se destaca neste trecho é a instituição escolar como formadora de sujeitos críticos e autônomos, algo que a BNCC¹⁰⁵⁷ também estabelece como objetivo da história no ensino fundamental, sendo uma das formas de alcançar esse objetivo a exploração do universo lúdico, como aponta Vasconcelos.

A proposição de atividades lúdicas durante as aulas remotas foi uma alternativa bastante explorada, seja por meio dos jogos ou da “gamificação”,¹⁰⁵⁸ como forma de superar a falta de interação e participação dos discentes nas atividades síncronas virtuais. Sendo, então, o uso de jogos no ensino uma forma de aproximação com elementos que despertam um interesse maior dos estudantes para os conteúdos escolares. Ainda assim, destaca-se que não se deve restringir as práticas lúdicas apenas ao ambiente virtual, a exploração de elementos lúdicos deve estar presente na prática docente, seja virtual ou presencial.

O que é o RPG e relato de experiência

Em 1973 veio à público o que seria tido como o primeiro RPG, “Dungeons & Dragons”, com um grande diferencial de controle individual de personagens e um embasamento em uma literatura fantástica medieval.¹⁰⁵⁹ O interessante de se pensar acerca dos “Role-Playing Games” (RPG), desde sua criação, não são jogos convencionais em que se existe algo pronto e bem delimitado, na realidade são “um método para criação de histórias dentro de universos ficcionais que vão sendo explorados coletivamente”¹⁰⁶⁰. Dessa forma, independente da temática em que se baseia a história, a construção coletiva e a autonomia no controle de personagem, tendo sempre em vista suas características e limitações ao longo da composição do enredo.

Seja um RPG criado pelo próprio docente ou algum já existente, faz-se necessário justificar a utilização destes como materiais didáticos:

O RPG de mesa se apresenta como uma boa opção de material didático na nossa concepção porque abrange etapas do conhecimento tradicionalmente aceitas como eficientes: como a leitura, o trabalho em equipe, a produção textual, o estímulo ao raciocínio crítico, além de estimular a criatividade e a solução de problemas.¹⁰⁶¹

Sendo um jogo que “busca associar-se à aquisição de conhecimento”¹⁰⁶², exige de seus jogadores, portanto, que construam uma bagagem de noções acerca da temática onde se ambienta o jogo em ordem de conseguir uma elaboração de narrativa coesa e condizente com as normas e limitações impostas previamente pelos jogadores. Ainda assim, vale ressaltar que, apesar de serem formas lúdicas de trabalhar o conhecimento histórico, tais práticas têm melhor funcionamento

¹⁰⁵⁶ VASCONCELOS, 2006, p. 58-59, apud COSTA. Ensino de história e games: dimensões práticas em sala de aula, p. 28.

¹⁰⁵⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 400.

¹⁰⁵⁸ FONSECA et al. As vozes de alunos do ensino médio acerca do ensino remoto emergencial: possibilidades e desafios na aprendizagem, p. 9.

¹⁰⁵⁹ VASQUES, Rafael Carneiro As potencialidades do RPG (Role Playing Game) na educação escolar / Rafael Carneiro Vasques – 2008 179 f. 30 cm. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, p. 1.

¹⁰⁶⁰ VASQUES. As potencialidades do RPG (Role Playing Game) na educação escolar, p. 15.

¹⁰⁶¹ MOTA DE OLIVEIRA. O uso do role-playing game como material didático nas aulas de história em relatos experimentais de professores-historiadores, p. 74.

¹⁰⁶² VASQUES. As potencialidades do RPG (Role Playing Game) na educação escolar, p. 2.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

quando ligadas a outros meios de aquisição do conhecimento, como a leitura e análise de fontes¹⁰⁶³, ou seja, não é algo a ser utilizado isoladamente.

Tendo isso em vista, o planejamento, portanto, seria utilizar um RPG de criação própria, aliado a outras formas de ensino. Para isso, foi proposto que o professor regente trabalhasse a temática do Brasil Colonial com os estudantes e, ao final, seria então ministrada por mim uma “aula-aventura” como proposta de exercitar os conteúdos vistos nos últimos meses e trabalhar a empatia histórica de uma forma lúdica com os estudantes.

Dado o contexto remoto, o material foi feito a partir da ferramenta Google Formulários que, apesar de não ter sido pensada para a composição de jogos, possibilita, de uma maneira facilitada, a criação de múltiplos caminhos e possibilidades de escolhas e, então, seria uma ferramenta mais fácil de aprender e manipular que as plataformas convencionais de criação de jogos. Sendo assim, a turma seria exposta a situações problemas em que ao menos dois caminhos distintos poderiam ser escolhidos, cada um guiando a rumos distintos da narrativa (FIGURA 1).

Figura 1

Este formato se aproxima da estrutura de um RPG livro-jogo onde os caminhos já estão pré montados e cada escolha direciona os jogadores para trechos distintos da história, compondo-se assim, uma narrativa única em cada jogo. Defendo a utilização deste formato por possibilitar a participação de um número mais elevado de jogadores e demandar um tempo menor para a conclusão da narrativa, sendo, portanto, um formato mais adequado para utilização em sala de aula sem necessariamente demandar que seja feito um projeto durante todo o semestre para conclusão da dinâmica.

Com os objetivos traçados, o próximo passo seria a produção do material didático e, para isso, tem-se em vista que:

O Role-Playing é um material didático que o professor pode produzir e personalizar para os seus próprios objetivos, com muita facilidade, bem como também é acessível nesses termos para os próprios alunos. Convém pontuar que a simulação do passado que às vezes se realiza durante um jogo interpretativo não se confunde com a tentativa de “recriar o passado”, o que seria impossível, mas sim de ressaltar justamente a diferenciação a partir da imaginação. Essa dramatização deve gerar alteridade, que é algo importante para a construção do saber histórico, até porque permite pensar comparativamente.¹⁰⁶⁴

Ou seja, o material deveria partir de um exercício de empatia histórica enquanto possibilite construir uma narrativa condizente com o tempo histórico estudado. Sobre isso, faz-se uma relação com o ofício de “fazer história”, destacado pela BNCC¹⁰⁶⁵, em que a constituição do “Eu, do Outro e do Nós” — como um exercício da alteridade — se mostra como algo essencial para a história como forma de promover nos estudantes a capacidade de comunicação e de resolução de conflitos e conciliações.

Tem-se, então, como objetivo estimular essas habilidades nos estudantes com a utilização do RPG como material didático. Para isso, foi utilizado como base a lenda de Chico Rei, tanto por ser uma lenda da tradição oral brasileira que contempla temáticas de discussão exigidas pela

¹⁰⁶³ MOTA DE OLIVEIRA. O uso do role-playing game como material didático nas aulas de história em relatos experimentais de professores-historiadores, p. 73.

¹⁰⁶⁴ MOTA DE OLIVEIRA. O uso do role-playing game como material didático nas aulas de história em relatos experimentais de professores-historiadores, p. 79.

¹⁰⁶⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 397-398.

BNCC para turmas de sétimo ano¹⁰⁶⁶, quanto por existirem recursos audiovisuais variados acerca dessa temática. Ainda que não seja algo de suma importância para a dinâmica do RPG, o uso de recursos imagéticos, a meu ver, auxilia na imersão dos estudantes na narrativa, já que ajuda a desenvolver uma noção do cenário onde se passa história colaborativa e dos personagens que a compõem também.

Como foi uma experiência ministrada em 2020, havia algumas limitações impostas pelo modelo remoto emergencial. Dentre estas destaca-se a limitação de tempo, já que as aulas síncronas no Centro Pedagógico tiveram duração mais curta que as convencionais, e as limitações de contato e interação que ocorreram durante todo o ERE. Tendo isso em vista, foi decidido que seria utilizado apenas um personagem controlável — Chico Rei — e que todos os estudantes, portanto, tomariam as ações do jogo baseadas neste personagem e suas características e, dessa forma, seria possível compor uma história no curto tempo de duas aulas.

Já em relação às limitações de interação, optei por utilizar a ferramenta de criação de enquetes, da plataforma BBB, vinculada ao moodle, — onde aconteciam as aulas do CP nesse período —, com forma de estimulá-los a selecionar os caminhos que gostariam que fosse tomado e tentassem debater quais seriam as decisões mais lógicas em relação ao contexto em que se passou a narrativa. Ou seja, as opções mais votadas nas enquetes eram escolhidas no Google Formulários, já que ao contrário dos tradicionais, o RPG para fins pedagógicos tende a priorizar a resolução de problemas e tomada de decisões e caminhos como forma de compor a história¹⁰⁶⁷.

A aventura, ao contrário da lenda, não começaria com o personagem já na condição de rei. Como forma de introduzi-los ao personagem e à dinâmica do RPG, optei por não seguir à risca a lenda, tanto por ser uma tradição oral com versões distintas quanto pelo fato do RPG não ser uma tentativa de recriar de maneira fidedigna o passado¹⁰⁶⁸. Dessa forma, os primeiros passos foram um período de amadurecimento do personagem, onde os estudantes teriam contato com um dos cenários, o Congo, e com algumas dinâmicas do próprio povo e suas necessidades, como o culto à divindade, decisões políticas e sociais, responsáveis também pelos caminhos que o personagem faria antes de se encontrar na posição de rei. Neste início, apesar de muita participação por meio das votações, ainda se mostravam poucas discussões pelos chats de voz e de texto da plataforma BBB. Compreendido, então, o formato do jogo, os estudantes passam a guiar suas decisões baseadas em Galanga, suas características, e em seus conhecimentos sobre o período colonial brasileiro trabalhados ao longo do semestre e, partindo dessa vivência, algumas situações problema ocorridas ao longo do jogo serão evidenciadas e discutidas em seguida.

Uma comunidade vizinha decide invadir e tomar para si a região do rio Virunga, aquele onde você teve tantos momentos de diversão na sua infância e que pertenceu ao seu povo por séculos. Você decide tentar chegar em um acordo com o líder deles, mas infelizmente não resulta em nada e uma guerra parece ser a única alternativa. Rapidamente você reúne com seus guerreiros para discutir qual passo deveria ser tomado.

- E se fizermos uma emboscada, atacarmos no meio da noite quando menos esperarem? Teremos total vantagem! — Diz um de seus homens.

¹⁰⁶⁶ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, p. 417.

¹⁰⁶⁷ MOTA DE OLIVEIRA. O uso do role-playing game como material didático nas aulas de história em relatos experimentais de professores-historiadores, p. 76

¹⁰⁶⁸ MOTA DE OLIVEIRA. O uso do role-playing game como material didático nas aulas de história em relatos experimentais de professores-historiadores, p. 79.

- Talvez seja melhor esperarmos eles atacarem. Quando vierem estaremos preparados! — Sugere outro homem presente¹⁰⁶⁹

Este trecho retirado do material é parte da primeira situação onde a discussão se faria mais presente. Seja algo ficcional ou em relatos factuais, nós, professores, criamos narrativas e, apesar deste trecho em específico não abarcar algo puramente histórico, o exercício de expô-los a situações-problemas busca incentivá-los a utilizar a empatia histórica e a discutirem entre si quais poderiam ser possíveis caminhos plausíveis para a resolução de conflitos. Partindo dessa exposição temos: “De madrugada talvez eles não esperem!” (ESTUDANTE 1). Outro estudante também abre o microfone para apresentar uma visão contrária: “Se a gente esperar o ataque, vamos lutar no nosso território, isso pode ser melhor” (ESTUDANTE 2). Destacam-se estas falas pelos estudantes terem aberto o microfone para se posicionar, ainda assim, faz-se necessário reiterar que na maioria das vezes o grupo se pronunciava, seja por texto ou por voz no aplicativo Conferência Web.

Após interações pelo chat de texto e as falas destacadas, a opção escolhida pela maioria é o ataque furtivo, ainda assim perdem a guerra e acabam capturados, dando início à história segundo a tradição oral. Apesar de não ser uma situação que aborde necessariamente questões históricas, exercitam-se as habilidades presentes na BNCC de comunicação e argumentação dos estudantes que, depois da discussão tida entre eles, decidiram o caminho do personagem por meio do voto.

Já na condição de cativo, passa-se a utilizar trechos e imagens do filme Chico-Rei, produzido na década de 80. Sendo assim, como feedback às escolhas feitas, determinados trechos poderiam ser exibidos e discutidos entre os estudantes. O primeiro trecho exibido foi o momento em que Galanga é batizado como Francisco. “Após essa cerimônia desconhecida em que um homem te nomeia Francisco, você e seu povo são levados para um barco sem nenhuma certeza de quem são essas pessoas, para onde vão e como será o futuro” (PROFESSOR). Nessa situação surge o questionamento: “Por que Francisco?” (ESTUDANTE 2). Outra estudante explica que “Não reconhecem a gente como somos” (ESTUDANTE 3). A turma identifica tal situação como uma forma apagar a identidade cultural do personagem, sendo tal momento um exercício da competência 4 para o ensino de história da BNCC¹⁰⁷⁰.

Prossegue-se o jogo:

Por dias você e seu povo ficam presos no navio sem saber para onde estão sendo levados, quase não tem espaço, todos ficam apertados e dão pouca comida e água. Os aspectos de higiene do barco misturados com a pouca alimentação faz com que alguns dos seus morram, fato que te deixa furioso! De repente, o estopim: um homem branco começa a provocá-los¹⁰⁷¹.

Mais um trecho do filme é exibido e, com ele, um estudante afirma que “A vida nos navios negreiros parecia muito dura” (ESTUDANTE 4). O comentário apontando o nome da embarcação pode ser vista como um anacronismo ou apenas um comentário pertinente, mas fora da imersão do jogo. De qualquer forma, Fernanda Mota de Oliveira¹⁰⁷² salienta que nesse tipo de proposta isso é comum que aconteçam anacronismos por se tratar de diálogos de improvisação. Ainda assim, isso não deve ser um impeditivo para a utilização de RPGs em sala de aula, a discussão

¹⁰⁶⁹ TORRES, Leonardo Marques. RPG A lenda do Chico Rei, 2020 (Material Didático-Instrucional). Trecho retirado do material didático produzido. Ao longo do relato de experiência alguns destes serão utilizados, assim como também falas dos estudantes.

¹⁰⁷⁰ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, p. 402.

¹⁰⁷¹ TORRES, Leonardo Marques. RPG A lenda do Chico Rei, 2020 (Material Didático-Instrucional).

¹⁰⁷² MOTA DE OLIVEIRA. O uso do role-playing game como material didático nas aulas de história em relatos experimentais de professores-historiadores, p. 81-82.

de tais situações podem gerar momentos de aprendizado sobre a temática estudada. Em seguida afirma um estudante: “Eles não podem fazer isso com a gente!” (ESTUDANTE 1) e reitera o colega “Vamos para cima dele!” (ESTUDANTE 5). Nesse momento, após testemunharem esta situação de abuso, por parte dos portugueses, nota-se uma maior participação dos estudantes que, principalmente pelo chat, manifestavam suas visões acerca de qual decisão tomar. Curiosamente, nesse momento nota-se a visão de “nosso povo”, por parte de alguns estudantes, quando estes se expressavam pelo chat, sendo isso um possível indicativo de que estariam tentando se imaginar na perspectiva do personagem Galanga e pensando coletivamente.

Voltando ao jogo tem-se:

Você está na mina tentando encontrar ouro, seus braços tremem, suas pernas quase não te sustentam. Você está assustado, num ambiente completamente diferente, não sabe onde está sua família e seu povo nem se estão bem. Finalmente o dia chega ao fim e, ao sair da mina com os outros escravizados, você se depara com um homem, ele faz a revista em um escravizado para checar se ele não roubou ouro da mina e escondeu no corpo. Essa cena te chama a atenção e logo será a sua vez de ser revistado¹⁰⁷³.

Mais um trecho do filme é exibido, com ele surge uma pergunta inesperada: “professor, o sujeito que está revistando os outros é negro, por quê?” (ESTUDANTE 2). O interessante desse momento foi o notar a atenção ao detalhe, algo que pode ser tido como demonstração de envolvimento e interesse pela dinâmica do jogo, sendo estes objetivos parte da motivação para o uso de jogos e de elementos da gamificação nas práticas de ensino¹⁰⁷⁴. Infelizmente na ficha técnica não constava o ofício e detalhes do personagem, mas imagino se tratar de um negro livre trabalhando para o senhor de escravos e, ainda assim, o questionamento possibilitou a discussão acerca da complexidade econômica e social do período.

Outro momento chama atenção durante a dinâmica:

Mais um dia! Você descansa pouco, infelizmente com as longas jornadas de trabalho na mina quase não sobra tempo para repouso, seu corpo dói e a comida que recebe não é suficiente. Ainda assim, você é obrigado a voltar para a mina para conseguir ouro para seu senhor. Durante o exaustivo trabalho, um dos escravizados te alerta que a única forma de você rever seu povo seria por meio de uma alforria e, para isso, você terá que juntar dinheiro e a única forma é se arriscar escondendo ouro da mina. Você rapidamente se lembra da cena do outro escravizado sendo revistado e, por conta disso, você precisa lembrar qual parte do corpo o homem não revistou. Vocês devem escolher entre 4 opções: esconder na calça, na boca, no cabelo ou entre os dedos dos pés¹⁰⁷⁵.

Logo no início das votações uma estudante se pronuncia: “professor, eu acho que errei... Votei para escondermos no cabelo, mas lembro que lemos o livro pra estudar com o professor Júlio e nele falava que os escravos faziam de outra forma” (ESTUDANTE 6). Todas as opções recebem votos e pelo chat de texto outros estudantes também debatem qual escolha fazer. Destaco a fala da estudante por ir de encontro com a perspectiva de Vasques¹⁰⁷⁶ do RPG como um jogo relacionado à busca de conhecimento, já que, ao tomar sua decisão, a estudante em questão buscou amparo nas aulas que teve anteriormente. Ao fim, o personagem é revistado e não é descoberto, neste momento nota-se um sorriso e um certo alívio dos poucos estudantes com a

¹⁰⁷³ TORRES, Leonardo Marques. RPG A lenda do Chico Rei, 2020 (Material Didático-Instrucional).

¹⁰⁷⁴ COSTA. Ensino de história e games: dimensões práticas em sala de aula, p. 32.

¹⁰⁷⁵ TORRES, Leonardo Marques. RPG A lenda do Chico Rei, 2020 (Material Didático-Instrucional).

¹⁰⁷⁶ VASQUES. As potencialidades do RPG (Role Playing Game) na educação escolar, p. 2.

câmera ligada, pelo chat alguns também esboçam comemorações, sendo isso um sinal da prática da empatia histórica.

Ao fim da primeira aula, os estudantes se vêm novamente na mina e, enquanto estão lá, sons de picareta são utilizados como forma de aumentar a imersão da turma no espaço. É exibida, também, mais uma cena do filme *Chico Rei*, nela um dos escravizados que trabalhava na mina vem a óbito, por exaustão, devido às condições de trabalho. Após observarem a cena os estudantes votam para enterrar o falecido com a ajuda dos outros cativos presentes. Partindo dessa cena veio o questionamento: “O escravo que morreu, parecia mais jovem ou mais idoso?” (PROFESSOR). Prontamente a turma responde se tratar de um idoso e, a partir disso, iniciou-se um rápido exercício de interpretação¹⁰⁷⁷, tendo como objeto a cena em questão, com o intuito de discutir a expectativa de vida dos escravizados no Brasil, dadas as condições de vida e de trabalho de extrema precariedade, e, dessa forma, tem-se fim a primeira aula de maneira reflexiva.

A finalização do jogo passa para a semana seguinte, que já começa com uma pergunta curiosa: “Professor, se tivéssemos escolhido outra estratégia na guerra lá no Congo, o que teria acontecido?” (ESTUDANTE 1). A questão em si traz duas reflexões possíveis, sendo a primeira que os jogos despertam o desejo por perpassar por todos os níveis e caminhos¹⁰⁷⁸, fato que contribui para um aprendizado mais amplo. Já em relação à segunda, nota-se a presença do “se” indicando possibilidade, Costa¹⁰⁷⁹ também chama atenção para as narrativas dos jogos e como estas podem exercitar a empatia histórica nos estudantes à medida que se colocam na perspectiva de personagens históricos e desenvolvem caminhos, não necessariamente lineares, e com uma variedade de percursos. Tal situação pode estimular o pensamento crítico dos estudantes a partir de um exercício de análise crítica das decisões tomadas.

Caminhando para a conclusão da narrativa colaborativa, outro trecho interessante retirado do jogo é: “Você precisa pensar nos próximos passos, seu coração manda ir atrás do seu filho. Já a sua mente tem outros planos: tentar, com a ajuda da irmandade de Vila Rica, comprar a mina e com ela alforriar outros escravos” (PROFESSOR). Uma opinião dá início ao debate: “Poxa, gente, tanto tempo que não vemos o filho, acho melhor tentarmos ir atrás dele” (ESTUDANTE 7). Em seguida, o contraponto: “Mas nem sabemos onde ele está, pode ser em qualquer lugar” (ESTUDANTE 4) e completa a colega “Parece muito arriscado” (ESTUDANTE 6). Outras opiniões são colocadas no chat de texto, destaca-se neste ponto a percepção acerca das informações que o personagem possuiria ou não, sendo isso um indicativo de imersão na dinâmica feita.

Ademais, uma última situação-problema é colocada para a turma. Nela os estudantes são colocados para dialogar com quilombolas da região com o intuito de convencê-los a ajudá-los com o plano de libertação dos escravizados. Com a utilização de trechos do filme, é conduzida uma discussão acerca do modo de vida nos quilombos em comparação com as vilas que teriam um modo de vida mais europeu. Após assistirem aos recortes do filme e discutirem entre si, a turma não consegue adesão dos quilombolas, mas da discussão sobre liberdade surge uma afirmação: “Eles falaram que não acreditam nessa liberdade, já são livres no quilombo” (ESTUDANTE 3). Partindo da fala da estudante, entende-se que, por meio desta situação problema, foi possível exercitar a competência específica 4 da BNCC¹⁰⁸⁰, em que os estudantes identificariam visões de diferentes povos em um mesmo contexto.

¹⁰⁷⁷ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, p. 399 – 400.

¹⁰⁷⁸ COSTA. Ensino de história e games: dimensões práticas em sala de aula, p. 27.

¹⁰⁷⁹ COSTA. Ensino de história e games: dimensões práticas em sala de aula, p. 37.

¹⁰⁸⁰ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, p. 402.

Por fim, é feita a conclusão do jogo da mesma forma que termina a lenda oral, e, com isso, foi questionado à turma o que poderia representar esta história. Algumas palavras aparecem pelo chat da aula, dentre elas destacam-se: liberdade, esperança, cultura e resistência. Partindo destas hipóteses, nota-se que os estudantes tiveram um bom entendimento acerca da lenda e, ao fim, percebeu-se que a proposta do RPG teve uma boa recepção por parte dos estudantes e que a maioria buscou, empaticamente, tomar decisões e participar das discussões mesmo que houvesse limitações impostas pelo meio digital.

Conclusão

As limitações impostas pelo Ensino Remoto Emergencial exigiram rápida adaptação por parte dos docentes para um modelo completamente incerto. As consequências do ERE na formação educacional e no desenvolvimento social dos estudantes ainda há de ser pesquisada. Ainda assim, partindo da bibliografia produzida até então, nota-se que o uso de atividades mais lúdicas é uma aposta válida na busca por maior interação dos discentes, haja vista ser uma forma de se aproximar da realidade destes.

A utilização de Role-Playing Games no ensino de história se mostra uma forma promissora de exercitar conteúdos, habilidades e competências previstas pela BNCC para a Educação Básica — neste caso as competências 3, 4 e 5 —, assim como também a socialização e interação dos estudantes, algo de suma importância dado o contexto onde o desenvolvimento dessas capacidades não foi tão adequado quanto seria no ambiente escolar presencial. Além disso, tal formato de jogo se mostra ideal também por não demandar a utilização de recursos tecnológicos, que muitas vezes são extremamente limitados nas escolas¹⁰⁸¹.

¹⁰⁸¹ SANTOS, W. M. .; FERNANDES NETO, I. P. . Os desafios do ensino remoto em tempos pandêmicos: o uso das tecnologias digitais como recurso pedagógico . *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e405101523474, 2021, p. 2.

Anexo:

Figura 1

Mais uma jornada exaustiva



O trabalho começa cedo e sem descanso, você e os outros escravos trabalham por horas. De repente, em meio ao barulho das picaretas você escuta o barulho de algo caindo. (https://www.youtube.com/watch?v=Brbc4WyFhQw&ab_channel=DaCostaAtaareCarlos assistir de 47:50 até 48:20).

Antes de você conseguir pensar em um enterro, aparece o senhor de escravos na mina e diz que vai cuidar de tudo.

- Insistir para que você e os outros escravos possam organizar o enterro do morto.



- Deixar com que o senhor de escravos cuide da situação.



TORRES, Leonardo Marques. RPG A lenda do Chico Rei, 2020 (Material Didático-Instrucional).

A Reforma Protestante na Escócia: os reflexos no clássico entre Celtic e Rangers

Luísa Almeida de Paula,
mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e-mail: itsluisaalmeida@gmail.com

Resumo: A Reforma Protestante na Escócia, iniciada por John Knox e intensificada a partir do reinado de Maria Stuart, vai ser responsável por marcar a história do maior clássico de futebol do mundo: Celtic vs. Rangers. O Old Firm, como é chamado o clássico entre as duas equipes, é um reflexo da disputa política, religiosa e social que vai marcar toda a Escócia durante toda a idade moderna e contemporânea. A importância de se estudar o período da Reforma Protestante e localizá-lo na Escócia moderna para analisar uma disputa de clubes de futebol que tem efeitos até hoje, se dá pelo papel que as tradições ocupam nessa relação. Passado venerado, símbolos valorizados, continuidades e rupturas políticas drásticas compõem a Escócia antes, durante e após a Reforma Protestante no país, tendo seus reflexos impressos no futebol escocês. Para entender a dicotomia presente no Celtic Football Club e Rangers Football Club, o maior clássico de futebol escocês – e do mundo –, é preciso conhecer o contexto histórico da Escócia. O clássico tem sua origem em 1888, a primeira vez que há uma partida entre os dois clubes, mas suas raízes vem de séculos atrás, durante a Reforma Protestante de John Knox na Escócia. John Knox, a relação entre Inglaterra e Escócia e a emigração irlandesa no século XIX são três dos principais atores do Old Firm.

Palavras-chave: Reforma Protestante, Escócia, John Knox, Celtic Football Club, Rangers Football Club.

Introdução

A Reforma Protestante na Escócia, iniciada por John Knox e intensificada a partir do reinado de Maria Stuart, vai ser responsável por marcar a história do maior clássico de futebol do mundo: Celtic vs. Rangers. O *Old Firm*, como é chamado o clássico entre as duas equipes, é um reflexo da disputa política, religiosa e social que vai marcar toda a Escócia durante toda a idade moderna e contemporânea. Para entender a dicotomia presente no *Celtic Football Club* e *Rangers Football Club*, o maior clássico de futebol escocês - e do mundo -, é preciso conhecer o contexto histórico da Escócia. O clássico tem sua origem em 1888, a primeira vez que há uma partida entre os dois clubes, mas suas raízes vem de séculos atrás, durante a Reforma Protestante de John Knox

na Escócia. John Knox, a relação entre Inglaterra e Escócia e a emigração irlandesa no século XIX são três dos principais atores do *Old Firm*.

O jogo das identidades vai ser um elemento importante na configuração do clássico entre as duas equipes de Glasgow. Os nacionalismos, ideologia surgida a partir do século XIX, quando se consolidaram os Estados nacionais na Europa, vão servir para representar o ideal de pertencimento dos indivíduos para com suas nações. Como a Reforma Protestante na Escócia movimentou estruturas e sistemas antes estabelecidos, as identidades nacionais vão se configurar como um reflexo do movimento político-ideológico que Lutero iniciou em 1517, na Alemanha e chegou até a Escócia.

A Reforma Protestante na Escócia e o *Old Firm*

A Reforma Protestante de Lutero em 1517, não ficou restrita às fronteiras alemãs. A influência das cinco solas e das teses do monge alemão viajaram por toda a Europa, levando o protestantismo para os demais Estados nacionais. A doutrina reformada chega na Escócia por meio do principal nome do protestantismo escocês: John Knox. O pregador nasceu na Escócia no início do século XVI e recebeu ordenação sacerdotal antes de 1540 - a Reforma na Alemanha já em vigor. Knox nasceu em um berço católico mas abandonou a fé em troca das doutrinas protestantes que George Wishart pregava, após este ter conhecido o protestantismo na Alemanha. O protestante pregava as doutrinas protestantes pela Escócia e conseguia mais e mais adeptos à nova fé, criando uma tensão com a já estabelecida igreja católica escocesa. Em 1546, Knox vê Wishart ser condenado pelo cardeal Beaton, o lorde-chanceler da Escócia e um dos mais ferrenhos líderes da resistência à ascensão política do protestantismo na nação¹⁰⁸². Inconformado com a condenação do pregador, John Knox e outros discípulos conspiraram e assassinaram o lorde chanceler como vingança, por conseguinte, foram presos pelos franceses em 1547. Knox cumpre a pena estabelecida pela corte francesa e, uma vez livre, prefere se estabelecer na Inglaterra do que na Escócia, onde se aprofunda no calvinismo difundido amplamente no reino dos Tudor. Até sua volta definitiva para a Escócia, John Knox viaja por toda a Europa e entra em contato com vários reformadores - como Calvino - para aprender mais sobre a estrutura eclesial protestante e como resistir às pressões católicas.

¹⁰⁸² ALENCAR, Flávio Lemos. *Protestantismo e política na Escócia de Maria Stuart (1542-1567)*. Revista Aquinate, [s. l.], ed. 29, p. 3-22, 2016.

Knox volta à Escócia em um ambiente mais favorável à sua pregação, com o propósito de implantar o calvinismo e fundar a igreja presbiteriana escocesa, conseguindo reunir muitos apoiadores entre o povo e os nobres. No entanto, mesmo em um ambiente mais favorável, Knox adota uma postura anti católica muito intensa e violenta.

O protestantismo, particularmente o calvinismo dos presbiterianos, se difundia com considerável eficácia; John Knox, principal pregador presbiteriano, havia voltado à Escócia em 1555, conseguindo grande quantidade de adeptos e, com o apoio dos lordes da Congregação, organizando o presbiterianismo escocês como uma religião militante.¹⁰⁸³

Knox considerava os católicos como verdadeiros idólatras e afirmava, publicamente, que o extermínio dos idólatras era dever dos príncipes e magistrados cristãos, ou mesmo de qualquer crente individual.¹⁰⁸⁴ Em 1560, o reformador e seus discípulos iniciam, então, a Reforma na Escócia, estabelecendo algumas medidas e regras que deveriam ser seguidas pela população. Entre essas regras, Knox declara a missa ilegal, pondo fim ao domínio papal na Igreja escocesa; a Igreja Católica na Escócia é declarada extinta e seus bens são confiscados; o protestantismo é instituído como religião oficial do país, sendo a Igreja da Escócia - *Kirk* - sua representante. Com essa postura e influência do líder escocês, o partido protestante do país torna-se mais poderoso, como também, violento. Após sermão de John Knox, uma multidão saqueia a cidade, igrejas e mosteiros foram invadidos, pilhados e destruídos, cenas de pilhagem e devastação de igrejas e mosteiros partiram por diversas cidades da Escócia.

A Reforma Protestante fincou suas garras na Escócia com mais ferocidade do que em qualquer outro lugar da Europa. Quando os discípulos de John Knox se espalharam para o norte a partir de sua base em Glasgow e Edimburgo, esmagaram violentamente as cidadelas católicas, em alguns casos recorrendo à limpeza étnica. Sua teocracia executava estudantes de Edimburgo por duvidarem casualmente da existência do Senhor - e extirpou da sociedade a maioria dos vestígios do papismo. Ao final do século XVIII, Glasgow tinha 39 sociedades católicas e 43 anticatólicas¹⁰⁸⁵.

Segundo o Reverendo Hélio de Oliveira Silva¹⁰⁸⁶, a contribuição mais importante de Knox para a teologia protestante foi o seu conceito de relacionamento entre Igreja e Estado. Ele cria que

¹⁰⁸³ ALENCAR, *Protestantismo e política na Escócia de Maria Stuart (1542-1567)*, p. 9

¹⁰⁸⁴ ALENCAR, *Protestantismo e política na Escócia de Maria Stuart (1542-1567)*.

¹⁰⁸⁵ FOER, Franklin. *Como o futebol explica o mundo: um olhar inesperado sobre a globalização*. Franklin Foer; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

¹⁰⁸⁶ SILVA, Hélio de Oliveira. John Knox: o Reformador da Escócia. Captado em: http://monergismo.com/textos/biografias/knox-reformador_helio.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

Igreja e Estado perfaziam a mesma comunidade, ou seja, a reforma protestante não se imporia sem uma reforma política. Na época da Reforma, a religião do príncipe era a religião do povo, então, como Knox lutava contra o governo das rainhas católicas, achou um precedente no Antigo Testamento para a desobediência civil quando as autoridades do povo contradiziam a Lei Superior das Escrituras. A teologia de Knox era essencialmente calvinista, protestante e, por isso, era tão enfático em seus sermões contra a doutrina católica.

Em meio a esse turbilhão religioso, Maria Stuart assume o trono escocês. Tendo vivido na França por vinte anos, a escocesa católica volta à Escócia para tomar posse do trono real, encontrando forte oposição de John Knox. “As referências recorrentes ao Antigo Testamento nos discursos de Knox - em que Jezabel é Maria Stuart, os sacerdotes de Baal são os padres católicos, os idólatras são os fiéis católicos e o povo eleito são os presbiterianos”¹⁰⁸⁷.

O reinado de Maria Stuart vai marcar outro momento de grande tensão entre católicos e protestantes na Escócia, agora, com a Inglaterra e França envolvidas. Durante o reinado dos Jaimes na Inglaterra, a Escócia se alia à França em diversas guerras contra a Inglaterra. Maria Stuart, escocesa, casa-se com Francisco II, da França mas, após seu falecimento, volta para a Escócia a fim de ser coroada rainha. Em um ambiente desfavorável e pela falta de articulação política, Maria Stuart abdica do poder em favor de seu filho, Jaime VI, que vai ser coroado pelo líder da igreja presbiteriana escocesa, John Knox. Ao contrário de sua mãe, Jaime VI vai ser criado como um calvinista, impondo à religião um importante papel político e social no país, criando leis que banem qualquer manifestação contrária às crenças calvinistas.¹⁰⁸⁸ Jaime VI aproxima a Escócia da Inglaterra ao casar com Elizabeth I, unindo as coroas em 1603. Antagônicas, Escócia e Inglaterra vão formar alianças simbólicas e diplomáticas sob o reinado de Jaime VI.

Por mais que as tentativas de Jaime VI de aproximar Inglaterra e Escócia tivessem dado certo em nível institucional, o rei não conseguiu unir o povo, uma vez que os ingleses não toleravam serem governados por um rei escocês e os escoceses não tinham simpatia pelos ingleses.¹⁰⁸⁹ O conflito entre ingleses e escoceses se intensifica por alguns anos, com crises institucionais e diplomáticas, alterando demasiadamente o jogo político entre as nações. A política inglesa-escocesa vai se ver palco de uma disputa fundamentalista sem fim, com deposições e

¹⁰⁸⁷ ALENCAR, *Protestantismo e política na Escócia de Maria Stuart (1542-1567)*.

¹⁰⁸⁸ MARTIN, Beatriz; BELLINI, Higor Marcelo Maffei. *Não é apenas futebol: a história da Old Firm, a resistência cultural, existente no futebol escocês*. Revista Eletrônica Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, v. 14, ed. 2, p. 308-327, jul/dez 2020. Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/461>. Acesso em: 16 abr. 2021.

¹⁰⁸⁹ MARTIN; BELLINI, *Não é apenas futebol: a história da Old Firm, a resistência cultural, existente no futebol escocês*.

capturas de reis, conflitos militares e convulsão social, intensificando a disputa entre católicos e protestantes. Os escoceses se organizam para invadir a Inglaterra e depor o novo rei, Carlos I, filho de Jaime VI. Posteriormente, temos um período em que os protestantes tentam instalar um governo local com bases fundamentalistas, os católicos resistem e dão início a uma guerra civil, vencida pelos católicos. Por conta da vitória na guerra civil, os católicos iniciam os “Tempos de Morte”, uma época de aproximadamente oito anos em que os católicos fazem todo tipo de atrocidades contra os protestantes em todo território escocês. Jaime VII da Escócia (e II na Inglaterra) assume o trono e põe fim a esse período a fim de trazer convivência pacífica entre católicos e protestantes, que não se contentaram com esse apagamento do horror católico e vão se arquitetar, juntamente com os ingleses, para depor o rei Jaime e coroar o protestante Guilherme de Orange. “Guilherme de Orange foi muito bem assessorado e conseguiu estabelecer um governo protestante moderado no qual havia tolerância religiosa”.¹⁰⁹⁰ Após todos esses anos e disputas entre ingleses e escoceses, protestantes e católicos, em 1707 é promulgado o “Ato de União”, unindo a Inglaterra e a Escócia, dando origem ao Reino Unido.

Os nacionalismos vão fazer parte desse grande jogo político e religioso presentes no *Old Firm*. De um lado temos o *Celtic Football Club*, um clube irlandês-escocês que demonstra sua irlandezidade nos símbolos institucionais e durante as partidas do clube e, do outro, temos o *Rangers Football Club*, com forte orgulho inglês-escocês. O jogo das identidades vai desempenhar um papel fundamental no clássico, sendo reflexo das questões políticas envolvendo Inglaterra, Escócia e Irlanda a partir do século XVIII, retratadas a seguir.

A Revolução Industrial tem início na Inglaterra em meados do século XVIII e se consolida no século XIX. O capitalismo emergente, a explosão das indústrias e fábricas e a grande classe trabalhadora vão compor o novo cenário europeu durante os próximos anos. A introdução do capitalismo na Inglaterra e, conseqüentemente, na Escócia, traz grande desenvolvimento econômico e social no país, atraindo os escoceses dos campos para os grandes centros em busca de trabalho, aumentando a densidade demográfica das duas maiores cidades da Escócia: Glasgow e Edimburgo. Em outras palavras: mais escoceses concentrados em uma mesma região, criando nos grandes centros um sentimento de escocidade entre a população e a noção de identidade nacional.

¹⁰⁹⁰ MARTIN; BELLINI, *Não é apenas futebol: a história da Old Firm, a resistência cultural, existente no futebol escocês*, p. 313.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Na década de 1840, a Irlanda passa por um difícil momento com a Grande Fome da Batata¹⁰⁹¹, o que ocasiona em uma emigração em massa dos irlandeses para a Escócia. Os irlandeses, dessa forma, encaram quatro anos de miséria extrema, que se agravaram pela negligência do Império Britânico, então responsável por governar a Ilha.¹⁰⁹² Com um novo contingente populacional irlandês na Escócia, os nativos vão se ver em uma competição por vagas de emprego com os irlandeses e é “nesse cenário caótico que nascem os times de futebol tratados”.¹⁰⁹³ Os irlandeses, que vão se ver obrigados a saírem de sua terra natal a fim de sobreviverem e buscarem melhores condições de vida, vão carregar consigo sua identidade nacional, suas irlandades, para a terra nova, suas tradições. Em meio a trabalhos degradantes, o preconceito e discriminação dos escoceses protestantes, os irlandeses encontram uma forma de resistir: unir-se em comunidades em torno das Igrejas para serem assistidos e reivindicarem tratamentos iguais. É nesse contexto histórico que o *Celtic Football Club* é fundado.

O Celtic foi fundado em 1887 com o principal objetivo de levantar fundos para prover comida para os mais pobres da região leste de Glasgow, uma área da cidade muito empobrecida e com uma alta taxa de mortalidade infantil. Nessa região havia uma grande comunidade de imigrantes irlandeses e a tensão entre os nativos de Glasgow e o novo fluxo de irlandeses estava crescendo. O irmão Walfrid, fundador do clube, viu a necessidade de integração social e sua ideia inicial era um clube de futebol que pudesse seguir de veículo para trazer as comunidades para perto e juntá-las.¹⁰⁹⁴ É fundado para dar assistência aos católicos pobres, com forte orgulho irlandês-católico e, em seus mais de cem anos, vai dialogar com esses sentimentos de identidades e pertencimentos de seus torcedores.

Por outro lado, o *Rangers Football Club* foi fundado antes, em 1873, sem uma carga política e religiosa de fato. Diante do acúmulo de vitórias e protagonismos do clube alverde logo nos anos iniciais de sua fundação, a Escócia protestante busca por uma equipe escocesa para recuperar o título e o protagonismo no futebol nacional. Quando o Rangers consegue acumular vitórias contra o arquirrival, os protestantes escoceses adotam o clube, transformando-o no que é hoje: um clube com forte viés protestante, sindicalista, anti-católico, monarquista, com forte vínculo

¹⁰⁹¹ Uma bactéria se alastra por todas as plantações de batata da Europa, tendo sido a Irlanda o país mais afetado, uma vez que dependia do tubérculo em suas plantações. Estima-se que aproximadamente um milhão de pessoas morreram e mais de um milhão de irlandeses emigraram do país para os Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

¹⁰⁹² GIULIANOTTI, Richard. *Globalização cultural nas fronteiras – o caso do futebol escocês*. História: Questões & Debates, v. 39, n. 2, p.41-64, 2003.

¹⁰⁹³ MARTIN; BELLINI, *Não é apenas futebol: a história da Old Firm, a resistência cultural, existente no futebol escocês*, p. 315.

¹⁰⁹⁴ CLANCY, Kieran. *Celtic Football Club and irish identity*. Socheolas, Limerick, v. 2, p. 75-88, 2010. Disponível em: <https://ulir.ul.ie/handle/10344/7971>. Acesso em: 16 abr. 2021.

escocês e inglês.¹⁰⁹⁵ É um clube que expressa o nacionalismo escocês e inglês, duas identidades nacionais em jogo.

Stuart Hall, importante sociólogo britânico-jamaicano, em sua obra *Identidade cultural na pós-modernidade*¹⁰⁹⁶, apresenta a identidade como um sistema de representação cultural, em que as pessoas não são apenas cidadãos de uma nação, estado ou grupo, mas sim, participam da ideia da nação. Hall define o sujeito da idade moderna como um indivíduo que tem sua identidade pautada na relação com as pessoas, uma concepção interativa da identidade. Os indivíduos passam a ser formados, subjetivamente, através de integrações sociais mais amplas, com o contato com diferentes sujeitos. À medida que os escoceses se vêem dentro de conflitos políticos, religiosos e sociais com outros grupos sociais - irlandeses e ingleses - sua identidade pessoal e coletiva vai se desenvolvendo. Falar da Reforma Protestante na Escócia e seus reflexos no futebol escocês é falar do jogo das identidades escocesas, irlandesas e inglesas que, ao interagirem entre si, fortalecem suas próprias identidades pessoais. Os irlandeses que fundaram o Celtic, por exemplo, usam de elementos e categorias para explorar a irlandade: o clube é alviverde porque as cores branca e verde estão presentes na bandeira irlandesa; o trevo, símbolo do clube, remonta a São Patrício, o padre responsável pela cristianização da Irlanda e que usava o trevo para explicar sobre a Santíssima Trindade; o próprio nome do clube - Celtic - representando o mundo celta, gaélico, no qual a Irlanda faz parte.

Em nosso entender, o caso do Celtic é um tanto quanto peculiar, pois, na maioria dos casos que clubes de futebol encarnam ideias nacionalistas, como é o caso do Barcelona na Catalunha e do Athletic Club de Bilbao no País Basco, esse ideal se refere ao território em que esse clube está situado. Porém, como citado anteriormente, o Celtic é uma lembrança das contradições do Reino Unido; é uma marca que está longe de se cicatrizar da política inglesa em relação a ilha vizinha e das perseguições promovidas aos católicos pelos monarcas ingleses nos séculos XVI e XVII.¹⁰⁹⁷

Em contrapartida, o Rangers fortaleceram uma identidade unionista e protestante para negar a identidade republicana e católica do Celtic, ou seja, pautaram a identidade do clube em referência à identidade do Celtic. Michael Pollak escreve: “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros”.¹⁰⁹⁸ Elencado a isso, também possui elementos

¹⁰⁹⁵ FOER, Franklin. *Como o futebol explica o mundo: um olhar inesperado sobre a globalização*.

¹⁰⁹⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 64 pp. ISBN 978-85-8316-007-6

¹⁰⁹⁷ REZENDE, Matheus Henrique Silva de; VIEGAS, Luiz Marcelo. *The Celtic Football Club e o Nacionalismo Irlandês na Escócia*. Ludopédio, São Paulo, v. 137, n. 8, 2020.

¹⁰⁹⁸ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

que trazem a identidade pró-monarquista, pró-protestante do clube: seu escudo, com os dizeres *Rangers Football Club* em azul e um leão em vermelho, o Leão Rampart, ligado a Escócia desde o século XIII, presente no emblema oficial do país. O leão do escudo não só relaciona o clube com a Escócia, como também demonstra suas preferências inglesas, uma vez que a Inglaterra e o Reino Unido também possuem um leão em seus brasões oficiais. As cores oficiais dos *Gers*, como são comumente chamados, são o azul royal, branco e vermelho, cores também presentes na bandeira escocesa, na bandeira inglesa e na bandeira oficial do Reino Unido. O terceiro uniforme do Rangers geralmente é na cor laranja, fazendo menção a Ordem de Orange, uma organização de fraternidade protestante, que opera no Reino Unido e na República da Irlanda, de caráter conservador, que visa a defender a união da Irlanda (inicialmente) e da Irlanda do Norte (atualmente) à Coroa Britânica. Giulianotti segue uma narrativa diferente e alega que ambos os times, Celtic e Rangers, se afastaram da escocidade, privilegiando as narrativas irlandesas e inglesas, respectivamente:

Já, ao contrário, para alguns dos elementos mais agressivos dentro do Exército Xadrez, os fãs do Old Firm distanciaram-se simbolicamente da Escócia e da escocidade: torcedores do Celtic, através de seu tradicional hábito de exibir a bandeira tricolor irlandesa e de cantar algumas canções irlandesas; os fãs do Rangers, através de sua mais recente adoção de símbolos ingleses, tais como a bandeira e camisetas do futebol inglês. Sobretudo durante campeonatos contra o Old Firm (e em particular os Rangers), fãs de outros times escoceses algumas vezes cantam o hino nacional escocês, *Flower of Scotland*, para enfatizar seu nacionalismo cultural como forma de destacar-se de seus rivais de Glasgow.¹⁰⁹⁹

A Reforma de John Knox na Escócia não vai criar, apenas, um sentimento de identidade nacional escocesa, irlandesa e inglesa, mas se refere também às identidades religiosas: protestantes e católicos. Ao reprimir violentamente as massas católicas na Escócia e Inglaterra, Knox, indiretamente, fortalece as identidades pessoais e coletivas desses grupos, uma vez que irão resistir, coletivamente. Quando os católicos vencem os protestantes na guerra civil e destilam ódio e atrocidades durante os Tempos de Morte, eles estão, indiretamente, criando um sentimento de pertencimento à doutrina protestante desses grupos, fortalecendo suas identidades religiosas. Quando escoceses, ingleses e irlandeses enfrentam o preconceito e a segregação dos outros povos, suas identidades nacionais são colocadas em jogo, criando nesses povos a consciência de pertencimento e orgulho de suas culturas nacionais.

¹⁰⁹⁹ GIULIANOTTI, *Globalização cultural nas fronteiras – o caso do futebol escocês*, p. 53.

Sendo assim, o futebol escocês pode ser visto como uma metáfora à resistência. De um lado, o Celtic, com sua irlandese-escocidade resiste aos fundamentalistas protestantes, monarquistas e anti-católicos e, do outro, o Rangers resiste aos princípios republicanos, católicos e irlandês do Celtic. No jogo das identidades, ambos os times criam suas próprias narrativas e expressam-nas em seus torcedores. Os torcedores dos *Bhoys* - como são chamados os torcedores do Celtic - se apegam às memórias da Reforma Protestante, da opressão que os católicos sofreram nas mãos de John Knox e dos governos das coroas britânicas, da fome e miséria na Irlanda e a consequente emigração, às disputas entre protestantes e católicos por empregos; já o Rangers, se apegam aos fundamentos protestantes e reformistas, à proximidade entre Escócia e Inglaterra, aos terríveis Tempos de Morte, em que sofreram nas mãos dos católicos. Criam uma narrativa de cultura nacional ao perpetuar suas heranças e tradições, com as ritualidades envolvidas em cada time: torcedores do Celtic mostram cachecóis e camisas nos jogos com os dizeres “Deus abençoe o Papa” e “Deus abençoe o irlandês”, celebram o Dia de São Patrício; os torcedores do Rangers, por sua vez, bradam hinos de exaltação à Rainha da Inglaterra em seus jogos, com cachecóis e bandeiras britânicas e ofendendo o papa e os católicos, entre outras. Todos esses fatores e elementos são articulados pelo Celtic e Rangers a fim de construir uma forte narrativa que viabilize o sentimento dos torcedores de pertencerem à uma nação, que viabilize suas próprias identidades.

Conclusão

Em virtude dos aspectos abordados, chegamos às seguintes conclusões: a Reforma Protestante, que tem sua origem em 1517 após as noventa e cinco teses de Martinho Lutero serem expostas na Catedral de Wittenberg, na Alemanha, chegou na Escócia por meio de John Knox, um destemido e intenso pregador protestante que vai legitimar a religião presbiteriana como a oficial do país. Durante os períodos em que John Knox esteve à frente da igreja escocesa, os católicos foram perseguidos e oprimidos, enquanto os protestantes gozavam de uma certa liberdade e privilégios no país. Elencado a isso, as instituições políticas também vão sofrer consequências das disputas religiosas e a coroa inglesa vai encontrar formas de intervir na política escocesa, acirrando ainda mais os ânimos entre protestantes e escoceses de ambos os países. Temos séculos de conflitos entre os grupos católicos e protestantes nos dois países e que, com a introdução e consequente consolidação do capitalismo na Europa, vão ter que lidar com mais uma força em meio a esse conflito: os irlandeses. Os reflexos do movimento político-religioso não finda

após a Reforma, resultando em uma sociedade dividida e inflada - 15% da sociedade escocesa eram provenientes da Irlanda -, que vai passar a lutar por empregos melhores, salários mais altos e melhores condições de vida. Os escoceses vão sair na frente, resultando em uma comunidade irlandesa dentro do país cada vez mais pobre e segregada. A partir desse contexto, o *Rangers Football Club* é fundado e, quatorze anos depois, o *Celtic Football Club* nasce. À medida que os clubes crescem e enxergam a realidade política, social e religiosa que a Escócia se encontrava, vão servir de porta-voz para seus diferentes torcedores, criando uma identidade entre eles que dialogue com as culturas nacionais presentes nos clubes. Por aspirar bandeiras tão opostas e dicotômicas, o clássico *Old Firm* se torna mais do que apenas uma partida de futebol, sendo visto como o maior representante dos conflitos que permeiam a Escócia desde meados do século XVI.

**“O Brazil não conhece o Brasil’: a história local
como potência de resignificação de identidades
e saberes”**

Espaços coloniais em perspectiva: a guerra contra os Botocudos em 1808 a partir do viés pós-colonial

Fabrizio Luiz Pereira¹⁰⁰

RESUMO: Em 13 de maio de 1808, o ainda príncipe regente D. João, assina a Carta Régia intitulada "manda fazer guerra aos Botocudo" nos sertões do leste da capitania de Minas Gerais. A partir disso, os fazendeiros e militares da região foram legitimados para a captura e exploração do trabalho de dezenas de etnias, naquela altura nomeadas como botocudos. Com o aporte teórico dos pensadores pós-colonialistas Franz Fanon e Achille Mbembe, o objetivo desta comunicação é refletir os impactos da política colonial para os povos originários, principalmente em relação à atmosfera violenta que os circundavam. Ainda que no conjunto da obra de tais autores, ambos não pensam na situação brasileira do século XIX, em determinados momentos suas análises apontam para realidades também vivenciadas pelos indígenas americanos. Isso posto, pretende-se observar três pontos de interseção das obras citadas em relação à situação brasileira: a formação dos espaços coloniais, o racismo e o estado de exceção.

PALAVRAS-CHAVE: Necropolítica; Indígenas; Violência; Pós-colonialismo.

A presente comunicação pretende debater o lugar da violência nos espaços coloniais, com base nos textos “*Os condenados da Terra*” de Franz Fanon e “*Necropolítica*” de Achille Mbembe. Para além de pensar em conceitos e situações apresentadas pelos autores, almeja-se, fazer um paralelo com a situação dos indígenas, denominados Botocudos, do sudeste do Brasil durante o século XIX. Longe de tentar operacionalizar os conceitos dos autores supracitados à realidade brasileira e correr o risco de fazer uma análise histórica anacrônica, nosso trabalho buscará verificar em que medida o fator violência foi e é central para a realidade dos povos ameríndios.

A abordagem pós-colonial, de acordo com Sergio Costa, é trivializada pelos debates entre estruturalistas e pós-estruturalistas, na qual:

[...] toda enunciação vem de algum lugar, sua crítica ao processo de produção do conhecimento científico que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países europeus, reproduziria, em outros termos, a lógica da relação colonial.¹⁰¹

¹⁰⁰ Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹⁰¹ COSTA, Sérgio. *Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial*. RBCS, vol.21, 60, janeiro de 2006. P. 117.

Nesse sentido, o conceito de pós-colonial, não seria um “depois”, no sentido cronológico linear, contudo uma “reconfiguração do campo discursivo, no qual às relações hierárquicas ganham significado”. Colonial, portanto, além do momento histórico definido por “colonialismo”, mas uma “alusão a todas as situações de opressões diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais”.¹¹⁰²

Os estudos pós-coloniais são marcados pela heterogeneidade, renovam o modo de entender a Modernidade, descentralizando a narrativa eurocêntrica, lendo o contexto a partir de uma pluralidade de lugares e de experiências.¹¹⁰³ Dessa forma, os estudos pós-coloniais incorporaram autores não europeus ao debate das ciências humanas, tencionando os discursos e teorias dominantes. É dentro dessa perspectiva analítica que iremos inserir os autores Franz Fanon e Achille Mbembe.

Franz Fanon e a violência colonial

Franz Fanon, psiquiatra e filósofo político martinicano, escreveu em 1961, pouco antes de sua morte, o livro *Os condenados da terra*, resultado direto da sua participação nos atendimentos psiquiátricos da Argélia, durante o processo revolucionário, na década de 1950. Fanon inicia a obra em questão, com a problematização do lugar da violência no processo de descolonização do país.

Ao pensar através da perspectiva binária entre colonos e colonizados, Fanon mapeia a violência enquanto elemento constitutivo dos processos de colonização e descolonização, a começar pelos espaços físicos: “O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia”. Nas sociedades capitalistas cria-se um mecanismo leve de exploração para manter a ordem pré-estabelecida. Nas regiões coloniais, o contato é direto com os soldados, “e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer”. As zonas habitadas por colonizados e colonos se opõem, enquanto uma é sólida, iluminada, asfaltada, com suas ruas limpas. A outra, “é um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras, [...] uma cidade faminta, acuada”, marcada constantemente pela linguagem da violência.¹¹⁰⁴

A violência colonial é marcada, sem dúvida alguma, pela articulação entre colonização, violência e racismo, segundo Fanon: “Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial,

¹¹⁰² COSTA. Desprovincializando a sociologia, p. 118.

¹¹⁰³ MEZZADRA, Sandro *et al.* (org.). *Estudios Poscoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008. P. 17.

¹¹⁰⁴ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. P. 28.

verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. [...] A causa é a consequência: um indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico”.¹¹⁰⁵

O mundo colonial é um mundo maniqueísta, que desumaniza o colonizado. Cria uma estrutura baseada nos conceitos ocidentais de civilização *versus* barbárie. Por conseguinte, a violência perpetuada pela colonização ultrapassa a violência física, o maniqueísmo entre colono e colonizado, contribui para uma escrita da história realizada pelo colono: “A história que escreve não é, portanto, a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado”.¹¹⁰⁶ Essa violência, que irei chamar de violência intelectual, coaduna com todo o processo de colonização, na tentativa de colocar o colonizado num lugar menor em relação ao colono.

No entanto, Fanon, retira o colonizado desse lugar de coadjuvante da história colonial, mesmo oprimido e violentado, esse almeja acabar com o colonizador. E a ferramenta a ser experimentada é a própria violência: “O colonizado descobre o real e transforma-o no movimento de sua *práxis*, no exercício da violência, em seu projeto de libertação”.¹¹⁰⁷

As várias forças que compõem as estruturas sociais, conforme Fanon, divergem sobre o uso da violência como resposta à colonização, logo, estaria no campesinato, nos desclassificados e famintos a força para a ruptura colonial. Os demais grupos, inseridos numa lógica capitalista, tentam encontrar soluções não-violentas, pois amedrontam-se diante do sistema, com seus boicotes a mercados e economias emergentes.

A violência, no processo de descolonização, torna-se atmosférica, pronta a explodir a qualquer instante. O aparecimento do colono significou a morte da sociedade autóctone, o fim de toda uma estrutura social vigente. A *práxis* da violência é totalizante, inscrita desde a origem da colonização e, por isso, somente a luta armada, seria capaz de colocar fim, a todo esse processo de dominação.

Em linhas gerais, a perspectiva de Fanon, em *Os condenados da terra*, destaca a violência como elemento central das formas de constituição das sociedades africanas no contexto do colonialismo. Seja na formação dos espaços, na linguagem vigente, na espoliação constante de capitais, matérias-

¹¹⁰⁵ FANON. *Os condenados da terra*. P. 29.

¹¹⁰⁶ FANON. *Os condenados da terra*. P. 39.

¹¹⁰⁷ FANON. *Os condenados da terra*. P. 44.

primas e trabalho forçado. A mesma linguagem é apropriada pelo colonizado, o que garante a sua libertação, ainda que numa lógica capitalista, na qual o próprio sistema cria outras formas de violência, como embargos econômicos, ou mesmo, a tentativa constante de exploração de recursos naturais, dos chamados países emergentes.

Achille Mbembe e a necropolítica

Se por um lado os estudos de Franz Fanon da década de 1960 estavam interessados em compreender a violência colonial numa perspectiva mais próxima da teoria marxista, em especial, no debate acerca da influência do capital nos processos de independência africana. O filósofo camaronês Achille Mbembe, na contemporaneidade, pensa as formas de dominação colonial através do conceito de necropolítica.

Em *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*; Mbembe parte do conceito de biopoder de Michel de Foucault, para demonstrar que tal conceito não é mais suficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação. Para Foucault, cabia ao soberano exercer o controle sobre a mortandade e definir a vida como implantação e manifestação de poder. Portanto, o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder seriam elementos constitutivos dos Estados modernos, sendo o holocausto realizado pelos nazistas, o mais completo exemplo de um Estado exercendo o direito de matar. O holocausto, para as sociedades ditas ocidentais, aparece como o ápice daquilo que Giorgio Agamben nomeia como estado de exceção, ou seja, o momento que a estrutura político-jurídica se encontra na suspensão temporal do estado de direito.

Outro elemento que compõe as análises de Mbembe é o racismo, que de acordo com Foucault, funciona como uma tecnologia destinada ao exercício do biopoder. Esse ponto, parece ser crucial para as análises de Mbembe, o autor operacionaliza os conceitos de biopoder, estado de exceção e estado de sítio – com a suspensão dos direitos básicos das formas de manutenção a vida. Dessa forma, tais conceitos marcam o holocausto nazista como elemento central das reflexões ocidentais. No entanto, Mbembe faz um recuo e demonstra que a problemática do estado de exceção já está presente no cerne do colonialismo, na estrutura da *plantation*. Incorporado a essa situação, o escravizado perde a humanidade. A vida deste, portanto, seria uma morte-em-vida, ou seja, a supressão de sua própria constituição enquanto humano, ele se torna uma mercadoria, uma propriedade.

O sistema de *plantation* embaralha, de acordo com Mbembe, as relações entre a vida e a morte, a política de crueldade e os símbolos do abuso. No entanto, é no apartheid que o elemento do racismo se torna crucial para a formação social pautada no biopoder, estado de exceção e estado de sítio. A seleção das raças, a proibição dos casamentos mistos, a separação dos espaços, conforme vimos em Fanon, postula entre as chamadas sociedades ocidentais, leia-se Europa, o direito de fazer a guerra (*Jus publicum europaeum*). Tal direito significava reconhecer que matar ou negociar a paz eram funções de qualquer Estado, desde que este se comprometesse a “civilizar” os modos de matar e atribuir objetos racionais ao próprio ato de matar. Justificava-se, assim, aos olhos dos europeus todo massacre cometido aos “povos selvagens”, que seriam apenas outra forma da “vida animal”.¹¹⁰⁸

Ao perpassar por esses conceitos, Mbembe desagua finalmente no conceito de necropolítica, que seria o direito de matar, mas também de expor os cidadãos a morte, impor a morte. É uma teoria de “mortos-vivos”, das formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Nessa acepção, a questão da Palestina aparece como elemento notório do ensaio de Mbembe, como a forma mais bem-sucedida de necropoder da ocupação colonial contemporânea (ou tardia). O projeto de “guerra infraestrutural” é o encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico:

A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação. Absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar.¹¹⁰⁹

Por fim, para Mbembe as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram as relações entre resistência, sacrifício (homem-bomba) e terror. A noção de biopoder torna-se insuficiente para entender as formas de submissão da vida ao poder da morte, logo, o necropoder explica as condições contemporâneas de criar “mundos de morte”, “formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’”.¹¹¹⁰

Pontos de interseção: a violência colonial aos indígenas brasileiros no século XIX

¹¹⁰⁸ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2019. P.30-35.

¹¹⁰⁹ MBEMBE. *Necropolítica*. P.48.

¹¹¹⁰ MBEMBE. *Necropolítica*. P.71.

Os debates de Fanon e Mbembe, localizam-se em pontos distintos do processo de colonização. Fanon escreve, especialmente, no momento de descolonização da Argélia e a “violência atmosférica” inserido neste contexto. Mbembe estrutura o conceito de necropolítica na ocupação colonial da modernidade tardia, com enfoque na questão da Palestina. Um ponto em comum em ambas as obras é a violência como elemento constitutivo dos processos colonizatórios. Conforme anunciamos na introdução desse trabalho, nossa proposta é perceber pontos de interseção nestes escritos e comparar com a realidade dos indígenas botocudos do século XIX, no sudeste brasileiro. Nessa direção, cabe ressaltar que compreendemos que no conjunto da obra, tais autores não estão pensando na realidade brasileira do século XIX, ainda que em determinados momentos suas análises apontam para vivências experimentadas pelos povos originários. Isto posto, pretendemos observar três pontos das obras citadas: a formação dos espaços coloniais, o racismo e o estado de exceção.

A violência contra os indígenas foi denunciada desde o início do processo colonizador da América no século XVI. É clássico na historiografia sobre a América Espanhola, o debate entre Bartolomeu de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda em Valladolid, acerca da política colonial e a defesa de Las Casas aos indígenas, com a denúncia às inúmeras atrocidades cometidas aos mesmos no período da chamada Conquista da América.¹¹¹¹

Na América Portuguesa, a mortandade indígena esteve relacionada a várias formas de violência do chamado contato entre dois mundos. As epidemias trazidas por europeus espalhavam com mais intensidade nos aldeamentos de missionários e órgãos oficiais. A guerra indígena, provocada pela exploração da mão-de-obra, determinava que “os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconheciam os recursos ou se tinha de enfrentar os habitantes”.¹¹¹² Tudo isso, obviamente, pesou para a dizimação de dezenas de etnias indígenas.

Durante os primeiros séculos de colonização, a questão indígena ficou principalmente na direção das aldeias (jesuítas ou seculares). A partir da expulsão dos jesuítas por Pombal, em 1759, e com a chegada de D. João VI, em 1808, a política indigenista modificou-se. Conforme observa Manuela Carneiro da Cunha, a partir do século XIX, “a cobiça se desloca do trabalho para as terras

¹¹¹¹ Ver: TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 5ª ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2019.

¹¹¹² CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: História, direitos e cidadania*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. P. 12.

indígenas”.¹¹¹³ Um dos momentos cruciais para essa mudança de paradigma foi a Carta Régia de 13 de maio de 1808, que culminou na perseguição de diversas etnias indígenas no sudeste brasileiro, denominadas de Botocudos.¹¹¹⁴

Com a vinda da Corte, pela primeira vez desde o início da colonização, segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, “configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povoamento”.¹¹¹⁵ É nesse contexto que a Corte irá preocupar-se em abrir estradas, melhorar a comunicação entre as capitanias, favorecer o povoamento e a doação de sesmarias. Enquanto o Rio de Janeiro promovia reformas e mudanças para melhor acomodar a Corte, nos sertões mineiros, os ataques esporádicos dos Botocudos e Puris às regiões povoadas faziam com que o governo da Capitania continuasse a guerra defensiva contra os povos autóctones. No entanto, os mineiros não estavam satisfeitos com as restrições legais impostas pelo princípio defensivo, que continuavam a limitar os avanços das fronteiras nos sertões. A partir de 1806, a conquista do sertão do Rio Doce ganha notoriedade na troca de correspondências entre o governo da Capitania de Minas Gerais e a Coroa.

Na carta de 11 de abril de 1808, o governo da Capitania cita as medidas dos antigos governadores, tomadas a partir de 1760, em relação à defesa contra os indígenas, com uma ênfase ao governador Bernardo José de Lorena, “por ter abandonado os meios militares e acreditando que os Botocudo não atacavam senão em defesa própria”.¹¹¹⁶ O discurso oficial daquele momento acentua uma imagem de crueldade e desumanidade desses povos autóctones e, portanto, era necessário medidas mais drásticas, ou seja, uma guerra ofensiva.

Como consequência, em 13 de maio de 1808, o príncipe regente D. João escreve ao governador da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, a Carta Régia intitulada: “*manda fazer guerra aos Botocudo*”.¹¹¹⁷ O documento apresenta os indígenas como seres antropófagos e instruída como deveriam proceder as formas de ataque e subjugação desses povos.

¹¹¹³ CUNHA. *Índios no Brasil*, p. 17.

¹¹¹⁴ O termo *Botocudo* refere-se a diferentes etnias indígenas pertencentes ao tronco linguístico macro-jê, tal nomeação dada pelos colonizadores justifica-se pelos botoques labiais e auriculares utilizados por esses indígenas. Portanto, trata-se de uma significação colonizadora que não respeita a diversidade dos povos nativos.

¹¹¹⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005. P. 33.

¹¹¹⁶ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. P. 118.

¹¹¹⁷ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, Página 37 Vol. 1 (Publicação Original). Captado em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-norma-pe.html Acesso em: outubro de 2019.

A tentativa de transformar os indígenas em “vassallos úteis” denota o tom documental. As fronteiras estabelecidas ao longo do Rio Doce eram demarcadas pela polaridade civilização *versus* barbárie. De um lado, a Coroa Portuguesa almejava conquistar e dominar um vasto território; do outro, etnias indígenas resistindo a um processo violento de colonização. Uma vez capturado, o indígena pego com armas nas mãos era entregue ao serviço de um alferes-comandante ou fazendeiro da região, por 10 anos ou por “todo o mais tempo em que durar a sua ferocidade”, com a possibilidade de ser empregado em seus serviços particulares, “mesmo em ferros”.

No mesmo ano, a Carta Régia de 02 de dezembro registra “*sobre a civilização dos Índios, a sua educação religiosa, navegação e cultura dos terrenos*”.¹¹¹⁸ Nesta, Dom João instruíu o Governador a “levantar as igrejas que forem necessárias para inspirar maior respeito aos Índios para o culto e serviço de Deus”. A demarcação do território deveria ser pensada para a “cultura dos gêneros preciosos para a sua subsistência e para o comércio [...]”. Nota-se, uma atenção especial aos aldeamentos, que deveriam ser formados somente para a situação de muitos indígenas apreendidos. Em menor escala, os indígenas poderiam ser oferecidos aos fazendeiros locais para que estes se encarregassem de instruí-los, bem como “os sobreditos fazendeiros servir-se gratuitamente do trabalho de todos os Índios que receberam em suas fazendas.”

Como consequência das Cartas Régias de 1808 foram instituídas as Divisões Militares do Rio Doce. Inicialmente dividindo o território em seis partes, chefiadas por alferes-comandantes designados a manter tropa para as incursões ao sertão e com poderes militares e jurídicos na região. Ficou determinado um estado de guerra contra os indígenas do Rio Doce, sobretudo os chamados botocudos. As instruções especificavam apoderar-se dos locais de habitação dos povos autóctones, demonstrar superioridade militar e aterrorizá-los a ponto de sujeitarem-se ao domínio colonizador.¹¹¹⁹

Foi constituída uma junta militar, presidida pelo governador, para comandar as divisões. Na corte, os assuntos ligados ao sertão do Rio Doce ficaram sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros. Assim, tais divisões faziam parte da jurisdição militar, e os índios foram tratados como estrangeiros e inimigos da governança.¹¹²⁰

¹¹¹⁸ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, Página 171 Vol. 1 (Publicação Original). Captado em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40274-2-dezembro-1808-572464-norma-pe.html. Acesso: outubro de 2019.

¹¹¹⁹ ESPINDOLA. *Sertão do Rio Doce*, p. 121.

¹¹²⁰ ESPINDOLA. *Sertão do Rio Doce*, p. 123.

A violência constante às populações indígenas brasileiras, com as Cartas Régias de 1808 passam de uma guerra defensiva para uma guerra ofensiva. Entre 1808 e 1824, os Botocudos foram tidos como inimigos da nação que se formava. Os espaços destinados a esses povos, quartéis e divisões militares, criavam um maniqueísmo entre civilizados e selvagens, destituindo os indígenas de sua diversidade étnica e cultural. Conforme demonstrou Fanon e Mbembe, os espaços coloniais também comungavam com a linguagem da violência. No caso dos indígenas Botocudos do século XIX, podemos falar que esses quartéis também determinavam para esses indígenas a suspensão total de direitos. Tal qual nas *plantations*, os aldeamentos ou as fazendas locais, destituíam o indígena de sua humanidade. Para Morel:

[...] a suspensão, por decreto, desses princípios de Humanidade invocados pelo regente equivalia, no mesmo tom, a proclamação justa e legítima do extermínio destes povos. Assim, podemos dizer que D. João implementa uma política genocida quando chega ao Brasil.¹¹²¹

Para implementar o estado de exceção aos indígenas, foram criadas as Divisões Militares do Rio Doce, inicialmente previstas seis divisões, mas totalizando sete ao fim. Essas divisões não eram parte da esfera administrativa da Capitania/Província de Minas Gerais, mas sim do exército. Não eram consideradas batalhões e sim unidades autônomas que tiveram curta existência como tropas irregulares de ataque, sendo transformadas em frentes de devassamento do sertão e de atração das populações indígenas.¹¹²² A tática de guerra dos luso-brasileiros consistia em abrigar os indígenas “mansos” e empregá-los na agricultura. Esses espaços serviam como ponto de abrigo para as tropas e cães eram adestrados sendo alimentados com carne dos índios assassinados. Geralmente, os ataques ocorriam da seguinte forma:

Localizava-se um acampamento indígena, geralmente com a ajuda de índios ‘mansos’ que serviam de guia. Durante a noite, os soldados aproximavam-se o máximo possível sem serem percebidos e formavam um círculo em volta do acampamento. Ao amanhecer o grupo cercado era acordado com fuzilaria de surpresa. Os tiros, evidentemente, não distinguiam alvo, fossem mulheres, velhos, crianças ou homens adultos. [...] os sobreviventes eram acorrentados e vendidos como escravos.¹¹²³

Ao longo do século XIX, os índios Botocudos foram submetidos a diferentes formas de perseguição e extermínio. Um dos elementos que passou a justificar essa violência constante foi o

¹¹²¹ MOREL, Marco. *A saga dos Botocudos: guerra, imagens e resistência*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2018. P. 116.

¹¹²² ESPINDOLA. *Sertão do Rio Doce*, p. 180.

¹¹²³ MOREL. *A saga dos botocudos*, p. 121.

racismo,¹¹²⁴ ponto de análise tanto de Mbembe quanto de Fanon. No início da centúria marcada pela História Natural e pelos relatos dos viajantes, alguns Botocudos foram enviados à Europa, em comitivas como a do príncipe Von Wied-Neuwied, que levou um indígena vivo e três crânios para estudos. Já na segunda metade do século XIX, a teoria evolucionista ganha destaque nos meios acadêmicos:

Diante da diversidade das populações humanas o estudo da raça passa a ser privilegiado e também aí são as características físicas que servem para explicar as socioculturais. Ou seja, uma ótica racial, que nem sempre se distinguia do racismo e cuja prática não dissociava do colonialismo europeu ou da ideia de progresso civilizador nos países americanos [...].¹¹²⁵

Os Botocudos, após vivenciarem momentos de guerra e perseguição, mesmo mortos, podiam servir como outra fonte de lucro. A associação entre o homem pré-histórico e os Botocudos era para muitos irrefutável e constava nos manuais franceses do século XIX.

Ao final do oitocentos, os sobreviventes dessas perseguições e guerra passaram por outros modos de violência, por parte do Estado brasileiro, como o processo de invisibilidade desses povos incorporados à sociedade dita “civilizada”. A queda demográfica das populações indígenas no século XIX foi resultado de múltiplas formas de opressão. O estado de exceção ao qual foram condenados, com seus corpos condicionados ao direito do Estado de mantê-los vivos ou mortos, as faltas de direitos mínimos de cidadania, o avanço em suas terras reverbera ainda hoje na situação dos povos originários.

As conquistas mínimas de seus direitos só foram concebidas com a Constituição Brasileira de 1988. Ainda assim, nos últimos anos, os indígenas estão sendo duramente atacados pela política governamental, através da perspectiva de aprovação do Projeto de Lei 490/2007, que altera a demarcação de terras indígenas prevista na Constituição. No Brasil atual, no qual o agronegócio é uma prioridade do poder executivo, as populações indígenas tornam-se elementos ainda mais vulneráveis. Uma provocação possível nesse contexto seria se acaso nós também não vivemos numa estrutura de necropoder? As populações indígenas que resistiram aos diferentes massacres ao longo do processo colonizatório, não estariam nesse momento vivendo em um estado de exceção ou caminhando para isso? O racismo como elemento estrutural da sociedade brasileira

¹¹²⁴ É importante ressaltar que a construção da ideia de raça e consequentemente do racismo é histórica e localiza-se em fins do século XIX, sobretudo após a teoria evolucionista de Charles Darwin.

¹¹²⁵ MOREL. A saga dos botocudos, p. 316.

continua fomentando a violência desses povos indígenas, não seria o caso de pensarmos o lugar dos indígenas nos debates pós-coloniais?

Em linhas gerais, violência, racismo, estado de exceção fizeram e fazem parte da luta dos povos indígenas no Brasil. Do massacre dos Botocudos no sudeste brasileiro no século XIX aos ataques ainda vivenciados por estas sociedades, nota-se um processo de luta e resistência na perspectiva da longa duração. As marcas da violência no processo colonialista vivenciadas e analisadas por Fanon e Mbembe ecoam também em nossa História. Embora sejam processos históricos distintos, políticas estatais de massacre e extermínio também fazem parte da realidade brasileira, nossa comunicação problematizou minimamente a questão indígena, mas esse campo de análise reverbera também nas populações negras, faveladas e marginalizadas pelo sistema político brasileiro.

História e Saúde no Brasil

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Coleção iconográfica do Centro de Memória da Medicina: diagnóstico inicial

Beatriz Lopes Mazim

Ráisa Mendes Fernandes de Souza

José Francisco Guelfi Campos

Resumo: A fotografia tem sido um recurso amplamente utilizado na área da saúde desde o século XX, não apenas por seu valor documental, mas também com objetivos didáticos. A princípio, considerava-se que as imagens constituíam uma espécie de “meio neutro”, desprovidas de implicações para além de seu simples uso como registro e instrumento de ensino. Contudo, estudos mais recentes vêm demonstrando o poder discursivo do material imagético, possibilitando a abertura de novos debates acerca de sua utilização como fonte para os estudos históricos. O Centro de Memória da Medicina da UFMG (Cememor) é responsável pela salvaguarda de um grande acervo especializado em saúde, composto por três principais tipos: arquivístico, museológico e bibliográfico. Destaca-se, no acervo arquivístico, uma coleção iconográfica composta por fotografias de diversos períodos, estando elas reveladas, em slides, ou em forma de negativos em películas e de vidro. Neste trabalho, pretende-se identificar e discutir algumas das principais questões envolvendo a exploração desse acervo, iniciada em 2021 na forma de um projeto de pesquisa. Atualmente, o projeto encontra-se em sua fase inicial, que consiste no diagnóstico da coleção, visando a contabilização e verificação do estado de conservação dos itens documentais. Até o momento, já foram identificadas cerca de 30 mil imagens, registradas principalmente em diapositivos e em razoável estado de conservação. Ainda que em caráter preliminar, espera-se lançar luz sobre as questões relativas aos desafios implicados na identificação dos documentos iconográficos, dentre eles: a falta de registros e informações sobre a origem da coleção e seu processo de aquisição, a grande quantidade de imagens sem descrição ou datação e a escassez de informações sistematizadas a respeito do período no qual o acervo iconográfico começou a ser formado. Além disso, pretende-se viabilizar discussões sobre o percurso do tratamento do acervo iconográfico ao longo do tempo, uma vez que a digitalização e a difusão do conteúdo precisam carregar a historicidade da coleção.

Palavras-chave: História da saúde, Iconografia, Coleção, Centro de memória

INTRODUÇÃO

O período que compreende a segunda metade do século XIX e o século XX foi marcado por um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, impulsionado por uma racionalidade técnica e positivista. Neste contexto, insere-se o surgimento e a difusão da fotografia enquanto técnica de registro, tendo ela sido muito utilizada no campo das ciências por caracterizar-se por uma suposta objetividade. A valorização das imagens presumidamente despidas de valores, em detrimento das representações manuais e artísticas, como pinturas e desenhos, se deu, também, no âmbito das ciências médicas¹¹²⁶.

No final do século XIX, os registros fotográficos de pacientes e práticas médicas tornam-se mais frequentes. No campo dos estudos a respeito da saúde, a fotografia tem possibilitado a emergência de uma gama diversificada de abordagens, por carregar consigo marcas e vestígios do contexto de sua produção, tendo em vista que a fotografia, não é o meio neutro que outrora se imaginava, isenta de preconceitos e valores, mas, sim, atravessada por relações de poder, imaginários sociais e interesses de determinadas classes. Por exemplo, nota-se que, entre as poses nas quais os pacientes eram colocados para registro, havia uma predileção pelo posicionamento do corpo inteiro, ereto, em nu frontal¹¹²⁷. Essa disposição, preferida pela ciência por ser supostamente fria, racional, sem menção a gestos e emoções, pode revelar todo um contexto de vulnerabilidade e exposição do paciente. Em todo caso, convém apontar que essa exploração do corpo humano em nome da ciência, apesar de potencialmente abusiva, contribuiu em larga medida para o desenvolvimento das práticas médicas, de forma que “não teria a medicina avançado tanto, não fosse a colaboração resignada de tantos 'corpos' que se deixaram tocar, abrir, invadir, subtrair, fotografar.”¹¹²⁸

O Centro de Memória da Faculdade de Medicina da UFMG (Cememor) é responsável pela salvaguarda de um extenso e relevante acervo, composto por arquivos e coleções de natureza pessoal e institucional. Destaca-se, neste acervo, a presença de uma grande quantidade de imagens fotográficas, em sua maioria relacionadas a práticas médicas ou a indivíduos que compõem a história da medicina em Belo Horizonte e, mais especificamente, do ensino da medicina na Faculdade. Estas fotografias encontram-se em formatos e suportes variados, como diapositivos

¹¹²⁶ SILVA, James Roberto. Fotografia e ciência: a utopia da imagem objetiva e seus usos nas ciências e na medicina. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, Belém, v. 9, n. 2, p. 343-360, maio-ago. 2014.

¹¹²⁷ SILVA. Fotografia e ciência.

¹¹²⁸ SILVA. Fotografia e ciência.

(*slides*) - os quais compõem a maior parte do acervo -, ampliações, negativos em vidro e negativos em película - e se apresentam, também, em diferentes estados de conservação e preservação. Uma análise quantitativa preliminar determinou que a coleção fotográfica é composta por cerca de 37 mil itens, provenientes de arquivos e doadores diversos, e que, até o momento, carecem de um tratamento e organização realizados de acordo com metodologia específica.

O presente trabalho busca relatar o desenvolvimento do projeto de iniciação científica intitulado “A história das doenças por meio da fotografia: tratamento e difusão do acervo iconográfico do Centro de Memória da Medicina da UFMG”, iniciado no Cememor no segundo semestre de 2021. O objetivo geral do projeto direciona-se para o processamento técnico do acervo iconográfico do Cememor, compreendendo a pesquisa sobre os suportes, as técnicas de registro, o conteúdo e o contexto de produção dos documentos. Seus objetivos específicos são:

- Alavancar o potencial de pesquisa da coleção, garantindo visibilidade para essa parcela do acervo praticamente inexplorada;
- Identificar a procedência dos itens no que tange aos seus doadores; investigar o conteúdo das imagens de acordo com as subáreas da Medicina;
- Higienizar, acondicionar e descrever os documentos;
- Buscar novas possibilidades de disseminação e consulta do acervo, articulando ensino, pesquisa e extensão junto ao público interno e externo à UFMG.

A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos aplicados do início do projeto até meados do primeiro semestre de 2022.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira fase contemplada no viés empírico do projeto compreendeu um diagnóstico inicial da coleção iconográfica, que, por sua vez, foi dividida em três etapas:

1. Reunião física de toda coleção iconográfica em um espaço próprio, realizada no intuito de facilitar a percepção visual da totalidade da coleção. Foi necessário verificar todos os espaços do Cememor, que conta com mais de 1000 m², pois a coleção iconográfica encontrava-se dispersa.
2. Após a reunião dos itens, que estavam armazenados em invólucros dos mais diversos tipos, como caixas de papelão, caixas de poliondas, jaquetas de plástico, envelopes de papel pardo etc., foi atribuído um código de localização provisório para cada invólucro, de acordo

também com o número do lado do corredor e da prateleira do arquivo deslizante onde ele foi disposto na etapa anterior.

3. Os códigos foram registrados em uma planilha que também continha a quantidade e a tipologia dos itens iconográficos armazenados em cada invólucro e seu estado de conservação. Observou-se que as fotos apresentavam diversos fatores de degradação, que variavam de acordo com o suporte e o formato das imagens. Dentre os diapositivos (ou *slides*), os quais representam a maior parte da coleção, foram encontrados itens afetados por mofo, umidade, pragas, oxidação e sujidades. Em menor quantidade, alguns *slides* encontravam-se amassados ou dobrados. Essas patologias citadas são decorrentes de fatores, majoritariamente relacionados ao acondicionamento e manuseio inadequados, como o armazenamento em locais quentes e úmidos, a sobreposição de fotos umas às outras de forma desordenada e o empilhamento inadequado das caixas. Nesta etapa, foram contabilizados aproximadamente 37 mil itens documentais.

IMAGEM 1

Após a conclusão da fase de diagnóstico preliminar, foi necessário analisar qual seria a porção da coleção considerada como prioritária para ser higienizada, acondicionada e descrita de forma individual em uma planilha concebida especificamente para esta finalidade. Optou-se por dar início ao tratamento da coleção de negativos de vidro, por corresponderem à parcela mais frágil e antiga do conjunto, além de consistir em um suporte que, desde há muito já não é mais utilizado na revelação fotográfica.

O tratamento dos negativos de vidro

Os negativos fotográficos em suporte vidro foram mais comumente utilizados durante as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX. Criado em 1871, por Richard Leach Maddox, este tipo de imagem consiste em uma placa de vidro revestida por uma mistura de gelatina com brometo de potássio e nitrato de prata - ou emulsão gelatino-brometo de prata¹¹²⁹. Estes negativos eram armazenados e utilizados secos, ao contrário dos negativos em colódio úmido utilizados até então, o que permitia que fossem armazenados por mais tempo até que fossem sensibilizados e revelados, representando uma vantagem considerável sobre os negativos em

¹¹²⁹ ALVES, Bárbara Andrade de Oliveira. Conservação e restauração de negativos de vidro do acervo Curt Lange. Monografia (Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2013, p. 14.

colódio úmido, que dependiam de processamento imediato. Assim, não tardou para que a técnica se popularizasse e para que os negativos de vidro passassem a ser produzidos em escala industrial, tornando o processo fotográfico substancialmente mais difundido na sociedade da época¹¹³⁰.

Não se sabe a origem exata dos negativos de vidro que compõem a coleção iconográfica. Sabe-se, no entanto, que eles se encontram no acervo desde a inauguração do Cememor, em 1977. Esta coleção nunca passou por tratamento especializado para a sua preservação e juntamente com o Acervo Curt Lange, é um dos poucos espaços de memória detentores deste tipo de suporte.

A estrutura geral básica de uma fotografia é composta por três camadas: o suporte, sendo os materiais mais comuns o plástico, o papel e o vidro; uma emulsão ou meio ligante, de material como o colódio, gelatina ou albumina; e o material formador da imagem, o qual também varia em composição e, normalmente, encontra-se suspenso na camada da emulsão. O entendimento da técnica fotográfica é fundamental para a compreensão dos fatores que contribuem para a degradação das imagens¹¹³¹.

A primeira etapa da fase de tratamento compreendeu a higienização química e mecânica dos negativos, levando em consideração o contexto de estrutura da fotografia explicado anteriormente. No caso dos negativos de vidro, a quebra, o mofo e as sujidades foram os fatores de degradação identificados com maior frequência durante o processo de higienização da coleção.

IMAGEM 2

A higienização química foi realizada com algodão embebido em álcool etílico 75%, utilizando-se um palito de madeira como haste, conforme orientações do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. A solução foi usada apenas no lado “liso” do negativo, ou seja, aquele de aspecto reluzente e que não possui a emulsão que deu origem à imagem. O lado da emulsão, que é fosco e áspero, foi higienizado apenas de forma mecânica, utilizando um borrifador de borracha para retirar as sujidades mais visíveis.¹¹³² Na imagem abaixo é possível identificar um recipiente

¹¹³⁰ ESPÍRITO SANTO, Jussara Vitória de Freitas do. Degradação de materiais constitutivos da fotografia sobre vidro: estudo da coleção Barão Von Tiesenhausen. Tese (Doutorado em Artes) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes, Belo Horizonte, 2016, p. 107.

¹¹³¹ ESPÍRITO SANTO. Degradação de materiais constitutivos da fotografia sobre vidro: estudo da coleção Barão Von Tiesenhausen.

¹¹³² MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE SÃO PAULO. O Museu da Imagem e do Som possui coleções de grande importância para pesquisas sobre o desenvolvimento dos processos fotográficos históricos. 2019. Disponível em: X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

contendo o álcool, um pedaço de algodão branco, um borrifador de ar de borracha vermelho, um palito de madeira e, por fim, o negativo de vidro virado do lado que será higienizado, ou seja, o lado mais brilhoso.

IMAGEM 3

Após a higienização, foi realizada a digitalização dos negativos que, por serem naturalmente escuros, demandaram a utilização de um negatoscópio para iluminar a imagem e obter contraste o suficiente para que o negativo pudesse ser fotografado por uma câmera digital, conforme é possível observar na Imagem 4.

IMAGEM 4

Após este procedimento, os objetos digitais obtidos foram salvos e as imagens, reveladas por meio do *software* livre Gimp. Tanto a versão digitalizada do negativo original quanto a versão revelada foram salvas em nuvem, de modo a favorecer a consulta sempre que necessário e poupar o manuseio dos originais. Ambas as versões podem ser vistas na Imagem 5.

IMAGEM 5

No momento do armazenamento dos objetos digitais, foram atribuídas as mesmas notações adotadas para os documentos físicos, elaboradas de acordo com seu tamanho, tipo de invólucro e suporte.

Em seguida, realizou-se o acondicionamento individualizado dos negativos, primeiramente em envelope cruz em papel alcalino com gramatura 63g/m^2 para, posteriormente, serem acondicionados em envelope luva em papel alcalino com gramatura de 240g/m^2 . As notações foram registradas tanto nos objetos digitais quanto nesses dois invólucros e nenhum negativo original recebeu diretamente quaisquer inscrições por questões de conservação preventiva.

De acordo com as orientações técnicas de conservação fotográfica da Fundação Nacional de Arte (Funarte), os negativos de vidro devem ser guardados verticalmente, com exceção daqueles

<https://www.mis-sp.org.br/acervo/destaque/4ecb6dac-1c95-4497-86f8-9f8772e99dd6/o-tratamento-de-conservacao-em-negativos-de-vidro-no-mis-sp>. Acesso em: 10 jun. 2022.

que apresentem dimensões iguais ou maiores que 20 x 25 cm. Estes devem ser acondicionados horizontalmente, com sobreposição de, no máximo, cinco negativos, evitando-se o acúmulo de peso¹¹³³. Seguindo essas diretrizes, e visando imprimir maior estabilidade ao acondicionamento, cada grupo de dez negativos envelopados e com as mesmas dimensões foram acondicionados em uma caixa de papel alcalino, ainda mais robusta, de gramatura 300g/m². Todas essas pequenas caixas foram acondicionadas na posição vertical em um contêiner maior, de plástico e sem tampa.

Com os negativos devidamente acondicionados e as digitalizações disponíveis na nuvem, a equipe poderá atender melhor o pesquisador sem manipular o acervo físico, bem como elaborar exposições virtuais e outros produtos devido à praticidade de manipulação dos arquivos digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram vários os desafios encontrados durante o percurso do projeto. O primeiro deles surgiu na etapa de diagnóstico preliminar, uma vez que a contabilização dessa parcela do acervo resultou em uma quantidade muito acima dos 5 mil itens inicialmente estimados pela equipe. Em um cenário de escassez de recursos financeiros e humanos, a extensão da coleção torna o desafio de finalizar o projeto de tratamento da Coleção Iconográfica do Cememor ainda maior.

O início da higienização química dos negativos também foi adiado por falta de treinamento especializado para lidar com este tipo de suporte. Com o empenho da equipe, foram encontrados materiais advindos de outras instituições de memória públicas e privadas, o que possibilitou iniciar essa etapa de forma segura e seguindo os preceitos da Conservação Preventiva. Também houve uma oficina com a profissional Walmira Costa sobre higienização de diapositivos e fotografias impressas.

As técnicas necessárias para a conservação e o acondicionamento dos itens é, também, um dos desafios enfrentados. Isto porque o manuseio ou armazenamento inadequados podem danificar as imagens, prejudicando ou até impossibilitando a visualização destas. Nesse sentido, é realizado um trabalho interdisciplinar, em diálogo com técnicas específicas para a conservação destes tipos de documentos. Por fim, vale registrar as dificuldades inerentes à reconstituição do histórico de custódia da coleção e da proveniência das doações, uma vez que grande parte dos itens que constituem o acervo não apresenta termo de doação ou outros documentos nos quais se

¹¹³³ FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. Cadernos técnicos de conservação fotográfica. Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

tenham registrado seus doadores e a data da doação. A investigação para recuperar estes dados é de difícil realização e se apoia em um trabalho de rememoração por parte de funcionários e colaboradores do Centro de Memória.

Apesar das dificuldades, o tratamento de arquivos e coleções representa um exercício sofisticado, aliando a técnica à pesquisa para tornar os documentos disponíveis para a consulta pública e para os mais diversos usos que lhes emprestam os historiadores e estudiosos de outros campos disciplinares na construção de conhecimento novo. O trabalho de identificação dos itens documentais em seus elementos formais e contextuais, neste sentido, ultrapassa em muito a mera reprodução de procedimentos mecânicos e operacionais, exigindo uma sintonia fina entre sensibilidade, criatividade e, especialmente, vocação para a pesquisa. Só assim pode-se assegurar aos consulentes o acesso ao pleno potencial informativo dos documentos, no sentido daquilo que preconizou, com precisão exemplar, a arquivista alemã Angelika Menne-Haritz: os arquivos não devem ser lidos, devem ser *compreendidos*.¹¹³⁴

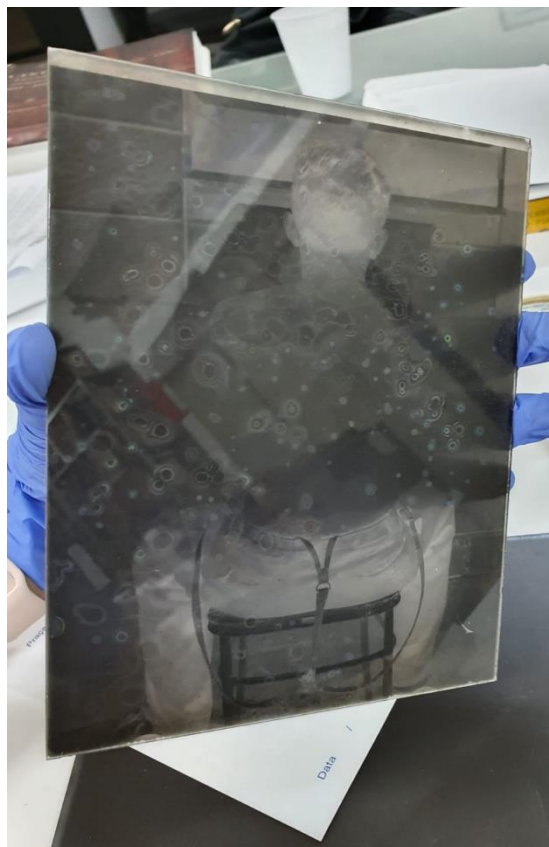
Imagem 1 - Estado de conservação e acondicionamento de alguns diapositivos



Fonte: elaborado pelos autores

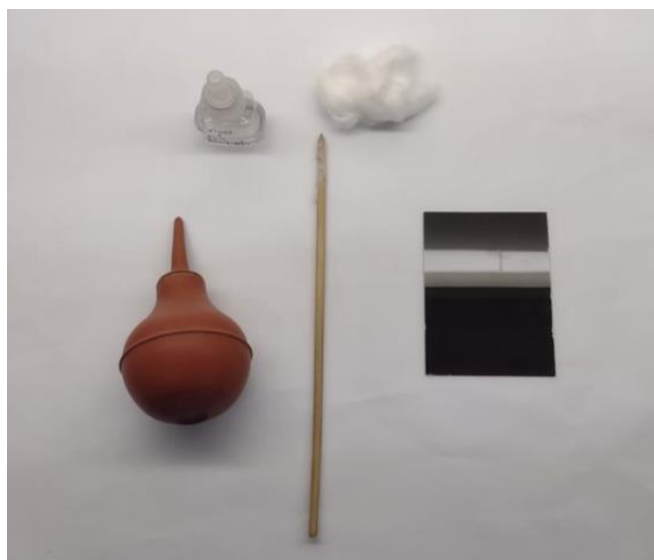
¹¹³⁴ MENNE-HARITZ, Angelika. Access - the reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001.

Imagem 2 - Negativo apresentando mofo



Fonte: elaborado pelos autores

Imagem 3 - Materiais e instrumentos utilizados na higienização do negativo de vidro



Fonte: elaborado pelos autores

Imagem 4 - Digitalização dos negativos de vidro



Fonte: Elaborado pelos autores

Imagem 5 - Negativo de vidro e versão revelada



Fonte: elaborado pelos autores

História Intelectual e Historiografia

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Demétrio de Falero: proposta de Reforma Moral em Atenas e seu exílio no reino ptolomaico, nos séculos IV e III a.C.

Amanda Oliveira Righetti

Resumo: O período Helenístico foi marcado por uma nova realidade política, social, econômica e cultural, na qual a flexibilização das fronteiras e a ampliação do império significaram a compilação de diferentes valores e costumes das culturas conquistadas no cotidiano da Hélade. Dito isso, a dominação de outras culturas pela cultura grega e o processo de helenização foi, em parte, um produto do poder da monarquia helenística. A ampliação do território imperial no período helenístico abarcou, principalmente, espaços do oriente, os quais tiveram papel fundamental na consolidação e manutenção do poder do império. Tendo isso em vista, a basileia helenística foi um elemento novo e o papel desempenhado pelos generais de Alexandre foi fundamental para a composição do novo cenário político que estava a surgir e também para a configuração das disputas que iriam se iniciar no século IV a.C. Desse modo, esta comunicação tem por objetivo apresentar as propostas de análise das inscrições que mencionam a participação de Demétrio de Faleros no cotidiano político ateniense, no contexto das disputas de sucessão após a morte de Alexandre e tentativa de manutenção do Império Helenístico, no século IV a.C., bem como a proposta de reforma moral e doméstica realizada por este legislador e filósofo do período, sua recepção pelos indivíduos e as consequências políticas da tentativa de inserção desta na vida política de Atenas. Após não obter êxito no controle doméstico e na proposição de uma reforma moral, Demétrio é exilado em Tebas e após a morte do diádochi Cassandro, se assenta no reino Ptolomaico, por volta do século III a.C.. A partir disso, também serão apresentadas também as propostas para análise da sua desterritorialização e se esta enfraqueceu-o ou o fortaleceu em novas redes políticas.

Palavras-chave: Atenas; Corte Ptolomaica; Demétrio de Faleros; Reforma moral; Exílio.

Introdução

Conhecido como político, filósofo, retórico e legislador grego, Demétrio de Falero fascina pela sua obra e pelo impacto de sua atuação em duas grandes metrópoles, Atenas e Alexandria, na época helenística e que mereceu a atenção de autores como Diógenes Laércio e Plutarco. Não obstante, Demétrio ainda permanece um enigma seja à época de seu governo em Atenas, entre os anos de 317-307 a.C, seja durante sua vida em exílio, em Tebas, por mais ou menos 10 anos, ou em Alexandria, por vários anos sob o beneplácito de Ptolomeu I Sóter (305-285 a.C.), fundador da dinastia ptolomaica, sendo, em seguida, levado ao Alto Egito em razão da ascensão de Ptolomeu II Filadelfo, desafeto de Demétrio.

Iniciado na vida política por volta de 324 a.C., Demétrio cresceu em uma cidade à sombra da Macedônia, o que de certa forma imprimiu uma marca em seu crescimento, de acordo com O'Sullivan¹¹³⁵, e durante a conquista macedônica sob os helenos, em Queroneia, Demétrio poderia

¹¹³⁵ O'SULLIVAN, L. Philochorus, Pollux and the Nomophulakes of Demetrius of Phalerum. *The Journal of Hellenic Studies*, Volume 121, novembro 2001, p. 51-62

ser ainda um jovem garoto. Em 317 a.C., como exposto anteriormente, foi colocado à frente do governo ateniense por Cassandro¹¹³⁶, até 307 a.C., e foi responsável por elaborar uma legislação que culminou no estabelecimento de uma instituição a fim de regular a vida privada, mantendo-se fiel à Escola Aristotélica. Para Habicht¹¹³⁷, suas leis debruçavam-se sob dois aspectos distintos: a ideia democrática de igualdade, que considera as exibições excessivas de riqueza abomináveis, e um desejo totalmente antidemocrático de regulamentar a vida privada dos cidadãos atenienses.

Dito isso, em 307 a.C., Demétrio Poliorcetes toma Atenas sob a afirmação de devolvê-la à liberdade uma vez perdida. Pego de surpresa pelos eventos, Demétrio de Falero não foi capaz de resistir ao ataque e é exilado voluntariamente em Tebas, onde permanece até a morte de Cassandro (297 a.C.), perda que significou o fim das expectativas de retomar o poder em Atenas. Depois, se dirige à Alexandria, na Corte dos Ptolomeus, local em que atua política e culturalmente, na medida em que corrobora com a transformação da cidade não apenas em sua constituição, mas também em termos espaciais. Desse modo, ajudou Ptolomeu I Sóter (305-258 a.C.) a delinear as leis para seu novo reino, e até mesmo na criação do Museu e da Biblioteca de Alexandria, cuja contribuição para esses projetos têm sido discutida em novas pesquisas.

Na pesquisa de mestrado aqui apresentada, se propõe avaliar a atuação político-cultural de Demétrio de Falero durante sua estadia em Alexandria, na corte de Ptolomeu I. Ao contrário do que propõe os especialistas que se dedicaram ao tema do exílio egípcio de Demétrio, argumentamos que o impacto do legislador grego nas instituições da cidade de Alexandria é mais determinante do que geralmente se supõe, de modo a transformar a cidade não apenas em sua constituição, mas em termos espaciais.

Ademais, para além da tese recente de que os Ptolomeus buscavam tornar Alexandria uma nova Atenas, a atuação política e cultural de Demétrio de Falero em Alexandria produziu um ganho particular à corte de Ptolomeu I Sóter, o qual foi compatível com sua posição de expatriado. Desse modo, o exílio de Demétrio não pode ser considerado como um momento de desenraizamento, instituído em um espaço da diferença, pois pelo contrário, se constituiu como o lugar da identidade propriamente helenística e proveniente da Ática. A partir da simbiose entre Alexandria e Atenas, Demétrio afirma seu programa político e cultural, que não foi possível ser implementado de maneira eficaz anteriormente em Atenas.

¹¹³⁶ HABICHT, C. Athens from Alexander to Antony. Text translated by Deborah Lucas Schneider. United States: Harvard University Press, 1999.

¹¹³⁷ HABICHT, C. Athens from Alexander to Antony. Text translated by Deborah Lucas Schneider. United States: Harvard University Press, 1999, p. 55-56

Atuação de Demétrio como legislador em Atenas

Embora conhecida como *gynaikonomoi*, a magistratura dos “supervisores das mulheres”, a qual fez parte do projeto de reforma doméstica proposta por Demétrio em Atenas, também estendia sua autoridade para as atividades dos homens, e por isso, as demonstrações de luxo tornaram-se reprováveis e funerais, banquetes e casamentos passaram a estar sob legislação e avaliação da Instituição. Ademais, Garland¹¹³⁸ aponta que existem evidências que indicam a permissão de interferências dos *gynaikonomos* em disputas domésticas.

É importante ressaltar, no que diz respeito à configuração política do período, tanto o século IV, quanto o III a.C., foram palco de grandes mudanças, as quais foram promovidas, principalmente, a partir das conquistas de Felipe II e Alexandre, sendo postulado posteriormente como período Helenístico. Este foi marcado por uma nova realidade política, social, econômica e cultural, na qual a flexibilização das fronteiras e a ampliação do império significaram a compilação de diferentes valores e costumes das culturas conquistadas no cotidiano da Hélade. Posto isso, as preocupações políticas deixam de ser as mesmas do período clássico, e até mesmo as relações sociais modificavam-se na medida em que se agregavam mais sociedades distintas¹¹³⁹.

De acordo com Delfim Leão¹¹⁴⁰, o governo de Demétrio, em relatos posteriores, aparece tanto como um regresso à democracia, quanto um caminho à tirania, mas é preciso entender sua atividade política e legislativa como uma consequência e reflexo do período em que viveu, ou seja, o final do sistema de polis e a preservação de alguma autonomia interna no quadro de domínio macedônico. Apesar disso, Demétrio é responsável pela tentativa de implementar uma reforma doméstica em Atenas, a qual não é bem-sucedida e aceita pelos cidadãos atenienses.

A Corte dos ptolomeus e a atuação de Demétrio enquanto expatriado

Ptolomeu I Sóter foi um dos mais influentes generais de Alexandre e herda o governo do Egito na divisão do território helenístico. A chegada da dinastia Lágida significou o início de grandes investimentos para transformar a cidade e neste período, principalmente sob os primeiros três ptolomeus, foram construídas as principais edificações de Alexandria. Alguns estudiosos, como é o caso da Diana Delia, ressaltam que Demétrio de Falero pretendia transformar Alexandria

¹¹³⁸ GARLAND, B. J. *Gynaikonomoi: an investigation of greek censors of women*. Ph.d. dissertation, Johns Hopkins University, 1981.

¹¹³⁹ KENNEDY, A. *The Uses and Abuses of Hellenism by the Diadochi and Their Successors*. Syracuse University Honors Program Capstone Projects, 2017, p. 20.

¹¹⁴⁰ LEÃO, D. Demétrio de Fálere e a reinvenção da polis democrática. In: SEEAETIANI, B. B.; LEÃO, D.; SANO, L.; SOARBE, M.; WERNER, C. *A poiesis da democracia*, Coimbra University Press: Coimbra, 2018

em uma “réplica” de Atenas e por tentar reunir diferentes conhecimentos do Mediterrâneo, Alexandria tornou estes conhecimentos acessíveis a “acadêmicos” de diferentes regiões e com isso também tornou-se um centro atrativo.

Demétrio atua de diversas formas na nova cidade, de modo a aconselhar Ptolomeu, bem como a realizar grande impacto nas instituições da cidade de Alexandria, enquanto um expatriado. O legislador foi um dos filósofos peripatéticos, discípulo de Teofrasto que com sua experiência no Liceu e suas qualificações e habilidades acadêmicas, estava mais apto ao posto de chefe da biblioteca de Alexandria¹¹⁴¹, uma outra função atribuída ao ex-legislador ateniense na Corte dos Ptolomeus. O *Museum* era tanto uma instituição quanto um edifício e serviu a um propósito prático: a educação de filhos da realeza. Este foi fundado por Ptolomeu I Sóter, que nomeou como seu primeiro presidente Demétrio de Falero, que também foi contratado para montar uma biblioteca, que foi anexada à instituição do Museu ou que dela fazia parte¹¹⁴².

Além disso, inscrições acerca da legislação de Alexandria, datadas no século III a.C., apontam escritos referentes às atribuições e qualificações de um oficial da *gynaikonomoi*, magistratura implementada por Demétrio em Atenas, em seu período como legislador. Como a natureza do texto completo ainda permanece um pouco incerta, supõe-se que diz respeito aos fragmentos da legislação de uma das cidades gregas no Egito, sendo Alexandria uma destas possibilidades, uma vez que, a legislação de ambas as cidades pareciam estar bem próximas. Como tal magistratura é operacionalizada em Atenas apenas durante o governo de Demétrio de Falero no período helenístico, indicam que o ex-legislador pode ter introduzido tais oficiais também em Alexandria.

Documentação escrita e instrumental teórico metodológico

Para tratar a expatriação, espaço e poder na Grécia helenística, foram selecionadas diferentes tipos de documentações. A primeira delas é a carta escrita por Aristeas direcionada a seu irmão, sendo, a obra *Letter of Aristeas*, a biografia de Demétrio de Falero, escrita por Diógenes Laércio, denominada *Demetrius* e também a biografia *Life of Demetrius*, escrita por Plutarco. Ademais, serão analisadas também duas inscrições denominadas The Hibeh Papyri I e The Hibeh Papyri II e um livro de anedotas escrito por Claudio Eliano.

¹¹⁴¹ COLLINS, N. L. Demetrius of Phalerum, Librarian in the Library of Ptolemy I. In: *The Library in Alexandria and the Bible in Greek*, 2000, p. 82-114.

¹¹⁴² STROOTMAN, R. *The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East, 336-30 BCE*. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Utrecht, Países Baixos, 2007, p. 200-202

A forma narrativa comumente conhecida como a Carta de Arieteas é encarada por alguns historiadores como uma obra típica da apologética judaica, a qual visava à autodefesa e à propaganda. A temática da carta abordava a Septuaginta e é comunicada por Aristeas a seu irmão Filócrates.¹¹⁴³ Esta aborda a atuação de Demétrio de Falero na Corte dos Ptolomeus através de sua presença no aconselhamento e controle do espaço da Biblioteca de Alexandria, o que pode elucidar os aspectos levantados neste projeto. Ademais, a obra é posterior ao período de atuação de Demétrio como diretor da Biblioteca de Alexandria e está inserida em uma discussão acerca da propaganda ou não das leis judaicas e desse modo, expõem o trabalho de Demétrio nas atividades bibliotecárias.

O trabalho de Diógenes Laércio consistiu na escrita de dez livros, dentre os quais analisaremos o *Vitae Philosophorum*¹¹⁴⁴, precisamente a biografia de Demétrio de Falero, intitulada de *Demetrius*, presente no livro cinco. O autor quase nunca elogia ou critica diretamente as personagens que descreve, nem arrisca qualquer opinião própria e inequívoca sobre como alguém pode melhor empreender a filosofia como um modo de vida. Sendo assim, de acordo com Miller¹¹⁴⁵, sua visão filosófica era obscura. Em sua biografia de Demétrio, Diógenes elucida acerca da atuação política e filosófica do filósofo e legislador, no entanto, de maneira breve e pouco detalhada. O documento em questão será capaz de nos ajudar a inferir sobre a atuação político-cultural de Demétrio, mesmo que sua escrita seja posterior ao período, uma vez que entende-se tal texto como uma representação do período anterior.

A outra fonte biográfica selecionada é de autoria de Plutarco, no entanto, não corresponde a uma biografia de Demétrio de Falero e sim de Demétrio Poliorcetes.¹¹⁴⁶ Para Leão¹¹⁴⁷ é surpreendente que Plutarco não tenha escrito uma biografia de Demétrio, mas escreve sobre estadistas que interagiram de perto com o Falereu. Nesta obra, estão presentes algumas ações de Demétrio, sobretudo após o seu exílio, na condição de expatriado na corte de Ptolomeu I Sóter. Portanto, mesmo que não seja uma escrita sobre sua vida, contém elementos que auxiliarão na pesquisa do ganho particular produzido pelo legislador na cidade de Alexandria.

¹¹⁴³ ARISTEAS, Lettera a Filocrate. Text translated by H. St. J. Thackeray. In: THACKERAY, H. ST. J. The Letter os Aristeas. New York: The MacMillan Company, 1918.

¹¹⁴⁴ DIOGENES LAERTIUS. Demetrius. Traduzido por Pamela Mensch. In: MILLER, J. Lives of the Eminent Philosophers: Diogenes Laertius. Oxford University Press, 2018, p. 249-253

¹¹⁴⁵ MILLER, J. Lives of the Eminent Philosophers: Diogenes Laertius. Oxford University Press, 2018, p. 9

¹¹⁴⁶ PLUTARCUS. Demetrius. Traduzido por Bernadotte Perrin, In: Plutarch's Lives. Harvard University Press: Massachusetts, 1959.

¹¹⁴⁷ LEÃO, D. Demétrio de Fáleron e a reinvenção da polis democrática. In: SEEAETIANI, B. B.; LEÃO, D.; SANO, L.; SOARBE, M.; WERNER, C. A poiesis da democracia, Coimbra University Press: Coimbra, 2018, p. 241

Duas inscrições também serão utilizadas nesta pesquisa. Estas foram encontradas no curso das explorações papirológicas realizadas no Egito, por volta de 1902/1903, na vila de El-Hibeh. A primeira inscrição é conhecida como The Hibeh Papyri I¹¹⁴⁸, datada por volta do ano de 265 a.C. e faz parte de um decreto real que regula a constituição de uma das cidades gregas do Egito. A Segunda delas, conhecido como The Hibeh Papyri II¹¹⁴⁹, possui inscrições datadas aproximadamente do segundo quarto do terceiro século e descrevem as obrigações e qualificações dos oficiais da *gynaikonmoi*, magistratura grega instituída por Demétrio de Falero em Atenas, o que nos mostra que é possível que a atuação de Demétrio também tenha contribuído para a transformação da legislação das cidades gregas em Alexandria.

Por fim, a última fonte selecionada foi a obra *Varia Historia*¹¹⁵⁰, uma coleção de anedotas do sofista Claudio Eliano, presente no livro três. Aeliano era um romano, que viveu de 170-235 d.C. Nesta obra, o autor menciona que Demétrio de Falero assumiu cargo da legislação no Egito, associado a Ptolomeu I Sóter e por isso será possível mapear a atuação político-cultural do ex-legislador de Atenas em sua condição de expatriado em outro território.

Tal pesquisa pode ser pensada por meio de um repertório de conceitos capazes de dar conta da atuação político-cultural de Demétrio após seu exílio voluntário. São eles: espaço, expatriação, poder simbólico e representações.

Peter Burke elabora na obra *Perdas e Ganhos: Exilados e Expatriados na História do Conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*¹¹⁵¹, de 2017, uma análise sobre o vocabulário do exílio, o que mostra que este conceito não seria o mais adequado a se aplicar no caso de Demétrio de Falero, uma vez que o caso dele parece estar mais atrelado à noção de expatriado, visto que o emprego deste termo evoca a migração no sentido voluntário, como se os indivíduos fossem "empurrados" para fora de sua cidade, obscurecendo as escolhas que os refugiados tinham de fazer.

O conceito de poder simbólico, cunhado por Pierre Bourdieu e presente e elucidado em sua obra *O Poder Simbólico*¹¹⁵², de 1989, nos será útil na medida em que investigaremos a afirmação do programa político de Demétrio na corte dos Ptolomeus, isto porque, o ex-legislador ateniense

¹¹⁴⁸ [P. HIB. I. 28]. In: The Hibeh Papyri I. In: GRENFELL, B. P.; HUNT, A. S.; TURNER, E. G. The Hibeh Papyri. Egypt Exploration Fund: London, 1906.

¹¹⁴⁹ [P. HIB. II. 196]. In: The Hibeh Papyri II. In: BINGEN, J. Le papyrus du gynéconome (P. Hib. 196). Chronique d'Égypte, 1957, p. 337–339

¹¹⁵⁰ CLAUDIUS AELIANUS. *Varia Historia*. Editado e traduzido por N. G. Wilson. In: WILSON, N. G. (Ed.). *Aelian: Historical Miscellany*. Harvard University Press: London, 1997.

¹¹⁵¹ BURKE, P. *Perdas e Ganhos: Exilados e Expatriados na História do Conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

¹¹⁵² BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

estava na condição de um expatriado e gerou um impacto nas instituições da cidade de Alexandria muito maior do que já fora proposto anteriormente. Sendo o poder simbólico um poder de construção da realidade que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo, será possível, através da operacionalização deste, compreender as dinâmicas que permitiram a atuação de Demétrio na simbiose de Alexandria com Atenas.

A perspectiva de espaço é evocada nesta pesquisa, na medida em que Demétrio de Falero atua sob um espaço de grande importância na Corte dos Ptolomeus. O conceito foi extraído de Graham Fairclough em *Meaningful constructions – spatial and functional analysis of medieval buildings*¹¹⁵³, de 1992. O autor relaciona o espaço também à sua dimensão arquitetônica e pontua que os edifícios são, talvez, a nossa principal evidência acerca da cultura e sociedade, em grande parte do passado e podem oferecer uma rica fonte de dados para os padrões sociais e relacionamentos. Dentro desta perspectiva, pessoas de grande influência social podem transformar a ordem espacial em mecanismos pneumônicos que refletem sua posição superior, afirmando seu poder. A análise do espaço ilustra assim a interação e sobreposição de algumas das funções administrativas e esferas de influência política.

O conceito de representação, presente nas reflexões de Roger Chartier, na obra *A História Cultural: entre práticas e representações*,¹¹⁵⁴ de 1990, nos será útil na medida em que as representações representam um mecanismo de leitura da compreensão que um grupo faz de si e dos outros e da forma como constroem sua própria história ou a outra história. Assim, aplicar este conceito contribui para a melhor compreensão e leitura das fontes selecionadas para esta pesquisa, uma vez que todas são de autoria de indivíduos que não Demétrio de Falero e muitas são posteriores ao período de vida e atuação do ex-legislador de Atenas, assim, é possível analisar tais documentações.

Quanto à metodologia de exploração das fontes, me debruçarei nas reflexões de Laurence Bardin (2006) acerca da *Análise de Conteúdo*, utilizando o método da Análise de Conteúdo, que proporciona a organização do conteúdo presente nos documentos.¹¹⁵⁵ Dito isso, nossa grade de leitura tem como primeiras categorias a referência dos espaços mencionados nas obras, elemento que permite a noção da atuação política que diziam respeito à trajetória de Demétrio. Também é destinada uma categoria aos cargos que Demétrio desempenha na Corte dos

¹¹⁵³ FAIRCLOUGH, G. *Meaningful Constructions – Spatial and Functional Analysis of Medieval Buildings*. Antiquity, 1992, p. 348-366.

¹¹⁵⁴ CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

¹¹⁵⁵ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

Ptolomeus. Além disso, as ações políticas perpetradas pela atuação de Demétrio nestes cargos constituem também outra categoria de análise.

Considerações finais

O tema proposto para este trabalho é fruto de uma proposta de pesquisa de mestrado, ainda em seu estágio inicial. Sendo assim, a partir das questões e dos métodos que foram apresentados, buscarei inferir sobre a atuação política de Demétrio em sua trajetória, examinar a relação entre o ex-legislador e a Corte dos Ptolomeus, mapear a sua trajetória política em termos de espacialidade, legislação e cargos ocupados, bem como inferir sobre o ganho particular à corte de Ptolomeu I Sóter produzido por ele na condição de expatriado.

Tendo isso em vista, juntamente à análise das fontes selecionadas, uma das hipóteses traçadas é de que a atividade exercida por Demétrio no Egito do século III a.C., se constitui não só como o lugar da afirmação de uma identidade propriamente helenística, mas também como a afirmação de seu programa político-cultural, o qual não obteve êxito em Atenas. Outra delas é de que a chegada de Demétrio na corte veio para reforçá-la e produz um ganho particular à corte de Ptolomeu I, reforçando também suas redes de relações de poder. E por fim, tentarei demonstrar que para além de características legislativas, espaciais e culturais próxima de Atenas, o que percebe-se neste período é uma verdadeira simbiose de Alexandria com Atenas, constituindo características próprias e que vão ao encontro das reformas e presença do legislador grego na atuação político-cultural da cidade.

O colapso do tempo histórico na obra de Roberto Schwarz

Vitor Morais Grazianni¹¹⁵⁶

Resumo: Desde o início de sua produção intelectual, o crítico literário Roberto Schwarz vem trabalhando em suas análises a correlação, sempre dual e combinada, entre o arcaico e o moderno. Estes entes se encontram presentes em ensaios seminais seus como *As ideias fora do lugar*, em que há a constatação da persistência de elementos arcaicos estruturantes que se pensavam superados pelo moderno, e *Cultura e política, 1964 – 1969*. Este último, entendido como a interpretação dos custos da derrota causada pela contrarrevolução representada pelo golpe civil-militar de 1964, é compreendido como o primeiro sinal daquilo que Milton Ohata chamou de “futuro estático” na obra de Schwarz. Esta comunicação visa, neste sentido, à luz do horizonte de expectativas rebaixado presente em ensaios de Schwarz como *Fim de século* e *Verdade Tropical: um percurso de nosso tempo*, uma análise da desintegração do ambiente utópico dos anos nacional-desenvolvimentistas e, por consequência, da racionalização do tempo histórico causada por 1964. Sob esta égide, será possível investigar a construção de uma nova ordem nacional causada pela Ditadura Civil-Militar que, vitoriosa, embutiu no seio do país uma acachapante vitória do capitalismo plutocrático e autoritário, enterrando o projeto de nação presente nos anos pré-golpe e compelindo ao Brasil redemocratizado de 1985 a sua continuidade, apesar do fim do Regime instaurado em 1964.

Palavras-chave: Roberto Schwarz; Tempo histórico; Ditadura Civil-Militar; 1964; Modernização capitalista.

Mas então, que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufo impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de López, andam muito mais depressa.
(Machado de Assis – A semana)

Nova Tropicália, velha ditadura
Nossa represália, fuga da vida dura
Ação necessária por nossa bandeira
Que isso é a reforma agrária da música brasileira

[...]
Eu falo de suor e calos, traumas e abalos
Almas e ralos, São Paulo, fumaça feia
Capitães do mato *versus* capitães de areia
(Emicida/Felipe Vassão – Samba do Fim do Mundo)

¹¹⁵⁶ Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisa de Iniciação Científica (IC), sob orientação do prof. Dr. Francisco Alambert, sobre as leituras de José Ramos Tinhorão e Roberto Schwarz acerca do Tropicalismo. É contemplado com bolsa de IC pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo 2022/01053-0. Contato: vitor.morais@usp.br
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Introdução: a nova utopia

O poeta paulista Régis Bonvicino tem investigado em suas últimas intervenções aquilo que denominou de “a nova utopia”. O primeiro poema da série, *A nova utopia (1)* possui alguns trechos provocativos que leio a seguir: “A nova utopia é inclusiva, participativa. A nova utopia é o coro afinado dos descontentes. É um ex-guerrilheiro, de porte avantajado, homem forte do governo.” Mais adiante: “A nova utopia é nosso dever como cidadãos”. E ainda: “A nova utopia tem logo e slogan. Condena chacinas na periferia. A nova utopia emite notas de repúdio, lança abaixo-assinados; defende o grafite; a nova utopia prega a bicicleta. A nova utopia é o respeito incondicional ao nanismo”¹¹⁵⁷. A esta altura o ouvinte deve estar se perguntando: mas o que tem a ver um poema sobre uma nova utopia em uma comunicação que versa sobre o colapso do tempo histórico na obra de Roberto Schwarz, tema portanto cujo horizonte de expectativas é rebaixado e, ato contínuo, não muito convidativo às utopias?

Ora, estamos falando de tempos históricos distintos, e que podem até mesmo coexistir em um mesmo tempo físico, se assim quiser o ouvinte. Quero com essa digressão sobre a poesia de Bonvicino apontar para os diferentes tempos históricos possíveis dentro da experiência brasileira. Indo direto ao ponto: se um tempo colapsou na obra de Schwarz – e logo veremos de qual se trata –, por conseguinte, outro tempo se impôs. E Bonvicino está justamente versando sobre este novo tempo da matéria brasileira. Mas antes vamos falar um pouco sobre a ideia de tempo histórico e seu percurso na trajetória brasileira.

Um tempo que ficou pelo caminho

A experiência brasileira, afinal, congregou diferentes tempos históricos. Até aí, nenhuma grande novidade. O pulo do gato está, todavia, que um destes tempos foi abatido em pleno voo. Digredindo um pouco para seguir a leitura do historiador João Paulo Pimenta, há tempos e tempos, o que não impede que na modernidade, se constitua um tempo dominante sob os demais¹¹⁵⁸:

A modernidade mais recente não tem apenas um único tempo social, e sua estrutura não é inteiramente nova: uma vez estabelecida, essa modernidade nunca destruiu por completo a antiga ideia de que a história é capaz de ensinar algo ao presente¹¹⁵⁹.

¹¹⁵⁷ BONVICINO, Régis. **Deus devolve o revólver**. São Paulo: De Lírio Records, 2019, faixa 01.

¹¹⁵⁸ PIMENTA, João Paulo. **O livro do Tempo: uma História Social**. São Paulo: Edições Almedina/70, 2021, p. 27/281.

¹¹⁵⁹ PIMENTA. **O livro do Tempo**, p. 279.

Do fim ao cabo, quero me debruçar aqui sobre os tempos sociais que existiram na modernidade brasileira. A ladainha é sabida: em 1930, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas, é alçado ao poder por meio de uma revolução à brasileira – utilizo o termo aqui muito mais pela transformação causada no aparato dirigente brasileiro que pela efetiva participação popular no processo, afinal, não custa lembrar a ordem do dia daqueles tempos: “Façamos a Revolução antes que o povo a faça”. Com este ato, o país foi remodelado: passamos de nossa vocação agroexportadora, que no limite ainda bebia nos estertores daquilo que Caio Prado Jr. chamou de “Sentido da Colonização”, para tentar ingressar no concerto industrial das nações.

Acontece que este tempo histórico, este novo tempo brasílico, que de novo não tinha nada pois a industrialização já era realidade fundante na Inglaterra há um bom tempo, como já dito, foi abatido em pleno voo, mais especificamente no dia 31 de março de 1964. Conforme o filósofo Paulo Arantes, a grande missão histórica que a Ditadura Civil-Militar brasileira, instaurada, em verdade, mais no dia 1º de abril de 1964 que na data supracitada, se impôs, foi varrer para debaixo do tapete a Era Vargas¹¹⁶⁰. Mais: aniquilar, no sentido estrito do termo, aquele tempo histórico vivido até então, de modo que, somado ao fato de a esquerda não ter, ainda com Arantes, acusado suficientemente o golpe¹¹⁶¹, ter se eliminado do horizonte toda e qualquer energia revolucionária, isto é, de ruptura com esta contrarrevolução que deixava pelo caminho o sonho de “Brasil, país do futuro”, ao menos na acepção positiva do termo.

Finalmente chegando ao meu objeto, alguns dos mais seminiais ensaios do maior crítico dialético vivo, segundo Franco Moretti, que é Roberto Schwarz¹¹⁶², penso que toda sua obra ensaística orbita estas por estas questões. Ou seja, toda sua obra se encontraria envolvida naquilo que Milton Ohata chamou de “futuro estático”¹¹⁶³, em outras palavras, um horizonte de expectativas que existe, mas que é imutável – nosso diagnóstico do progresso aliado ao arcaísmo: as ideias estariam assim, de fato, fora do lugar.

A derrota em Roberto Schwarz

¹¹⁶⁰ ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a Era da Emergência**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014, p. 293.

¹¹⁶¹ ARANTES. **O novo tempo do mundo**, p. 282.

¹¹⁶² MORETTI, Franco. **A new intuition: on Roberto Schwarz's critical work**. *New Left Review*, n° 131, September-October 2021.

¹¹⁶³ OHATA, Milton. **Progresso à moda brasileira**. *Piauí*, n° 69, jun. 2012.

Aproveitando a deixa dada àquele que é talvez o ensaio mais mal compreendido de Schwarz, queria voltar-me a outro que, a meu ver, resume toda sua obra. Falo de *Cultura e política, 1964 – 1969 – alguns esquemas*, publicado originalmente na França em 1970. Recentemente, foi descoberto por Marcelo Lotufo nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, um documento que alertava para os perigos deste ensaio, chegando até a se referir a uma “equipe de trabalho” que teria atuado em sua consecução¹¹⁶⁴. A preocupação dos milicos não seria em vão: Schwarz fazia ali uma elegia à derrota representada por 1964. Já antevendo noções que desembocariam em suas *Ideias fora do lugar*, publicado preliminarmente em 1973, o autor desenvolvia com rara lucidez as fragilidades do estratagema que sustentou as esquerdas até o golpe, alertava para nosso arcaísmo e concluía acenando, do exílio, à luta armada.

Arrisquemos uma radiografia de *Cultura e política*, para além da já conhecida formulação de que, apesar da ditadura de direita, havia hegemonia cultural à esquerda até o Ato 5¹¹⁶⁵. Começemos pela análise de que a aliança forjada entre o Partido Comunista Brasileiro e os dirigentes populistas fora frágil:

Muito mais anti-imperialista que anticapitalista, o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro¹¹⁶⁶.

Esta colocação é interessante pois desloca Roberto, que fora um dos participantes do aclamado “Seminário Marx” da Faculdade de Filosofia da USP, do eixo comum deste evento. Relembremos que foi a partir de uma leitura original e primeira de Marx que intelectuais como Fernando Henrique Cardoso construíram sua crítica ao chamado “populismo” que teria vigorado de 1930 ao golpe de 1964. Para este último, aliás, e retomando a citação feita, este “setor industrial, nacional e progressista” a que se referiu Schwarz, não seria tão nacional assim: “No que dependesse da burguesia industrial, que era quem pesava mais na balança, o rumo estava tomado: ‘satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada na agricultura’, ela renunciara a tentar a ‘hegemonia plena da sociedade’”¹¹⁶⁷. Schwarz parece, aqui, não anular os problemas ligados a este regime que seus companheiros de Seminário apontaram. Todavia, reconhece que, por detrás desta frágil aliança, haveria progressos – numa conhecida frase deste

¹¹⁶⁴ SCHWARZ, Roberto. **Seja como for: entrevistas, retratos e documentos**. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2019, pp. 11 – 14.

¹¹⁶⁵ SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 71.

¹¹⁶⁶ SCHWARZ. **O pai de família**, p. 75.

¹¹⁶⁷ SCHWARZ, Roberto. **Seqüências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 99.

ensaio: “O país estava irreconhecivelmente inteligente”¹¹⁶⁸ – que poderiam, ainda que de maneira desigual e combinada, inserir definitivamente o Brasil na marcha para o futuro

Acontece que havia uma pedra no meio do caminho. O colapso deste tempo dominante do capitalismo à brasileira veio junto de uma reposição de elementos arcaicos que se pensavam superados¹¹⁶⁹ – e talvez seja esta a síntese de seu controvertido ensaio *As ideias fora do lugar*¹¹⁷⁰ – que transformaram 64 numa “gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc”¹¹⁷¹. Manifestações estas que o Tropicalismo e o Teatro Oficina valorizariam, de modo a reconectar as experiências artísticas ao velho tempo do mundo brasileiro – não à toa que serão justamente estas experiências as mais criticadas por Schwarz neste ensaio.

Do fim ao cabo, penso que 64, junto à *Cultura e política*, consegue, se não resumir, explicar toda a obra de Roberto. Ao constatar o tamanho da derrota, bem como sua necessidade de “liquidar a própria cultura viva do momento”¹¹⁷², não haveria mais opção de futuro. O futuro seria sempre este: um desenvolvimento desigual e combinado em que, à luz branca do ultramoderno, na expressão utilizada para descrever o Tropicalismo¹¹⁷³, nosso substrato arcaico, que Machado de Assis visou denunciar, se mantivesse operante. Não à toa que *Cultura e política* termine, a partir de *Quarup*, o romance guerrilheiro de Antonio Callado, a endossar a luta armada: o último respiro (artificial) em direção a um horizonte revolucionário que não viria.

Tempos modernos?

Passando do vinho para a água, Lulu Santos, grande nome da instituição MPB na sua ramificação pós-tropicalista, escreveu uma canção muito interessante sobre o novo tempo que se imaginou para o Brasil com o fim da Ditadura. Ora, findo o regime de espoliação do povo brasileiro, era hora do reencontro celestial deste povo com o futuro. Claro que o que não se pensava, para voltar a falar com Arantes, era que aqueles vinte e um anos passados não haviam ficado para trás: “pelo menos no que se refere às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares e Segurança Pública – convenhamos que não é pouca coisa –, a Carta outorgada

¹¹⁶⁸ SCHWARZ. *O pai de família*, p. 75.

¹¹⁶⁹ CEVASCO, Maria Elisa. *Modernização à brasileira*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 59, 2014, p. 207.

¹¹⁷⁰ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2012.

¹¹⁷¹ SCHWARZ. *O pai de família*, p. 83.

¹¹⁷² SCHWARZ. *O pai de família*, p. 73.

¹¹⁷³ SCHWARZ. *O pai de família*, p. 87.

pela Ditadura em 1967, bem como sua emenda de 1969, simplesmente continua em vigor. Simples assim”¹¹⁷⁴.

Agora, com a palavra Lulu: “Eu vejo a vida melhor no futuro / Eu vejo isso por cima de um muro / De hipocrisia que insiste em me rodear”. Mais: “Eu vejo um novo começo de era / De gente fina, elegante e sincera / Com habilidade pra dizer mais sim que não”. E o refrão: “Hoje o tempo voa, amor / Escorre pelas mãos / Mesmo sem se sentir / Que não há tempo que volte, amor / Vamos viver tudo que há pra viver / Vamos nos permitir”¹¹⁷⁵. Evoco a canção *Tempos Modernos*, como o ouvinte deve ter percebido, para refletir sobre este horizonte de expectativas elevado que se construiu quando da irrupção da já finada Nova República. Há esperança – a vida melhor no futuro – apesar da hipocrisia que rodeia o eu-lírico. Há a esperança para um novo tempo, uma nova era, com mais otimismo que pessimismo, ainda que o tempo voe. Há uma necessidade de se fazer no hoje tudo para ontem. Mas, do fim ao cabo, há esperança. A vida vai mudar e o Brasil irá encontrar seu futuro.

Ora, fiz todo esse malabarismo para mostrar como Roberto Schwarz vai, nesta altura de nosso “futuro estático”, na contramão do *mainstream* – Tropicalista, por sinal, isto é, aclimatado ao capitalismo brasileiro. Em 1987, Roberto lançou o seu livro de ensaios *Que horas são?*, à luz deste momento histórico atravessado. Hora de revolução ou de estagnação? A pergunta pairava no ar. Em texto de 1985, célebre pela polêmica envolvida, Schwarz, comentando o poema *Póstudo*, do concretista Augusto de Campos, irá dizer que ele refletia “o fracasso e a irrelevância do movimento cultural das vanguardas de nosso século”¹¹⁷⁶, que teria no Tropicalismo seu expoente máximo. Como que respondendo à canção de Lulu, dirá Roberto: “Onde a negatividade dava conta da resistência do real, a positividade faz que ele evapore”¹¹⁷⁷.

Em outras palavras, onde a realidade dava conta do que era factual, a positividade fazia com que se vivesse uma ilusão. Esta formulação encontraria, no mesmo volume, um exemplo no ensaio sobre o célebre documentário de Eduardo Coutinho *Cabra marcado para morrer*. Inicialmente produzido para narrar a história do líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado no pré-golpe, a obra fora interrompida forçosamente pela pedra de 1964. Após a anistia, Coutinho decide retomar o projeto, nunca morto, e vai atrás da viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira. No

¹¹⁷⁴ ARANTES. *O novo tempo do mundo*, p. 289.

¹¹⁷⁵ SANTOS, Lulu. *O último romântico*. Rio de Janeiro: Warner Music Brazil, 1983, faixa 08.

¹¹⁷⁶ SCHWARZ, Roberto. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 61.

¹¹⁷⁷ SCHWARZ. *Que horas são?*, p. 64.

momento de maior ápice da aérea esperança brasílica, Schwarz dirá acerca deste reencontro de um intelectual com o ente povo:

É como se no momento mesmo em que a parte melhor e mais aceitável da burguesia brasileira assume o comando do país – um momento a ser saudado! – o filme também melhor dos últimos anos dissesse, pela sua própria constituição estética e sem nenhuma deliberação, que num universo sério esta classe não tem lugar¹¹⁷⁸.

Todo este horizonte de expectativas rebaixado encontraria seu ápice no seminal ensaio *Fim de Século*, reunido em *Sequências Brasileiras*. Ali Roberto irá atestar que o desenvolvimentismo que havia permitido ao país décadas atrás estar irreconhecivelmente inteligente, havia falido – ou melhor, teria se vertido em uma ideia vazia, para a qual não havia mais dinheiro¹¹⁷⁹. Não à toa, que a grande conclusão deste ensaio, que já se anuncia fatídico ao encerrar dizendo que o capitalismo continua empilhando vitórias, será que:

a falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolvido a sociedade de alto a baixo, abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação. Se for assim, o que está na ordem do dia não é o *abandono* das ilusões nacionais, mas sim a sua *crítica especificada*, o acompanhamento de sua desintegração, a qual é um dos conteúdos reais e momentosos de nosso tempo¹¹⁸⁰.

Conclusão: a era da desagregação

Pois bem, partindo para uma breve conclusão, queria falar um pouco sobre as intervenções de Roberto Schwarz nesta era da desintegração. Afinal, as esculhambações e destruições são infinitas e o poço só parece aumentar de profundidade. Mas antes, um retorno. Em 2012, Schwarz nos brindou com mais um volume de ensaios, *Martinha versus Lucrecia*, que, a seu modo, refletia, no auge do retorno ao desenvolvimento à brasileira que o lulismo representou, sobre as energias utópicas dos anos 1960. No ensaio que mais rendeu comentários, Roberto se voltou ao livro de formação de Caetano Veloso, *Verdade Tropical*: era um percurso de nosso tempo. Como explicar que, apesar de tudo que falamos até aqui, os tropicalistas tenham conseguido impor sua agenda cultural? Como entender que aqueles nomes, como Capinam e Gil, que haviam atuado nos Centros Populares de Cultura (CPC), tenham se vertido em arautos dessa conjugação entre arcaico e moderno que 64 representou? Verticalizando a análise em Caetano, certamente o grande nome

¹¹⁷⁸ SCHWARZ. *Que horas são?*, p. 77.

¹¹⁷⁹ SCHWARZ. *Sequências brasileiras*, p. 158.

¹¹⁸⁰ SCHWARZ. *Sequências brasileiras*, p. 160.

daquilo que a filósofa Nancy Fraser chamou de “neoliberalismo progressista”¹¹⁸¹ no Brasil, Schwarz irá apontar como este capitulou. Com a palavra, Roberto:

não foi a limitação intelectual da esquerda o que levou Caetano a fazer dela o seu adversário. A razão da hostilidade terá estado simplesmente nas reservas gerais dela ao capitalismo vencedor, na negatividade estraga-prazeres diante da voragem da mercantilização que se anunciava¹¹⁸².

Em outras palavras, os Tropicalistas sintonizaram o espírito do tempo gestado por 1964 e racionalizaram sua atuação neste (novo) espaço de tempo da experiência brasileira.

Acontece, e aí chegamos ao nosso tempo presente, da desagregação de tudo e todos, que havia algo de podre no reino da Tropicália. Ao menos desde 2013, o Brasil tem vivido uma série de inflexões que, se não comprovam o que Schwarz vem escrevendo desde “Cultura e política”, exemplificam: a reposição do atraso nos momentos de maiores solavancos modernos. Já naquele distante e próximo 2013, em uma intervenção feita curiosamente no Teatro Oficina, Roberto irá propor que aquele momento marcava o renascimento do espírito crítico após a adesão cega à Globalização nos anos FHC, continuada de maneira *sui generis* nas gestões petistas. Mais: este renascimento da crítica poderia simbolizar uma possibilidade de redenção, um se encarar diretamente o Brasil de fracassos que havia emergido às ruas naquele fatídico Junho. Mas alertava, também, para a possibilidade de um aventureiro verter-se no maior beneficiário dos protestos¹¹⁸³.

O desfecho é sabido. Um golpe parlamentar, uma eleição fraudada e uma guerra civil anunciada para os próximos meses. Se Junho representou uma possibilidade de repactuação da desagregação, ela ainda ficou por florir. Em entrevista dada à Claudio Leal em 2019, Schwarz apontou para as equivalências entre 64 e 2018: em ambos os momentos “um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se, o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização”¹¹⁸⁴. Maior demonstração de um “futuro estático”, para retomar a valiosa expressão de Milton Ohata, inexistiria. Como acrescentou na nota de rodapé de 1978 que abre *Cultura e política*, “O leitor verá que o tempo passou e não passou”¹¹⁸⁵. Em síntese, a revanche da província outra vez mais.

¹¹⁸¹ FRASER, Nancy. **Do neoliberalismo progressista a Trump – e além**. *Revista Política e Sociedade*, v. 17 (n.º 40). Florianópolis, dez. 2018, p. 47.

¹¹⁸² SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 90.

¹¹⁸³ CEVASCO, Maria Elisa. **A crítica cultural lê o Brasil**. In: SINGER, André/LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo editorial, 2014, pp. 278 – 279.

¹¹⁸⁴ SCHWARZ. Seja como for, p. 327.

¹¹⁸⁵ SCHWARZ. O pai de família, p. 70.

Epílogo: um novo tempo?

Para finalmente encerrar, um pequeno exercício de futurologia. Já neste 2022 tão aguardado e temido, Roberto Schwarz publicou *Rainha Lira*, uma peça teatral extremamente madura sobre nossa barafunda. A peça, que fecha com o retorno triunfante do rei, identificado com Lula, para um *revival* mais do mesmo, aponta também para a profundidade de nossa fratura. Estudantes em revelia invadem o palácio do governo sem muito saberem o que querem. A Rainha Lira, identificada com Dilma, foge do palácio temendo um desastre e acaba indo parar numa favela. Lá, encontra o Chefão que lhe dá uma grande surra verborrágica:

Que história mal contada. Quer dizer então que os bárbaros somos nós? Na maior caradura, vocês nos deixaram ao deus-dará, morando em buracos, sem trabalho nem comida, para não falar em salário e aulas de português. [...] Vivendo de biscates, acuados pela miséria e achacados pela política, agradecíamos qualquer esmola, como pau para toda obra que somos. [...] Assim, de viração em viração, fomos aprendendo. Hoje sou subversivo assumido. Conspiro *full time*, faço política clandestina, muitas vezes com sócios seus, minha vida é de guerrilheiro, não respeito a propriedade privada, roubo o Estado sempre que posso e vou preso a torto e a direito. [...] Dito isso, além de patrimônio, estou acumulando importância. E visível, só os progressistas não notam. Vocês ouviram falar em dualidade de poderes? É uma ideia da esquerda revolucionária, que estou reciclando pela direita. Segundo os comunistas, haveria um momento em que os trabalhadores, à margem da lei, sem pedir licença, pela força das coisas, por serem numerosos – como nós agora –, ganhariam peso a ponto de governar a marcha da sociedade, deixando os proprietários pendurados na brocha. É exatamente o que estamos fazendo, só que em lugar de socialismo nós vamos implantar o condomínio do medo¹¹⁸⁶.

Para voltar à Bonvicino, a nova utopia morre na praia, cerceada pela vigilância do condomínio do medo e pelo exercício da liberdade de quem nunca teve seu direito a conhecê-la garantido. O novo/velho tempo do mundo da experiência brasileira que Schwarz vem realçando desde sua inauguração, naquele distante e próximo 1964, este sim, o ano que não terminou. Nesta hora dramática, o papel dos intelectuais dá Bonvicino: “O poema negativo denuncia a barbárie”¹¹⁸⁷. Ao povo, fica o chamado irônico de Renan Inquérito: “Se a História é nossa, deixa que nós escreve”.

¹¹⁸⁶ SCHWARZ, Roberto. **Rainha Lira**. São Paulo: Editora 34, 2022, p. 76 – 77.

¹¹⁸⁷ BONVICINO, Régis. **Estado crítico**. São Paulo: Hedra, 2013, p. 13.

Urbanidade e Modernidade: A construção dos Espaços Urbanos no Brasil

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Empreendedorismo e mobilidade: o imigrante italiano no cenário urbano mineiro (1870-1907)

Victor Frascarolli Calçado

Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
victorfcalçado@gmail.com

RESUMO: O século XIX ficou marcado pelas correntes migratórias provenientes, principalmente, do continente europeu em crise. A América foi o destino de boa parte desses imigrantes, que fugindo da fome e da pobreza, encontraram no “Novo Mundo” a oportunidade de constituírem uma nova vida. Foi esse, pelo menos, o objetivo dos italianos que se fixaram em terras brasileiras, mais especificamente na Zona da Mata do estado de Minas Gerais. A cidade de Juiz de Fora, o maior centro urbano da região, recebeu a maior parte desses imigrantes, que a partir dali foram redirecionados à suas fazendas através dos contratos estabelecidos com os cafeicultores. As dificuldades enfrentadas na lavoura de café, como o não pagamento dos vencimentos, as más condições de trabalho e até mesmo o caráter violento dos proprietários, fizeram com que esses italianos abandonassem as lavouras rumo a cidade. Essa mobilidade foi uma característica marcante do italiano imigrante, resultado da insatisfação com a precariedade e o não cumprimento das cláusulas do contrato, levando-os a buscar melhores condições financeiras e sociais. Foi no centro urbano de Juiz Fora do final do século XIX, que os imigrantes encontraram a possibilidade de ascensão social, tornando-se pequenos proprietários de lojas de comércio, oficinas e até mesmo de pequenas e médias indústrias. Esse trabalho buscou analisar esse processo, analisando os fatores externos e internos dentro dessa comunidade de imigrantes italianos, assim como sua organização e estratégias utilizadas que permitiram sua mobilidade socioeconômica no meio da sociedade juizforana.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração italiana; mobilidade; empreendedorismo imigrante; urbanização.

Os imigrantes italianos chegaram ao Brasil durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Nesse período, tanto o Brasil, quanto a Itália, vivenciavam processos políticos e econômicos que influenciaram diretamente no surgimento de uma política migratória. No Brasil, esses processos foram a abolição da escravidão negra e a consolidação da economia cafeeira, tendo o café como o principal produto de exportação. Nesse sentido, houve um aumento significativo da produção nas lavouras de café, ao mesmo tempo do declínio da mão de obra negra, resultado de uma série de restrições no tráfico negro.

Diante de tal circunstância, a saída encontrada pelos políticos e cafeicultores mineiros, foi a criação de uma política de exportação de mão de obra imigrante, tendo a nacionalidade italiana como a principal opção. A escolha pela nacionalidade italiana perpassou tanto os aspectos culturais e racistas da elite política, que viam na imigração uma oportunidade de embranquecimento da sociedade brasileira, quanto pelas circunstâncias vividas na Itália a partir da segunda metade do século XIX. Em meio a um doloroso processo de unificação do seu território, período conhecido como *Risorgimento*¹¹⁸⁸, a Itália teve longos períodos de instabilidade econômica e política, o que resultou na formação de uma massa de camponeses pobres e miseráveis, muito suscetíveis a travessia oceânica para o “Novo mundo” em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, ocorreu uma verdadeira diáspora do povo italiano, contabilizando um total de 13 milhões de imigrantes italianos que se deslocaram pelo mundo entre o final do século XIX e meados do século XX. Os principais destinos os Estados Unidos da América, a Argentina e o Brasil, mas também localizações mais remotas, como a Austrália.

É importante salientar o perfil dos imigrantes italianos que vieram ao Brasil: camponeses pobres e analfabetos. Sua condição de pobreza foi percebida pelas autoridades brasileiras que fizeram, a partir disso, uma série de propagandas de incentivo à vinda dos italianos para o Brasil, vendendo o país como um lugar de prosperidade. Muitas promessas foram feitas com o objetivo de atrair a vinda dos italianos, sendo a principal delas a doação de terras férteis, prontas para serem

¹¹⁸⁸ “Risorgimento” (ou “Renascimento”, traduzido para o português) foi o termo utilizado para nomear o processo de unificação do Estado italiano, que durou de 1815 a 1870.

cultivadas e renderem um bom dinheiro para aqueles que aceitassem a empreitada. É nutrindo a esperança do enriquecimento e de melhores condições, que milhões de imigrantes italianos desembarcaram em terras brasileiras. Esse desejo foi notado como um padrão dos imigrantes italianos, que segundo Eric Hobsbawm, “não encaravam a emigração como algo permanente, eles sonhavam em fazer fortuna no exterior e depois voltar para casa, para suas vilas natais, ricos e respeitados”.¹¹⁸⁹

Entre a expectativa e a realidade, os imigrantes que vieram ao Brasil encontraram uma realidade bem distante daquela apresentada pelas propagandas. Em Minas Gerais e, mais especificamente, na região da Zona da Mata mineira, a grande maioria dos imigrantes foram empregados nas lavouras de café, substituindo, gradativamente, a mão de obra negra escravizada. Vindos dos portos do Rio e de Santos, os imigrantes eram recebidos na cidade de Juiz de Fora por meio da hospedaria Horta Barbosa, instituição que ficou responsável pelo cadastramento e direcionamento dos imigrantes para as fazendas de acordo com os contratos estabelecidos. De acordo com os dados coletados pela historiadora Norma de Góes de Monteiro, junto ao Arquivo Público Mineiro, Minas registrou, entre 1894 e 1901, a chegada de 52.568 imigrantes sendo, desse total, 47.078 de nacionalidade italiana¹¹⁹⁰.

Um outro importante documento acerca da introdução dos imigrantes italianos em Minas Gerais, é o registro de movimentação de saída de imigrantes da Hospedaria Horta Barbosa. Segundo o registro do boletim, dos 24.572 imigrantes que tiveram sua saída oficialmente registrada, 1.551 imigrantes, ou seja, 5%, decidiram permanecer na zona urbana de Juiz de Fora. Esse é um número consideravelmente alto, já que, a princípio, esses imigrantes deveriam ser alocados em colônias e lavouras nas zonas rurais do interior do Estado. O motivo dessa permanência na zona urbana e, futuramente, para o deslocamento em massa para os grandes centros urbanos mineiros do final do século XIX, como São João Del Rei, Ouro Preto e, até mesmo, a nascente cidade de Belo Horizonte, esteve relacionado com o desenvolvimento de uma característica que foi preponderante nas comunidades de imigrantes: a mobilidade espacial e socioeconômica. Boris Fausto analisou essa mobilidade do imigrante italiano e inferiu que essa radicalização para áreas urbanas contribuiu, de maneira decisiva, para o processo de urbanização e industrialização na

¹¹⁸⁹ HOBSBAWM, Eric. *EJ A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2016. P.306

¹¹⁹⁰ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.

cidade de São Paulo.¹¹⁹¹ O mesmo processo pôde ser observado na cidade de Juiz de Fora, no qual o imigrante, desde cedo, foi integrado como mão de obra nas pequenas e médias indústrias, oficinas artesanais e, até mesmo, como pequenos proprietários. Uma parcela significativa desses imigrantes foi empregada nas construções de infraestrutura, como rodovias e ferroviárias. A rodovia mais conhecida foi a *União e Indústria*, que ligava a cidade de Juiz de Fora à cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Como foi visto até aqui, os imigrantes italianos, em sua maioria camponeses pobres e miseráveis, chegaram à cidade de Juiz de Fora no final do século XIX, em busca de melhores condições de vida. No entanto, conforme os dados apresentados por Monteiro, uma parcela considerável desses imigrantes decidiu se estabelecer nos núcleos urbanos, movimento que se tornou comum também em outras regiões como a cidade de São Paulo. A razão para esse deslocamento está relacionada com as péssimas condições de trabalho encontradas no campo, uma vez que os cafeicultores, ainda muito acostumados com as relações de trabalho escravistas, mantiveram práticas de exploração violenta e desumana. Nesse sentido, apesar de o imigrante italiano ser considerado um trabalhador livre e assalariado, foram muitos os casos denunciados em que se relatam maus tratos, punições físicas e o não pagamento dos expedientes. Nos primeiros anos da política imigratória foi comum a prática de escravidão por dívida, quando a vinda dos imigrantes era subsidiada pelos próprios cafeicultores - situação que só foi alterada quando o Estado passou a subsidiar a viagem. No entanto, é importante destacar que as relações de trabalho nas cidades também tiveram suas particularidades, apesar de ainda ter apresentado uma melhora considerável em relação ao trabalho no campo. Carentes de instituições políticas que defendessem seus direitos, como sindicatos, e aliado à ausência de leis trabalhistas, o ambiente de trabalho nas indústrias tornou-se bastante nocivo aos imigrantes operários, que tinham uma carga excessiva de trabalho e um salário que não atendia suas necessidades. Dessa forma, diante de tais circunstâncias precárias de trabalho, seja no campo ou na cidade, os imigrantes desenvolveram o desejo pela ascensão social, com o claro objetivo de abandonar a instabilidade presente na condição de mão de obra assalariada. Segundo Fausto:

Em São Paulo a mobilidade horizontal e vertical é um traço marcante do imigrante instalado na frente pioneira altamente especializada na produção para o mercado internacional. Começando como assalariado, participando de um dos traços típicos da vida paulista, ou seja, a mobilidade horizontal à procura de melhores oportunidades em

¹¹⁹¹ FAUSTO, Boris. A imigração. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 2016. P.132

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

outra fazenda, o imigrante mede seu sucesso pela ascensão à condição de pequeno proprietário, pelo rápido abandono, portanto, da condição de braço assalariado.¹¹⁹²

Mas como se dava essa mobilidade? Como os imigrantes alcançavam a ascensão social e econômica em uma sociedade tão estratificada como era a sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX? Procurando responder a essas perguntas, é que a presente pesquisa buscou elencar algumas das estratégias utilizadas pelo imigrante italiano durante esse processo de mobilidade social. Basicamente, foram elencadas três estratégias: a mentalidade *self-made man*; o saber-fazer; e o associativismo imigrante. Cada estratégia foi identificada e analisada nas pesquisas de Domingos Giroletti, Marco Antônio Brandão e Rafael Bertante. As três estratégias de mobilidade dizem respeito as características e modos de organização dos imigrantes italianos, que acabaram proporcionando a eles certa vantagem em relação ao trabalhador nacional brasileiro. No entanto, inicialmente, é importante salientar que não se trata de uma exaltação do papel do imigrante, muito menos uma defesa do mérito. Primeiro que a parcela que conseguiu de fato ascender representa uma porcentagem bem pequena em relação ao restante dos imigrantes italianos. Segundo, é necessário reafirmar que os imigrantes brancos tiveram privilégios que se sustentavam por meio de uma sociedade profundamente racista. O que foi oferecido aos estrangeiros europeus, foi negado aos nacionais, especialmente aos negros recém libertos.

Tratando-se das estratégias de ascensão utilizadas pelos imigrantes, a mentalidade *self-made man* foi uma das mais importantes para esse processo. Segundo Domingos Giroletti, historiador que estudou o processo de industrialização da cidade de Juiz de Fora, os imigrantes que foram empregados na Companhia União e Indústria de Mariano Procópio, responsável pela construção da rodovia União e Indústria entre 1856 e 1864, buscaram poupar os seus salários com o claro objetivo de se tornarem donos de seu próprio empreendimento.¹¹⁹³ Foi graças a essa poupança, aliada a um mercado interno em pleno crescimento, que muitos imigrantes iniciaram seus primeiros empreendimentos, tornando-se, portanto, empresários de relativo sucesso, com pequenas vendinhas, oficinas e, até mesmo, fábricas.

No entanto, somente a economia dos salários não era o suficiente para a abertura de um empreendimento. Aliado a mentalidade *self-made man*, esteve uma outra característica importante dos imigrantes: o “saber-fazer”. O termo foi utilizado pelo historiador Marco Antônio Brandão em seus estudos acerca da mobilidade de imigrantes italianos pobres no estado de São Paulo. O “saber-fazer” imigrante foi uma característica que esteve relacionada a capacidade produtiva desses

¹¹⁹² FAUSTO. A imigração. P.145

¹¹⁹³ GIROLETTI, Domingos. A Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930). Juiz de Fora, EDUFF: 1998. P.74
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

imigrantes, ou seja, o conhecimento prévio de técnicas de produção. A razão para este conhecimento está na origem desses imigrantes, já que, a grande maioria que veio para o Brasil, era natural do norte da Itália, lugar onde o frio e o gelo castigavam os campos. Esses rigorosos invernos italianos faziam com que esses imigrantes ficassem ociosos, já que o plantio e a colheita ficavam suspensos, o que obrigavam-os a se dedicarem ao aprendizado de produção artesanais. Esses produtos poderiam ser utilizados para atender as necessidades básicas ou poderiam ser comercializados, garantindo uma renda extra às famílias camponesas. Segundo Brandão,

Esse *saber-fazer* nada mais era do que a capacidade de produzirem alguma coisa possível de ser comercializada. No inverno europeu, quando os campos ficaram cobertos de neve, os camponeses ocupavam seu tempo com os mais variados afazeres. Essas pessoas tinham de construir e reparar casas, estradas, pontes, produzir seus próprios tecidos, dentre outras coisas supridas por uma produção doméstica.¹¹⁹⁴

Aproveitando-se da carência de certos produtos no mercado interno, esses imigrantes abriram pequenos comércios e oficinas com produção elementar e familiar. Além disso, na competição do mercado de trabalho, eles obtinham vantagens graças a esse saber-fazer, principalmente nas indústrias que necessitavam de trabalho especializado. Dessa forma, o saber-fazer se constituiu como importante estratégia de mobilidade social, aliando as técnicas de produção com um mercado interno carente de produtos. Por esse ponto de vista, “podemos dizer que os imigrantes chegaram ao lugar certo, na hora certa.”¹¹⁹⁵ Segundo os dados fornecidos por Domingos Giroletti, acerca das indústrias criadas em Juiz de Fora entre 1889 e 1930, os empresários de origem imigrante foram a maioria nos ramos de metalurgia; couros, calçados e artefatos; madeira, móveis, serraria, carpintaria, marcenaria; cerâmica, cimento, marmoraria.¹¹⁹⁶ Foi o caso da fábrica de ladrilhos “Cia Pantaleone Arcuri & Spinelli”, um empreendimento de imigrantes italianos que deram importante contribuição para o ramo de construção civil na cidade de Juiz de Fora, segundo Marina da Silva Corrêa,

Detentores de novas técnicas importadas da Europa, os imigrantes italianos rapidamente se inserem no setor de construção civil. E é nesse momento que Pantaleone Arcuri ganha destaque no ramo da construção civil, a partir de uma rede de relações sociais que não só englobava outros construtores italianos já instalados na cidade, como servia de porta de entrada e estabelecimento para outros imigrantes italianos, profissionais da construção civil, que não alcançaram a projeção profissional de Pantaleone Arcuri, mas que se juntam a ele no processo de construção do espaço urbano de Juiz de Fora.¹¹⁹⁷

¹¹⁹⁴ BRANDÃO, Marco Antônio. A mobilidade social do imigrante italiano pobre no Brasil (1890-1930): uma contribuição à historiografia da imigração em São Paulo* The social mobility of poor italian immigrant in Brazil (1890-1930): a contribution to the historiography immigration. História e Cultura, v. 4, n. 1, p. 319-337, 2015.

¹¹⁹⁵ BRANDÃO. A mobilidade social do imigrante italiano pobre no Brasil (1890-1930). p.43

¹¹⁹⁶ GIROLETTI, Domingos. A Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930). p.67

¹¹⁹⁷ CORRÊA, Mariana da Silva. Os italianos na construção civil: formação do espaço urbano de Juiz de Fora (1888-1930). 2015. p.5

Por último, e não menos importante, temos uma terceira estratégia de mobilidade social: o associativismo imigrante. As associações foram entidades que tinham como principal objetivo estabelecer um mutualismo na comunidade imigrante. Elas ofereciam aos seus membros serviços como, por exemplo, suporte jurídico, medicinal e, até mesmo, serviços educacionais aos filhos dos imigrantes. Além desse suporte, as associações também tiveram um papel crucial na coesão da comunidade de imigrantes e no compartilhamento de costumes, hábitos e mentalidades, como a mentalidade *self-made man* e o *saber-fazer*. Dessa forma, muitos dos empreendimentos abertos por imigrantes em Juiz de Fora, entre 1850 e 1930, foram feitos por meio de sociedades, que contavam com dois ou mais imigrantes sócios. Segundo o historiador Rafael Bertante,

Como vimos anteriormente estes imigrantes participaram efetivamente da vida comercial e industrial da cidade, logo – não é uma regra, mas – as associações às quais muitos dos imigrantes empreendedores participavam poderiam formar pontos de apoio para o desenvolvimento dos seus estabelecimentos.¹¹⁹⁸

A partir da exposição e análise das estratégias empenhadas pelos imigrantes italianos e o cenário de desenvolvimento urbano e industrial da cidade de Juiz de Fora, podemos concluir que a ascensão social e econômica dos imigrantes ocorreu por meio de fatores internos, relacionados a forma de organização e características comuns entre esses imigrantes e, ao mesmo tempo, por fatores externos, no qual o imigrante construiu uma relação simbiótica com a cidade. Portanto, durante esse período, a cidade ofereceu ao imigrante oportunidades de ascensão social, mas também foi beneficiada pelo agregamento técnico e empreendedor do imigrante italiano durante a segunda metade do século XIX e início do século XX.

Por fim, os imigrantes italianos tornaram-se importantes objetos de estudo da história brasileira e, em especial, para a história de Minas Gerais. A chegada desses imigrantes coincide com um processo de profundas transformações na sociedade brasileira, como a urbanização e a industrialização. O intercâmbio de costumes, práticas e técnicas de produção oferecido pelos imigrantes agiu, diretamente, na formação dos grandes centros urbanos mineiros. O empreendedorismo e a mobilidade aparecem como traços característicos desse imigrante, mas também revelam o lugar privilegiado no qual os imigrantes europeus se beneficiaram, em detrimento daquilo que foi negado ao trabalhador nacional e os negros recém libertos.

¹¹⁹⁸ DE SOUZA BERTANTE, Rafael. A sociabilidade italiana na cidade de Juiz de Fora: italianos maçons e a Unione Italiana Benso di Cavour. 2018. p.2

Os conceitos de tempo e seu (s) uso (s) na identificação da cidade de São João del-Rei: um estudo de caso, jornal A Tribuna de São João del-Rei, 1914.

Mariana Alves de Araújo,

mestranda em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) | email: marianaalves.hist@gmail.com

Resumo: No ano de 1914, a celebração da Sexta Feira Santa da cidade de São João del-Rei seria marcada pela ausência de um dos elementos marcantes da cerimônia. A ausência de tal elemento tornou-se uma longa discussão na imprensa, onde foi debatida a importância de se manter ou não as tradições da cidade. Considerando que o início do século XX foi marcado predominantemente pelo ideal de ‘progresso’, onde o passado era sinônimo de ‘atraso’, a presença de certos elementos que mostrassem a continuidade do passado barroco era vista com maus olhos. Concomitantemente, a cidade de São João del-Rei era reconhecida por suas ‘tradicionalistas festas religiosas’. Em meio a essa ambiguidade, a ausência ou a presença deste elemento na Sexta Feira Santa é apenas um plano de fundo, que nos revela na realidade, como nossos ‘homens da imprensa’ se relacionavam com o tempo. E mais do que isso: como essa relação com o tempo influía na identificação da cidade, que ora era vista como ‘progressista’, ora como ‘tradicional’. Assim, para nos ajudar a entender essa relação, utilizamos da metodologia da História dos Conceitos proposta pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Como o autor coloca, os conceitos são capazes de materializar algo abstrato como concepções de tempo. Por isso, utilizando especificamente dos conceitos de tempo, fomos capazes de identificar as dimensões temporais que eram suscitadas pelos ‘homens da imprensa’, bem como o uso desses conceitos na identificação da cidade, nos levando a apreender o tempo histórico de nossos agentes. Com a História dos Conceitos, pudemos perceber que nossos ‘homens da imprensa’ sabiam que estavam convivendo com diversas dimensões temporais em seu presente, ainda que não utilizassem exatamente este termo. Essa convivência era complexa, cercada de ambiguidades e dinâmica: moldava e era moldada pelos fatos que ocorriam, e no desenrolar dos eventos as dimensões temporais se afrouxavam ou tensionavam, a depender do futuro ou do passado escolhido.

Palavras-Chave: Brasil república, História dos conceitos, Periódicos, São João del-Rei, Conceitos de tempo.

Introdução

Um conjunto de experiências, a chamada “modernidade”, teve seu ápice no final do século XIX e início do século XX. Ser moderno significava estar em um ambiente de aventuras, alegrias e transformações, e ao mesmo tempo ver a destruição de tudo aquilo que se sabia e que se tinha antes.¹¹⁹⁹ Havia novas ideias, indústrias, modas, instituições científicas, esportes, mas havia também

¹¹⁹⁹ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. Trad: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007, p.15

o colonial, o monárquico, o católico convivendo com essas inovações. Para nos utilizarmos dos termos koselleckianos, as dimensões temporais do passado e do futuro eram postas em relação, e eram tensionadas as diferenças entre o espaço de experiência (passado) e o horizonte de expectativa (futuro) no próprio presente¹²⁰⁰.

Assim, como forma de compreender essas tensões saindo de uma perspectiva dos grandes centros urbanos, abordaremos neste presente texto o contexto de uma cidade do interior de Minas Gerais, São João del-Rei. Ainda que interiorana a cidade de São João del-Rei possuía relevância, possuindo cerca de 66.747 habitantes no ano de 1912, e estando entre as 5 maiores cidades do estado de Minas Gerais neste mesmo ano¹²⁰¹. Portanto, para se fazer jus a essa posição, a elite local buscava se espelhar na capital como modelo de cidade “progressista e civilizada”, já que nesse período, na Europa Ocidental, o meio urbano era considerado um dos “sinais visíveis da civilização”¹²⁰². Assim sendo, no final do século XIX e início do século XX diversas transformações foram sendo implantadas para que São João del-Rei fosse apresentada como progressista.

Importante destacar que o presente artigo é uma tentativa de síntese da pesquisa realizada em nosso trabalho de conclusão de curso¹²⁰³, onde pesquisamos mais minuciosamente a fonte em questão, que detalharemos mais adiante. Antes de iniciarmos nossa análise, importante também deixarmos claro que nossa pesquisa se insere em uma série de pesquisas que vem sendo realizadas desde a década de 80 sobre a Belle Époque no Brasil, tendo como precursores Nicolau Sevcenko (1983, 1992)¹²⁰⁴ e Jeffrey D. Needell (1993).¹²⁰⁵

Pesquisas mais recentes focadas na análise da valorização do passado neste período, também são de extrema valia para compreendermos nosso período em questão. Destacamos os

¹²⁰⁰ REIS, José Carlos. *Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Editora FGV, 2015. 269 p.

¹²⁰¹ ESTATÍSTICA, Diretoria Geral de. *População do Brasil por municípios e estados (1907-1912)*. In: *Estatísticas Históricas do Brasil*, p. 332.

¹²⁰² GOODWIN, James Willian. *Cidades de papel: Imprensa, Progresso e Tradição*. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884 – 1914). Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2007, p. 45

¹²⁰³ ARAÚJO, Mariana Alves de. *Deixemos o passado o que lhe pertence e que o presente não suporta: O uso do figurado como estudo de caso: os conceitos de tempo e seu (s) uso (s) na identificação da cidade (Jornal A Tribuna de São João del-Rei, São João del-Rei, 1914)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Orientador: Danilo José Zioni Ferretti. São João del-Rei: UFSJ, 2021. 42 p

¹²⁰⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 257 p.; SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 390 p.

¹²⁰⁵ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993. 383 p.

trabalhos de Carolina Viana Dantas (2007)¹²⁰⁶, Tania Regina de Luca (1998)¹²⁰⁷ e Ângela de Castro Gomes (2013).¹²⁰⁸

Tratando-se da cidade de São João del-Rei especificamente, os trabalhos de Alexandre José Gonçalves Costa (2000)¹²⁰⁹ e de Kleber do Sacramento Adão (2001)¹²¹⁰ são nossa principal base para compreender o “espírito de época” do período. Principalmente o trabalho de Costa, que foi o primeiro autor – até onde pudemos localizar – que trabalhou com nossa fonte principal que analisaremos neste presente artigo. A principal diferença na análise está no fato de que o foco do autor foram as disputas em torno da religiosidade entre o clero local e os frades holandeses que chegaram para implantar a romanização, enquanto nosso foco está em apreender o tempo histórico através dos conceitos de tempo e como foram utilizados para criar uma identificação da cidade.

Análise da fonte

A fonte trata-se de um jornal semanal de São João del-Rei chamado *A Tribuna de São João del-Rei*. Foi criado por Tancredo Braga¹²¹¹ em 1914 e tinha como redatores João Jennuon Júnior e João Viegas Filho¹²¹². Tancredo Braga, além de ter sido cronista no jornal *O Repórter*¹²¹³ escrevia peças de teatro e publicou em 1913 um álbum de fotografias de São João del-Rei¹²¹⁴. Já os redatores eram membros da associação de jovens católicos¹²¹⁵ e fundadores do Minas Futebol Clube¹²¹⁶.

Para este presente artigo nos ateremos a apenas duas edições específicas do jornal das datas de: *15 de novembro de 1914* e *22 de novembro de 1914*. A escolha dessas duas edições se dá pois acreditamos que elas são uma boa síntese de uma discussão que ocorreu no jornal ao longo de cinco edições: a decisão da Ordem Terceira do Carmo de retirar o figurado na procissão da Sexta Feira da Paixão.

¹²⁰⁶ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil Café com Leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914). Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2007. 252 p.

¹²⁰⁷ DE LUCA, Tânia Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação. Unesp, 1998. 319 p.

¹²⁰⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. 220 p.

¹²⁰⁹ COSTA, Alexandre José Gonçalves. Frades na cidade de papel: a ação social católica em São João del-Rei, 1905 – 1925. Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, 2000. 302 p.

¹²¹⁰ ADÃO, Kleber do Sacramento. Devoções e diversões em São João del-Rei: um estudo sobre as festas do Bom Jesus do Matosinhos, 1884 – 1924. Tese (Doutorado em Educação Física), Unicamp, 2001. 244 p.

¹²¹¹ CINTRA, Sebastião de Oliveira. 26 de junho de 1914. In: _____. Efemérides de São João del-Rei. Vol. II. 2ª Edição, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982. p. 311.

¹²¹² A Tribuna de São João del-Rei. 1914. Acervo IPHAN – São João del-Rei.

¹²¹³ COSTA, Alexandre José Gonçalves. Frades na cidade de papel, p. 221

¹²¹⁴ BRAGA, Tancredo. Álbum da cidade de São João del-Rei. 1913.

¹²¹⁵ COSTA, Alexandre José Gonçalves. Frades na cidade de papel, p. 36

¹²¹⁶ CINTRA, Sebastião de Oliveira. 15 de agosto de 1916. In: _____. Efemérides, p. 339.

De acordo com a narrativa bíblica, é na sexta feira anterior ao domingo de Páscoa que Jesus teria sido crucificado e morto. Neste dia então, o rito romano da Igreja Católica prevê uma paraliturgia, que consiste na Procissão do Enterro onde a imagem – provavelmente esculpida – de Jesus, é retirada da cruz e levada pelas ruas da cidade em procissão. Antes da imagem de Jesus, passa em procissão o *figurado*, um grupo de pessoas paramentadas com roupas de figuras do Novo e Antigo Testamentos simbolizando os profetas que vieram antes de Jesus.

Assim, na edição do dia 15 de novembro de 1914 nossos homens d'*A Tribuna* anunciam que a Ordem Terceira do Carmo havia decidido em reunião a retirada do figurado na Sexta Feira da Paixão, alegando a necessidade de cortar os gastos. O texto intitulado *Procissão de Sexta Feira Maior* não está assinado, no entanto com o andar das edições, é possível indicarmos que o autor era um dos redatores, João Jennuon Júnior ou João Viegas Filho.

Ao longo do texto, o autor deixa explícito que a retirada do figurado não foi a primeira modificação ocorrida nas festividades da cidade. Segundo ele, essa resolução da Ordem do Carmo “só pode concorrer para acrescer o indiferentismo pelas endoenças, que já vai trabalhando a nossa cidade”. Nessa passagem o autor parece denunciar que há um *sentimento* de *indiferentismo* rondando a cidade, e que a retirada do figurado contribuiria com o aumento desse sentimento.

Contudo a primeira frase do texto já denuncia que não era apenas um sentimento, e que esse *indiferentismo* também era percebido na prática: “de tempos a essa parte, a imprensa local vem deplorando a decadência sensível das festas da Semana Santa nesta cidade”. Esse fragmento nos indica que não só estavam ocorrendo modificações, como elas também eram denunciadas na imprensa.

O fato dessas modificações serem anunciadas nos periódicos, nos indica a importância que elas possuíam para determinados grupos. A feitura de um jornal exigia um investimento financeiro e de tempo e cada texto publicado era uma escolha, uma escolha que não deve ser vista necessariamente como uma “estratégia consciente” buscando “reconhecimento, legitimidade e poder”,¹²¹⁷ mas uma escolha que pode ser vista como uma forma desses agentes se expressarem e criarem uma identificação para si (e também para o lugar onde habitam).

¹²¹⁷ RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel. (org.). Sociabilités intellectuelles. Cahiers de l'IHTP, n. 20, mars, 1992 *apud* DOSSE, François. Da História das Ideias à História dos Intelectuais. In: _____. História e Ciências Sociais. Bauru: Edusc, 2003. p. 304.

Além disso, a imprensa “assume para si o papel de guia, de condutora da sociedade,”¹²¹⁸ dando um sentido à realidade e modificando-a,¹²¹⁹ através do seu papel como fiscalizadora. Em outras palavras, os assuntos denunciados pela imprensa exigiam atenção por parte das autoridades pois poderiam desembocar em conflitos maiores.

O autor prossegue sua narrativa dizendo que exatamente aqueles que deveriam trabalhar pelo “brilhantismo” e “magnificência” das festividades é que faziam descaso delas, provavelmente culpando a decisão do Definitório¹²²⁰ do Carmo. Em sequência, o cronista passa a qualificar o figurado com o tempo, nosso principal foco de análise.

Para o autor, além do figurado ser “um dos maiores encantos dessa solenidade”, ele também “representa uma tradição, cuja origem nas nações íbero-lusitanas remonta à Idade Média”. Observa-se aqui claramente que o passado para o autor possui uma qualificação positiva: além de ser um “dos maiores encantos da solenidade”, ou seja, possuir um certo apelo estético, o figurado também representa uma *tradição*, algo que foi *herdado*, que vem de um passado.

E o autor reforça esse apelo no andar do texto, ao afirmar que eliminar as figuras do antigo e novo testamento “que *sempre* foram vistas na procissão do enterro é *atentar contra praxe antiquíssima*” [grifos nossos]. Esse fragmento parece evidenciar uma certa aversão a mudanças: ora, o figurado *sempre* fora visto na Sexta Feira Santa, tira-lo é ir contra uma prática antiga e isso para o cronista não é algo positivo.

Como coloca Dantas, é necessário levarmos em conta que a “europeização dos costumes” teria motivado “uma profunda rejeição às manifestações culturais associadas a um Brasil antigo e africano”¹²²¹, mas ao mesmo tempo, é importante considerar que surge também um “interesse dos intelectuais por manifestações culturais justamente associadas a uma moda de exotismo e regionalismo”¹²²².

Não podemos, no entanto, explicar esse olhar voltado ao passado apenas como um “gosto pelo exótico”, como coloca a autora. Dantas afirma que havia muitas motivações internas, inclusive

¹²¹⁸ GOODWIN, James Willian. Cidades de papel, p. 79

¹²¹⁹ GOODWIN, James Willian. Cidades de papel, p. 79

¹²²⁰ Conselho onde são tomadas as decisões da Irmandade.

¹²²¹ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil Café com Leite, p. 91.

¹²²² DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil Café com Leite, p. 92.

a “projeção do futuro do Brasil tal qual uma nação portada de originalidade e nos trilhos do progresso”¹²²³.

Esse ponto é fundamental: ainda segundo a autora, mergulhar nas “tradições populares” “proporcionou a visualização de uma nacionalidade original, integrada, coesa. Tal qual os países europeus, o Brasil também teria passado e tradição”,¹²²⁴ e como prova Dantas, esse pensamento já circula antes dos modernistas de 1922. E indo além dessa tentativa de se definir o “verdadeiro Brasil”¹²²⁵, uma outra motivação em se defender as “tradições populares” estava também em “registrar o que estava em vias de desaparecimento”¹²²⁶.

Ao final do texto, o autor solicita então – vemos aí o papel fiscalizador da imprensa – que a Ordem do Carmo reconsidere a decisão, e não prive “os habitantes da cidade e os forasteiros [...] do prazer de, na próxima Sexta Feira Santa, ver incorporado à mesma todo o figurado”.

Na semana seguinte, na edição do dia 22 de novembro de 1914, a redação informa ter recebido de um leitor um texto defendendo a retirada do figurado, e criticando a postura do jornal. O redator então reforça sua postura da edição anterior, e diz em nome do jornal que “apesar de moços e progressistas”, continuarão “firmes no nosso modo de pensar [...] não aplaudindo o ato do Definitório.”

Talvez a partir deste fragmento que se inicia nossa principal questão. Observa-se que o autor d’*A Tribuna* fala aqui em nome da redação, e identifica seu grupo como progressista. E reforça que “apesar de moços e progressistas” [grifos nossos], eles continuarão defendendo a permanência do figurado.

Embora não estejam utilizando destes termos, fica muito claro para nós que para os *moços* d’*A Tribuna*, é perfeitamente possível defender a manutenção de um passado e ser progressista. Aqui cabe um adendo: progresso é um conceito que vem carregado de um horizonte de expectativa, é um caminho em direção a um futuro que é sempre melhor que o presente¹²²⁷.

Essa definição nos leva a pensar que o progresso seria oposto ao passado, mas não o é necessariamente. Conceitos como tradição/progresso são vistos por Koselleck como Conceitos

¹²²³ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil Café com Leite, p. 92.

¹²²⁴ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil Café com Leite, p. 147.

¹²²⁵ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil Café com Leite, p. 147

¹²²⁶ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil Café com Leite, p. 147

¹²²⁷ Baseamos essa definição de acordo com Koselleck, no livro *Histórias de Conceitos* (citado na próxima nota). Segundo ele, “quanto mais reduzidos os conteúdos de experiência [dos conceitos], maiores as expectativas”. Ou seja, o conceito de progresso seria esse caso: possui um conteúdo de experiência muito reduzido, e portanto, grandes expectativas.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Fundamentais¹²²⁸, pois além de serem insubstituíveis (no sentido de que não há como colocar outras palavras no lugar deles) e estarem sujeitos à controvérsias (pois são insubstituíveis ainda que a realidade se modifique), eles também possuem uma “estrutura temporal interna”,¹²²⁹ ou seja, possuem “parcelas de significados passados, assim como expectativas de futuro em pesos diversos”.¹²³⁰

Em outras palavras, mesmo que o conceito seja *tradição*, ele pode ser dotado ainda que em menor grau, de expectativas de futuro. Isso pode explicar, por exemplo, o uso do passado para se justificar a necessidade de certos avanços. É comum encontrarmos nos jornais de São João del-Rei cronistas afirmando que a cidade já fora “uma das mais avançadas de Minas” e que no momento se encontrava em decadência.

Ora, para que as festividades da cidade se encontrem em decadência, é necessário que elas já tenham tido seu auge. E o “futuro”, pode ser uma retomada desse “passado glorioso”. Sendo assim, é necessário perguntarmos quando nossos agentes se referem a progresso/tradição, quais significados eles atribuem a esses conceitos¹²³¹. Para os homens d’*A Tribuna*, ser progressista não significava atacar as tradições de São João del-Rei. O que ainda nos resta saber é quais seriam exatamente essas tradições, ou seja, que passado deveria ser mantido. Seguindo com o texto, o redator publica então o texto do leitor, assinado com o pseudônimo de João Revoada e intitulado *Carnaval Religioso*.

João Revoada inicia seu texto chamando a coluna publicada no dia 15 de novembro de “protesto de amigo de velharias”, e diz se surpreender que “moços inteligentes, preparados e progressistas” sejam a favor da manutenção do “grotesco figurado”. Na sua concepção, os jovens redatores apenas fizeram a vontade do “articulista”, provavelmente se referindo à Tancredo Braga, diretor do jornal.

Criticando a postura do periódico, João Revoada ironiza “agradecendo” aos *rapazes* por colocar “uma vela na mão do obscurantismo, que se vai ante o evoluir de S. João d’El Rei”. E afirma que a cidade estava “*despindo velha roupagem*, deixando os capotes de cabeção, os calções e sapatinhos de fivela em *antagonismo com a época e civilização atual*” [grifos nossos]. Difícil haver

¹²²⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 69

¹²²⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos*, p. 69

¹²³⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos*, p. 69

¹²³¹ KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos*, p. 108.

passagem tão elucidativa do tempo histórico¹²³² do autor, ou seja, de “como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação.”

Para o cronista, São João del-Rei não estava de acordo com a “época e civilização atual”, ela ainda estava se *despidendo* de seu passado (ou seja, não havia se despido completamente, no *futuro* ela terminaria de se despir). Indo mais além, para João Revoada esses elementos do passado eram *antagônicos* ao presente, para usar o próprio termo do autor.

Enquanto temos então os moços d’*A Tribuna* dizendo que *apesar* de progressistas, defendiam a manutenção do figurado, para João Revoada a presença do passado no presente era um motivo de incômodo. Podemos concluir então, a partir dos fragmentos que analisamos até agora, que o *tempo histórico* dos homens d’*A Tribuna* não era o mesmo de João Revoada.

Isso nos indica que a relação de nossos agentes com o tempo não era a mesma, o que eventualmente (ou constantemente) poderia causar tensões. É importante reforçar que o espaço de experiência e o horizonte de expectativa não possuem uma relação estática, “eles constituem uma diferença temporal no hoje, na medida em que entrelaçam passado e futuro de maneira desigual”.¹²³³ Em outras palavras, não é possível projetar um futuro ignorando o passado¹²³⁴.

A partir do momento em que João Revoada define um futuro despido de passado, ele está construindo para si uma ideia de futuro específica. Portanto, quando ele se referir ao progresso ou ao futuro, ele está se referindo a um futuro que não necessariamente é o mesmo futuro dos homens d’*A Tribuna*. E o mesmo poderíamos pensar em relação ao passado.

Quando o autor se refere a “época e civilização atual”, possivelmente trata-se de um presente específico: aquele marcado pelas reformas urbanas, ideais higienistas, presença de automóveis e novas invenções. Transformações essas ligadas a um modelo de “cidade ideal” europeu. Contudo, para podermos apreender de fato qual o presente selecionado por João Revoada, é necessário nos atentarmos para os momentos em que o autor utilizará desses termos ao longo do texto.

João Revoada prossegue então com sua argumentação dizendo que São João del-Rei, ao “despir velha roupagem” estava buscando, “em seu *progredir, modelar-se* pelos centros urbanos populosos e *adiantados*, onde se celebram tais atos religiosos sem o concurso do figurado, como

¹²³² KOSELLECK, R. Futuro passado, p. 312.

¹²³³ KOSELLECK, R. Futuro Passado, p. 313.

¹²³⁴ KOSELLECK, R. Futuro Passado, p.

em Roma, Paris, Rio de Janeiro e outras cidades” [grifos nossos]. Nesse fragmento fica claro para nós novamente a forma como o autor se relaciona com o futuro e quais são os modelos que possui em mente, confirmando a hipótese do modelo de ‘cidade ideal’ europeia.

Cabe aqui um parêntesis. Ao longo do século XIX a Igreja Católica estava começando a perder o seu poder devido ao processo de laicização do Estado, advindo da modernização dos Estados Nacionais e do avanço do protestantismo. Devido a essas transformações, foram sendo propostas reformulações na conduta da Igreja Católica, a fim de “angariar de forma mais atrativa a vida católica do povo, inserindo-se cada vez mais programas para os fiéis estarem sempre ativos na Igreja, aumentando o poder e centralização da figura do papa”.¹²³⁵

Na tentativa de tornar mais “atrativa a vida católica”, e reforçar o poder eclesiástico da Igreja, foram propostas diversas transformações no “modo barroco de fé”,¹²³⁶ pois se via nele um “desvirtuamento do projeto tridentino”.¹²³⁷ Esse desvirtuamento para os defensores das reformas estava na prevalência das irmandades (pois enfraquecia a autoridade eclesiástica) e no excesso de pompa das festividades (pois não se dava a verdadeira atenção à salvação do fiel)¹²³⁸.

É importante termos em mente este contexto pois em 1904 desembarcam em São João del-Rei frades holandeses com o objetivo de trazer esse “novo catolicismo”. E como uma das críticas eram exatamente ao excesso de pompa das festividades, essa chegada trouxe uma série de conflitos, especialmente com as irmandades da cidade. Portanto a discussão entre os rapazes d’*A Tribuna* e João Revoada ocorre por ambos possuírem apreensões do tempo diferentes, que se materializam através dos conceitos, mas que o contexto é capaz de nos explicar¹²³⁹.

Desse modo, quando João Revoada cita as grandes cidades que retiraram o figurado de suas procissões, além de estar se referindo ao contexto das transformações urbanas que estavam ocorrendo, muito provavelmente ele está relatando também um movimento que vem ocorrendo devido a essas reformas dentro da Igreja Católica. E o próprio autor qualifica as cidades, relacionando esse contexto às reformas, ao coloca-las como *populosas* e *adiantadas*.

¹²³⁵ OLIVEIRA, Geovany Carneiro de Castro; MARINHO, Marcelo Benfica. Ultramontanismo, reforma e romanização: uma breve discussão conceitual. Anais do Simpósio de Estudos da Religião da UEG. v. 1 n. 1, Goiás, 2019, p. 4.

¹²³⁶ COSTA, Alexandre José Gonçalves. Frades na cidade de papel, p. 86

¹²³⁷ COSTA, Alexandre José Gonçalves. Frades na cidade de papel, p. 86

¹²³⁸ COSTA, Alexandre José Gonçalves. Frades na cidade de papel, p. 86

¹²³⁹ Este contexto foi brilhantemente trabalhado na dissertação de Alexandre Costa, já citada anteriormente.

Nosso autor prossegue então sua argumentação, e diz que a decisão da Ordem do Carmo não havia sido por motivos financeiros, mas porque o “ridículo figurado” chamava “a atenção pública pela esquisitice”, e era “anacrônico” além de despertar “a risota em vez de edificar e comover”. João Revoada segue então fazendo uma densa descrição de alguns dos figurados, sempre enfatizando que essas características descritas eram motivo de “escândalo e chacota”.

Chama a atenção o uso do termo *anacrônico* pelo autor, ou seja, aquilo que está “fora do tempo”. O figurado não é só *ultrapassado* e *ridículo*, ele também não está em consonância com o tempo presente, é como um elemento estranho que ainda vive e ronda a cidade.

Após descrever longamente sobre alguns dos personagens, João Revoada não se limita a uma crítica meramente estética e começa a explicitar as possíveis consequências de se defender a permanência de certos elementos do passado. Para o autor,

Se não devemos nos atentar contra praxe antiquíssima – restauremos o pelourinho do largo da Câmara para ali vermos surrar um cidadão, quebrems as lâmpadas elétricas e tudo quanto por ali se tem alterado por artes diabólicas – telégrafo, estrada de ferro, telefone, etc, etc.

Nas edificações, conservemos as rotulas¹²⁴⁰, donde o olho bisbilhoteiro a salvo sondava a vida alheia e nem arranquemos os cachorros¹²⁴¹ da beira do telhado.

Conservemos todas essas relíquias do passado, tradições nobilíssimas, que remontam a Idade Média e para sermos mais consequentes vistamo-nos a Adão e Eva, dispensando mesmo folha de parra.

Esse fragmento nos evidencia que a crítica do autor não era apenas ao figurado especificamente, mas ao que o figurado representava. Todo e qualquer passado parece incomodar João Revoada. Manter o figurado significava um retrocesso, significava se apegar ao que já passou, impedir o *evoluir* da cidade, estar preso ao passado. O cronista extrapola principalmente no último exemplo, ao sugerir então que voltemos ao tempo de Adão e Eva e não usemos roupas.

Essa discussão irá se estender por mais três edições, com direito a réplicas e trélicas. Embora apareçam novos elementos, acreditamos que essas duas edições esmiuçadas aqui são uma excelente síntese do tempo histórico de João Revoada e dos *moços d’A Tribuna*. Vale, no entanto, finalizar a análise com a fala de João Revoada em sua última trélica: “deixemos o passado o que lhe pertence, e que o presente não suporta”. Mais que uma questão de gostar ou não das tradições,

¹²⁴⁰ Tiras de madeira entrelaçadas que ficavam em frente a varandas e janelas das construções coloniais, formando uma espécie de rede. Também conhecida como muxarabi.

¹²⁴¹ Também chamado de mísula pela arquitetura. Era uma peça que suportava os beirais dos telhados das casas coloniais e que tinha um elemento decorativo (geralmente um rosto).

dizer que o presente não suporta é marcar a impossibilidade desse passado de continuar vivo no presente. É necessário acatar o que o progresso *exige* – para utilizar um termo do próprio autor – e deixar o passado com o que é dele. É clara a constatação de João Revoada que em São João del-Rei há vários estratos de tempo convivendo entre si, e que essa relação entre passado, presente e futuro é tensionada cotidianamente.

Conclusão

No caso de São João del-Rei, mais do que mostrar se a cidade é *avançada ou atrasada*, o tempo também é uma forma de qualificar a cidade. Para os *moços d'A Tribuna*, a cidade era *tradicional* pois sempre houve o figurado, uma *tradição* medieval. O fato de João Revoada ser a favor da retirada do figurado significava tirar de São João del-Rei o posto de *tradicional*, remover uma de suas identificações. Só que a identificação da cidade, para os redatores d'*A Tribuna*, não era somente com o passado, mas também com o futuro, pois ela era – também – *adiantada e civilizada*. Para eles uma identificação complementava a outra, a cidade era esses dois tempos. Já para João Revoada a manutenção desses elementos do passado contribuía para que a identificação da cidade não fosse com o futuro. Para ele a cidade só poderia ser o futuro, e o passado era insuportável.

Embora este texto tenha suas limitações por tratar de um estudo de caso, de uma pesquisa em andamento, esperamos que tenham ficado claras as tensões vividas por nossos agentes, advindas da convivência entre passado, presente e futuro, e como essa convivência fazia parte da identificação da cidade.

História e Visualidade: Artes, Coleccionismos e Festividades

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Narrativas para além da escrita:

o colecionismo como forma de fazer história

Luíza Vasconcellos Pedrosa

RESUMO: Talvez a única certeza que tenhamos sobre a história é que o passado é uma terra estrangeira. Nós o visitamos tal qual forasteiros e trazemos pequenos fragmentos, como se fossem *souvenirs* de um tempo que apenas podemos visitar pela memória. O diálogo com esses signos da ausência arrancados de seu tempo, tal qual caracterizou Fernando Catroga, re-presentificam o pretérito e instituem diálogos entre as temporalidades. Assim, esse ausente que não está mais inserido no passado e tampouco nos pertence, habita o presente por uma terceira via, a escrita¹²⁴². Os lugares que designamos para esse “entre-dois” equivalem às formas em que dotamos o passado de inteligibilidade por meio do ato de escrever, e talvez, colecionar.

Tal é a proposta desse trabalho, pensar o ato colecionador em consonância com a escrita da história. Para isso, compreendemos que colecionar atravessa o campo do prazer estético para compor uma forma de falar sobre um Outro, entrelaçando a mística, a memória e a representação. Assim como re-presentificar o passado pela escrita da história, as representações a partir de coleções instituem diálogos com a memória para operar um jogo de construção de um imaginário comum, que liga o passado ao presente e, desse diálogo, possibilita a construção da ipseidade a partir de aproximações e afastamentos do Eu com o Outro.

Ocupando um lugar que não é propriamente o da história e nem o da ficção, a prática colecionista compõe um objeto de pesquisa por vezes esquecido pelo historiador. Nesse sentido, pretendemos debater como o colecionismo se aproxima da Operação Historiográfica teorizada por Michel de Certeau, empreendimento possível na medida em que entendemos que assim como a prática de historicizar o passado, o colecionismo também pressupõe uma desnaturalização do tempo, uma vez que põe em evidência a ruptura entre o que foi e o que é. Outrossim, partindo das aproximações entre a operação historiográfica e a prática colecionista, ambicionamos questionar como as coleções constituem-se como formas de exercer poder a partir da criação de narrativas unificadoras e que moldam o imaginário social.

Esse debate proposto parte do entendimento que por meio do estudo sobre a prática colecionista podemos pensar sobre outras formas em que o tempo foi e ainda é historicizado e conseqüentemente, habitado. Desse modo, pretendemos analisar as relações entre o colecionismo, a história e a memória.

Palavras-chave: Colecionismo; Historiografia; Operação Historiográfica.

INTRODUÇÃO

O discurso místico transforma o detalhe em mito; ele se agarra nisso, ele o exorbita, ele o

¹²⁴² CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. 1. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 2

multiplica, ele o diviniza. Ele faz disso sua historicidade própria.¹²⁴³

O ausente que não se situa na escrita tampouco no diálogo, sua presença faz-se somente na representação do morto, que se significa a partir do contato com um Outro. Seu lugar estabelecido nesse “entre-dois” evoca tanto um passado dado como morto, como um presente que não sessa de se reinventar. Tal é o papel das coleções, marcar no presente a nostalgia referente a outras regiões históricas. O que elas escancaram não é, pois, a tentativa vã de estabelecerem-se como pináculos da memória, mas as descontinuidades e os ausentes da história.

Mas, como então caracterizar, sem, no entanto, perder de vista esse entre lugar compostos por heteróclitos? Na definição de Krzysztof Pomian, o que iguala tantos objetos díspares em um mesmo sentido é a perda da utilidade para o qual foram feitos. Em uma coleção,

As locomotivas e os vagões reunidos num museu ferroviário não transportam nem os viajantes nem as mercadorias. As espadas, os canhões e as espingardas depositadas num museu do exército não servem para matar. Os utensílios, os instrumentos e os fatos recolhidos numa coleção ou num museu de etnografia não participam nos trabalhos e nos dias das populações rurais ou urbanas¹²⁴⁴.

O esvaziamento total de suas atribuições, em resumo, é isso que une os objetos de museus, arquivos e coleções dos mais diversos gêneros. É preciso primeiro matar, figurativamente, os objetos, para que assim, vazios de funções, possam ser carregados de significados. Esse é o segundo ponto levantado por Pomian: as peças de uma coleção não foram reunidas para decorar um ambiente, mas para serem expostas ao olhar, para que dessa maneira possa surgir uma narrativa íntima entre a coleção e observador. O valor de cada objeto é associado, então, à carga representativa que ele adquire para a sociedade, ou em outras palavras, à capacidade de estabelecerem diálogos com o invisível. Esse invisível, nas palavras de Pomian,

é o que está muito longe no espaço: além do horizonte, mas também muito alto ou muito baixo. E é aquilo que está muito longe no tempo: no passado, no futuro. Além disso, é o que está para lá de qualquer espaço físico, de qualquer extensão, ou num espaço dotado de uma estrutura de facto particular¹²⁴⁵.

A representação em diálogo com a memória opera um jogo de construção de um imaginário em comum que liga o passado ao presente e, com esse diálogo, possibilita a construção da ipseidade a partir de aproximações e afastamentos entre o Eu e o Outro.

¹²⁴³ CERTEAU, Michel de. *A fábula mística: Séculos XVI e XVII*. Trad. Abner Chiquieri. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, 2015, p. 13

¹²⁴⁴ POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984, p. 52

¹²⁴⁵ POMIAN. “Coleção”, p. 66

Mortos para o mundo, esses objetos transformam-se em semióforos, pois em diálogo com os signos da ausência, eles são capazes de moldar as compreensões da realidade ao mesmo tempo em que dependem dela para ter significado. É por meio desse jogo de representações que podemos aproximar a prática colecionista do fazer histórico, já que a historiografia é “uma maneira contemporânea de praticar o luto. Ela se escreve a partir de uma ausência e só produz simulacros [...] Ela coloca uma representação no lugar de uma separação”¹²⁴⁶. Quais seriam as finalidades das coleções em fim último de instaurar representações a partir de simulacros?

Tomando o tempo como o Ator, podemos pensar em aproximações entre a prática colecionista e a escrita da história, finalidade na qual esse trabalho foi elaborado. Isso somente foi possível na medida em que entrelaçamos conceitos tão caros à historiografia – tempo, memória, narrativa, poder – para historicizar esse fazer. A partir desse cruzamento nasce o lugar no qual esse trabalho se circunscreve. Se a historiografia é uma forma de praticar o luto ou, em outras palavras, se “escrever é encontrar a morte que habita este lugar, manifestá-la por uma representação das relações do presente com seu outro, e combatê-la através do trabalho de dominar intelectualmente a articulação de um querer particular com forças atuais”¹²⁴⁷ o colecionismo é a presentificação desse morto.

PARTE I

Os objetos dispostos em lugares específicos contam uma história. Essa história não se constrói somente pelo objeto em si, mas pelo que ele representa. Segundo Sandra Makowiecky: “A representação é uma referência e temos que nos aproximar dela, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou o imaginário é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo”¹²⁴⁸. Logo, representar pode ser entendido como suplantando a ausência por intermédio de objetos que equivalem àquilo que representam, mesmo que não o façam de forma idêntica. Para a coleção tornar-se inteligível, portanto, ela deve dialogar com signos do conhecimento, estabelecendo uma ponte entre o real e o imaginário para desse modo, atribuir sentido a realidade.

Por outro lado, a narrativa se elabora no plano presente enquanto ressignifica e atribui um lugar ao passado. Nesse sentido, o colecionismo enquanto objeto de análise faz refletir sobre as

¹²⁴⁶ CERTEAU. A Escrita da História, p. 15

¹²⁴⁷ CERTEAU. A Escrita da História, p. 21

¹²⁴⁸ MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. Caderno de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas, 53. 2003, p. 4

formas pelos quais os homens e mulheres habitam o presente e significam o tempo. Isso porque, as escolhas sobre o que deve ser guardado, preservado, ou mesmo que pode ser destruído, revelam as formas por meio das quais as sociedades doam ao passado um lugar no presente ao mesmo tempo em que restringem o espaço que esse lugar pode ocupar. Nas palavras de Hartog:

Que relações manter com o passado, os passados certamente, mas também, e muito, com o futuro? Sem esquecer o presente ou, inversamente, correndo o risco de nada ver além dele: como, no sentido próprio da palavra, habitá-lo? O que destruir, o que conservar, o que reconstruir, o que construir, e como? Decisões e ações que implicam uma relação explícita com o tempo, que salta aos olhos a ponto de não se querer ver?¹²⁴⁹

Outrossim, as narrativas construídas pelos semióforos são também uma forma de marcar a alteridade, na medida em que entre o passado – morto nas coleções – e o presente, instaura-se uma ruptura, mesmo quando simulando uma continuidade. Essa ruptura entre o Eu e o Outro marca uma identidade, possível a partir de afastamentos e aproximações:

Reconhecendo-se, estranhando-se ou distanciando-se do que foi, o sujeito actualiza, sem cessar, a sua ipseidade (que também a diferencia dos *outros*) em diálogo (passivo, ou não) com passados comuns e na *retro-projecção* de um determinado sentido para a vida¹²⁵⁰

Apontando os tensionamentos no tempo e cedendo um lugar ao passado na vida cotidiana, a prática colecionista se aproxima do fazer historiográfico e, como tal, também é marcada pelo lugar social em que é produzida. As ressignificações que as coleções sofrem ao longo do tempo nos revelam as maneiras pelas quais os sujeitos experimentavam o tempo e as relações que mantêm com o passado. Como tal, elas se assemelham aos trabalhos historiográficos, compreendidos, nas palavras de Fernando Catroga, como “uma actividade *epocal*, desencadeada a partir de horizontes de pré-compreensão, húmus de onde emergem os problemas a historiografar propriamente ditos”¹²⁵¹. Logo, as coleções são janelas em que podemos vislumbrar o modo como o passado foi e ainda é reelaborado para se encaixar no presente para, por fim, organizar os horizontes de expectativas para o futuro. Agindo tal qual uma forma particular de linguagem, deve-se pensar no sistema social em que a coleção está inserida, pois enquanto uma ferramenta utilizada para interpretar a história, ela própria faz parte de uma construção histórica.

¹²⁴⁹ HARTOG, François. Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Souza de Menezes; Bruna Beffart; Camila Rocha de Moraes; Maria Cristina de Alencar Silva; Maria Helena Martins. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 30

¹²⁵⁰ CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2015, p. 3

¹²⁵¹ CATROGA, Fernando. O Valor Epistemológico da História da História. In. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Outros Combates pela História. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 24

Desse modo, considerando o lugar social que o historiador ou o colecionador ocupa, é possível perceber que a narrativa integra a realidade em que foi criada, e os signos que ela mobiliza só podem ser decifrados a partir da lógica de sua criação. É a partir desse lugar que se “instauram métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam”¹²⁵². As particularidades do discurso apenas podem ser compreendidas se partimos do lugar em que foram forjadas, já que “seria ilógico que o historiador se julgasse situado num não-lugar e num não-tempo”¹²⁵³. A percepção do tempo e do lugar como parte integrante do discurso nos guia ao terreno dos não-ditos, dos recalques, das afetividades e das subjetividades que atravessam a narrativa e levantam novas problemáticas. É devido também a essa particularidade da escrita da história que operam as escolhas sobre o que resguardar e narrar, e o que relegar ao plano do esquecimento, dado que: “Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna outras impossíveis*”¹²⁵⁴. A narrativa do passado constrói-se, então, pela conjugação do papel do sujeito epistêmico, o poder de convencimento da narrativa e o receptor desse discurso.

Relacionando a escrita da história com a prática colecionista, temos que considerar as coleções também estão circunscritas pelo lugar em que foram criadas. Decisões sobre o que resguardar, como armazenar e, mesmo, a disposição dos objetos para exposição estão intimamente relacionadas às perguntas que as sociedades lançavam ao passado e à forma como elas o interpretavam. Outrossim, o observador tem um papel central para o desempenho da função social das coleções. É com ele que a coleção estabelece um diálogo por meio do deciframento dos signos da ausência. Sem o olhar atento de seus visitantes, a representação que os objetos carregam, mesmo que essa mude recorrentemente com o passar do tempo, ficaria perdida, os semióforos seriam apenas objetos sem utilização. As práticas de experimentar o tempo, portanto, ditam o modo como as coleções são significadas e os diálogos que estabelecem com o horizonte distante. Logo, cabe o questionamento: até que ponto o colecionador não assume a função de historiador ao selecionar representações do passado? Movimentando-se nesse jogo de escolhas, o colecionador emprega um conhecimento preestabelecido para dar conta do pretérito e, para isso, faz uso de técnicas

¹²⁵² CERTEAU. A Escrita da História, p. 47

¹²⁵³ CATROGA. O Valor Epistemológico da História da História, p. 25

¹²⁵⁴ CERTEAU. A Escrita da História, p. 76

específicas, tal qual o historiador. A técnica é, então, o que possibilita a desnaturalização do tempo por meio da instauração de um corte, e transforma o objeto natural em histórico.

PARTE II

Falar sobre coleções é falar sobre um modo de habitar o passado. Trazendo para o plano do tempo presente, os historiadores podem lançar inúmeras questões para as coleções e inúmeras formas de interpreta-las, na medida em que “cada presente construa a sua própria história dentro do horizonte de possibilidades que ele é”¹²⁵⁵. Nesse sentido, cada pergunta nos mostra um viés diferente no qual podemos analisar e historicizar esse agrupamento de semióforos. Tendo isso em mente, a análise de teses e dissertações abre um campo de possibilidades para analisarmos como a historiografia vem se servindo do colecionismo para pensar suas próprias práticas e narrativas, dado que esses trabalhos são os principais meios de divulgação de pesquisas recentes e nos apontam os novos rumos que as ciências estão tomando. Entretanto, ao realizar o levantamento em repositórios institucionais nas faculdades cujo campo historiográfico fosse abrangente, o resultado surpreende: pouquíssimos trabalhos se propõem a tratar da prática colecionista. O gráfico a seguir ilustra o número de trabalhos encontrados em cada universidade pesquisada.

Gráfico 1

A partir dessa constatação, pudemos perceber como o colecionismo é quase que inexpressivo em comparação com outros temas mais trabalhados. Contudo, ainda nos resta indagar como cada pesquisador trabalhou esse objeto, colocando ou relevando certos aspectos para construir suas argumentações¹²⁵⁶. Pudemos perceber três formas principais de tratamento do tema, nas quais os pesquisadores guiaram suas pesquisas e objetivos.

A primeira forma em que a prática colecionista foi abordada, foi o colecionismo como expressão de poder, no qual as autoras se preocuparam em mostrar o colecionismo como forma discursiva, por meio da ligação entre a coleção e o meio científico e, portanto, como ela encontra-se submersa nas relações de poder. Para a construção argumentativa, o colecionismo foi tomado

¹²⁵⁵ CATROGA. Memória, história e historiografia, p. 26

¹²⁵⁶ Foram analisadas 6 teses e dissertações; “O ato colecionador” (2015), de Leonardo Vasconcelos Renault; “Do Kemet para o Novo Mundo: O colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)”, de André Onofre Limírio Chaves; “Ciência, colecionismo e poder à luz dos documentos de Johann Natterer” (2016), de Fernanda Silva Dias de Aquino; “Um naturalista e seus múltiplos: Colecionismo, projeto austríaco na América e as viagens de Johann Natterer no Brasil (1817-1835)” (2016), de Rita de Cássia Melo Santos; “Colecionar, escrever a história: A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado” (2007), de Ana Paula Sampaio Caldeira; “Entre objetos e palavras: o Museu de Artes e Ofícios como experiência historiográfica”, de Vanessa Gonçalves de Vasconcelos.

como um tipo particular de linguagem, na qual o poder se manifestaria pelo jogo operado entre silenciamentos e vozes e principalmente, pela construção de um saber sobre o Outro. O conhecimento gerado que encontra legitimação pela ciência, desloca o papel de detentor do saber da comunidade da qual se refere, para a autoridade científica, conferindo-lhe poder discursivo.

Já a segunda maneira pela qual o colecionismo foi analisado, considerou as relações do fazer científico e os intercâmbios culturais nos quais os colecionadores estavam inseridos, tomando essas relações como condições necessárias para o fazer científico. Assim, evidenciam-se as trocas culturais e apropriações feitas sobre um outro como forma de construção da própria identidade, que se daria por meio de um processo de ipseidade. Nesse sentido, apesar das pesquisas focarem nos aspectos sociais e culturais dessa prática, percebemos que o poder permanece como um aspecto relevante. Isso porque, como analisa Foucault: “O poder não é senão um tipo particular de relações entre indivíduos. E essas relações são específicas: dito de outro modo, elas nada têm a ver com a troca, a produção e a comunicação, mesmo se elas lhe são associadas”¹²⁵⁷.

Por fim, pudemos abordar algumas pesquisas sobre colecionismo nas quais foram evidenciadas a relação entre a coleção e o tempo. Nesse sentido, as análises se baseiam nas mudanças de significados sofridas pelos semióforos, e como eles expressavam uma certa forma de experimentar, ou podemos dizer, habitar o presente. Assim, os objetos presentes nas coleções foram analisados de acordo com a configuração do imaginário de cada época e como esses objetos configuram-se como expressões desse imaginário na busca de dar significado à experiência humana. Nesse sentido, as coleções

narram visões de mundo do conhecimento e da compreensão moral em relação ao herói ou à heroína individuais, à família e à sociedade, ao passado e ao exótico. Como em uma ficção, também, suas maneiras de criar o fluxo da narrativa encontram-se abertas para análise, demonstrando não ser um reflexo da natureza das coisas, mas uma construção social em que o sentido aparente é criado a partir de um leque de possibilidades e descontinuidades¹²⁵⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colecionar é uma forma de narrar e desnaturalizar o tempo, na medida em que dialogando com os signos da ausência, estabelece o que pertence ao passado e, portanto, não cabe mais ao tempo atual. Essa ruptura possibilita que o passado seja inventado e dessa forma, torne-se objeto

¹²⁵⁷ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p.384

¹²⁵⁸ RENAULT, Leonardo Vasconcelos. “O ato colecionador”. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.177, 2015, p. 32

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

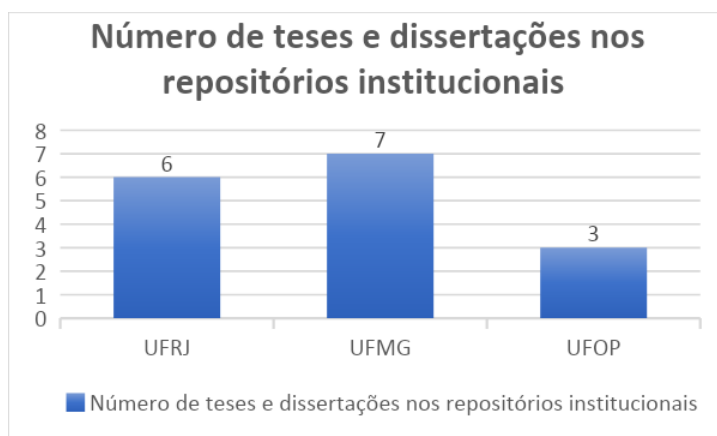
de estudo. Assim como nas coleções, a história também promove um corte na temporalidade. A partir dessa constatação, pudemos aproximar essas duas práticas, já que

a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção¹²⁵⁹.

A partir do diálogo entre esses dois modos de presentificar o passado, pudemos pensar em novas formas em que os homens e as mulheres experimentaram o tempo e criaram significado ao presente e a própria condição humana. Fugindo dos textos escritos, as coleções nos apontam para as diversas representações que fazemos de um mesmo tempo, a memória que é valorizada e que desembocam em narrativas significadoras da vida cotidiana.

Anexos

Gráfico 1



¹²⁵⁹ CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. 1. Ed. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 12

Moda e modernidade no Brasil: um olhar sobre o jornal das senhoras e a estação

Izabela Aparecida Gontijo

Flávio Raimundo Giarola

Resumo:

Os estudos acerca da História da Moda abrangem uma pluralidade de ideias, visto que a temática vai muito além do vestuário. Sendo assim, as roupas, acessórios e a própria postura de quem usa determinada peça, são aspectos fundamentais para se compreender diversas demandas sociais, políticas, econômicas e culturais. Entretanto, a História da Moda não é linear: é sempre afetada por determinados contextos históricos. Uma das maneiras de retratar a dinâmica multifacetada da Moda é através da imprensa, uma vez que esta sempre foi, desde o seu surgimento, elemento de formação de opinião, propagação de ideias e espelho de informações. Dessa forma, o presente artigo analisa a importância da indumentária em dois jornais com recortes temporais distintos: *O Jornal das Senhoras* (1852-1855) e *A Estação: Jornal Ilustrado Para a Família* (1879-1904), ambos do Rio de Janeiro. O segundo periódico foi analisado a partir do ano de 1901, visto que o objetivo foi justamente fazer o paralelo do século XIX com as primeiras décadas do XX. Assim, foi feita uma comparação entre os jornais, tanto no que diz respeito à moda enquanto técnica, quanto nos aspectos históricos e culturais intrínsecos a ela. Defendemos que a Moda, na segunda metade do século XIX, era imposta pela elite como ideal de civilidade, bem como ilustrava aspectos da vida feminina do período. Já no início do século XX, ela estava associada com a ideia de modernidade, tão presente no final da *Belle Époque*. A comparação feita mostra que algumas ideias vão se repetir em ambos os jornais, enquanto diversos aspectos técnicos e históricos vão destoar nos periódicos, tanto em função do período em que foi publicado, quanto levando em consideração quem os escreveu.

Palavras-chave: Moda; modernidade; progresso; imprensa.

Introdução:

A Moda está atrelada a diversos aspectos históricos e culturais e, por isso, não deve ser restrita unicamente à vestimenta. Ela está em constante mudança e inovação, o que a torna propícia a ser estudada e analisada sob o viés da História em diferentes contextos e recortes. Sendo assim, a imprensa configura-se um objeto fundamental para tais análises, visto que os jornais sempre foram cruciais para a propagação de ideias e, no caso da Moda, para a associação direta com o universo feminino e o ideal de mulher de determinada época.

No século XIX, conforme Giovanna Flores, inúmeras transformações ocorreram no Brasil em todas as esferas. Entre elas, está a instalação da imprensa, a partir da chegada da Família Real portuguesa, em 1808. Segundo a autora, nas primeiras décadas dos oitocentos, os jornais que circulavam eram predominantemente dirigidos aos homens, tratando de assuntos como política, economia e religiosidade. Já na década de 1850, surgiu um renomado jornal dedicado às mulheres: *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), editado por Joanna de Paula Manso de Noronha. Ainda de acordo com a escritora, esse periódico tinha como objetivo principal incentivar a emancipação feminina. É fundamental destacar que as mulheres praticamente não tinham voz na imprensa, o que confere uma importância ainda maior para *O Jornal das Senhoras*¹²⁶⁰.

É inegável que *O Jornal das Senhoras* configurava-se como um marco significativo para a sociedade da época. Ele representava um avanço feminino perante a aquela sociedade impregnada de valores patriarcais. Por conta disto, o jornal, não raramente, sofria ataques, sobretudo dos homens que liam suas matérias acerca da emancipação feminina. Isso influenciava diretamente em seu conteúdo, visto que as mulheres que o redigiam sentiam-se intimidadas perante a estrutura opressora.

Ademais, é imprescindível destacar que *O Jornal das Senhoras* utilizava de temáticas como a Moda para tocar em assuntos delicados para a época. Ou seja, através de dicas de vestuário, tecidos e ornamentos, o periódico apresentava anseios pela libertação da mulher, ainda que de forma restrita devido ao contexto histórico do período.

A situação da mulher não teve grandes alterações no começo do século XX. Neste sentido, o outro jornal analisado neste artigo, *A Estação: Jornal Ilustrado Para a Família* (1879-1904)

¹²⁶⁰ FLORES, Giovanna Benedetto. O Jornal das Senhoras e a subjetivação do feminino no jornal dedicado as mulheres. **V Encontro Regional Sul de História da Mídia**, 2014. 11p.

X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

representava um anseio por certos modelos tradicionais, principalmente em relação ao ideal de mulher. Ao contrário do *Jornal das Senhoras*, ele era escrito por homens, o que explica o enfoque em uma visão da mulher como obrigatoriamente, dona de casa, esposa e mãe. Esse periódico explicitava a forma como a Moda brasileira buscava inserir modelos estrangeiros e como isso refletia na forma de agir e pensar da sociedade. A elite via nesses modelos europeus não apenas técnicas de vestuário a serem seguidas, mas um completo ideal de mulher, civilidade, modernidade e elegância.

As publicações de *A Estação* traziam sugestões de peças de roupa, bordados, tecidos, moldes e acessórios. Além disso, retratava implícita e explicitamente aspectos históricos inerentes ao final da *Belle Époque*. As edições do jornal retratavam um ideal de mulher pautado no conservadorismo, ou seja, a Moda servia de alicerce para uma imprensa ainda extremamente masculina e patriarcal. Afinal, “a concepção do feminino e masculino afeta a estrutura social, divisão do trabalho, refletindo nos costumes, na moral, na vestimenta”¹²⁶¹.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar as principais convergências e divergências dos jornais escolhidos, tanto nos aspectos técnicos da moda, quanto nos aspectos históricos relacionados a ela. Afinal:

É importante o desenvolver de estudos e pesquisas sobre todos os acontecimentos históricos no mundo da moda, com o intuito de trazer sempre um olhar diferente como também um pensamento e opinião sobre todos os períodos que já aconteceram, fazendo assim uma análise diversificada sobre o tema. É necessário sempre estarmos nos aprofundando mais em todos os assuntos que envolvem a moda, pois sempre tiramos proveitos e aprendizados únicos que levamos conosco. Pesquisar e estudar esse tema, é trazer de volta o passado com um olhar do presente, é mantermos sempre viva a nossa história, é mantê-la conosco, é revivê-la com a intenção de nos aprimorarmos mais nos conhecimentos que fizeram parte da nossa evolução e transformação¹²⁶².

Assim, espera-se promover uma abordagem comparada sobre a Moda nos periódicos *O Jornal das Senhoras* e *A Estação*, sempre evidenciando a figura da mulher nesses processos, bem como a maneira com que a elite econômica, social e política impunha sobre a sociedade os seus ideais através da imprensa e da própria vestimenta totalmente europeizada, visto que os jornais exerciam papel fundamental na formação de opinião. Afinal, segundo Lipovetsky:

Não há ideia mais comumente admitida do que esta: a publicidade uniformiza os desejos e os gostos, nivela as personalidades individuais; a exemplo da propaganda totalitária, é lavagem cerebral, violação das massas, atrofiando a

¹²⁶¹ BLANK, Franciela Ritter. A moda e a história: o vestuário feminino no periódico “A Estação: Jornal Ilustrado Para a Família” (1879- 1904). **ANPUH – Brasil – 31º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro, 2021, p. 4.

¹²⁶² BLANK. A Moda e a História, p. 15.

faculdade de julgar e de decidir pessoalmente. Na verdade, é difícil contestar que a publicidade consiga fazer aumentar o volume das compras e orientar maciçamente os gostos para os mesmos produtos¹²⁶³.

Ou seja, esse artigo busca discorrer acerca das formas com que *O Jornal das Senhoras* e *A Estação* utilizavam a imprensa e a sua força no século XIX em prol de um discurso carregado de estereótipos sobre a mulher. Além disso, a publicidade, através dos anúncios presentes nos periódicos, é fundamental para ilustrar a maneira com que os jornais usavam a moda, a beleza e a estética para reforçar aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos.

O Jornal das Senhoras

O Jornal da Senhoras foi um periódico escrito por mulheres. Era editado por Joanna de Paula Manso de Noronha e trazia assuntos dedicados às “senhoras”, um grupo restrito de mulheres que tinha acesso à leitura, ou seja, brancas e da elite.

É imprescindível destacar a importância dessa redatora para a época e para a imprensa feminina, além de suas enormes contribuições a luta por uma maior autonomia para as mulheres. Nas palavras de Muzart: “Escritora e jornaista, porém essencialmente educadora, Juana estava empenhada no ‘combater a ignorância’ e defendia com veemência os direitos da mulher¹²⁶⁴.”

Assim, a redatora marcou o período principalmente devido ao seu anseio por discutir assuntos que iam muito além de dicas de vestuário e cuidados com o lar. As próprias redadoras demonstravam o quanto era novidade e até estranho estarem escrevendo e publicando tais páginas: “Minha querida amiga e Redactora em chefe do – Jornal das Senhoras – Estou surpreendida do horroroso convite que me fizestes!”¹²⁶⁵

Esse periódico mostrava, a cada edição, a necessidade da elevação social da mulher. É imprescindível destacar que, no século XIX, marcado pelo auge do positivismo, as ideias de progresso, civilidade e avanço circulavam pela sociedade e, conseqüentemente, pela imprensa. Sendo assim, as mulheres redadoras de *O Jornal das Senhoras* relacionavam os direitos femininos aos ideais de progresso. Afinal, para elas, só poderia haver avanço se as mulheres ocupassem lugar de destaque na sociedade, da mesma forma que os homens.

¹²⁶³ LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 167.

¹²⁶⁴ MUZART, Zahidé Lupinacci Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, 2003, p. 227.

¹²⁶⁵ O JORNAL DAS SENHORAS – Disponível no arquivo digital da **Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 1852-1855, ed. 1, 1852, p. 2.

Entretanto, é indiscutível que *O Jornal das Senhoras*, ainda que escrito por mulheres, não rompia totalmente com o estereótipo patriarcal existente. Afinal, por mais que discutia sobre os direitos femininos, ainda estava fortemente atrelado às questões da maternidade e dos cuidados com o lar.

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de frequentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão¹²⁶⁶.

O trecho acima mostra a dualidade representada por uma imprensa que buscava a elevação da mulher perante a sociedade, mas, ao mesmo tempo, a colocava no tradicional lugar de esposa, mãe e dona de casa. Afinal, a própria estrutura social da época configurava-se como empecilho para a emancipação feminina. Sendo assim, seria praticamente impossível que o periódico viesse já com o ideal completamente revolucionário para o período.

No entanto, é inegável que ao menos um intenso desejo por mudança havia naquelas páginas. Isso fica claro em diversas edições do jornal, como no exemplo abaixo:

A vossa nobre coragem, senhora, tem-me de tal modo impressionado, que não posso deixar de felicitar-vos pela alta consideração que mereceis. Não é porque fosseis a primeira senhora que empreendeu a difícil tarefa do jornalismo, nem pelo útil intretimento que dais as do nosso sexo sobre modas: não; é pelos sublimes e tocantes pensamentos com que desenvolveis as nossas inteligências no perfeito conhecimento do que nos cumpre saber para desempenho de nossa missão como filhas, esposas e mães.

Somos quasi passivas na sociedade, antes quasi que só vegetamos (...).

A senhora veio-nos abrir um campo de atividade, em que podemos exercitar as nossas forças, e sahir do nosso estado de vegetação. Como lhe agradecemos?¹²⁶⁷

Esse trecho diz respeito a uma carta enviada por uma leitora do jornal e publicada pela redatora Joanna de Paula Manso de Noronha. Através dele é perceptível como *O Jornal das Senhoras* foi bem recebido pelas mulheres da época, que viam nele muito além da Moda. Ainda que sempre enfatizando o ideal tradicional de mulher, o periódico proporcionou inúmeros questionamentos femininos que até então ficavam reprimidos. Além disso, assim como afirma Muzart, a educação e a inteligência da mulher eram úteis para a sua função no lar. Ou seja, o trecho ilustra a posição que as “senhoras” ocupavam na sociedade e o desconforto de algumas delas com essa condição.

¹²⁶⁶ MUZART, Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX, p. 226.

¹²⁶⁷ O JORNAL DAS SENHORAS, ed. 6, p. 4.

Portanto, *O Jornal das Senhoras*, através da Moda e outros traços do cotidiano feminino, conseguiu colocar o ideal de emancipação da mulher no seio da sociedade. Esse periódico ilustra perfeitamente a forma com que a indumentária no século XIX foi importante para se adentrar no universo feminino e, a partir disso, criar narrativas únicas e importantes.

No que se refere às técnicas de moda, *O Jornal das Senhoras* mostra que a preferência era por tecidos brilhantes, renda, chita, algodão, lã, seda, filó e veludo. Por volta dos anos de 1850 os vestidos tinham formato em X, volume no busto e saia com pequena cintura, utilizando bastante do uso de camadas e saias de folhetes, a forma com que chamavam os babados.

Em relação às formas, os decotes variavam de canoa a gola alta, mangas bufantes e bem abertas. Nos cabelos, havia a valorização de penteados, ornamentos e recortes. O periódico afirmava que as solteiras deveriam se vestir discretamente, enquanto as senhoras casadas carregariam todo o luxo. Ou seja, através desse traço da moda do século XIX era reafirmada a ideia de que a mulher pertencia ao marido e seria seu objeto de ostentação na sociedade.

Em contrapartida, havia espaço para a defesa da quebra de restrições sociais também através da moda. *O Jornal das Senhoras* defendia com fervor os modelos dos chamados coletes de emancipação, que eram casacos com recortes que até então eram estritamente masculinos. Nesse sentido, surgiram os terninhos femininos que foram uma das tendências mais marcantes do século XIX e pode ser considerado um símbolo de libertação feminina para a época.

Em suma, *O Jornal das Senhoras* se viu dividido entre o desejo de uma nova postura da mulher e a manutenção de padrões conservadores. Isto, no entanto, não apagou sua importância para um grupo de mulheres leitoras de meados do século XIX que, diretamente, através de notícias, ou, indiretamente, através da moda, recebiam informações que chocavam-se com as normas vigentes. A moda, neste sentido, era o espaço de reprodução de vestimentas tradicionais, do desejo de pequenas cisões, como no caso do terninho, e, por fim, subterfúgio para se discutir outras questões relacionadas à vivência da mulher.

A Estação: Jornal Ilustrado Para a Família

O *Jornal A Estação* era um periódico do Rio de Janeiro dedicado às mulheres. Entretanto, quem o escrevia eram homens brancos de elite que, dentre outros interesses, visavam reproduzir estereótipos patriarcais através da imprensa. Ao contrário de *O Jornal das Senhoras*, este impresso se prendia mais a assuntos relacionados à moda, considerado um tema de interesse das “senhoras” brasileiras. Porém, não deixava de discutir sobre outros tópicos, sobretudo para defender a posição

social da mulher sempre submissa ao marido. Embora tenha começado a ser publicado em 1879, o nosso artigo buscou focar na análise dos primeiros anos do século XX (1901-1904). Isso porque, através desse estudo, é possível perceber as rupturas e continuidades que essa nova época mantinha com o século XIX e, além disso, comparar as visões desse periódico com *O Jornal das Senhoras*.

De acordo com Maria de Fatima de Mattos, o período denominado *Belle Époque* no Brasil (entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX) foi marcado por profundas modificações na vida e na sociedade brasileiras. Hábitos, costumes, moda e pensamentos foram impactados e modificados devido a diversos fatores históricos e culturais que marcaram o período, tais como a Proclamação da República, as reformas urbanas e a hegemonia econômica do café. Essas mudanças na conduta social foram importantes para todas as classes, visto que o anseio por modernidade permeava pela sociedade.¹²⁶⁸

Nesse sentido, o jornal *A Estação* trazia edições quinzenais com dicas de moda e todas as novidades atreladas ao universo feminino. Por ser escrito por homens, o periódico apresentava um caráter extremamente tradicional e patriarcal. Muito além de vestimentas, a cada edição ficava nítida a intenção de estabelecer um ideal de mulher perfeita: mãe, dona de casa, obediente ao marido. Além disso, por vezes, o periódico deixava os assuntos sobre a moda para discutir sobre família, casamento e o papel da mulher na sociedade. Apenas como exemplo de umas das posições tradicionais do periódico, podemos citar sua postura diante do divórcio. Na edição de 31 de maio de 1902, dizia o seguinte:

Como si ainda fossem poucas as dificuldades com que vivemos a bracejar, alguns Representantes da Nação, não tendo conseguido introduzir o divorcio às claras em nossa legislação, estão trabalhando para faze-lo disfarçadamente, em alguns artigos do Codigo Civil, ora em discussão, conforme declara o insuspeito Sr. Barbosa Lima.

Si o Senado não oppuzer embargos ao que já foi feito na Camara dos Srs. Deputados, teremos legalizado mais um elemento de dissolução social (...).

A mulher ficará collocada numa situação inferior, quasi servil; a educação dos filhos será completamente prejudicada; estes, vendo os paes separarem-se, e contrahirem novas núpcias, perderão com a maior facilidade o sentimento de respeito, veneração e obediência que lhes devem tributar; o horror das infidelidades diminuirá; augmentarão as susceptibilidades entre os esposos, etc.¹²⁶⁹

¹²⁶⁸ MATTOS, Maria de Fatima da Silva Costa Garcia de. **Manualidades femininas nas páginas da revista *A Estação* (1879-1904)**. Rio de Janeiro, v. XIV, n. 2, jul.-dez. 2019.

¹²⁶⁹ A ESTAÇÃO: Jornal Ilustrado Para a Família – Disponível no arquivo digital da **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 1879-1904, ed. 10, p. 15.

Como pode ser visto na citação acima, o artigo utilizou das páginas dedicadas às mulheres para proferir os seus pensamentos acerca da condição feminina no caso de divórcio. Afirma que elas seriam colocadas em uma posição inferior, quase servil. Isso porque as mulheres deveriam se casar e viver em função de seus maridos, o que tornava o divórcio uma enorme falha social. Ou seja, essa separação seria uma ameaça para a supremacia masculina do período. Assim, em vista de alguns discursos de emancipação feminina, que, mesmo embrionários, já se viam a nível mundial, o jornal prefere defender a dependência da mulher ao homem, uma vez que ela ficaria desamparada frente ao divórcio, e a destruição da família, que poderia ocorrer com tal prática. Vale lembrar que

Nessa época, o Rio de Janeiro passou a servir de modelo para outras cidades do país no que se refere aos hábitos e costumes, às boas maneiras, à casa e mobiliário, ao vestuário comum e doméstico da vida privada. O grau de difusão desses novos hábitos diferenciava-se de acordo com o lugar, o tamanho das cidades e do universo feminino da elite em cada uma delas.¹²⁷⁰

Ou seja, a imprensa do Rio de Janeiro também era lida e encarada como um manual de vida a se seguir. Assim, quando o impresso narrava um padrão totalmente estereotipado de mulher, isso ganhava força perante a sociedade e embasava cada vez mais os discursos e atitudes patriarcais.

Através de um jornal voltado para o público feminino para tratar de assuntos de Moda, *A Estação* vai muito além de meras dicas de vestuário. Ali, as visões masculinas sobre a condição da mulher ficavam evidentes e circulavam pela sociedade do Rio de Janeiro. O tradicionalismo do século XIX ainda estava totalmente presente nas páginas do periódico, mesmo no século XX. É o caso, por exemplo, do artigo intitulado Congregação do bom Pastor, presente na edição 23 de 15 de dezembro de 1901:

As Religiosas do Bom Pastor (...) ocupam-se em ensinar-lhes trabalhos manuaes, prendas domesticas, lavagem, engommados e tudo o que constitue a completa formação da mulher honrada e laboriosa, de maneira que, ao sair do estabelecimento, possam ser uteis, dando bom exemplo às pessoas com quem têm de tratar e sejam capazes de formar famílias moraes e trabalhadoras.¹²⁷¹

O trecho, ao discutir sobre uma congregação, reforça a posição do jornal acerca da condição da mulher na sociedade. Ela deveria ser honrada e trabalhadora, mas sempre atrelada ao trabalho doméstico e aos cuidados com o lar. Além disso, o periódico utiliza de recursos religiosos para demonstrar sua visão tradicional e patriarcal.

Por outro lado, a moda era retratada como um ideal de modernidade, sempre se espelhando nos modelos estrangeiros. Afinal, “estar na moda” na época era justamente vestir-se como as

¹²⁷⁰ MATTOS, **Manualidades femininas nas páginas da revista *A Estação* (1879-1904)**, s/p.

¹²⁷¹ A ESTAÇÃO, 1901, ed. 23, p. 17.

mulheres parisienses e exibir os itens “modernos” do vestuário. Ou seja, as mulheres deveriam buscar o progresso, avanço e modernidade em suas vestimentas, mas nunca em seus comportamentos.

Os valores manifestados na revista *A Estação*, entre os quais os da elegância e do bom gosto, encontravam, no Brasil, um público constituído pela emergente classe burguesa, o qual se identificava com os padrões da cultura europeia. O subtítulo do periódico – “Jornal ilustrado para a família” – assinalava a valorização do núcleo familiar, em que a mulher constituía o alicerce da formação de crianças e jovens, e explicitava, ainda, sua orientação moralizante. Esse posicionamento ideológico encontrava, portanto, no público feminino seu receptor ideal, o que fica evidente no *Suplemento de Moda* e no *Suplemento Literário*, em textos que invocavam as leitoras, bem como nas ilustrações de moda, em que predominavam figuras do sexo feminino e nas quais as imagens de crianças ajudavam a compor a representação do ideário burguês, instituído na Europa, no século XIX.¹²⁷²

Assim, o periódico *A Estação: Jornal Ilustrado Para a Família* definia os fundamentos para a mulher ser sempre elegante, educada, mas sem abandonar os dons de ser mãe, esposa, obediente ao marido e sempre em posição inferior em relação aos homens. Ao contrário de *O Jornal das Senhoras*, prendia-se aos modelos tracionais, não dando espaço para vestimentas consideradas “ousadas”.

Já a moda enquanto técnica de vestuário, no jornal *A Estação*, era retratada como uma imitação dos modelos estrangeiros, sobretudo os de Paris. Mesmo tratando-se de edições do começo do século XX, a característica de copiar os modelos de outros países permanecia de forma semelhante ao século XIX.

A Estação retratava a moda característica do fim da *Belle Époque*, marcada por sobreposições, vestidos longos com saias que arrastavam cerca de 10 centímetros pelo chão e boleros. Além disso, os acessórios representavam o luxo e a modernidade que a sociedade da época tanto valorizava. Assim, golas altas, luvas, anéis e colares eram marcantes no vestuário das mulheres de elite. Tratava-se de uma indumentária que limitava a mulher e seus movimentos, conferindo a ela uma forma que não condizia com o seu corpo natural.

Portanto, é indiscutível que o jornal *A Estação*, através dessa moda que buscava introduzir aspectos de civilidade, visava difundir na sociedade algumas regras acerca da maneira com que a mulher deveria se vestir, se comportar e agir diante de cada ocasião. Ou seja, a moda era atrelada

¹²⁷² CADORE Boligon, Isabel; SARAIVA, Juracy Assmann. Autonomia E Submissão Feminina Nas Páginas De a Estação. *Cadernos do IL*, v. 1, n. 54, 2017, p. 264.

aos ideais de modernidade e, conseqüentemente, isso implicava em regulamentar as vestimentas e os comportamentos das mulheres de elite da época.¹²⁷³

Conclusão:

Ao comparar *O Jornal das Senhoras* e *A Estação* fica evidente que ambos estão revestidos pela estrutura patriarcal, seja a da segunda metade do século XIX ou a dos anos iniciais do século XX. Porém, enquanto o primeiro buscava uma emancipação feminina, o segundo enfatizava, a todo o momento, o ideal de mulher tradicional esperado pela sociedade e, principalmente, pelos homens da época.

Os dois jornais utilizavam da Moda para tocar em assuntos extremamente delicados de cunhos políticos, econômicos e sociais. Isso reforça a tese de que a Moda vai muito além de tecidos, costuras e elegância. N' *O Jornal das Senhoras*, as redatoras utilizavam dos assuntos acerca do vestuário para demonstrar princípios de uma ideia de emancipação para as mulheres. Já os homens que escreviam *A Estação* usavam da Moda para reforçar o ideal de mulher mãe, esposa e dona de casa.

Os dois periódicos destacam um fato em comum em relação às mulheres: por mais que fossem impostos padrões cruéis sobre elas, seu anseio pela conquista de direitos e voz nunca cessou. As mulheres nunca foram agentes passivos na História e as fontes estudadas revelam isso, ainda que de maneira distinta. *O Jornal das Senhoras* nos mostra que havia um processo de apagamento do feminino na imprensa da época e, mesmo assim, as mulheres conseguiam publicar e manter um jornal feito por elas. Já o periódico *A Estação* nos revela que, ainda que redigido por homens que buscavam inserir no impresso visões estereotipadas, o periódico era destinado a discutir tópicos femininos, como a própria Moda. Ou seja, falar sobre um assunto considerado de mulher ilustra a importância dos desejos femininos e até a existência de um público leitor, visto que o jornal foi publicado por muito tempo.

O Jornal das Senhoras utilizava da Moda para propagar, à sua maneira, ideias emancipadoras. “O que é muito notável quando se examinam os periódicos femininos do século XIX até meados do XX é a criação de uma verdadeira rede de sororidade que congregava mulheres do Norte ao Sul”.¹²⁷⁴ Dessa forma, o periódico gerou um movimento de suma importância para o Brasil da época. Afinal, todos esses movimentos na imprensa “teceram uma imensa rede de mulheres

¹²⁷³ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a Moda**. Brasília: UnB, 2002, 172 p.

¹²⁷⁴ MUZART, Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX, p. 280.

brasileiras, e algumas portuguesas ou latino-americanas, cuja troca de ideias e de informações foi fundamental para que hoje estivéssemos aqui discutindo periódicos feministas no Brasil”.¹²⁷⁵

Já o jornal *A Estação*, mesmo com suas publicações no começo do século XX, apresentava um anseio masculino em manter a mulher atrelada aos estereótipos da mãe, esposa e dona de casa. Porém, esse periódico também nos revela que a Moda era tratada como ideal de modernidade para a sociedade, em que as mulheres poderiam ostentar sua classe social através das vestimentas. *A Estação* reforça a Moda enquanto agente de distinção social, bem como utiliza a temática para adentrar na vida das leitoras e reforçar os estereótipos supracitados.

Portanto, a Moda se revela como um instrumento de debates históricos, sociais, políticos e econômicos. A imprensa feminina da metade do século XIX e início do século XX já apresentava indícios de um efetivo crescimento da mulher como agente em busca de espaço e voz. E, nesse sentido, a Moda também se apresenta como peça-chave para abrir debates, caminhos e inserir essas personagens efetivamente na sociedade.

¹²⁷⁵ MUZART, Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX, p. 281.

Negro no espelho: a construção da autoimagem do negro no Brasil

Isabela Gomes Pereira,

graduanda em História na Universidade Federal de Minas Gerais, e-mail: isabelag021@gmail.com

RESUMO: A análise da construção da autoimagem do negro no Brasil, visa estabelecer os parâmetros históricos e sociais responsáveis pela construção da identidade negra no país. Examinando a maneira como a sociedade o enxerga e como a imagem de si, será produzida a partir desses processos. A depreciação estética é uma ferramenta essencial ao aparato repressivo de dominação colonial. Assim, desqualificar os africanos e seus descendentes da condição humana, baseado nas aparências, foi uma das estratégias adotadas para subsidiar a exploração africana. Os corpos negros eram vistos e representados com repúdio, exotismo e erotismo; baseados no discurso europeu de ressaltar os valores etnocêntricos como os únicos possíveis e taxar com negatividade os corpos e manifestações desviantes. Mesmo após a abolição, a depreciação estética foi utilizada pelas elites para a manutenção das estruturas sociais. Com base no racismo científico, concluiu-se que o alto índice de mestiços no Brasil, seria um empecilho para o desenvolvimento. Tornando necessária a promoção do embranquecimento do país para a construção de uma nação civilizada. Assim, por meio da mestiçagem seria possível o surgimento de uma sociedade brasileira branca; projeto impulsionado pela República. A depreciação e o racismo estrutural produzem a imagem do negro através de um discurso de marginalização e estigmatização; colocando-o em posições subalternas desde a condição de escravizado, até a atualidade quando é lido como criminoso. Como a identidade se materializa na dialética das relações de poder e, em determinada conjuntura, tal jogo é dominado pelas elites, as pessoas negras vão fabricar imagens de si que visam a negação do próprio grupo. Já que, a ideologia implantada pela classe dominante ordena o embranquecimento da população. A percepção de que o belo é o branco, e que por consequência, o negro nunca ocupará tal posição gera grandes feridas na população afrodescendente. Pois, a possibilidade de beleza em seus corpos é negada, gerando um sentimento de ódio a si e aos seus semelhantes, além da busca infindável para chegar o mais próximo possível a imagem europeizada. Fatores que serão responsáveis pela baixa auto estima da população negra, que desde o primeiro contato com as estruturas racistas já criam repúdio pelos seus traços. Movimentos sociais no século XX, ressignificam o corpo negro, trazendo os fenótipos como resgate e valorização da cultura africana, apresentando-os como símbolos de resistência e afirmação étnica.

Palavras-chave: Depreciação como dominação, Embranquecimento, Auto estima, Ativismo.

AUTOIMAGEM E IDENTIDADE

O conceito de autoimagem se constitui enquanto percepção que o indivíduo estabelece de si e seu reflexo, construção que se organiza a partir das relações interpessoais, emoções e pensamentos. O conceito também envolve as representações colocadas frente ao sujeito e como essas se articulam em processos de reflexão interna sobre a própria imagem, juntamente aos sentimentos relacionados a tal visualização.

Os procedimentos de edificação da autoimagem perpassam, obrigatoriamente, por processos relativos à construção da identidade. Pois, inevitavelmente, envolvem as relações

interpessoais e o modo como um “eu” se porta diante de um “outro”; indicando parâmetros de pertencimento e diferenciação.

Valores sociais, tanto de aceitação quanto de reprovação, participam da constituição da identidade, de como o sujeito se enxerga e se coloca diante da sociedade. De modo que, a maneira como a sociedade enxerga o indivíduo consiste em um item de formação dos sistemas de significação e organização na imagem que o indivíduo produz de si.

Assim, torna-se necessária a análise das produções de autoimagem da população negra no Brasil. Ao passo que, essa, juntamente ao próprio desenvolvimento da identidade negra no país, se dão em contextos de exploração colonial e manutenção das estruturas psicossociais de dominação.

Os processos de significação, além da relação com a cultura e sociedade, também estão associados a relações de poder. A maneira que os sujeitos e grupos se alocam nas dinâmicas de representações, definem seus locais nas conjunturas de qualificação social. Característica que evidencia a justificativa das questões relacionadas à identidade corresponderem a espaços de disputa.

Apesar da exposição a diversas influências, o sujeito possui papel ativo. Em contraponto a absorção automática e reprodução mecânica das imposições culturais, sociais e das relações de poder. Ressaltando que o indivíduo é participante da constituição da própria identidade.

Cabe ressaltar o potencial transgressor dos dispositivos de representação. Enquanto efeito das relações de poder, as identidades podem se manifestar como mecanismo de subversão das próprias estratificações estabelecidas pelas relações de poder.

Sobre a construção da autoimagem do negro no Brasil, as representações simbólicas foram estruturadas junto a conjunturas nacionais específicas pela elite branca com o objetivo da manutenção da posição subalterna da população negra e mestiça. Em oposição, há a atuação dos movimentos negros visando a criação de modelos de valorização cultural, estética e intelectual. Logo, para mapear as leituras das imagens do negro há parâmetros que precisam ser considerados como: exploração colonial, racismo científico, embranquecimento e ações de movimentos negros. A produção ou tentativa de anulação de estereótipos da imagem do negro na sociedade, refletem na forma o negro concebe sua própria autoimagem.

DEPRECIAÇÃO ESTÉTICA COMO DOMINAÇÃO

A depreciação estética é uma ferramenta de dominação amplamente partilhada e utilizada pelos europeus em relação aos corpos africanos, que eram representados com exotismo, repúdio e erotismo. Depreciar a aparência dos corpos negros, removendo suas humanidades, foi um dos instrumentos utilizados para justificar e sustentar a escravidão africana. Desse, originou-se a narrativa europeia de valorização de suas características estéticas como a única aceitável e correta, classificando negativamente outros corpos e manifestações que divergiam do modelo eurocêntrico.

O corpo humano e seu fenótipo forneceram os dados a partir dos quais foram formuladas teorias que escalonaram os seres humanos. Delegaram às chamadas raças brancas o lugar de paradigma de beleza, o ápice da pirâmide estética e relegou às raças não brancas, especialmente a negra, a base da sua hierarquização — pode-se citar outras esferas da hierarquização como as das qualidades morais e intelectuais.¹²⁷⁶

¹²⁷⁶ GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. In: MATTOS, Ivanilde Guedes de. Estética afro-diaspórica e o empoderamento crespo. Número temático: Leituras e identidades negras: narrativas, histórias, memórias. Pontos de Interrogação, v. 5, n. 2, jul./dez.

No período colonial brasileiro essa forma de violência psicológica se somou às violências físicas para garantir o sucesso do aparelho repressivo. A manutenção dos estereótipos depreciativos também se junta com outras agressões psíquicas, visando a domesticação dos corpos e mentes. Promovendo a facilitação da assimilação e adesão do negro a sua inferioridade no modelo imposto pelo colonizador. Assim, há todo um aparato que induz os povos dominados a acreditarem que sua cultura e estética eram primitivos, portanto, precisavam de substituição para os valores superiores do colonizador.

Mesmo com o fim da escravatura, a imagem pejorativa do corpo negro se mantém, sobre os pensamentos do racismo científico e das políticas de embranquecimento. Em uma associação dicotômica em que o branco representa a civilização e progresso, enquanto o negro ocupava o posto do atraso e da barbárie. Visões que estão diretamente relacionadas com as características somáticas, alcançando as dimensões da estética e promovendo a continuidade da promoção de autoimagens distorcidas na população afrodescendente.

O final do século XIX foi caracterizado pela popularização do racismo científico. Corrente que se apropria de ideias do darwinismo, evolucionismo e positivismo; juntamente a articulação de estudos antropológicos; visando provar cientificamente que há uma hierarquia racial baseada na biologia dos corpos. A partir desses estudos, concluiu-se que o grande contingente de mestiços no Brasil seria um obstáculo ao desenvolvimento da nação. De modo a, concluir a necessidade do embranquecimento do país como via de obtenção de uma nação civilizada.

O branqueamento se torna uma política pública quando o governo passa a incentivar a vinda de imigrantes europeus ao país, para reduzir a presença negra com base na miscigenação. A presença dos imigrantes também visava promover a higienização cultural, a partir da incorporação da cultura europeia na sociedade brasileira. Logo, para atingir o patamar da civilização era preciso extinguir os aspectos ligados à presença negra no espaço público, promovendo a edificação de uma sociedade com população branca e praticante de uma cultura branca.

Outra motivação para o embranquecimento era a manutenção das estruturas sociais pós abolição. Isso é assegurar às elites políticas, econômicas e intelectuais a imutabilidade de seu *status quo*. Já que, os postulados do branqueamento fundamentam a exclusão de negros e mestiços dos espaços sociais, prejudicando o acesso a direitos e o exercício da cidadania.

Quanto às produções identitárias, afrodescendentes foram alocados ideologicamente em posição de inferioridade; suas características físicas e culturais foram julgadas de forma depreciativa. Além da marginalização social, econômica e política; resultante do aparelhamento de um sistema opressor que nega suas potencialidades de produzir e alcançar civilidade.

Dado que a identidade se constrói em diálogo com as relações de poder e, no contexto brasileiro, tal é dominada pelas elites, os negros fabricam uma visão negativa de si e do próprio grupo. Já que, a ideologia imposta pela classe dominante determina o embranquecimento da população. Dessa forma, a categoria negro foi criada pelo olhar dos homens brancos. As estigmatizações dos fenótipos e da cultura foram geradas para fabricar uma justificativa, através de ferramentas ideológicas, a perpetuação da estrutura social. “A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser

2015, p. 41. Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas /BA.

tratado, os padrões de inferiorização com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” .¹²⁷⁷

Logo, a identidade do negro será composta em acordo com os espaços sociais que lhe foi concedido. Em nenhum momento o projeto nacional discute a viabilidade da integração social e econômica da população afrodescendente. Fato que gera um abismo socioeconômico que nega a cidadania e inviabiliza a igualdade de acesso a oportunidades entre a população.

A imagem negativa do negro como estratégia de dominação colonial e sua continuidade por meio das elites incentivam a criação de imagens depreciativas de si na população afrodescendente. Sistema que penetrou com tanta intensidade na sociedade e cultura, que ainda hoje provocam sofrimento nos negros no Brasil.

Desde o contato inicial com o europeu, o corpo negro é lido com rejeição, visto que, na relação dicotômica com o branco, ocupava o espaço da barbárie que precisava de correção. De jeito que, a possibilidade de beleza de seus corpos é negada. Após a abolição, o branqueamento motivou a alteração de traços físicos, apresentando que para atingir a conformidade com o ideal de beleza, os fenótipos negros precisam ser branqueados.

O negro é ensinado a se odiar e a projetar tal sentimento em seus semelhantes. Incentivando-o a procurar formas de enquadramento social, buscando dispositivos para a aproximação do padrão imposto, alterando seus traços. A caça incessante pela visualização de uma imagem branca no espelho, produz uma baixa autoestima na população negra que a partir do contato com as estruturas racistas, rejeitam seus traços.

Situação presente em “Calcula o prejuízo, nossas crianças sonham que quando crescer vai ter cabelo liso”¹²⁷⁸, trecho da música *Cê lá faz ideia* do Emicida. O *rapper* deseja expor a gravidade das dimensões das consequências psicológicas da baixa autoestima, fruto da assimilação de uma conjuntura que repudia a estética natural dos corpos negros. A questão emerge logo na infância, crianças são ensinadas a odiarem seus traços; elas sonham que ao ficarem mais velhas poderão alterar seus cabelos para se aproximarem da imagem europeia e finalmente integrar o padrão de beleza.

Somado ao desejo de encaixe no padrão estético, as transformações capilares também são incentivadas pelo racismo estrutural. Pois, o cabelo crespo é lido como um fenótipo negro e o próprio corpo negro é visto através de um discurso de estigmatização, que o aloca em posição de marginalização. O crespo enquanto oposto do liso adquire qualificações como ruim, feio, duro e símbolo de desleixo. Visando abandonar tais adjetivações e recuperar sua autoestima, o sujeito modifica a textura capilar.

Assim, o alisamento não é apenas uma mudança de visual, mas, representa a vontade de integração no padrão estético e nos espaços sociais. Dado que, a presença do corpo negro é inibida em certos espaços, para ocupa-los é convencionado a demanda do embranqueamento.

A história da ascensão social do negro brasileiro é a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade

¹²⁷⁷ SOUZA, Neusa S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 19.

¹²⁷⁸ EMICIDA. Emicídio. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2010. Mixtape. Faixas: Cê lá faz ideia.
X Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

renunciada, em atenção as circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento do negro com base na intensidade de sua negação¹²⁷⁹.

CONSTRUINDO UMA AUTO IMAGEM POSITIVA

Diante todas as problemáticas apresentadas, o caminho para a construção de uma autoimagem positiva se concretiza na resistência. A mobilização pela boa imagem do negro na sociedade brasileira é presente desde a chegada africana, pois os movimentos de resistência agem na negação da posição de inferioridade imposta pelo colonizador. Através de ações que afirmam a humanidade do corpo negro, sua potencialidade de produção intelectual, cultural, seu direito a cidadania e a ocupação de espaços que a ele foram negados. Dessa forma, as resistências individuais e coletivas sempre foram vigentes na sociedade brasileira.

No século XX surgem novos movimentos em favor do fim dos estereótipos nos corpos afrodescendentes. Os movimentos identitários resgatam os fenótipos utilizando-os como dispositivo de autoafirmação étnica. Como o Negritude, que tem como pauta a reconexão com a herança cultural africana; o Pan-Africanismo, que propõe uma identidade comum a todos os negros do mundo, transpondo barreiras geográficas; e o *Black Power*.

O *Black Power* destacou-se pela sua proporção internacional e pelo grande impacto na indústria cultural. Dentre as estratégias adotadas está o combate ao racismo e a negação do padrão de beleza branco, por meio do *slogan Black is Beautiful*, promovendo a valorização dos fenótipos negros e motivando a população a se orgulhar dos seus traços naturais. Uma das críticas movidas pelo movimento é a de que o sentimento de necessidade de alterar seus corpos eram reflexo da interiorização da ideologia etnocêntrica e colonizadora.

O tom da pele, a largura do nariz, o cabelo crespo, dentre outras características, são ressignificados e em vez de elemento constrangedor que precisa de correção, passam a simbolizar orgulho, afirmação da presença e resistência negra. Obtendo significado de instrumento de autoafirmação étnica e reivindicação política.

Black is Beautiful não realiza críticas somente estéticas. Ao ressaltar atributos positivos relacionados aos corpos negros, possibilita também a quebra de outros estereótipos. Pois, visa negar estigmatizações impostas pelo colonizador, evidenciando que a ideologia de subalternidade foi uma invenção para a manutenção do sistema de dominação europeia.

As ideias do Negritude e Black Power chegam ao Brasil no contexto da ditadura militar, onde o governo censurava os veículos de comunicação tradicionais. Desse modo, a cultura será o grande expoente de disseminação dos ideais citados. As músicas nacionais e internacionais divulgavam o enaltecimento dos fenótipos negros naturais, fortalecendo a discussão sobre a estética negra impulsionado nos Estados Unidos. Favorecendo a desconstrução dos ideais de beleza impostos pela lógica colonizadora, trazendo o corpo para reivindicar espaços, combatendo estereótipos e inaugurando formas de vivenciar o corpo negro na negação da inferiorização. (COUTINHO, 2010, p. 56).

O Movimento Negro Unificado é criado em 1978, afirmando a luta contra o racismo e todas as suas manifestações. Juntamente aos valores afrodiáspóricos atrelados a uma estética de descontinuidade os preconceitos gerados pela visão eurocêntrica; discutindo a forma como a

¹²⁷⁹ SOUZA, Neusa S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 23.

assimilação dos padrões brancos interferem na concepção pejorativa dos traços negros, e consequentemente, discutindo caminhos para a promoção de uma autoimagem positiva.

Os movimentos citados trazem para si a valorização estética como forma de promoção de bem-estar e inclusão social. Posto que, o estabelecimento de representações positivas tem por meta romper os estigmas que alocam e mantêm a população negra em posição de inferioridade, rompendo rótulos que reproduzem o racismo. Resgatando não só a beleza dos traços, mas lutando por espaço e cidadania.

Avanços recentes do século XXI seguem promovendo novas concepções sobre a imagem do negro, utilizando a cultura, arte, educação e política para valorização da herança africana e resgate de memórias.

Como as leis 10.639/03 e Lei 12.711. A primeira estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio, modificando também os próprios processos de formação de professores. A segunda, determina cotas raciais nos processos seletivos de universidades públicas, fomentando o aumento de pessoas negras na universidade, juntamente a pesquisas acadêmicas com temáticas raciais.

AGRADECIMENTOS:

Alexandre Marcussi

Adriana Romeiro

Ana Carolina Vimieiro Gomes

Ana Paula Sampaio Caldeira

Douglas Attila Marcelino

Douglas Lima

Eduardo França Paiva

Heloisa Murgel Starling

José Newton Coelho Meneses

Juliana Miranda Filgueiras

Kátia Gerab Baggio

Luiz Carlos Villalta

Luiz Haele Arnaut

Mariana de Moraes Silveira

Mateus Pereira

Mauro Lúcio Leitão Condé

Miriam Hermeto Sá Motta

Priscila Carlos Brandão

Regina Horta Duarte

Rodrigo Patto Sá Motta

Vanicléia Silva Santos